

Isabel Maria de Almeida Santos

**Norma e codificação.
A produção linguístico-gramatical portuguesa**

Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra – 2006
(Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa - versão editada)

Índice

Índice	página 9
Introdução	13

PARTE I

Prescrição / descrição e o desenvolvimento dos estudos linguísticos

Capítulo 1 - O processo de configuração da Linguística: princípios e atitudes

1.1. A definição da Linguística: coordenadas gerais.....	31
1.2. Atitudes descritivas e prescritivas no estudo da linguagem. Os conceitos de norma e standardização	46

Capítulo 2 - Redefinição da Linguística?

2.1. A linguagem como actividade normativa e a legitimação de uma “linguística” prescritiva (ou: «there is no escape from normativity»).....	79
2.2. O estudo da standardização: a formalização de modelos	99
2.2.1. O contributo do Círculo Linguístico de Praga	99
2.2.2. A análise de Haugen; o contributo de Muljačić.....	111
2.2.3. Daneš: a objectivação do processo de standardização	117

Capítulo 3 - Notas finais	123
--	-----

PARTE II

Um olhar - orientado(r) - sobre a história da Linguística

Capítulo 4 - A Historiografia Linguística

4.1. Algumas questões	133
4.2. Procedimentos metodológicos: problemas e opções.....	137

Capítulo 5 - A Antiguidade

5.1. A investigação linguística na Índia antiga: o “fundo ideológico” da gramática de Panini	146
5.2. A Grécia antiga: a reflexão sobre a linguagem e a definição da gramática	155
5.3. Princípios reguladores do funcionamento da linguagem e definição de critérios / factores de correcção: a justificação da normatividade.....	173
5.3.1. Analogia e anomalia.....	173
5.3.2. Factores de correcção e a teorização de alguns gramáticos.....	179
5.3.2.1. Apolónio Díscolo e Sexto Empírico	179
5.3.2.2. A questão da correcção no mundo romano	183
5.3.2.2.1. Varrão.....	187
5.3.2.2.2. Quintiliano	191
5.3.2.2.3. Donato: da correcção ao desvio.....	194
5.3.2.2.4. Prisciano.....	196

Capítulo 6 - A Idade Média.....	201
--	------------

Capítulo 7 - O encaminhamento para a Modernidade

7.1. Uso e razão: parâmetros orientadores da análise linguística no Renascimento	221
7.2. Ascensão e gramatização dos vernaculares: o eixo de uma revolução “técnico-linguística”	227
7.3. Séculos XVII e XVIII: gramática filosófica, gramática geral e linguagem universal; o desenvolvimento da linguística histórica e comparativa	257

Capítulo 8 - Notas finais	267
--	------------

PARTE III

A produção linguístico-gramatical portuguesa e o processo de construção da norma e do discurso sobre a norma

Capítulo 9 - Introdução	277
--------------------------------------	------------

Capítulo 10 - Enquadramentos históricos e socioculturais

10.1. O Renascimento.....	301
10.1.1. Alguns dados históricos.....	301
10.1.2. A “questão” linguística da época e as primeiras produções gramaticais sobre o vernáculo.....	311
10.1.3. Autores e textos linguístico-gramaticais	316
10.1.3.1. Fernão de Oliveira	317
10.1.3.2. João de Barros.....	324
10.1.3.3. Pêro de Magalhães de Gândavo.....	328
10.1.3.4. Duarte Nunes de Leão.....	329
10.2. O século XVII.....	331
10.2.1. Alguns dados históricos.....	331
10.2.2. Ainda a apologia da língua vulgar	335
10.2.3. Autores e textos linguístico-gramaticais	336
10.2.3.1. Amaro de Roboredo e o <i>Methodo grammatical para todas as linguas</i>	336
10.2.3.2. Manuel Severim de Faria.....	341
10.2.3.3. Álvaro Ferreira de Vera	342
10.2.3.4. João Franco Barreto	343
10.3. O século XVIII	344
10.3.1. Alguns dados históricos.....	344
10.3.2. Autores e textos linguístico-gramaticais	351
10.3.2.1. D. Jerónimo Contador de Argote	351
10.3.2.2. João de Morais Madureira Feijó	352
10.3.2.3. Frei Luís do Monte Carmelo	352
10.3.2.4. António José dos Reis Lobato	352
10.3.2.5. Jerónimo Soares Barbosa	353

Capítulo 11 - Construção da norma e standardização: o início da codificação do vernáculo e da apologia do vulgar

11.1. Introdução	357
11.2. A base da gramatização: a codificação do vernacular e a sua autojustificação.....	361
11.2.1. O português como “Abstandsprache” e os valores simbólicos da linguagem	361
11.2.2. O processo de legitimação “interna” das actividades codificadoras.....	367
11.2.2.1. A língua vernacular e o seu carácter complexo e organizado.....	367
11.2.2.2. A originalidade da língua portuguesa e a avaliação da sua qualidade.....	369
11.2.3. Descrição gramatical e mudança / diversidade linguísticas	385
11.3. Uso(s), razão e autoridade(s): o poder interventivo do homem sobre a língua	391
11.3.1 A legitimação das formas linguísticas	391
11.3.2. A concepção de gramática e o interesse do processo de codificação: a autoridade.....	402
11.4. Qualidade e controlo do idioma.....	419

**Capítulo 12 - Construção da norma e estandardização: os séculos XVII e XVIII
(continuidade e ruptura)**

12.1. Introdução	437
12.2. O interesse da codificação gramatical e a persistência do tema	439
12.3. A função da gramática e a definição de uma variedade de referência	469
12.4. A qualidade da língua	507
12.4.1. A apologia da língua no século XVII: a síntese de Faria e o texto de Ferreira de Vera	507
12.4.2. A originalidade e a qualidade do vulgar	518
12.5. A legitimação / documentação da descrição	540

Capítulo 13 - Notas finais 547

Conclusão 561

Bibliografia..... 581

Introdução

NORMA E CODIFICAÇÃO: A PRODUÇÃO
LINGUÍSTICO-GRAMATICAL PORTUGUESA

A linguagem humana estabelece com o seu utilizador não só uma relação imediata, mas também uma relação mediatizada pela intervenção reflexiva deste. Assim, o que é possível reconstituir da história da humanidade mostra-nos que o interesse pela linguagem é tão antigo quanto o próprio homem e que o desenvolvimento desse estudo foi conciliando / alternando dois tipos fundamentais de atitude: a que subjaz ao puro interesse especulativo, sendo a reflexão estimulada pela percepção do carácter sistemático e organizado da linguagem, e aquela que, a partir do conhecimento (frequentemente parcial) do objecto de estudo, pretende, de forma mais ou menos consciente e pela consideração de um modelo, intervir sobre aquele; a análise metalinguística é, neste caso, favorecida pela consciência da variabilidade dos idiomas. Se, historicamente, são os valores literários e religioso-rituais que primeiro legitimam posturas deste último tipo (considerem-se as motivações que subjazem à célebre gramática de Panini sobre o sânscrito e às gramáticas gregas e romanas da Antiguidade), facilmente a actividade codificadora absorve funções que decorrem do valor simbólico e unificador de que a linguagem se pode revestir: pela gramatização¹, os povos nobilitam ou reabilitam os respectivos idiomas, que dotam de um instrumento essencial não só à sua fixação, mas também ao seu desenvolvimento (elaboração), e conferem à comunidade que assim “cuida” da língua um acrescido valor civilizacional.

¹ Damos a “gramatização”, neste contexto, um sentido semelhante ao de “codificação” e diferente do associado ao termo “gramaticalização”, que se refere à situação em que uma unidade lexical assume uma função gramatical. Trataremos com mais pormenor, em 7.2. (*Ascensão e gramatização dos vernaculares: o eixo de uma revolução “técnico-linguística”*), o sentido com que utilizamos, a partir da proposta de Aurox (1992:28-35), o termo em causa.

Assim, e quer se valorize a dimensão da razão, quer se considere, fundamentalmente, o domínio do uso, é com alguma “naturalidade” que, na história do pensamento linguístico, se desenvolve a noção de norma ou modelo: nalguns ambientes epocais, essa norma assenta nos princípios da lógica, que a linguagem deve, então, reflectir; noutros contextos, o modelo depreende-se da (de uma) prática. Reserva-se, no entanto, e em qualquer dos casos, um lugar de destaque para a noção de incumprimento ou desvio; nem a noção “objectiva” de norma, inovação teórica que permite à ciência linguística actual lidar com a evidência do constrangimento social sobre a actualização idiomática, consegue eliminar o conceito de “irregularidade” pressuposto pelo de “normalidade”.

Enquanto estruturas passíveis de aplicação em actos concretos de fala, as línguas revestem-se de uma dimensão sociológica cujo estudo, progressivamente estimulado ao longo do século XX, também orientou algumas discussões sobre a identidade da própria Linguística. Um conceito como o de norma e um fenómeno como o de standardização encontram-se, precisamente, entre aqueles que a investigação actual mais formalista e orientada para as regularidades do sistema ou para a competência do falante considera marginais. Na verdade, a constituição / definição de uma variedade “standard” apresenta uma clara vertente linguística, de que os trabalhos de codificação (seja ela gramatical, ortográfica ou lexicológica) normalmente dão conta, mas não se pode dissociar de um sistema de crenças e valores que espelha a estrutura social. Se “aquela linguística” não assume o problema da avaliação das variantes e variedades, porque integra teoricamente o princípio da igualdade entre elas, também não sobra, na sua análise, lugar para a evidência de que todo o falante exhibe e aplica conceitos como “falar bem” e “falar mal” e de que a linguagem é uma actividade acentuadamente

normativa. Entre os linguistas há, então, quem (apresentaremos adiante as ideias de autores como Haugen) conceba uma Linguística Prescritiva, cujo domínio privilegiado de aplicação é a planificação linguística, e / ou desenvolva modelos descritivos com os quais se dá conta das dimensões linguística e sociológica (epistemologicamente conciliáveis, no âmbito do estudo da linguagem) do fenómeno de standardização. Se os especialistas do Círculo Linguístico de Praga avançaram com as primeiras propostas de formalização de modelos para o estudo da standardização, a difusão dos princípios de igualdade entre os povos e a defesa do direito destes às diferentes formas de expressão de identidade colectiva deram uma renovada importância e toda a legitimidade ideológica a esse tipo de trabalho. Considere-se, por exemplo, e apenas para referir universos que nos estão cultural e fisicamente próximos, o modo como as reelaboradas propostas daquele grupo de linguistas são integradas por Henrique Monteagudo nos seus estudos sobre a situação ou história (socio)linguística do galego.

O peso que, neste trabalho, cabe às questões introdutórias e de contextualização resulta, portanto, tão somente do carácter multifacetado e intemporal dos temas que tratamos. Assim, na Parte I (*Prescrição / descrição e o desenvolvimento dos estudos linguísticos*), privilegiamos aspectos de natureza fundamentalmente epistemológica: reflectimos sobre a identidade da ciência linguística e sobre a (não) integração, no seu âmbito, de questões como a da norma e a da standardização, consensual que é o reconhecimento da dimensão híbrida de tais conceitos. Percebendo, no entanto, que a consideração destes não é uma conquista da modernidade, pareceu-nos que o enquadramento do trabalho que se segue se enriqueceria pela inclusão de uma breve e orientadora, porque assumidamente muito “orientada”, incursão pela história da Linguística ou da reflexão sobre a linguagem; da organização

desse tipo de dados (recolhidos com os propósitos e limitações que oportunamente expomos) resultou, então, a Parte II (*Um olhar -orientado(r)- sobre a história da Linguística*). A dimensão historiográfica de que o trabalho que aqui apresentamos assim se reveste é, em suma, o corolário da nossa constatação de que a reflexão sobre a linguagem se processa, independentemente das coordenadas epocais e epistemológicas que diversificam a apresentação e a formalização das questões particulares, em torno de parâmetros constantes; a dialéctica e/ou tensão entre a consciência da variabilidade sincrónica e diacrónica das línguas e a consciência das regularidades parece-nos, neste âmbito, verdadeiramente intemporal. Estão, assim, em causa questões gerais (que, de qualquer forma, circunscrevemos) da historiografia linguística. Por outro lado, a parte central desta investigação assenta num *corpus* constituído por textos gramaticais e ortográficos portugueses temporalmente localizados entre 1536 (ano da edição da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira) e 1822 (ano da edição da *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, de Jerónimo Soares Barbosa). Sabendo que a produção portuguesa integra, globalmente, uma tradição ocidental cuja história é importante esclarecer, afigura-se-nos totalmente justificável a consideração, não apenas das coordenadas históricas e culturais imediatas, mas também de um contexto histórica e culturalmente mais envolvente e complexo.

Embora seja possível conceber processos de standardização sem o suporte da codificação (e/ou da escrita), não são desse tipo a generalidade dos casos que a história das culturas ocidentais nos permite observar. Assim, é fundamental para a história (interna e externa) de qualquer língua o momento em que se inicia a sua gramatização, tal como, noutra plano, é crucial para a história do pensamento linguístico o momento em que surgem

os primeiros trabalhos de descrição gramatical. Propusemo-nos, então, com a Parte III deste trabalho (*A produção linguístico-gramatical portuguesa e o processo de construção da norma e do discurso sobre a norma*), estudar o fenómeno da standardização no português tal como ele se nos oferece num conjunto de textos linguístico-gramaticais elaborados entre o século XVI, época em que se inicia o processo de codificação da língua portuguesa, e o início do século XIX. Esta dissertação é, portanto, e fundamentalmente, um trabalho de Linguística Portuguesa, uma vez que todo ele se orienta para a “leitura” dos textos que seleccionámos e que estes, não coincidindo com a totalidade da produção registada nas diferentes épocas, são, globalmente, textos de referência na historiografia gramatical e metaortográfica portuguesa: assim, procede-se à análise não só das obras essenciais das duas figuras que já referimos, e que preenchem as nossas balizas cronológicas, mas também de textos de João de Barros, Pêro de Magalhães de Gândavo, Duarte Nunes de Leão, Amaro de Roboredo, Manuel Severim de Faria, Álvaro Ferreira de Vera, João Franco Barreto, Jerónimo Contador de Argote, João de Moraes Madureira Feijó, Frei Luís do Monte Carmelo e António José dos Reis Lobato.

O que se pretende com o trabalho que se segue não é, esclarecemo-lo já, construir a história de “o português das gramáticas”, em cujo âmbito poderíamos confrontar a teoria e a prática dos diferentes autores; especialistas prioritariamente interessados nos conteúdos da descrição gramatical elaboraram já, de forma mais pontual ou mais sistemática e para alguns dos gramáticos / ortografistas que analisámos, estudos desse tipo. O nosso objectivo é, antes, observar como, nos textos em causa, se depreende ou explicita uma noção de norma e se configuram estratégias para a sua definição. Cabem aqui, naturalmente, a análise da forma como a diversidade idiomática é (des)considerada pelos diferentes autores e a observação do modo como a própria actividade codificadora é apresentada e justificada;

relaciona-se ainda com aquela questão a definição dos interesses (práticos e/ou especulativos) que os diferentes trabalhos cumprem. Observamos, assim, que o progressivo trabalho de codificação da língua portuguesa se justifica fundamentalmente, por um lado, pela necessidade de estabelecer, consolidar e expandir de forma apoiada o idioma e, por outro (muitas vezes num contexto de concorrência com as línguas clássicas e / ou com as línguas vernaculares contemporâneas), pelo desejo da sua valorização e enriquecimento. É, ainda, especialmente importante para nós a forma como se reconhecem, nos diferentes textos, parâmetros de legitimação das formas e estruturas linguísticas: se, em alguns ambientes epocais, se evoca o interesse do parâmetro **razão**, o factor **uso** afigura-se, em todos os tempos, incontornável, já que nenhum dos nossos autores concebe a linguagem ou a língua como um produto de pura abstracção; neste contexto, é particularmente expressiva a afirmação (adiante convocada) de Fernão de Oliveira, que escreve que “não é a língua que faz os homens, mas são os homens que fazem a língua”. A autoridade do agente codificador resulta, então, da “qualidade” do uso que aquele opta por descrever e é aí que, de forma mais ou menos (des)equilibrada, se entrecruzam critérios internos, que consideram a eficácia do sistema comunicativo, e critérios externos (fundamentalmente sociais e estéticos), que valorizam a dimensão literária e sócio-simbólica da linguagem.

Parece-nos, portanto, que este é um trabalho que, à sua medida, contribui para o esclarecimento da história da reflexão sobre a linguagem e sobre a língua portuguesa em Portugal, não só atentando no tratamento de determinados conteúdos gramaticais, mas fundamentalmente procurando avaliar o modo como a sua apresentação traduz intuitos normativos e reflecte o desejo de intervenção do homem sobre o próprio idioma, isto é, sobre as

suas formas de actualização. Independentemente da capacidade real de intervenção do codificador sobre o evoluir do sistema linguístico (sabemos que são infrutíferas muitas tentativas levadas a cabo pelos gramáticos no sentido de deterem determinados fenómenos de mudança), o que este trabalho nos permite é avaliar a presença, em formato mais embrionário ou mais elaborado, de um conjunto de princípios que as actuais gramáticas da língua portuguesa, em resposta às exigências dos modernos modelos de análise linguística, vêm finalmente explicitar.

No Prefácio da *Nova gramática do português contemporâneo*, Cunha e Cintra admitem, então, explicitamente, um intuito normativo, ao informarem de imediato que aquela obra pretende descrever o português contemporâneo, mas que, para tal, se consideram as **diversas normas** que constituem a nossa língua no momento histórico dos autores, com destaque para as avaliadas como variedades-padrão em Portugal e no Brasil; além do valor informativo, a obra reveste-se, é esse o propósito de Cunha e Cintra, de um interesse prático, funcionando como guia orientador de uma expressão oral e escrita “correcta” (CUNHA / CINTRA, 1990: XIII). Dada a fragilidade dos postulados com que a gramática latinizante e a gramática logicista (em grande parte responsáveis pelas reacções “anticorrectistas” que se começaram a desenvolver no séc. XIX) sustentavam a correcção idiomática, Cunha e Cintra rejeitam, no quadro orientador da descrição, a hipótese da linguagem monolítica (a que falta correspondência com a realidade) e concluem, seguindo Jespersen, que «por cima de todos os critérios de correcção - aplicáveis nuns casos, inaplicáveis noutros - para o da aceitabilidade social, a *consuetudo* de Varrão, o único válido em qualquer circunstância» (CUNHA / CINTRA, 1990: 8).

Assim se sustenta uma concepção linguística de norma que é, por seu turno, na opinião destes autores, condição para um maior liberalismo gramatical. A ponderação do princípio da variação sistemática não se traduz,

no entanto, na obra de Cunha e Cintra, em mais do que na consideração de duas normas (padrão) do português cujo (in)cumprimento determina a (in)correção das formas linguísticas; aliás, assume-se de forma explícita essa dependência entre “correção” e variedade socialmente prestigiada:

É justamente para chegarem a um conceito mais preciso de “correção” em cada idioma que os linguistas actuais vêm tentando estabelecer métodos que possibilitem a **descrição minuciosa das suas variedades cultas**, seja na forma falada, seja na escrita. (...) [sem o que] nunca alcançaremos determinar o que, no domínio da nossa língua ou de uma área dela, é de emprego obrigatório, o que é facultativo, o que é tolerável, o que é grosseiro, o que é inadmissível; ou, em termos radicais, o que é e o que não é correcto (CUNHA / CINTRA, 1990: 8)¹.

Mário Vilela (1995: 5), por seu turno, apresenta a *Gramática da língua portuguesa* de que é autor como uma obra que «pretende servir para o ensino da Língua Portuguesa, mas a partir do conhecimento que as “pessoas” têm realmente do funcionamento da língua ou das línguas» e inclui, no capítulo introdutório (*Fundamentação da noção “gramática”*), o conceito de norma, a que atribui um valor semelhante ao concebido por Coseriu: assim se reconhece a diversidade dos usos («Há várias sub-normas dentro da norma» [VILELA, 1995: 27]) e se relativiza o valor da “norma”, não se avançando, no entanto, na questão de definir as coordenadas (extralinguísticas) daquilo que, considerado “normal”, é o objecto da descrição. Assenta-se, isso sim, no facto de a norma (como conceito abstracto e globalizante) ser «o resultado do fixado historicamente pelo uso e, eventualmente, determinado pelas instituições (como, por exemplo, a ortografia)» e de aí se incluírem «todos os níveis de descrição e prescrição (fonológico, sintáctico, pragmático), que são relativamente estáveis, mas podem eventualmente mudar» (VILELA, 1995: 27-28).

¹ O destacado é nosso.

Constatamos, então, que obras como estas não se elaboram sem a problematização do conceito de norma, funcionando essa discussão, de evidente interesse teórico, igualmente como forma de legitimar a descrição. Temos, no fundo, a explicitação de um conjunto de questões que os gramáticos / ortografistas cujos textos analisámos igualmente ponderaram: Fernão de Oliveira informa o leitor que o seu objectivo é “notar” o “bom costume” dos que mais sabem (veremos que a referência ao modelo dos doutos é frequente nos períodos estudados); em Soares Barbosa, para novamente evocarmos os gramáticos que limitam o nosso *corpus*, encontramos já, e como veremos, uma tentativa de justificar objectivamente o procedimento clássico de opção pela variedade das elites da capital do reino.

Finalmente, no Prefácio da 2ª edição da *Gramática da língua portuguesa* de Mateus *et al.* (1992: 9), explicita-se que, de acordo com os princípios gerativistas que enquadram teórica e metodologicamente a obra, o que aí se apresenta é um trabalho não normativo, que abandona a descrição do “corpus” e que acentua a importância do saber linguístico do falante na produção e no reconhecimento das frases agramaticais. Das considerações introdutórias consta, no entanto, uma reflexão sobre a inevitabilidade (epistemológica) da selecção de dados, que então ascendem à condição de objecto de descrição; a consideração do uso torna, assim, incontornável o conceito de “normalidade” e omnipresente o conceito de norma, aliás várias vezes evocado na Parte I, *Variação e variedades do português*, mas sem que se confundam, no domínio dos princípios, o valor linguístico e a dimensão social de variedades (entre as quais encontramos a correspondente à norma-padrão) e variantes:

É princípio epistemológico largamente aceite que a ciência constrói os seus próprios objectos de análise a partir dos dados da realidade: a realidade é

ilimitada e só existe para a ciência quando conceptualizada, teorizada e racionalmente sistematizada. Assim se compreende a necessária selecção que nesta obra se faz dos dados empíricos analisados, decorrentes do nosso conhecimento e da observação da língua portuguesa, e da perspectiva teórica em que nos integramos (MATEUS *et al.*, 1992: 7).

Na última e mais recente edição desta obra (MATEUS *et al.*, 2002: 17), que não só conserva como amplia os capítulos dedicados à diversidade da língua portuguesa (veja-se a Parte I, *Língua portuguesa: unidade e diversidade*), assume-se explicitamente que a variedade de língua aí contemplada é, embora em muitas circunstâncias se indiquem características de outras variedades nacionais, a que define a norma-padrão. Identificada com os dialectos falados em Lisboa e Coimbra, constatamos que se mantêm, para a definição daquela variedade e, conseqüentemente, para a selecção dos dados a analisar, factores culturais e político-económicos que tradicionalmente são considerados pela descrição gramatical. A inovação é, aqui, o “investimento” na justificação teórica de tal procedimento e o destaque do valor necessariamente limitado(r) da descrição¹. Assim, uma das intenções do grupo de linguistas que elaborou a referida obra foi eleger como objecto de estudo a variedade padrão da variedade europeia do português, mas sem desconsiderar o modo como os falantes a adequam à especificidade

¹ A este propósito parece-nos esclarecedora a seguinte reflexão de Rosario Álvarez e Henrique Monteagudo (2004: 9), na apresentação do volume onde publicam os trabalhos do Simpósio *Variación e prescripción* realizado na Universidade de Santiago de Compostela, em 2003: «O fenómeno da variación sociolingüística sincrónica nos seus diferentes parámetros (territorial, social e funcional), escasamente atendido polas diversas escolas lingüísticas modernas, está a concitar unha atención crecente. Os gramáticos son cada vez máis conscientes da necesidade de integrárenos nos seus programas de traballo, co duplo propósito de fornecer unha descripción lingüística máis axustada á realidade e de procurar xebrar os difusos límites entre a descripción e a prescripción. Tal integración constitúe unha tarefa especialmente incontornable á hora de derivar as distintas aplicacións que os estudos gramaticais atopan en campos tales como a definición dos códigos normativos, a didáctica da lingua, a tradución, a edición de textos ou a fixación de pautas idiomáticas para os medios de comunicación».

dos registos oral e escrito e à formalidade da situação discursiva (DUARTE, 2004: 54)¹.

As relações que, mesmo nesta abordagem rápida da questão, nos parecem poder estabelecer-se entre a produção linguístico-gramatical do nosso passado e a actual produção científica permitem-nos considerar que, não obstante a distância temporal a que se encontram, os textos que constituem o nosso *corpus* (e, conseqüentemente, o seu estudo) se revestem de um interesse que não se esgota nas coordenadas temporais e históricas que os enquadram. Não nos parece, no entanto, que assumir este facto comprometa a originalidade do trabalho que se segue; a nossa expectativa é, antes, que assim se evidencie o interesse (actual) daquelas obras: reconhecendo que o valor “normativo” serve, como é habitual evocar-se, à caracterização genérica de todas elas, tentámos, aqui, não só fundamentar essa apreciação, mas também mostrar que, frequentemente, esse valor surge associado a uma atitude “teoricamente” enquadrada e problematizada pelo “legislador”. Insistimos, então, na ideia de que encontramos nestas gramáticas, ortografias e apologias do vernáculo um procedimento que, comumente, é considerado característico da contemporaneidade.

¹ Esse é um dos *itens* de uma *Carta de intenções da Gramática da Língua Portuguesa*, que surgem enumeradas num texto intitulado «*Gramática da Língua Portuguesa* ou nove linguistas à procura de uma gramática» (cf. referência de Duarte, 2004: 53). No trabalho em que aqui nos apoiamos (*Gramática descritiva, língua padrão e variação* [DUARTE, 2004]), a autora procede precisamente a uma análise de princípios e estruturas organizativas (no que diz respeito às relações entre a actividade de elaboração de uma gramática e os fenómenos de variação linguística e standardização) da *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (uma das gramáticas de referência do português produzidas no século XX), e da mais recente edição, de que é co-autora, da *Gramática da língua portuguesa*.

«the systematic analysis and discussion of language in an objective way is an essential step forward towards any world in which mutual respect and tolerance is a reality»
(CRYSTAL, 1995: 1)

PARTE I - PRESCRIÇÃO / DESCRIÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS

**NORMA E CODIFICAÇÃO: A PRODUÇÃO
LINGUÍSTICO-GRAMATICAL PORTUGUESA**

PARTE I - PRESCRIÇÃO / DESCRIÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DOS
ESTUDOS LINGUÍSTICOS

CAPÍTULO 1

O processo de configuração da Linguística: princípios e atitudes

1.1. A definição da Linguística: coordenadas gerais

En bien comme en mal, la parole est la marque de la personnalité, du pays natal et de la nation, le titre de noblesse de l'homme. Le développement du langage est si inextricablement lié à celui de la personnalité individuelle, du pays natal, de la nation, de l'humanité, de la vie même, que l'on est tenté de se demander s'il n'est qu'un simple reflet ou si, au contraire, il n'est pas tout cela: le coeur même de la vie humaine. C'est pourquoi le langage a captivé l'homme, qui en a fait un objet d'émerveillement poétique et d'étude scientifique (HJELMSLEV, 1968: 10).

Quer na sua qualidade de faculdade própria do homem (e, de todos os atributos deste, a capacidade mais caracteristicamente humana¹), quer enquanto produto do desempenho dessa faculdade, a linguagem verbal tem constituído, ao longo da história e em diferentes sociedades, um permanente objecto de reflexão e/ou estudo; podemos mesmo dizer, com Ducrot e Todorov (1991: 65), que este interesse é contemporâneo da história da humanidade. Assim, os vestígios que o comprovam registam uma enorme dispersão geográfica² e remontam a tempos muito longínquos; naturalmente,

¹ «En este sentido, M. HEIDEGGER (...) señala certeramente que el hombre se manifiesta “como un ente que habla” (...) y no como “animal racional”, pues esta última definición pone el acento sobre un aspecto del logos, y no sobre el logos como tal, en su integridad» (COSERIU, [1957] 1967: 240, n. 11).

² «Linguistics, as a study of the structure of language would seem to have come into being independently at various times and places in the course of human history» (JACOBSEN, 1974: 41). Veja-se, para o comprovar, e a título meramente exemplificativo, o

considera-se aqui que o saber linguístico, antes de se constituir como **metalinguístico** (isto é, como um saber representado, construído e manipulado enquanto tal com o recurso a uma metalinguagem) se constitui de forma natural na consciência do homem falante como **epilinguístico**, não se definindo como um fim em si mesmo¹.

Por outro lado, se considerarmos que a escrita resulta de uma primeira análise da linguagem, deveremos aceitar que a forma gráfica de expressão representa, desde logo e por si só, a prática daquela actividade. Na verdade, e considerando aqui os sistemas alfabéticos², a constituição de uma tradição escrita exerce um enorme impacto sobre a consciência (meta)linguística da comunidade³, nomeadamente sobre o reconhecimento da existência de unidades discretas e do carácter sistemático da linguagem. Pela objectivação a que conduziu e pela noção de alteridade relativamente à linguagem que desenvolveu, a escrita surgiu como um processo de representação metalinguística sem equivalente até então e despoletou definitivamente a reflexão linguística. No desenvolvimento dos estudos sobre a linguagem, o aparecimento da escrita é, por esse facto, fundamental⁴. Num outro momento histórico, será a literalização dos idiomas (muitas vezes em

tomo I (*La Naissance des métalangages. En Orient et en Occident*) da obra conjunta *Histoire des idées linguistiques* (AUROUX [dir.], 1989): além da tradição ocidental, aí se dá conta de áreas e tradições cultural e geograficamente tão disjuntas como a americana, a mesopotâmica, a egípcia, a árabe, a indiana, a chinesa e a japonesa.

¹ O termo “epilinguístico” foi cunhado por Culioli ([1968] 1999: 19), que o utiliza para designar uma actividade metalinguística não consciente.

² Ao dissociar os processos de produção e recepção, também outros sistemas de escrita terão impacto idêntico no desenvolvimento de capacidades metalinguísticas.

³ Este fenómeno reveste-se de uma importância crucial para a **focalidade** ou **definição** - conceito proposto por R. Le Page e A. Tabouret-Keller, que o contrapõem a **difusividade** ou **indefinição** (esta é a nossa tradução para o termo galego “borrosidade”), in: *Acts of Identity*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985 (*apud* MONTEAGUDO, 1999: 35-36). Para a avaliação do grau de focalização de uma língua, considera-se, de forma cumulativa, um conjunto de factores; entre eles encontramos a existência de textos escritos (mesmo que a escrita não esteja fixada) e de modelos escritos reconhecidos.

⁴ «Tout semble montrer qu’il n’existe pas de véritable savoir grammatical oral, les faits justifiant *a posteriori* l’étymologie du mot grammaire (du grec *gramma*, lettre), par lequel l’Occident a désigné la partie essentielle de son savoir linguistique» (AUROUX, 1989: 23).

relação com o seu valor simbólico na construção da identidade nacional) a assumir-se como um dos factores de impulso no desenvolvimento dos estudos sobre a linguagem (AUROUX, 1989: 19-23 e 28). Parece-nos interessante acrescentar aqui que dados sobre desenvolvimento ontogénico confirmam a evolução referida à escala filogénica; pelos resultados obtidos a partir de trabalhos experimentais, muitos autores são levados a considerar que o desenvolvimento da consciência metalinguística (e das capacidades metacognitivas em geral) se encontra intimamente associado à aprendizagem da leitura e da escrita¹.

As primeiras evidências de um exercício de investigação sistemática sobre a estrutura da língua são dadas por achados na Suméria e datam do segundo milénio antes da era cristã. Os fragmentos de gramática que aí se encontraram reflectem a situação de bilinguismo sumério / acádico própria da sociedade babilónica da época, o que indica, segundo Jacobsen, que a situação de contacto de línguas ou de convívio de variantes especializadas é propícia ao desenvolvimento dos estudos sobre a linguagem². O sumério,

¹ «Os contextos de comunicação escrita encontram-se entre os que, com maior acuidade, colocam em relevo o processamento metacognitivo, devido aos requisitos de explicitação linguística que envolvem. Por sua vez, o processamento metacognitivo é favorecido pelo carácter não imediato, com diferimento entre produção e recepção, que caracteriza a comunicação escrita. Em virtude destas características, a expressão escrita foi tomada não apenas no seu papel de poder representar o pensamento, mas também como instrumento que pode contribuir para o próprio desenvolvimento da capacidade de análise, de tomada de consciência. (...) Nalgumas das perspectivas apresentadas, a consciência metalinguística ou alguns dos níveis de consciência relativa à linguagem são vistos fundamentalmente como um produto da aprendizagem escolar, nomeadamente do domínio da leitura ou da língua escrita em geral e da aquisição de conceitos gramaticais» (BARBEIRO, 1999: 27 e 49). Para informação de mais pormenor sobre desenvolvimento e avaliação de capacidades metafonológicas, cf. MARTINS, 2003: 166-182. Para uma síntese sobre as relações entre a consciência metalinguística, nas suas diferentes dimensões, e a representação escrita, cf. BARBEIRO, 1999, Parte I.

² «Language is so much a part of us that we are rarely aware of it for itself, only for what we are trying to convey with it; it has become a second nature to us. To properly observe it, to become aware of it for itself and as a system a special situation is necessary, a situation inviting comparison, a situation such as the one in which the beginnings of grammar are found to appear, where there is a choice of statement in the classical rather than in the

idioma em que estava escrita a maior parte da literatura clássica, desaparecia rapidamente como língua viva e falava-se, então, unicamente nas escolas (JACOBSEN, 1974: 41-44), sobrevivendo como língua sagrada. Tal facto motivou o seu estudo pelos escribas e conduziu ao que Mounin (1967: 47-49) refere como o nascimento de uma filologia e de uma lexicografia. As circunstâncias que deram lugar ao estudo gramatical na Mesopotâmia parecem, assim, ter sido similares às que rodearam, como veremos, o aparecimento de tais estudos na Índia e no mundo greco-romano: a preocupação com a preservação da literatura clássica, veiculada por uma língua que se tornava obsoleta (JACOBSEN, 1974: 41).

A Linguística (tomado o termo no sentido amplo de ‘actividade intelectual reflexivo-descritiva cujo objecto é a linguagem humana’¹) pode, portanto, ser vista como **uma das mais velhas disciplinas da história da humanidade**; do seu desenvolvimento infere-se, também, o valor social e civilizacional da comunidade que a pratica². Aliás, a tomar-se a reflexão

colloquial form of the language, or even in an entirely different language» (JACOBSEN, 1974: 41-42). A este propósito, considere-se ainda o que escreve Hans Arens (1975: 15): «Sólo cuando comprueba que hay otros hombres de lengua diferente (...) y se ve forzado a pasar, con gran esfuerzo, de un medio de expresión a otro para hacerse entender, deja la lengua de ser un obvio fenómeno natural y acaba por enterarse de que la suya es uno de tantos medios de expresión. Yo creo que fue esta fundamental experiencia la única que motivó la especulación sobre la lengua». Os motivos mais frequentemente destacados no processo que desemboca na análise dos dados linguísticos podem, na verdade, ser generalizados como reconhecimento da existência de diferenças ou discrepâncias entre variedades no interior de uma comunidade e entre comunidades, ou entre o estado actual e um estado anterior de que se tem ainda conhecimento. É precisamente a consciência deste último tipo de divergência que está na base do desenvolvimento do estudo linguístico nas sociedades clássicas da Índia, China, Grécia e Roma (DELL HYMES, 1974: 3). Sobre o carácter “íntimo” da linguagem e as implicações de tal facto para o respectivo estudo, também Hjelmslev (1968: 11) afirma o seguinte: «il est dans la nature même du langage d’échapper à la conscience: sa destination naturelle est d’être un moyen et non un but, et ce n’est que par artifice que le projecteur peut être dirigé sur le moyen même de la connaissance. Il en est ainsi dans la vie quotidienne, où il est normal que le langage ne franchisse pas le seuil de la conscience; et il n’en n’est pas autrement dans le domaine de la recherche scientifique».

¹ Abstrai-se, portanto, para já, das questões que envolvem o estatuto epistemológico dessa área de trabalho e a sua definição como ciência no quadro geral das ciências.

² «Dans toutes les sociétés qui se sont constituées en organisations devenues relativement complexes, tant par la taille de leur territoire que par celle de leur population, on trouve

sobre a linguagem na perspectiva de uma história da Filosofia (em cujo âmbito, de qualquer forma, a linguagem é objecto de especulação e não de observação, nunca aí constituindo um objecto particular), torna-se mesmo impossível determinar o ponto de partida desse tipo de actividade: segundo Manesse (1973: 303), não há sistema filosófico que não seja, ocasional ou mesmo essencialmente, uma interrogação sobre a linguagem.

Não está aqui em causa, note-se, a definição do momento *a quo* daquilo a que poderemos chamar **Linguística**¹; trata-se, fundamentalmente, de frisar o carácter “intemporal” com que a linguagem humana prende a atenção do seu utilizador, já que, se se aceitar, como alguns propõem, que não se pode falar, com propriedade, de um início da disciplina antes do aparecimento da primeira gramática completa de uma determinada língua ou da primeira especulação filosófica consistente e documentada sobre a natureza da linguagem (BUGARSKI, 1976: 7), é a Panini e a Platão, respectivamente, que remonta o início das ciências da linguagem. O saber sobre a língua aparece, então, como metalinguístico, revestindo-se este quer de uma natureza especulativa, situada puramente no plano da representação

au moins les embryons de trois disciplines: les mathématiques, le droit et **la grammaire**» (GRANGER, 1990: 2326). (O destacado é nosso).

¹ O simples uso dessa designação coloca algumas questões: Auroux (1989: 14-15), frisando que “linguística” resulta de um neologismo alemão que, criado em 1777, é reutilizado em 1808 e adaptado para o francês em 1812 (pelo religioso G. Henry, na sua *Histoire de la langue française*), defende que o termo traduz, precisamente, a análise da linguagem típica desse período, referindo-se a uma forma de saber e de prática nascidas no séc. XIX, num contexto determinado, com objectos determinados (o parentesco genético das línguas, a explicação histórica, as línguas em si próprias e por si próprias). Trata-se, portanto, nesta perspectiva, «d'une forme de structuration du savoir éminemment transitoire, qui est probablement en train de disparaître sous nos yeux», razão pela qual, na sua opinião, a “expressão plural” **ciências da linguagem** se torna mais adequada. Noutro contexto, também Hjelmslev (1968: 109-110) explica que a opção pelo termo **glossemática** como forma de designar a sua teoria da linguagem não teria sido necessária «si le terme de *linguistique* n'avait pas été employé abusivement pour désigner une étude erronée du langage à partir de points de vue transcendants qui ne sont pas pertinents». Em português, **linguística** é uma palavra importada do francês e surge atestada em 1873 no *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*, de Frei Domingos Vieira. Antes disso, em 1844, já Herculano a utilizara (MACHADO, 1977: 3º vol.; NASCENTES, 1932: 466).

abstracta, quer de uma natureza prática, decorrente da necessidade de adquirir determinado tipo de mestria, seja esta a mestria da enunciação, a mestria das línguas ou a mestria da escrita (AUROUX, 1989: 18).

As especificidades de que o século XX, neste percurso evolutivo, se reveste traduzem-se não só na definição de sucessivos quadros formais de análise, que se pretendem teórica e metodologicamente coesos, como também na insistência com que se teorizou em torno da questão da identidade da Linguística. Um dos aspectos que assim se debate relaciona-se com o carácter científico ou não da disciplina, reconhecidas que são as suas singularidades quer relativamente às ciências exactas, quer relativamente às ciências ditas sociais ou humanas. Destas aproxima-a o facto de os domínios envolvidos (os factos humanos) implicarem sempre sistemas simbólicos e significações; daquelas, a valorização de rigorosos procedimentos e técnicas de análise.

O modo como a questão é equacionada varia, naturalmente, em função das coordenadas epistemológicas que orientam a reflexão: se alguns estudiosos consideram determinante o momento em que a Linguística se definiu, fundamentando-o teoricamente, um objecto e um quadro metodológico organizado, outros, adoptando uma concepção de ciência onde não cabem as disciplinas designadas como “ciências humanas”, consideram os aspectos fundamentais que aproximam a Linguística desta área do saber e a fazem divergir das ciências exactas; em causa está, então, uma concepção galilaica de ciência à qual correspondem, como características, a matematização, uma relação estreita entre as proposições teóricas e o real do qual aquelas são necessariamente representações e um modo de conexão privilegiada entre as hipóteses controladas e a formulação das novas

hipóteses (AUROUX, 1990: 2316)¹. Nesta perspectiva, e embora ocupando um lugar privilegiado, a Linguística não pode senão integrar as ciências humanas que, segundo Granger (referido por LAZARD, 1999), ainda não atingiram um estatuto verdadeiramente científico; adequa-se, ao tipo de prática que aí se desenvolve, a definição que este epistemólogo apresenta de **proto-ciência**².

Ao contraste que, desta forma, se estabelece com o domínio das ciências naturais fazem alguns corresponder afinidades com outras áreas do saber, nomeadamente com a Filosofia: Itkonen (1991: 334) sustenta que é nesta disciplina que encontramos analogias com a teoria gramatical³, enquanto Châtelet (1973: 13-14) relaciona intimamente a Filosofia e as

¹ A atracção que este modelo epistemológico exerceu sobre a modernidade foi (é), de facto, profunda: «what biology, especially botany, and geology were for Schleicher and his contemporaries, and what sociology and psychology were for the generation of Saussure, mathematics and physics have become for the 20th-century man: the models for all other disciplines that wish to be recognized as practicing ‘science’» (KOERNER, 1976: 690).

² Granger designa, assim, disciplinas que, como a Física anterior a Galileu, não dispõem de uma definição categorial dos objectos que observam: «coexistent, donc, et se succèdent, des “physiques” et des “mécaniques” qui ne délimitent pas de la même façon leur objet, ni ne soumettent aux mêmes règles générales d’observation, ni ne font usage d’un outillage matériel et conceptuel uniforme, ni même ne posent les problèmes qu’elles peuvent avoir en commun dans des termes comparables. Certes, des appareils conceptuels très subtils, très complexes et d’une excellente cohérence interne ont pu alors être élaborés, qui font encore l’admiration de l’archéologue du savoir. Mais il semble que ces belles machines aient tourné à vide, faute d’une détermination explicite et efficace de leur champ d’application, d’une définition catégoriale des objets de leur visée» (GRANGER, citado por LAZARD, 1999: 68). Para sustentar a sua posição, Lazard (1999: 68-69) evoca Benveniste (de cujas ideias, lembra o autor, se aproxima Hjelmslev) que, na década de 60, se refere à Linguística como uma disciplina que **aspira** constituir-se como ciência. É idêntica a opinião de Greene (1974: 493), segundo o qual o modelo humanístico de pensamento que aí prevaleceu durante grande parte do século XX pode explicar o “atraso” que a Linguística, segundo este ponto de vista e no momento histórico do autor, regista no desenvolvimento de uma teoria geral, de uma metodologia consciente e de um alto nível de generalização.

³ Esta proposta de Itkonen (1991: 347) decorre da sua interpretação de que objecto e métodos da descrição gramatical se têm mantido consideravelmente estáveis ao longo dos tempos (o autor fala de «‘timeless’ nature of grammatical theory»), manifestando assim uma convicção que encontra paralelismos no âmbito do discurso filosófico: «Parece que os argumentos utilizados com maior frequência pelos críticos da actividade filosófica são mais ou menos os seguintes: a filosofia é essencialmente estéril visto que, de geração em geração, os filósofos levantam os mesmos problemas, põem em questão todas as respostas quer sejam dos seus predecessores ou de escolas contemporâneas rivais» (STENGERS, 1979: 82). Esta é, de facto, uma linha de pensamento semelhante à expressa por Itkonen, tornando-se compreensível a aproximação das duas disciplinas: em ambos os casos, é a própria noção de “progresso” que fica comprometida.

ciências sociais no seu conjunto, apresentando estas como o resultado dos ataques de que, em meados do séc. XIX, aquela é alvo. “Assaltada” pelos poderes instituídos, contestada pelo desenvolvimento das ciências físicas que definem um outro estatuto de **enunciado verdadeiro**, perturbada pelas revelações nietzschianas que evidenciam a contingência e “a tolice” do **Verdadeiro**, do **Belo**, do **Bem**, a “exigência crítica” inventa, então, como pontos de apoio, as ciências sociais; simultaneamente, estas absorvem novos objectos, já que se tornara evidente que a Filosofia era incapaz de dar conta do indivíduo, das suas acções, da sua afectividade, da sua natureza, das suas vontades. A partir daí, segundo Châtelet, as ciências humanas vivem numa ambiguidade epistemológica: tendo sido mal sucedidas na sua tentativa de se definirem como positivistas, reorientaram-se para os problemas filosóficos, mas continuaram fascinadas pelos modelos de racionalidade definidos pelas ciências exactas. Apesar da importância que, para o esclarecimento deste problema, se reconhece às propostas saussureanas fundamentais, é assim possível, com Lazard (1999: 68-69), encarar a questão «La linguistique est-elle une science?» como uma questão não resolvida.

Lazard (1999: 84) aborda a questão da cientificidade da Linguística considerando que, e de acordo com os ensinamentos da epistemologia e da história das ciências, a operação fundamental da atitude científica é a elaboração de um objecto abstracto que se extrai, por um esforço ascético, da multiplicidade de determinações que o envolvem na experiência vivida; por esse facto, as ciências só surgem à custa de um considerável esforço de conceptualização e é a própria natureza das ciências humanas que as coloca perante um dilema:

Ou réduire totalement les significations à des sens strictement mis en forme, au risque de s'évanouir la spécificité de leur objet, et dégénérer en exercices logico-mathématiques. Ou introduire massivement et naïvement les significations comme telles, et perdant toute possibilité de construire

des modèles abstraits, se muer dans le meilleur des cas en herméneutique philosophique, en vaticinations mystiques dans le pire (GRANGER, 1994, *Formes, opérations, objets*, citado por LAZARD, 1999: 84).

No âmbito desta análise, a gramática comparada, a gramática gerativa e a tipologia (esta com mais propriedade que as outras duas) são apontadas como abordagens que, de certa forma, cumprem aquele requisito. Assim, à gramática histórica aponta-se o mérito de, pela demonstração do parentesco das línguas clássicas e do sânscrito, ter estabelecido um facto que escapava à intuição e de o ter feito através de um método de princípios bem definidos (dessa forma marcando o nascimento do que se designou efectivamente por linguística científica); salienta-se, no entanto, que os resultados assim obtidos não são da mesma ordem que as leis da natureza, uma vez que incidem sobre línguas e factos particulares, espacial e temporalmente determinados (LAZARD, 1999: 74). A gramática gerativa aparece, a seguir, como um momento de confirmação da natureza científica da Linguística¹; no entanto, e segundo o mesmo autor, as regularidades, objectivo de uma ciência da linguagem, não são, na verdade, abordadas e detectadas do modo mais eficaz no quadro dessa análise. Na sua opinião, que se aproxima das de Hjelmslev² e Benveniste, é a tipologia,

¹ «Chomsky was the first to show that the scientific study of the language faculty was a feasible enterprise: it could be conducted through the use of precise formal models of language knowledge, language acquisition and language use, models possessing a non-trivial deductive structure, rich in heuristic value and accessible to a variety of modes of empirical validation. This is the essence of the “Chomskian revolution”: the language faculty is accessible to study in the “Galilean style”, the style of inquiry which established itself in the natural sciences since the XVIIth century» (RIZZI, 1997, *On the study of language as a cognitive capacity*, citado por LAZARD, 1999: 75). Manesse (1973: 314) avalia de forma semelhante esse momento da história da Linguística: «S’il est peut-être abusif de parler d’une “révolution copernicienne” opérée par la grammaire générative, il n’en demeure pas moins vrai que ce courant ne s’inscrit pas dans la continuité historique que présente la linguistique structurale. (...) Chomsky propose d’opérer une cassure nécessaire, un saut qualitatif qui permette à la science du langage de passer de la phase descriptive [própria da gramática tradicional e da linguística estrutural] à la phase théorique, explicative».

² «On a depuis longtemps compris qu’à côté de la philologie qui voit dans l’étude de la langue et de ses textes le moyen de parvenir à une connaissance littéraire et historique, il y avait place pour une linguistique qui fait son but même de cette étude. Mais (...) l’histoire et la

baseada na comparação de línguas o mais diversas possível, que se afigura como a via mais promissora; se o seu objectivo é alcançar “universais” ou “invariantes”, isto é, leis de funcionamento da linguagem (LAZARD, 1999: 67), essa área de trabalho satisfaz a condição apontada como fundamental para a definição de ciência.

Independentemente da complexidade epistemológica com que a questão, que nós aqui apenas afluamos, pode ser abordada, é indiscutível a pertinência do princípio de que definir a Linguística é, antes de mais, instituir um ponto de vista através do qual se lhe atribuirá um objecto integral e concreto (MANESSE, 1973: 305); nessa perspectiva, Saussure apresenta-se como uma figura de referência em tal processo de construção¹, desencadeando, segundo Harris (1990: 20), uma segunda mudança de perspectiva na linguística moderna ocidental (a primeira traduziu-se no desenvolvimento da gramática comparada do séc. XIX) e uma primeira redefinição da própria disciplina.

comparaison génétique des langues, qui sont devenues l'objet essentiel de la linguistique traditionnelle, ne se donnaient pas pour but la connaissance de la nature du langage: celui-ci était seulement le moyen de parvenir à l'étude des sociétés et des contacts entre les peuples aux époques historique et préhistorique. (...) On croit sans doute, lorsqu'il s'agit de technique interne de comparaison des langues, s'occuper de la langue elle-même. Ce n'est qu'une illusion: ce n'est pas la langue que l'on étudie, mais bien ses *disiecta membra* qui ne permettent pas de saisir la totalité qu'est la langue. (...) Pour construire une véritable linguistique il convient de procéder autrement. La linguistique ne saurait être ni une simple science auxiliaire ni une science dérivée. Elle doit chercher à saisir le langage non comme un conglomerat de faits extra-linguistiques, mais comme un tout qui se suffit à lui-même, comme une structure *sui generis*. (...) Les résultats de cette nouvelle linguistique permettraient, entre autre, d'établir une base homogène de comparaison des langues en faisant disparaître le particularisme des concepts qui est le principal écueil de la philologie» (HJELMSLEV, 1968: 11-12).

¹ Comprova-o a abundância, na bibliografia especializada, de afirmações como as que se transcrevem a seguir: (i) «Certes, avant le XXe siècle, un grand nombre de problèmes qui feront l'objet de la théorie linguistique ont été çà et là abordés. (...) Mais il est légitime (...) d'attribuer à [Saussure] le mérite d'avoir fait opérer à la réflexion sur le langage le saut qualitatif qui permit à la linguistique de se constituer en science» (MANESSE, 1973: 304); (ii) «Anno Domini for modern linguistics is established by the date of publication of Saussure's *Cours de linguistique générale*» (HARRIS, 1990: 23).

Um aspecto que, apresentado no *Cours de linguistique générale* (SAUSSURE, [1916] 1968: 515), se reveste de considerável valor epistemológico tem a ver com o princípio de que um dos objectivos da Linguística é a sua própria delimitação e definição. Assim, a conclusão final da obra de que «la linguistique a pour unique et véritable objet la langue envisagée en elle-même et pour elle-même» (a afirmação clássica da autonomia da linguística sincrónica, segundo Newmeyer¹, e que, depois das pesquisas de Godel, ficamos a saber ser da responsabilidade dos editores²) pressupõe todo um trabalho de teorização em torno da identificação e legitimação desse objecto.

As dicotomias estabelecidas por Saussure são, neste contexto, de importância vital. A distinção *língua* / *fala*, permitindo circunscrever o objecto da Linguística (tal como este e, depois, vários outros linguistas de referência, a concebem e julgam possível), mas apresentando um poder descritivo e explicativo que ultrapassa o valor metodológico que motiva, aqui, a sua referência, é fundamental: só a língua, representando o sistema abstracto de relações estruturais inerentes à linguagem e partilhadas por todos os membros de uma comunidade idiomática, e nível ao qual se confina a sistematicidade da linguagem, pode ser tomada como objecto de trabalho da Linguística; a fala, por seu turno, remetendo para a dimensão singular da produção, é excluída da análise.

Saussure não desconsidera o facto de a “parole”, precedendo historicamente a “langue”, ser necessária para que esta se estabeleça: aliás, dado que é a fala que a manifesta e a expõe à análise, a língua (no sentido

¹ Para comprovar o valor de referência de Saussure e do referido princípio, veja-se a posição histórico-epistemológica que Newmeyer (1986: 28) lhe atribui: «The linguists of this century have been largely engaged in developing the ideas implicit in this statement, or in attempting to show that they are fundamentally misguided».

² «La phrase finale, souvent citée, du *Cours de linguistique générale* (...) n'est pas de Saussure, mais de ses éditeurs» (GODEL, 1957: 181); de qualquer modo, e de acordo com a concepção saussureana de língua, Godel considera que, para o estudioso suíço, «ce sont “les langues et la langue” qui constituent le véritable objet de la linguistique».

saussureano) constitui-se, neste enquadramento, e independentemente da hierarquização que, depois, as correntes estruturalistas vão estabelecer entre os dois níveis, como um objecto construído, produto de um movimento orientado do sensível para o teórico (MANESSE, 1973: 318). Trata-se, portanto, de dois objectos intimamente relacionados e que se pressupõem, pelo que a teoria da linguagem (e da linguística) desenvolvida por Saussure implica uma hierarquia destes dois planos e a definição de duas disciplinas. Considerando que, no estudo da linguagem, é secundária a parte que tem como objecto a dimensão individual do fenómeno, distingue-se uma linguística “propriamente dita” de uma linguística “da fala” com cujos pressupostos Saussure não vai, dadas as suas opções, ocupar-se; depreende-se, no entanto, que a “linguística da fala” integrará a “linguística externa”, analisando, esta, tudo o que, não deixando de ser importante, é estranho à língua enquanto sistema (SAUSSURE, [1916] 1968: 59-60).

O valor teórico e metodológico da distinção **língua / fala** proposta por Saussure é comprovado pelo facto de a reencontrarmos posteriormente integrada em diversas teorias: Hjelmslev formula-a sob os termos de **esquema e uso**; a gramática gerativa, sob a forma de **competência / performance**. Embora os termos em oposição não sejam perfeitamente equivalentes, a função da dicotomia mantém-se constante: o objecto da Linguística define-se por oposição ao plano da actualização, seja qual for a fórmula que o designa¹. Note-se no entanto que, ao distinguir linguística externa e linguística interna, Saussure elimina desta tudo o que é estranho ao sistema e, portanto, também a determinação social em que o fenómeno da linguagem se manifesta; à linguística interna cabe o estudo da língua em si, o que equivale a dizer, o mero estudo do sistema funcional.

¹ Sobre a importância da dicotomia saussureana para o desenvolvimento de diferentes áreas da linguística do século XX, cf. COSERIU, [1952] 1967: 52, n. 96.

Dependendo de vários factores operantes na comunidade considerada, a norma (esteja em causa o valor clássico ou objectivo do termo) não cabe, portanto, nesse domínio de trabalho (COSERIU, [1952] 1967: 58). Pode, assim, perceber-se, como Coseriu ([1952] 1967: 59) salienta, uma oposição entre duas concepções que, na doutrina de Saussure, parecem quase sempre identificar-se: (i) a língua como **instituição social**, em relação com outras instituições do mesmo tipo e contendo, pelo facto, elementos não funcionais, como a norma; (ii) a língua como **sistema** abstracto de oposições funcionais.

Aquela forma de perspectivar o objecto e de definir o método orientador da análise conduz à explicitação, no próprio *Cours de linguistique générale* (CLG) ([1916] 1968: 19-20), de um outro princípio basilar da linguística moderna:

La matière de la linguistique est constituée d'abord par toutes les manifestations du langage humain, qu'il s'agisse des peuples sauvages ou des nations civilisées, des époques archaïques, classiques ou de décadence, en tenant compte, dans chaque période, non seulement du langage correct et du «beau langage», mais de toutes les formes d'expression.

Aceita-se, assim, que qualquer variedade idiomática, independentemente da sua natureza e das características da comunidade que a adopta, é um potencial objecto de análise linguística; todas as línguas e dialectos, enquanto estruturas complexas, podem, em suma, ser analisados com o recurso a métodos idênticos e não se concebem unidades idiomáticas que não possam adequadamente ser descritas em termos de sistema estrutural autónomo (isto é, em termos de regras gramaticais, dando-se conta das regularidades que subjazem à sua estrutura)¹. A Linguística

¹ Tal princípio teórico, a que Newmeyer (1986) chama “princípio do igualitarismo”, reveste-se, inevitavelmente, de contornos político-ideológicos que, em muitos casos, condicionaram o desenvolvimento da corrente estruturalista e motivaram parte das críticas

“propriamente dita” distingue-se, desta forma e nas palavras de Saussure, da “gramática” inaugurada pelos gregos e fundada sobre a lógica, que visa unicamente apresentar regras para distinguir as formas **correctas** das formas **incorrectas**; ao contrário da nova disciplina, aquela apresentava-se, portanto, como normativa e muito afastada da pura observação: o seu ponto de vista era, necessariamente, estreito (SAUSSURE, [1916] 1968: 1)¹.

Na sequência da divulgação das teses saussureanas, define-se então a linguística estrutural ou o estruturalismo, termos que passam a designar qualquer abordagem ao funcionamento interno da língua, concebida como um sistema estrutural coerente². Dessa análise resulta a definição de uma

que se lhe foram dirigindo. Assim, a oposição política à linguística estrutural foi suficientemente forte para inibir o seu desenvolvimento em vários ambientes: a Alemanha e a Itália da II Guerra Mundial excluem esse quadro epistemológico precisamente pela perspectiva igualitária das línguas que ele pressupõe («[structuralism], with its value-free analysis of individual languages and equal attention to all of them, regardless of the race or cultural level of their speakers, was anathema to official ideology in those countries» [NEWMAYER, 1986: 37-38]); a União Soviética anterior a 1950 considera-a um produto da ideologia burguesa, uma vez que ao conceito de sistema linguístico subjazem relações estruturais abstractas e não concretas relações de classe. Ao contrário, a linguística estrutural americana floresceu, precisamente, sob o estímulo do “igualitarismo”: «Propagandizing for the linguistic equality of all languages and dialects became the **hallmark of linguistic writing** in the United States, both scholarly and popular» (NEWMAYER, 1986: 40). (O destacado é nosso). De qualquer modo, é preciso não esquecer que, embora no contexto epocal e epistemológico em causa tal princípio assumia um valor determinante no desenvolvimento dos estudos linguísticos, isso não implica que a noção da igualdade das variantes não tenha sido postulada em anteriores momentos históricos.

¹ Manesse (1973: 303) sintetiza nos mesmos termos as características fundamentais da gramática tradicional: «La tradition grammaticale (...) dont l'activité remonte à l'Antiquité, se consacre au classement de la langue en parties du discours, en catégories morphologiques, etc. Mais l'**objet principal qui est visé (...) n'est pas la langue dans sa spécificité, mais la définition normative de règles à observer dans une langue donnée**». (O destacado é nosso).

² O estruturalismo, enquanto sistema filosófico, é comum a várias ciências humanas, das quais constitui (ou constituiu) uma base fundamental: «Se quiséssemos caracterizar resumidamente o pensamento que dirige a ciência actual nas suas mais variadas manifestações, não encontraríamos expressão mais adequada que a de *estruturalismo*» (JAKOBSON, 1974: 11). Assim, «o estruturalismo é uma posição científica geral para todos os campos do conhecimento humano. Abrange o estudo da natureza e o estudo do homem em sua criação cultural (...). Aparece na epistemologia como uma síntese hegeliana da oposição dialética entre o empirismo e (...) o idealismo, que parte de uma construção *apriori*. Decorre do pressuposto de que não há fatos isolados passíveis de conhecimento, porque toda significação resulta de uma relação» (CÂMARA JR., s/d: 5).

gramática, entidade autónoma, como autónoma é, igualmente, a disciplina que a analisa (NEWMEYER, 1986: 32-33). Destacando-se a noção de que qualquer variedade idiomática pode ser descrita em termos de regras gramaticais, o termo **gramática** assume, a partir de então e no quadro de uma linguística descritiva, o sentido genérico de '(análise sistemática da) estrutura de uma língua' (BRIGHT, 1992, vol. 4: 303) ou '(descrição das) regularidades que subjazem à estrutura de uma língua ou dialecto' (MILROY / MILROY, 1992: 269).

Oferece-se, então, uma alternativa à gramática tradicional que, independentemente das “nuances” que pode assumir nos diferentes contextos, assenta no preconceito de que a língua é um sistema invariável e imutável de formas e combinações, de onde decorre que apenas uma forma é correcta, não tendo as restantes existência reconhecida a esse nível. Regras e paradigmas flexionais assentam num uso literário aceite e a descrição restringe-se a traços que, por vezes arbitrariamente, têm sido considerados importantes para os objectivos práticos da gramática tradicional¹: estabelecer um padrão linguístico, discriminando o “certo” e o “errado” e apresentando razões para a escolha de formas e para a formulação de regras; ensinar aos estudantes (estrangeiros) as regras fundamentais da ortografia, morfologia e sintaxe. Com as suas subdivisões fundamentais (ortografia, partes do discurso, acidentes - flexão e derivação - e sintaxe - particularmente as regras de regime e concordância), a gramática tradicional constitui um modelo de pensamento que a história nos mostra ter sido moldado pelos Estóicos para a descrição do grego e adaptado (com base, sobretudo, nos trabalhos de Dionísio de Trácia, Donato e Prisciano), primeiro

¹ Antecipe-se, no entanto, que em determinados momentos da história «small groups of scholars have shown a more theoretical interest in the principles of analysis and the relations between the categories of language and thought. The most important of these are the Stoics, the scholastic philosophers of the twelfth and thirteenth centuries, and the adherents of *grammaire générale* (seventeenth-eighteenth centuries» (DIDERICHSEN, 1974: 278).

para o latim e, depois, para um número cada vez maior de línguas modernas e antigas (DIDERICHSEN, 1974: 278).

1.2. Atitudes descritivas e prescritivas no estudo da linguagem. Os conceitos de norma e standardização

Contrastam assim, na história dos estudos sobre a linguagem, atitudes de tipo descritivo e atitudes de tipo prescritivo¹. Se orientada por intuítos descritivos, a análise consiste na exposição das características gerais dos sistemas linguísticos em uso nas situações de comunicação («[linguist's] rules are statements about what people do in the language, not regulations for what they should do» [CULLEN, 1994: 3310]) e pressupõe a não avaliação das formas sob as quais se manifesta a diversidade linguística - sincrónica ou diacrónica. Em suma, reconhece-se e integra-se no estudo o princípio da igualdade de todas as variedades idiomáticas, que partilham a característica da regularidade e se equivalem nos padrões de funcionamento (CULLEN, 1994: 3311). Pelo contrário, as atitudes prescritivas implicam e traduzem uma clara e mais ou menos ostensiva hierarquização e qualificação das variantes e variedades

¹ Podemos, por essa razão, e adiando, de momento, a discussão que alguns elaboram em torno de tal dicotomia, falar de **gramática prescritiva** e de **gramática descritiva**; à primeira cabe, em suma, estabelecer regras que conduzam ao uso “correcto” da língua na sociedade; à segunda compete dar conta do uso real, pelo que pode, neste quadro terminológico, fazer-se coincidir com **Linguística**, tal como a apresentou Saussure. É exactamente essa sobreposição de designações que encontramos em Asher (1994: 5111), que associa (indicando valores idênticos, portanto) os itens **descriptive grammar** e **linguistics**. Depois do desenvolvimento da gramática gerativa, é possível opor **gramática descritiva** a **gramática formal**: enquanto a primeira inclui factos e parte da assunção de que a linguagem humana é de natureza essencialmente aberta, a gramática formal é exclusivamente dirigida para o sistema que lhe está subjacente (STUURMAN, 1994: 1456). Não é relevante, aqui, a oposição que se pode estabelecer entre uma gramática **explicativa** e uma gramática **descritiva** (neste caso, eventualmente orientada por objectivos prescritivos); essa é uma questão que retomaremos no momento de problematizar a “dicotomização” a que nos referimos.

sincronicamente concorrentes, ao mesmo tempo que promovem o combate às tendências de mudança linguística; surgem fundamentalmente associadas a uma era “pré-linguística” dos estudos gramaticais (BRIGHT, 1992, vol. 4: 303) e transparecem mais ou menos explicitamente de todo o discurso metalinguístico cujo objectivo seja condicionar - no sentido da aproximação a um determinado modelo - o comportamento dos agentes linguísticos individuais¹.

Trabalhos de análise linguística orientados por princípios prescritivos implicam, portanto, visões redutoras (“estreitas”, nas palavras de Saussure) do objecto:

prescriptivists generally work partially and selectively, focusing on small and easily parts of the language, rather than attempting a comprehensive description. The distinctions between speech and writing, between formal and informal situations of language use, and among varieties of language associated with social and geographical factors are generally not taken into account - nor is the distinction between the purely linguistic properties of a language or dialect and its social, political or commercial functions^[2] (MILROY / MILROY, 1992: 269-270).

Embora seja possível destacar, com alguma nitidez, os dois tipos de conduta a que nos vimos a referir, também se observa que, por um lado, grande parte da actividade desenvolvida no âmbito da linguística “descritiva” decorre de (ou pressupõe) esse mesmo processo de selecção, dado que privilegia, inequivocamente, determinado conjunto de variantes. Queremos,

¹ Atitudes de tipo prescritivo no modo de encarar o objecto **linguagem humana** são muito comuns, quer ao longo da história (marcando de modo mais claro determinados momentos e determinado tipo de produção gramatical), quer na actualidade; são posturas dessa natureza que, normalmente, transparecem das atitudes populares em relação à linguagem e às suas formas de actualização e de práticas pedagógicas ainda muito difundidas. Sobre algumas das formas que, em Portugal, essa atitude tem assumido entre os linguistas e os não linguistas, cf. LOPES, 1999: 45-47.

² O excerto transcrito tem como alvo atitudes exibidas no presente, mas dá conta das coordenadas fundamentais que orientam, independentemente da constrição temporal, a actividade prescritiva.

com isto, referir-nos ao facto de o objecto de descrição ser, normalmente, a variedade “não marcada”, de entre as disponíveis na comunidade idiomática, pelo que nos podemos questionar sobre se a natureza recorrente da escolha, por si só, não implicará a interpretação como modelo e critério de correcção dessa variedade. As restantes, pelo simples facto de surgirem associadas a um determinado vector da sociedade ou a um determinado tipo de condicionalismo situacional, são normalmente objecto de trabalho de disciplinas também elas marcadas no interior da própria Linguística: veja-se a especificidade que, habitualmente, se atribui à Dialectologia ou à Sociolinguística e que leva Labov (1997: 23) a confessar a sua longa resistência ao uso deste último termo; na sua perspectiva, tal singularização terminológica implica a cedência teórica de que a Linguística pode não ser social¹.

Por outro lado, as atitudes prescritivas que, ao longo dos tempos, foram orientando grande parte das reflexões sobre a linguagem e cujo exercício implica sempre, em termos metodológicos, o recurso à **descrição** (concebida aqui enquanto forma de apresentação dos factos, independentemente do processo de avaliação que os selecciona), só se podem compreender na sequência da constatação da variação e da mudança

¹ É evidente que aqui se entrecruzam questões de considerável complexidade (Corbeil [1983: 301] fala do paradoxo em que actualmente se vive entre a variação e a regulação linguísticas), uma vez que, se a comunidade linguística se define pela existência / possibilidade de comunicação entre os seus membros, o ideal orienta-se para a afinidade dos códigos em uso, cabendo à linguística académica um papel importante nesse processo. Adoptando a perspectiva da Antropologia Cultural e, assim, considerando a língua, facto cultural, no âmbito de uma teoria global da cultura, Corbeil (1983: 283) entende por regulação linguística «le phénomène par lequel les comportements linguistiques de chaque membre d'un groupe ou d'un infragroupe donné sont façonnés dans le respect d'une certaine manière de faire sous l'influence de forces sociales émanant du groupe ou de ses infragroupes. Elle provoque deux types de réaction, soit de mimétisme linguistique (imitation de l'usage d'un infragroupe ou du groupe) sous l'influence de la fonction intégrative de la langue (...), soit de respect de l'usage d'un infragroupe considéré comme l'usage le meilleur, même si ce n'est pas celui de l'individu lui-même (...) sous l'influence du principe de dominance».

linguísticas. Na verdade, tal posicionamento do estudioso decorre de uma forte consciência das diferentes modalidades expressivas e do seu valor social. Assim, nem sempre é óbvia a distinção entre os dois tipos de conduta, gerando-se algumas situações que Newmeyer (1986: 41-46), ao discutir a relação do meio científico com o referido “princípio de igualitarismo”, base da linguística descritiva, considera de “ambiguidade”. Na sua opinião, há mesmo que distinguir, a esse nível, a atitude dos linguistas americanos (assumidamente comprometidos com aquele conceito, recusaram a ideia de que as formas “correctas” devem ser prescritas) e a atitude dos linguistas europeus, uma vez que estes não só não se opuseram à gramática prescritiva, como colabo(r)aram com mecanismos de regulação linguística, de que são exemplos as academias; reconhecendo a igualdade “científica” dos dialectos não “standard”, mas conscientes da pressão exercida pelo meio envolvente, estes linguistas não foram relutantes em instar as pessoas a acomodar-se às normas prescritivas, aceitando que, se as diferentes unidades idiomáticas disponíveis no interior de uma comunidade linguística extensa são teoricamente iguais, elas não o são na prática. Estudiosos como J. Gonda e B. Malmberg manifestaram, mesmo, alguma hostilidade relativamente àquele pressuposto: o primeiro (comparativista) escreveu, em 1948, que o método que praticava era inaplicável a línguas “primitivas” como as da família indonésia; Malmberg defendeu, em 1964, que os princípios estruturais deveriam ser aplicados diferentemente consoante estavam em análise línguas literárias ou línguas não literárias.

Confirma a fluidez da distinção entre linguística descritiva e “linguística” prescritiva (em muitos contextos identificada com **gramática**) o facto de, ainda no século XIX, época em que a referida distinção começou a ganhar consistência teórica, muitos dos reconhecidos fundadores da nova ciência linguística (estão em causa nomes como Rasmus Rask, Jakob Grimm,

August Schleicher, Hermann Paul, Adolf Noreen e Henry Sweet) se terem envolvido profundamente em problemas de normalização e de, no século XX, esses mesmos assuntos terem despertado o interesse de linguistas como Antoine Meillet, Otto Jespersen, Edward Sapir e Leonard Bloomfield (HAUGEN, 1971: 50-51).

Às atitudes de tipo prescritivo está tradicionalmente associado o desenvolvimento de um conceito clássico de norma que, pressupondo a eleição como modelo de um conjunto de variantes, desenvolve ideologias de unificação linguística¹ e fornece um padrão de avaliação da qualidade do discurso. Norma define-se, desse modo, como princípio geral que torna possível julgar as acções humanas como **certas** ou **erradas**, assim estabelecendo uma relação de interdependência conceptual com a noção de (in)correção²; deparamo-nos, em suma, com um conceito ao qual se associam postulados que a investigação linguística do século XX pugnou por superar. Foi, no entanto, a rejeição, de princípio, da diferenciação qualitativa dos diferentes usos das línguas³ que permitiu a reintegração do termo no quadro conceptual da disciplina: **norma** passa, então, a referir

¹ O “modelo” é normalmente definido pela selecção de uma variedade, mas pode, igualmente, resultar da síntese de diferentes variedades. Embora, teoricamente, a definição de modelos (efectivamente reconhecidos como tal, já que de outra forma é o próprio conceito que se anula) promova a unificação, as dificuldades que determinados sectores da comunidade poderão enfrentar no acesso à referida variedade transforma-a também (ou antes) em factor de discriminação.

² Esse é o sentido que o termo apresenta na teoria social (ITKONEN, 1994) e que se torna óbvio ao considerarmos que a norma linguística constitui apenas uma vertente particular das normas sociais promotoras da coesão do grupo (MONTES GIRALDO, 1980: 249). Pelo contrário, “norma” e “regularidades” (das quais está ausente a dimensão axiológica que caracteriza o termo anterior) remetem para conceitos diferentes (ITKONEN, 1994), mas que se aproximam quando integramos o valor **objectivo** de **norma** a que adiante nos referiremos.

³ Como analisaremos mais tarde, esta tomada de posição não é consensual no interior da Linguística (onde se desenvolvem também argumentos no sentido da definição de uma linguística prescritiva ou da consideração, orientada por princípios científicos, do aspecto normativo da linguagem), mas é aquela que mais profundamente marcou o desenvolvimento desta ciência ao longo de grande parte do século XX.

factos ou usos **comuns**, desvinculando-se das apreciações, não científicas, de tipo valorativo; o adjectivo que define os factos envolvidos é, nesta acepção, **normal** (e não **normativo**) e pressupõe-se a existência de tantas normas quantos os grupos que constituem a comunidade.

Embora esse conceito já tivesse sido trabalhado por Troubetzkoy, Havránek¹ e Hjelmslev (LARA, 1976: 52), a reflexão que Coseriu desenvolveu em torno da noção de norma e do seu valor objectivo constitui para muitos um facto único na história da Linguística; a sua análise torna-se, por isso, incontornável quando esse é o tema em estudo.

Como Hjelmslev², também Coseriu baseou a sua reflexão na crítica da dicotomia saussuriana língua-fala, dando conta das principais questões aí envolvidas e apontando as insuficiências que a configuração proposta por Saussure revela: a identificação de **individual e concreto** e de **social e formal** (funcional); a rigidez de uma concepção que, por um lado, ignora o acto verbal, ponto em que língua e fala se encontram e se combinam, e, que, por outro lado, pressupõe um indivíduo completamente separado da sociedade.

¹ «The concept of norm as a regulator of the interpersonal handling and behavior had been discussed for several decades in philosophy and in several domains of social sciences, occasionally it had also emerged in linguistics; Havránek recalls the term as used in the science of law. (...) he does not specify the norm as a complex of rules for using language means (or means of text patterning), which are collectively understood as compulsory (or, more precisely, as suitable); instead of this, he characterizes the norm as “a complex of language means of a grammatical and a lexical nature ... which are regularly used” (p. 33), and as “a complex of language means which are to be used” (ibid.)». O consequente reconhecimento de que um regulador de uso deste tipo também actua na língua não-“standard” não impede, no entanto, uma hierarquização de níveis: «on the basis of a comparison of the situation in formations of both kinds, Havránek states that the norm of the Standard is more conscious and more obligatory, the requirement of its stability being more pronounced and its rise and development being accompanied by theoretical interventions. As concerns the relationship between norm and usage, Havránek explicitly states that it is impossible to say that only usage determines the standard norm» (HAUSENBLAS, 1994: 326).

² Coseriu inicia o seu famoso texto *Sistema, norma y habla* ([1952] 1967) precisamente com a referência à reflexão conjunta de Hjelmslev e Holtz, que distinguem três aspectos na linguagem (**esquema, norma estabelecida e fala**), em vez dos já tradicionais na linguística pós-saussureana, **língua e fala**.

Na fala individual não haveria assim, segundo Saussure, nada de colectivo¹, mas é no próprio *Cours de linguistique générale* que Coseriu acaba, no entanto, por encontrar sustentação para a sua proposta:

no pretendemos que en Saussure y en la lingüística saussureana se encuentre ya el concepto de *norma* explícitamente opuesto al concepto de sistema. Sólo nos parece que el concepto de *lengua* como el sistema abstracto de oposiciones funcionales implica el desarrollo del concepto de *norma* (abstracción intermedia) y que en el mismo Saussure pueden encontrarse las premisas para la estructuración de ese concepto, como también notables sugerencias acerca de su naturaleza (COSERIU, [1952] 1967: 62).

No âmbito da teoria exposta por Coseriu, a abstracção é um recurso metodológico que permite ao linguista, partindo da única realidade “investigável” da linguagem, a fala concreta, atingir níveis superiores e cumprir o seu objectivo de descrição da língua. A *Teoria da linguagem* de Karl Bühler fornece-lhe, então, nesse pressuposto, um instrumento precioso, quer para a necessária análise dos conceitos saussureanos, quer para a apresentação da sua própria noção relativa ao escalonamento das abstracções, dando forma ao quadro geral onde se situa o conceito de norma (LARA, 1976: 62-63)².

¹ A esta perspectiva, Coseriu ([1952] 1967: 56) contrapõe que é necessário «comprovar (...) lo social en lo individual, en los actos lingüísticos del sujeto. Y dado que lo social es (...) *sistema normal y sistema funcional*, los dos aspectos podrán comprobarse en los actos individuales, además del aspecto que pertenece exclusivamente al individuo».

² Segundo Bühler, que analisa a linguagem de forma fenomenológica, para que adquiram precisão e fundamento mais sólido, as distinções na linguagem devem fazer-se: 1) considerando ou não a relação com o sujeito-falante; 2) atendendo ao diferente grau de abstracção que subjaz à análise. A combinação desses dois pontos de vista (individual-interindividual; concreto-abstracto) leva à definição de quatro conceitos: (i) **acção verbal**; (ii) **acto verbal ou de fala**; (iii) **produto linguístico**; (iv) **forma linguística**. Este último dá conta do resultado da acção verbal considerado por abstracção das suas características *hic et nunc*, das circunstâncias da situação verbal concreta, e pela procura da generalidade comum a todos os produtos, que não é mais que a sua sistematicidade, o seu valor funcional [os aspectos a considerar são, neste momento, o interindividual e o formal] (COSERIU, [1952] 1967: 47-48; LARA, 1976: 63).

Este resulta, então, de um trabalho de abstracção sobre os fenómenos linguísticos¹ que se processa do seguinte modo:

La descripción “estructural” que realiza el lingüista a partir del *producto* concreto, parece reducirse a la constante búsqueda de rasgos distintivos en diferentes niveles de pertinencia: sobre el *habla* de un individuo se forman sucesivas generalizaciones y cada una de ellas constituye un “sistema” de cierto grado, hasta llegar a la cima, en que las únicas relaciones pertinentes son las funcionales. Esta cima es la que corresponde al *sistema* (y, más arriba, al *tipo*). En todo el trayecto se pasa del individuo aislado (idiolecto) a distintos grupos de individuos (...). Todo esto no significa sino que del *habla* a la *lengua* hay varios caminos, que se recorren con el instrumento lingüístico de la “abstracción”. Hay un lugar en que se descubre que “hay elementos que no son *únicos* u *ocasionales*, sino *sociales*, es decir, *normales* y *repetidos* en el hablar de una comunidad (Coseriu 52, III.3.2, p. 55)^[2]; este lugar corresponde a un “primer grado de abstracción”: el de la *norma*. Si el análisis continúa, eliminando cada vez aquellos elementos que (...) varían y dejan de ser comunes a todo agrupamiento de hablantes, se llega al “segundo grado de abstracción”, perteneciente al campo de la *forma lingüística* bühleriana: se trata del “*sistema funcional* que se establece en el plano superior de abstracción” (*loc. cit.*). La *norma*, en consecuencia, se diferencia del sistema en cuanto está formada por “esos elementos normales y constantes en una lengua y, sin embargo, ‘no pertinentes’ desde el punto de vista funcional, dado que no pueden clasificarse en el sistema”^[3] (Coseriu, 52, IV.3.2, p. 69) (LARA, 1976: 70).

¹ «Se deduce, entonces, que la norma de Coseriu es un concepto *descriptivo* en primera instancia, puesto que se descubre como parte del proceso de generalización y abstracción que realiza el lingüista» (LARA, 1976: 71). Essa é a razão pela qual, segundo Lara (1976: 79), o conceito não integra a teoria coseriana da linguagem, mas exclusivamente a sua teoria da descrição linguística.

² «Por otra parte, colocándonos en el campo del fenómeno lingüístico considerado independientemente del sujeto (producto lingüístico + forma lingüística), descubriremos que hay elementos que no son *únicos* u *ocasionales*, sino *sociales*, es decir, *normales* y *repetidos* en el hablar de una comunidad, y que, sin embargo, no pertenecen al sistema funcional de las formas lingüísticas, o sea que ya sobre la base del llamado “producto lingüístico” puede establecerse un *sistema normal*, distinto del *sistema funcional* que se establece en el plano superior de abstracción, el de las “formas lingüísticas”» (COSERIU, [1952] 1967: 55-56).

³ Esses aspectos “afuncionais” que não se dão como puramente casuais, mas também não pertencem ao sistema caracterizam, no entanto, a língua onde ocorrem; no sentido amplo do termo, *língua* não é, então, só sistema funcional, mas é também realização normal

Deste modo, norma contém tudo aquilo que, no falar concreto, é repetição de modelos anteriores; a operação abstractiva que a ela conduz implica a exclusão do que, na fala, é aspecto totalmente inédito, variante individual, ocasional ou momentânea, conservando-se apenas os aspectos comuns que se comprovam nos actos linguísticos considerados e nos seus modelos¹; por seu turno, o sistema contém apenas o que, na norma, é forma indispensável, oposição funcional, eliminando-se por nova operação abstractiva tudo o que, no nível anterior, é mero costume, tradição, elemento comum, mas desprovido de valor funcional, em todo o falar da comunidade considerada (COSERIU, [1952] 1967: 96).

Formaliza-se, deste modo, um conceito de norma que é válido para uma comunidade; trata-se, rigorosamente, de uma norma social. O valor ('o que é normal') que o termo assume obriga, no entanto, a considerar essa noção a outros níveis. Assim, por exemplo, se se observam os actos linguísticos de um só indivíduo, destacando os elementos comuns aos seus diversos actos de fala, torna-se necessário introduzir no esquema, entre os limites da fala e os da norma social, um campo intermédio correspondente à norma individual. Pode-se ainda, pelo mesmo modo, distinguir linguagem familiar, linguagem popular, língua literária, linguagem elevada, linguagem

(COSERIU, [1952] 1967: 68). Entre as variantes admitidas pelo sistema, tanto do ponto de vista significativo como do ponto de vista formal, uma das possibilidades é habitualmente a normal (a integrada pela norma enquanto realização normal do sistema), enquanto as restantes ou se revelam anormais ou assumem um determinado valor estilístico (COSERIU, [1952] 1967: 86).

¹ O indivíduo «crea su expresión en una lengua, habla una lengua, realiza concretamente en su hablar moldes, estructuras, de la lengua de su comunidad. (...) el camino para llegar a ellos [sistema e norma] es el camino que parte del hablar concreto y procede por medio de abstracciones sucesivas, relacionado el hablar, los actos lingüísticos concretos, con sus modelos, es decir, con un hablar anterior, constituido, mediante otro proceso de formalización, en sistema de isoglossas» (COSERIU, [1952] 1967: 94). Língua constitui-se, assim, como sistema de aspectos comuns, *sistema de isoglossas*, com base no que chamamos material linguístico (soma de actos linguísticos).

vulgar, etc. (COSERIU, [1952] 1967: 98). O falante, ao contrário, toma como ponto de partida o seu conhecimento do sistema (bagagem linguística) e, ao “escolher” os meios para se exprimir verbalmente, junta sucessivamente os factos de norma social, os factos de norma individual e as criações instantâneas que constituem o falar num dado momento. Desta forma, quer do ponto de vista da abstracção metodológica, quer do ponto de vista da concretização, a norma representa um ponto intermédio que transforma numa estrutura tripartida a dicotomia saussuriana; como primeira abstracção, estabelece a ligação entre o sistema e a sua realização e, assim, norma social, norma individual e falar concreto são graus sucessivos de realização daquele (LARA, 1976: 72-73; COSERIU, [1952] 1967: 96-97)¹. A distinção adquire evidência sobretudo quando o sistema admite uma série de variantes de realização, aparentemente facultativas², mas não deixa de se aplicar quando a norma coincide com o sistema, nesse caso oferecendo uma única possibilidade (COSERIU, [1952] 1967: 89-90).

Fica claro, então, que não está em causa o sentido corrente do termo **norma**, enquanto conjunto de valores estabelecidos ou impostos segundo critérios de correcção e de valorização subjectiva do enunciado;

¹ «El *sistema* se presenta en efecto, desde este punto de vista, como una entidad abstracta, “una red de funciones”, que se realiza en formas sociales determinadas y más o menos constantes, las cuales constituyen un *sistema de realizaciones normales*, también abstracto (*norma*), que, a su vez, se realiza en *normas individuales*, así como éstas se realizan en la infinita variedad y multiplicidad de la actividad lingüística concreta. (...) el *sistema* es un conjunto de oposiciones funcionales; la *norma* es la realización “colectiva” del sistema, que contiene el sistema mismo y, además, los elementos funcionalmente “nopertinentes”, pero normales en el hablar de una comunidad» (COSERIU, [1952] 1967: 97).

² «Los ejemplos demostrativos de la oportunidad de la tripartición resultan evidentes sobre todo en el campo fónico - quizá porque justamente para ese campo existe una doctrina de las oposiciones pertinentes perfectamente desarrollada -, pero pueden darse ejemplos suficientemente claros relativos a la morfología propiamente dicha, a la derivación y composición a la sintaxis y al léxico» (COSERIU, [1952] 1967: 70-71). «[En] todos los campos, en todas las funciones que se pueden considerar en el lenguaje, es posible y necesario distinguir los dos aspectos de *norma* y *sistema*, para una comprensión más íntima de los hechos lingüísticos; o mejor, que, al lado del *sistema funcional*, hay que distinguir la *realización normal*, o sea, un grado inferior de abstracción, que también caracteriza las lenguas» (COSERIU, [1952] 1967: 88-89).

manuseamos, antes, um conceito de norma objectivamente comprovável numa língua¹, a norma que seguimos necessariamente por ser membros de uma comunidade linguística e não aquela pela qual se reconhece que “falamos bem” ou de modo exemplar. Nesta acepção, a norma refere-se ao “como se diz” e não ao “como se deve dizer”: os conceitos envolvidos são, por isso, **normal** e **anormal** e não **correcto** e **incorrecto**. É possível distinguir, portanto, uma **norma normal** e uma **norma correcta** que, frequentemente, não coincidem: a primeira adianta-se à segunda, sendo sempre anterior à sua própria codificação (COSERIU, [1952] 1967: 90).

É, então, a norma, enquanto sistema de realizações obrigatórias, imposições sociais e culturais que, na realidade, se impõe ao indivíduo. Fazendo parte da bagagem social dos sujeitos falantes (razão pela qual Lara afirma que a norma de Coseriu existe no plano psíquico da linguagem), limita a sua liberdade expressiva e comprime as possibilidades oferecidas pelo sistema dentro do fixado pelas realizações tradicionais (COSERIU, [1952] 1967: 98). Assim, a distinção entre norma e sistema revela-se muito importante para a compreensão do mecanismo da mudança linguística. Na verdade, o falante tem consciência do sistema, que utiliza; por outro lado, mantendo-se dentro das possibilidades que a esse nível se lhe oferecem, conhece ou não conhece a norma à qual obedece ou não. A originalidade expressiva do indivíduo pode, no entanto, ser tomada como modelo e imitada, tornando-se, por conseguinte, norma e provocando, nesta,

¹ Os conceitos de sistema e norma e o conceito de língua, ainda que estruturados de modo distinto, não são antitéticos. Com efeito, os aspectos comuns de uma série de actos linguísticos são necessariamente *normais* e, num plano superior de formalização, funcionais: podemos, por conseguinte, falar de norma e sistema referindo-nos a uma língua (sistema de isoglossas), em vez de nos referirmos exclusivamente ao falar. Só que a língua não se estende apenas na comunidade e no espaço, mas também no tempo: trata-se de um conceito histórico (a língua é continuidade), enquanto sistema e norma são conceitos estruturais e, por isso mesmo, sincrónicos (correspondem a um estado de língua) (COSERIU, [1952] 1967: 102-103).

alterações. Se a norma reflecte o equilíbrio do sistema num determinado momento, a mudança na norma altera esse equilíbrio. Desta forma, pelo desconhecimento ou não aceitação da norma, o indivíduo aparece como ponto de partida também da mudança no sistema (COSERIU, [1952] 1967: 107).

Da sua conhecida tripartição, Coseriu parte ainda para legitimar diferentes perspectivas no estudo da linguagem, defendendo que assim se justificam e aclaram os fundamentos dos vários aspectos, tendências e orientações da linguística. Se o enfoque recai na *originalidade expressiva* do falante, trabalhamos no domínio da estética; se valorizamos o que, na fala, é tradição social e cultural, isto é, a norma, “fazemos” história da cultura; se o centro de interesse é o *sistema*, damos corpo à gramática “pura”¹: todas elas legítimas, nenhuma destas orientações dá, no entanto, conta, por si só, da complexidade da linguagem humana. Numa **ciência da norma** cabe uma estilística da língua, bem como a questão da distinção da fonologia e de uma ciência das realizações normais (enquanto estudo estatístico) do sistema fonológico de uma língua (COSERIU, [1952] 1967: 105-106).

Do ponto de vista teórico, esta concepção “científica” de norma desenvolveu-se, em suma, em relação com outros conceitos (como os de **sistema, estrutura e uso**) e sustenta uma concepção tripartida da linguagem: entre a total abstracção do sistema ou da estrutura (da língua saussureana) e as realizações multiformes da fala, norma surge como um conceito intermédio com o qual se explica a regularidade das formas de actualização

¹ Coseriu distingue, no que se refere à gramática propriamente dita, a gramática estrutural (ciência do sistema - ou gramática pura), gramática descritiva (ciência da norma), gramática dos erros (ciência da fala) - como transparece da *Grammaire des fautes* (1929), de Henri Frei. Não deixa de referir, no entanto, que cabe nesta última o estudo daquelas modificações em fase de difusão e que já constituem, de certo modo, “norma parcial” (COSERIU, [1952] 1967: 106).

do sistema (HELGORSKY, 1982: 1-2)¹; da observação do uso real da língua deduz-se, assim, uma **norma linguística objectiva** que se opõe a uma **norma social prescritiva**. Esta, relegada para contextos não científicos de utilização ou discussão, é entendida como a que responde à questão: «O enunciado X é correcto?» e pressupõe a existência de usos proibidos, fornecendo o seu objecto à gramática normativa (ou **gramática**, no sentido tradicional do termo). Na sua justificação, encontramos considerações de tipo cultural, estético ou mesmo moral, e que, sobretudo estando envolvidos os domínios do léxico e da sintaxe, reaparecem nos diferentes contextos históricos:

Certe voci o sintagmi sarebbero contrari allo «spirito della lingua» di cui soltanto certe persone (istruite o carismatiche) sarebbero i migliori o gli unici detentori, alla sua «chiarezza», al «buon gusto», all'estetica, al patriotismo, alla prassi della maggioranza dei «ben parlanti» ecc. (MULJAČIĆ, 1988: 288).

Se o conceito de norma objectiva pretende eliminar a vertente avaliativa e subjectiva que envolve a noção (prescritiva e clássica) de norma, é preciso notar que, também naquele caso, a aceitação social e o consenso que estão implícitos no termo em uso determinam que tal entidade funcione como um padrão orientador do comportamento linguístico dos indivíduos. Mesmo não avançando na teorização do problema, já os linguistas da escola de Praga dão conta desse facto, distinguindo **uso** (ocorrência habitual de um fenómeno linguístico, independentemente da sua correcção) e **norma** que,

¹ «La considération d'un troisième terme entre le système et la parole apparaît donc pour combler un vide entre la structure abstraite et le discours réalisé, dans une perspective structurale (et guillaumienne). Le troisième terme s'impose également dès que l'on veut rendre compte des *régularités sociales* du langage. C'est ce qui explique le recours de plus en plus fréquent à une instance de ce type, empruntée principalement à Hjelmslev, quelquefois à Coseriu ou à Guillaume, et que l'on trouve réinterprétée par des linguistes (...) [muito diferentes] (...). Certes, la notion ne porte pas toujours le nom de "norme"; l'"usage" suivant Hjelmslev [nível onde se processa a selecção das possibilidades que integram o que designa por **estrutura da língua**] semble même légèrement dominer» (HELGORSKY, 1982: 4-5).

dizendo respeito a qualquer variedade linguística, implica um elemento de conformidade a regras estabelecidas (MONTEAGUDO, 1994: 144; GARVIN, 1983: 148)¹. Assim, a noção de (in)correção coloca-se para qualquer variedade ou norma objectiva; a grande diferença está no facto de, no caso da norma prescritiva, os padrões definidos como correctos se imporem, conduzindo à formação de juízos de valor, sobre outras variedades (vertical ou horizontalmente definidas), que não apenas aquela que lhes dá origem.

As virtualidades que a nova concepção de norma apresenta no âmbito da teoria da linguagem dizem fundamentalmente respeito à integração do fenómeno da variação no quadro da análise estrutural². Veja-se o valor metodológico que, na dilucidação dos conceitos, reconhecidamente complexos, de **língua e dialecto**, Montes Giraldo (1980: 252) atribui à diferenciação entre **norma consuetudinária**, efectivamente actuante no grupo ainda que não explicitamente formulada, e **normas prescritivas** das academias, gramáticas, escolas, etc.:

¹ Destas duas entidades, os estudiosos de Praga distinguem ainda **codificação** (normativa), que diz respeito ao registo e regularização da norma nos manuais, gramáticas, dicionários, etc., por uma autoridade reconhecida e que ajuda a unificar e a estabilizar a norma, naturalmente sujeita a oscilações (MONTEAGUDO, 1994: 144-145; GARVIN, 1983: 148).

² «Le recours à la norme 1 [norma objectiva] permet donc de rendre compte plus totalement de tous les faits qui composent une langue, et particulièrement de ceux que la linguistique avait tendance à évacuer pour les renvoyer à la stylistique, à la didactique («niveaux de langue», «langues de spécialité»)» (HELGORSKY, 1982: 7). Sendo esta a grande potencialidade teórico-metodológica do conceito, ela aponta também para uma das suas fragilidades, que parece decorrer de uma inevitável conservação da dimensão axiológica do termo (de que **uso** se liberta) que se vem a revelar incompatível com os intuitos descritivos em vigor: «En fait, tant que l'on conserve le critère d'abstraction, tout reste clair et cohérent, en théorie du moins; rien ne s'oppose à ce qu'on remonte du discours à la norme [social, regional ou técnica], de celle à N [norma geral] et de N au système. Mais si l'on a recours à des critères de généralité d'emploi ou de diffusion, à des critères statistiques [critérios que orientam a integração do conceito em sociolinguística], des difficultés peuvent surgir dans la répartition des faits entre normes et système, et surtout entre norme et productions *anormales*, accidents de la performance (dont certains peuvent d'ailleurs respecter structurellement les données du système sous-jacent). **Et on risque de voir le concept de norme se diluer et englober de proche en proche tous les phénomènes du langage**» (HELGORSKY, 1982: 8). (O destacado é nosso).

la norma como ‘patrón comunitario de realización de las oposiciones funcionales del sistema’ (...) es el eslabón intermedio que nos permite unir la teoría de la lengua-sistema con la de la lengua-idioma, pues al mismo tiempo que representa el primer nivel de lengua o convención interindividual es también el criterio objetivo de delimitación de dialectos o variantes (MONTES GIRALDO, 1980: 250).

A neutralidade (considerada a atitude científica necessária ao desenvolvimento dos estudos da linguagem) de que o conceito objetivo de norma se pretende revestir não é, no entanto, um valor actuante no seio da comunidade linguística. Na verdade, o funcionamento desta (e aqui estão em causa não só os dados da actualização, mas também a dimensão subjectiva associada às atitudes linguísticas) confronta-nos com situações de clara hierarquização de variedades motivada por fenómenos de especialização funcional (determinada[s] variedade[s] é / são o veículo previsível e desejável de expressão em situações formais de elocução) ou pelo valor social e simbólico a elas associado. É este aspecto da relação entre variedades que leva os falantes a emitir apreciações valorativas do tipo: «os que falam desta maneira “falam bem”, são sofisticados e cultos; os que falam de modo diferente “falam mal”, são rústicos ou ignorantes». Para os membros da comunidade, determinada(s) variedade(s) impõe(m)-se, então, como um ideal de perfeição linguística, um modelo a imitar, um factor de distinção social (CARVALHO, 1979: 330). Embora no âmbito de determinado tipo de abordagem esse seja considerado um dado não científico¹, esta apreciação valorativa é um factor sociológico que a ciência tem de reconhecer e ter em conta e que, aliás, se introduz sub-repticiamente na análise linguística,

¹ Como veremos na secção 2.2. (*O estudo da estandardização: a formalização de modelos*) desta Parte I, outros autores trabalham no sentido da definição de quadros teóricos e metodológicos capazes de dar objectivamente conta desse tipo de factores.

condicionando mesmo, com alguma frequência, a distinção entre **língua** e **dialecto** (CARVALHO, 1979: 330-331, n. 32).

Não deixando de reconhecer, como princípio fundamental, a igualdade linguística das variedades coexistentes e explicitamente rejeitando uma noção prescritiva de norma ou uma visão normativa da linguagem, a consideração daqueles factos leva, no entanto, vários linguistas a definir (ou a aceitar, mesmo implicitamente, a existência de) uma entidade a que Carvalho (1979: 328-330) chama **idioma** ou **língua padrão** e que é legitimada não pelas suas “qualidades” linguísticas («perante a ciência todas as técnicas linguísticas são “iguais em mérito”» [CARVALHO, 1979: 330-331, n. 32]), mas pelo valor sociocultural que assume na organização e identificação da comunidade e que as atitudes dos seus membros confirmam. É pela mesma ordem de razões que Helgorsky (1982), tendo confrontado o que chama **norma linguística objectiva** (que fundamenta teoricamente) e **norma social prescritiva**, concebe, como uma terceira acepção do termo **norma**, aquilo que designa por **norma “étalon”**: esta funciona como a norma de referência pressuposta pelo estudo do desvio, da variação e da análise tipológica dos discursos e a sua escolha assenta em dados científicos; serve, em suma, para descrever comparativamente as outras normas¹. Confrontamo-nos, então, com o facto de o estatuto atribuído à língua padrão ou à norma “étalon” implicar sistemas de transmissão e de preservação que muito dificilmente se poderão dissociar de princípios e mecanismos prescritivos («it is characteristic of

¹ A esta última concepção de norma é, no entanto, concedida pouca atenção no âmbito do texto de Helgorsky; assim, também não é esclarecida a natureza (científica) dos dados em que assenta a sua identificação ou definição. De qualquer modo, a integração desse conceito evita, de alguma forma, a hostilização a que determinado tipo de princípios assumidos pelos especialistas foi sujeito: tenha-se presente que, como resultado da sua recusa em diminuir as variedades não-“standard” do inglês e da consequente oposição à gramática prescritiva, os linguistas estruturalistas anglófonos têm sido vistos, em determinados meios, como “sabotadores” da língua, dos modelos culturais e dos valores em geral (NEWMAYER, 1986: 43).

standard varieties that their use is finally enforced by prescription, a fact which might be largely patent» [AMMON, 1987: 328]). É assim que Montes Giraldo (1980: 253), embora associando as atitudes prescritivas ao que chama pseudouniversalismo imperialista, tem de esclarecer que não rejeita toda a norma prescritiva, visto que a considera necessária para manter um dialecto literário geral como forma superior de comunicação interdialectal. A justificação de atitudes e mecanismos que, de alguma forma, se relacionam com a “hierarquização” linguística passa, no entanto, a assentar numa consciência socialmente realista: **norma** é um «sistema di istruzioni che definiscono ciò che deve essere scelto fra gli usi di una data lingua, se ci si vuole conformare ad un determinato ideale estetico o socioculturale» (MULJAČIĆ, 1988: 288; o destacado é nosso). Legitimam-se também, no contexto ideológico da actualidade, as escolhas institucionais que reconhecem (e simultaneamente reforçam) a especialização funcional da(s) variedade(s) padrão. No que diz respeito ao ensino da língua materna, a escola cumpre, dessa forma, um dever social: o de permitir às crianças o acesso à variedade de prestígio¹. Segundo Trudgill (1975: 102), evitar que as crianças sejam discriminadas por exibirem dialectos de baixo prestígio é, mesmo, a única razão válida para o ensino, no sistema educativo do seu país, do inglês “standard”².

É considerando todos estes aspectos que, na sua análise das “áreas críticas da língua portuguesa”, Peres e Mória (1995) tomam como ponto de

¹ Fazer o aluno evoluir «para práticas mais normatizadas da comunicação oral e escrita» é um dos Princípios Orientadores expressos no *Programa de Língua Portuguesa para o 1º ciclo do Ensino Básico* publicado pelo Ministério da Educação.

² Trugill não deixa, de qualquer forma, de problematizar essa opção institucional: afirmando que a própria assimilação das variantes de prestígio é ideologicamente questionável, defende que se deve, antes, estimular uma mudança na atitude avaliativa que os falantes assumem relativamente à organização interna da comunidade linguística em que se inserem (cf. SANTOS, 1990-2000: 351-352).

referência a “variante culta” no seu registo escrito¹: além de toda uma tradição de opção pela variante linguística sustentada pelos grupos mais letrados do litoral centro, para a sua identificação há que considerar que se trata da variedade de difusão e reconhecimento generalizados, da variedade que funciona como factor de unificação nacional, daquela que, por tudo isto, se tornou a menos problemática em termos de intercompreensão; trata-se, ainda, da variante que permite o acesso ao património literário da comunidade e daquela sobre a qual trabalham as diferentes áreas de acção linguística. Essa é, então, a variante que, «no interesse da comunidade linguística em geral, [tem de] ser privilegiada em tudo o que respeite à preservação e ao desenvolvimento da cultura escrita: no ensino, na comunicação social, na redacção oficial, no tratamento informático da língua» (PERES / MÓIA, 1995: 40). Cabe aqui, portanto, a noção de desvio (ou erro, ou anomalia, ou irregularidade) que, na perspectiva destes autores, é «normalmente fruto da falta de familiaridade com os monumentos escritos da língua ou da ausência de um distanciamento em relação a ela que permita a compreensão da sua orgânica e das imensas possibilidades que oferece» (PERES / MÓIA, 1995: 41). Se a noção de (in)correção assumia, no contexto ideológico que enformava a gramática tradicional, formas impositivas e justificações arbitrarias, avaliando variedades que eram estranhas à sua definição, neste outro envolvimento pretende-se justificar “cientificamente” o seu manusear, considerando-se a conjugação da dinâmica interna da linguagem com aspectos atitudinais depreendidos do comportamento da comunidade linguística:

temos da variante de que escolhemos analisar alguns aspectos, como de qualquer outra, uma visão dinâmica, não conservadora, que tem em conta que todas as línguas estão permanentemente sujeitas a mudanças provocadas por tendências físicas e cognitivas do ser humano, pela

¹ Note-se, aqui, a associação, aliás muito comum e que nesse texto se tenta justificar, entre a variedade seleccionada e a noção de **língua portuguesa**. É precisamente este tipo de procedimento que leva Montes Giraldo (1980) a falar de «pseudouniversalismo imperialista».

evolução do próprio mundo e das formas de comunicação e pelo contacto entre variantes e línguas. Admitimos, por isso, como natural e desejável a inovação linguística em todos os planos, sem perda do carácter de uma língua. Temos também, a contrabalançar, uma visão orgânica da mesma língua que nos levará por vezes a considerar que se ganha mais em termos do equilíbrio e beleza do sistema se se deixarem funcionar mais as suas tendências próprias de sistematicidade que o livre arbítrio dos falantes. De qualquer modo, acima de tudo colocamos sempre a muito difusa, mas sempre soberana decisão da comunidade linguística (PERES / MÓIA, 1995: 40).

Desvio linguístico é, nesta óptica, «mudança imotivada ou inútil, eventualmente geradora de assimetrias no sistema e de perdas de poder diferenciador e que, em última análise, a comunidade rejeita» (PERES / MÓIA, 1995: 14); essa noção nada tem a ver, portanto,

com alternativas fonéticas, lexicais ou sintácticas com uma justificação interna num subsistema linguístico e adoptadas de modo (razoavelmente) permanente por uma comunidade linguística (isto é, que contribuem para a definição de uma variante). Assim, as construções - ou usos lexicais, ou realizações fonéticas - que (...) configuram um desvio linguístico têm de obedecer a pelo menos duas condições: (i) constituírem rupturas com o subsistema ou variante de que é suposto fazerem parte; e (ii) não serem integradas - pelo menos plenamente - pela comunidade linguística de suporte (PERES / MÓIA, 1995: 40-41).

O conceito de desvio só tem validade, então, no contexto da análise de uma variedade determinada que lhe serve de referência, de algum modo conciliando-se o postulado do igualitarismo e o princípio de que, numa perspectiva meramente linguística, não faz sentido falar de certo e errado na linguagem (TRUDGILL, 1975: 38) (assim se exclui a noção de correcção) com o conceito de língua (ou variedade) enquanto (dia)sistema partilhado pela comunidade. Poderemos dizer, nestas circunstâncias, que se trabalham normas prescritivas, mas que, em consonância com os princípios que orientam a linguística moderna, se exige que aquelas sejam descritivamente

adequadas. O reconhecimento do valor fluido e relativo do conceito apresentado (em causa - como áreas críticas da língua portuguesa - estão «ora desvios que (...) parece que a comunidade rejeitará, ora sintomas de evolução que possivelmente vingarão, de acordo com o evidente princípio linguístico de que o normal de hoje foi ruptura de ontem» [PERES / MÓIA, 1995: 41]) sugere para o linguista um papel de intervenção consciente sobre a língua e, se quisermos, o exercício de uma actividade de tipo prescritivo: aliás, é a própria noção de **área crítica**, insinuando regularidade (expressividade estatística, portanto¹) no desvio, que implica esse valor. O poder de intervenção que o linguista, desta forma, assume traduz-se num conjunto de opções cuja legitimação nem sempre exclui os aspectos valorativos e uma dimensão subjectiva: veja-se, num dos extractos transcritos, o recurso à formulação «equilíbrio e beleza do sistema» e ao valor semântico (explícito e inferido) da expressão «se se **deixarem funcionar** mais as suas tendências próprias de sistematicidade do que o livre arbítrio dos falantes» (PERES / MÓIA, 1995: 40)².

Assim, num contexto (social e [meta]linguístico) onde a noção de (in)correção parece incontornável, a realidade da actualização linguística confronta-nos com o facto de alguns enunciados produzidos pelos falantes não serem, numa determinada perspectiva, correctos e de a maioria das frases correctas nunca terem sido nem nunca virem a ser produzidas (ITKONEN, 1994: 2834); frase correcta (objecto da teoria gramatical e resultado da aplicação escrupulosa de um conjunto de regras) e frase produzida (ocorrência linguística temporal, espacial e situacionalmente determinada) são noções que não se sobrepõem. Deste modo, se muitas vezes não há qualquer

¹ É por este facto que os sociolinguistas tenderão a afastar, da análise, o conceito de (in)correção.

² O destacado é nosso.

conflito entre os dados da realização (fonte para a formulação das regras descritivas do linguista) e convenções prescritivas, noutras ocasiões registam-se grandes diferenças. Deparamo-nos, então, com um paradoxo que se traduz no facto de variantes “não correctas” ou “agramaticais”¹ ocorrerem usual e regularmente, levando a que um número considerável de falantes de línguas estandardizadas considerem, eles próprios, que a sua forma de actualização idiomática não representa a “verdadeira” língua ou a língua “correcta”²; a divergência que assim se instala entre as atitudes populares e as dos actuais linguistas descritivistas é enorme (MILROY / MILROY, 1992: 269)³. Esse desencontro torna-se particularmente problemático quando as regras prescritivas se apoiam em bases de difícil legitimação: analogias com outras línguas (especialmente as clássicas, adoptadas como padrões de excelência linguística por gramáticos das línguas modernas); valor modelar da língua escrita; princípios da lógica⁴.

¹ Não exploramos aqui o diferente valor que, em determinados contextos, as duas expressões podem assumir.

² Ammon (1987: 325) refere essa particularidade como uma manifestação da autonomia que distingue a variedade “standard” das outras variedades: «Once a standard variety has been soundly established it becomes autonomous to the other varieties in the following way: This variety alone, or at least to a greater extent than all the other varieties, is considered to be correct and speakers using other varieties are corrected in the direction of the standard variety».

³ Podemos considerar que são desse tipo as variantes analisadas como “áreas críticas” por Peres e Mória (1995). Na sua análise deste tipo de situação, Lodge (1993: 5-6), referindo-se à França e à Grã-Bretanha, escreve o seguinte: «In these countries institutional pressure to conform to **standard linguistic usage has been strong for so long that people have come to believe that the standard language is the only authentic form of the language and that all non-standard varieties are merely failed attempts to express one self properly**». (O destacado é nosso).

⁴ Em Crystal (1995: 3), encontramos exemplificada a actuação deste tipo de princípio na definição de estruturas (in)correctas na língua inglesa: «You should say or write *It is I* and not *It is me*, because the verb *be* is followed by the nominative case in Latin, not the accusative. You should say and write *whom* [common in writing and in formal styles of speech] and not *who*, in such sentences as - *did you speak to?* You shouldn't say *I haven't done nothing* because two negatives make a positive». Cf. também CULLEN, 1994: 3310-3311.

Como a prescrição, também a standardização diz respeito ao estabelecimento e promulgação de normas (linguísticas) que, tipicamente, envolvem questões de correcção em termos de ortografia, léxico e gramática (HERBERT, 1995: 2-3). A estes conceitos está também tradicionalmente associada a dimensão pedagógica de grande parte da produção gramatical, numa relação que a prática de muitos países ocidentais preserva. Assim, também aqui está em causa a valorização como modelo de uma determinada variedade (a funcionar como língua “standard”) e se estimula a comunidade (sob uma forma mais ou menos impositiva) no sentido da uniformização; a imposição, em qualquer esfera de actividade, da uniformidade sobre uma classe de objectos é, aliás, o traço semântico especificador daquele termo (LODGE, 1993: 23; HERBERT, 1995: 12).

A standardização implica, assim, por definição, a fixação de um ideal de língua - em direcção ao qual deverão convergir os esforços dos diversos agentes - e a sua aceitação por toda uma comunidade de idioma, que passa a dispor, desse modo, de uma norma supradialectal (língua comum¹); entre os meios de que uma comunidade dispõe para impor e manter esse “ideal de língua”, a educação constitui um dos mais poderosos (NINYOLES, 1980: 77). Estamos, em suma, perante um processo normalizador², cujo desencadeamento decorre tanto de pressões subjectivas (uma língua uniforme pode funcionar como símbolo de identidade do grupo), como de pressões objectivas. Neste caso, trata-se de assegurar e melhorar a eficácia funcional: a supressão da variação linguística assegurará a comunicação

¹ A valorização, como definitório dessa variedade, da associação da língua “standard” às funções ditas “altas” (registos formais) faz com que, em determinados contextos, as expressões língua “standard” e língua comum surjam com valores diferenciados.

² **Standardização e normalização / unificação** surgem, assim, e não só no domínio do metalinguístico, como termos equivalentes.

através de longas distâncias espaciais e temporais com um mínimo de equívoco na compreensão (LODGE, 1993: 24).

No seu desencadeamento e desenvolvimento, o fenómeno de estandardização / normalização apresenta, além de uma componente que podemos considerar fundamentalmente linguística, uma componente civilizacional e ideológica, concretamente a convicção de que determinada língua (e todas as línguas) se pode(m) adequar às exigências da cultura moderna e é (são) igualmente qualificada(s) para desempenhar as funções de comunicação e integração social, que Ninyoles (1980: 75) coloca como a segunda implicação fundamental do processo e que ganha particular relevância em contextos de bilinguismo com diglossia¹:

Por un lado, *normalizar* significa dar normas, reducir a unas reglas, codificar, estandarizar un idioma a base del establecimiento de una variedad supradialectal. Esta significación es, pues, fundamentalmente lingüística. Por otra parte, al hablar de normalización sugerimos un poner o restituir a nivel normal una cultura. (...) “Normalizar” equivaldrá a situar una lengua en pie de igualdad con otras lenguas (ni “arriba” ni “abajo”): en un mismo plano.

Perspectivada desta forma, a normalização não é mais do que uma das implicações inevitáveis da democratização cultural e socioeconómica (NINYOLES, 1980: 85), pelo que o esforço de convergência e de unificação subjacente àquele processo apresenta ainda, segundo Ninyoles (1980: 83), quer uma dimensão externa (inter-regional), quer uma dimensão interna (superação dos desníveis culturais). Em contextos monolíngues, a questão pode colocar-se nos mesmos termos, se a língua “standard” é a língua da escola e esta se encontra acessível à generalidade da população:

¹ É uma situação desse tipo (o convívio, na Catalunha, do castelhano e do catalão) que orientam o trabalho de Ninyoles aqui evocado.

La normalización significa, en definitiva, una respuesta a los retos y nuevas oportunidades planteadas dentro de una sociedad democrática. Lo que quiere decir, desde el ángulo sociolingüístico, la abolición del distanciamiento “vertical” establecido entre las dos lenguas que, al propio tiempo, supondrá una “des-distanciación” social (NINYOLES, 1980: 90).

Seja “espontâneo” ou resulte de intervenção institucionalmente organizada em contextos de planificação linguística - que, como em qualquer outro domínio, implica não só a definição de uma direcção para determinada acção social, mas também a justificação dessa escolha -, o processo de standardização surge como uma exigência da modernização¹. No seu desenvolvimento intervêm “forças” diversas e, apesar de a sua importância variar em função do contexto histórico², não se podem desconsiderar os contributos de instituições de controlo linguístico (Academias de Língua), normalmente orientadas para a preservação do purismo idiomático e exercendo uma influência conservadora sobre os idiomas: veja-se, por exemplo, a importância da *Accademia de la Crusca* a partir de 1582, em Florença; da *Académie Française* em Paris, a partir de 1634, ou da *Real Academia Española* fundada em Madrid em 1713. Noutros casos, a formação da língua “standard” está intimamente associada à obra de indivíduos de grande autoridade: Ammon (1987: 329) refere Samuel Johnson para a Inglaterra, Noah Webster para os Estados Unidos, Josef Dobrovsky para a Checoslováquia, Konrad Duden para a Alemanha e Pompeu Fabra para a Catalunha.

¹ Sobre este assunto, cf., adiante, o subcapítulo 2.2.1 (*O contributo do Círculo Linguístico de Praga*).

² É por isso que a pressão linguística imperativa e organizada das Academias de Língua, decisiva no contexto histórico de uma normalização, apresenta uma importância diferente nos países que possuem línguas já normalizadas (NINYOLES, 1980: 87).

A planificação linguística é, então, uma actividade organizada e formalmente dirigida pela autoridade pública com o objectivo de regularizar e normalizar línguas ou criar unidades (entenda-se, línguas “standard”) novas¹ e implica um conjunto de programas e projectos coordenados a nível macrossociológico (NINYOLES, 1980: 87). Na maioria dos casos, e respondendo à necessidade de resolver problemas de comunicação no interior de uma comunidade, o termo refere-se a uma política de selecção que incide sobre um conjunto de dialectos e se baseia num estudo sistemático e teoricamente sustentado dos recursos linguísticos disponíveis (ASHER, 1994: 5138). Em termos mais amplos, planificação linguística refere-se a qualquer tipo de decisão sobre a língua e sobre o que com ela se relaciona (HERBERT, 1995: 1). Constituindo uma área de trabalho do que se pode chamar **(socio)linguística aplicada**, a planificação linguística integra necessariamente a questão da estandardização, na medida em que envolve escolhas e decisões sobre a forma da língua “standard” (HERBERT, 1995: 3); aliás, esse deve ser o ponto de referência de uma discussão linguisticamente orientada da planificação linguística (GARVIN, 1974: 72)². O planificador é, assim, um “decision-maker”.

¹ Note-se, no entanto, como Haugen demonstra com o caso norueguês, que «una normalización - (...) como proceso histórico - puede cumplirse en ausencia de una auténtica planificación lingüística, políticamente dirigida» (NINYOLES, 1980: 87).

² Segundo Haugen (1971), no centro da actividade de planificação linguística (PL), encontra-se o exercício de julgamento sobre o resultado das escolhas entre as formas linguísticas disponíveis ou, mais sinteticamente, “a avaliação da mudança linguística”. Haugen reconhece-se, neste aspecto, devedor de P. S. Ray (autor de *Language Standardization: Studies in Prescriptive Linguistics*, 1963), para quem a linguística prescritiva assim envolvida se define pela procura da razoabilidade na discriminação das inovações linguísticas. Dá-se, no entanto, conta das dificuldades epistemológicas com que a sua reflexão se confronta no panorama das ciências actuais, reconhecendo que, a partir do momento em que a Linguística orgulhosamente se declara uma ciência descritiva, é possível questionar o valor científico do processo de avaliação e escolha (HAUGEN, 1971: 52). Ao linguista cabe, de qualquer forma, um papel num programa de PL: se esta consiste na “avaliação da mudança linguística”, «it is necessary to know just what change is and how it relates to the past and present structure of the language» (HAUGEN, 1971: 65). Na análise desta questão há que considerar ainda que, se a Linguística é necessária, essa disciplina não é suficiente para a elaboração e desenvolvimento do projecto; dada a sua complexidade, a planificação linguística envolve a Ciência Política, a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia, a Estética e a Filosofia. Confirma-se, assim, que: «Even if linguistics in its pure or

Embora os anos 60 e 70 do século XX acolham a publicação de muitos trabalhos de referência no âmbito da planificação e da política linguísticas, assinalando o interesse sistemático que essas questões atraem nas sociedades pós-coloniais emergentes e a pretensão implícita de que os linguistas são os especialistas qualificados para essa tarefa (HERBERT, 1995: 1), se tomarmos o termo (e o fenómeno) em sentido amplo, e aceitarmos que a Linguística se iniciou com um “legislador”¹, Panini, a planificação linguística (muitas vezes sob a forma de reflexão em torno de determinadas coordenadas de funcionamento da língua em sociedade) surge como algo muito remoto e atravessa muita da história da linguística. A persistência e a revitalização desse tipo de actividade no contexto da linguística moderna permite, então, defende Kloss (1967: 34), distinguir dois tipos de planificação, uma de natureza conservadora, outra de natureza inovadora. No primeiro caso, os conceitos orientadores são o da correcção, do purismo e da elegância; os planificadores seleccionam o que lhes parece melhor entre as formas disponíveis e propõem-se, não a podendo impedir, atrasar a mudança linguística; por seu turno, a planificação inovadora considera e valoriza a mudança e os seus objectivos são, muitas vezes, “revolucionários”: as línguas por elaboração (conceito “klossiano” que adiante explicitamos) são, por definição, resultado de planificação inovadora e não de planificação conservadora.

Tal como o processo de standardização, também a implementação das decisões dos planificadores se traduz, em parte, em actividades de codificação para orientação de escritores / “escreventes” e falantes numa comunidade linguística não homogénea (HAUGEN, 1971: 52).

MICROLINGUISTICS sense can narrow its view to the microcosm of language, an applied linguistics which claims to be included in MACROLINGUISTICS cannot overlook the macrocosm of society in which we actually live, speak, and write» (HAUGEN, 1971: 67).

¹ “Law giver” é a expressão de Haugen (1971: 50).

Um dos problemas teóricos que o conceito de standardização envolve decorre do facto de esse processo implicar, pela sua essência e como já notámos, a eleição de modelos linguísticos; se bem que o valor interdialectal destes justifique mais facilmente a sua adopção, é preciso não esquecer que, na definição desse ideal, interferem igualmente coordenadas sociolinguísticas¹. Assim, são normalmente os grupos sociais prestigiados que assumem o valor de referência; como, no entanto, estes (à semelhança do que acontece com quaisquer outros) não são nem estáveis nem homogéneos, a standardização absoluta de uma língua viva (enquanto fenómeno de unificação em sentido restrito) nunca é, na realidade, possível. Milroy e Milroy (1999: 19) propõem, então, que se conceba a standardização como um processo histórico que, em grau maior ou menor, está sempre em curso nas línguas que o exibem; a ideia, tal como Cheshire e Stein, apoiados naqueles autores, a apresentam, é a de que é mais realista pensar em termos de **processo de standardização** do que em termos de língua “standard”. Dá solidez a esta interpretação a dificuldade em definir o “standard” na linguagem: umas vezes apresentado por confronto com o que é dialectal, noutros casos essa “variedade” opõe-se a um não-“standard” ou a um estilo coloquial (CHESHIRE / STEIN, 1997: 2). Nesta perspectiva, o fenómeno da standardização pode ser visto como uma “mera” ideologia e a língua “standard” como uma ideia, um conjunto de regras abstractas ao qual o uso efectivo se pode conformar de modo mais ou menos notório (LODGE, 1993: 25); aproximar-se-á desse ideal a forma escrita da língua, incomparavelmente mais estável que a vertente oral e variedade modelar (pelo menos, nas sociedades escolarizadas ocidentais). Milroy e Milroy (1999: 118) defendem mesmo que, pelo menos no que se refere ao inglês, só no sistema ortográfico

¹ Aliás, em muitos casos, são factores de natureza sociocultural e económica que determinam a natureza da variedade diatópica a valorizar.

a total estandardização é uma realidade: os desvios, mesmo lógicos, não são aí tolerados.

É nesta linha de pensamento que alguns consideram a estandardização um fenómeno e uma preocupação exclusivos ou típicos das línguas com escrita e que a própria noção se encontra intimamente relacionada com a invenção da imprensa e a expansão da literacia¹, já que antes desta os registos escritos, quando existentes, reflectem uma variedade de tradições e idiosincrasias. Aliás, considerar que a estandardização, enquanto estabelecimento de uma norma consistente para uma língua particular, envolve exclusivamente as línguas escritas é uma das formas de atenuar o paradoxo a que nos referimos atrás e que resulta do desencontro entre os dados da realização (e a sua avaliação pelos próprios falantes) e as convenções prescritivas. É precisamente pela relação entre escrita e “standard” que Cheshire e Stein (1997: 3) explicam o pouco interesse que, tradicionalmente, a sintaxe vernacular desperta entre os estudiosos: sem forma escrita, é para o plano fónico que os dialectos geralmente chamam a atenção. Ao contrário, é do “standard”, intimamente associado à língua escrita, por seu turno caracterizada pela tendência para a uniformidade, que

¹ «[L']apparition de l'imprimerie, dans le contexte de la diversité des langues et du développement du capitalisme marchand (...) est un moteur décisif pour la grammaticalisation et la standardisation des vernaculaires européens» (AUROUX, 1989: 29). Garvin (1986: 13) defende, no entanto, que podemos também pensar na possibilidade de uma estandardização linguística fundada na oralidade, como consequência das condições especiais de modernização de certas comunidades do Terceiro Mundo. Uma situação desse tipo detectou-se na Bolívia, onde «une sorte de standardisation orale est en train de se développer pour la langue autochtone, l'aymara, du fait de son emploi par de petits émetteurs radio de la capitale du pays. Cette standardisation est rendue nécessaire par le fait que les locuteurs d'aymara qui se sont déplacés vers la capitale parlent une multiplicité de dialectes. Cette situation a entraîné le développement d'une variété non seulement relativement uniforme et compréhensible par tous, mais aussi standardisée dans le sens qu'elle est capable de servir de véhicule à une culture modernisée - tout cela oralement et indépendamment d'un processus d'alphabétisation». Scaglione (1984a: 14, n. 5) chama a atenção para a mesma realidade: «The statement that standard languages are essentially written is subject to some qualification. There are very important examples of the fact that a language can spread widely (as Indo-European and Proto-Slavic did [...]) or be the vehicle of a great empire (as the Inca's Quechua was) without being “written”».

parte o estudo da sintaxe; daí decorre (como acontece noutros níveis de descrição) a identificação, pelo falante comum e por vezes também pelo especialista, da sintaxe daquela variedade com a sintaxe da língua em causa.

Ponderadas todas estas questões, afigura-se útil (como sugerem Koch e Osterreicher, 1990, *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*, referidos por Stein, 1997: 35), inserir o postulado teórico que nos permite observar a realidade como um *continuum* de variedades em cujos extremos encontramos o dialecto e o “standard” escrito e onde cabem, portanto, as dicotomias oralidade/literacia; vernacular/estilos formais; concebe-se também, neste quadro, o desenvolvimento de um “standard” oral que, embora baseado no seu correspondente escrito, pode apresentar relativamente a este diferenças sistémicas¹. Por outro lado, não se pode desconsiderar a possibilidade de, na relação entre variedade “standard” e variedades não “standard” ou dialectais, as diferenças de função e estatuto socioculturais poderem ter repercussões a nível dos respectivos sistemas linguísticos (VAN MARLE, 1997: 13); a forma escrita não só permite o estabelecimento de modelos que superam as barreiras do tempo e espaço, como facilita a organização e composição dos textos, moldando o próprio processo da produção linguística com possíveis repercussões estruturais (DEUMERT / VANDENBUSSCHE, 2003a: 3-4).

A associação (ou a íntima ligação) da língua “standard” com o meio escrito faz com que esta seja, tendencialmente, menos dinâmica que as variedades orais que a rodeiam (HERBERT, 1995: 3, 7 e 10); actua no mesmo sentido o trabalho de codificação que, claramente, privilegia aquela em

¹ «[One] characteristic of a national language is its being by essence and by definition written - first of all and necessarily written, and spoken on the basis of the way it is written» (SCAGLIONE, 1984a: 13).

detrimento destas¹. No domínio da planificação linguística, Haugen (1971: 53) desenvolve, mesmo, argumentação para uma necessária inversão da relação hierarquizada entre código oral e código escrito que vigora na linguística moderna e que pode também explicar a falta de interesse que os especialistas manifestam relativamente a questões desta natureza:

The reason for the reversal is given by the function of writing as the medium of communication between speakers separated in time and space. Its permanence and its importance for the community permit and require a different kind of treatment from that which is accorded natural speech. Instead of remaining a mere record, it comes to embody a code of its own, which can influence the community speech.

Haugen considera que os problemas que desencadeiam movimentos de planificação linguística são sempre casos especiais de “não-comunicação” e analisa, por essa via, a íntima relação daquele mecanismo com a língua escrita:

By emphasizing the importance of the spoken language and the individual informant, linguistics has singled out the primary speech-community as its special concern. In such a community LP [sigla para ‘language planning’] is superfluous, since the immediate necessities of communication have provided the corrective to individual anarchy. (...) The linguistic code is internalized by each member of the community. (...) *Mutatis mutandis*, the larger speech community, in which communication must be mediated, is best served by a common code. This code lacks the immediacy of the speech situation; it must be more consciously shaped, and in so far as writing is involved, there is ample room for LP. The main point is that a written language lacks the self-correcting feature of speech; it needs a specialized class of guardians to provide this therapeutic effect (HAUGEN, 1971: 55-56).

¹ A questão do purismo linguístico relaciona-se, assim, com a da estandardização linguística: «This is obviously a cultural issue, having to do with authority and authenticity. It concerns efforts to remove ‘impure’ elements from the standard language; these impure elements may be either nonnative or simply nonstandard, i. e. they deviate from the variety used by the elite» (HERBERT, 1995: 10).

PARTE I - PRESCRIÇÃO / DESCRIÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DOS
ESTUDOS LINGUÍSTICOS

CAPÍTULO 2

Redefinição da Linguística?

2.1. A linguagem como actividade normativa e a legitimação de uma “linguística” prescritiva (ou: «there is no escape from normativity»¹)

Agency, normativity, responsibility, authority, voluntariness, and correctness should (...) be central concepts in a redefined study of linguistic form. And yet, under the influence of its two founders, Saussure and Chomsky, modern linguistics has exiled such concepts from the explanatory domain of linguistic science. This is perhaps because they failed to realize that, if language is not conceived as a moral, political, and normative form of human activity, then it is not amenable to explanation at all (TAYLOR, 1990: 148).

Já foi aqui posto em destaque o facto de a reivindicação, para a Linguística, de um carácter científico, se relacionar intimamente, no âmbito das coordenadas actuais, com a integração de noções anti-prescritivas e anti-avaliativas, com a instauração de atitudes e métodos descritivos e com o desenvolvimento de princípios teóricos legitimadores de tais opções. Representando, no desenvolvimento do estudo da linguagem, aquilo a que Kuhn chama uma mudança de paradigma², a consciência desta “nova” atitude e do seu valor teórico-metodológico e epistemológico vai motivar a elaboração de textos mais ou menos programáticos, como os que acompanharam o processo de desenvolvimento da Dialectologia no âmbito da

¹ CAMERON, [1995] 2000: 98.

² A obra fundamental onde Thomas Kuhn divulga o conceito é *The Structure of Scientific Revolutions* (1962, Chicago: University Press).

Linguística Românica: a recentemente assumida atitude científica permite na época a legitimação do estudo de variedades não “standard” (a linguagem popular, que assim se reabilita também socialmente) e dá sustentação teórica a uma disciplina em fase de afirmação no meio científico e académico.

O interesse científico da linguagem popular, redigido em 1942 por Paiva Boléo ([1942-1943] 1974), é um exemplo paradigmático desse tipo de texto. A ideia fundamental que o autor aí defende é a de que **Linguística**, então identificada com a Filologia, e **gramática** correspondem a actividades e comportamentos de análise diferenciados; assim, essas áreas de trabalho não se podem confundir, devendo tal distinção, fundamental, estabelecer-se claramente. Ao linguista e ao gramático cabem, na sua perspectiva, tarefas diferentes: observar, registar, interpretar e só depois deduzir *leis* (que não regras) são as funções que cabem ao primeiro; fixar normas, *regras* de bem falar, é o objectivo do segundo. Confrontamo-nos, aqui, com a concepção tradicional (prescritiva e restritiva) de gramática com a qual, no entanto, se julgam incompatíveis os interesses do linguista; a confusão entre as duas funções representa, por isso, um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento dos estudos considerados linguísticos e está na base de muitas das críticas que determinados sectores da comunidade leiga dirigem à actividade descritiva do especialista. A este cabe, rejeitando o preconceito de que «em linguística, como na velha Retórica, há assuntos nobres e assuntos vulgares», orientar-se pelos “verdadeiros princípios da filologia científica” (BOLÉO, [1942-1943] 1974: 49).

A atitude de Boléo não é, no entanto, a de censor no que se refere à actividade (tradicional) do gramático; o seu objectivo é, antes, desmotivar atitudes de um purismo radical:

A função do gramático é nobilíssima e indispensável em qualquer idioma; mas convém ter presente ao espírito que uma língua não é uma construção sem vida, cristalizada, *ne varietur*, que se possa reduzir ao

esquematismo empírico: “o que se deve dizer” - “o que não se deve dizer” (BOLÉO, [1942-1943] 1974: 51)¹.

Na mesma linha de argumentação, e motivado pelos mesmos interesses fundamentais, já Leite de Vasconcelos ([1901] 1987: 51 e 169) opusera o método científico inaugurado no século XIX aos procedimentos antigos, típicos dos gramáticos, dos ortografistas, dos puristas e do falante comum e assentes na noção - a rejeitar, no plano científico - de que a linguagem popular é uma manifestação, censurável, de corrupção.

Se o estudo de variedades “menores”, legitimado pelos pressupostos da linguística estrutural, pode ser encarado como a exteriorização mais “exuberante” de uma atitude de tipo descritivo, assim se superando o estado prescritivo, normativo da gramática tradicional, o desenvolvimento de disciplinas que tomam como objecto não só as variedades que daí resultam, mas o próprio fenómeno da variação (veja-se a Sociolinguística), introduz formas de encarar as línguas que constituem verdadeiras rupturas relativamente à posição típica do cidadão comum: para esses especialistas, a ideia da homogeneidade de uma língua natural é pura ficção e é às variedades estandardizadas (que tipicamente pressupõem uma intervenção consciente do homem sobre a língua) que cabe o estatuto de variedades “não naturais” (LODGE, 1993: 12). De qualquer modo, colocando a tónica fundamental no problema das variedades não “standard” e da sua função nos conflitos sociais, mas desconsiderando o facto de muitos dos problemas abordados nessa pesquisa envolverem, precisamente, a língua “standard” como um dos factores cruciais, também a investigação e ensino da Sociolinguística

¹ Também Crystal (1995: 3) nos confronta com o mesmo tom conciliatório: «both approaches are important, and have more in common than is often realized - involving a mutual interest in such matters as acceptability, ambiguity, and intelligibility».

atribuíram um estatuto marginal e relativamente secundário às questões de estandardização (GARVIN, 1986: 2)¹.

Por outro lado, a vocação descritiva que a Linguística progressivamente assumiu a partir do século XIX provoca, na altura em que se desenvolve e numa relação recíproca de causalidade, o desinteresse pelas variedades normativizadas dos idiomas em favor daquelas que ofereciam mais potencial para a reconstituição histórica das línguas (MONTEAGUDO, 1994: 141). Veja-se, por exemplo, a forma recorrente e enfática como os romanistas expuseram a questão do valor dos dados dialectais; entre os diferentes argumentos que, neste contexto, também aduz, Leite de Vasconcelos evoca mesmo o que designa por “naturalidade” da linguagem popular, característica que permite captar aspectos não acessíveis de outra forma e que está ausente da “linguagem literária”². Também entre os que, na actualidade, se ocupam dos problemas relacionados com a estandardização se assume como uma evidência o carácter conservador da variedade “standard”, atribuindo-se essa característica a uma maior sensibilidade à norma, por outro lado mais

¹ «A titre d'exemple nous pouvons citer les études sur les conflits linguistiques, sur le bilinguisme et sur le bidialectalisme. Dans la plupart des cas, au moins une des variétés linguistiques citées dans ces études est une variété standardisée» (GARVIN, 1986: 3). O conceito de “diglossia” é, precisamente, um conceito que pressupõe a existência, numa situação de contacto de línguas ou variedades, de uma entidade idiomática “alta”.

² «[Comme] les dialectes ont un développement plus libre et plus spontané que la langue des lettrés, qui est en partie très soumise à la tradition littéraire, et dans le lexique, dans le style, et même dans la syntaxe, aux goûts et aux caprices des écrivains de renom, on y peut plus facilement **surprendre l'action des forces vives du langage**» (VASCONCELOS, [1901] 1987: 169-170). (O destacado é nosso). Observe-se como, num outro ambiente de estudos, se obtêm reflexões / observações essencialmente convergentes: «The strong norm awareness (...) represents a powerful conservative force, meaning that in standard languages, the chances for natural change to operate are significantly less than in dialects. That is, in standard languages the purely systematic forces experience much more resistance from socio-cultural forces than in dialects where the systematic forces associated with natural change seem to have much more free play. The conclusion of the latter must be that linguists who are interested in the efficacy of the purely systematic forces in language - i.e. forces unhindered by the social norms - should not study standard languages in the first place *but dialects!* In standard languages, the efficacy of non-systematic - i.e. socially motivated - forces is strongest, meaning that it is here that the largest number of unnatural, marked solutions can be found» (VAN MARLE, 1997: 27).

elaborada que nas restantes variedades; as mudanças “naturais” e as tendências para a regularização têm, portanto, muito mais possibilidades de desenvolvimento no âmbito das variedades menos “regulamentadas” e dos usos informais.

No século XX, os especialistas das principais correntes linguísticas são levados, por aquele mesmo princípio, a considerar irrelevantes, para a ciência que praticam, a questão da prescrição e os problemas, associados, da norma linguística e da standardização¹; o auge dessa atitude encontramos-lo na escola estruturalista americana. Os referidos fenómenos surgem, conseqüentemente, como implícitos, mas sempre periféricos ou, mesmo, ignorados:

Du point de vue de la discussion de la norme dans la théorie linguistique, la pensée positiviste, scientiste et formaliste introduite dans la linguistique du XX^e siècle nous a empêché de conceptualiser un sujet qui, de par sa nature propre, transcende les frontières de ce qui est “strictement linguistique” et se dirige vers le domaine plus ouvert de l’élucidation et de l’interprétation du fait social, un sujet auquel les dogmes de la description et de la recherche de modèles linguistiques ne reconnaissent aucun *objet* d’étude (LARA, 1983: 571).

Em causa está, então, a clara dimensão sociológica (e marginal, considerando o valor - saussureano - da expressão “estritamente linguístico”) que os fenómenos evocados obviamente assumem. A sua consideração envolverá, então, necessariamente, uma área de trabalho já constituída, a da Sociolinguística, e lançará o debate em torno da definição de uma linguística prescritiva.

¹ No âmbito do estruturalismo (mais “rígido” ou mais “dinâmico”) há, no entanto, exceções a essa posição de indiferença: é o caso já referido da escola linguística de Praga e de Coseriu e Hjelmslev que, entre os teorizadores da norma, merecem uma referência especial.

Não obstante as dissemelhanças dos modelos científicos que advogam, Saussure e Chomsky, duas figuras de referência para a configuração da linguística moderna, partilham, neste contexto, alguns princípios comuns, nomeadamente a exclusão, do domínio da ciência linguística, dos conceitos de agente, voluntariedade e normatividade¹. Enquanto, para Saussure, a *langue* que um indivíduo recebe como herança é determinada pela sua integração numa comunidade linguística particular (a tese é, portanto, a de determinismo social), para Chomsky, o conhecimento linguístico que um indivíduo adquire é o produto de um determinismo natural que interage com estímulos experienciais. Partilhando a pressuposição da intersubjectividade linguística, tanto o estruturalismo saussureano como o gerativismo chomskiano consideram que o objecto da ciência linguística é a investigação do que a torna possível: a *langue*, concebida por Saussure como um sistema independente da vontade dos seus utilizadores; o princípio inato ou as propriedades cognitivas responsáveis pela faculdade da linguagem no homem, na perspectiva de Chomsky (MORIN / PARET, 1983: 179; TAYLOR, 1990: 123-129). Num caso como no outro, a dilucidação do objecto obriga à abstracção dos outros factores que intervêm na produção linguística, particularmente os factores socioculturais.

Apesar de o programa da gramática gerativa interditar, entre outras questões, o problema da norma (na medida em que esta, seja prescritiva ou linguística, se define em termos socioculturais) e a definição de comunidade linguística, alguns linguistas viram no desenvolvimento dessa escola uma defesa de teses prescritivistas e normativistas. Morin e Paret (1983), informando de que será vã a procura de discussões sobre norma nos trabalhos

¹ Às teses defendidas por estes teóricos, Taylor contrapõe a perspectiva normativista com que Locke encara a linguagem, vista como uma actividade voluntária e, por isso, sujeita à prescrição e à coerção social; a intersubjectividade torna-se, então, nesta outra perspectiva, uma responsabilidade moral e política.

fundamentais de Chomsky, oferecem-nos a análise das críticas fundamentais que, nesse âmbito, se desenvolveram no espaço da linguística francesa. Assim, na sua opinião, a crítica de normativismo que se faz à gramática gerativa baseia-se na atribuição a Chomsky de uma concepção social da língua que remonta a Saussure e de acordo com a qual o objecto da gramática seria a descrição da língua socialmente partilhada por uma comunidade (Chomsky refere-se a essa entidade como “superlíngua”¹); neste quadro, cabe ao linguista, que se baseia metodologicamente na introspecção, a selecção daquilo que é comum. Se, no entanto, o programa da gramática gerativa é, antes, a descrição das propriedades cognitivas responsáveis pela faculdade humana da linguagem e o seu objecto primeiro é um locutor-ouvinte ideal, isto é, uma construção abstracta, e não o representante ideal de uma comunidade linguística, fica invalidada, na perspectiva de Morin e Paret, aquela acusação:

Ainsi donc, la grammaire que construit le linguiste générativiste est la grammaire d’un individu, idéal peut-être, mais d’un individu^[2] tout de même. Dans la pratique bien sûr, il faudra partir de l’observation d’individus réels, un seul, ou plutôt un petit groupe qui semble avoir les mêmes usages et partager les mêmes jugements. On examinera dans ces usages et ces jugements ce qui semble relever des problèmes de mémoire, d’attention, de l’hétérogénéité de la communauté, etc., pour ne prendre en charge que ce qui est du domaine de la compétence grammaticale. (...) Le but, cependant, n’est pas la description de telle ou telle grammaire individuelle (...), mais bien la découverte des

¹ Uma espécie de “superlíngua”, cuja existência não reconhece, é o modo como Chomsky (1980: 118) se refere a uma «“shared language” (...) in terms of which each individual’s understanding of his own language must be explained».

² Assim, a língua a que Chomsky se refere é a língua de cada um tomada individualmente. Não existe língua de uma comunidade em si, mas antes um conjunto de línguas individuais mais ou menos próximas. A variabilidade não é, então, necessariamente, um problema de desempenho ou “performance” individual; a divergência linguística pode ser explicada por diferenças na competência dos indivíduos (o que equivale a dizer, pela interiorização de gramáticas não coincidentes). Aliás, também cada locutor-ouvinte interiorizou várias gramáticas simultaneamente, que utiliza em diferentes circunstâncias (MORIN / PARET, 1983: 189-192).

propriétés générales de la grammaire universelle. La construction d'une grammaire particulière fournit donc l'occasion de formuler des hypothèses sur la grammaire universelle ou de vérifier la validité d'hypothèses qui ont déjà été formulées (MORIN / PARET, 1983: 194)¹.

Assim, se até ao advento da prática institucionalizada do que se chama “linguística moderna”, a noção de língua como uma actividade normativa era central no discurso sobre a linguagem e a fundamentação da noção de “correção” se constituía como o problema mais premente no debate linguístico, o complexo processo ideológico de definir a linguística moderna como o estudo “científico” da linguagem (vejam-se os depoimentos de Paiva Boléo e Leite de Vasconcelos, só para evocar personalidades que nos são próximas) envolveu a exclusão explícita do problema da normatividade; depois de o próprio Saussure ter expresso a convicção de que a única perspectiva apropriada ao estudo sincrónico da língua era a do “utilizador”², desconsiderou-se o facto de noções como a de “correção” se encontrarem no centro da concepção de linguagem própria do falante comum e de, portanto, serem necessárias para a compreensão do que a linguagem realmente é (TAYLOR, 1990: 119-142). A linguística moderna pôde, assim, apresentar-se,

¹ A este propósito escreve Chomsky (1980: 120): «I have argued that the grammar represented in the mind is a “real object”, indeed that a person’s language should be defined in terms of this grammar, and that the vague everyday notion of language, if one wants to try to reconstruct it for some purpose, should be explained in terms of the real systems represented in the minds of individuals and similarities among these».

² Num texto (*Normativity and Linguistic Form*) cujo objectivo fundamental é demonstrar que «[the] semiotic principle and the concept of linguistic form were crucial to the Saussurean revolution in the study of language», Taylor (1990: 142) explica por que razão a consciência daquele facto não orientou o desenvolvimento posterior da linguística: «Nevertheless (...), Saussure did not pursue this insight to its logical conclusion. If language has form only as a means of making sense and if can only be explained as a sense-making human phenomenon, then a redefined linguistics must begin by reopening the issue of how, with language, humans make sense: how language matters to us. The main contention of the discussion (...) will be that an analysis of language as a sense-making phenomenon must include as a central component the study of the normative character of language. If language has form, it is precisely because it is a normative activity, an activity that matters to its participants because they *make* it do so. The perspective from which linguistic form appears is not statistical, biological, abstract, chronological, or psychological: it is a moral and political perspective».

not as a normative discourse with the aim of constraining the voluntary character of language, but as an objective science with the autonomous and determinate object *langue*, its object of scientific inquiry. (...) [By] restricting itself to the 'autonomous' perspective, focusing only on the internal regularities themselves, the most formalistic modes of *contemporary* linguistics believe that an explanation of those regularities can be achieved, i.e. a formal explanation (which then, depending on the deterministic tastes of the linguist, can be attributed to the abstract principles of language, to cognitive predisposition, or to biological inheritance.) (TAYLOR, 1990: 124 e 147)¹.

Não surpreende, então, que, embora dispunhamos de trabalhos relativos à historicidade das línguas e aos problemas normativos de uma dada sociedade, só raramente o problema da actividade normativa da linguagem, se coloque em termos teóricos, no quadro da teoria da linguagem; da mesma forma se explica a desconsideração pelo estudo das gramáticas normativas das línguas particulares (SCHLIEBEN-LANGE, 1976: 1279).

A importância epistemológica que a definição do objecto, específico e único, assume para qualquer disciplina tem como corolário a luta pela autonomização da área do saber que o reivindica. Assim, na época de divulgação das ideias saussureanas, fundamentais para o desenvolvimento daquele processo, trabalhou-se também neste segundo sentido²; a

¹ Da obra de N. Wiener, fundador da Cibernética e filho de um filólogo, fazem parte reflexões sobre a correcção da linguagem que, não deixando de demonstrar consciência da complexidade do fenómeno linguístico, justificam os estudos que se regem por princípios meramente descritivos: «Wiener rightly assumes that the primary task of the study of grammar is to discover what “code” we use in fact, but, at the same time, he is fully aware of the fact that in the more subtle study of language the normative questions play their role and are of a very different character. They are the highest and finest flower of the problems of communication, but **they do not constitute their most fundamental stage**» (DANEŠ, 1987: 236-237, n. 6). (O destacado é nosso).

² «Saussure actúa en una época en que se ha generalizado la preocupación por la búsqueda y fundación de un objeto específico a cada disciplina. Se combate en dos frentes: contra el reduccionismo (que esfuma la especificidad del objeto propio) y contra la subordinación de una disciplina a otras (las que comienzan a constituirse temen el expansionismo de las ya consolidadas)» (SAZBÓN, 1985: 13).

autonomização da Linguística foi, mesmo, a palavra de ordem lançada e difundida por Meillet, em 1928, no I Congresso de Linguistas, realizado em Haia (JAKOBSON, 1974: 37). Cedo se percebeu, no entanto, que tão importante como a consolidação interna da disciplina era a ampliação dos seus horizontes e, inevitavelmente, a vulgarização, ao longo do século, do recurso à interdisciplinaridade “força” a Linguística a considerar os contributos de outras ciências e a desenvolver, no seu interior, numerosas novas áreas de pesquisa pelas quais se integram diferentes (e até então desconsideradas) dimensões de funcionamento do objecto¹. Veja-se o caso paradigmático da gramática textual ou teoria do texto que leva Torres (1998: 37) a falar de uma gramática “novíssima” caracterizada por uma interdisciplinaridade notória. Paralelamente, a valorização da íntima relação entre língua e fala faz com que os factos deste segundo nível (na sua inter-relação dialéctica com o sistema em que se integram, mas determinados por uma série de constringências contextuais) se assumam de forma cada vez mais consensual como objecto de estudo da Linguística (MONTES GIRALDO, 1980: 242-243). Pode-se, então, considerar que, a par de uma **linguística autónoma** se foi desenvolvendo uma **linguística instrumental** centrada na análise da interacção e em cujo âmbito são as relações linguísticas contextualizadas (tal como se materializam na fala) que se assumem como objecto (PEDRO, 1992: 334). Também assim se

¹ Tenha-se presente que, no caso da Sociolinguística, por exemplo, foi complexo o trabalho de definição da nova disciplina no âmbito da Linguística: por um lado, operava-se, de alguma forma, um desvio relativamente aos modelos de formalização que orientavam a comunidade científica; por outro lado, a área em formação começou por abranger trabalhos de natureza muito variada, tornando problemática a delimitação de algumas das disciplinas envolvidas. Veja-se a necessidade (e a dificuldade) expressa por López Morales (1977: 19) de distinguir com clareza (com a clareza possível, diríamos nós), a **Sociolinguística**, que considera uma disciplina inequivocamente linguística, e a **Sociologia da Linguagem**, que tomará a seu cargo os estudos «en que se mira la lengua - desde fuera y monolíticamente - como institución social, elemento social, identidad cultural, índice, síntoma o exponente de una cultura, de una comunidad o como simple parámetro de comparación».

estimula, no interior da disciplina, a ponderação de dados de outras áreas do saber.

Desencadeia-se, neste contexto, um inevitável trabalho de reflexão sobre a (re)construção da identidade da ciência linguística que Davis e Taylor (1990) crêem atravessar um momento crítico de desenvolvimento: na sua opinião, desvaneceu-se qualquer consenso que possa ter existido em fase recente da evolução da disciplina e, portanto, impõe-se a redefinição da Linguística, sustentada pela demonstração de que a linguagem não é um assunto objectivo, mas, antes - e a partir do momento em que é o contexto de ocorrência do acto linguístico que “cria” o signo (DAVIS / TAYLOR, 1990: 9) -, um fenómeno necessariamente influenciado pelo que os linguistas “ortodoxos” chamam o **extralinguístico**¹. Assim, quer em função do desenvolvimento imanente da ciência linguística no seu conjunto, quer como resultado da actuação de factores sociais extralinguísticos, as últimas décadas do século XX confrontam-nos, na verdade, com um novo interesse pela dimensão social da linguagem e pelas questões práticas da standardização, da planificação linguística, da linguística normativa ou prescritiva, da linguística institucional, da política linguística (DANEŠ, 1987: 207)². Trata-se, em suma, de assumir que dificilmente se obterão progressos na compreensão

¹ A consequência que Davis e Taylor (1990: 9) extraem desta premissa é a de que «being 'integrational', there can be no autonomy in a redefined linguistics».

² Os diferentes factores que Daneš (1987: 207-208) considera responsáveis por esta alteração de interesses são os seguintes: (i) a unilateralidade (“onesidedness”) das abordagens descritivista e gerativa, as tradições da linguística antropológica e da etnolinguística na América e a tradição linguística funcionalista europeia; (ii) o interesse crescente pelas línguas africanas e asiáticas; (iii) o renascer do nacionalismo; (iv) o impacto das necessidades práticas da standardização linguística e da planificação em línguas recentemente consideradas ou não completamente standardizadas; (v) o impacto da tecnologia moderna, ampliando as actividades da linguística aplicada e provocando modificações nos “standards” linguísticos (introdução de terminologia técnica); (vi) o interesse recente da ciência por domínios de transição ou fronteira entre disciplinas adjacentes.

da natureza da linguagem se se ignorarem as suas funções e características sociais (MILROY / MILROY, 1999: 7).

Não estando nunca em causa a importância da atitude descritiva para a configuração da ciência linguística, uma das vertentes que esse processo de “redefinição” assume traduz-se, precisamente, na (re)consideração da dimensão normativa da linguagem, aspecto que Taylor (1990: 138) apresenta e justifica desta forma:

To view language as a normative practice is thus not to adopt a form of linguistic determinism (biological, psychological, or structural). Rather it emphasizes the location of the voluntary acts of individual linguistic agents within the coercive moral context of everyday life. The social conformity which we can observe in linguistic practice of individuals is thus not the product of a social or natural determinism; nor is it the shadow of an underlying shared object: biological, psychological, or social. Instead its source lies in the normative pressures individuals impose on those within or without their communities. That conformity comes from the social imposition of responsibility on the individual, not from the absence of moral responsibility embodied in determinism. To understand the regularity (as well as the irregularity) which characterizes verbal interaction we must therefore eschew the study of underlying determinate systems and instead study verbal interaction itself and the political and moral contexts from which verbal interaction cannot be separated. Such a study would immediately stand in opposition to the methods of generative and structural linguistics which, by de-contextualizing, formalizing, and ‘idealizing’ the patterned products of linguistic conformity, attempt to construct equally formal and ideal devices which could have generated, or are conceived as structurally immanent to, those patterns.

Neste contexto, a regularidade da língua é apenas o resultado do lugar que os acontecimentos linguísticos ocupam como centro da “luta moral e política” entre, por um lado, a liberdade e a criatividade individuais e, por outro, a expectativa social e a imposição da conformidade (TAYLOR, 1990: 148).

Por outro lado, reconhecer o carácter normativo da linguagem (e a sua consequente inseparabilidade das questões de poder e ideologia) deve também conduzir à apreciação de um estatuto de autoridade da linguística académica; como salienta Monteagudo (1994: 145), a propósito da distinção, estabelecida pelo Círculo Linguístico de Praga (CLP), entre **norma objectiva e codificação** (normativa), o papel dos linguistas não se reduz à descrição daquela, cabendo-lhes também (intervindo de forma directa sobre a linguagem) participar nesta¹. Na verdade,

linguists are the 'experts' and from that institutional status gain a powerful position in the normative management of language itself. (...) And it does no good for academic linguists, claiming scientific neutrality and autonomy, to attempt to deny that authority and consequent responsibility (...). Such a claim is both morally evasive (at best) and intellectually naïve (TAYLOR, 1990: 145).

Haugen (1971: 51) é um dos estudiosos que trabalha no sentido da definição de uma linguística normativa ou prescritiva apresentada como uma espécie de manejo ou manipulação da linguagem e que, na sua opinião, pressupõe a **planificação linguística**; esse tipo de interesse é, precisamente, estimulado pelo contacto com situações linguísticas complexas, (potenciais) objectos de procedimentos (institucionais ou outros) de planificação. A base epistemológica dessa área de trabalho é o princípio de que a correcção na linguagem é um **problema linguístico** e, como tal, merece a atenção da

¹ «Quant aux moyens de cultiver la langue nationale, le rôle du linguiste a été clairement défini dans les conclusions de l'ouvrage de 1932 parues sous le titre de "Principes généraux pour la culture de la langue" (...). Même si ces principes ont été élaborés il y a cinquante ans, les linguistes modernes ne les considèrent pas comme désuets et leur valeur est encore reconnue (...). En voici un bref résumé: 1) La base de la culture de la langue réside dans la connaissance scientifique de la norme réelle de la langue littéraire. La norme réelle se trouve dans la pratique littéraire et intellectuelle de la génération actuelle et de celle qui l'a immédiatement précédée. (...) 2) Les linguistes doivent participer activement à la codification de la langue tant en matière d'orthographe que de grammaire. (...) 3) Le travail linguistique doit contribuer à la différenciation fonctionnelle et à l'enrichissement stylistique de la langue littéraire» (GARVIN, 1983: 148-149). Para algumas considerações em torno da relação entre a linguística académica e a fixação da norma, cf. CASTRO, 2003.

ciência que se concentra no estudo desse objecto¹; o facto de a linha de separação entre linguística descritiva e linguística prescritiva ser, como já sugerimos, muito ténue² é outro dos argumentos aduzidos por Haugen, que expressa ainda a convicção de que, no âmbito das ciências sociais da actualidade, o trabalho de descrição de normas e valores e de análise do processo que os origina não é considerado um procedimento inteiramente “acientífico”. Assim, o problema consistirá em distinguir as duas actividades e averiguar de que modo a ciência linguística e os seus técnicos podem contribuir para o desenvolvimento de cada uma: considerar que se está perante um dos ramos da linguística aplicada é a fórmula proposta por Haugen para contornar a questão da identidade epistemológica de uma linguística que lida com o problema da norma: «Even if this is not a pure science, it is unquestionably an application of linguistic technology which will classify as one branche of applied linguistics» (HAUGEN, 1971: 52).

Já referimos o valor de que a oposição prescritivismo / descritivismo se reveste na definição da Linguística enquanto disciplina ocupada - à semelhança de outras ciências - com os factos objectivos, por isso rejeitando abranger na análise a questão dos julgamentos de valor. Assim, a posição

¹ Haugen propõe-se, no caso em análise da relação a estabelecer entre a Linguística e a planificação linguística, adoptar uma atitude nem pró- nem anti-normativa. Curiosamente, as reflexões de Haugen que aqui consideramos são motivadas por observações dos que apelida «[some] estheticians of the English language, chiefly self-appointed guardians of its purity», concretamente pelos comentários de Dwight MacDonald (1962) à terceira edição do *New International Dictionary*, de Webster, apresentado como um exemplo da “infiltração da linguística estrutural em domínios que não lhe pertencem”. Assim, nem que seja apenas para proteger o “bom nome” da Linguística, Haugen (1971: 50) defende que se devem examinar as relações entre a ciência da linguagem e o problema das normas linguísticas e que se deve tentar formular a natureza da normalização linguística e a potencial função do linguista na codificação de normas, atribuindo-lhes a sanção da autoridade.

² Sobre as relações entre gramática descritiva, gramática normativa ou prescritiva, norma e variação linguística, no cenário concreto do mundo hispânico e com a *Gramática descriptiva de la lengua española* (de Violeta Demonte e Ignacio Bosque) como obra de referência, cf. DEMONTE, 2004.

vulgarizada nos modernos estudos linguísticos é a de que o prescritivismo, enquanto interferência não natural que limita arbitrariamente a variabilidade inerente das línguas (Milroy / Milroy, 1985, *apud* CAMERON, [1995] 2000: 94), é uma atitude negativa e condenável, a que *Leave Your Language Alone*, título de Robert Hall surgido em 1950¹, responde, segundo Cameron ([1995] 2000: 92), de forma “apocalíptica”.

É em função destes dados que Cameron ([1995] 2000) reflecte sobre a natureza e consistência do binómio descritivismo / prescritivismo, salientando também que o quadro em que a linguística moderna normalmente se movimenta desvaloriza o facto de os julgamentos de valor sobre a língua fazerem parte integrante do seu uso e de qualquer atitude para com a língua e a mudança linguística (provenha ela do falante comum ou do especialista) ser fundamentalmente ideológica: a versão popular valoriza uma qualidade não especificada de perfeição e advoga intervenção activa para a proteger; a versão do especialista, por outro lado, valoriza o que os linguistas encaram como natural (a variabilidade) e, portanto, defende que as línguas devem ser “entregues a si próprias”. O que Cameron quer, com isto, salientar, é que, não obstante a diferença, nenhuma das perspectivas é neutra, relativamente ao que é linguisticamente “bom”; na verdade, ambas dissociam a língua (que uns pretendem perfeita e que outros desejam ver funcionando na sua dimensão natural) e os falantes (numa perspectiva vistos como agentes de corrupção e, noutro ponto de vista, encarados como limitadores da naturalidade)² (CAMERON, [1995] 2000: 92-93). Assim, como o prescritivismo, também o discurso anti-prescritivista depende de julgamentos de valor

¹ Na verdade, trata-se de uma edição de autor, já que, de acordo com a notícia de Newmeyer (1986: 43), nenhum editor aceitou publicar o texto nessa época. Só 10 anos depois, a Doubleday aceitou torná-lo público, sob o novo título de *Linguistics and your Language*.

² «The idea of language as a natural phenomenon existing apart from its users is associated historically with the nineteenth-century precursor of modern linguistics, comparative philology» (CAMERON, [1995] 2000: 93).

altamente resistentes ao exame racional, baseados em noções particulares de como as línguas devem funcionar (CAMERON, [1995] 2000: 94 e 97).

Na sua análise, Cameron acrescenta ainda que, por outro lado, também se pode questionar a noção corrente de que as regras linguísticas são descritivas (isto é, naturais, em vez de normativas):

‘Descriptive rules’ are formulae which capture the patterned regularities in language. That such regularities exist is not in doubt, nor is the fact that many are below the level of speakers’ consciousness. Yet this is hardly a warrant for claiming that the same rules the linguist formulates are either ‘in the language’ (as a structural linguist might assume) or ‘in the speaker’ (as a post-Chomskyan mentalist might claim). Language-using is a social practice: the human capacity for acquiring and using language is necessarily actualized within social relationships. Thus the sort of behavioural regularity captured in a rule must arguably arise in the first place from speakers’ apprehending and following certain norms (CAMERON, [1995] 2000: 94).

Como sociolinguista, J. Milroy (1992: 8-9) salienta que, na medida em que resultam da integração do falante numa determinada comunidade, as diferenças entre variedades não são apenas factos linguísticos, mas são também factos sociais. Assim, para serem correctas, as descrições linguísticas devem coincidir o mais possível com as normas consensuais da comunidade em causa; nesta medida, por mais objectivas que sejam, as descrições linguísticas devem ser (são) normativas. Há, no entanto, que distinguir a observância da norma (com objectivos descritivos) e a sua imposição prescritiva (neste caso, orienta-se coercivamente o modo como os membros de uma comunidade “devem” falar).

A esta fórmula de resolução do binómio descrição/prescrição, que permite a integração de um conceito objectivo de norma no desenvolvimento da investigação linguística, Cameron ([1995] 2000: 98, n. 2) argumenta que

uma assunção apriorística de consenso pode dissimular a actuação coerciva (prescritiva, portanto) do poder e da autoridade e que a frequente interpretação como prescritivo do que surge sob a forma de descritivo não é irrelevante, como o pretende Milroy. Por outro lado, dado o poder detido pela ciência na sociedade actual e a importância que o discurso do valor mantém na apreciação quotidiana da linguagem, a distinção absoluta entre a observância e a imposição ou reforço de normas não pode ser mantida na prática, como também não foi rigorosamente mantida pelos linguistas profissionais. Comprova-o a sua colaboração em processos de planificação linguística (que também concebem), o que sugere a Cameron ([1995] 2000: 95-96) que, na avaliação da atitude prescritiva, vigora um duplo critério: aparentemente, é condenável o prescritivismo dos outros, mas apresentam-se como legítimas as prescrições dos especialistas¹. O poder que estes assim exercem e exibem é dificilmente conciliável, então, com a advogada atitude antiprescritiva que, precisamente, marginaliza as questões de autoridade.

Neste contexto, e frisando que o potencial e o impulso para tal está latente em qualquer acto comunicativo e invade os nossos hábitos de pensamento e comportamento, Cameron ([1995] 2000: 97) propõe a expressão **higiene verbal** para referir todas as situações em que as pessoas reflectem sobre a linguagem de um modo crítico ou avaliativo. É assim possível, na sua opinião, libertar-se da forte carga negativa de que o termo prescritivo se foi revestindo no interior da Linguística:

¹ «These observations on the instability of the descriptive / prescriptive opposition in theory and practice do not imply that linguists must stop investigating language use, nor even that they should necessarily refrain from engaging in norm-enforcing activities like language planning. But perhaps the arguments put forward above should make linguists think twice about denying the normative character either of what they study or of their own activity in studying it» (CAMERON, [1995] 2000: 96).

Not only is 'prescriptivism' too negative a term for my purposes, and too dependent for its meaning on the problematic 'descriptive / prescriptive' opposition; it is also too narrow to capture the full range of my concerns. In theory, 'prescriptivism' could refer to any form of linguistic regulation, but in practice it is strongly associated with those forms that are most conservative, elitist and authoritarian. Attempts to promote an elite standard variety, to retard linguistic change or to purge a language of 'foreign' elements are the instances most readily evoked by the epithet 'prescriptive', for linguists and non-linguists alike. Yet it is crucial to see that this narrowly conceived 'prescriptivism' - elitist, conservative and purist - is only one kind of verbal hygiene among many, only one manifestation of the much more general impulse to regulate language, control it, make it 'better'. This impulse takes innumerable forms, not all of which are conservative, authoritarian or (arguably) deplorable (CAMERON, [1995] 2000: 97).

Depois dos avanços conseguidos no processo de definição e autonomização da Linguística que marcou o século XX, a legitimação teórica de uma linguística prescritiva (ou de uma linguística - sem especificadores - onde caibam questões como a da norma e standardização) traz de novo para primeiro plano o problema do estatuto científico da disciplina.

Dissemos já que uma concepção galilaica de ciência, dando conta das áreas de trabalho ditas exactas, não permite integrar os domínios considerados sociais ou humanos. Aceitando este princípio orientador, a cientificidade da Linguística dependerá da sua aproximação epistémica às primeiras, o que coloca fora de equação as noções de valor social e de avaliação, noções essas que são intrínsecas ao conceito de norma e essenciais em qualquer actividade no campo da standardização linguística:

Standardization means making decisions: the standardizer has to select from several possibilities, and such a selection presupposes evaluation according to certain criteria. Further, the very notions of standardization and planning involve changes of language, accomplished, passing through, expected or planned: languages

undergo changes, they can change (or, can be changed), so that the essence of standardization and planning lies in the evaluation of linguistic change or innovations¹. (...) there is no standardization without discrimination, and, consequently, without evaluation (DANEŠ, 1987: 209).

A importância do julgamento de valor no processo de estandardização traduz-se também no facto de não só os “language standardizers” o emitirem: qualquer falante assume juízos desse tipo enquanto exprime a sua atitude para com a língua “standard”. Tais julgamentos são, naturalmente, subjectivos, mas não deixam de representar factos sociais **objectivos** que o linguista / “standardizer” deve tomar em consideração; aliás, é preciso não esquecer que uma das áreas mais promissoras no domínio da Sociolinguística é, precisamente, a que envolve o estudo das atitudes linguísticas da comunidade (DANEŠ, 1987: 229)².

Tratar questões desta natureza no âmbito da Linguística (pressupondo, ou não, a existência de subáreas, como uma linguística prescritiva, ou remetendo-as para o domínio especializado da Sociolinguística) implica, então, considerar a aproximação (senão, mesmo, a integração) da disciplina às ciências sociais. Pela análise de que demos aqui conta, essa é a interpretação que Haugen explicita, a que se depreende das reflexões de Davis e Taylor e a que Daneš (1987: 209) expressa nos seguintes termos:

¹ Neste ponto, Daneš (1987: 212) subscreve a opinião, já aqui referida, de P. S. Ray (cf. p. 70, n. 2).

² Daneš (1987: 230-233) refere alguns preceitos teóricos e metodológicos a considerar no momento de proceder a essa análise: «The set of attitudes of a language community to their SL represents a system of interdependent items, but this system is not only very intricate, but also inconsistent, containing antagonistic relationships and an internal dialectic tension. (...) Attitudes mostly occur in pairs of antithetical items, so that the whole complex of attitudes of a given community is governed by a number of antinomies. The most important of them seem to be the following ones: (...) rational vs. non-rational orientation. (...) the actual linguistic conduct of the speakers and their opinions and convictions regarding SL. (...) opposition between the actual, deep incentives of the speakers' linguistic conduct and convictions on the one hand, and their publically declared motives on the other. (...) resistance vs. acceptance. (...) uniformity vs. variation». SL é, aqui, a sigla inglesa para língua “standard”.

«Anyone who is not blinded by some kind of purely formalistic approach must acknowledge that language is a social phenomenon kat ‘exokhen [sic] and, consequently, the science of language ranks among social sciences»¹.

Considerado o facto de as ciências sociais (sobretudo na sua vertente aplicada), lidarem inevitavelmente com valores e com processos de avaliação, torna-se aí crucial a questão epistemológica da “neutralidade de valores” (DANEŠ, 1987: 209); de acordo com a moderna filosofia das ciências, a sustentação teórica de tal princípio, que assegura um estatuto de cientificidade a esses domínios, passa: (i) pela distinção entre **juízos factuais** e **juízos de valor** (“factual and value judgements”) (esta distinção é conseguida pelo recurso a uma outra: a que diferencia afirmações sobre valores e afirmações que os exprimem); (ii) pela diferenciação, nestes, de **juízos avaliativos** e **juízos caracterizadores** (“appraising judgements” e “characterizing judgements”) (enquanto os primeiros exprimem [des]aprovação, por exemplo, de algum ideal ou acção, os segundos expressam uma avaliação do grau com que determinada característica normalmente reconhecida [ou claramente definida] está presente ou ausente num dado caso); (iii) pela consideração da natureza intrínseca ou extrínseca dos valores: o valor intrínseco de um fenómeno é aquele que é considerado o seu fim e o torna válido por si só; um valor extrínseco de um fenómeno é a sua capacidade para funcionar como meio de atingir algo. A atribuição de valores intrínsecos a objectos e acções (bem como a sua [des]aprovação) fica

¹ «Sociology regards as an institution any social fact at the moment when it gets a fixed position as a stable element in the structure of a community, the existence of which is maintained by means of social mechanism. It is evident that language (and especially SL) meets these conditions: it has a fixed position in the life of community, based on its most general social functions; it is a relatively stable element (it retains its social identity) in spite of the fact that it is constantly changing (...) and the continuity of its existence and its balanced development is secured by means of various kinds of social mechanism of an institutional character, as well as by other means of social control (family, school, means of codification; literature, mass media; criticism, praise, censure, etc.)» (DANEŠ, 1987: 221-222).

fora do âmbito de qualquer ciência social, que apenas pode, objectiva e cientificamente, constatar a sua existência em relação a um determinado grupo social. Ao contrário, fazem parte da sua competência as questões sobre os valores extrínsecos, já que estes derivam de factos objectivos (DANEŠ, 1987: 213-215). Assim, observando que julgamentos de valor (base da estandardização linguística) ou recomendações / decisões de estandardização assentam em diferentes (três) conjuntos de critérios objectivos, o seu estudo assume carácter científico:

(1) to the first group belong those cases, when the linguist is stating the presence or absence (in the SL norm), and the commonality and social acceptability of a given language form or of its manner of employment; (2) in the second group we find statements assessing the degree of necessity and serviceability of a form or of a manner of employment (in respect to a certain language function); (3) the third group consists of statements about the regularity or systematicity of a given form or manner of employment (DANEŠ, 1987: 220).

Elaboram-se assim teoricamente questões já consideradas nos trabalhos do CLP. Basicamente, trata-se de: (i) justificar os juízos avaliativos e analisar os critérios objectivos de avaliação na estandardização linguística; (ii) dar conta do sistema de atitudes que uma comunidade exhibe relativamente à sua língua (DANEŠ, 1987: 211).

2.2. O estudo da estandardização: a formalização de modelos

2.2.1. O contributo do Círculo Linguístico de Praga.

É necessário notar aqui que, não obstante a secundarização ou, mesmo, a desconsideração desses temas no âmbito das principais correntes

linguísticas do século, é no seio do estruturalismo que surge a escola linguística pioneira no ensaio da abordagem científica às questões de norma e standardização. Referimo-nos ao Círculo Linguístico de Praga, grupo de especialistas que é fundamentalmente (re)conhecido pela elaboração e aplicação do método funcional à análise linguística; é a esse nível que se situa o seu contributo fundamental para a linguística estrutural contemporânea. Foi, na verdade, no interior dessa escola que se iniciou na modernidade a discussão cientificamente orientada sobre a standardização e o cultivo da língua, definindo-se critérios para a análise das relações entre sistemas “standard” e sistemas não-“standard” (linguagem coloquial e / ou dialectos) (MONTEAGUDO, 1994; HAUSENBLAS, 1994: 311). Mais tarde, com a consideração da diferenciação interna da língua “standard”¹, tornou-se igualmente possível o tratamento, nos mesmos termos, das questões relativas ao estilo.

Naturalmente, não foi irrelevante para o desenvolvimento destes temas a íntima relação que os linguistas checos caracteristicamente estabeleciam entre as questões teóricas que cultivavam e as suas aplicações práticas, sobretudo no âmbito da cultura da língua e da educação; aliás, a concentração em determinados assuntos teóricos resultou essencialmente das necessidades da prática linguística e do estado de cultivo da língua checa na década de 1920 (HAUSENBLAS, 1994: 311)².

¹ Bohuslav Havránek baseia a sua análise do “standard” na comparação com a língua “substandard” ou “folk” e com o código coloquial e, mais tarde, vem a caracterizar a fala em diálogo como uma escala entre as formas canónicas do “standard” e a fala popular (“folk speech”) (HAUSENBLAS, 1994: 318-322). As questões assim implicadas não foram, no entanto, elaboradas de forma consensual: assim, enquanto Trnka (discípulo de Mathesius) trabalhava com a dicotomia entre um checo “standard” literário e um checo “standard” coloquial, Mathesius não considerou o checo coloquial como fazendo parte do “standard”; na sua opinião, o checo conversacional simplesmente não existia (HAUSENBLAS, 1994: 315).

² Com a consolidação da República Checa como estado independente, em 1918, emergiram vários problemas práticos no domínio linguístico e, portanto, foram as próprias condições sociolinguísticas da língua checa (em convívio conflituoso com o alemão) que colocaram os linguistas do CLP perante a necessidade de abordar essas questões. Os problemas «were all the more serious because of the unsatisfactory level of the treatment of language which did not have an appropriate foundation in a theory of the Standard language. The linguistics

Para a divulgação das propostas do CLP nos meios científicos ocidentais foi determinante a actuação de Paul Garvin, que completou com contribuições próprias (à semelhança do que fizeram outros linguistas checos) alguns aspectos do trabalho dos seus predecessores. Daí resultou um quadro teórico cuja consistência permite a sua consideração nos debates da actualidade. Veja-se, por exemplo, como Monteagudo (1994: 142) o pretende integrar na discussão em curso sobre a standardização do galego:

Este artigo [*Aspectos da teoría da lingua estándar do Círculo Lingüístico de Praga*] pretende achegar ó público galego as ideas máis salientables do Círculo de Praga e dos seus continuadores verbo da lingua estándar, coa esperanza de ofrecer un material que sirva de apoio teórico no debate tan actual, e tan necesitado de racionalidade, como é o da standardización do galego. (...) nos semella que o marco teórico aquí esbozado pode ser doada e fructiferamente aplicado ó estudio da nosa situación.

É o Círculo Lingüístico de Praga que, em suma, nos fornece a primeira teoria da língua “standard” (LS). Assim se estabelece uma base científica para este domínio e se consolidam as actividades de uma “linguística prescritiva ou

of the preceding epoch, strongly oriented towards the genetic comparison of languages, did not pay due attention to the specific properties of the contemporary language. It was an urgent task to apply the principles of the Prague School, i.e. a systemic and functional view with a strictly synchronic orientation» (HAUSENBLAS, 1994: 313). Sobre a história da língua “standard” checa, cf. GARVIN, 1983: 141 e ss. Note-se, entretanto, que o processo de desenvolvimento desta variedade se assemelha, numa certa perspectiva, ao que sucede com outra línguas literárias associadas a comunidades “menores”; Garvin (1983: 150-151) analisa mesmo alguns paralelismos entre a situação linguística checa e a do Quebec francófono, concluindo que o que diferencia o checo de outros casos comparáveis é, precisamente, a participação intensa dos linguistas na promoção, descrição e codificação da língua literária, «participation qui n’a eu cesse depuis les origines de la langue littéraire moderne, à l’époque de l’éveil national, jusqu’à nos jours. Au début, le travail des linguistes portait surtout sur la promotion et l’élaboration de la nouvelle langue littéraire. Par la suite, soit vers le milieu du siècle dernier, les linguistes se sont penchés sur l’enrichissement et la codification de la langue. Durant ces périodes, il s’agissait surtout d’efforts normatifs. La création de l’École de Linguistique de Prague dans les années 20 marque un changement profond dans le caractère de la contribution linguistique à l’évolution de la langue littéraire; avec le point de vue structuraliste de cette école s’affirme une attitude descriptive et scientifiquement objective face à la langue littéraire dont le perfectionnement et la codification restent pourvus d’intérêt patriotique» (GARVIN, 1983: 143-144).

normativa”; entre outras áreas de trabalho, ganham consistência os trabalhos de planificação linguística (DANEŠ, 1987: 206). Pela análise do processo de standardização, aos linguistas de Praga cabe então, segundo Monteagudo (1994: 141-142), um lugar na história do desenvolvimento da sociolinguística: se o Círculo Linguístico de Praga não pode, pela adopção de uma perspectiva estritamente funcional e pela desconsideração das condições sociolinguísticas subjacentes ao desenvolvimento e funcionamento do “standard”, ser considerado o fundador daquela disciplina, os trabalhos aí desenvolvidos podem ser vistos como claramente precursores dos estudos sociolinguísticos posteriores. Na verdade, afirma este autor, muitas das questões então levantadas continuam a ser relevantes no âmbito da sociolinguística actual.

A teoria que assim se desenvolve assenta em três princípios básicos: (i) o funcionalismo (a LS é determinada e delimitada pelas funções [sociais] específicas que é chamada a desempenhar, revelando diferenciação funcional e dissimilação estilística intrínsecas; o grau de adequação do instrumento à sua finalidade é, portanto, o critério de avaliação); (ii) o normativismo (pela consideração deste princípio, distingue-se norma - imanente à língua, representando o conjunto dos meios linguísticos obrigatoriamente usados e um fenómeno social genuíno relacionado com a natureza institucional da linguagem - e codificação [da norma]¹ - fenómeno exterior à linguagem, servindo objectivos práticos e permitindo ao linguista influenciar a norma num sentido “desejável”²); (iii) a sincronia dinâmica (o

¹ Essa é uma distinção que só aparece em 1932 (HAUSENBLAS, 1994: 315).

² É neste contexto que «Havránek points out how linguists may help to establish, develop and stabilize the functional differentiation of the standard norm - establishing terminology, analyzing the functional and social differentiation for its further elaboration, and in criticizing individual discourses from the viewpoint of their appropriateness to their functions» (HAUSENBLAS, 1994: 329).

estado ideal da LS é o estado de equilíbrio dinâmico ou estabilidade flexível) (DANEŠ, 1987: 206-207)¹.

Foi ao longo de um debate público entre os intelectuais checos sobre a cultura da língua em geral e a **qualidade** da língua em particular que noções como as de **estabilidade flexível** e **intelectualização** (determinantes para a configuração do quadro teórico em referência e às quais nos referiremos adiante) foram introduzidas. Aos critérios tradicionais, baseados no conceito de pureza e na exactidão histórica, mas não rejeitados liminarmente, os linguistas de Praga contrapunham a valorização de um bom uso já estabelecido, considerando os atributos mais desejáveis de uma língua “standard” do ponto de vista do seu papel na comunidade linguística (GARVIN, 1986: 16)².

Integrando este pressuposto de que o estudo de mecanismos e processos de estandardização se pode desenvolver com a solidez teórica e metodológica com que aspectos mais formais (formalizáveis) são abordados, Paul Garvin e Madeleine Mathiot (1972) ensaiam, na análise da situação do guarani face ao espanhol no Paraguai, a aplicação de um quadro teórico que considera os contributos da escola de Praga, ao mesmo tempo que integra reflexões mais recentes. Partindo da evidência de que a estandardização se desenvolve gradativamente, definem-se aí os critérios que permitem não só

¹ Para uma análise de mais pormenor dos contributos dos diferentes linguistas envolvidos e da evolução de algumas posições, cf. HAUSENBLAS, 1994.

² «Criteria for language correctness were deeply analysed for the first time by Václav Ertl, who formulated his understanding of (the language of) a “good author”. Although Ertl (...) was not a member of the Prague Circle, he was the first specialist in Czech to question the hegemony of the requirement of historical purity, and his approach was accepted in principle by the linguists of the Prague School. Ertl rejected adherence to the language of good authors of the past and the use of means of expression which were already abolished by language itself, stressing that the measure of language correctness cannot exist “outside the language we speak and write”. Good authors are to be found among the artistically valuable ones whose impact is important for the language of their readers and other, even mediocre writers» (HAUSENBLAS, 1994 : 316).

aferir o nível de desenvolvimento e a natureza do fenómeno, como organizar um quadro teórico de referência para a definição e análise da entidade “língua standard” e do processo que lhe dá origem. No primeiro caso, podem aplicar-se duas escalas de valores, consoante se considere o fenómeno em termos transculturais ou intraculturais: ou se comparam diferentes línguas “standard” em função do grau com que manifestam os critérios definitórios do processo de estandardização, ou se contrastam diferentes segmentos de uma comunidade linguística em função do grau com que a língua “standard” é exibida em cada um deles (GARVIN / MATHIOT, 1972: 366).

Como os autores explicitam, este trabalho baseia-se na assunção de que os conceitos de “folk” e urbano são aplicáveis à língua, do mesmo modo que o são à cultura; assim, o equivalente linguístico daquela distinção física e cultural é a diferenciação proposta pelos linguistas de Praga e outros entre “folk speech” e “língua standard”. Os critérios concebidos para distinguir estas duas realidades pressupõem, portanto, a existência de uma cultura urbana numa comunidade linguística que usa, ou aspira a usar, uma língua “standard” (o seu correlato linguístico, nesta perspectiva). Note-se que esta é uma interpretação que se aproxima das que associam estandardização e modernização.

Para a avaliação do grau de estandardização das línguas, Garvin e Mathiot propuseram a consideração de três conjuntos de critérios: as propriedades intrínsecas de LS; as funções que esta assume na cultura de uma comunidade; as atitudes que a comunidade exhibe relativamente a essa variedade idiomática¹.

¹ Do mesmo modo, «recent Soviet definitions of SL [standard language] underline the historical character of the category of SL and - in contradistinction to substandard varieties of a national language - its highest social position, and elaboratedness of its norm, as well as the richness of its stylistic differentiation according to its numerous specific communicative functions in the sphere of culture and civilization» (DANEŠ, 1987: 236, n. 2).

O modelo elaborado para o estudo da estandardização das línguas inclui, então, como propriedades intrínsecas ou estruturais das variedades assim marcadas, noções introduzidas pelos linguistas de Praga: a **estabilidade flexível** (conceito originalmente proposto por Mathesius) e a **intelectualização** (conceito de B. Havránek). A primeira significa, antes de mais, que o papel cultural e educativo da língua “standard” assenta numa estrutura estável, sobretudo do ponto de vista das regras gramaticais e ortográficas; remete, assim, para a necessidade de uma língua “standard” ser estabilizada por um processo de codificação, de modo a funcionar com eficácia e servir de quadro de referência face à variação dialectal e às variantes individuais da linguagem popular. A codificação não deve, no entanto, ser rígida, mas estabelecer normas suficientemente flexíveis para absorver as modificações e expansões resultantes da mudança e do desenvolvimento culturais que se produzem na comunidade linguística (GARVIN, 1964: 154; 1983: 147; 1986: 11; GARVIN / MATHIOT, 1972: 367)¹. A luta da escola de Praga contra o purismo incidia precisamente sobre a adaptabilidade da norma.

¹ Haugen (1971: 59) comenta a natureza desta propriedade observando que não se trata de uma peculiaridade da língua “standard”, mas de um aspecto da definição de qualquer norma linguística: «Stability is the diachronic correlate to uniformity, while flexibility is the diachronic correlate to diversity. While a living language norm is predominantly stable and uniform, it provides for its users a varying margin of elasticity and diversity». Garvin (1974: 73) reconhece a pertinência da observação de Haugen, concordando com a ideia de que todas as variedades linguísticas são igualmente capazes de mudança e expansão, mas nota que «[where] the standard language differs from folk speech is that, in order for the standard to meet the multiple requirements of a complex society, flexible stability has to apply not only to informal usage but also to formal codification». Aliás, a questão de saber se as características apontadas para a língua “standard” se aplicam a outras variedades é reconhecida como relevante por Garvin (1974: 73 e ss.), que também a discute: na sua opinião, a estabilidade flexível e a intelectualização manifestam-se na língua “standard” de uma forma que a “folk speech” não revela; no que diz respeito a funções e atitudes, critérios de definição das línguas “standard” igualmente importantes, elas parecem estar também presentes, pelo menos naquelas comunidades que não estão em vias de dissolução, assim como se aplicam, embora de modo desigual, a outras formas de língua associadas ao processo de planificação (língua escrita, língua oficial e língua nacional).

A intelectualização de uma língua “standard” é definida por Havránek como «“its adaptation to the goal of making possible precise and rigorous, if necessary abstract statements”, in other words, a tendency towards increasingly more definite and accurate expression», dizendo respeito ao «requirement of increasing accuracy along an ascending scale of functional dialects from conversational to scientific» (GARVIN / MATHIOT, 1972: 368; GARVIN, 1964: 154)¹. A intelectualização representa, em suma, uma tendência para uma expressão mais sistemática e explícita, correspondendo a um conteúdo mais variado e mais complexo, mais abstracto e aperfeiçoado. A atribuição de um grau superior de intelectualização às línguas “standard” (pensamento orientado por valores como o da superioridade da civilização ocidental) atraiu, no entanto, as críticas de sociolinguistas posteriores, segundo os quais termos como **intelectualização** e **estandardização** se devem empregar apenas para referir uma série de operações linguísticas específicas transmitidas por via cultural, com valor totalmente relativo (MONTEAGUDO, 1994: 147).

Assim, a uniformidade que o termo “standard” implica é apenas uma das características da variedade que assim se define² e, segundo a

¹ «La stabilité flexible exige un haut degré de discipline intellectuelle; les règles de correction linguistique, une fois élaborées, doivent être respectées de façon conséquente pour assurer la stabilité et avec un esprit ouvert pour assurer la flexibilité. L’intellectualisation exige un haut degré de créativité dans l’exploitation des ressources structurelles et autres de la langue pour assurer le développement des terminologies et des styles nécessaires pour atteindre le niveau désiré» (GARVIN, 1986: 15). Essa tendência afecta sobretudo o léxico e, em parte, a estrutura gramatical. No léxico, esta propriedade manifesta-se por uma crescente precisão terminológica, assim como por um aumento de termos abstractos e genéricos; na gramática, pelo desenvolvimento de técnicas de formação de palavras e de dispositivos sintácticos que permitem a construção de frases elaboradas e complexas, bem como pela tendência para eliminar modos elípticos de expressão, substituindo-os por construções completas (GARVIN / MATHIOT, 1972: 368). Na sua proposta, Havránek distinguia três graus de intelectualização, que fazia corresponder a diferentes registos de língua: à **inteligibilidade** associa-se o registo coloquial; a **precisão** define o registo técnico comum e a **exactidão** é própria do registo científico-funcional (MONTEAGUDO, 1994: 147).

² Apoiando-se no modelo segundo o qual a comunicação não se limita à simples transmissão de informação referencial e considerando que a linguagem não serve apenas como meio de cooperação social, sendo também meio de expressão individual, Haugen (1971: 59) afirma igualmente que não se pode identificar «the goal of planning as necessarily an absolutely

perspectiva funcionalista de Garvin, não necessariamente a mais importante; na opinião deste autor, esse é o estatuto de uma outra propriedade da língua “standard”: a de servir de veículo às “comunicações complexas”, associadas à educação superior, às actividades de governação, ao discurso dos media, à prática e divulgação da ciência e tecnologia, etc. (GARVIN, 1986: 8 e 12). Nesta perspectiva, a LS difere das variedades vernáculas na medida em que pode satisfazer maior número de funções e funções de maior alcance: satisfaz especialmente as necessidades de expressão que criam as esferas características de uma civilização moderna. Uma variedade pode, então, considerar-se estandardizada quando está completamente adaptada do ponto de vista linguístico para servir em determinadas e específicas funções comunicativas, de tal modo que o seu emprego em certos âmbitos socioculturais, tipos de texto e universos de discurso surge com naturalidade (neutralidade): o instrumento linguístico torna-se “transparente” e a atenção passa a centrar-se nos conteúdos que por essa via são veiculados (MONTEAGUDO, 1994: 145 e 148).

A codificação pressuposta pela estabilidade flexível envolve, por um lado, a “construção”¹ de uma norma que se expõe de forma mais ou menos oficial nos documentos a que a comunidade linguística tem acesso (gramáticas, dicionários, manuais de estilo e de bom uso), por outro, o reforço dessa norma, pelo controlo dos hábitos linguísticos através da ortografia e da ortoépia². Enquanto o reforço da norma se processa através da

uniform code, either in time or space. This is one of the errors that some would-be planners make: they wish to fix a language for all time, or to impose a single standard on speakers with the most diverse dialects».

¹ **Construção** é o termo utilizado por Garvin e Mathiot. No entanto, se integrarmos o princípio de que a norma em causa funciona como tal na sequência de um processo de eleição / selecção, poderemos propor como alternativas as expressões **formalização** ou **explicitação**.

² Concordamos com os autores reconhecendo que é a esse nível que o controlo dos hábitos linguísticos se exerce com mais “violência” e, portanto, de forma mais ostensiva; esse facto não exclui, no entanto, que outros domínios do funcionamento das línguas sejam igualmente alvo de pressões da mesma natureza.

acção das escolas, a sua “construção” é confiada a agentes codificadores (GARVIN / MATHIOT, 1972: 367; GARVIN, 1983: 147) que corporizam diferentes tipos de fontes ou “estilos”. Garvin refere-se, a esse propósito, a um *continuum* em cujos extremos encontramos o “estilo académico” e o “estilo livre iniciativa (entreprise)”. O primeiro, que implica que numa comunidade linguística haja uma fonte de autoridade codificadora única, geralmente reconhecida e seguida por todos e relativamente à qual não há possibilidade de recurso (neste quadro, a codificação é normalmente unívoca e definitiva), surge associado à actividade promovida e coordenada pelas academias e órgãos oficiais como os Ministérios da Educação¹; o segundo caracteriza-se pela ausência de organismo central encarregado de formular e promulgar as regras de correcção linguística e é exibido por organismos privados como as empresas editoriais ou os comités de redacção de diferentes publicações (GARVIN, 1986: 9).

Além das propriedades estruturais referidas, os critérios evocados para definir a língua “standard” no modelo teórico em questão envolvem as funções que esta assume no interior de uma comunidade linguística e as atitudes que o conjunto dos falantes desenvolve na sua relação com essa variedade idiomática.

Distinguem-se, então, as funções (simbólicas) de **unificação** (relativa ao poder de integração, numa única comunidade linguística, de áreas idiomáticamente dispersas²), de **separação** (a comunidade individualiza-se

¹ O Estado surge, desta forma, como a mais alta autoridade de prescrição de uma variedade “standard” (AMMON, 1987: 329).

² «La fonction de lien unificateur au delà des différences entre les diverses variétés d’une langue est la fonction de la langue standard la plus développée dans les grandes communautés linguistiques de l’Europe dans lesquelles traditionnellement les différences entre les patois ont constitué un obstacle à la compréhension mutuelle» (GARVIN, 1986: 18). Em virtude dessa propriedade do “standard”, o falante identifica-se com uma comunidade linguística extensa e não (só) com uma comunidade linguística restrita (dialectalmente delimitada) (GARVIN / MATHIOT, 1972: 369), assim se estabelecendo uma clara oposição entre LS e dialectos. Observe-se que análises como estas identificam a função de unificação da

relativamente às comunidades vizinhas, podendo a língua “standard” funcionar como um poderoso símbolo de identidade nacional), e de **prestígio** (esta função está directamente relacionada com a posse e domínio da variedade standard) e a função (objectiva) de **quadro de referência** para a correcção (os falantes individuais ou os grupos de falantes são julgados pelos outros membros da comunidade linguística pela observância da norma codificada em que se traduz a língua “standard”) e para a percepção e avaliação da função estética da linguagem¹. Na sua análise desta proposta, Monteagudo (1994: 149) considera que a dimensão individualizadora que se associa à **função separadora** deriva igualmente da **função unificadora**, pelo que estas duas funções podem ser consideradas dois aspectos distintos de uma **função identificadora** na qual se deveriam fundir. Por seu turno, a função de **prestígio** apresenta uma dimensão colectiva (a posse do “standard”

língua “standard” com a nivelação dialectal, não equacionando, portanto, o problema da estratificação vertical das comunidades; é a função de prestígio, como veremos, que se relaciona directamente com a complexidade sociolinguística dos agrupamentos humanos.

¹ «En ce qui concerne la correction, la fonction de cadre de référence n’est pas limitée à la variété standardisée de la langue; des questions de correction se posent également pour les autres variétés et dans les cas de langues qui ne sont pas standardisées. Mais cette fonction est plus marquante dans le cas de la variété standardisée: pour les langues qui en possèdent une, c’est elle qui sert de préférence de cadre de référence, même si cette fonction ne se limite pas à elle. Pour les variétés non-standardisées, la norme n’est pas formellement codifiée, et on n’a donc pas recours à cette codification formelle pour résoudre les questions de correction, ou du moins on est limité à des modèles de correction moins clairement définis. (...) Pour les questions de perception littéraire et poétique, la fonction de cadre de référence est fondée sur le fait sociolinguistique que la plupart des oeuvres littéraires et poétiques sont composées dans la variété standardisée d’une langue. Donc, même si une oeuvre contient des éléments non-standard ou est composée dans son entier dans une variété non-standardisée, ce choix de variété constitue un élément essentiel de la structure esthétique du texte. Ainsi, le texte est perçu sur le fond de la variété standardisée qui par conséquent constitue le cadre de référence pour la perception esthétique du texte. Ici aussi, c’est la conscience de la norme standard qui permet aux membres de la communauté linguistique de percevoir les différences entre les formes standard et non-standard sur lesquelles repose la perception esthétique» (GARVIN, 1986: 24-25). Embora essa não seja, aqui, uma questão prioritária, acrescenta-se que na escola de Praga a função estética é concebida como a propriedade que as formas de fala têm para atrair a atenção sobre si, mais do que sobre a mensagem que veiculam. Assim concebida, a função estética não se manifesta apenas na literatura e na poesia, mas também no texto humorístico, publicitário ou em qualquer uso linguístico conspícuo em geral (GARVIN / MATHIOT, 1972: 370).

entende-se como um atributo da modernidade e do nível de civilização de uma comunidade [MONTEAGUDO, 1994: 149]¹⁾ e uma dimensão individual, associando os membros que a dominam a um “alto” nível de cultura pessoal.

Finalmente, a estas funções (e desencadeadas por elas) correspondem determinadas atitudes linguísticas, respectivamente, a **lealdade linguística** (na acepção de U. Weinreich² e relacionando-se com as funções de unificação e separação, ou função identificadora), o **orgulho** (associado ao prestígio) e a **consciência da norma**, consequência do valor de quadro de referência que assume a língua “standard”³. Na perspectiva de Garvin e Mathiot (1972: 373), esta é a atitude mais especificamente limitada à língua “standard”, uma vez que se trata essencialmente de uma atitude positiva em relação à codificação: a norma codificada é considerada boa e necessária, pelo que funciona como um modelo de correcção.

¹ «L’aspect collectif (...) prévaut dans les communautés linguistiques moins puissantes et/ou récemment standardisées. Il tire son origine du fait que la possession d’une variété standardisée donne à une communauté linguistique le prestige d’avoir une “vraie langue” et non pas seulement un “dialecte”, c’est-à-dire une langue complète dans tous les sens, capable de tout exprimer, d’être employée pour toutes les fins culturellement importantes et donc d’être l’égal de toutes les autres langues mieux connues et employées par des communautés plus puissantes» (GARVIN, 1986: 21-22).

² **Lealdade linguística** é a expressão com que este autor se refere ao desejo que, em situação de contacto de línguas, uma comunidade linguística revela no sentido de preservar o seu idioma e, se necessário, de o defender contra a “invasão” de elementos estranhos: «In response to an impending language shift, it [language loyalty] produces an attempt to preserving the threatened language; as a reaction to interference, it makes the standardized version of the language a symbol and a cause. Language loyalty might be defined (...) as a principle - its specific contents varies from case to case - in the name of which people will rally themselves and their fellow speakers consciously and explicitly to resist changes in either the functions of their language (as a result of language shift) or in the structure or vocabulary (as a consequence of interference» (WEINREICH, 1968: 99).

³ Posteriormente, Garvin (1986: 17) acrescenta, às quatro funções enumeradas, a **função participativa**, «fonction par laquelle une communauté linguistique [sem renunciar à sua identidade] peut se servir de sa propre langue pour participer aux développements culturels, scientifiques et autres du monde moderne». A essa função corresponde a atitude que o autor designa de **desejo de participar**. Note-se que, tal como no que se refere à lealdade linguística, «the possession of a form of folk speech as well as that of a standard language may be a source of pride for the speakers». No entanto, uma atitude positiva como o orgulho «is a prerequisite for the desire to develop one’s language into a standard» (GARVIN / MATHIOT, 1972: 372).

Enquanto as propriedades estruturais apontadas podem ser consideradas variáveis linguísticas, as funções e as atitudes que, com aquelas, constituem o conjunto dos critérios de aferição do grau de standardização de uma língua, constituem variáveis não linguísticas (GARVIN, 1974: 70); assim, além dos atributos estruturais apontados, há que considerar que está igualmente em causa uma tradição cultural. É no seu âmbito que, na Europa, se desenvolvem variedades de prestígio laicas, originalmente consideradas como vernaculares, e que progressivamente substituíram as línguas religiosas de prestígio no uso comum (GARVIN, 1986: 12); foi nessa tradição que a standardização se desenvolveu originalmente.

Da estrutura global da proposta que descrevemos resulta, então, o entendimento de língua “standard” como uma variedade codificada de língua que satisfaz as necessidades comunicativas complexas e múltiplas de uma comunidade linguística moderna ou aspirando à modernização, instituindo-se, no seu interior, como modelo (GARVIN, 1986: 8)¹.

2.2.2. A análise de Haugen; o contributo de Muljačić

Também Haugen ([1966] 1972) integra, na sua análise do mecanismo **standardização**, o princípio orientador de que esse é um fenómeno linguístico e social e de que, portanto, aí actuam dois grandes tipos de processos: processos sociais - que consistem nas relações entre a língua e a população que a usa - e processos linguísticos². Os primeiros dizem respeito a

¹ Garvin e Mathiot (1972: 365) já tinham definido língua “standard” como «a codified form of a language, accepted by, and serving as a model to, a larger speech community».

² Esse é o modelo que orienta a abordagem à standardização do francês levada a cabo por R. Anthony Lodge em *French. From Dialect to Standard*. Este autor propõe-se, no entanto, ir além do modelo inspirador, na medida em que a standardização é um processo historicamente nunca terminado: «Once the standard variety has been ‘accepted’ by the whole community there is a permanent struggle to *maintain* the standard in its pre-eminent position. While there may be strong forces promoting the maintenance of the standard,

modificações do **estatuto** de uma variedade particular adoptada como a variedade “standard” numa dada comunidade linguística e desenvolvem-se em duas fases: a da selecção e a da aceitação (termo e conceito posteriormente substituído, na matriz de Haugen, por **implementação**)¹.

A **selecção** diz respeito à escolha da variedade (pode tratar-se de uma amálgama de variedades relacionadas) em que se baseará o “standard” (HERBERT, 1995: 8), enquanto a implementação ou aceitação tem sido explicada como o resultado de decisões racionais (adopta-se a língua favorecida pelas autoridades, de modo a obter a recompensa do poder ou da posição social), bem como da forte influência exercida pelas redes sociais. A aceitação popular faz, então, com que a variedade “seleccionada” desfrute de um prestígio particular e com que venha a representar uma grande tradição (real ou fictícia), desse modo favorecendo a tendência para identificar a mudança com estados de decadência (linguística ou de outra natureza) e com uma ruptura na continuidade cultural. A etapa da implementação representa, assim, o “calcanhar de Aquiles” do processo de estandardização: é do comportamento da comunidade linguística que, em última instância, depende o sucesso de um conjunto de decisões linguísticas tomadas nas fases de selecção e codificação. Concluído o processo, a língua “standard” torna-se um símbolo da identidade nacional, servindo o duplo

there are likely to be equally strong countervailing forces *inhibiting* its dominance of linguistic performance in society. In centralised, urbanised and socially stratified societies like Britain and France, there is strong institutional pressure to comply with wider social norms of language behaviour. However, this status-based ideology, linked to ‘overt prestige’, is counterbalanced by the needs of individuals to find identity in smaller groups within society at large. These groups (...) tend to use non-standard language as a badge of group solidarity. Prestige within the group (referred to as ‘covert prestige’) will be linked with the speaker’s ability to comply not with wider social norms, but with community norms» (LODGE, 1993: 27).

¹ «The sociopolitical realization of the decisions made at the stages of selection and codification is referred to as implementation, that is, the gradual diffusion and acceptance of the newly created norms across speakers as well across functions» (DEUMERT / VANDENBUSSCHE, 2003a: 7).

propósito da coesão interna e da distinção externa (HERBERT, 1995: 9-10; DEUMERT / VANDENBUSSCHE, 2003a: 7).

Dos processos linguísticos de standardização constam a elaboração de função ou modernização (que diz respeito ao processo de revisão e expansão da língua “standard” em resposta a novas necessidades e situações e que tem como objectivo atingir a variação máxima nesse âmbito; o léxico tem sido, tipicamente, o foco das actividades de elaboração linguística) e a codificação ou legislação gramatical, cujo propósito é atingir variação mínima em termos de forma, já que standardização é também um processo linguístico de redução da variação (HERBERT, 1995: 8; HAUGEN, [1966] 1972: 107; 1997: 348; DEUMERT / VANDENBUSSCHE, 2003a: 2 e 7)¹.

A codificação é, então, habitualmente considerada uma das características da língua “standard”; se, por um lado, pode simplesmente consistir na descrição de uma norma aceite², por exemplo na literatura ou na fala educada, por outro lado, pode traduzir-se na própria fixação ou criação dessa norma (HAUGEN, 1971: 57). De qualquer modo, a simples descrição dificilmente se revelará neutra. É nessa linha que Ammon (1987: 327), referindo-se à codificação das variedades “standard” que constituem as línguas nacionais europeias, afirma que tais codificações: «are not simply linguistic descriptions as they are also known to exist for numerous nonstandard varieties, but

¹ «The ideal case of minimal variation in the form would be a hypothetical, ‘pure’ variety of a language having only one spelling and one pronunciation for every word, one word for every meaning, and one grammatical framework for all utterances. For purposes of efficient communication this is obviously the ideal code. (...) This condition is best attained if the language has a high degree of stability (...). Stability means the slowing down or complete stoppage of linguistic change. It means the fixation forever (or for as long as possible) of a uniform norm. In practice such fixation has proved to be chimerical, since even the most stable of norms inevitably changes as generations come and go. At all times the standard is threatened by the existence of rival norms, the so-called ‘dialects’, among its users. It is liable to interference from them and eventually to complete fragmentation» (HAUGEN, [1966] 1972: 107-108; 1997: 348).

² Na verdade, o termo codificação indica simplesmente «**the explicit statement of the code**, in the form of an ORTOGRAPHY, a GRAMMAR, and a LEXICON» (HAUGEN, 1971: 57). (O destacado é nosso).

they also have a certain normative status. Members of the linguistic community are justified in referring to them in making judgements as to the correctness of linguistic utterances»¹. Aceita-se, assim, que a codificação se configure normalmente como um mecanismo pelo qual se estabelecem normas e os gramáticos prescrevem que formas (gramaticais e lexicais) devem ser consideradas correctas, estigmatizando as desviantes.

Da intersecção dos diferentes aspectos aqui considerados resulta uma matriz com a qual Haugen ([1966] 1972: 110) esquematiza o modelo que introduziu em 1966 (*Language Conflict and Language Planning: the Case of Modern Norwegian* [Cambridge] e *Dialect, Language, Nation*) e que, posteriormente, sujeitou a alguns comentários e pequenas revisões:

	Forma	Função
Sociedade	Seleccção	Aceitação
Língua	Codificação	Elaboração

É com base neste quadro de análise que os colaboradores na obra *Germanic Standardizations* (DEUMERT / VANDENBUSSCHE [eds.], 2003) organizaram os respectivos trabalhos, aderindo a uma opção que os editores explicam da seguinte forma: «Haugen’s model has the advantage that it is broad as well as detailed enough to function as a frame of reference for the description of highly varied standardization histories» (DEUMERT / VANDENBUSSCHE, 2003a: 4). De qualquer forma,

¹ Do mesmo modo, também a atitude em relação ao codificador e à sua função apresenta matizes variados e evolui ao longo dos tempos, acompanhando o sentido da palavra **código**: «To those who thought of language as having divine origin, the codifier was a pundit, dispensing God’s truth to the people. Successively the code has been regarded as law and the codifier as law giver, as etiquette and the codifier as arbiter of fashion, as national symbol and the codifier as a national hero. To estheticians he has stood as a champion of the norms of beauty, to logicians as the upholder of rationality, to the philosopher as interpreter of the laws of thinking. Now that information theory has given us a new meaning of “code”, we are prepared to think of a codifier as a linguistic technician. But as social scientists we must be prepared to recognize that all the meanings of code and all the roles of the codifier which I have suggested still exist and enter into the complex function of language planning in human society» (HAUGEN, 1971: 57).

e como estes salientam (DEUMERT / VANDENBUSSCHE, 2003a: 9-10), é preciso ter presente que o modelo de Haugen não se revela o mais ajustado para a descrição das motivações e objectivos não linguísticos dos agentes responsáveis pelo processo de standardização (na verdade, este é orientado por crenças e interesses variados, o que condiciona significativamente a sua direcção) e não considera o facto de forças centrífugas e centrípetas condicionarem com igual impacto e ciclicamente o funcionamento das línguas.

Na sua análise da questão, Muljačić (1988: 286-287) distingue **normalização** e “**normazzione**” e integra os conceitos klossianos de “língua por distanciação” (LD) (Abstandsprache) e “língua por elaboração” (LE) (Ausbausprache). Com **normalização**, designa-se a criação da norma, incluindo a escolha ou selecção da sua base e a sua (primeira) codificação, que consiste, na maior parte das vezes, na redução do polimorfismo (sobretudo morfológico) não utilizável para fins estilísticos. Com “**normazzione**”, indica-se o funcionamento da norma, quer a sua extensão (pela aceitação a que Haugen se refere), quer os seus aperfeiçoamentos ulteriores ou elaboração, necessária pelo alargamento das suas funções comunicativas e pelo aumento do seu prestígio¹. Ambos os processos se desenrolam, portanto, em duas fases e se relacionam quer com os utilizadores efectivos e potenciais (sociedade) - no que diz respeito às fases da escolha e da extensão - quer com o sistema da LE, no que se refere às fases da codificação e da elaboração. A superação de todas as fases de desenvolvimento de uma norma (equivalentes às de desenvolvimento de uma língua por elaboração) é condição para o aparecimento de uma língua

¹ Num dos seus textos (1986: 56), Muljačić fala da **normativização** (assim designando a existência de norma) e de **normalização**, termo com que designa a extensão social do seu uso. Não oferece, portanto, constância terminológica, embora os dois aspectos em causa sejam, basicamente, os mesmos.

“standard”. Muljačić organiza, assim, como ele próprio informa, um modelo muito semelhante ao que Haugen, no domínio da planificação linguística, formula para “a fabricação de novas línguas standard” e que Lodge (1993) adapta à história (sociolinguística) do francês.

Esclareça-se que Kloss (1967), frequentemente evocado na bibliografia que incide sobre as questões em análise, distingue “língua por distanciação” (Abstandsprache) de “língua por elaboração” (Ausbausprache). O primeiro é um conceito predominantemente linguístico e diz respeito a uma unidade que o linguista considera língua, mesmo não apresentando forma escrita; a “distanciação” em causa é, naturalmente, intrínseca e não geográfica. Embora não tenha a mesma dimensão linguística (que a noção weinreichiana de “diassistema” já possui), aproxima-se desse conceito o de “língua histórica”, proposto por Coseriu. Por seu turno, “Ausbausprache” refere-se a línguas que são reconhecidas como tal por terem sofrido intervenção no sentido da transformação em instrumento estandardizado de expressão literária. Trata-se, portanto, de um conceito primariamente sociológico: «it refers to languages which have deliberately been reshaped so as to become vehicles of variegated literary expression» (KLOSS, 1967: 30). Assim, enquanto o primeiro conceito deriva da linguagem falada (ou da simples actualização de um sistema linguístico), o segundo está vinculado à língua “standard” (que Kloss associa à dimensão escrita, pelo que esta representa em termos de elaboração)¹.

¹ É em 1929 que Kloss escreve: «Rechtsfähig ist ein Idiom, wenn es entweder im philologischen oder im soziologischen Sinne eine Sprache ist». Afirma, deste modo, a igualdade jurídica de dois tipos de idiomas: «a) les langues qui sont du point de vue philologique (lire: linguistique) tellement éloignées de toutes les autres langues qu’il est impossible de les considérer comme leurs dialectes, appelées [inicialmente] *langues automatiques* (...); b) les langues qui, bien que d’humble origine, sont utilisées dans tous ou presque tous les domaines de la vie moderne après avoir subi un procès d’élaboration consciente» (MULJACIC, 1986: 54); só em 1952 Kloss avança com os termos **Ausbausprachen** e **Abstandsprachen**. «Kloss [doutor em ciências políticas] espérait en 1952 qu’un linguiste vrai et propre pourrait un beau jour préciser le *Mindestabstand* (“le minimum de distance

2.2.3. Daneš: a objectivação do processo de standardização

Assumindo como ideia orientadora da análise a íntima associação, àquele fenómeno, de valores e atitudes, Daneš (1987: 210-211) considera três fases, no desenvolvimento do processo de standardização linguística: a descritiva, a normativa e a performativa.

Na fase descritiva, dá-se objectivamente conta: (1) de toda a complexidade, da diferenciação interna e do dinamismo da LS; (ii) dos valores sociais associados à LS e ao seu uso comunicativo; (iii) das crenças e atitudes desenvolvidas pela comunidade linguística para com a LS. Legitimam-se, de alguma forma, as fases seguintes, que já envolvem a activação de mecanismos de avaliação e valoração.

A fase normativa (ou reguladora) desenvolve-se, por seu turno, em dois momentos: o avaliativo e o prescritivo (ou de codificação). No primeiro, recorre-se a um conjunto de critérios objectivos para discriminar os meios linguísticos em função do seu grau de adequação. Ao mesmo tempo, as necessidades reais de expressão e as tendências que revelam o dinamismo imanente da norma “standard” devem ser calculados; também o sistema

structurale”) suffisant pour distinguer les systèmes linguistiques entre eux (LD, LE et dialectes). On a compris avec le temps que la solution de ce problème n’est pas possible avec les purs moyens linguistiques. Le rapport des forces y compte pour quelque chose (...). Le quantum de distance nécessaire ne peut pas être défini car il est très relatif; les distances entre les LE scandinaves sont notoirement moins grandes de celles entre les dialectes italiens et la LE italienne» (MULJAČIĆ, 1986: 59). «Once again it was Kloss (...) who emphasized that sets of varieties (in Kloss “Idiome”) with a relatively small distance to other sets of varieties can become real languages as a result of their own standard varieties. He mentions the Czech and Slovakian varieties as an example. They have each become a language as a result of “Ausbau” (we say: as a result of standardization, or more precisely: as a result of developing their own standard variety in each instance), not as a result of distance (...). In the light of the conflict between the criteria distance and heteronomy, the involvement of interests and the politically explosive nature of the concept ‘language’ become obvious. They are connected to the widely held view of a national language (1 language - 1 nation)» (AMMON, 1987: 326).

(inconsistente) de crenças sociais e atitudes deve ser avaliado objectivamente: a finalidade é propor um projecto experimental de LS.

A codificação da norma “standard”, que pode constituir um instrumento efectivo de influência planificada sobre a língua “standard”, apresenta-se, no contexto desta reflexão, mais como directiva do que prescritiva¹; se se aceita que nem a estabilidade rígida nem a completa arbitrariedade da mudança são compatíveis com a língua “standard” (como instituição social, mas em conformidade com certos princípios estruturais, esta apresenta a capacidade essencial de se adaptar a estímulos internos e externos), a codificação surge como a ferramenta institucional de que se dispõe para regular a mudança e controlar o equilíbrio dinâmico (DANEŠ, 1987: 210, 232; MONTEAGUDO, 1994: 154). Nesta perspectiva, a codificação não deve ser vista como a prescrição rígida, estática, dogmática e autoritária das leis da língua “correcta”, mas como um instrumento de carácter institucional, pelo qual se pode controlar o desejável equilíbrio dinâmico da LS e assegurar o seu funcionamento de acordo com as reais necessidades sociais de expressão. Dito de outra forma, «codification should represent a theoretically founded application of the scientific knowledge of language and of its functioning in the solution of practical problems of social communication» (DANEŠ, 1987: 210-211).

As possibilidades e a natureza dos efeitos da codificação dependem, naturalmente, dos domínios linguísticos envolvidos (a estandardização é mais facilmente conseguida na escrita que na pronúncia), das línguas em causa e das situações sociolinguísticas em que o processo se desenvolve.

¹ «In fact, codification is both of them: as a prescription or regulation it must be issued by a norm-authority, it needs to be promulgated; and in order to make it effective, the authority may sometimes (e.g., in schools) attach a sanction (...). As a directive or technical norm it is concerned with the means recommended to be used for the sake of attaining a certain end; it appeals to the user’s reasoning, to his rationality, telling him: “If you want to express yourself in a standard way (which appears desirable for the following reasons...), you ought to employ certain language means in a certain way and to avoid others”» (DANEŠ, 1987: 232-233).

Finalmente, a fase performativa (menos científica e menos linguística que as outras duas, mais uma “arte” que uma “ciência”) implica a definição e o desenvolvimento dos meios adequados para que a codificação se torne operativa na prática social. Trata-se da fase de expansão a que Haugen se refere e que Muljačić igualmente introduz na sua análise.

PARTE I - PRESCRIÇÃO / DESCRIÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DOS
ESTUDOS LINGUÍSTICOS

CAPÍTULO 3

Notas finais

Todas as principais línguas da Europa foram, ao longo da sua história, consideradas prescritivamente, numa actividade de análise que se traduziu, fundamentalmente, na elaboração de gramáticas e dicionários - actividades de codificação, portanto - e na qual se destacou o século XVIII. Segundo Crystal (1995: 2), os gramáticos dessa época eram orientados por três objectivos principais: codificar os princípios das respectivas línguas, de maneira a provar que o aparente caos de uso camuflava a existência de um sistema; estabelecer modos de resolver disputas sobre o uso; indicar o que consideravam erros comuns, de forma a “melhorar” a língua. Muito embora a valorização deste tipo de atitude não tivesse impedido o desenvolvimento de posições diversas, assentes, fundamentalmente, na consideração dos factos de uso em detrimento da questão do “standard”¹, a abordagem era, então, essencialmente autoritária (o uso ou estava correcto, ou estava incorrecto) e o gramático assumia como função não apenas registar alternativas, mas pronunciar-se valorativamente sobre elas. A emergência das grandes línguas “standard” na Europa é, ao mesmo tempo, causa e efeito do conjunto de princípios que assim se veiculavam e que marcaram profundamente a cultura ocidental; o modo como os europeus, subconscientemente, vêem a língua e a

¹ No âmbito da produção inglesa da época, Crystal (1995: 2) destaca o gramático Joseph Priestley que, na segunda metade do século XVIII, insiste que «‘the custom of speaking [e não o valor da lógica ou a força da legislação] is the original and only just standard for any language’».

sua função na sociedade foi particularmente condicionado por esse quadro de valores:

it has come to be widely accepted, for instance, that the ideal state of a language is one of the homogeneity and uniformity (rather than diversity), that its ideal form is to be found in writing (rather than in speech^[1]), and that the ideal distribution of languages is for there to be a separate language for every separate 'nation'. This nexus of ideas was not present in pre-modern Europe, nor is it axiomatic in many non-European societies today^[2]. These ideas are bound up with the development of standard languages and the spread of literacy, and are the product of a particular stage in European history (LODGE, 1993: 2).

É neste envolvimento cultural que *língua*, remetendo para a noção de 'um certo idioma' e, portanto, diferenciando-se do conceito de *dialecto*, se define como o sistema linguístico de que se serve uma comunidade de falantes e que se caracteriza pela sua clara diferenciação, por um alto grau de nivelção, por ser veículo de uma importante tradição literária e, por vezes, por se ter imposto a sistemas linguísticos da mesma origem (ALVAR, 1961: 55). De acordo com uma ideologia de universalismo (linguístico), que deixou a sua marca na gramática tradicional e nos estudos linguísticos e filológicos, *língua* (sem adjectivos) identifica-se, assim, facilmente, com 'língua culta, literária, escrita', o que Rosiello (1977, *Reseña de G.A.Padley, "Grammatical Theory in Western Europe 1500-1700, The Latin Tradition"*, citado por MONTES GIRALDO, 1980: 240) considera ser uma pesada herança do

¹ Não deixando de concordar com a posição aqui expressa por Lodge, é necessário notar que é muito cedo que a literatura (considerando a sua vertente escrita) ganha um estatuto privilegiado na definição dos dados da descrição gramatical.

² Muitas das noções normalmente evocadas na bibliografia sobre o assunto são, de facto, largamente baseadas numa teoria da estandardização linguística que tem as suas raízes na experiência europeia. Assim, e embora seja um facto que esta foi, de certo modo, duplicada em muitas outras partes do mundo, não se pode partir do princípio de que se trata de um esquema válido para todos os espaços e contextos temporais (GARVIN, 1974: 77). Dada a complexidade do fenómeno, nenhum modelo pode dar conta de toda a variedade de situações, mas apenas analisar princípios gerais e condições globais dos processos de estandardização.

passado e um “malefício” ainda hoje difícil de remover do senso comum. No âmbito dos estudos linguísticos, o pressuposto é, assim, o de que a descrição de **uma parte** de um sistema é válida como descrição do conjunto¹. Num outro contexto, dominado por uma visão essencialmente dialéctica da realidade e em que o desenvolvimento da Geografia Linguística e da Dialectologia, da Sociolinguística, da análise de línguas ágrafas superou definitivamente a “ilusão” da **língua** como sistema único e sem fissuras, esse mesmo conceito impôs-se como abstracção cómoda e necessária para um conjunto de (sub)sistemas relacionados não só pela inclusão numa determinada estrutura linguística, mas também, e sobretudo, por laços extralinguísticos - a entidade que Coseriu definiu como **língua histórica** sintetiza este conjunto de princípios e a própria noção de **língua-idioma** (como a que Alvar apresenta) pressupõe a existência desses laços, como se depreende da referência à comunidade linguística na sua definição. É aqui que, no quadro teórico de igualitarismo de variedades pressuposto por esta outra noção de língua, se vêm a integrar os conceitos de norma e língua “standard”: dos referidos laços extralinguísticos constam a aceitação de um mesmo dialecto literário e normativo como meio de união interdialectal e, portanto, como língua comum e o daí decorrente sentido de pertença a uma comunidade nacional ou supranacional (MONTES GIRALDO, 1980: 240-241).

Na primeira parte deste trabalho, debruçámo-nos sobre o modo como o estudo das questões de norma (normalização) e estandardização se legitimam no seio dos estudos linguísticos; é, para nós, particularmente relevante o facto de, na época actual e em determinados âmbitos, se evocar

¹ Esse é um princípio que vigorou / vigora em diferentes envolvimentos epocais e epistemológicos, desde a gramática das línguas clássicas, construída sobre o dialecto literário, «a la gramática de las lenguas modernas y aun a la lingüística con las leyes fonéticas sin excepción, el estructuralismo con su concepción del sistema rígido y único y el transformacionalismo con su confianza en el hablante ideal» (MONTES GIRALDO, 1980: 240).

a necessidade de uma redefinição da Linguística que passa, precisamente pela consideração desses aspectos. A própria Sociolinguística, vocacionada para o estudo da dimensão social do funcionamento da linguagem, é submetida a análises críticas da mesma natureza, constatando-se que uma perspectiva normativa, incidindo sobre a **regularidade externa** da língua, influencia, de forma crescente, a disciplina na contemporaneidade (TAYLOR, 1990: 146). É precisamente nesta linha que, à semelhança do que Harris (1990) propõe para a Linguística, Cameron (1997) reflecte sobre o que chama a “desmitificação” da Sociolinguística (designação que reserva para o paradigma variacionista ou quantitativo associado ao trabalho de Labov¹). A tese da autora é a de que, para cumprir os seus objectivos, a Sociolinguística deve alterar o modo de encarar as relações que se estabelecem entre certas actividades verbais e outras actividades humanas. Uma das questões a esclarecer é a **razão** pela qual as pessoas se comportam linguisticamente do modo que os estudos sociolinguísticos descrevem; o princípio normalmente evocado de que a linguagem reflecte ou expressa a sociedade não é, na verdade, uma explicação e implica o pressuposto da existência prévia das estruturas sociais. Torna-se, então, necessário um modelo mais complexo, que trate a linguagem como uma parte do social que interage com outros modos de comportamento e que é tão importante como qualquer um deles. Se a língua não é um organismo ou um reflexo passivo, mas uma instituição social, a Sociolinguística necessita de incorporar um conceito de língua em que essa vertente do fenómeno ocupe um lugar central e não marginal (CAMERON, 1997: 56-57 e 66). Enquanto um necessário complemento à quantificação e à microanálise, típicas da Sociolinguística habitualmente praticada, a tarefa de

¹ Note-se que Labov (*What is a Linguistic Fact?*, referido por MILROY, 1997: 75) se orienta pelo princípio de que o programa geral de todos os linguistas - e não apenas daqueles que escrevem gramáticas da competência, o que nos permite considerar igualmente os sociolinguistas - começa com uma procura da **invariância**.

uma Sociolinguística “desmitificada” seria, então, examinar as práticas linguísticas em que os membros de uma cultura participam ou a cujos efeitos estão expostos¹. Em causa estão, aqui, actividades de natureza metalinguística como a consulta de dicionários ou a elaboração de textos jornalísticos sobre questões de uso linguístico (CAMERON, 1997: 66).

O enquadramento das questões em análise implica a consideração da natureza social da Linguística; o procedimento seguinte é, então, mostrar que tal pressuposto epistemológico não é incompatível com princípios básicos de cientificidade. Assim, por um lado, nota-se que o próprio fenómeno é analisável nas suas diferentes fases e considerando quer os processos sociais, quer os processos linguísticos aí envolvidos; por outro lado, mostra-se que julgamentos de valor e processos de escolha, inerentes ao fenómeno, são passíveis de análise objectiva no quadro da filosofia das ciências. A importância crescente da planificação linguística e a presença de, na modernidade, regulamentar e legitimar esse trabalho associando-o à linguística académica (que, ao longo do século XX, vai progressivamente valorizando princípios descritivos e não normativos) é, em grande medida, um dos factores de impulso no desenvolvimento desta reflexão.

Os modelos de análise de que demos conta têm como propósito fundamental legitimar processos de standardização no quadro epistemológico e ideológico da actualidade: evoca-se, mesmo, a importância do fenómeno para o desenvolvimento das sociedades e para a dignificação de idiomas minoritários. Os grandes argumentos concentram-se na qualidade do

¹ «As well as being of interest in itself, this undertaking would help us to make sense of the process noted by Romaine: the constraining of linguistic behaviour by the social relations in which speakers are involved and the linguistic resources to which they have access. We might also discover how language change may come about through the efforts of individuals and groups to produce new resources and new social relations» (CAMERON, 1997: 66).

instrumento linguístico (que se deve distinguir pela amplitude de funções e pela sua capacidade de cumprir funções ditas “altas” e ao serviço da qual se coloca, forçosamente, o trabalho de codificação), na sua importância para a modernização da sociedade, no seu poder de coesão interna e diferenciação externa, na atitude valorativa da comunidade.

Embora vinculados ao ambiente histórico em que são concebidos, os modelos a que fizemos referência definem coordenadas que podem orientar a análise do fenómeno noutros contextos epocais. Assim, a observação de alguns dos resultados do trabalho de codificação permite-nos aceder à componente linguística do processo em diferentes momentos da história, ao mesmo tempo que, com a consciência do valor indirecto das informações, nos permite vislumbrar os aspectos fundamentais das fases de selecção e aceitação e aceder ao plano complexo das atitudes linguísticas da comunidade.

Orientador, para nós, é o facto de o trabalho de codificação, que se exhibe sob a forma de gramáticas, dicionários e obras similares, representar um eixo fundamental no desenrolar do processo de standardização, fazendo com que o saber metalinguístico que assim se formaliza valha não só pela sua natureza especulativa, mas sobretudo pelo seu alcance prático. Note-se, aliás, que mesmo nos momentos históricos de valorização da dimensão especulativa da gramática, nunca se perdeu de vista o interesse deste conhecimento para o controlo da linguagem, traduza-se este em “bom uso” (noção sociológica) ou num *sermo congruus e perfectus* (noção lógica).

«Sans mémoire et sans projet, il n'y a tout simplement pas de savoir» (AUROUX, 1989: 14)

PARTE II - UM OLHAR ORIENTADO(R) SOBRE A HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA

**NORMA E CODIFICAÇÃO: A PRODUÇÃO
LINGUÍSTICO-GRAMATICAL PORTUGUESA**

PARTE II - UM OLHAR ORIENTADO(R)
SOBRE A HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA

CAPÍTULO 4

A Historiografia Linguística

[O] estudo da linguagem é um dos mais antigos ramos do conhecimento. O mais antigo dos textos gramaticais existentes é uma aprofundada descrição do sumérico escrita há cerca de quatro mil anos; a teoria linguística e a pesquisa empírica deram lugar a uma tradição variada e ininterrupta que, tendo origem na Índia e Grécia antigas, se desenvolveu na Idade Média, no Renascimento, seguidamente no século XVII, em contacto com as doutrinas de Descartes, Locke e Leibniz, e depois na época das “Luzes”, para dar origem finalmente às múltiplas tendências científicas dos dois últimos séculos (JAKOBSON, 1974: 39-40).

4.1. Algumas questões

Se os estudos sobre a linguagem, e como consequência do carácter “íntimo” de tal objecto, se revestem de um carácter ancestral, já o interesse pela dimensão histórica dessa área de trabalho ganha expressão sobretudo a partir do início do século XIX, acompanhando o desenvolvimento institucional da Linguística¹. A História da Linguística, enquanto domínio de estudo que se ocupa do desenvolvimento dessa disciplina desde o seu início até à

¹ Como disciplina académica, a própria **História da Ciência** é recente, já que só no século XX emergiu como uma área organizada de estudo. Assim, o interesse crescente que os linguistas manifestam por esse aspecto do seu próprio campo de trabalho faz parte de um movimento de valorização de orientações históricas que afecta a ciência em geral (GREENE, 1974: 487). Sobre algumas das especificidades e a evolução dessa área de estudo, veja-se, por exemplo, a apresentação de Auroux *et al.* (1984: XIII-XV); para uma análise crítica das diferentes formas assumidas pela história das ciências da linguagem, cf. KOERNER, 1995a.

configuração actual define-se, então, recentemente: sinais desse facto são o estabelecimento de sociedades científicas direccionadas para a questão e a realização de encontros internacionais especializados que se multiplicam a partir do final dos anos 1970, tanto na Europa como na América do Norte (KOERNER, 1993: 3)¹. Um pouco à semelhança do que se passa relativamente a outras áreas do saber, aceita-se que qualquer conhecimento e, portanto, qualquer ciência, é uma realidade histórica, essa historicidade traduzindo-se na sucessão de experiências e ensaios, nos debates, na formulação e “questionação” de teorias, na intervenção das instituições relevantes (RIEU, 1990: 2323-2324). Assim,

son mode d'existence réel n'est pas l'a-temporalité idéale de l'ordre logique du déploiement du vrai, mais la temporalité ramifiée de la constitution au jour le jour du savoir. Parce qu'il est limité, l'acte de savoir possède par définition une épaisseur temporelle, un horizon de rétrospection (...), aussi bien qu'un horizon de projection (AUROUX, 1989: 13).

Com o cultivo da história da Linguística ganham corpo novas questões que, embora a condicionem, ultrapassam a análise factual e se centram em aspectos de natureza fundamentalmente epistemológica. Na origem deste tipo de reflexão está o reconhecimento de que os resultados da investigação são profundamente condicionados não só pela concepção de história das ciências que orienta o trabalho, mas também pela concepção de linguística de que se parte para essa tarefa de reconstituição histórica (LUCCHESI, 1998: 21). Assim, e mesmo reconhecendo, com Auroux (1989: 35, n. 1), que não se atinge, nesta área do saber, nem a profundidade nem a sofisticação da

¹ «Other indications of the subject's approaching maturity are that a number of scholars have begun to take a serious interest in questions of method and epistemology in linguistic historiography, which had its first organized discussion in the late 1960s, when Thomas S. Kuhn's *The Structure of Scientific Revolutions* (1962) began to make its impact on the history of linguistics» (KOERNER, 1993: 4).

filosofia das ciências centrada na história das ciências da natureza ou das disciplinas formais, trabalha-se para definir o lugar desse tipo de estudo (que alguns investigadores encaminham para a Epistemologia Histórica ou para a História das Ciências, mas que outros consideram um simples ramo da Linguística [SWIGGERS, 1984: 15-16]) e para construir o respectivo quadro teórico e metodológico.

O que, neste debate, se encontra em causa é a definição de uma Historiografia Linguística, enquanto análise orientada (em função de um conjunto de princípios) da história do estudo da linguagem (KOERNER, 1995: 7). Teremos, então, uma abordagem à história da Linguística que se apresenta consciente dos requisitos metodológicos e epistemológicos que o trabalho de investigação histórica, em qualquer ciência, exige (KOERNER, 1995a: 3). Independentemente de um uso antigo do termo (no sentido tradicional de ‘[mero] registo da história da investigação linguística’), mas relacionando-se, evidentemente, com a referida actividade, **Historiografia Linguística** é mais do que um termo relativo à actividade de “escrever história” e surge, assim, como um novo campo de trabalho, mais recente que o de História da Linguística; trata-se de uma das formas de escrever história e consiste na apresentação do passado linguístico «as an integral part of the discipline itself and, at the same time, as an activity founded on well-defined principles which can rival, in terms of soundness of method and rigor of application, those of linguistics itself» (KOERNER, 1995a: 6)¹.

¹ Desta forma, “fazer” História da Linguística impõe a explicitação de um conjunto de princípios orientadores: definição puramente fenomenológica do objecto (saberes constituídos em torno da linguagem humana, tal como esta é realizada na diversidade das línguas), neutralidade epistemológica (pela desconsideração da questão que se pode levantar em torno da avaliação do carácter científico de diferentes quadros / momentos de análise), historicismo moderado (pelo reconhecimento de que todo o saber é um produto histórico, isto é, o resultado da interacção das tradições e ambiente, mas não cedendo ao mito da incomparabilidade de conhecimentos configurados em paradigmas específicos e desse modo reconhecendo, para lá da diversidade, a existência de analogias) são os que Aurox (1989: 15-16) apresenta como base de *Histoire des idées linguistiques*, obra que

Como as questões a privilegiar no âmbito deste trabalho não são do domínio estrito da filosofia das ciências, limitar-nos-emos a considerar que o objectivo da Historiografia Linguística «est de *comprendre* - et de faire comprendre - la variété et la spécificité des théories (ou des ébauches de théorie) concernant le langage et les langues, et cela à partir de textes (...) dans le contexte où elles ont été formulées. [Destacada] la nature de la réflexion linguistique devra être liée à l'organisation du savoir propre à l'époque en question» e a um contexto social (SWIGGERS, 1984: 16-18), que deverá ser considerado no momento de proceder à comparação de ideias ou teorias linguísticas avançadas em épocas diferentes¹. Dada a evidente dependência que se estabelece entre a actividade cultural e intelectual e o contexto que a envolve, “fazer” História da Linguística pode, então, em determinados aspectos, beneficiar da clarificação oferecida pela distinção metodológica entre **história interna** e **história externa** de uma ciência: enquanto a história interna apresenta como objecto «a seleção das questões relevantes, a escolha dos dados, critérios de avaliação dos esquemas explicativos adotados», já a história externa implica o estudo das pessoas e das instituições, podendo ser alargada «a um panorama sócio-económico e cultural mais abrangente, integrando os movimentos institucionais no quadro mais amplo das demandas sociais»

dirige. Em confronto com as duas estratégias possíveis para fazer história da Linguística (admitir que uma ciência não é mais do que a totalidade dos momentos do seu desenvolvimento ou procurar no passado os elementos que se enquadram nas preconcepções definidas por um ponto de vista datado), Auroux (1989: 14-15) propõe-se um objectivo mais ascético e mais ambicioso que consiste em responder às seguintes questões: (i) sob que formas se constitui no tempo o saber linguístico?; (ii) de que modo é que essas formas se criam, evoluem, transformam ou desaparecem? Não obstante o valor da teorização desenvolvida, Koerner (1995: 12) apresenta a Historiografia Linguística como um domínio onde continua a faltar um quadro próprio e organizado de trabalho, pelo que conclui que «there is still much work to be done before the History of Linguistics will have become a Historiography of the Sciences of Language». Reconhece, no entanto, que, «[in] the meantime, concepts [alguns deles propostos por Kuhn] such as ‘disciplinary matrix’ and ‘climate of opinion’, ‘continuity’ versus ‘discontinuity’, ‘evolution’ versus ‘revolution’, ‘mainstream’ versus ‘undercurrent’, ‘data-orientation’ versus ‘theory-orientation’, and others have become widely accepted terms». (Cf., também, KOERNER, 1993: 4-6).

¹ Cf. nota da p. 135, a propósito do conceito de “historicismo moderado”.

(LUCCHESI, 1998: 23). Note-se, no entanto, que integrar no quadro metodológico a referida **distinção** não implica esquecer a inevitabilidade das relações que se estabelecem entre os dois níveis da análise; a combinação das duas orientações afigura-se, por isso, o procedimento mais proveitoso (SWIGGERS, 1992: 140).

4.2. Procedimentos metodológicos: problemas e opções

Os trabalhos de Historiografia Linguística inventariam, por via de regra e com maior ou menor detalhe, o que, nas diferentes civilizações conhecidas, é sintoma do interesse do homem pela linguagem verbal. A convicção de que o percurso evolutivo da Linguística consiste em sucessivas superações das insuficiências dos períodos anteriores (primeiro, tratou-se de atribuir, a essa área do saber, o estatuto de ciência; depois, elaboraram-se e contrapuseram-se modelos de descrição progressivamente mais eficazes) é, muitas vezes, o fio condutor das análises.

É assim que as produções da Antiguidade, por exemplo, são tradicionalmente apresentadas como o “balbucimento” de uma ciência que teria, hoje, atingido a sua maturidade: na base deste tipo de apreciação está, por um lado, o facto de se tomar como definitório da actividade científica a autonomia que esse trabalho, em tal contexto histórico e epistemológico, não pode apresentar; por outro, o facto de se assumir a Linguística como uma ciência cumulativa, pelo que a prática antiga se vê, necessariamente, como menos elaborada (porque menos informada) que a moderna (BARATIN / DESBORDES, 1981: 9-11).

Naturalmente, a este modo de apresentação da história das ideias linguísticas opõe-se uma outra perspectiva, de acordo com a qual se reconhece a originalidade da análise de outros contextos epocais e se considera a hipótese de, mantendo-nos no período histórico referido, a linguística antiga, reflectindo uma perspectiva epistemológica eventualmente diferente, poder ser, na realidade, tão (in)completa como a investigação moderna (BARATIN / DESBORDES, 1981: 12).

Independentemente da nossa adesão a uma ou outra posição, o que aqui nos interessa é o facto de, na realidade, ser possível analisar o passado da ciência linguística tendo como ponto de referência o seu perfil actual e a estabilidade ontológica do seu objecto de estudo. O que aqui pretendemos explorar é a ideia de que, na história das vicissitudes do pensamento e do conhecimento, nos deparamos, por um lado, com tendências para a continuidade, pela preservação de ideias ou princípios, e, por outro, com a apresentação de propostas revolucionárias que parecem romper com o passado; continuidade e revolução não estabelecem, nesta perspectiva, uma verdadeira relação de oposição (VERBURG, 1974: 192).

Assumamos então que qualquer análise de tipo histórico deve ter presente que, se podemos descrever a sucessão das ideias linguístico-gramaticais em termos de progressão, também nos deparamos, muitas vezes (e sob a aparência de etapas evolutivas), com diferentes enquadramentos de ideias fundamentais já pressentidas ou, mesmo, trabalhadas: é pela convicção deste facto que Itkonen (1991: 252) afirma que «such scholars as Crysippus, Apollonius, Boethius the Dane and William Ockham are not just of an antiquarian interest for us. We do not have to lower our standards of scientificity when we approach them. In many cases they made those discoveries that have generally been thought to testify to the ‘spectacular success’ of synchronic grammatical theory in the 20th

century». Torna-se, assim, possível perceber e destacar afinidades que se estabelecem entre épocas distintas¹.

A periodização que organiza o desenvolvimento dos estudos sobre a linguagem é semelhante àquela em que se segmenta a história da ciência em geral²: a Antiguidade, a Idade Média, o Renascimento, o século XVIII, o século XIX e um período revolucionário que, iniciando-se neste último, transita para o século XX são, então, os momentos em torno dos quais normalmente se estrutura a história da Linguística. As relações que entre eles se evidenciam tornam claro que, como salienta Auroux (1989: 22), uma tradição pode ser de origem espontânea (isto é, desenvolver-se de forma independente relativamente a outras tradições) ou resultar de uma “transferência tecnológica”. A primeira situação é relativamente rara e, no âmbito dos estudos sobre a linguagem, é o caso, por um lado, das tradições babilônica e egípcia (que não passaram de um estado embrionário) e, por outro, das tradições indiana, chinesa e grega (vindo esta última a constituir a fonte de toda a tradição ocidental); o segundo é o caso da tradição latina, da gramática hebraica e do estudo dos vernaculares europeus.

¹ Uma das aproximações mais frequentemente enfatizadas é a que envolve a linguística indiana antiga e parte da linguística norte-americana moderna: como veremos, Itkonen (1991: 3), por exemplo, fala de uma “semelhança notável” entre esses dois momentos/conteúdos históricos. O interesse que este tipo de facto desperta em determinados contextos, pode, inclusivamente, orientar a investigação no domínio da Historiografia Linguística. É dessa forma que se pode compreender que, em determinado momento do século XX, os dois episódios da história da Linguística que mais atenção atraíram tenham sido, precisamente, os que pareceram ter mais em comum com a abordagem gerativo-transformacional: a gramática especulativa do século XIII e a gramática filosófica (*grammaire raisonnée*) da escola de Port-Royal (LAW, 1986: 43).

² «The main difference seems to be that, where as physics and natural history achieved a conceptual framework in the seventeenth century, linguistics did not come to a focus on historically oriented comparative philology until the early nineteenth century» (GREENE, 1974: 493).

A análise a que, neste trabalho, vamos proceder valorizará, para os diferentes períodos, as fontes directas; não pudemos, no entanto, prescindir do recurso, também recorrente, a fontes de natureza indirecta: nuns casos, consideraram-se obras de amplo espectro temático, noutros, obras mais restritas e especializadas. Na verdade, não se pretendeu, nem isso era fisicamente exequível nos contornos desta investigação, proceder a leituras críticas da totalidade das fontes (sobretudo das mais longínquas) e desconsideraram-se, sempre que não relevantes no contexto em que nos posicionamos, algumas das controvérsias que resultam, quer de interpretações diferenciadas de determinados materiais, quer da integração de diferentes quadros (epistemológicos) de observação¹; cremos, no entanto, que a concordância revelada pelos diferentes estudiosos relativamente a determinados aspectos da história da Linguística nos permite extrair informações globais orientadoras sobre a natureza, constituição e impacto dos trabalhos e pensadores emblemáticos.

Já referimos que uma das motivações apontadas pelos historiadores para o desenvolvimento dos estudos sobre a linguagem na Mesopotâmia foi a preocupação com a preservação da literatura clássica; adiantámos que o

¹ Não deixamos, no entanto, de estar conscientes dos factos para os quais Desbordes (1989: 150-151) chama a atenção: «il semble bien qu'on a désormais à peu près répertorié tout ce que la tradition pouvait conserver en matière de textes anciens sur le langage. Il s'agit du reste d'une conservation très inégale, d'une tradition pleine de lacunes, qui oblige constamment les historiens à recourir à la reconstruction hypothétique. Ainsi, on a perdu à peu près toutes les oeuvres des IIIe et IIe s. av. J.-C. concernant le langage (...), on ne trouve que des fragments, alors que c'est une période capitale pour l'histoire des idées sur le langage, celle où les Stoïciens élaborent leur "logique", celle où les érudits d'Alexandrie donnent à la "grammaire" une impulsion décisive. (...) **La littérature secondaire est absolument gigantesque et encore assez souvent polémique**, d'une part du fait même des lacunes, accueillantes aux hypothèses, et d'autre part à cause de l'application au passé de diverses grilles de lecture modernes. On a surtout, et de façon quelque peu contradictoire, sélectionné et organisé des données antiques en fonction de modèles scientifiques récents dont on cherchait les antécédents». (O destacado é nosso).

mesmo tipo de circunstância está na base da análise linguística no mundo clássico. Dado o valor modelar (seja este avaliado em termos estéticos, religiosos ou outros) dos textos aí em causa, pode-se aceitar que entre as motivações que conduziram à descrição das línguas, se encontra «frequentemente a preocupação em fixar com precisão um bom uso, uma correcção, noutros termos, uma **norma** linguística, que reteria apenas algumas das maneiras de falar efectivamente utilizadas, e que rejeitaria as outras como lassas, incorrectas, impuras ou vulgares» (DUCROT / TODOROV, 1991: 157). Por outro lado, o purismo e a exaltação da identidade nacional, acompanhando a constituição / preservação de um *corpus* linguístico (seja ele religioso ou profano), são fenómenos quase universais na constituição, espontânea ou por transferência, dos saberes linguísticos (AUROUX, 1989: 28).

É precisamente esta a vertente que orientará a nossa incursão pela história da Linguística; o nosso objectivo é dar conta da definição daquele tipo de propósito e observar os princípios com que se legitima a actividade gramatical e, mais exactamente, a natureza dos dados da análise. O conjunto de princípios expostos no extracto a seguir transcrito sustenta a limitação, calculada, que se associa a este tipo de opção:

Quoiqu'il en soit de la diversité d'historicisation, écrire une histoire consiste à homogénéiser le divers. Tout travail d'historien consiste à projeter des faits dans un hyper-espace comportant essentiellement trois types de dimensions: une chronologie universelle, une géographie, et un ensemble de thèmes. La grille chronologique donne à l'ensemble des faits une structure de pré-ordre. Il n'y a véritablement histoire que lorsqu'on construit un ordre, en sélectionnant un thème et en restituant une suite en grande partie causale (...). Sur un ensemble de faits suffisamment grand, non seulement il existe quantité d'ordres possibles, mais quoiqu'on fasse, il y aura *des lignes d'histoire* indépendantes. (...) Tout travail historique commence par des choix, dont on souhaite qu'ils correspondent à une structuration intrinsèque à

l'ensemble des faits. (...) En matière d'histoire –comme ailleurs– aucun principe jamais n'abolit l'arbitraire d'avoir à choisir (AUROUX, 1989: 33-34). (O destacado é nosso).

PARTE II - UM OLHAR ORIENTADO(R)
SOBRE A HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA

CAPÍTULO 5

A Antiguidade

Na análise linguística da Antiguidade está em causa, por via de regra, o valor canónico de textos escritos e a evidência da mudança a que as línguas estão sujeitas, surgindo aquele estudo como solução para combater este fenómeno; no âmbito do estudo científico da linguagem, a Literatura assume, desta forma e desde então, um estatuto privilegiado que, em parte, vai conservar até à actualidade (TAYLOR, 1995: 84). Por outro lado, a forma (escrita) pela qual se apresentavam e o carácter (artístico e/ ou religioso) desses textos faz com que, simultaneamente, desde muito cedo estivessem em causa, como factores determinantes do processo de organização de dados, coordenadas sociolinguísticas e estilísticas. A selecção de variantes que daí decorre explica que as mais antigas descrições linguísticas se apresentem globalmente como normativas ou prescritivas («they attempt to describe a language accurately, but they also set out to PRESCRIBE how it should be used» [MILROY / MILROY, 1992: 269])¹, e manifestem evidentes intenções pedagógicas. O modelo (análogo ao que vigorou na história natural durante séculos) que normalmente acompanha essas atitudes é o que considera a mudança linguística um processo de degradação relativamente a um estado original de perfeição traduzida pela concordância entre coisas, conceitos

¹ «Prior to the nineteenth century, it is safe to say that ALL LINGUISTICS WAS NORMATIVE. The much-admired Panini was a linguistic law-giver, whose work served the purposes of religious continuity. The Greek and Latin grammarians were textbook writers, who wished to establish immutable norms for the correct writing and speaking of their languages, the *ius et norma loquendi*» (HAUGEN, 1971: 50).

e palavras; uma abordagem estática da linguagem é consequência inevitável da integração desse princípio (GREENE, 1974: 494).

5.1. A investigação linguística na Índia antiga: o “fundo ideológico” da gramática de Panini

Uma das civilizações da Antiguidade normalmente destacada no âmbito da história da Linguística é a da Índia, onde os estudos desenvolvidos nesse domínio começam por ter motivações religiosas¹: à língua veiculada por determinados textos-modelo (os textos sagrados védicos) é reconhecido um alto valor religioso-espiritual e o objectivo do erudito é descrever para fixar e preservar essa herança, por seu turno necessária ao cumprimento do ritual religioso². Entre os indianos, as análises descritivas pretenderam estabelecer os

¹ «The earliest evidence of intensive and extensive linguistic activity in India is the constitution of a *padapatha* or “word for word recitation” corresponding to the *samhita path* or “continuous recitation” of the Veda. This may have taken place in the period between the tenth and the seventh centuries B.C.» (STAAL, 1974: 63).

² Os Vedas remontam ao período que decorre entre 1300 (ou, mesmo, 1500) e 800 a.C. e são as antigas escrituras da Índia que “contêm o conhecimento” (*Veda*). Esta literatura oral, composta em sânscrito, foi recolhida em 1131 hinos provenientes de numerosas escolas e correntes e começou a ser considerada sagrada a partir do século III a.C. (SMET, 1976: 804). Redigidos numa língua convencional, esses hinos atestam uma distanciação, com fins estéticos, do uso vulgar e uma forte consciência dos poderes da fala (PINAULT, 1989a: 295). Na verdade, na Índia, uma tríade que remonta ao indo-iraniano e que é comum às três tradições religiosas (brahmanismo, budismo, jainismo) «est censée décrire toute l’activité humaine: pensée (...), parole (...), action (...); des trois notions (...), la seconde a toujours la prépondérance dans la réflexion indienne: ce qui est “bien dit” est l’expression d’une pensée juste et représente en soi une action efficace. La parole est une force, dans le monde sacré et dans le monde profane; cette puissance peut se tourner contre celui qui s’en sert mal: il faut donc cultiver avec soin la correction du discours» (PINAULT, 1989a: 294-295). A mesma motivação de carácter religioso impulsiona os estudos sobre a linguagem na Arábia; da relação apontada não se pode, no entanto, inferir a existência de um laço religioso entre os gramáticos e os textos que, de algum modo, aqueles evocam (os Vedas para o indiano Panini - neste caso, mesmo o laço linguístico é muito ténue - e o Corão, no caso de Sibawaihi, figura de referência na civilização árabe) (ITKONEN, 1991: 131).

factos da linguagem antiga dos textos sagrados e, assim, produzir aquilo que Crystal (1995: 405) designa um “texto autoritário”: mudança linguística (o próprio conceito é estranho à tradição gramatical indiana¹ que, depois de Panini, aceita que todo o sânscrito deve ser sempre explicado pelos cânones que este autor estabelece [PINAULT, 1989: 337]) e unidades idiomáticas sincronicamente alternativas são, assim, formas de profanação. Neste contexto, os termos gramaticais tendem a ter uma origem religiosa ou ritual e, portanto, a ciência da gramática e a ciência do ritual partilham, em grande medida, o vocabulário a que recorrem; a gramática aparece, então, como uma área especializada no interior do domínio das ciências rituais, das quais, no entanto, e no que se refere à natureza das descrições, se mantém qualitativamente diferente (RENOU, *Les connexions entre le rituel et la grammaire en sanskrit*, 1941-1942, *apud* STAAL, 1994: 2917; cf. também ITKONEN, 1991: 78)². Dada a importância ritual da fala (a correcta pronúncia das palavras era uma condição para o cumprimento das cerimónias), a fonética tornou-se o primeiro ramo da Linguística a ser cultivado na Índia (ROCHER, 1992: 141)³.

¹ «[Entre] le “remplacement” et la “modification” des unités linguistiques, (...) les points de vue sont accordés aux thèses des diverses écoles philosophiques; dans ce débat, l’idée d’une transformation diachronique de la langue n’intervient jamais» (PINAULT, 1989: 348).

² «Les conditions intellectuelles du développement de la grammaire ne sont pas bien connues; dans une certaine mesure, elles sont reflétées par son vocabulaire technique: cette discipline est issue des milieux spécialisés dans la codification et l’enseignement du rituel. En plus des affinités formelles dans la composition en *sutra* (...) les concordances entre les terminologies du rituel et de la grammaire attestent des préoccupations communes (...): pour de nombreux termes, le “point de départ est dans les textes religieux, la valeur grammaticale apparaissant comme une spécialisation à l’intérieur d’une acception rituelle mieux articulée”. (...) Même si la grammaire s’est développée en corrélation avec des réflexions sur la poésie et le sacrifice, elle a construit progressivement ses propres catégories. (...) les techniques du sacrifice, les spéculations sur le langage, les arts de la parole ont donné une impulsion à la grammaire, sans pour cela déterminer directement ses procédures et ses résultats» (PINAULT, 1989d: 324-330).

³ Os Vedas foram compostos muito antes do advento da escrita. Eram recitados em voz alta e, quando a linguagem quotidiana começou a mudar na direcção do que veio a ser chamado sânscrito clássico, tornou-se cada vez mais importante manter a recta pronúncia dos hinos. Esta preocupação levou, naturalmente, a um interesse pelo modo como os sons são produzidos

Neste contexto, a gramática começa, então, por significar ‘estudo dos Vedas’ e representa uma das seis *vedanga*, ciências auxiliares que trabalham para a conservação da tradição védica na sua forma correcta¹; cabe-lhe, então, desde o início, uma posição de destaque, ocupando o centro da tradição científica e constituindo-se como um ideal a que aspiram as outras ciências².

A gramática de Panini (*Astadhyayi*), nas palavras de Bloomfield (1970: 16), um dos monumentos maiores da inteligência humana³, e provavelmente escrita no século V a.C.⁴, é normalmente apresentada como o culminar dessa tradição, ao mesmo tempo que marca (na medida em que

e, por isso, ao desenvolvimento da fonética e da fonologia (ITKONEN, 1991: 10) (conscientes de que o modo como, na actualidade, estas duas disciplinas são normalmente concebidas é consequência directa de desenvolvimentos teórico-metodológicos ocorridos na primeira metade do século XX, recorreremos aqui aos termos “fonética” e “fonologia” apenas como forma de identificar áreas de interesse ou investigação).

¹ «Parmi les six membres auxiliaires, ou appendices, du Veda, quatre concernent des données langagières; les deux autres sont liés à la réalisation matérielle du sacrifice (...). L'action rituelle n'est efficace qu'avec l'énonciation correcte de formules, de poèmes tirés des anciens recueils (...); des disciplines furent développées pour assurer la continuité et l'intégrité du texte sacré: la phonétique (...), la métrique (...), l'étymologie (...) et la grammaire» (PINAULT, 1989d: 304).

² «The other traditional sciences aspired to the ideal of linguistics as embodied in Panini's grammar in a manner similar to that in which the western sciences aspired to the ideal of mathematics as embodied in Euclid's Elements» (STAAL, 1974: 71).

³ A obra de Panini é recorrentemente apreciada com este tipo de formulação. Assim, Itkonen (1991: 68-69), afirma que «it is beyond question that at least until the year 1970 a comparable grammar was produced nowhere in the world, that is, a grammar that would have to the same extent combined extensive coverage of data with theoretical sophistication»; por seu turno, Staal (1994: 2917) apresenta Panini não como «an ancient and nebulous precursor of a science in which everything has since been done better, but a distant colleague of genius from whom linguists are still able to learn».

⁴ Alguns autores colocam a hipótese de a gramática de Panini ter surgido um pouco mais cedo; outros, de ter sido elaborada no século IV a.C. (cf. RENOUE, 1969: 483). A obra é composta por oito capítulos, cada um dos quais surge dividido em quatro partes, e é constituída por um número de aforismos ou *sutra* que ronda os 4000 (o número exacto varia segundo os comentadores). Esse estilo, originalmente aplicado à descrição pormenorizada dos ritos, permite a condensação necessária à memorização de textos extensos (PINAULT, 1989: 332-333). Além do seu interesse próprio, a obra oferece (como lembra Mounin, [1967: 63-64]) o de evocar toda uma tradição (oral) de gramáticos anteriores, vários dos quais são, mesmo, referidos; é o caso de Sakalya (cf. PANINI; I, 1: 16, 17, 18).

documenta) a origem da linguística indiana; por outro lado, o texto paniniano determina de modo definitivo a natureza da investigação subsequente, absorvida com a elucidação e complementação dos *sutras* que o constituem (ITKONEN, 1991: 5)¹.

Dada a importância que, no meio científico, geralmente se reconhece à gramática de Panini, são vários os trabalhos concebidos com a finalidade de analisar o seu conteúdo e estrutura². Por via de regra, chama-se a atenção, nesta análise, para o carácter altamente formalizado (no âmbito de um procedimento que hoje qualificaríamos como gerativo) e para o interesse (novidade) de que se reveste esse trabalho no domínio do estudo dos mecanismos derivacionais³.

¹ Katyayana (c. 250 a.C.) e Patañjali (c. 150 a.C.) são os mais importantes comentadores do texto de Panini e a tradição de análise que corporizam leva Pinault (1989: 340) a afirmar que o mundo indiano, «caractérisé sur la longue durée par une bigarrure linguistique considérable, n'a connu vraiment qu'une seule grammaire».

² A tradição de interpretação meta-gramatical que, desde os gramáticos indianos, normalmente transparece nesse tipo de trabalhos parte da distinção (formalizada por Kiparski, *Panini as a Variationist*, 1980) de três níveis de análise: «1) au niveau factuel, on cherche à comprendre le sens manifeste des règles, pour retrouver les énoncés complets, tels qu'ils s'appliquent aux mots sanscrits; 2) au niveau structurel, on établit les conventions d'organisation de la grammaire, et les principes qui gouvernent la corrélation entre les règles, l'extension de la récurrence, etc.; 3) au niveau théorique, on étudie les conceptions de la langue et de la grammaire, qui justifient le système dans son ensemble» (PINAULT, 1989: 336).

³ A “convergência” entre a gramática indiana (nomeadamente sob a forma de que Panini a reveste) e as modernas correntes da Linguística tem chamado a atenção dos especialistas: assim, Al-George (1966, *La fonction révélatrice des consonnes chez les phonéticiens de l'Inde Antique*) apresentou um conjunto de aspectos que apontam para um enquadramento estrutural da linguística indiana, mas, na sequência do impulso dado por Staal, a tendência mais generalizada é a de associar o método paniniano à gramática gerativa ou transformacional (ROCHER, 1975: 39); considera-se, para tal, que a gramática de Panini é um sistema derivacional pelo qual as frases e os seus constituintes são construídos, em número teoricamente infinito, pela adjunção de afixos a bases (PINAULT, 1989c: 372). Temos, dessa forma, e de acordo com a terminologia actual, uma gramática gerativa que comporta sequências ordenadas de regras, nomeadamente de transformação, explicitamente reconhecidas como tal (SMITH, 1983: 25); observe-se, a título de exemplo, a estrutura do seguinte extracto: «62. When elision of an affix has taken place (lopa), the affix still exerts its influence, and the operations dependant upon it, take place as if it were present» (PANINI: I, 1). Por outro lado, os hindus desenvolveram uma análise da fala em constituintes significativos mínimos que não terá igual na Europa até ao século XIX e a descoberta, pelo estudo do sânscrito, das noções de raiz, afixo, flexão e desinência será o ponto de partida da etimologia científica no quadro da gramática comparada (MOUNIN, 1967: 68). É preciso, no entanto, ter presente que a linguística sânscrita não se limitou

Apesar de o pano de fundo dos estudos linguísticos na Índia antiga ser de ordem puramente religiosa e de a obra de Panini ser o resultado de séculos de preocupações desse tipo relativamente à linguagem, a *Astadhyayi* não é uma gramática da língua védica antiga, traduzida num *corpus* fixo de formulações; o texto de Panini revela-se, antes, como uma gramática da sua própria língua, da linguagem **falada** pela classe educada do seu tempo, o sânscrito clássico¹, assim se consumando uma mudança de interesse e enfoque relativamente à tradição anterior. O objecto da análise é, então, no texto paniniano, uma língua comum, englobando a língua sagrada (*chandas*) e a língua falada, não sagrada (*bhasa*); é, no entanto, para dar conta desta última que o sistema de regras se organiza, pelo que a apresentação de certos aspectos próprios da língua védica é feita sob a forma de parênteses pontuais, acompanhados da indicação explícita *chandasi* ('nos Vedas')²:

à morfologia: na linguística geral, «conserva-se sobretudo a noção de *sphota*, entidade linguística abstracta, por oposição a *dhvani*, a realização individual desta entidade»; em semântica, os estudiosos hindus colocam «o problema das relações entre vários sentidos duma palavra, o da interacção das palavras individuais na formação do sentido da frase, etc.» (DUCROT / TODOROV, 1991: 66); na área da fonética (aliás, como já adiantámos, a primeira a ser cultivada), é-nos oferecida uma descrição exhaustiva da língua sânscrita a partir duma análise articulatória; considerem-se, a título de exemplo, os seguintes extractos: «8. That which is pronounced by the nose along with the mouth is called *Anunasika* or nasal; 9. Those whose place of utterance and effort are equal are called *savarna* or homogeneous letteres; 10. There is however no homogeneity between vowels and consonants, though their place and effort be equal» (PANINI: I, 1). No âmbito da fonética articulatória e combinatória, o valor dos dados leva Pinault (1989d: 307) a escrever que os resultados obtidos no período védico «ont été rejoints par les recherches européennes, seulement à partir du XIXe siècle: ils ont été souvent relevés et commentés, généralement en faveur de la science indigène».

¹ Trata-se do idioma dos Aryens (o Vac) que, tal como foi codificado por Panini, constituiu a principal (se não a única) língua da cultura literária indiana durante cerca de dois mil anos (ITKONEN, 1991: 12). Essa língua, ainda compreendida por grande parte da comunidade e falada como segundo idioma nos meios cultos, resulta da fixação, nos séculos que precederam a era cristã, de uma variedade do indo-ariano antigo (PINAULT, 1989a: 293).

² «[Les] règles proprement védiques (...), environ 250, forment un complément à la description générale, dont elles pourraient être ôtées. L'enseignement védique de Panini est volontiers approximatif, non exhaustif: il travaille à partir d'un corpus de textes, d'ailleurs lacunaire, tiré

80. The particles called gati and upasarga are to be employed before the verbal root: (that is to say, they are prefixes); 81. In the chhandas (veda) these gati and upasarga are employed indifferently after the verbal root, as well as before it; In the chhandas (veda) these gati and upasarga are also seen separated from the verb by intervening words (PANINI: I, 4).

A gramática destaca-se, então, da filologia, que se define por lidar com os textos escritos, mas língua sagrada e língua profana são descritas em conjunto, através de um único sistema de regras, assim dando conta de um só idioma e das suas variações.

Por outro lado, o facto de o gramático se ocupar - superando uma tradição que, também, consagra - da língua falada de um determinado grupo social (o seu), não estudando, portanto, um idioma artificial, revela uma orientação para as realidades da língua¹ que é confirmada pela preocupação que Panini também manifesta relativamente à variação linguística, notando com cuidado as particularidades de uso, regional, estilística, social ou pragmaticamente motivadas (LESIÓW, 1996: 696; PINAULT, 1989: 349-350). É preciso, então, notar que na *Astadhyayi* estão incluídas regras sobre variantes regionais e que, nalguns casos, surgem explicitadas condições sociolinguísticas (KIPARSKI, 1995: 59)²:

de sources variées. Il passe sous silence des traits importants de la langue védique, qui diffèrent trop profondément de l'usage classique» (PINAULT, 1989: 350). Esse é, então, segundo vários estudiosos, o ponto mais fraco ou menos interessante da obra de Panini (SMITH, 1983: 27-29; STAAL, 1974: 66).

¹ A importância que Panini reconhece ao factor **uso** verificamo-la em aforismos como o que a seguir transcrevemos: «53. This (concord of gender and number, of primitive and derivative nouns, and of attributes and substantives need not to be taught (or approved), because it has the authority of samjña (or conventional term or idiom)» (PANINI: I, 2: 53).

² A valorização e a análise pormenorizada desse aspecto do texto de Panini dão corpo à obra *Panini as a Variationist*, de P. Kiparski. Segundo este (*apud* PINAULT, 1989: 352), a *Astadhyayi*, que é a gramática gerativa mais completa então escrita, é também a única na qual a variação linguística foi sistematicamente tratada.

comme tous les premiers théoriciens (...), Panini fonde sa description sur l'usage de la langue dans le “monde” (...) non pas sur une pratique livresque: naturellement, cet usage comporte des flottements. Le grammairien ne se borne pas à des remarques plus ou moins précises sur les facteurs extra-grammaticaux de la variation (...); la diversité effective de la langue est intégrée et théorisée dans la description grammaticale. En dehors du cadre conventionnel et hiératique du Veda, une relative liberté est accordée dans la réalisation de nombreux processus. Panini veut rester près des faits, ne jamais les contraindre: il admet un *choix*, en indiquant ou non une préférence, par un très grand nombre de règles optionnelles. Pour indiquer une option dans l'application d'une règle, Panini emploie trois termes différents (...). Kiparski a montré (...) que ces trois mots [*va*, *vibhasa*, *anyatarasyam*] (...) dénotent trois degrés d'optionnalité (...) trois possibilités de choix, définies comme positive, négative et neutre. (...) D'ailleurs, en dehors de *l'Astadhyayi*, le nom *vibhasa* est attesté pour référer à des parlers prâkrits, de façon analogue à l'emploi populaire de “dialecte, patois” en français. Par contre, dans le discours de Panini, l'application de *vibhasa* n'est pas dépréciative: les formes ainsi étiquetées ne sont pas condamnées, comme si elles étaient étrangères à l'usage sanskrit. En effet, le système des règles est conçu pour produire toutes les formes acceptables en sanskrit, et seulement celles-là: les formes non acceptables ne peuvent tout simplement pas être dérivées par la grammaire. (...) Dans l'optique de l'observateur extérieur des variétés d'une langue, le couple antithétique *va* et *vibhasa* peut être compris comme “souvent, normalement”, opposé à “rarement”. Cependant, Panini est aussi un locuteur de la langue qu'il décrit, en sorte que ces termes renvoient à une préférence fondée sur son propre parler. (...) une fois le sanskrit codifié comme langue noble, il n'est plus question d'y admettre une dose de variation: celle-ci est rejetée dans le domaine foisonnant des langues vernaculaires. Le sanskrit classique, moins riche que celui de Panini, est soumis à une autorité plus stricte. La source en est localisée par Patañjali (...): les détenteurs de l'usage correct sont les brâhmanes de *l'Aryavarta* (...); la grammaire permet de reconnaître les gens “cultivés” (...), non seulement parce qu'ils ont appris la théorie, mais parce qu'ils suivent une certaine conduite (PINAULT, 1989: 350-353).

Em causa está, assim, e independentemente da forma que assuma (*bhasa* ou *chandas*), uma linguagem exemplar, a “palavra sagrada”, uma vez que o objecto em descrição é a língua dos “eleitos”; o uso não justificado ou incorrecto identifica o falante como estranho ao grupo e, ao mesmo tempo, como indivíduo impuro¹. Assim, os critérios extralinguísticos que definem os limites da aceitabilidade (cujos limites Panini quis estabelecer) não são cronológicos (modalidades antigas e recentes de um mesmo idioma) ou geográficos, mas critérios de classe e de raça; o que distinguia o védico da *bhasa* normal era, por isso, apenas uma variação estilística² (SMITH, 1983: 31-39).

Assim, se se aceita que a obra de Panini é descritiva, na medida em que qualquer gramática equivale a um corpus mais ou menos explícito de afirmações, susceptíveis de serem verdadeiras ou falsas (AUROUX, 1992: 31), também se defende que ela é prescritiva: o gramático não só expõe, aí, o modo como fala, como indica aos outros o modelo a seguir (SMITH, 1983: 31); tudo o que ele aí diz do sânscrito, «repose très clairement sur des observations de l'usage, de même que sur les

¹ Desta forma, «les motifs, au fond religieux, de Panini et l'ouvrage apparemment profane qu'il a rédigé ne sont pas en fait contradictoires. La langue qu'il décrit est bien la parole sacrée», car l'idiome des Aryens est une langue sacrée. Elle peut prendre la forme utilisée par les gens ordinaires (...) ou par les voyants védiques (...); elle peut prendre la forme de la langue ordinaire ou celle de la “composition métrique” (...). Mais quelle qu'en soit la forme, elle demeure Vac, la parole des élus, et ses propriétés sont divines; c'est pourquoi elle doit être préservée des barbarismes (...) et des barbares» (SMITH, 1983: 31). «On ne peut faire complètement abstraction des motivations religieuses de Panini; il appartient encore, par son discours et ses références, à l'univers intellectuel du védisme. À certains égards, son oeuvre apparaît comme un compromis, tout en se donnant pour objet unique la langue» (PINAULT, 1989b: 370). Segundo A. Berriedale Keith (*A History of Sanskrit Literature*, 1920), referido por Smith (1983: 31), «Panini a choisi un style dense et obscur comme le *sutra*, non pas seulement à cause de son caractère mnémonique évident, mais parce qu'il avait le mérite d'être ésotérique. En effet, ce métalangage elliptique garantissait que les *mlecchas* ne pouvaient infiltrer la société des “deux fois nés” (*dvija*) en apprenant leur langue». Assim, a obra de Panini destina-se a conhecedores; pressupõe o conhecimento da fonética articulatória e da ortoépia (PINAULT, 1989: 341).

² A diferença entre o védico e o sânscrito clássico era concebida como uma diferença de registo no uso contemporâneo: segundo esta concepção “ahistórica”, o védico era a variedade do sânscrito apropriada a um certo tipo de literatura e de discurso (PINAULT, 1989: 350).

intuitions que peut avoir un locuteur natif des usages possibles. Toutefois, il est en même temps entendu que cet usage, tel qu'il est décrit dans la grammaire constitue une norme à laquelle tous les locuteurs doivent se conformer» (KIPARSKI, *Panini as a Variationist*, 1979, citado por SMITH, 1983: 32). No entanto, e na medida em que, defende este último, o objectivo do gramático era não ensinar a língua sagrada àqueles que a ignoravam, o termo **normativo**¹ é o que melhor se adequa à caracterização das intenções de Panini ao elaborar a *Astadhyayi*: estaremos então, segundo Smith (1983: 44), perante o mais antigo, e provavelmente ainda o maior, gramático normativo do mundo.

Podemos, então, já no contexto da civilização indiana antiga, falar de uma ideologia da pureza linguística (aliás, profundamente enraizada e, sem dúvida, relacionada com a consciência das divisões culturais ligadas à fala) que, se Panini já trabalha, Patañjali explicita. Assim, com o objectivo de convencer os jovens brâmanes da utilidade da gramática de uma língua que é a deles e que, portanto, conhecem pelo uso, este estudioso enumera e analisa os fins do ensino linguístico. O estudo da gramática, a primeira das seis Vedanga que o brâmane deve dominar, justifica-se, então, por um conjunto de razões de ordem religiosa (preservação dos Veda, modificação das fórmulas segundo as necessidades do sacrifício, tradição, interpretação de textos e resolução de eventuais ambiguidades); no entanto, Patañjali, considerando que o falar correcto é fonte de mérito e felicidade, refere também a importância da gramática para o conhecimento das formas correctas; inclui ainda, num conjunto

¹ Smith distingue, nesta sua análise, “prescritivo” e “normativo”, mas não avança na dilucidação dessa dicotomia terminológica. Depreende-se que **normativo** é o termo que se aplica à regulamentação da língua entre os que a dominam e que **prescritivo** se refere à imposição desse idioma ou de determinados hábitos linguísticos junto dos outros grupos.

de motivos complementares, um aspecto ligado à defesa da identidade bramânica: um brâmane não deve “barbarizar”, isto é, empregar palavras viciadas, incorrectas, desviantes, dos falares vernaculares do prácrito¹ (PINAULT, 1989: 348-349).

O sânscrito pode, por tudo isto, ser perspectivado como um dos primeiros e mais paradigmáticos casos de língua nacional “standard”, já que é «the ritually perfected and intellectually cultivated language. If one is to speak the language, he must speak it correctly. It is the proud possession of one whose birth pre-disposes him to education» (J.A.B. van Buitenen, *The Literatures of India: an Introduction*, 1974, conforme transcrição de SCAGLIONE, 1984a: 10).

5.2. A Grécia antiga: a reflexão sobre a linguagem e a definição da gramática

Call it what we will –linguistics, language science, grammar or whatever– the formal study of language qua language, like most other Western intellectual enterprises, originates in ancient Greece and is transformed and transmitted to the modern world by the Romans (TAYLOR, 1995: 83).

Dado que os contributos da civilização indiana para o desenvolvimento dos estudos sobre a linguagem só muito tarde vieram a ser (re)conhecidos no meio científico ocidental (não tendo, portanto, podido influenciar grande parte da sua história)², é na civilização grega que, normalmente, se localiza o ponto de

¹ «Em oposição ao sânscrito (língua literária perfeita), este termo designa os dialectos e línguas coloquiais da antiga Índia que deram origem às línguas indianas modernas» (*Prácrito*).

partida de um percurso evolutivo que conduz à actualidade. O conhecimento da existência de outras línguas (que, no entanto, nunca integraram a reflexão sobre a linguagem, centrada exclusivamente no grego) e a consciência das diferenças dialectais dentro da própria comunidade de fala¹ são factores que poderão ter desencadeado o interesse que aí cedo explicitamente se manifestou pela linguagem humana.

Parte da especificidade que, a este nível, marca o contexto cultural em causa decorre do facto de a análise da linguagem se processar originalmente no âmbito de (ou em íntima relação com) outros domínios do saber²: a maior parte

² «Though Indian linguistics is a first chapter in absolute date, it does not constitute a first link in the progressive development of modern linguistics. It continued unrelated to Western linguistics until the late 18th century» (ROCHER, 1992: 141).

¹ Esse facto fez com que a primeira abordagem do grego se caracterizasse pela variedade formal: havia tantos “gregos” quantas cidades e épocas.

² Daqui decorre a interpretação tradicional de que os Antigos não souberam constituir o domínio próprio da Linguística como análise científica, o que condiciona, nos trabalhos de história da disciplina, a descrição do período em causa e conduz a análises com a seguinte estrutura-tipo: «Dans un premier temps, on isole le matériel conceptuel proprement linguistique qui apparaît dans les (...) domaines cités, en le dégageant de ce qui est considéré comme non linguistique, ou comme étant tout simplement de faux problèmes. (...) Dans un second temps, on met en valeur (...) le caractère quasiment définitif dans l'Antiquité de la doctrine grammaticale ainsi constituée, et la permanence des faux problèmes dans l'analyse linguistique» (BARATIN / DESBORDES, 1981: 9-10). É o conjunto de pressupostos teóricos orientadores dessa análise que impede a percepção da originalidade da investigação linguística antiga: «Ces présuppositions concernent à la fois la linguistique et l'Antiquité. S'agissant de la linguistique, les exégètes actuels estiment qu'elle n'est effective que si son autonomie en tant qu'analyse scientifique est définie et légitimée. (...) À cette exigence d'autonomie s'ajoute une conception de la linguistique comme science cumulative. (...) Constamment préoccupés par la finalité des connaissances et leur utilité dans le comportement social, les Anciens éprouvent plus que les Modernes l'urgence d'articuler les domaines scientifiques les uns aux autres et de préciser leurs interactions. (...) Ce souci constant de mettre en relation les domaines scientifiques est corrélatif d'une autre différence par rapport aux conceptions des Modernes. L'une des particularités de l'idéologie scientifique actuelle est que la progression de la connaissance prime la considération de ses bases. Seul le résultat final importe et permet de juger a posteriori de la validité des principes fondamentaux (...). Pour les Anciens, une telle attitude est quasiment irrationnelle, et au contraire l'essentiel de la démarche scientifique doit porter sur la détermination de principes assurés, qui conditionnent l'idée même de progression. (...) L'analyse linguistique antique doit être envisagée en fonction de cette différence de conception» (BARATIN / DESBORDES, 1981: 11-13). São, então, pressupostos deste tipo que

dos conceitos gramaticais tem, então, origem na Filosofia, em cujo âmbito desde muito cedo se desenvolvem as especulações sobre a natureza da linguagem¹. Também do desenvolvimento da Retórica² e da crítica literária e textual resultam valiosas e decisivas contribuições para o estudo da natureza e do funcionamento da linguagem humana. A fonética (no sentido atrás indicado de ‘estudo da componente fónica das línguas’), a etimologia (estimulada pela questão teórica da origem da linguagem, muitas vezes discutida em termos de natureza / convenção) e a teoria das partes do discurso (aspecto mais desenvolvido nesse ambiente histórico) eram as grandes direcções nas quais se orientava a

subjazem a apreciações como a de Greene (1974: 494), segundo o qual «[language] was too close to man, too much a part of his own culture, **to be held at arm's length and circumscribed as a general field of study** so early in the course of human development». (O destacado é nosso).

¹ A propósito do estabelecimento de limites temporais para o início da reflexão sobre a linguagem, já referimos na Parte I deste trabalho que, além das indicações documentais, há que considerar, seguindo Manesse (1973: 303), que qualquer sistema filosófico é também, ocasional ou mesmo essencialmente, uma reflexão sobre a linguagem.

² «La rhétorique est originellement liée au régime démocratique qui se met en place dans nombre de cités grecques à partir de la fin du VI^e siècle av. J.-C.»; o seu primeiro suporte teórico, encontramos-lo na reflexão dos Sofistas sobre a linguagem (DESBORDES, 1989a: 162-163). Embora nunca, no seu âmbito, se tenha desenvolvido uma teoria filosófica da linguagem, a Retórica estabeleceu uma tradição influente e duradoura: «the sophists and their successors, the rhetores, experienced and taught speech as an instrumental use of language, as a human ability, not only for the transfer of cognitive information but also for practical persuasion, to influence their hearers' decisions and actions. Thus, while Plato and Aristotle searched for truth in language, the rhetores were interested in the practical effects of speech» (VERBURG, 1974: 195). No que se refere aos aspectos que, da Retórica, se podem interpretar como prática de análise linguística, há que considerar que as classificações de estilos e figuras conduzem, sobretudo, ao desenvolvimento da semântica (BARATIN / DESBORDES, 1981: 10). Na verdade, a Retórica, enquanto arte (do discurso em geral ou do discurso partidário - discurso em que se defende uma parte e cuja estrutura é estudada desde o século V a.C.) implica a consideração do discurso («articulação de instrumentos linguísticos (...), que decorre no tempo» [ou em suporte escrito]), da *dispositio* («escolha e ordenação favoráveis ao partido, as quais, no discurso concreto, se fazem dos pensamentos (*res*), das formulações linguísticas (*verba*) e das formas artísticas (*figurae*)») e a *elocutio* («expressão linguística (...) dos pensamentos (...) encontrados pela *inventio*»). No âmbito da Retórica, o discurso está, então, dependente, «no que se refere à expressão linguística, dos *praecepta* de duas artes: 1) Da gramática, (...) que é o sistema de regras que regulamentam a pureza linguística e idiomática (*puritas*). É, deste modo, a gramática a *ars bene loquendi*. 2) Da retórica que é o sistema de regras que garante o sucesso da persuasão. A retórica é a *ars bene dicendi*» (LAUSBERG, 1993: 75-115).

investigação; embora se possa afirmar que é Aristóteles (cuja teoria do silogismo obrigou à definição de uma teoria da frase enquanto estrutura organizada em dois pólos, sujeito e predicado) que lança as bases de uma análise sintáctica (MOUNIN, 1967: 90; ITKONEN, 1991: 174), os problemas de sintaxe só serão verdadeiramente equacionados no século II, por Apolónio Díscolo.

Platão (427-347 a.C.), Aristóteles (384-322 a.C.) e os Estóicos¹ são os filósofos normalmente destacados pelo interesse linguístico das reflexões que desenvolveram. Do primeiro, podemos afirmar que lançou as bases quer da reflexão filosófica sobre a linguagem, quer da sua análise; explorando a questão de saber se a linguagem é arbitrária ou, pelo contrário, determinada pela natureza do referente, o diálogo *Crátilo* (ou *Sobre a justeza dos nomes*) é normalmente apresentado como o mais antigo tratado existente nesse domínio (DI CESARE, 1996: 733)². A Aristóteles cabe um lugar fundamental na história cultural da Europa; com os *Elementos* de Euclides, a sua lógica serviu como modelo do pensamento sistemático até ao século XIX e as observações que desenvolveu sobre a linguagem natural em grande parte determinaram a natureza da investigação e da teorização linguísticas praticadas no Ocidente até

¹ O estoicismo, criado por Zenão de Chipre (335-263 a.C.) e aperfeiçoado por Crísipo (280-207 a.C.), grande teorizador e divulgador dessas doutrinas, foi a escola filosófica mais influente na Grécia pós-clássica; integra-se no que as histórias da filosofia grega designam por **período ético**, período que é dominado pelo problema da conduta do homem. Para os Estóicos, a verdadeira moralidade assenta no saber e, daí, a importância dada à investigação científica: tudo no mundo «é obra da razão, e a razão absoluta é a base do mundo. (...) Tudo obedece a leis universais, que o homem está apto a conhecer, graças à razão. É sábio, portanto, o que vive de acordo com a razão e com Deus, ou de acordo com a natureza, que lhe equivale neste sistema panteísta» (PEREIRA, 1998: 540; cf. também *Estoicismo*: 2783).

² É logo nas primeiras falas que a questão da arbitrariedade ou motivação do “signo linguístico” se coloca. Nessa discussão, começam por opor-se Crátilo (para quem «un nom n’est pas l’appellation que certains donnent à l’objet après accord, en le désignant par une parcelle de leur langage, mais il existe naturellement») e Hermógenes, que parte da opinião de que «la nature n’assigne aucun nom en propre à aucun objet: c’est l’affaire d’usage et de coutume» (PLATÃO, *Cratyle*: 383a e 384d).

perto do século XX (ITKONEN, 1991: 174); é a Aristóteles que devemos a noção de que as palavras são símbolos ou sinais e não imagens exactas da realidade.

No entanto, num e noutro caso a análise linguística era quase episódica e não explicitava as diferentes etapas em que se desenvolvia (BARATIN / DESBORDES, 1981: 33). Assim, é preciso ter presente que, embora *Crátilo* permita algumas leituras sobre o pensamento linguístico de Platão, assente na ideia de isomorfismo entre linguagem, pensamento e realidade, a grande importância desse texto (à semelhança do que acontece com o diálogo *Os Sofistas*, passível de análises do mesmo tipo) reside mais na sua contribuição para a Lógica e a Filosofia do que no seu interesse para o desenvolvimento da gramática (PINBORG, 1975: 71). Também Aristóteles não teve interesse sistemático na análise linguística; as categorias gramaticais ou partes do discurso eram categorias lógicas e o seu verdadeiro foco de atenção era a teoria do silogismo. Foi o facto de a sua lógica se apresentar apenas semi-formalizada que, obrigando-o a recorrer à linguagem natural para suprir essa lacuna, o levou a reflectir e tomar posição relativamente a algumas questões de natureza linguística (ITKONEN, 1991: 174)¹.

A análise dos Estóicos surge, então, como a mais completa e homogénea (BARATIN / DESBORDES, 1981: 33) e reveste-se, por isso, de uma enorme importância no desenvolvimento das investigações sobre a linguagem na Antiguidade; de qualquer forma, e à semelhança do que se pode apontar a Platão e Aristóteles, o estudo linguístico praticado por aquela escola não se apresenta como um fim em si próprio e é justificado pela concepção da linguagem como “modo de

¹ Itkonen (1991: 183) atribui ainda a este filósofo um legado de psicologismo que fez com que os linguistas e os filósofos da linguagem ocidentais durante muito tempo tivessem enormes dificuldades em captar a importância da dimensão social e com que ainda hoje não seja clara a definição de **social**.

realização” do falso e do verdadeiro, objectos da Dialéctica enquanto ciência¹. Assim, também entre aqueles estudiosos, a abordagem ao objecto *língua* se processou numa perspectiva filosófica e lógica, pelo que, na verdade, não se constituiu nenhuma ciência ou área de trabalho que correspondesse exactamente ao que, em termos de objectivos e métodos, se entende por gramática na actualidade; compreensivelmente também não se regista, entre os Estóicos, qualquer tentativa de definição desta disciplina (PINBORG, 1975: 79; BARATIN / DESBORDES, 1981: 33).

Independentemente do valor propriamente linguístico dos ensinamentos dos filósofos, esta fase de evolução dos estudos sobre a linguagem caracteriza-se

¹ O pensamento linguístico estóico, tal como nos é dado a conhecer pelo compilador Diógenes Laércio (erudito grego do século III), assenta nos seguintes princípios: «Logic, i.e. the study of *lógos*, is divided into two parts: dialectics and rhetoric. The former studies truth and falsity and thereby *lógos* as a scientifically valid representation of things; the latter studies the various forms *lógos* takes. It is in their treatment of dialectics that the Stoics elaborated the heart of their conception of language (...). The first part of the work on dialectics deals with the ‘signifier’ (...), while the second part deals with the ‘signified’ (...). The signifier is considered from the standpoint of three possible realizations: as *phoné*, as *léxis* and as *lógos*. (...) Analysis of the signified, on the other hand, is presented as a correlative to the study of ‘thought content’» (BARATIN, 1996a: 888-889). As teses ditas lógicas e as teses ditas gramaticais não podem, portanto, ser dissociadas, neste contexto epistemológico (BARATIN / DESBORDES, 1981: 27) e a teoria dialéctica em causa apresenta-se, de facto, como um quadro para uma análise completa ou “totalitária”, na medida em que se visa constituir uma ciência global da linguagem que contrasta com a então tradicional repartição desse objecto pela Dialéctica - disciplina que trata dos enunciados na sua relação com os objectos que supostamente representam, pretendendo distinguir o verdadeiro do falso -, pela Retórica - disciplina que estuda os meios de persuasão pela fala e tem em vista, nos enunciados, os efeitos produzidos nos ouvintes - e pela Gramática - disciplina que analisa os enunciados por si próprios (DESBORDES, 1989: 152): «le découpage proposé est de nature à intégrer toutes les étapes de la description linguistique. La théorie dialectique stoïcienne inclut en effet en principe aussi bien les différents aspects de la description du signifiant que ceux de la description du signifié. Des éléments qui se trouvaient épars chez Aristote, et parfois rejetés jusque dans la poétique ou la rhétorique (...) se retrouvent ici assemblés sous le même clef de la dialectique» (BARATIN, 1989: 196). Assim, segundo Robins (1992: 145), os primeiros trabalhos especializados dedicados à ciência linguística apareceram, a partir do século III a.C. nos escritos dos Estóicos, que concederam um lugar definitivo a esses estudos no seu sistema filosófico, como processo para compreender o funcionamento da mente humana.

por, fundamentalmente, aí se reflectir sobre a relação da língua com a realidade e sobre as características que aquela deve apresentar para traduzir esta. Neste quadro epistemológico, mais do que uma estrutura complexa de formas e regras organizativas, a linguagem é tomada como um instrumento mediador no relacionamento do homem com o mundo e, assim, o problema da correcção linguística (tal como esta, posteriormente, veio a ser entendida) não se coloca, uma vez que o que está em causa é, fundamentalmente, a justeza do enunciado enquanto veículo de informação. Aliás, um traço importante da cultura grega do século V a.C. é, precisamente, o movimento reflexivo que conduziu os filósofos (e os pensadores em geral) da investigação da natureza ao exame dos **meios e garantias desse conhecimento**; assim, aceite o princípio de que a verdade de um discurso não depende do que o enuncia, mas apenas da conformidade desse discurso à realidade que pretende descrever, a questão é encontrar as condições de existência dessa conformidade (DESBORDES, 1989a: 165)¹. Pelo mesmo tipo de razões, o problema da variação e / ou regulamentação linguísticas pareceram

¹ No quadro da filosofia platónica, “falar” é uma actividade que consiste em transmitir informação acerca das coisas; assim, **falar correctamente** é falar em função do que são as coisas, de modo a transmitir efectivamente uma informação. O problema reside, então, na correcção desta e um enunciado só o é se linguisticamente correcto; a sua correcção linguística é um pressuposto e, portanto, não é um aspecto a questionar («L’Étranger – Ainsi donc, tout de même que, dans les choses, les unes s’accordaient mutuellement, les autres, non; de même, dans les signes vocaux, certains ne se peuvent accorder, et d’autres, par leur accord mutuel, ont créé le discours» Platão, *Le sophiste*, 262d,e). Nesta perspectiva (veja-se Platão, *Le sophiste*: 252e-253a), gramática é, como a etimologia do termo indica, o estudo das “letras”, isto é, dos sons da língua e, mais genericamente, o estudo da língua como material, como “coisa” (cf., adiante, p. 164). É uma “especialidade” limitada, à qual se opõe a análise filosófica, que incide sobre a função da língua como meio de informação (BARATIN / DESBORDES, 1981: 17-18). Também entre os Estóicos, a análise “linguística” apresenta como fio condutor o problema da adequação do significante ao significado: desse modo, o que está em causa são as situações de discrepância entre sentido e forma (ITKONEN, 1991: 185) e, portanto, a correcção do enunciado enquanto ponto de junção daquelas entidades. O enunciado poético e o enunciado científico caracterizam-se, precisamente, pela referida adequação. Para a avaliação da correcção do enunciado (e não apenas da sua forma), definem-se critérios qualitativos, quer positivos (“grécité”, clareza, concisão, “justesse” [adequação] e elegância), quer negativos (solecismo e barbarismo) (BARATIN / DESBORDES, 1981: 29-31).

perfeitamente acessórios. É preciso, aqui, ter presente que a diversidade linguística que vigorou até ao momento em que várias *koiné*, com destaque para a iónica-ática, se foram progressivamente impondo era acompanhada de uma não avaliação das variedades coexistentes, muitas delas possuidoras de vertente escrita; os dialectos que então conviviam não eram considerados unidades idiomáticas menores por confronto com uma língua “standard” que, aliás, não existia na Grécia clássica; a unidade do mundo grego centrava-se na unidade religiosa e no património literário sustentado pela escola. **Dialecto**, que começou por significar, originalmente, ‘discurso’, ‘conversação’ e, depois, ‘fala articulada’, veio a significar, simplesmente, ‘modo de falar’¹ e, por isso, ao grego comum surgido na época helenística chamou-se “dialecto comum” (*he koine dialektos*) (DIDERICHSEN, 1974: 281). Compreende-se, assim, que a própria ideia e a palavra **norma** sejam originalmente desconhecidas da língua e do pensamento gregos (CASEVITZ / CHARPIN, 1983: 45).

Ao mesmo tempo, pela ideia de que deve haver uma relação entre mente e linguagem, estabelecem-se os postulados que vão conduzir à concepção / investigação da gramática universal², perfeitamente harmonizável com a existência de línguas diferentes, mas não dando grande importância à realidade da actualização diversificada de um determinado idioma.

¹ «(Mankind has only one *phone*, “voice”, Aristotle says, but many *dialektoi*). This concept of “variants of the same language” was to play an important part in the foundation of comparative linguistics» (DIDERICHSEN, 1974: 280-281).

² Aristóteles distingue o valor simbólico (logo, convencional) da linguagem, que, por isso, se apresenta sob formas variadas, e o carácter universal das coisas e experiências mentais. A questão que se coloca, então, é a seguinte: se a mente é uma “linguagem” universal que retrata a realidade e se a linguagem natural transmite as impressões mentais, esta não pode ser totalmente arbitrária; deve haver, por trás da aparente variabilidade das línguas, um núcleo comum que sustenta a relação de correspondência entre mente e linguagem (ITKONEN, 1991: 175).

Se as relações entre a Filosofia e o estudo da linguagem são, de facto, muito íntimas na Grécia clássica, na escola de Alexandria¹ (cujas actividades se desenvolveram a partir do século III a.C. e onde vêm desembocar as observações linguísticas anteriores, abundantes desde Aristóteles e os Estóicos) é a interpretação do património literário helenístico que funciona como a motivação fundamental: a consciência de que, face à língua comum, a *koiné*, o grego dos poetas antigos, com destaque para Homero, se tinha tornado, mesmo para gente instruída, uma língua opaca e o facto de o texto homérico ser preservado em manuscritos que, além de conterem numerosos erros, divergiam entre si de forma mais ou menos profunda, fizeram surgir a necessidade de recuperar aquele legado na sua forma original e de o tornar compreensível para a audiência culta leiga². Inauguram-se assim, no Ocidente, a crítica textual e a prática filológica, o que Mounin (1967: 92) avalia como o contributo mais original da escola de Alexandria; redimensiona-se, por outro lado, a concepção de gramática:

¹ Com o termo **escola** não se pretende indicar, no presente caso, a existência de uma forte unidade doutrinária entre os indivíduos assim agrupados; trata-se, antes, de dar conta do facto de, durante alguns séculos, a mais importante investigação linguística desenvolvida no mundo ocidental ter Alexandria como espaço de acolhimento; Itkonen (1991: 191) refere-se a um período de 400 anos, mas Lallot (1996: 18) apresenta o termo **gramáticos alexandrinos** («those founding fathers», cujo trabalho pioneiro se reflecte em toda a tradição gramatical ocidental) como referindo-se a todos os estudiosos e gramáticos trabalhando em Alexandria desde a fundação do Museu (no princípio do século III a.C.) até à compilação dos Cânones de Teodósio Alexandrino (século IV-V). Alguns dos membros mais famosos dessa escola foram Aristarco († 144 a.C.), Dionísio de Trácia († c. 100 a.C.) e Apolónio Discolo (século II). O primeiro foi um crítico textual e filólogo no sentido moderno do termo; os outros são os autores dos mais antigos trabalhos nos domínios fonológico e morfológico e no domínio sintáctico, respectivamente, que se conhecem no mundo ocidental.

² No princípio do século III a.C., «la fondation de la Bibliothèque d'Alexandrie a entraîné la réunion d'un nombre considérable de manuscrits, attestant souvent des traditions différentes des mêmes textes. De là naquit la nécessité de classer ces manuscrits, d'établir les textes, et de les commenter pour les rendre accessibles au public et pour justifier les solutions critiques adoptées. Ce fut le travail spécifique des *philologues alexandrins*, qui prit la forme de recueils de termes dialectaux, poétiques, sortis d'usage, etc., de monographies sur la langue de tel ou tel auteur ou sur des difficultés linguistiques particulières, de commentaires stylistiques, de mises au point des méthodes d'édition, etc.» (BARATIN, 1989: 201-202; cf., também, PEREIRA, 1998: 551-553).

La grammaire, qui n'était initialement qu'une pratique pédagogique, s'est ainsi enrichie secondairement de l'activité philologique. C'est une première étape, et un acquis auquel la grammaire n'a jamais renoncé: tout au long de l'Antiquité, la pratique proprement philologique de critique textuelle est demeurée un aspect de l'activité grammaticale. Ce travail propre du grammairien, comme spécialiste des textes, se décomposait en quatre parties, *lecture, exégèse, correction, jugement*, et débouchait sur les multiples commentaires de textes (BARATIN, 1989: 202).

Na verdade, ensino gramatical e actividade filológica não se confundiam originalmente: **gramática** começa por significar (é esse o valor etimológico do termo) 'técnica da grafia' ou 'conhecimento das letras' e a origem do seu ensino na Grécia remonta, pelo menos, à constituição de um sistema gráfico alfabético ou, mesmo, silábico; a tarefa dos professores de gramática era, então, ensinar a ler e a escrever. Como, no entanto, essas actividades se praticavam a partir de textos homéricos, o ensino gramatical implicava a convocação de uma considerável diversidade de saberes: «il s'agissait d'apprendre à lire en faisant respecter le ton, d'expliquer les mots ou les tournures poétiques, de commenter les allusions du texte en racontant les différents mythes, etc.» (BARATIN / DESBORDES, 1981: 35). Assim, o facto de os gramáticos serem os mais aptos a executar o trabalho filológico e de os resultados deste terem aplicações escolares no âmbito do ensino gramatical fez com que ambas as actividades fossem muito cedo consideradas as duas faces de uma mesma especialidade, a gramática (BARATIN / DESBORDES, 1981: 35)¹.

¹ Casevitz e Charpin (1983: 49-51) chamam a atenção para o facto de o ensino gramatical baseado nos textos homéricos e nos velhos poetas didácticos e políticos ter alimentado não só um sentimento de comunidade (também linguística, apesar da diversidade dialectal), como a consciência de uma certa regularidade gramatical que, na sua perspectiva, os sofistas souberam fazer desembocar numa ciência gramatical, mais precisamente, numa gramática normativa, antes de mais, utilitária.

Para além do interesse próprio de que a actividade filológica se reveste, as questões que a sua prática obrigou a ponderar e as observações que, assim, os filólogos alexandrinos acumularam foram, nesse período, determinantes para a codificação da gramática propriamente dita (MOUNIN, 1967: 92): a ideia que se desenvolve é a de estabelecer regras gerais que, sendo independentes dos empregos particulares de tal ou tal autor, podem, no entanto, explicá-los ou justificá-los.

Crítica textual e edição de textos precederam e prepararam, portanto, o desenvolvimento progressivo da gramática técnica¹, que implicava uma inventariação detalhada do “sistema”² linguístico (fonologia, morfologia, sintaxe, análise métrica), mas não deixava de prescrever regras ortográficas, de pesquisar etimologias e de listar cuidadosamente os traços característicos dos dialectos gregos (LALLOT, 1996: 18)³. Se, inicialmente, a gramática técnica não era mais do

¹ «To the first-generation (3rd-and 2nd-c.) scholars of Alexandria (...) we owe not only the first scholarly editions of Greek classics, with comms., but the very invention of textual criticism, i.e. a rational procedure which first deduces rules from texts, then uses those rules to make critical choices. These scholars also invented reading aids (...) and took the first steps towards describing the grammar of Greek. *Tekhnikoí* of later generations completed the undertaking, making a thorough inventory of their linguistic heritage» (LALLOT, 1996: 19).

² Embora conscientes do valor ideológico estruturante deste termo no contexto da Linguística actual, não é para nós relevante explorar aqui a questão de saber se estamos perante uma antecipação das ideias estruturalistas. Confirma-se, no entanto, a noção de que não é evidente ou linear a adequação do conceito de progresso à história da Linguística e de que se impõe alguma cautela no momento de olhar esta disciplina como uma ciência cumulativa “tout court”. No contexto em que agora nos situamos, o termo vale-nos para referirmos a percepção da língua como uma entidade complexa e organizada.

³ Sexto Empírico (filósofo grego do século II/III) apresenta a gramática como sendo constituída da seguinte forma: «one part of Grammar is “historical”, another “technical”, a third “special”, in which last the writings of the poets and prose-writers are dealt with. Of these the “technical” part is that in which they formulate the rules concerning the elements and the parts of speech and orthography and Greek idiom and consequential matters; and the “historical” is that wherein they give instruction regarding persons - divine persons, for example, and human, and heroic, - or else explain about places, such as mountains or rivers, or record fictions or legends, or anything else of that description. The “special” part is that in which they examine the language of the poets and prose-writers, and in it they explain the obscurities in their language, and judge as to which of their expressions are sound and which are unsound, and distinguish the genuine works from the spurious. (...) the parts of Grammar (...) are each closely interconnected

que um instrumento que fornecia ao gramático-editor as regras e orientações de que precisava para proceder a escolhas editoriais (a gramática “filológica” e a gramática “técnica” eram, portanto, complementares e encontravam-se intimamente relacionadas), cedo esta se tornou autónoma e proeminente, culminando em Apolónio Díscolo e Herodiano no século II (LALLOT, 1996: 18-19). Passou-se assim, progressivamente, no fim do século II e princípios do século I a.C., de uma concepção da gramática como **competência em matéria de textos** a uma concepção da gramática como **sistema da linguagem**. Esta evolução é perceptível no largo debate que se gerou na época (e sobre o qual Sexto Empírico nos faz chegar algumas informações) em torno da definição de gramática: impunha-se dar a esta disciplina um estatuto na escala dos saberes (trata-se de uma ciência?) e de precisar o seu domínio (os textos ou, mais genericamente, a língua?) (BARATIN, 1989: 202).

A actividade “linguística” assumiu, então, duas vertentes: (i) elaboração de comentários sobre a linguagem e o conteúdo da literatura clássica e das obras de Homero, coligindo o património antigo e procedendo à edição criteriosa dos textos; (ii) estudo da gramática e da pronúncia correctas do grego clássico face à *koiné* em voga.

A consciência do acentuar das divergências entre o grego falado correntemente (*koiné*) e a língua literária dos autores da Atenas clássica conduz,

and intermixed with the rest» (EMPIRICUS, *Against the [...]*: I, 91-95). Sexto Empírico está ligado à última fase da história do cepticismo e os seus escritos contêm não só a exposição dos princípios dessa escola, como incluem também a crítica das doutrinas dos dogmáticos: a principal tarefa do Céptico é, de facto, expor a inconsistência de qualquer tipo de doutrina positiva. «His surviving works are three - (1) “Outlines of Pyrrhonism (...)”; (2) “Against the Dogmatists” (...); (3) “Against the Professors” in six books - a book each against Grammarians, Rhetors, Geometers, Arithmeticians, Astrologers, Musicians, in this order» (BURY, 1976: xli).

então, à elaboração dos primeiros argumentos sobre a natureza indesejável da mudança linguística, forma de corrupção e uma ameaça para determinado tipo de património cultural e quadro de valores. Se, até então, a investigação da natureza e estrutura da língua como veículo de afirmação (“statement”) lógica e raciocínio silogístico (recorde-se que, até à época helenística, tudo se processa num contexto filosófico, particularmente lógico) e o estudo do estilo literário (que se impõe pela constatação daquele afastamento e conduz à preservação textual, à expurgação e emenda dos autores clássicos e dos textos homéricos) tinham sido os interesses práticos que dominavam os estudos linguísticos na Antiguidade ocidental, no período alexandrino pós-clássico afirma-se um terceiro objectivo: a defesa e a conservação de padrões de correcção. A convicção era a de que a linguagem devia ser preservada da actuação do fenómeno de mudança e, assim, emergiu uma doutrina de correcção e excelência linguísticas, segundo a qual os modelos eram estabelecidos por comparação com a linguagem dos escritores antigos consagrados (ROBINS, 1976: 16; CRYSTAL, 1995: 404).

A discussão sobre a correcção começa por se estabelecer no domínio da retórica e das qualidades do discurso; nesse âmbito, a correcção surge ao lado de outras propriedades como a clareza, a adequação e a ornamentação. No entanto, ao contrário de algumas destas, que se definem como um “melhoramento” relativamente a uma norma, aquela não pode conceber-se senão como **uma norma** e, assim, o seu estudo conduz a um tipo específico de análise, relativamente à perspectiva em que o conceito era originalmente considerado. O pressuposto deste trabalho é, agora, o de que a correcção depende de regras que se podem aplicar de forma indistinta a qualquer discurso, independentemente do conteúdo que este veicula e das intenções com que é produzido; fora de equação

ficam, assim, aspectos que constituem a própria essência da perspectiva retórica. Desta forma, a correcção é concebida como uma “questão de língua” e não de discurso e o seu estudo dissocia-se da análise retórica, passando a constituir o centro de uma disciplina específica: a esta cabe determinar as propriedades comuns e invariáveis da língua, isto é, os seus aspectos sistemáticos. É esse o sentido da concepção de gramática como *techne*, como sistema, tal como aparece na viragem do século II para o século I a.C. Nesta perspectiva, a gramática sistemática é um desenvolvimento do estudo da “primeira” das qualidades evocadas originalmente no quadro retórico e, portanto, tem por objecto a sistematização dos problemas de correcção. Para os tratar de forma adequada, tem, previamente, de proceder a uma análise da língua que dê conta dos elementos que a constituem e das suas variações. O plano que daí decorre (estrutura da descrição gramatical técnica na sua origem) implica a organização do trabalho em duas partes fundamentais: num primeiro momento analisam-se os elementos constituintes (letras, sílabas, classes de palavras); a seguir, estuda-se a questão da correcção e definem-se os critérios que permitem estabelecê-la (BARATIN, 1989: 203-204).

Assim, se é verdade que os gramáticos alexandrinos desenvolveram as indicações já contidas nas obras dos filósofos, a incorporação desses dados num único sistema gramatical dá lugar à constituição de uma ciência (*techne*) autónoma, basicamente diferente da anterior abordagem filosófica às questões linguísticas (PINBORG, 1975: 110): nas *technai* elaboradas a partir do século I a.C. pretende-se, então, atingir adequação descritiva e tenta-se construir a gramática como um conjunto coerente de categorizações e regras. Alexandria cria, desta

forma, a sua própria tradição (filologia e gramática)¹ e a investigação linguística orienta-se, agora, para a descrição da língua considerada, por si só e autonomamente, objecto de análise.

Não obstante a importância dos contributos anteriores, é, então, com os alexandrinos que o domínio da análise linguística fica equipado com a metalinguagem necessária e suficiente, que os níveis de estruturação e análise ficam claramente definidos (apesar de a sintaxe se desenvolver então ainda no domínio da lógica estóica e / ou dos solecismos²) e que os parâmetros da investigação na morfologia e na fonologia são claramente estabelecidos (TAYLOR, 1995: 86). A linha de força da gramática desenvolvida na atmosfera filológica da escola de Alexandria reside, no entanto, na adaptação definitiva à linguagem natural da teoria das partes do discurso (questão que permaneceu, durante muitos séculos, o “núcleo duro” da tradição linguística ocidental [AUROUX, 1989: 27]); pela insistência na sua definição em termos morfológicos, organizava-se uma estrutura conceptual que permitia a generalização e a formulação de regras³. Se a reflexão sobre a linguagem no domínio filosófico e lógico era motivada pelo problema da justificação da ciência (tratava-se de avaliar a adequação da linguagem como instrumento para traduzir o real e as

¹ Sobre a intencionalidade ou grau de consciência que conduziu os trabalhos dos Alexandrinos, há, no entanto, quem coloque algumas interrogações: «The grammatical knowledge requisite for such critical editions and ancillary texts is vast, but whether that knowledge is ever pursued for its own sake is an issue still *sub iudice*» (TAYLOR, 1995: 85).

² Na metalinguagem consagrada desde a Antiguidade, **solecismo** designa a frase construída de forma agramatical; **barbarismo** é, por outro lado, o termo com que se refere a formação ou uso incorrecto das palavras.

³ «The analysis of the parts of speech is one of the oldest and most controversial topics in the history of western linguistics. The choice of logical or semantic criteria in classifying the parts of speech, their relation to the mind or to the reality, and their universality or particularity have made this topic a battleground of linguistic and philosophical theories, leading eventually (...) to a scientific agnosticism and even to its dismissal as a scientific problem» (STANKIEWICZ, 1974: 158).

experiências do homem), intenta-se agora desenvolver análises particulares, entre as quais aquela que toma como objecto a linguagem; nesta perspectiva, o novo ponto de vista não representa, portanto, qualquer ruptura (BARATIN / DESBORDES, 1981: 34). O problema da diferenciação, na Antiguidade, de dois tipos de estudo gramatical, que se sucederiam no tempo (a gramática filosófica e a gramática técnica¹), é, aliás, problematizada por Blank (1982: ix) na sua análise da *Sintaxe* de Apolónio Díscolo. Na opinião deste autor, tal diferenciação assenta numa concepção moderna de Filosofia, mais restrita que a da Antiguidade e, sobretudo, que a da escola estóica, que encarava a estrutura detalhada de todas as coisas, incluindo a linguagem, como uma manifestação da razão divina².

A primeira versão conhecida, para a língua grega (e, tudo indica, para a civilização ocidental), de um trabalho de descrição gramatical atribui-se a Dionísio de Trácia, estudioso que viveu entre o segundo e o primeiro séculos antes da era cristã: a sua *Techne Grammatike (Sistema gramatical)*³ é, por

¹ «Philosophical grammar, with its interest in the origin of language, emphasis on semantics, disregard of word-forms and adherence to the principle that grammatical phenomena did not follow firm rules, is thought to have gradually given way to technical grammar, whose attention to detail, mammoth collections of evidence and easily-learned rules were much more practically oriented» (BLANK, 1982: ix).

² Assim, «a distinction between technical and philosophical grammar is not applicable to the *Syntax* of Apollonius Dyscolus [e é, portanto, problematizável enquanto questão genérica] since this work is founded on and utilizes theories concerning the origin of language, the epistemological status of linguistic data, the manner in which language performs its semantic function and the way in which expressions are said to be “correct”» (BLANK, 1982: ix).

³ A atribuição da autoria desse texto a Dionísio de Trácia e, portanto, a sua datação, é um assunto não isento de polémica, mas que não nos cabe aqui explorar: século II a.C. ou uma data posterior, ambas as teses têm defensores, mais veementes ou mais cautelosos; o destaque vai, nesta discussão, para Bernardo Di Benedetto. Uma das razões que alimentam a desconfiança é a aparente discrepância entre as duas primeiras secções do trabalho, que reflectem plenamente o espírito da tradição literária alexandrina do século II a.C., e o resto da obra, que é com mais propriedade uma gramática técnica (KEMP, 1994: 931): na verdade, o corpo do desenvolvimento do trabalho, a descrição das partes do discurso, é característico dos trabalhos mais tardios. A conclusão de Di Benedetto é, então, que a *Techne* é fruto de uma montagem tardia (século IV, aproximadamente), centrada essencialmente no que, na época, parecia o objecto principal da

muitos estudiosos, considerada o paradigma da gramática antiga clássica e um verdadeiro modelo para todo o trabalho gramatical relevante nos dois milénios seguintes (PINBORG, 1975: 103)¹. Aí são tratadas sistematicamente, pela primeira vez, o que, recorrendo à terminologia moderna, constitui a fonologia e a morfologia do grego.

Tal como foi editado modernamente, o texto apresenta-se constituído por treze páginas divididas em vinte secções ou pequenos capítulos². Na primeira delas, Dionísio de Trácia apresenta-nos o que talvez seja a primeira definição explícita de gramática, pensada em termos fundamentalmente filológicos e literários e, em contraste com as abordagens mais filosóficas que os Estóicos favoreciam, orientada por intuítos práticos:

La grammaire est la connaissance empirique de ce qui se dit couramment chez les poètes et les prosateurs. Elle a six parties: premièrement, la lecture experte respectueuse des diacritiques: deuxièmement, l'explication des tropes poétiques présents (dans le texte); troisièmement, la prompte élucidation des mots rares et des récits; quatrièmement, la découverte de l'étymologie; cinquièmement,

descrição gramatical, isto é, as diferentes categorias de palavras e respectivas características (BARATIN, 1989: 200). Para mais informações sobre a questão, cf. PINBORG, 1975: 103-106.

¹ «Il est devenu, au moins à partir du V^e siècle de notre ère, à Constantinople, le manuel de base de l'enseignement de la grammaire, et a été traduit dès cette époque en arménien et en syriaque. Encore à la Renaissance c'est un traité de référence. (...) Du point de vue terminologique notamment, on trouve dans ce traité la quasi-totalité des termes qui sont encore utilisés dans la grammaire classique, après traduction en latin puis dans les langues modernes. Cette *Tékhnē* est enfin le seul texte de ce type dont on dispose pour le domaine grec, en dehors de misérables fragments dont nous avons la trace sur papyrus» (BARATIN, 1989: 197).

² O texto de Dionísio de Trácia, tal como é editado por Lallot (1998), apresenta a seguinte organização: 1. *De la grammaire*; 2. *De la lecture*; 3. *De l'accent*; 4. *Du point*; 5. *De la rhapsodie*; 6. *De l'élément*; 7. *De la syllabe*; 8. *De la syllabe longue*; 9. *De la syllabe brève*; 10. *De la syllabe commune*; 11. *Du mot*; 12. *Du nom*; 13. *Du verbe*; 14. *De la conjugaison*; 15. *Du participe*; 16. *De l'article*; 17. *Du pronom*; 18. *De la préposition*; 19. *De l'adverbe*; 20. *De la conjonction*.

l'établissement de l'analogie; sixièmement, la critique des poèmes - qui est, de toutes les parties de l'art, la plus belle (TRACIA: 1)¹.

Mais do que dar conta do valor deste texto para o estudo de questões gramaticais específicas, interessa-nos observar alguns aspectos do que se infere ser o seu enquadramento teórico e metodológico. O destaque vai, então, para o facto de o documento atribuído a Dionísio, em contraste com as recolhas lexicográficas ou com o estudo de fenómenos linguísticos excepcionais, orientados para o esclarecimento dos textos clássicos, incidir sobre as regularidades da língua, sobre o que aí aparece como sendo sistemático e, portanto, classificável segundo critérios consistentes. O alcance prático e metodológico desta análise é considerável, já que permite avaliar as (ir)regularidades atestadas nos textos sem recorrer à intuição linguística do indivíduo e permite a descrição exhaustiva da língua sob a forma de algumas categorias organizadas em sistema: o propósito essencial do autor é estabelecer uma classificação das características das palavras que permita afectá-las todas de forma sistemática a uma classe precisa (BARATIN / DESBORDES, 1981: 36). Observe-se, a título de exemplo, a apresentação da categoria **nome**: «Le nom est une partie de phrase casuelle désignant un corps ou une action (...), qui s'emploie avec (valeur)

¹ Para uma versão inglesa do mesmo extracto, cf. GAMBARARA, 1996: 246. Segundo Baratin e Desbordes (1981: 37), esta definição de gramática desenvolve os dois aspectos do trabalho dos alexandrinos, que “manuseiam” simultaneamente «le caractère empirique de l'enseignement qui se dispense dans leur domaine, et la systématisation qu'ils constituent parallèlement». Não obstante a estrutura desta enumeração, só o primeiro e o quinto dos seis objectivos enunciados são tomados em consideração no texto que se lhes segue, já que «[after] four brief entries on the author's first division of grammar, the text abruptly switches to an analysis of letters and syllables and then, after defining word and sentence and enumerating eight parts of speech, proceeds to define and exemplify those parts of speech. None of the latter follows from any of the six divisions enumerated (...) unless the parts of speech are somehow to be understood as falling under the rubric of *analogias eklogismos*, the fifth division» (TAYLOR, 1995: 86).

commune ou particulière (...). Il y a cinq accidents du nom: le genre, l'espèce, la figure, le nombre, le cas» (TRACIA: 12).

5.3. Princípios reguladores do funcionamento da linguagem e definição de critérios / factores de correcção: a justificação da normatividade

5.3.1. Analogia e anomalia

É pela existência de regularidades que a análise de um número limitado de categorias permite descrições pretensamente exaustivas; a **analogia**¹ é o princípio teórico e metodológico que a procura dessas regularidades traz para o primeiro plano (BARATIN / DESBORDES, 1981: 37). Ao relacionar, pela semelhança ou identidade parcial de forma e/ou função, as entidades linguísticas entre si, a analogia constitui-se como o próprio princípio da sistematicidade da linguagem (CARVALHO, 1964: 90).

A este princípio opõe-se, no entanto, o da **anomalia**, particularmente caro aos Estóicos, e assim se desenvolve uma das grandes questões teóricas que enformaram as reflexões sobre a linguagem entre os Gregos: os factos linguísticos, com toda a sua gama de variedades lexicais, morfológicas e sintácticas, obedecem a leis racionais e imutáveis ou, pelo contrário, e como a observação do uso leva a supor, produzem-se de forma irracional e arbitrária,

¹ «*Analogia* was the term employed by Greek philosophers to characterize the relationship between the grammatical form and meaning in language as systematic or regular, in that forms which fulfill like functions are also alike in their morphological make-up» (BYNON, 1994: 110). Também na tradição linguística árabe, a analogia (*Qiyas*) é a “alma” da gramática: «According] to one famous definition in the literature ‘grammar is nothing but analogy which is to be followed’» (SULEIMAN, 1995: 30).

sem ter em conta norma alguma (MARCOS-CASQUERO, 1990: XXVIII)? Enquanto os Estóicos, liderados neste aspecto por Crates de Malos¹, se orientavam por concepções estritamente empíricas e, na convicção de que o funcionamento da língua se baseia no uso e no princípio da arbitrariedade, defendiam que a anomalia (*consuetudo* ou predomínio do uso) é o princípio regulador da linguagem, a escola alexandrina, no pressuposto de que na língua existem apenas regras, destacava a importância da analogia, da *ratio*, isto é, da observância da norma (MARCOS-CASQUERO, 1990: XXVII)². Aceitar uma ou outra tese implica, então, considerar diferentes factores determinantes da correcção das formas linguísticas, noção fundamental nos trabalhos filológicos desenvolvidos na escola de Alexandria e, paralelamente, na escola de Pérgamo.

Originalmente, a diferença entre analogistas e anomalistas não constitui um verdadeiro antagonismo, uma vez que, enquanto propriedade da linguagem valorizada pelos Estóicos, a anomalia decorre da reflexão sobre a **relação entre linguagem e realidade**, que se defende ser regulada pela convencionalidade; daí a frequente discordância entre a linguagem e o pensamento, a incongruência entre a palavra e a coisa, em suma, a “alogicidade” da linguagem manifestada na homonímia e na polionímia, na discordância entre o género gramatical e o género natural. Ao contrário, os estudiosos alexandrinos, numa perspectiva não filosófica e meramente linguística ou gramatical, valorizaram no seu trabalho o princípio

¹ Crates de Malos viveu no século II a.C e foi filósofo (estóico) e gramático. Fundou a escola filológica de Pérgamo, onde aplicou princípios estóicos ao comentário dos poetas antigos, e foi o primeiro director da biblioteca da cidade. Note-se, no entanto, que da posição daquela escola não resultou uma gramática alternativa à desenvolvida em Alexandria (PINBORG, 1975: 112).

² No campo da análise gramatical, esse é um problema de descrição: «savoir si les transformations dont les mots sont l'objet, par dérivation ou par flexion, suivent un nombre limité de lois définissables et permettent par là un classement systématique des mots, ou si au contraire ces transformations s'effectuent de façon désordonnée, ce qui exclurait toute possibilité de classer les mots» (BARATIN, 1989a: 229).

da sistematicidade (ou regularidade das formas e relações formais), a que tiveram acesso pela observação das relações que as unidades linguísticas estabelecem entre si¹. Tratava-se, então, na verdade, de campos de trabalho e de reflexão diferenciados: se uns se ocupavam da natureza da relação entre a palavra e a realidade designada, os outros concentravam-se na organização interna da própria linguagem. Foi no momento em que os gramáticos anomalistas da escola de Pérgamo transpuseram a questão para o campo gramatical que esta diferença de enfoque se converteu em verdadeira polémica: mostrou-se que a anomalia se estendia às próprias relações internas das formas linguísticas e salientou-se não a regularidade, mas a irregularidade das línguas. Nesta perspectiva, é o uso ou costume, e não a lógica ou a razão que as governa (CARVALHO, 1964a). De qualquer modo, mesmo no plano exclusivamente gramatical, não é óbvia a incompatibilidade das duas teses, uma vez que se pode evocar que os argumentos que as sustentam se situam em diferentes planos teóricos:

Les anomalistes (...) adoptent un point de vue général: si l'analogie était un principe organisateur de la formation des mots, elle fonctionnerait de façon régulière, et serait perceptible dans la perspective globale de l'ensemble des

¹ Recorde-se, aliás, que as finalidades práticas com que a análise gramatical começa por se desenvolver permite argumentar que esse é um aspecto que não interessa, por si só, aos Alexandrinos; o que motiva os estudiosos é, sobretudo, o facto de esse conhecimento servir, antes de mais, às finalidades filológicas da edição e crítica dos textos escritos e, em seguida, à do ensino da arte de bem falar e escrever (CARVALHO, 1964a). A dimensão teórica e operatória que a analogia assume na escola de Alexandria é, então, uma questão não pacífica: «Aristophanes supposedly authors a treatise entitled *Peri Analogias* and adduces five principles, to which Aristarchus adds a sixth, for determining analogy, and so some scholars would argue that the Alexandrians actually formulate rules for inflection, declensional and conjugational affiliations, paradigms, and so forth. No extant text contains anything of the sort, however, and the criteria for analogy makes more sense if understood as criteria for emending texts rather than for classifying words into inflectional sets. As Aristotle uses *analogia* as a means of identifying and defining metaphor, so the Alexandrians employ it as a heuristic procedure for correcting poorly transmitted manuscripts. Analogy in that sense allows the Alexandrians to base their interpretations firmly on the text» (TAYLOR, 1995: 85).

mots. Or ce n'est pas le cas, sauf à transformer de fond en comble l'usage linguistique au nom d'une organisation artificiellement construite. Pour les analogistes, représentés par Aristarque et l'école grammaticale d'Alexandrie, ce beau souci n'empêche nullement qu'il existe des analogies de formation dont la constatation empirique est très évidente et qui représente un principe organisateur suffisant pour décrire la transformation des mots les uns par rapport aux autres (BARATIN, 1989a: 229).

A constatação de que há regularidades na língua (e de que esta, concomitantemente, forma uma estrutura organizada) conduz, em suma, à definição do princípio da analogia, que dá sustentação teórica àquele dado empírico. Se a análise avança desse estágio para o pressuposto de que tudo o que não decorre do sistema não decorre da língua e deve ser excluído (é o aspecto constantemente censurado aos gramáticos desde a época alexandrina), a analogia ganha uma clara dimensão prescritiva e define-se como um princípio gerador de uma norma linguística: «Le but de l'analyse étant d'établir des critères pour juger de la correction des formes, le principe de l'analogie permet de dégager des régularités applicables en toutes circonstances» (BARATIN / DESBORDES, 1981: 37). A validação das formas linguísticas é, nestas circunstâncias, de base fundamentalmente teórica.

Segundo Baratin e Desbordes (1981: 38), a questão da analogia não parece ter-se colocado originalmente senão quando havia uma escolha entre duas possibilidades: se uma era justificável na perspectiva do sistema constituído, era essa a “boa” forma, sendo a outra rejeitada. A questão é que este método é virtualmente aplicável a qualquer forma. Se esse facto conduz, em determinadas circunstâncias, ao conflito com o uso, assim realçando a artificialidade da aplicação daquele princípio (aspecto evocado na argumentação desenvolvida pelos que questionam a sua validade), a importância decisiva do quadro normativo assim constituído decorre do facto de este se encontrar fundado sobre

uma racionalidade interna, a das regularidades linguísticas: «la normativité est la négation du principe de la description linguistique mais elle n'est à l'origine que l'application pratique d'une conception de la langue comme formant un système». Assim, o tratado de Dionísio de Trácia e o desenvolvimento da gramática técnica com estes pressupostos não é em si mesmo normativo, mas baseia e justifica a normatividade. Note-se que analisar a noção de analogia nesta perspectiva não exclui o reconhecimento de que a existência de normas linguísticas e a adopção de atitudes puristas são realidades mais antigas que este debate e não precisam de contorno teórico específico.

Blank (1982: 11) analisa a controvérsia sobre a analogia na gramática defendendo que ela se desenvolveu não em torno da oposição à anomalia (posições extremas, neste contexto, não seriam razoáveis e não são, portanto, prováveis¹), mas em torno do debate entre racionalistas e empiricistas e da noção racionalista de que a analogia é um princípio de regularidade manifestado na língua e capaz de servir como base do conhecimento científico e de inferência sobre esse meio de expressão; face a este entendimento, a analogia é igualmente um instrumento para estabelecer o que é correcto na língua. Por outro lado, uma

¹ Embora a polémica entre analogistas e anomalistas se tenha iniciado no mundo helénico, a perda de obras gregas sobre o assunto impede-nos de saber até que ponto uma e outra teoria assentavam em posicionamentos intransigentes ou inflexíveis; no entanto, tem-se a impressão de que foram os autores latinos, junto dos quais a questão ganha ampla ressonância, quem as apresentou como inimigos “acirrados”. Seguramente, nem os analogistas podiam defender a norma a todo o custo, mas apenas fixar as normas de uso correcto, nem os anomalistas negavam por completo a norma; convencidos de que o próprio uso obedecia a princípios inatos no falante ou no grupo que emprega uma mesma língua, em discussão estaria, apenas, o valor inquestionável e a imutabilidade dessa norma (MARCOS-CASQUERO, 1990: XXVIII). Reconhecendo que a convicção tradicional sobre a importância e a dimensão desta controvérsia na Antiguidade é discutível, Itkonen (1991: 200) considera, no entanto, que «even if the ‘analogy vs. anomaly’ controversy did not exist in reality, it should have existed. It captures perfectly the opposition between two personality types which are still widely represented in today’s linguistics: one who is intent on making systematic (and mathematically expressed) generalizations, regardless of how many facts he has to sacrifice; the other who enjoys describing individual recalcitrant facts and lets the system (supposing there is any) take care of itself».

abordagem empiricista pretenderá que a razão e as regras não desempenham qualquer função na determinação da correcção linguística e que a observação do uso normal é, nesse contexto, o único indicador¹.

Com a querela entre analogistas e anomalistas relaciona-se outra grande polémica, que envolve “convencionalistas” - defendem a tese do arbitrário linguístico - e “naturalistas” - defendem a tese da motivação do signo linguístico. Nesse âmbito, confrontam-se aqueles que defendem que as palavras significam por convenção, por acordo entre os homens (Aristóteles partilha essa opinião) e os que julgam que as palavras significam de modo necessário, por natureza, reflectindo a realidade que nomeiam (de entre os seguidores desta ideia, podemos destacar Platão). Os gramáticos que procuravam, na língua, a regularidade - dita **analogia** - baseavam-se, necessariamente, na tese do arbitrário, já que aceitar que cada signo não é mais do que uma imitação do seu objecto seria tornar inviável qualquer análise sistemática: cada unidade seria explicável por si mesma, independentemente das outras, e não estabeleceria

¹ «Linguistic theory was, of course, not the only area in which debates between rationalists and empiricists were carried on in antiquity. There was a long tradition of empirically-oriented writers attacking the rationalistic methods of individual arts or often of many or even all arts at once. The rationalists claimed that the true artist had to have an understanding of the nature of the things with which he dealt, if he was to do anything more than merely exercise a ‘knack’. The nature of things was conceived in terms of theories which posited such theoretical entities as elements, minimal parts, principles and causes. One consequence of this view is that all observations must be judged with reference to theory if one is to have knowledge of them. Things are not just as they seem to be, since this reality involves imperceptible, theoretical entities, and they may even be radically different from the way they seem. The empiricists, on the other hand, felt that all knowledge consisted in experience of phenomena and that all claims to a more profound knowledge based on theoretical considerations were untenable. Hence they argued that art consisted in the gathering, organization and application of the data of experience, while any art which dealt with theories and principles was useless and impossible. (...) Rationalism's assumption, then, is that nature and its products are orderly and that their order can be discovered by reason. The natural order of language is thus the key to the grammatical system and its study, for it is the basis on which inferences about linguistic phenomena can be made and the consistency of such phenomena can be tested» (BLANK, 1982: 11-17).

nenhuma relação necessária com os restantes elementos. Ao contrário, o princípio da anomalia, conduzindo à valorização das irregularidades e da desordem, legitimava a especulação etimológica a que conduzia a tese da relação motivada entre as unidades linguísticas e a realidade por estas evocada (DUCROT / TODOROV, 1991: 166).

5.3.2. Factores de correcção e a teorização de alguns gramáticos

5.3.2.1. Apolónio Díscolo e Sexto Empírico

Apolónio Díscolo (século II), membro da escola alexandrina, é autor do mais antigo tratado de sintaxe na tradição europeia, *Peri Syntaxeos*, e o seu trabalho exerceu uma enorme influência não só sobre o mundo helenístico, mas também sobre a tradição ocidental em geral¹; para além do interesse da sua doutrina gramatical, e como Householder (1995: 111) refere, Apolónio Díscolo oferece-nos a primeira discussão clara sobre correcção em sintaxe que encontramos nos gramáticos antigos:

In our previous publications we discussed the theory of words (...); the present work will cover the topic of the combination (*suntaxis*) of these words, according to **appropriate collocation rules**, into independent sentences, a topic we have chosen as deserving the greatest precision because of its essential importance for the interpretation of poetry. (...) Just as the word is made of syllables, so the complete sentence is made by the **grammatical collocation** of meanings (DYSCOLUS: I, 1-2). (Os destacados são nossos).

¹ «Apollonius' syntax (...) was the unattainable model for Priscian's syntax, which in turn served as the model for medieval grammarians; and in the period 1500-1800 Western grammatical theory was little else than unacknowledged imitation and continuation of what had been achieved in the Middle Ages» (ITKONEN, 1991: 201). Por outro lado, «[both] directly (perhaps) and through Priscian, many of Apollonius' techniques, especially the use of ellipsis, reached Sanctius, whose latin grammar was, in turn, influential on eighteenth- and nineteenth-century linguists, especially the grammarians of Port Royal» (HOUSEHOLDER, 1995: 114).

Abstraindo (do valor) da sua descrição gramatical, interessa-nos aqui observar que Apolónio Díscolo formaliza, complexificando-a, a questão da natureza dos dados, conjugando, para a sua legitimação, uma série de factores ou critérios de correcção - o uso corrente, o uso dos autores literários e o princípio de racionalidade (*logos*, que designa aqui a **analogia**):

I rely not merely on poetical citations(...), but on common everyday usage, the practice of the best prose-writers, and, most of all, on the force of theory which must be applied even about constructions which are not in the slightest doubt (DYSCOLUS: II, 49).

Repare-se, então, que, se o autor destaca o valor daquilo a que chama teoria (correspondendo à consideração do princípio da analogia) como elemento de legitimação da forma linguística, também não deixa de referir explicitamente a importância do uso comum nem desconsidera o interesse da tradição literária. Quer relativamente à definição de gramática apresentada por Dionísio (que Sexto Empírico criticará também por esse aspecto), quer relativamente à linguística moderna, em cujo contexto a descrição gramatical sincrónica se orienta para o uso linguístico de um grupo de falantes, Apolónio coloca a questão em termos mais complexos: é a combinação do uso, da tradição literária e da própria teoria gramatical que constitui os dados da descrição gramatical¹ (ITKONEN, 1991: 201).

¹ «Whereas Sextus Empiricus said a man knew that he should adopt an analogically correct usage not because it was analogically correct, but solely because he saw it to be in use, Apollonius constantly remarked that a particular usage could be seen from experience to be correct and could also be proved (...) by demonstrating the rule governing that usage. Apollonius' twofold procedure appears to be a compromise between the rationalist and empiricist positions, for although it evinces a firm belief in rational demonstration, it also asserts that the things one ascertains by reasoning are not dissimilar to those which one learns from experience. This compromise was probably developed as an argument against the empiricists' denial of the workability of the rational methods and as such it was attacked by Sextus». Assim, «Apollonius feels compelled (...) to remind the reader of the usefulness of syntactical study. First of all, the question of proper usage is not always easy to decide, particularly when authorities disagree among themselves or with all or part of common usage. Second, knowledge of the 'whys and

Podemos então dizer que, a partir da escola alexandrina, a descrição gramatical sincrónica equaciona (conjugando e hierarquizando os vários factores) as questões do uso, da tradição / autoridade e da teoria / razão; os mesmos três factores (*usus*, *auctoritas* e *ratio*) inspiram posteriormente o trabalho dos gramáticos romanos.

A supremacia de que, neste contexto, a teoria gramatical goza relativamente ao uso encontra, no entanto, forte oposição em Sexto Empírico, que a expressa de forma pormenorizada no seu texto *Contra os gramáticos* (*Pròs grammatikóús*); posicionando-se contra os analogistas (e refutando a validade da etimologia como critério de correcção), este filósofo aderiu à ideia de que é a fala de todos os dias, e não a unificação pela generalização das regularidades, que fornece o critério de correcção: quaisquer que sejam as analogias de que uma forma se pode fazer valer e qualquer justificação que ela possa encontrar na sua etimologia, o essencial é saber se ela decorre ou não do uso corrente. Assim, falar “bem” grego quer apenas dizer **seguir o uso comum** próprio das diversas situações de fala e dos diferentes universos experienciais. Sexto Empírico sustém então, revelando uma forte consciência da realidade da língua e da sua dimensão sócio-pragmática, que

even the most refined or erudite way of speaking might also be incorrect in an inappropriate context (...). There are no rules governing the ‘right way to speak’; the so-called *bon usage* is simply current usage: one speaks well when one has no difficulty in making oneself understood by other people. Therefore, all one has to do is to observe the speech habits of the various *milieux* one

wherefores’ of construction allows one to spot errors and to analyze them» (BLANK, 1982: 14 e 16).

comes into contact with and make sure that one's speech is always appropriate to each context (CAUJOLLE-ZASLAWSKY, 1996: 852-853).

Nestas circunstâncias, torna-se irrelevante, do ponto de vista do falante, o facto de a teoria (ou “analogia”) concordar com o uso; se, ao contrário, estabelecer um conflito com este, a teoria deve ser considerada incorrecta (ITKONEN, 1991: 201). De uma forma ou de outra, a analogia surge como um princípio desprovido de qualquer utilidade¹.

Sexto Empírico não só questiona a utilidade e relevância desse conceito, com o qual se relaciona a definição de padrões de correcção, mas que surge esvaziado em favor do poder aferidor que reconhece ao uso, como refuta, criticando definições conhecidas de gramática (a apresentada por Dionísio e as propostas por outros estudiosos²), a pretensão que lhes subjaz de constituir uma descrição da língua sob a forma de sistema: a sua ideia fundamental é a de que

ou bien la grammaire n'est qu'une pratique empirique, auquel cas la constitution d'une grammaire systématique n'a pas de sens, ou bien la grammaire se pose en science, mais elle doit porter alors sur l'ensemble de la

¹ Ilustram a posição de Sexto Empírico extractos como os que se transcrevem a seguir: «analogy is superfluous for “hellenism”, whereas the observance of common usage is serviceable»; «the art of analogy is an empty name, useless for the avoidance of barbarisms or solecisms, and one ought to observe the rules of common speech, and converse in accordance therewith»; «he who talks as is customary with the Greeks is talking good Greek, if we are to follow customary usage and not an artificial system. Thus by following common usage and not analogy we shall speak good Greek. - In general, too, analogy either agrees with common usage or disagrees. And if agrees, then, firstly, since the latter is not a matter of art, so too the former will not be an art (...) we shall not need analogy for distinguishing good Greek, since for this purpose we possess common usage. If, on the other hand, analogy disagrees, then, since it introduces another usage beside the common, - that of barbarians, as it were, - it will be disapproved and, as causing offence, it will be completely useless» (EMPIRICUS, *Against the [...]*: I, 209-220).

² O seu propósito é «to consider what “Grammatic” (or the Art of Grammar) is and whether a systematic and real art or science can be conceived on the lines of the conception put forward by the Grammarians» (EMPIRICUS, *Against the [...]*: I, 57). Além da atribuída a Dionísio de Trácia, Sexto Empírico analisa as definições de gramática elaboradas por Asclepiades, Chares e Demetrios.

langue et non sur “l'essentiel de ce qui se dit chez les poètes et les prosateurs” (BARATIN / DESBORDES, 1981: 37).

A Dionísio critica, assim, a redução do conhecimento gramatical ao universo do discurso dos poetas e prosadores, quando se assiste à aplicação desse conhecimento na regulamentação da conversação entre pessoas vulgares e incultas e na definição do barbarismo e do solecismo (EMPIRICUS, *Against the [...]*: I, 63-65). Sexto Empírico reconhece aqui o poder regulamentador e prático de que os gramáticos (e a gramática) se revestem, mas que a definição de Dionísio não abrange.

A consciência, claramente expressa, da mudança linguística, aceite como inevitável, e da variação, por várias vezes evocada como algo incontornável¹, dá corpo à grande objecção de Sexto, que se recusa a aceitar a possibilidade de uma gramática como ciência; o seu pressuposto epistemológico é o de que não há uma ciência do infinito: «no scientific inquiry deals with anything unlimited» (EMPIRICUS, *Against the [...]*: I, 81).

5.3.2.2. A questão da correcção no mundo romano

Sabemos que a cultura europeia e o ensino tradicional se encontram indelevelmente marcados por um conjunto de princípios e valores que, com raízes profundas na civilização grega, é igualmente condicionado pela herança

¹ «Moreover, as to words, changes of all sorts occur and have occurred in the past and will occur in the future; for Time is a lover of change and that not only in regard to animals and plants but also to words» (EMPIRICUS, *Against the [...]*: I, 82). No que se refere à variação sincrónica, Empiricus (*Against the [...]*: I, 89) refere-se não só à diversidade dialectal mais óbvia, como também dá conta da existência de variantes dentro de cada dialecto: «for neither is there one customary practice in each dialect (for both the Dorian and the Attic dialects are numerous), nor do the rules which they suppose they are handing on extend to every form of speech».

latina; sabemos também que, em grande medida, esta última se constitui por via de mediação e elaboração da tradição helénica.

No domínio da investigação linguística, a marca mais saliente da produção romana é, precisamente, o retomar das grandes questões trabalhadas entre os gregos, cujo pensamento é reproduzido; do que os latinos pensaram da linguagem antes do seu contacto com o pensamento grego não há qualquer registo (DESBORDES, 1989: 150)¹:

As in so much else in the intellectual life of Greco-Roman antiquity, the Greeks were the originators and later the systematizers, while Latin scholars were for the most part ready to acknowledge and follow their Greek masters and models. They applied Greek ideas and theorizing to the Latin language, making possible the spread of this thought over the whole of civilized Europe (ROBINS, 1992: 145).

Ars grammatica (decalque da expressão grega *techne grammatike*) é a designação com que se abrangem os trabalhos gramaticais romanos escritos a partir do século I; das primeiras obras restam apenas testemunhos raros, indirectos e fragmentários, tendo-se conservado fundamentalmente as produções mais tardias². Como no mundo grego, estes estudos foram concebidos basicamente para fornecer a metalinguagem e o quadro metodológico

¹ A análise das tradições culturais grega e latina mostra a civilização romana como devedora, relativamente ao mundo helénico. Se nos deparamos, então, com uma tradição resultante de “transferência tecnológica”, isso não quer dizer que se possam negligenciar os textos latinos, considerando-os meras réplicas das produções gregas: «Les latins répètent certes beaucoup, mais il leur arrive d’innover quand ils adaptent les savoirs grecs soit à leur situation sociale (rhétorique de Cicéron), soit à la situation même de bilinguisme, qui leur a permis, plus qu’aux Grecs, de saisir la différence entre une langue et “la langue”. En outre, du fait des lacunes de la tradition, textes grecs et textes latins se complètent plus qu’ils ne se répètent» (DESBORDES, 1989: 151). Há quem enfatize, então, que, ao contrário do que normalmente se presume, «Roman linguistics was not characterized by any lack of originality and innovation, or by stability and conformity. The Roman grammatical tradition was a very versatile and multifaceted one characterized by continuity and development» (HOVDHAUGEN, 1995: 117).

² «Ainsi, les réalisations concrètes de ce courant de description qu’on appelle “artigraphique” se limitent à la *Tékhne* dite de Denys, et aux *artes* latines tardives» (BARATIN, 1989: 198).

necessários à análise dos textos literários (como os de Homero e Virgílio) utilizados nas escolas. Deparamo-nos, então, entre os gramáticos romanos, com uma concepção de norma que se fundamenta já no bom uso, neste caso, no uso dos autores clássicos, de cujas formas se pretende fazer a inventariação; nestas circunstâncias, a norma define-se como uma cultura e torna-se antologia (MAURIS, 1983: 3-4). As obras de “referência” da tradição “artigráfica” (com destaque para as *Ars major*, disposta pelo modelo de Carísio, e *Ars minor*¹ de Donato - século IV -, modelo do qual as outras *Artes* seriam apenas variantes) foram a base da análise do ensino gramatical na Europa durante mais de 1000 anos (HOVDHAUGEN, 1995; BARATIN, 1989b: 207): a tradição herdada de Donato e Prisciano marcou, de facto, toda a Idade Média e influenciou, no Renascimento, os autores das primeiras gramáticas das “línguas vulgares”.

Embora a estrutura habitual das *Artes* latinas abranja igualmente outros domínios, à exposição morfológica cabe um lugar de destaque, parecendo constituir a essência desse tipo de gramática: aí se trata das oito partes do discurso (ou de algumas delas), procedendo-se à listagem das suas propriedades morfológicas, os “acidentes”, e destacando-se consideravelmente as definições (BARATIN, 1989b: 208; LUHTALA, 1995: 122).

A primeira *Ars grammatica* de que se tem conhecimento, indirecto e limitado, é um texto do Primeiro Império, época localizada entre 27 a.C. e 200 e de cuja produção há escassos vestígios; a sua autoria é normalmente atribuída a Palaemon, que pode ter sido o primeiro gramático a tratar de modo formal e sistemático tópicos que fundamentalmente figuram nas *Artes* mais tardias sob a rubrica de *uitia uirtutesque orationis* - uma secção frequentemente referida

¹ Organizado numa sucessão de perguntas e respostas, este texto destinava-se aos principiantes e tratava somente das partes do discurso.

como a **terceira parte** da gramática latina antiga. É, então, logo neste período que a descrição gramatical se expande para incluir formalmente “vícios” e “virtudes” da linguagem (TAYLOR, 1995a: 107-108). A valorização destas questões (não consideradas na *Techne* atribuída a Dionísio¹) no âmbito da análise gramatical é, mesmo, um dos aspectos destacados no momento de enfatizar a originalidade da investigação romana: o tratamento pormenorizado de questões estilísticas e a ponderação do problema da correcção e incorrecção no uso do latim são aspectos característicos dessa tradição; muita da atenção dos autores concentrava-se, assim, no estabelecimento de princípios de correcção e na dilucidação dos factores a considerar em situações de dúvida (uniformidade estrutural dos paradigmas, uso, autoridade) (HOVDHAUGEN, 1995: 117)².

De forma e conteúdo definidos no século I, a doutrina gramatical estava bem estabelecida no fim do século IV e mesmo a ordem de apresentação das partes do discurso se tinha tornado canónica. Na tradição romana da *ars grammatica*, a estrutura de conteúdos é, então, tripartida: à fonologia seguem-se, primeiro a morfologia e, depois, as considerações sobre “vícios” e “virtudes” da fala. De acordo com a forma consagrada por Donato, na primeira

¹ Pode-se concluir, pela ponderação desse dado, que os gramáticos alexandrinos procederam a uma adaptação livre da doutrina estóica, uma vez que também a dialéctica desta escola comporta uma apresentação das qualidades e defeitos do enunciado; a *ars grammatica* latina representaria, então, o **plano original** de uma gramática escolar elaborada antes do fim do século II a.C. a partir do modelo estóico transmitido por Crates de Malos (BARATIN, 1989: 198-199).

² Luhtala (1995: 122) chama a atenção para o facto de, no mundo romano, o estudo da gramática estar enraizado no sistema educacional como um acompanhamento dos estudos literários, pelo que os gramáticos pretendiam fornecer aos seus alunos competência linguística auxiliar para o estudo dos textos clássicos: «a list of the figures of speech, and of grammatical and stylistical errors (barbarisms, solecisms, etc.), essential for the student's latter training in eloquence would usually accompany these somewhat dry representations of the taxonomic qualities of the Latin language. (...) The dominant vein in Roman linguistics, then, is to produce taxonomic accounts of the morphological properties of the Latin language for the use of the *grammaticus* [professor da literatura clássica]. The more theoretical linguistic topics, as well as the study of syntax, did not gain ground in the Roman grammatical curriculum» (LUHTALA, 1995: 122).

parte procede-se à definição de “voz” e à descrição dos seus elementos constituintes (grafemas / unidades sonoras mínimas e sílabas); na segunda parte analisam-se as diferentes categorias de palavras e as suas características morfológicas; a terceira parte é consagrada à apresentação de “defeitos” e “qualidades” do enunciado (*uitia uirtutesque orationis*) (BARATIN, 1989: 198).

5.3.2.2.1. Varrão

É com Varrão (116-27 a.C.) que se manifesta, em Roma e no mundo latino-falante, o primeiro grande impacto da especulação linguística grega¹. Contemporâneo de Dionísio de Trácia, é o autor de *De lingua latina*, o mais antigo tratado completo de gramática latina e onde, entre outros aspectos, trata da morfologia (sincrónica) daquele idioma. O interesse acrescido do texto decorre do facto de o desenvolvimento expositivo desta matéria se basear na contraposição das teses anomalistas e analogistas, permitindo-nos, assim, seguir as opiniões de estudiosos cujas obras não possuímos (ARENS, 1975: 51)². Os conceitos de **ratio** (teoria), no qual se baseia a analogia, e de **voluntas**, no qual se baseia a anomalia, explicam, numa atitude conciliadora, o sistema morfológico do latim. Varrão inclina-se, então, para um analogismo moderado, mas admite, por vezes, argumentos anomalistas. Neste espírito eclético, Varrão concebe que o povo impõe arbitrariamente ou livremente o nome às coisas, mas que a sua declinação, uma vez impostos os nomes, deve obedecer a uma norma; se é à

¹ «As a polymath, Varro was something like the Roman equivalent of Aristotle. He wrote no less than 76 works, covering practically all branches of the contemporary science and literature. All of his works have been lost, except a treatise on agriculture and, in an incomplete form, the books V-X of his *De lingua latina* which originally contained 25 books» (ITKONEN, 1991: 195; cf., também, PEREIRA, 1990: 208-212).

² É nos livros VIII-X que encontramos a exposição mais pormenorizada e metódica dessa polémica (MARCOS CASQUERO, 1990: XXVIII).

história que devemos recorrer para esclarecer o primeiro tipo de fenómenos, é na análise dos segundos que a ciência gramatical faz sentido. Daí a distinção varroniana entre *declinatio naturalis* e *declinatio voluntaria*:

Mi opinión es que debemos seguir ambos criterios, ya que en la declinación voluntaria interviene la anomalía, y en la natural interviene sobre todo la analogía. (...) Pero quienes, en el hecho del lenguaje, prescriben unos que sigamos el uso, otros que las reglas, no muestran tanta discrepancia entre ellos, porque el uso y la analogía están entre sí más unidas que lo que aquéllos creen, porque la analogía ha nacido de un determinado uso y de un uso semejante ha nacido también la anomalía. Por lo tanto, dado que el uso tiene su punto de partida tanto en palabras disímiles como en palabras similares, así como en las formas que derivan de ambas, no deben rechazarse ni la anomalía, ni la analogía (VARRÃO: VIII, IX, 23 e IX, I, 1-3).

A solução de compromisso adoptada por Varrão vai mais longe: na sua perspectiva, a consideração da analogia só é válida nos casos em que tal procedimento não colide com o uso (MARCOS-CASQUERO, 1990: XXIX). Consciente de que uma coisa é falar da analogia das palavras e outra afirmar que é preciso segui-la, Varrão (IX, I, 4) distingue **natureza** e **uso** como conceitos que apontam para dois objectivos diferentes: admitir que existe analogia não implica que tenha de seguir-se esse princípio em todas as palavras, pois

si la costumbre ha derivado erróneamente algunas palabras, de forma que no pueden emplearse de manera distinta sin desagradar a la mayoría de la gente, la lógica del lenguaje indica que es la forma regular la que no hay que emplear. (...) Así mismo, puesto que el uso general nos permite emplear la analogía prácticamente en todas las palabras, hay que reconocer que debemos seguir de alguna manera los principios analógicos de forma general, e incluso particular, excepto en aquellos casos en que se pueda quebrantar el uso común (VARRÃO: IX, XXVII, 35 e114).

O uso (*consuetudo*) integra, portanto, resultados, **aceites**, de anomalia e dá conta dos acidentes históricos que não têm justificação teórica.

Embora, na apreciação destas tendências, o veredicto do autor seja o de que ambas pertencem à natureza da linguagem¹, Varrão toma o conceito de “erro” como ‘incumprimento do princípio da analogia’. A hierarquização tripartida do conceito, consoante o “erro” é cometido por nações, indivíduos ou poetas é a estratégia teórica para a reconciliação dos diferentes pressupostos, mas revela algumas fragilidades. Assim, a analogia é o princípio que cada nação deve seguir; quando isto não acontece, o “erro” resultante deve ser aceite como um caso de *consuetudo* e cada pessoa deve seguir o uso geral: se o não faz, a infracção é inaceitável. Só os poetas estão isentos deste procedimento (ITKONEN, 1991: 198):

Y es que una cosa es el habla de la gente en general y otra, el de las personas particulares, y, de éstos, no es lo mismo la forma de hablar de un orador y la de un poeta, porque sus leyes no son las mismas. Y así, la gente, en general debe atenerse a la analogía en todas sus palabras, y si tiene la costumbre de hablar incorrectamente, debe auto-corrigerse. En cambio, el orador no deberá seguir la analogía en todos los casos, porque no puede hacerlo sin incomodar a su audiencia, mientras que al poeta se le permite saltar impunemente todas las barreras. El pueblo se basa en su propia potestad; los particulares en la potestad del pueblo. Por eso, del mismo modo que cada persona debe corregir su propio uso, si éste es incorrecto, así debe corregir el pueblo el suyo. Yo no soy el dueño del uso [lingüístico] del pueblo, sino que es él el dueño del mío. Igual que el piloto de una nave debe atenerse a la razón, y cada uno de los que

¹ «Perhaps V.'s greatest merit lies in having woven into a single system, based on the notion of *declinatio* [*voluntaria* ou *naturalis*] what were later to become separate and distinct ling. disciplines. (...) This generative view of lang. manages to reconcile regularity and irregularity (analogy and anomaly) and is unique in what has survived of ling. thought at the time of V.» (GAMBARARA, 1996a: 958).

van en la nave debe obedecer al piloto, así el pueblo debe también atenerse a la razón, y cada uno de nosotros a los dictados del pueblo (VARRÃO: IX, I, 5-6).

Se nos deparamos, então, com a legitimação, pelo uso, do princípio e do resultado da anomalia, somos obrigados a constatar um paradoxo que envolve o fenómeno da mudança linguística e que as mais recentes teorizações ultrapassam pela consideração do fenómeno em curso: se o “erro” é inaceitável quando cometido a título individual, como se postula, então, a sua ocorrência a nível da nação? O facto de o erro individual ser aceite quando cometido pelos poetas permite-nos concluir que há nítida consciência da variabilidade diastrática, deixando-se lugar à ocorrência do que em Sociolinguística se designa “mudança por cima”. Por outro lado, não fica claro o que, neste quadro, se entende por *consuetudo* e **uso geral** enquanto conceitos legitimadores das formas linguísticas e o reconhecimento do **povo** como autoridade máxima não parece, assim, resultar de ideias “subversivas” relativamente à hierarquização social vigente: na verdade, o comportamento linguístico do povo deve estar submetido à razão e o incumprimento das regras ditadas por esta só é aceitável em determinadas circunstâncias e pela actuação de determinado tipo de agente.

Varrão faz, assim, a codificação das regras fundamentais da *latinitas* (decalque do termo grego “helenismo”, com o sentido de ‘uso correcto do latim’): apoiar-se (i) na *natura* (referindo, assim, os dados “brutos” da língua); (ii) na analogia (isto é, nas regras gramaticais que permitem determinar o que é ou deve ser uma forma correcta); (iii) na *consuetudo* (no uso); (iv) na *auctoritas* (no uso dos autores reconhecidos): «los buenos poetas (...) deben de acostumbrar con su uso los oídos del pueblo [a formas introduzidas na língua segundo critérios lógicos ou,

mais latamente, às reformas do bom uso (MOUNIN, 1967: 95)], porque los poetas tienen en este campo una enorme influencia» (VARRÃO: IX, XI, 17).

Varrão apresenta ainda a visão (notavelmente moderna) de que a língua é, antes de mais, um fenómeno social com um propósito comunicativo («[todo] discurso debe tener como meta la utilidad» [VARRÃO: VIII, XI, 26]) e só secundariamente é um instrumento para a investigação lógica e filosófica. Como Sexto Empírico (cf., atrás, n. 1, p. 183), exhibe também uma consciência explícita da mudança linguística, traduzida quer no desuso dos vocábulos, quer na sua alteração formal ou semântica:

no se conserva todo el proceso de acuñación de las palabras: el paso del tiempo ha hecho caer a algunas en el olvido. Además, ni todas las que se conservan están exentas de error, ni tampoco las acuñadas correctamente se mantienen siempre íntegras, pues muchas palabras aparecen modificadas por alteraciones de letras; ni todo el origen de nuestra lengua deriva de palabras vernáculas. También, muchos vocablos ofrecen en la actualidad un significado distinto del que antaño tenían» (VARRÃO: V, I, 3).

5.3.2.2.2. Quintiliano

Autor, no século I, de *Institutio Oratoria*, Quintiliano (I, IV, 1-3) divide o estudo formal da gramática em duas partes: *recte loquendi scientia* ('estudo da correcção da expressão oral' - com a qual está inextricavelmente ligada a arte de escrever) e *poetarum enarratio* ('interpretação de poetas', actividade que igualmente exige o domínio da arte de ler / escrever). Refere-se à gramática como profissão («J'ai maintenant fini ce qui a trait aux deux parties que cette profession se

propose de traiter» [QUINTILIANO: I, IX, 1]) e arte e trata também das virtudes (eufonia) e vícios (barbarismos e solecismos) do estilo¹.

Na sua análise, considera e define quatro princípios orientadores do funcionamento da linguagem: (i) *ratio* (designa os critérios sistemáticos da correcção e refere-se sobretudo à analogia, embora por vezes também envolva a etimologia); (ii) *uetustas* (antiguidade), que atribui majestade; (iii) *auctoritas*, que decorre da consideração de precedentes históricos²; (iv) *consuetudo* (uso), a orientação mais certa:

Il ya des règles spéciales aussi à observer tant pour parler que pour écrire. Le langage a pour base le raisonnement, l'ancienneté, l'autorité, l'usage. Le raisonnement se fonde principalement sur l'analogie, parfois aussi sur l'étymologie. L'ancienneté confère une certaine majesté, et, pour ainsi dire, une sorte de valeur religieuse. L'autorité se tire ordinairement des orateurs ou des historiens; les poètes, eux, ont l'excuse des exigences du mètre, sauf dans le cas où, pouvant choisir entre deux expressions, la modulation métrique les conduit à en préférer une (...), car le jugement des grands maîtres du style a la même valeur décisive que le raisonnement, et même l'erreur est honorable,

¹ Em *Institutio Oratoria*, Quintiliano trata de todos os aspectos e de todas as etapas do que considera a educação ideal do bom orador. Na sua perspectiva, a gramática (de que, nesse contexto, e embora não sendo um gramático, se ocupa igualmente) deve integrar esse plano, começando o seu estudo formal no momento em que a criança aprende a ler e a escrever: «Lorsque l'enfant saura écrire et lire, la première place revient au grammairien. (...) Aussi ne peut-on tolérer l'opinion de ceux qui se moquent de la grammaire et la tiennent pour une discipline étroite et étriquée. Or, si l'on n'a pas jeté pour la formation du futur orateur des fondations assurées toute la superstructure s'écroulera (...). Donc, ne dédaignons pas, comme peu importants, les éléments de la grammaire, non qu'il soit très difficile de distinguer les voyelles des consonnes, et de diviser ces dernières en semi-voyelles et en muettes, mais parce qu'en pénétrant (...) dans l'intimité de leur sanctuaire, on y découvrira bien des finesses, capables d'aiguiser l'intelligence enfantine, et même d'exercer l'érudition et la science les plus profondes» (QUINTILIANO: I, IV, 1-6). Ao precisar o que deve ser o ensinamento recebido pelas crianças junto do “grammaticus”, Quintiliano (I, IV-IX) apresenta, então, uma espécie de resumo da teoria gramatical: «Ce résumé est d'une importance essentielle pour toute l'histoire de la forme *tekhne-ars*: c'est le premier exposé complet dont la date soit indiscutable. On peut établir grâce à lui ce qu'on entendait par grammaire comme discipline technique autonome à la fin du I^{er} siècle de notre ère» (BARATIN, 1989: 204).

² Em causa está, para Quintiliano, a prosa histórica e oratória, «because poetic license invalidates much of poetry's *auctoritas*» (TAYLOR, 1995a: 109-110).

si l'on suit les grands modèles. L'usage, toutefois, est le maître le plus sûr du parler et on doit traiter le langage comme une monnaie qui est marquée au coin de l'État (QUINTILIANO: I, VI, 1-3).

Na análise de cada um destes aspectos, cujo valor relativiza, Quintiliano revela considerável argúcia crítica («dans tous ces cas, il faut un jugement critique» [QUINTILIANO: I, VI, 3]). Assim, refere que o princípio da analogia é, por vezes, inconsistente e, em última instância, um produto do uso; observando que alguns gramáticos, em nome desse princípio, criam formas claramente duvidosas, conclui que “uma coisa é falar latim, outra é falar gramática”¹. A etimologia é útil nas definições e na identificação dos barbarismos; às palavras arcaicas andam associados encanto e dignidade, mas o seu uso deve ser regrado, uma vez que, apesar da autoridade textual que lhes está associada, nem todas as palavras são sancionadas². Também a aplicação do critério da autoridade sugere a Quintiliano (I, VI, 42) algumas observações igualmente críticas: «Même si nous pouvons nous croire garantis contre l'erreur en employant des mots, qui nous ont été transmis par les meilleurs auteurs, il importe beaucoup de peser ce qu'ils ont dit, et aussi ce qu'ils ont recommandé».

¹ «Mais souvenons-nous qu'on ne peut faire entrer partout en ligne de compte le raisonnement par analogie, puisqu'en de multiples cas, il s'insurge contre lui-même. (...) Ce n'est pas, en effet, au moment où les hommes ont été créés qu'Analogie a été envoyée du haut du ciel pour donner son moule au langage; elle ne fut trouvée qu'après qu'ils eurent commencé à parler et que l'on eut noté dans le langage les désinences respectives des mots. Ainsi donc, elle ne s'appuie pas sur un principe rationnel, mais sur des exemples; elle n'est pas une loi du langage, mais plutôt l'observance d'une pratique, de sorte qu'elle n'est issue de nulle part ailleurs que de l'usage. (...) Aussi a-t-on dit non sans esprit, me semble-t-il, qu'autre chose est de parler latin, autre chose de parler grammaticalement» (QUINTILIANO: I, VI, 12-27).

² «Il y a (...) place pour l'étymologie, quand il s'agit de définitions. Parfois aussi, cette science tente de distinguer les formes barbares des formes corrigées (...). L'étymologie implique d'autre part beaucoup d'érudition (...). Les mots archaïques n'ont pas seulement pour eux des garants importants: ils apportent au style une certaine majesté qui n'est pas sans charme: ils ont, en effet, l'autorité du temps, et, comme ils sont tombés en désuétude, ils procurent comme un attrait de nouveauté. Il faut user de mesure et veiller à ce qu'ils ne soient pas fréquents, ni voyants, car rien n'est plus déplaisant que l'affectation» (QUINTILIANO: I, VI, 29-40).

Finalmente, a consideração do uso levanta um conjunto de questões que ultrapassam a dimensão linguística e envolvem não só hábitos idiossincráticos, mas também hábitos socialmente avaliados como não “elevados” (TAYLOR, 1995a: 110). Quintiliano é, então, conduzido a estabelecer paralelismos com outros domínios da vida social, explicitando que a consideração do **uso** não equivale à observação da linguagem corrente; **uso** corresponde, antes, à prática consensual dos indivíduos educados:

Reste donc l’usage: il serait presque ridicule de préférer la langue parlée autrefois à la langue parlée aujourd’hui. Aussi bien, qu’est-ce vraiment que le *vetus sermo* (l’ancienne langue), sinon l’ancien usage de la langue? Mais, ici même le sens critique est nécessaire, et il faut, avant tout, établir ce que nous entendons précisément par «usage». Si nous appelons ainsi la pratique de la majorité, nous donnerons un conseil très dangereux pour le langage, mais aussi pour la vie, ce qui est plus grave. (...) dans le langage, si chez beaucoup de gens s’est enracinée une façon vicieuse de parler, ce sera pas une raison pour la prendre comme règle. Car, sans vouloir rappeler la manière dont les ignorants s’expriment communément, nous savons bien que, souvent, tous les spectateurs, au théâtre, et toute la masse, au cirque, ont lancé des exclamations barbares. Donc **pour le langage, j’appellerai «usage» l’accord des gens cultivés**, comme, pour la vie, celui des honnêtes gens (QUINTILIANO: I, VI, 43-45). (O destacado é nosso).

5.3.2.2.3. Donato: da correcção ao desvio

Com Donato (século IV), e pela integração, na análise, das “tournures” poéticas¹ que se assemelham a faltas contra a correcção, tal como estas são

¹ «On sait (...) que la principale activité du grammairien ancien était l’explication de textes dans un cadre scolaire. Sans doute la description systématique et l’explication de textes étaient-elles en principe deux domaines hétérogènes». Ao contrário de outros, não passíveis da apresentação sob a forma de regras gerais que era própria das *Artes*, alguns elementos «propres à l’explication de textes étaient en effet susceptibles d’être intégrés au cadre artigraphique» (BARATIN, 1989b: 209).

descritas no quadro da gramática sistemática, ultrapassa-se o âmbito estrito da correcção para entrar no quadro mais largo do desvio em geral. Nesta perspectiva, os erros não são, assim, mais do que uma parte do domínio envolvido; são os desvios negativos que, por si só, arrastam a apresentação complementar das formas também desviantes, mas valorativamente avaliadas:

La voie est alors ouverte à la description de catégories qui relevaient de l'*ornement* de la rhétorique, comme les figures, c'est-à-dire de catégories qui étaient à l'origine radicalement étrangères à la perspective de l'analyse grammaticale conçue comme analyse de la *correction* (BARATIN, 1989b: 211).

A teoria do erro fica, então, subordinada à intenção do locutor e a norma já não se define ao nível da língua, mas ao nível de todo um comportamento; os desvios não são, assim, avaliáveis fora do contexto (extralinguístico) em que ocorrem (CASEVITZ / CHARPIN, 1983: 62-63):

La question a été posée dans Pline le Jeune de savoir la différence entre figures de style et fautes. Si l'on utilise les figures pour orner, si l'on évite les fautes, mais si les mêmes exemples se retrouvent dans les ornements comme dans les fautes, il faut qu'il y ait une ligne de partage entre les deux. Donc tout ce que nous faisons volontairement pour innover, mais qui, cependant, s'appuie sur les exemples d'auteurs valables, s'appelle figure. Mais ce que nous employons involontairement est jugé comme une faute (SERVIUS, *apud* CASEVITZ / CHARPIN, 1983: 62).

Ce qui différencie le barbarisme et le métaplasme, c'est que le barbarisme se trouve dans la langue courante tandis que le métaplasme se trouve dans la poésie; c'est que le barbarisme est employé dans le présent, sans référence à l'autorité d'un ouvrage, tandis que le métaplasme repose sur l'autorité des anciens auteurs ou même anticipe sur ce qui sera l'usage; c'est que le métaplasme est créé, en toute connaissance de cause, par des personnes instruites, à la ressemblance d'une façon de parler ou d'un usage ancien, tandis que le barbarisme est commis par des ignorants, sans tenir compte de

l'autorité des anciens ou de l'usage (CONSENTIUS, *apud* CASEVITZ / CHARPIN, 1983: 62).

5.3.2.2.4. Prisciano

Prisciano, que viveu em Constantinopla no século VI, marca o culminar e o fim da linguística romana, de que coligiu e sistematizou os resultados (HOVDHAUGEN, 1995)¹. *Institutiones Grammaticae* (compilação massiva constituída por 18 livros escritos entre 526 e 527) representa o nível teórico mais alto que a análise gramatical atingiu na Antiguidade tardia. A obra circulou muitas vezes, na Idade Média, dividida em duas partes: por um lado, discussão detalhada dos temas convencionais (partes do discurso e assuntos preliminares - letra, sílaba, etc.) (*Priscian maior*); por outro, tratamento da sintaxe (*Priscian minor*).

Prisciano utiliza as fontes latinas tradicionais, recorrendo abundantemente às gramáticas de Donato sobre as partes do discurso; mostra também, no entanto, uma grande admiração pelos gramáticos gregos, nomeadamente por Apolónio Díscolo, que lhe serve de modelo. No seu prefácio, admite mesmo que apenas tentou traduzir para latim os ensinamentos daquele gramático e do seu filho, Herodiano. Embora a doutrina de Prisciano não difira, assim, grandemente da doutrina tradicional, o seu trabalho contém uma série de detalhes ausentes dos estudos anteriores e amplia a componente teórica que ganha, nalguns casos, implicações filosóficas (LUHTALA, 1995: 128)². Dada a

¹ «With P., the history of grammar in Antiquity comes to a close. His 'Gramm. Institutions' are both a sum and a terminal point. P.'s heritage is an integral part of the history of med. grammar (and even logic) - a highly influential heritage thanks to the immense edifice of definitions, gramm. categories and multiple classifications that he left behind» (BARATIN, 1996: 759).

² «[Cet] emprunt global s'accompagne d'une réflexion originale: ce qui n'était sans doute au départ que la formulation explicite de certaines théories restées implicites chez Apollonios se transforme finalement en pensée neuve» (BARATIN / DESBORDES, 1981: 62).

relação entre Apolónio e Prisciano e entre este e os seus sucessores medievais (muita da reflexão linguística na Idade Média baseou-se nos seus trabalhos), o que os gramáticos da Europa ocidental herdaram em termos de conceitos sintáticos foi, na verdade, completamente “apoloniano” (e alexandrino) (PERCIVAL, *On Priscian’s Sintactic Theory: the Medieval Perspective*, 1987, referido por ITKONEN, 1991: 218).

Não obstante as afinidades, para as quais o segundo chama, mesmo, a atenção, entre Apolónio e Prisciano registam-se também consideráveis diferenças de doutrina; a noção de erro é uma das áreas onde a apreciação dos dois autores não é coincidente. Assim, o procedimento do gramático alexandrino decorre do espírito de racionalização sistemática que preside ao desenvolvimento da descrição gramatical desde a sua origem: «Ce grammairien justifie en effet son entreprise de description de la *syntaxis* en partant du postulat que les relations entre les mots sont aussi systématiques que les relations entre des unités de rang inférieur, lettres ou syllabes. (...) La démarche d’Apollonios est ainsi déterminée par la constante recherche de la *raison* qui justifie les constructions examinées» (BARATIN, 1989a: 231-233). Do mesmo modo, também Prisciano, seguindo Apolónio e seguido pelos gramáticos bizantinos mais tardios, utiliza a analogia entre a ordem própria das letras (e dos sons) na estrutura da palavra e a ordem das palavras na estrutura do enunciado. No entanto, enquanto Apolónio se ocupou em estabelecer regras de funcionamento em função das quais os usos atestados são examinados e eventualmente corrigidos, Prisciano, superando a análise normativa habitual, orientou o seu trabalho pelo postulado de que a gramática é um sistema de justificação *a posteriori* e não um sistema de regras de uso estabelecidas *a priori*

(BARATIN / DESBORDES, 1981: 62). Como, no entanto, o uso produz uma diversidade infinita de formas linguísticas, essa posição teórica parece excluir a possibilidade de um sistema explicatório integral: «Although P.'s treatise was the first to give syntactic analysis a specific place in descriptive grammar (it is the culminating point in a combinatory progression going from minimal linguistic elements up to words as constituents of utterances), the treatise concludes by denying its rationalistic claim» (BARATIN, 1996: 759). Compreende-se, então, que Prisciano seja claramente 'data-oriented': mesmo na morfologia, procura exemplos atestados da literatura latina para as formas (sobretudo as raras) que apresenta nos seus paradigmas (HOVDHAUGEN, 1995). Convicto de que a gramática deve descrever a língua dos autores clássicos, a sua gramática latina não apresenta, no entanto, nenhuma citação de autores posteriores a meados do século II (MAURAS, 1983: 3).

Outro aspecto importante da teoria de Prisciano é o reconhecimento da especificidade da frase relativamente a estruturas de menor complexidade: ao produzir enunciados, o que se constrói é significado¹. Assim, há dois tipos de gramaticalidade: o primeiro é constituído pelo conjunto de constricções que os constituintes de uma frase impõem *a priori*; o segundo deriva do "sistema de significação". O facto de uma frase ser compreendida quer dizer que essa construção obedece às regras de algum sistema semântico. Desta forma, qualquer uso atestado, se inteligível, implica princípios de construção que funcionam, apesar de poderem constituir infracções do ponto de vista do

¹ A construção de um enunciado é determinada «par la signification de ses constituants, mais c'est elle-même qui révèle cette signification des constituants sur laquelle elle se fonde et qui la détermine. La construction est ainsi le véritable garant de la signification de ses constituants» (BARATIN / DESBORDES, 1981: 62-63).

primeiro tipo de gramática; nesta concepção, a inteligibilidade transcende a gramaticalidade (BARATIN, 1996: 758; BARATIN / DESBORDES, 1981: 64)¹.

Sobre as características “maiores” do trabalho de Prisciano, tomamos, para finalizar, a seguinte síntese de Baratin e Desbordes (1981: 64-65):

Le point de vue de Priscien n'est donc ni l'établissement d'une somme de règles parfaitement cohérentes constituées en une grammaire permettant de rendre compte de la totalité des constructions possibles, ni l'établissement d'un corpus limité permettant de décrire des règles de fonctionnement pertinentes au moins pour ce corpus. Bien plutôt que de trancher entre ces deux types de description, Priscien les adopte tour à tour. C'est qu'en fait le principe même de la variation exclut par définition l'établissement de règles pertinentes pour tous les énoncés possibles, cependant que la détermination d'un corpus limité irait à l'encontre de la conception de la langue comme système ouvert, conception qui est à la base du principe de la variation. Par conséquent, il faut (...) parler, si l'on peut formuler cette apparente contradiction, d'analyse *systematiquement empirique*.

¹ «Dès lors que la signification d'une forme n'est pas nécessairement déterminée par les marques qui en constituent la matérialité, il est possible d'envisager qu'il y ait même un hiatus radical entre les marques qui constituent une forme, et qui sont censées par là en définir la signification, et la signification effective de cette forme telle que la révèle sa construction. (...) Le principe de la variation permet de poser que si des constituants entretiennent dans un énoncé une relation contraire au type de relation attendu en vertu des marques qui composent ces constituants, c'est qu'en réalité la relation de ces constituants n'est pas fondée sur la signification indiquée par leurs marques formelles mais sur une autre, implicite en quelque sorte au niveau formel. Par conséquent, à partir du moment où une construction est intelligible, elle ne peut être incorrecte syntaxiquement puisque la construction révèle et assume les significations qui la déterminent, et par là les relations sémantiques qui la constituent, que ces significations soient celles qu'indique la forme des constituants ou qu'elles représentent des variations par rapport à ces formes» (BARATIN / DESBORDES, 1981: 63).

**PARTE II - UM OLHAR ORIENTADO(R)
SOBRE A HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA**

CAPÍTULO 6

A Idade Média

The term *grammatica* was used in the Middle Ages in different ways and one encounters at least three distinct uses of the term: (a) it was used to represent what we would today call *normative* grammar divided into the teaching of elementary Latin to beginners and the teaching of more advanced Latin; (b) *literary* grammar, what Pinborg (...) called *grammatica (im)positiva*; and (c) *grammatica speculativa*, the study of grammatical theory which the Schoolmen considered a science, and what we would today call linguistics (BURSILL-HALL, 1995: 130).

A Idade Média (período histórico normalmente delimitado, no seu início, pela queda do Império Romano do Ocidente e, na sua conclusão, pela queda de Constantinopla, em 1453) herdou da antiguidade greco-romana toda uma tradição gramatical e um quadro de especulação filosófica altamente elaborado¹; nos primeiros séculos, o legado de Roma funcionou mesmo como modelo para as diferentes instituições (Igreja, Lei, Educação) e a cultura romana serviu de referência à literatura, especialmente na poesia e na retórica. Assegurou-se também, no contexto dessa herança e durante todo o período medieval, um lugar privilegiado ao estudo da gramática².

¹ O fundo latino constitui um factor de unificação teórica sem paralelo na história das ciências da linguagem: explica por si só, primeiro, a homogeneidade conceptual (a identidade de metalinguagem) dessas disciplinas e, depois, uma certa equivalência entre as gramáticas dos diferentes vernaculares (AUROUX, 1992: 18).

² [This] statement can be said to apply to the period prior to the rise of the Medieval university just as well as to the golden period of scholasticism when the university replaced the monastery as the centre of learning *par excellence*; it also applied to northern and southern Europe equally» (BURSILL-HALL, 1975: 179).

No entanto, e independentemente desse facto, os estudiosos da história das ciências da linguagem são unânimes em distinguir, na Idade Média, dois períodos com características bem diversas, e onde cabem linhas de pensamento gramatical divergentes: enquanto uma, própria dos primeiros séculos, mas não se limitando a essa fronteira temporal, segue a tradição literária herdada do mundo clássico, a outra resulta de uma progressiva mudança de atitude e torna-se dominante no século XIII, pelo menos no que se refere às escolas do Norte da Europa¹. Assim, até ao século XI, a gramática, baseada (Bursill-Hall, por exemplo, fala em “adesão fiel”) no quadro fornecido por Prisciano e Donato (por seu turno sustentados pela base teórica criada por Aristóteles, Platão e os Estóicos, por um lado, e Dionísio de Trácia e Apolónio Díscolo, por outro), foi vista e ensinada como chave para a interpretação textual, funcionando como propedêutica para a cultura literária; posteriormente, e num novo contexto epistemológico, a gramática deixa de se justificar pela sua relação com a literatura e apoia-se nos sistemas da lógica e nas teorias metafísicas da realidade (BURSILL-HALL, 1975: 200-202).

Embora pouco se conheça dos desenvolvimentos medievais da gramática até ao século VII e ao aparecimento de *Etymologiae* (ou *Origines*) de Isidoro de Sevilha (ca. 560-636)², é possível fazer remontar a Santo

¹ Com efeito, «in Italy, though the new terminology was known, the teaching of grammar remained essentially practical. The manuscript tradition in Spain and Southern Europe certainly suggests that their schools did not experience such a drastic change in direction» (BURSILL-HALL, 1974: 89, n. 2).

² Uma das razões para a escassez de produção que assim se depreende pode ter sido o facto de as gramáticas latinas tardias satisfazerem largamente as necessidades do ensino de língua em áreas onde o contacto com o latim foi mais directo e de uma longa tradição. Uma necessidade mais imediata de rearranjo no material de ensino foi, no entanto, sentida pela população recentemente convertida do Norte da Europa, que teve de aprender latim como língua estrangeira. Os desenvolvimentos no estudo da gramática durante os primeiros séculos medievais são, então, primariamente associados às Ilhas Britânicas. Um dos primeiros trabalhos a ganhar popularidade na Alta Idade Média foi o de Isidoro de Sevilha; aí são tratadas as artes liberais juntamente com uma variedade de outros assuntos (geografia,

Agostinho (354-430) a primeira tentativa de codificação gramatical (*Ars pro fratribus mediocritate breviata*) da Idade Média. Tendo como objecto o latim, esta obra segue de perto os tratados de Donato e funcionará, nos séculos seguintes, implícita ou explicitamente, como texto de referência. Depois de Santo Agostinho, outros (além do já referido Isidoro de Sevilha, Cassiodorus [ca. 485-ca. 580] e Beda [ca. 673-735] são dois dos autores normalmente mencionados¹) elaboram sinopses gramaticais destinadas ao ensino. Numa linha de continuidade com a produção anterior, a gramática é definida, nesses textos, como **arte de bem falar** e, sobretudo, como **arte de redigir o texto literário**. Os autores reconhecem, em geral, um grande número de divisões do discurso gramatical como, por exemplo, os vícios, os barbarismos, os solecismos, etc. e, assim, a gramática não diz respeito apenas às categorias gramaticais e às unidades linguísticas (incluindo os elementos suprasegmentais), mas inclui igualmente considerações “sociolinguísticas” e literárias (SWIGGERS, 1992: 78).

Uma época de intensa actividade cultural nesse primeiro período da Idade Média é a que corresponde ao chamado Renascimento Carolíngio². Também então, e mais do que nunca, a gramática se ocupa da escrita e de uma língua cujas coordenadas se encontram no passado: salvo raríssima excepção, e apesar de a língua de referência ser, agora, apesar de tudo,

lei, medicina, história natural, etc.), ao mesmo tempo que se procede a uma breve apresentação da doutrina gramatical tradicional (LUHTALA, 1995: 123-124).

¹ As obras em referência são, para o primeiro autor, *De orthographia* e *De oratione et octo partibus orationis* e, para o segundo, *De orthographia*, *De arte metrica* e *De schematibus et tropis* (SWIGGERS, 1992: 78).

² Essa é a designação dada a um período e a uma forma de expressão desenvolvida no Império Franco entre meados do século VII e finais do século IX; no domínio da Arte, esse movimento caracteriza-se pela adopção consciente de elementos da Antiguidade clássica com contribuições da arte bizantina, germânica e céltica (*Carolíngia*). O Renascimento Carolíngio é, muitas vezes, apontado como um período ou fenómeno que divide em dois momentos (o que o precede e o que se lhe segue) os primeiros séculos da Idade Média.

muito mais compósita do que na Antiguidade¹, os autores contemporâneos são excluídos da análise como o é, também, a gramática das línguas maternas e, muito largamente, a língua falada²; os “romances”, que emergiram a partir do início do século VIII, não eram, para os gramáticos de então, mais do que latim degenerado. Assim, a disciplina recriada pelos carolíngios está mais ao serviço da literatura do que da reflexão linguística e a noção de autoridade torna-se cada vez mais pesada. Não tendo, até então, sido descobertos ou integrados os elementos que lhe permitiriam, no período seguinte, renovar-se profundamente (por um lado graças à sintaxe, depois graças à nova lógica), a gramática não é, nesse momento, mais do que a primeira das sete artes liberais que formavam a base do *curriculum* medieval (HOLTZ, 1992: 102-103)³.

Deste modo, a actividade linguístico-gramatical desenvolvida até ao século XI dificilmente poderá ser avaliada em termos de “progressão”, face ao modelo greco-latino que globalmente reproduz: a preocupação fundamental da Alta Idade Média era, efectivamente, a preservação da tradição greco-latina e o desenvolvimento da literacia em latim, pelo que as

¹ «[Depuis] l’Antiquité tardive, dont les traités citaient exclusivement les poètes classiques ou du haut-Empire, le champ de référence s’est élargi à la Vulgate, aux Pères de l’Eglise, aux poètes chrétiens» (HOLTZ, 1992: 102).

² É preciso ter presente que uma das consequências das reformas educativas desenvolvidas nesse período (e particularmente sob o impulso de Carlos Magno) foi o ressurgimento do latim, depurado de barbarismos, e que iria servir de língua oficial a religiosos e intelectuais, durante toda a Idade Média. Na opinião de R. Wright (1989), que avança mesmo com a tese de que o latim, tal como o conhecemos nos últimos 1000 anos, é uma “invenção” do Renascimento Carolíngio, esse facto foi, no entanto, determinante para a distinção entre aquela língua clássica e o idioma romance: «Solamente cuando empieza a usarse deliberadamente una norma de pronunciación “latina” arcaizante en una comunidad romance, empieza a prepararse el terreno para una distinción conceptual completa entre dos lenguas separadas, en lugar de la colección preexistente de varios estilos que se da normalmente en una lengua» (WRIGHT, 1989: 12).

³ As sete artes liberais constituíam áreas do saber e de ensino designadas, na Idade Média, por *Trivium* e *Quadrivium*. O primeiro integrava a Gramática, a Lógica e a Retórica e lidava com a expressão humana do conhecimento; no *Quadrivium* incluíam-se a Aritmética, a Geometria, a Astronomia e a Música. Na Alta Idade Média, só a Gramática e a Retórica sobreviveram, funcionando como “chave” para a preservação do legado clássico.

motivações dos gramáticos dos primeiros séculos eram, antes de mais, pedagógicas; Donato constituía a principal autoridade gramatical (BURSILL-HALL, 1995: 130). A gramática era, assim, normativa e literária ([im]positiva).

Compreende-se, então, que o período que medeia entre os séculos XI e XIV seja aquele que revela mais motivos de interesse para o historiador da Linguística: em traços gerais, destacam essa época a renovação da Dialéctica, a descoberta do *corpus* completo do trabalho lógico de Aristóteles¹ (acontecimento decisivo para a configuração cultural subsequente), a fundação das universidades, o interesse pela questão dos universais, a controvérsia entre realistas e nominalistas. No que se refere à gramática, essa época revela características que levam a defini-la como um dos períodos “dourados” da história da disciplina,

a period when the study of language increased considerably, as a result not only of the general increase in learning and literacy, but of the incorporation of the Aristotelian Organon into the university syllabus, especially in the northern schools. As the first subject of the Seven Liberal Arts, grammar enjoyed a privileged position and developed along with logic into the creation for the first time of a linguistic theory which sought to explain the formation and meaning of words and the structure and meaning of sentences. The Schoolmen saw this as necessary if they were to have on hand an instrument sufficiently well honed to enable them to talk about their world, their universe, and God with any degree of success (BURSILL-HALL, 1995: 130).

¹ Até 1150, apenas uma pequena parte dessa obra era conhecida e só na segunda metade do século XII o resto de *Organon* é verdadeiramente utilizado. Assim, os historiadores da Lógica definem três etapas para dar conta da evolução dessa disciplina no período medieval: *logica vetus* (correspondendo ao período em que Aristóteles era conhecido, de forma incompleta, pelas traduções de Boécio); *logica noua* (correspondendo ao período em que todo o *corpus* aristotélico é assimilado e incorporado no sistema intelectual); *logica moderna*. Esta corresponde ao período em que, como resultado do total domínio do trabalho lógico dos gregos, os estudiosos ocidentais começam a desenvolver a sua própria lógica, centrada no tema das “propriedades dos termos” e, por isso, transformada na disciplina das questões de significação e referência (BURSILL-HALL, 1975: 199; DE LIBERA / ROSIER, 1992: 118).

A primeira indicação de uma mudança de atitude para com a gramática encontramos-la no período de Pedro Abelardo (1079-1142), quando a dialéctica começa a infiltrar aquela área de estudo, em grande medida organizada sob a forma de comentários a Prisciano¹. Na reconstituição possível desta importante mudança de direcção no estudo da linguagem, William of Conches surge como outra figura incontornável, na medida em que os seus comentários críticos a Prisciano são um sintoma da procura de uma maior adequação teórica²; do mesmo modo, o seu aluno Pedro Helias (século XII) contribuiu decisivamente para a constituição da gramática como uma área autónoma do saber: a sua definição sistemática das teorias gramaticais da época e o seu encorajamento à especulação, numa nova direcção, sobre a natureza da linguagem e da gramática permitiu a esta, abandonada a função tradicional de meio de acesso ao texto literário e estabelecida uma íntima associação com a Lógica e a Dialéctica, desenvolver-se de forma própria sem ser absorvida por estas disciplinas (BURSILL-HALL, 1975: 187 e 204-205)³.

¹ O contributo específico de Pedro Abelardo para o desenvolvimento do pensamento lógico reside na teorização sistemática dos múltiplos aspectos da significação (DE LIBERA / ROSIER, 1992: 117).

² «William's Priscian commentary has not yet been edited, but it can be said that his importance rests on (...) his criticism of the adequacy of Priscian's criteria and his invention of the *causae inventionis* 'theoretical bases'» (BURSILL-HALL, 1995: 130-131).

³ «It is not that grammar disappeared or rather was absorbed into logic, which many commentators of the medieval scene have suggested (...), but that grammar changed, which is fully in keeping with the idea of a scientific revolution in grammar, and this is fully confirmed by the nature of the textbooks that we have from the 12th and 13th centuries, viz. the commentaries by William of Conches, Peter Helias, and Robert Kilwardby on Priscian, and the speculative grammars of the *Modistae*» (BURSILL-HALL, 1975: 180). A cooperação entre Lógica e Gramática foi, antes de mais, frutífera para ambas as disciplinas, na medida em que produziu não só a lógica terminística, mas também a gramática especulativa dos fins do século XIII e princípios do século XIV. Além disso, «grammatical theory made important contributions to the theory of properties of terms and to the theories of signification and supposition which must be regarded among the more significant contributions of Medieval scholars to language theory» (BURSILL-HALL, 1975: 187). Assim, se a Idade Média reflectiu muito sobre a linguagem em função da Lógica, também esta regista um desenvolvimento notável. Tenha-se em consideração que a escolástica (pensamento filosófico e teológico cultivado e desenvolvido nas escolas medievais do Ocidente latino desde o século VI ao século XIV e que privilegiou o debate sobre as relações entre Filosofia e

A gramática deixa, assim, de estar ao serviço da literatura para, pelo maior ênfase nos aspectos lógicos da linguagem, se aproximar da lógica e da metafísica. Torna-se, por isso, altamente especulativa e teórica e distingue-se, claramente, da gramática pedagógica. Ao lado da instrução de tipo normativo baseada em Donato e Prisciano, passa a existir uma instrução de tipo especulativo em cujo âmbito se considera a gramática, juntamente com a lógica e a retórica, uma parte da ciência da palavra (BURSILL-HALL, 1975: 188-189). É neste período que, dando-se sequência à íntima associação entre lógica e gramática que culminou nas gramáticas especulativas dos Modistas, a teoria gramatical se expande para a sintaxe¹; produzem-se, então, os primeiros tratados nesse domínio e aí se oferecem os contributos mais importantes da teoria gramatical medieval (BURSILL-HALL, 1975: 205). Por outro lado, a introdução, pelo contacto com o pensamento de Aristóteles, da noção de ciência² e do entendimento de que esta, para ser reconhecida como tal, deve ser universal (isto é, deve ser a mesma para todos os homens³), descritível sob a forma de regras universais, e apresentar como objectivo a explicação (e não a mera descrição) dos dados tem consequências, no entendimento da gramática, que levam Bursill-Hall (1975: 183 e 205-206) a afirmar que se desenvolve então um trabalho altamente sofisticado e surpreendentemente moderno nos seus interesses; destrói-se assim o mito de que a gramática especulativa ou universal tem as suas origens nos séculos XVII

Teologia, ou seja, entre a razão e a fé) se ocupa essencialmente das relações entre a linguagem e o pensamento (MOUNIN, 1967: 113).

¹ O mais importante tratado sobre sintaxe é o de Radulphus Brito: «It is probably the most extensive discussion not only of Priscian's syntax but of syntactic problems and difficulties which had not previously yielded to analysis» (BURSILL-HALL, 1995: 134).

² Esse é um dos resultados mais importantes da incorporação do *corpus* aristotélico no ensino medieval.

³ A ideia aristotélica é a de que não pode haver ciência sobre matérias “em fluxo”; a imutabilidade é a condição do objecto. Boécio trata como condicional e não absoluto esse princípio, assegurado, por exemplo, pelas relações sistemáticas de causa / efeito (ITKONEN, 1991: 227).

ou XVIII. Em termos metodológicos, está em causa a oposição entre dois modos de abordar o objecto: apesar de ambos se poderem aplicar no estudo do mesmo universo, distinguem-se o modo demonstrativo, que é próprio da “verdadeira” ciência, entendida como área do saber que explica o objecto revelando as suas causas, e o modo narrativo, considerado inferior e que consiste na mera descrição daquele: «At its best, grammar is a demonstrative science, namely when the correct syntactic constructions are explained as resulting from the way members of the different word-classes fit together. Briefly put, the modes of signifying are the ‘causes’ of correctness» (ITKONEN, 1991: 227-228) (o destacado é nosso).

Além da diferenciação entre ciência demonstrativa e ciência narrativa, outra questão epistemológica que se desenvolvia em torno da definição de gramática envolvia a distinção entre ciência teórica (*scientia speculativa*) e ciência prática. Para Pseudo-Albertus Magnus, a gramática é uma ciência do primeiro tipo, simplesmente porque o seu objectivo é o conhecimento. Apesar de uma concepção instrumental da linguagem (a exibida por exemplo, por S. Tomás de Aquino) poder pôr em causa esta perspectiva (se as frases são construídas pelos homens, a gramática é uma ciência prática), Magnus objecta que a vontade humana que comanda aquela acção não é, de qualquer forma, objecto da gramática, cuja finalidade é, antes, investigar e explicar a correcção das frases (ITKONEN, 1991: 228-229).

Embora não se possa dizer que a gramática literária morreu com o século XII¹, a influência da Dialéctica e a aproximação à Lógica e à Filosofia

¹ Na verdade, a tradição manuscrita contém um grande número de documentos (gramáticas pedagógicas) dirigidos para a instrução prática em latim. Aliás, é de notar que esta gramática positiva formou a base para muita instrução de língua subsequente (BURSILL-HALL, 1975: 219).

tornam a gramática muito mais “theory oriented” do que “data oriented”¹. Os gramáticos especulativos não estavam, então, interessados (pelo menos directamente) nos problemas de literacia nem tinham como intenção postular as regras da sintaxe do latim; o seu objectivo era, antes, dar conta das condições para um *sermo congruus et perfectus* (BURSILL-HALL, 1974: 78-86; BURSILL-HALL, 1995: 136). Por outro lado, ao romper com o vínculo à literatura e ao aproximar-se da lógica, este estudo “enquanto teoria gramatical” (*grammatica speculativa*), próprio dos séculos XIII e XIV, implica alterações substanciais no tipo de ilustração usado, com a redução progressiva do recurso aos textos clássicos².

Na segunda metade do século XIII, a concepção da gramática como ciência universal e demonstrativa é já, então, um elemento de doutrina claramente dominante (DE LIBERA / ROSIER, 1992: 119) e o progresso que assim se manifesta apresenta claros paralelismos com a evolução que também a Lógica registou no mesmo período:

During the period of the *logica vetus*, grammar like logic was not remarkable for any novelties; in the period of the *logica nova*, grammar was in danger of being swamped by logic but this was a time when there was a real revival in the teaching of both disciplines. This was followed by a period when logic was investigating new problems, especially the properties of terms (*proprietas terminorum*), while grammar was

¹ Embora este problema nunca tenha sido clara e especificamente articulado na Idade Média, trata-se de uma questão fundamental para a definição da Linguística (BURSILL-HALL, 1975: 214).

² «Prior to the thirteenth century, grammarians took their illustrations from classical literature and Ralph of Beauvais (fl. 1175) was the last medieval grammarian to use examples from Latin literature for illustration. It is interesting to note that Peter Helias (twelfth century) quotes inter alia from Cicero, Horace, Juvenal, Ovid, Livy, Terence, and Vergil; Ralph of Beauvais from Horace, Juvenal, Ovid, Terence, and Vergil; and Robert Kilwardby (in his commentary on Donatus) from Cicero, Horace, Lucretious, Terence, Varro, and extensively from Vergil, whereas of the Modistae, Boethius of Dacia, John of Dacia, Radulphus Brito, Thomas of Erfurt have nothing, Martin of Dacia has one example from Ovid, and their illustrations are to say the least soulless and uninspiring. ‘Robins (...) has described these examples as formulaic without regard to actual utterance or to situational plausibility’» (BURSILL-HALL, 1995: 136).

establishing its autonomy and refining its own technical terms (BURSILL-HALL, 1975: 199).

Robert Kilwardby (1215-1279) é provavelmente o primeiro a insistir na natureza universal da gramática, isto é, na ideia da existência de uma “estrutura profunda” substancialmente idêntica que contrastaria com a relativa irrelevância das divergências que singularizam as “estruturas de superfície” das línguas; neste pressuposto, que só por si justificava a sua consideração como ciência, a gramática deve ser a mesma para todas as línguas e as regras próprias de cada uma só acidentalmente serão objecto desse estudo (BURSILL-HALL, 1974: 81; BURSILL-HALL, 1975: 201). A Roger Bacon (1214-1294) cabe o desenvolvimento dessa ideia; convencido, no entanto, da importância da aprendizagem das línguas (e não apenas da língua), este autor observou que no estudo da linguagem se colocam dois tipos de questões: umas dizem respeito à língua em observação; as outras são comuns a todos os idiomas e só elas, dada a sua generalidade, podem ser objecto de estudo científico (BURSILL-HALL, 1975: 201). Uma vez que, nesta linha de pensamento, o seu objecto se apresenta como universal e as suas conclusões são dedutíveis de princípios, a gramática legitima-se como ciência. Se considerarmos que Pedro Helias ainda a encara como a «*scientia gnara recte scibendi et recte loquendi*», tem-se uma ideia do progresso ocorrido na teoria gramatical nos cem anos que separam aqueles autores deste outro (BURSILL-HALL, 1995: 131; BURSILL-HALL, 1975: 197). A ascensão da gramática especulativa concebida para explicar as regras da gramática com base nas categorias aristotélicas do pensamento foi então, afirma-o Greene (1974: 494), o único desenvolvimento (entenda-se ‘contributo verdadeiramente inovador’) a registar na Idade Média no domínio das ciências da linguagem.

Acresce que, ao acreditar-se que a universalidade do real, tal como é concebido e percebido pela razão humana, também ela una, pode ser

expressa por uma língua universal, o latim ganha um estatuto de destaque; o seu estudo tornou-se, por esse facto, o verdadeiro objecto da ciência gramatical (BURSILL-HALL, 1975: 201)¹.

Os desenvolvimentos referidos culminam na teoria dos Modistas², que representa o apogeu da teoria gramatical medieval; no contexto da história do pensamento linguístico na Europa Ocidental, deparamo-nos, nesse momento, com a primeira tentativa bem sucedida de construção de uma teoria unificada da linguagem e de um quadro de análise capaz de integrar linguagem, mente e realidade (BURSILL-HALL, 1975: 181 e ITKONEN, 1991: 236):

¹ Essa é uma das razões apontadas por Bursill-Hall (1995: 135) para o insucesso dos Modistas, que não perceberam que conceder ao latim um estatuto privilegiado não altera o facto de uma língua natural ser totalmente inadequada como modelo para a gramática universal. Note-se que já Roger Bacon defendera um estudo mais amplo de outras línguas.

² O conceito teórico central destes gramáticos era *modus*, termo de que faziam um uso técnico (os termos *modus significandi* e *consignificare* tinham sido introduzidos por Boécio, mas não com o valor que assumem entre os Modistas). Em causa estavam os fundamentos ontológicos (*modus essendi*) e psicológicos (*modus intelligendi*) da linguagem e a sua forma de expressão (*modus significandi*). Concebia-se, então, que «the modus intelligendi passively receives impressions from the modus essendi, and passes them on to the modus significandi; thus language is an expression of thought; the intellect is a transitional phase (...). Language is regarded as words, intellect as thoughts, and reality as things; a concrete thing is thought of in a subsistent image which results in a substantive noun» (VERBURG, 1974: 198). A outra “ferramenta” do gramático modista é o conceito de **classe de palavras**, uma expressão gramatical que deve ser considerada como o correlativo das “coisas”. No âmbito deste quadro teórico, o gramático medieval sustém que qualquer entidade que a inteligência pode perceber pode também ser referida pela linguagem. Assim, «[a] thing may have many properties; a *pars orationis* may therefore have many modes of signifying, each of which will be used to signify some aspect or property of the thing. Its essential mode will describe its essence, and the accidental modes the external variations that may occur to its essence; these external variations allow the *pars orationis* to function at a higher level, i.e., syntactic level. The grammarian’s concern is with these various modes of signifying and thus he is tied into the medieval philosopher’s view of reality» (BURSILL-HALL, 1995: 132-133). Compreende-se, assim, que o trabalho dos Modistas, ponto mais alto da teoria gramatical medieval, não possa ser apreciado sem um exame detalhado da sua metafísica: «none of the grammarians of the Middle Ages were “pure” grammarians in the sense that they were concerned only with the formulation of a theory of language; they were also logicians and in some cases primarily so» (BURSILL-HALL, 1974: 80). A *Grammatica Speculativa*, de Tomás de Erfurt (m.ca.1310), é, em muitos aspectos, a mais completa do género e, ao mesmo tempo, representa o paradigma da teoria modista. Desta, Verburg (1974: 198) faz a seguinte análise crítica: «the human agent is not taken into account. We find a static, non-dynamic theory, coming from a crypto-hearer’s standpoint. The three modi are equated to such a degree that language, at least categorically, appears as a static reflection of an ontology which in turn is a rigid, immutable concept of the world».

The Modistae must be thought of as the second generation of speculative grammarians who systematised and codified the work of grammarians from Peter Helias onwards. They believed that the basis of grammar lay outside language itself and was dependent upon the structure of reality, and, as a result, grammatical rules are independent of any natural language which might be used to express them. There was one grammatical system universally valid for all languages and it was the task of the philosopher of language to discover them. They retained the grammatical system of Priscian but restated the categories and definitions in terms suitable to the new spirit; (...) their purpose was to state the functional nature of the formal categories which Priscian had described but stated the criteria in terms of the correlates of reality to which they correspond (BURSILL-HALL, 1975: 211).

A noção de gramática universal em causa baseava-se no pressuposto do isomorfismo linguagem / mente / realidade e na convicção de que qualquer língua contém o mesmo conjunto de princípios. Constatado, no entanto, que esse tipo de relação entre a mente (totalmente lógica) e a linguagem pode ser rompido, criam-se as condições para a crítica à linguagem de todos os dias; esta crítica da linguagem natural, desenvolvida na linguística lógica da Idade Média, era uma posição já característica do estoicismo e tornar-se-á uma verdadeira moda no século XVII (ITKONEN, 1991: 232).

Por regra, uma gramática modista é constituída por três partes ou “técnicas”: *Proemium* (metalinguagem), *Etymologia* (teoria das classes de palavras), e *Diasynthetica* (sintaxe). Na primeira, define-se o vocabulário técnico e os processos analíticos (no caso de Tomás de Erfurt, essa secção serve para discutir o *modus significandi*, ponto de partida da gramática para ele e outros Modistas); na segunda, e recorrendo à terminologia e aos procedimentos já delineados na obra, definem-se as classes de palavras e descrevem-se os seus “acidentes”; a terceira etapa da descrição modista (organizada em três fases: construção [*constructio*], congruência [*congruitas*] e acabamento completo ou perfeição [*perfectio*]) é aquela em que estes

gramáticos se revelam mais originais (BURSILL-HALL, 1975: 212; BURSILL-HALL, 1995: 133-134).

Na sequência de um dos debates que a Idade Média valoriza, e que, no século XIV, assume a forma de verdadeira controvérsia, o criticismo contra os Modistas e a gramática especulativa, de base fundamentalmente realista¹, foi de inspiração nominalista²; a natureza dessa contestação foi, no entanto, mais filosófica do que linguística, incidindo não tanto sobre os factos da gramática, como sobre a sua epistemologia. Na verdade, trata-se de conflitos filosóficos entre lógicos e, assim, estes debates não afectam em profundidade o aparelho técnico e formal posto em acção desde a segunda metade do século

¹ «Grammatica Speculativa means a grammar which is as reliable as a record of factual things and real facts» (VERBURG, 1974: 198).

² Enquanto termo filosófico, na disputa dos universais, o **nominalismo** representa a posição que nega a existência dos conceitos fora da mente, defendendo que estes são meros nomes ou signos que se aplicam aos indivíduos particulares. No mundo antigo, é na lógica dos Estóicos «que o nominalismo encontra a sua forma mais acabada: o geral é simplesmente da ordem do pensamento e as representações genéricas não são verdadeiras nem falsas (...), uma vez que aquilo que exprime a significação da palavra (...) é um incorpóreo - distinto tanto da imagem como dos sons corpóreos - e só o corpóreo individual existe na realidade» (BARATA-MOURA, 1973: 207). O nominalismo medieval começa por surgir no século XI de uma das respostas possíveis ao problema dos universais, mas só no século XIV o movimento ganha propriamente consciência de si. Enquanto, segundo a tese realista, os universais são coisas (*res*), na tese nominalista são apenas palavras (*voces*), não passando os conceitos universais de simples ficção para a denominação e classificação das coisas, sempre singulares. **Realismo** é, então, um termo utilizado pela primeira vez na escolástica medieval para designar a opinião daqueles que sustentam, contra o nominalismo e o conceptualismo, o valor ontológico dos conceitos universais (géneros e espécies). A esta questão está associada a da convencionalidade ou motivação do signo: enquanto os realistas (inspirados em Platão e Santo Agostinho) defendiam que as palavras são manifestações concretas das ideias, pelo que há uma relação intrínseca entre a ideia e a palavra, os nominalistas (inspirados em Aristóteles e S. Tomás) sustentavam que os nomes só o são por convenção (*Nominalismo*; BARATA-MOURA, 1973; FREITAS, 1973). Roscelino de Compiègne (século XI), Pedro Abelardo (século XIII) e Guilherme de Occam (século XIV) são os principais representantes do nominalismo medieval. Johanes Aurifaber foi um dos mais importantes e radicais membros dessa escola. O essencial do seu argumento era que «since the meaning of a word is nothing more than the use which the intellect makes of it, the modes of signifying are unnecessary, and furthermore they are ontologically impossible since they are merely relations set up by the intellect and hence have no reality. The result, as far as grammatical theory is concerned, was revolutionary because grammatical science in these terms lost its philosophical relevance» (BURSILL-HALL, 1975: 213).

XII (ITKONEN, 1991: 250; BURSILL-HALL, 1974: 82; DE LIBERA / ROSIER, 1992: 122; MOUNIN, 1967: 113):

Although nominalism is critical of language, realists and nominalists agree (...) that language is expression of thoughts. The difference is, that in realist theory the intellect expresses language under the impression of reality, whereas in nominalist theory the intellect is spontaneously initiating and freely deciding whether to express its thoughts lingually or not. (...) Anthropologically, the nominalist theory is therefore as unsatisfactory as the realist theory. Both theories neglect the human factor. (...) Both theories regard the world as a set of entities, and only disagree on the reality of universals (VERBURG, 1974: 199).

Os nominalistas, mais interessados nos problemas epistemológicos do que nas questões propriamente linguísticas, representam a última fase da gramática medieval, que os humanistas do Renascimento superarão (BURSILL-HALL, 1975: 181).

Antes do século IX, a reflexão linguística europeia referia-se essencialmente às duas línguas clássicas, o grego e o latim, com destaque para esta última¹: assim, antes dessa época, só há, para além disso, informação sobre as línguas célticas e germânicas e o primeiro texto gramatical que trata de uma língua vernácula (*Auraicept na nÉces*, “O manual elementar dos poetas”, do século VII) tem, precisamente, como objecto o irlandês (AHLQVIST, 1992: 107-108). Aliás, a escassez, no mundo ocidental, do trabalho que Auroux chama de “gramatização”² foi uma constante do período

¹ A apreciação deste facto deve, no entanto, considerar que, por um lado, a separação consciente dos vernaculares românicos relativamente ao latim, nalguns casos, só teve lugar mais tarde e que, por outro lado, a falta de fontes limita ou impede o conhecimento exacto da situação vivida na época (AHLQVIST, 1992: 107).

² Como já adiantámos na *Introdução*, ao longo do presente trabalho recorreremos a este termo para evitar ambiguidades pela sobreposição com o valor normalmente atribuído à expressão **gramaticalização**; aparentemente cunhada por Meillet, esta última é uma designação que se utiliza no âmbito da teoria da mudança linguística: «where a lexical unit or structure assumes a grammatical function, or where a grammatical unit assumes a more grammatical function, we are dealing with grammaticalization, a process that can be found

tardo-antigo até ao fim da Idade Média, no que se refere aos vernaculares. Os esforços de gramatização desenvolveram-se, então, nas margens ocidentais do antigo Império Romano, em regiões onde o latim nunca foi língua comum (os idiomas alvo desse trabalho foram o irlandês e o islandês, entre os séculos VII e XII, e o gaulês, no século XIII), e no Sul, incidindo sobre uma língua de forte cultura literária, o provençal, no século XIII (AUROUX, 1992: 12-13).

Apesar de a Idade Média ter revelado consciência da diversidade dialectal e linguística (R. Bacon elabora um quadro dos dialectos da “*langue d’oïl*” e as primeiras hipóteses sobre as relações genéticas das línguas europeias são formuladas cerca de 1200¹), o estatuto com que o latim conviveu com os vernaculares durante esse período explica o desinteresse global dos estudiosos pelas formas idiomáticas autóctones:

Durant tout le Moyen Age va subsister un équilibre entre un latin de plus en plus abstrait, objet d’une grammaire théorique (...), langue conceptuellement sophistiquée du savoir lettré, du pouvoir et de la religion, et, des vernaculaires que l’on apprend dans la pratique de la vie. Il n’y a pas opposition, mais circulation entre les deux. La prégnance du latin n’est pas limitée en un point de la trame sociale (...), chaque communauté est soudée autour d’interprètes autorisés qui assurent la transition entre les textes latins et les vernaculaires (...). Il est évident, par ailleurs, que c’est la place de l’Eglise dans la société qui assure l’ancrage du latin. Ce dernier sera en péril dès que prendront de l’importance des activités sociales, qui, tout en réclamant écriture et techniques intellectuelles, formeront une sphère étrangère à l’Eglise (le commerce) ou lorsque la Réforme en proclamant la nécessité pour tous de l’accès direct aux textes sacrés (...) minimisera le rôle des intermédiaires lettrés (AUROUX, 1992: 21).

in all languages known to us and may involve any kind of grammatical functions» (HEINE *et al.*, 1991: 2).

¹ Na apresentação destas informações, Auroux (1992: 21) remete para Wolff (*Les origines linguistiques de l’Europe occidentale*, 1970) e Bonfante (*Ideas on the kindship of the European Languages from 1200 to 1800*, 1954).

Pode, desta forma, considerar-se que, durante toda a Idade Média, “gramática” é sinónimo de latim clássico, enquanto as outras línguas são apenas “vulgares”, idiomas “mais fracos”, segundo a expressão muitas vezes usada. Representa uma exceção a esta tendência o interesse que Dante (1265-1321) demonstra pelos dialectos italianos no seu tratado em defesa da língua vernácula, mas escrito em latim e inacabado, *De vulgari eloquentia*. A situação alterar-se-á, como é sabido, com o Renascimento, desencadeando-se a partir de então o processo de ascensão e gramatização dos vernaculares.

**PARTE II - UM OLHAR ORIENTADO(R)
SOBRE A HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA**

CAPÍTULO 7

**O encaminhamento para a
Modernidade**

Tout comme les routes, les chemins de fer et les terrains d'aviation ont modifié nos paysages et nos modes de transport, la grammatisation a profondément modifié l'écologie de la communication et l'état du patrimoine linguistique de l'humanité (AUROUX, 1992: 32).

7.1. Uso e razão: parâmetros orientadores da análise linguística no Renascimento

Na história da cultura ocidental, o Renascimento¹ constitui um período que toma a Antiguidade greco-romana como fonte de inspiração e que regista um extenso e irreversível alargamento de perspectivas; no âmbito dos estudos da linguagem, essa expansão de horizontes traduz-se quer no número e natureza das línguas observadas, quer no tipo de quadro teórico utilizado. Esse alargamento do campo de investigação linguística, que se processa, antes de mais, em proveito do latim na sua fase de restauração humanista e, depois, com a chegada dos imigrantes de Bizâncio, em benefício do grego, acaba por, através de uma série de transferências e pela imitação,

¹ Tomamos **Renascimento** com o sentido de 'movimento intelectual que se estendeu por vários séculos e que pretendeu assimilar o conjunto da herança antiga da Europa'; iniciado no século XIII / XIV em Itália, vigorava no século XVI em toda a Europa ocidental. O **Humanismo** é a sua faceta literária (PERCIVAL, 1995: 147). Prescindimos, portanto, da precisão de Verburg (1974: 201), que restringe o Renascimento ao período que medeia entre Leonardo da Vinci (1452-1519) e Francis Bacon (1561-1626); a esse lapso temporal associa um aspecto político e científico que o Humanismo («a functional revival, a lingual movement») não apresenta.

afectar igualmente o estudo dos vernaculares (PERCIVAL, 1995: 147; GIARD, 1992: 216):

L'Europe de la Renaissance est bruisante de discours sur la langue et les langues^[1]. A leur propos, son désir de savoir paraît sans limites, elle s'instruit des langues sacrées (latin, grec, hébreu) qui ont façonné son passé, dont elle a hérité ses textes de référence; elle étudie les vernaculaires qui rythment la vie commune, elle s'enquiert des mystérieux idiomes d'au-delà des mers dont les récits de voyage lui apportent les échos venus d'Amérique, d'Afrique et d'Asie. Coloré diversement selon les pays, cet intérêt général y engendre des oeuvres contrastées (GIARD, 1992: 206).

Numa primeira fase (que Rowe [1974: 365-366] apresenta como de rebelião dos factos contra as teorias), a análise da linguagem no Renascimento processou-se de modo a restituir e restringir a gramática à sua função propedêutica original: a disciplina volta a apresentar-se como a mais básica das artes liberais, o “portão” para o conhecimento e a “ferramenta” indispensável ao estudo dos autores clássicos. Daqui resulta a dissolução do laço que os estudiosos medievais haviam estabelecido entre lógica e gramática e o fim da ligação à especulação filosófica, bem como o desinteresse pelas teorias explicativas da gramática e da natureza e funcionamento da linguagem. Rompendo com a abordagem teórica desenvolvida pela gramática especulativa medieval² e desenvolvendo uma

¹ «Cette place partout accordée aux questions de langue tient à une série de transformations qui affectent les sociétés de l'Occident latin à partir du XIVe siècle: naissance du capitalisme, essor des bourgeoisies urbaines, constitution des nations politiques avec leurs administrations d'Etat, affirmation de l'esprit laïc et montée de l'individualisme. (...) En même temps, deux éléments se conjuguent pour changer les conditions de production, d'accumulation et de circulation du savoir. Un mouvement de retour aux sources antiques, né en Italie au XIVe, se répand à l'échelle européenne, d'autant mieux que “cette passion pour l'Écrit qui est à la source de l'humanisme” s'accorde merveilleusement avec l'invention de l'imprimerie et sa diffusion après 1450» (GIARD, 1992: 206-207).

² «En dépit de leur intense activité en matière de textes et de langues, tant pratique (philologie, traduction) que théorique (débat sur la langue jadis parlée par les Romains [...] et, plus largement, sur la “questione della lingua” [...]), les humanistes se sont d'abord peu occupé de théorie grammaticale. (...) Elevée par les humanistes à la dignité restaurée d'une

“cruzada” contra o latim da época anterior e contra a sua “barbárie”, os primeiros humanistas propuseram-se, então, descrever a linguagem das grandes figuras da Antiguidade clássica e restaurar o “belo” latim desse período: o objectivo era adquirir não apenas correcção gramatical superficial, mas também algo do estilo genuíno dos grandes escritores clássicos, a *elegantia*. Trata-se, doravante, de permitir o acesso aos textos literários e de respeitar os seus usos; neste contexto, preceitos estilísticos e considerações retóricas desempenham um papel tão importante como as regras gramaticais. É assim que Valla recupera de Quintiliano a diferença entre “falar latim” e “falar gramaticalmente” para valorizar a primeira das duas capacidades: a “latinidade” advém da *elocutio* (desempenho retórico) e não da simples *locutio* (paradigma gramatical). O interesse dos humanistas pelo latim era então, tipicamente, mais filológico e retórico do que propriamente gramatical (PERCIVAL, 1995: 147; AUROUX, 1992: 24-25; LARDET, 1992: 198-200). Utilizam-se definições que provêm de uma longa tradição filosófica, mas, simultaneamente, estimula-se a observação detalhada da língua (PADLEY, 1983: 100). Minimizado, por esta via, o poder explicativo da *ratio*, é o *usus* (quer como prática retórica fundadora dos laços sociais, quer como emergência histórica da língua em “performances” atestadas) que se torna o conceito central: a gramática perde, por um lado, um conjunto de categorias e absorve, por outro, um *corpus* de exemplos (LARDET, 1992: 200).

philologie, la grammaire est conjointement déboutée par eux d’anciennes prétentions conceptuelles. On lui rappelle qu’elle “traite des noms des choses, non des choses mêmes” (Hegius [...]) et qu’“indispensables” ses préceptes doivent rester “très peu nombreux” (Erasmus [...]). On démantèlera donc l’appareil encombrant du modisme médiéval (Hegius [...]): être grammairien, c’est “savoir parler latin”, non “savoir les modes de signifier”» (LARDET, 1992: 196-197). Não foi irrelevante, para o afastamento relativamente ao período anterior, o facto de a abordagem teórica com que esses humanistas estavam até então familiarizados se ter desenvolvido no âmbito do escolasticismo aristotélico, quadro filosófico que rejeitavam.

As primeiras gramáticas latinas do século XVI fazem, desta forma, parte de um movimento linguístico que, rejeitando a metalinguagem aristotélica utilizada na Idade Média, procura ao mesmo tempo inculcar um latim correcto e clássico¹ e reintroduzir os sistemas de Donato e Prisciano no estado puro. Padley (1983: 100) fala, por este facto, de duas normas, que os gramáticos dos vernaculares virão a herdar: uma baseia-se na noção de uso correcto e na concepção de gramática como “arte de bem falar e escrever”, princípio que se reclama inevitavelmente do latim; a outra consiste na utilização do quadro teórico, em parte formal e em parte semântico, da gramática romana: além do uso falado ou escrito recomendado, trata-se de uma norma teórica, do modelo de descrição gramatical que reina num dado momento, e que, em larga medida, determina os elementos da língua que se escolherá pôr em relevo ou, mesmo, por vezes, criar. A tradição latina herdada por Donato e Prisciano, e baseada no uso dos “melhores” autores, tem, assim, um papel importante na determinação das estruturas das línguas vivas a recomendar como correctas².

Nesta primeira configuração, e na prossecução dos objectivos referidos, os estudos linguísticos renascentistas são dominados pelo descritivismo (na medida em que o grande intento do trabalho gramatical é apresentar dados), restabelecendo-se uma tradição gramatical de carácter

¹ «Humanism originated mainly from a revival of rhetoric which formed part of the Trivium (...). During the Middle Ages on the whole the two other components of the Trivium, dialectics and grammar, were considered more important. (...) Since Quintilien (...) rhetoric had been the guardian angel of belles lettres, and as Humanism mainly harked back to Quintilien, the rise of Humanism resulted in friction with the medieval Scholastics, who neither spoke or wrote a very elegant Latin» (VERBURG, 1974: 199-200).

² «Il peut arriver qu'un grammairien se permette de prescrire dès l'abord un usage social préféré, mais il s'agit toujours, en définitive, d'une norme qui est dictée par les choix imposés par le modèle de description retenu» (PADLEY, 1983: 69-70).

normativo, com a sua prescrição mais ou menos rígida de normas a seguir e que prossegue até aos nossos dias¹.

Atingidos, no entanto, os objectivos iniciais do movimento humanista, o fim da primeira metade do século XVI vai assistir a um renascer do interesse pelas teorias explicativas da linguagem e da gramática. O segundo período corresponde, nesta linha de análise (PADLEY, 1983: 100) ao aparecimento de outras normas teóricas, que vêm perturbar, pelo menos parcialmente, o estado de coisas então vigente²: assim se interpreta, por um lado, o esforço de Pierre de la Ramée (Ramus) (autor de *Scholae grammaticae*, obra aparecida em 1559), com vista à fundamentação formal da gramática e, por outro, na linha da tradição mentalista / racionalista da gramática especulativa, o movimento “filosófico” inaugurado por Scaliger (autor de *De causis linguae latinae*, gramática latina publicada em 1540) e Sanctius (nome dado a Francisco Sánchez de las Brozas ou Brocense, que escreveu *Minerva*:

¹ «Humanism started as a revival of speech as a human function, and as such was something of a revolution, for that matter a palace revolution within the Trivium, (...) within teaching. As an educational movement it gave cultural self-confidence to the third estate. But it eventually sterilized itself by concentrating on the philology of the classical languages. (...) The genuine novelty of Humanism is that it sees language, whether spoken or written, as a normative or teleotic function. This is accompanied by the characterization of the human being as animal *loquens* (...) in the ethical sens of a person who assumes responsibility for his lingual acts. (...) During a period of three to four centuries, the Humanistic language revival become bogged down in the (...) Classical Philology conducted on Latin and Greek texts, and the Humanistic view of language gradually changed from dynamic to static. Free functional normativity in active speech deteriorates into a pseudo-normativity of prescriptive grammatical rules, derived from Classical texts by docile readers who want to write impeccable Latin. In Classical philology language turned from an *ars* (ability) into a *scientia* (knowledge), and the speaker's standpoint shifted to the hearer's, or rather the reader's» (VERBURG, 1974: 200-201).

² Na arte, este movimento de “Contra-Renascimento” (ROWE, 1974: 366) traduz-se no Maneirismo e no estilo barroco. É preciso, no entanto, ter presente que o mundo ocidental não se comporta, a este nível, e como já acontecera na Idade Média, de modo totalmente uniforme. Assim, contrariamente ao que sucedia no Norte da Europa (com o domínio dos lógicos sobre os retóricos), os estudos linguísticos em Itália respondiam às necessidades de uma cultura centrada sobre a literatura e a retórica e a gramática devia corresponder aos pedidos práticos dos juristas e dos escritores. Por esse motivo, nas primeiras gramáticas da língua “vulgar”, tratava-se menos de apresentar uma teoria gramatical que de colocar a “questão da língua” (que uso seguir?) (PADLEY, 1983: 84-85).

seu de causis linguae latinae, em 1587)¹. Scaliger concilia o ideal renascentista de um latim clássico puro e a abordagem filosófica à gramática, característica da Idade Média tardia; o objectivo é conformar a estrutura do latim aos princípios da lógica aristotélica (ROWE, 1974: 366). Apesar de Sanctius e Scaliger estarem ambos ostensivamente preocupados com a descrição do latim, a sua visão da linguagem como expressão de conceitos universalmente válidos (porque ontologicamente motivados) implica que estejam na verdade explorando conceitos de uma gramática universal (ITKONEN, 1991: 257); daqui se prosseguirá, por um lado, para os esforços de construção de uma língua universal (artificial) e, por outro, para a célebre *Grammaire générale et raisonnée* de Port-Royal (PADLEY, 1983: 69).

Pela primeira vez desde a Idade Média, desenvolve-se uma teoria linguística fundada na filosofia de Aristóteles² e o uso cede de novo o lugar à razão (PADLEY, 1983: 78 e 84); assim se combinam a norma lógica resultante da identificação de língua e pensamento e uma tradição que pretende que as estruturas das línguas vivas sejam decalcadas das do latim (PADLEY, 1983: 100).

¹ «Scaliger (...) retourne avec éclat au modèle aristotélicien de scientificité, il cherche à rendre raison de la langue sur le schéma de quadruple causalité d'Aristote, mais il insiste aussi sur le primat de l'usage parlé et affirme, contre la scolastique et son orthodoxie aristotélicienne, qu'il peut y avoir science du corruptible comme il y a science de l'incorruptible, ouvrant ainsi au vernaculaire un droit à sa mise en théorie scientifique» (GIARD, 1992: 219; cf., também, STEFANINI, 1976: 324-325). Uma corrente proveniente da obra de Pierre de la Ramée tenta basear a gramática no uso, mas propondo-se, apesar de tudo, torná-la conforme às leis de Aristóteles (MAURAS, 1983: 4). Por seu turno, a obra de Sanctius, aparentemente, não é mais do que um estudo da gramática latina, já que, por causa da Inquisição, este autor nunca escreveu um tratado sobre teoria gramatical enquanto tal (ZAMORA, 1995: 159). A este elenco pode acrescentar-se a gramática latina do português Manuel Álvares (*De institutione grammatica*, 1572), que inclui comentários de natureza teórica (PERCIVAL, 1995: 149).

² A partir daí, a máxima aristotélica segundo a qual as próprias “*affections mentales*” (de que as palavras são principalmente os signos) são as mesmas para toda a humanidade torna-se a crença de base de uma gramática que se reclama como universal.

7.2. Ascensão e gramatização dos vernaculares: o eixo de uma revolução “técnico-linguística”

Determinante dos desenvolvimentos posteriores no âmbito da reflexão linguística foi o facto de o Renascimento consumir, de forma irreversível, um processo que a Idade Média (com destaque, nesse período, para o domínio do provençal¹) já tinha visto iniciar-se: referimo-nos, naturalmente, à ascensão dos “vulgares” e ao desenvolvimento das tradições gramaticais vernaculares. Embora para o espaço românico disponhamos de mais informação, pode-se afirmar que esse foi um movimento que abrangeu a Europa na sua generalidade. Assim, foram igualmente envolvidas as línguas nórdicas, eslavas e germânicas, bem como variedades que, não configurando idiomas nacionais, se revestiam de uma tradição cultural e linguística própria. Esse foi o caso, já referido, do provençal, mas também o do irlandês, do galês, do bretão e do catalão (SANTOS, 1975: 517)².

O que então se encontra em causa é a transformação das atitudes que a comunidade desenvolve relativamente à(s) sua(s) língua(s) (a vernacular e o latim) e da relação que estas estabelecem entre si: os idiomas locais (na Idade Média e no Renascimento correntemente considerados “línguas bárbaras” por oposição às três línguas “sagradas” ou “sábias” - hebraico, grego e latim) vão ultrapassando o estado da simples oralidade que os caracterizava e, paulatinamente, invadindo os domínios tradicionais de actualização do latim, até então língua exclusiva do registo escrito, da

¹ A “língua dos trovadores” é, já o dissemos, o mais antigo idioma neolatino gramatizado.

² Tratando-se de idiomas falados em zonas sem independência política, «é quase sempre de salientar uma dupla intenção de defesa do idioma local: contra a hegemonia universal do latim e também contra a supremacia cultural e linguística do país soberano» (SANTOS, 1975: 517). Para a organização cronológica dos textos que, nos diferentes países europeus, atestam o processo de gramatização dos respectivos vernaculares, cf. AUROUX, 1992: 14-15. Para a descrição desses textos, cf. IDEM, *ibidem*: 53-56.

comunicação científica e da prática religiosa. Utilizada pelos letrados, essa era a única língua escrita de que havia constituído um saber explícito¹. Para o desencadeamento e orientação desse processo entrecruzam-se diversos factores do domínio da história linguística externa que não se afigura relevante explorar aqui com pormenor. Refira-se apenas a importância que, num contexto de diglossia entre o latim e a língua vernacular, o aparecimento de uma vigorosa classe mercantil pouco interessada no tipo de literatura escrita pelas aristocracias feudais da Europa ocidental e com pouco tempo para adquirir uma educação escolarizada (latinizada), assume na Europa do Sul e particularmente nas cidades florescentes de Itália (cf. p. 222, n. 1)².

Se a literatura é o primeiro dos domínios implicados nesse tipo de transformações, uma vez que o seu aparecimento mais ou menos precoce parece ter consequências no domínio da gramatização e é ela que guia as discussões teóricas (considerem-se as motivações que desencadearam as primeiras reflexões sobre os vernaculares europeus³), a constatação de que tratados lógicos e de retórica redigidos no vernacular acompanham (ou até

¹ «Ce tableau d'ensemble est à nuancer. Dans les pays de langue germanique, la distance du vernaculaire au latin a diminué l'emprise de ce dernier, hâté le recours au premier. (...) Quant aux pays de langue romane, en raison de la plus grande proximité au latin, entre celui-ci et le vernaculaire la séparation des fonctions est en réalité moins nette que ne le laisse supposer l'énoncé des principes. Là où devrait régner le latin dans la pratique officielle de l'écrit, on constate que le vernaculaire s'infiltré sous forme de gloses, parfois de rédaction bilingue, avec des calques grossiers ou par latinisation superficielle des désinences. Le vernaculaire conquiert dans l'écrit un domaine propre, hors de la "clergie", en littérature (poésie, chroniques, romans, chansons de toile), comme dans la vie chrétienne (prédication destinée au peuple, dévotion), ce qui lui donnera ensuite de parcourir, de proche en proche, le cycle complet des arts langagiers pour obtenir le statut et les attributs d'une langue de savoir» (GIARD, 1992: 213).

² Foi precisamente este tipo de conjuntura que produziu o desenvolvimento literário do dialecto toscano (PERCIVAL, 1975: 248).

³ Não se pode, no entanto, estabelecer entre o desenvolvimento da literatura vernacular e o trabalho de gramatização do idioma que a veicula uma simples relação de causa-efeito: veja-se, por exemplo, que em Itália, no início do século XIV, já se regista uma vigorosa literatura vernacular (o italiano é, aliás, a primeira língua vulgar a dispor de uma grande literatura, ilustrada por nomes como o de Dante, Petrarca e Boccaccio, e de um tratado [*De vulgari eloquentia*] afirmando a sua importância) e que só em meados do século XV se tentou escrever uma gramática desse idioma (PERCIVAL, 1975: 247-248; GIARD, 1992: 214).

precedem) o trabalho de gramatização permite comprovar que, ao longo do processo, é todo o *corpus* escolar do *trivium* medieval que é transferido para as “novas” línguas. O movimento de gramatização dos vernaculares no Renascimento não se assemelha, assim, nas suas motivações, ao que, anteriormente, conduzira à gramatização do irlandês ou do provençal, idiomas que mais cedo apresentam textos dessa natureza: o intuito, agora, não é simplesmente fornecer um instrumento de regulamentação para a poesia; trata-se, antes, de deslocar o meio linguístico do conjunto das actividades culturais, transferindo do latim para os idiomas locais a preocupação com o uso correcto da língua. Embora aquele resista e venha a permanecer por vários séculos uma língua privilegiada da comunicação científica, as actividades intelectuais das novas elites e as actividades espirituais de uma larga parte da população (aquela que adere a Lutero e à Reforma) vão, a partir de então, apoiar-se numa cultura e numa prática codificada do vernacular, paralelamente à qual se desenvolvem, em diferentes países e com configurações variadas, verdadeiras políticas linguísticas (AUROUX, 1992: 23-24). Os vernaculares ascendem, assim, ao estatuto de línguas do saber, o que não se processa sem que, simultaneamente, se tornem objectos de saber: «Un vernaculaire ne sera acceptable comme langue de savoir que s’il a déjà atteint un certain seuil de développement qui suscite sa “mise en théorie” et engendre l’accumulation d’un capital de savoir dont il soit lui-même l’objet» (GIARD, 1992: 211). Fundamental, para atingir este nível de desenvolvimento (ao qual se associa a convicção de que os vernaculares são “merecedores” de gramatização), foi a superação, pelos idiomas locais, do estado de simples oralidade (GESSINGER, 1992: 387)¹.

¹ «Jusqu’alors le vernaculaire était tenu pour une langue d’oralité, même si son usage partiel s’infiltra dans certaines formes de culture écrite dès le Moyen Âge, et on le traitait comme langue inférieure. Aussi ne s’occupait-on guère de constituer ce corpus indispensable à une culture écrite: grammaire explicite des règles, lexicque assez riche et précis, orthographe

O corolário deste processo de transformação na relação da comunidade com a(s) sua(s) língua(s) é, então, o desenvolvimento do fenómeno da gramatização das línguas vernaculares, tornada consideravelmente difícil pela situação de diglossia que, na Idade Média, regia o seu uso na relação com o latim (GIARD, 1992: 211-212). Por gramatização entende-se aqui, seguindo Auroux (1992: 28 e 35), a descrição e a “outillage” de uma língua com base nas duas “tecnologias” (instrumentos de codificação) que são hoje os pilares do nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário. A gramática de uma determinada língua corresponde então, neste contexto, ao que fizeram, para o sânscrito, Panini, para o grego, Dionísio de Trácia e Apolónio, para o latim, Varrão, Donato ou Prisciano, para o árabe, Sibawayhi e os seus sucessores. Concebida deste modo, uma gramática integra (pelo menos) as seguintes partes: a) categorização das unidades; b) exemplificação; c) formulação de regras, mais ou menos explícitas, para construir enunciados. Finalmente, o seu conteúdo é relativamente estável: «ortographe / phonétique (partie optionnelle), parties du discours (...), morphologie [diz-se, por vezes, etimologia] (accidents du mot, composés, dérivés), syntaxe (souvent très réduite: convenance et régime), figures de construction» (AUROUX, 1992: 30). Uma língua gramatizada é, então, uma língua que, porque codificada, se pode aprender com o simples recurso aos instrumentos linguísticos disponíveis. Rigorosamente, o processo de gramatização nunca está terminado já que, por um lado, as línguas evoluem e que, por outro, é difícil definir até onde pode ser conduzido (a sua extensão foi muito variável segundo as línguas).

lisible par la majorité, normes d’usage, enfin corpus de textes où puiser des exemples et un modèle de bon usage. Rien ne contribuait à le transformer en objet de pensée, à entamer (...) sa “mise en théorie”» (GIARD, 1992: 207-208).

O despoletar de processos de gramatização tem, na sua base, motivações que Auroux (1992: 21 e ss.) considera serem de dois tipos: uma fonte de estímulo é a necessidade de aprender uma língua estrangeira, aspecto ao qual se associam diversos interesses práticos (acesso a uma língua de administração e / ou de cultura; acesso a um *corpus* de textos sagrados; estabelecimento de relações comerciais e políticas; realização de viagens; importação / exportação de uma doutrina religiosa; implementação de práticas de colonização); por outro lado, pode intervir o que o autor designa por **política de uma determinada língua**, fundamentalmente associada a dois interesses: (i) organização e regulamentação de uma língua literária; (ii) desenvolvimento de uma política de expansão linguística para uso interno ou externo. O primeiro destes dois factores está na base das primeiras gramáticas dos vernaculares europeus (islandês, irlandês, gaulês e provençal), na medida em que o seu objectivo é o cultivo da poesia dentro de determinados padrões; o segundo desenvolve-se claramente com a constituição das nações europeias no século XVI. Os textos gramaticais propunham-se facilitar a aprendizagem do latim e da língua materna e permitir aos estrangeiros o domínio da língua que aí se tratava; no caso particular de países com políticas de expansão e colonização, a fixação da língua preservaria o relato desses feitos e unificaria o império.

Dos textos actualmente conhecidos, *De vulgari eloquentia*, de Dante (obra escrita no começo do século XIV, mas desconhecida até ao século XVI), é o primeiro onde se procede à defesa do vulgar¹. No modo como este é

¹ Na história da língua nacional italiana, a importância de Dante resulta também do impacto da sua obra literária na mudança e na escolha linguísticas. Sobre a relevância desse autor, escreve, então, Scaglione (1984a: 12-13): «let us select the extreme case of Italian as the national language which, in the form we know it, can be said to have been to a considerable extent the almost single-handed creation of one man, Dante Alighieri. (...) no other language may have owed so much to one single personality as Italian did to Dante».

perspectivado encontramos, no entanto, as concepções vigentes na época e, bem expressa, a consciência da diferença de estado, no que se refere à gramatização, entre vernaculares e latim:

llamamos lengua común a aquella que los niños aprenden de los que les atienden, en cuanto empiezan a distinguir los sonidos ; o bien, lo que puede decirse con menos palabras, declaramos como lengua común la que aprendemos sin regla alguna, imitando a la que nos alimenta. Tenemos también nosotros otra segunda forma de hablar, a la que los romanos llamaram gramática^[1]. Por cierto que esta segunda lengua la poseen también los griegos y otros pueblos, pero no todos; realmente pocos llegan a su uso habitual, porque sólo con el paso del tiempo y la perseverancia en su estudio nos formamos en sus reglas y aprendemos sus principios (DANTE: I, I, 2).

Como Scaglione (1984a: 16-17) refere, Dante abre a possibilidade teórica e prática de estabelecimento de uma língua nacional, o *vulgare illustre, aulicum, cardinale et curiale*, que, emancipado e dignificado, desempenharia uma dupla função: a de servir de meio de expressão literária e de meio cultural de comunicação e a de funcionar como eixo agregador em torno do qual gravitaria a vida da nação².

¹ À palavra «gramaticam» do texto original, Giard (1992: 208) faz corresponder «langue écrite».

² «[En] todo tipo de cosas conviene que haya una con la que puedan compararse todas las fuerzas de aquel género, e incluso calibrarse, y por la que percibamos la medida de las otras (...). Por ello, respecto a nuestros actos, según en cuántas especies se dividan, conviene que se encuentre esta señal con la que puedan medirse también ellos mismos. Pues (...) en cuanto actuamos como hombres italianos, poseemos ciertos signos sencillísimos, como son las costumbres, la moda y la lengua, con las que se pueden calibrar y medir las acciones italianas. Las que son realmente más nobles de entre aquellas que son acciones de los italianos, éstas no son exclusivas de ninguna ciudad de Italia, y son comunes a todas; entre éstas se puede ahora descubrir aquella lengua común que anteriormente perseguíamos (...). Encontrando así lo que buscábamos, llamamos insigne, cardinal, áulica y curial a la lengua común en el Lacio, la que es propia de toda ciudad italiana y da la impresión de que no es de ninguna, y con la que se miden, calibran y comparan todas las lenguas comunes de los municipios de Italia» (DANTE: I, XVI, 2-6). «[Por] aquello que llamamos ilustre entendemos lo que brilla, tanto iluminando como siendo iluminado (...). Y esta lengua común de la que hablamos está también sublimada por el magisterio y el poder, y sublima con el honor y la celebridad a los que la utilizan. (...) también la multitud de lenguas comunes de los distintos municipios se gira y vuelve a girar, se mueve y se para, según aquella que parece actuar como verdadero 'pater familias' (...). Pero por qué causa la

A primeira questão que, a partir de então, se equaciona diz respeito à possibilidade de estabelecer as regras da língua vulgar quando esta, ao contrário do latim, apresenta múltiplas variantes e uma evidente propensão para a mudança. A este problema junta-se o da dignidade da nova língua; sem regras e sem estabilidade gramatical, era difícil aceitar o italiano (e os outros vulgares, nas respectivas comunidades de implantação e áreas de influência) como língua de cultura e de expressão literária em vez (ou ao lado) do latim, cuja regularidade era evidente (MARAZZINI, 1992: 314). Neste contexto, a valorização da língua vulgar passa, precisamente, pela constituição de um *corpus* de textos canónicos e de um conjunto de instrumentos (gramáticas, léxicos e dicionários) susceptíveis de fixar o uso e de definir a norma literária (SARMIENTO, 1992: 333).

Proceder à codificação dos vernaculares implica, portanto, superar o preconceito de que as línguas vivas, até ao momento normalmente perspectivadas como manifestações de corrupção, se não podiam submeter à regulamentação gramatical¹ e desfazer a relação sinonímica que então usualmente se estabelecia entre **gramática e latim / língua escrita** (PERCIVAL, 1975: 247-248)².

Da leitura dos textos da época recolhem-se múltiplos testemunhos desta linha de reflexão³ e a noção de regra, na qual os primeiros gramáticos

llamamos también áulica, es porque si nosotros los italianos tuviéramos una corte, sería palaciega. (...) Debe ser llamada también curial por su propio mérito, porque la curialidad no es otra cosa que una equilibrada regla de aquello que debe realizarse» (DANTE: I, XVII[2]-XVIII[4]).

¹ Curiosamente, porque as bases filosóficas da reflexão sobre as línguas se estabelecem, de forma contraditória, em termos neoplatónicos (de que faz parte o princípio do naturalismo), só o convencionalismo pode legitimar o direito igual de qualquer idioma a crescer e ser cultivado (AUROUX / CLERICO, 1992: 367).

² «Or au Moyen Âge, le latin, langue naturelle dans son origine, mais semi-artificialisée dans son usage maintenu, assure seul la fonction officielle de langue écrite et se trouve seul thématisé comme langue stable, réglée et normée par une *grammatica*, ce mot ayant d'ailleurs pris un sens ambigu, à la fois "grammaire" et "langue écrite"» (GIARD, 1992: 208).

³ Nas obras de historiografia linguística são apresentadas as posições de vários autores, cuja selecção varia em função dos interesses e objectivos dos trabalhos (uma enumeração

insistem todos, torna-se uma noção fulcral; submeter a esse formato e ao estatuto de objecto do saber metalinguístico as línguas vivas é o objectivo do trabalho gramatical. A dignificação dos vernaculares é uma das motivações subjacentes a esse trabalho; impor a uniformidade e preservar o uso da corrupção pela ignorância são outros dos propósitos dos gramáticos:

acordé ante todas las otras cosas reducir en artificio este nuestro lenguaje castellano, para que lo que agora τ de aquí adelante en él se escriviere pueda quedar en un tenor, τ estender se en toda la duración de los tiempos que están por venir, como vemos que se ha hecho en la lengua griega τ latina, las cuales por aver estado debaxo de arte, aun que sobre ellas an pasado muchos siglos, toda vía quedan en una uniformidad (NEBRIJA, [1492] 1989: 112-113)¹.

Na verdade, os vernaculares manifestam uma variabilidade diacrónica que os coloca em posição de inferioridade, face à estabilidade, toda literária,

exaustiva seria, portanto, tarefa árdua e pouco proveitosa). Assim, Padley (1983: 72) fala, entre outros, de Geoffroy Tory (1529), que trata da pronúncia do francês e que procura refutar a ideia, muito em voga na época, de que a língua vulgar é muito pobre e instável, pouco fornecida de regras e, por isso, incapaz de rivalizar com o latim enquanto instrumento científico: a sua tese é a de que as próprias línguas clássicas mostravam uma insuficiência semelhante antes de serem traduzidas por regras.

¹ «Dante had anticipated this by advocating for the vernacular the right as well the aptitude to become regulated as a grammatical language (...). Such new regularization qualified for fixing the vernacular, thus giving it that degree of permanence which had made possible to read Virgil and Cicero so many centuries after their deaths» (SCAGLIONE, 1984: 18). Para Dante (I, IX, 11), a “ciência da gramática” «no es otra cosa que cierta inalterable identidad de una lengua, en distintos tiempos y lugares. Esta gramática, al estar regulada por el consenso general de muchos pueblos, no parece sujeta a ningún criterio individual y, en consecuencia, no puede ser variable. Por ello descubrieron esta ciencia para que, junto a los cambios del lenguaje, fluctuantes según el arbitrio de cada uno, llegáramos a conocer de algún modo, o al menos imperfectamente, las autoridades literarias y los hechos históricos de los antiguos o de aquellos a quienes la diferencia de lugares geográficos hace que sean muy distintos de nosotros». ² Naturalmente, as situações de convívio (pacífico ou conflituoso) entre variantes e a sua eventual resolução envolvem fenómenos de elevada complexidade; o papel que a gramatização do idioma aí poderá desempenhar não representa mais do que um dos múltiplos factores a considerar. Por outro lado, o seu poder de actuação depende directamente da estrutura sociolinguística em que se desenvolve e do nível linguístico em causa: «Il n'est pas sûr que l'on puisse citer un seul phénomène linguistique élémentaire qui soit le produit de l'écriture ou de la grammatisation. Il y a sans doute des propriétés linguistiques invariantes par rapport à l'opposition oral / écrit, naturel / grammatisé. Nous savons bien, cependant, que la norme écrite véhiculée par les grammaires transforme les prononciations, qu'elle peut susciter de nouvelles associations sémantiques ou de nouvelles réinterprétations morphologiques des unités» (AUROUX, 1992: 32-33).

do latim; é precisamente a imutabilidade do latim que o recomenda a Nebrija como modelo e lhe sugere que o castelhano pode ser reduzido a regras pelos mesmos métodos que fizeram prova na estabilização daquela língua.

Por outro lado, à lentidão das comunicações, à ausência de cultura escrita e, mesmo, de organização política corresponde uma variabilidade sincrónica de grande amplitude. Mesmo autores que, voluntariamente, escolhem o vernacular para escrever as suas obras (GIARD [1992: 222] dá-nos o exemplo de Montaigne) lamentam essa instabilidade e muitos grandes autores continuarão, por outro lado, a escrever em latim; o seu propósito é assegurar a circulação e a sobrevivência dos seus trabalhos sobre a língua vulgar. Dada a natureza do processo, que se apoia geralmente numa discussão de “o que é o bom uso”, a gramatização contraria esta variação; Auroux (1992: 31-32) interpreta mesmo como uma prova desse poder interventivo o facto de as gramáticas dos vernaculares europeus escritas entre o século XVI e o fim do século XVIII evidenciarem a redução (por vezes, mesmo, o desaparecimento) das diferentes variantes de uma mesma unidade linguística. Deste modo, a gramática não se define como uma simples descrição da linguagem natural, funcionando (tal como os dicionários) também como uma “ferramenta” linguística que dá acesso a um conjunto de regras e formas que, muitas vezes, não figuram juntas na competência do mesmo locutor: o aparecimento desse tipo de recurso não deixa, portanto, intactas as práticas linguísticas humanas (AUROUX, 1992: 31-32)², constituindo-se em intervenção consciente do homem sobre a língua. A tarefa da gramática é, nestas circunstâncias, preservar o uso (um determinado uso) de ser corrompido pela ignorância (PADLEY, 1983: 71).

A primeira gramática completa de uma língua moderna e a primeira gramática impressa de uma língua natural que não o latim ou o grego foi a *Gramática de la lengua castellana*, que Antonio de Nebrija publicou em 1492¹. A gramatização dos vernaculares é, assim, contemporânea do movimento de exploração do planeta e da colonização progressiva, pelo Ocidente, de extensos territórios nos outros continentes; o confronto com as línguas exóticas que então foram descobertas desencadeou a elaboração de gramáticas práticas que pudessem ser utilizadas no trabalho de cristianização². A codificação das línguas do mundo foi, por este facto, praticamente simultânea e deu-se, na sua generalidade, numa época tardia (posterior à Idade Média) e a partir da Europa (AUROUX, 1992: 11-16 e 26)³. Como acontecera com a gramatização das línguas europeias ditas “vulgares”, também agora se assume que outros idiomas que não os clássicos são passíveis de análise gramatical. Sobre esta questão, um dos trabalhos

¹ Como recorda Padley (1983: 71), se aceitamos a data aproximada de 1450 sugerida por Percival (1975: 248) para as *Regole della lingua fiorentina*, de Alberti, é esta obra, menos importante que a de Nebrija e onde se tenta descrever a estrutura do toscano da época, a primeira gramática humanista de uma língua viva. Por outro lado, há quem defenda que se deve fazer remontar a tradição espanhola à Antiguidade (a Séneca e Quintiliano e, mais tarde, Isidoro de Sevilha) e, sobretudo, a partir do século XII, à escola de tradutores de Toledo). Nessa perspectiva, atribuir a Nebrija a origem de tal tradição resulta de uma apreciação errónea, forjada no século XIX: «elle correspond d'un côté à l'ignorance des textes antérieurs au XVI^e siècle, de l'autre à l'identification de l'humanisme à un mouvemente rationaliste laïque qui aurait totalement marginalisé ce qui le précédait» (SARMIENTO, 1992: 329). De qualquer forma, é na obra de Afonso X que encontramos a primeira reflexão sobre o nascimento do vernacular, a primeira fixação da ortografia e o nascimento da prosa castelhana. Na época, o castelhano era percebido como «l'égal des langues de culture qu'étaient le grec, le latin, l'arabe et l'hébreu, d'où les expressions *nuestro latín* ou encore *romance*, utilisées pour le désigner. L'expression *lengua vulgar* n'apparaîtra que lorsque, à l'inverse, le latin aura été restreint au rôle de langue savante (...). Il en résultera un long processus de dévalorisation de la langue vulgaire» (SARMIENTO, 1992: 329). Cf., também, SCAGLIONE, 1984a.

² Essas obras começaram a elaborar-se pouco depois de os missionários terem chegado ao Novo Mundo, na terceira década do século XVI, e com resultados particularmente impressionantes na América do Centro e do Sul.

³ Dado o desencadeamento do processo massivo de gramatização das línguas do mundo, a “linguística” do século XVII estava necessariamente envolvida no estudo de uma grande variedade de idiomas, produzindo um número enorme de gramáticas e dicionários (AARSLEFF, 1975: 451).

paradigmáticos é o de Theodore Bibliander (*De ratione communi omnium linguarum*), publicado em 1548, e cuja tese fundamental é a de que não há nenhuma língua que não possa ser descrita gramaticalmente; conhecedor de vários idiomas, este autor defende que línguas como as eslavas são tão organizadas gramaticalmente como o latim e o grego, desdenhando das sugestões de que algumas línguas nem sequer têm regras gramaticais (PERCIVAL, 1995: 151).

A ascensão dos vernaculares surge historicamente associada à descoberta e difusão da imprensa; ocorrido em meados do século XV, este acontecimento é, para Auroux (1992: 25), outro elemento da mesma revolução técnico-linguística. Com esta inovação tecnológica, não só se simplifica a difusão do texto e se promove o vernacular com o propósito de ampliar o público a envolver, como muda de dimensão o fenómeno da escrita¹, pressuposto pelo próprio processo de gramatização na Europa (AUROUX, 1992: 28):

La pratique manuscrite médiévale laisse théoriquement place, pour chaque exemplaire, à la variabilité, notamment orthographique. Avec l'imprimerie, non seulement la multiplication du même est incontournable, mais la normalisation des vernaculaires devient une affaire de standard professionnel. L'orthographe, la ponctuation et la régularisation de la morphologie concernent les imprimeurs typographes (avec ou sans le concours des auteurs et des grammairiens, voire contre eux), d'abord au sein de chaque atelier, puis pour tous ceux qui travaillent sur la même langue (AUROUX, 1992: 25-26).

¹ «La généralisation de l'imprimé crée une situation embarrassante. La volonté de servir un nouveau public potentiel de lecteurs incite à employer le vernaculaire, mais son passage de l'oral à l'écrit constitue justement l'obstacle majeur, car cela réclame d'opérer un renversement de perspective» (GIARD, 1992: 207).

Tornam-se, então, cruciais (muito embora não inéditas¹) as questões que envolvem a uniformização da ortografia; abrangendo todos os vulgares, o debate desenvolve-se, no entanto, de forma confusa e desordenada, alimentado por dados de natureza desigual:

Les unes sont phonétiques et dialectologiques, mais nul encore ne dispose d'une description cohérente, unifiée et systématique du système articulatoire d'un vernaculaire et, de plus, on sait mal distinguer entre ses variations dialectales. Les autres, etymologiques, sont souvent fondées sur des confusions, des erreurs ou de simples élucubrations (...). Il s'y ajoute les pesanteurs de l'usage établi, avec ses désordres, incohérences et confusions. Ce déficit théorique rend les positions des réformateurs coupantes, et violemment antagonistes entre elles (GIARD, 1992: 217-218).

É inevitável, então, que, nas primeiras gramáticas vernaculares, se tenha dedicado muita atenção a questões ortográficas e que tratados sobre ortografia as tenham normalmente precedido; a sistematização ortográfica é, de facto, uma das preocupações fulcrais nos textos de carácter linguístico-gramatical e nas primeiras produções teóricas sobre os vulgares (VERDELHO, 1995: 74). Rowe (1974: 364) apresenta mesmo a necessidade de reformar, purificar e estandardizar o dialecto literário como uma motivação comum para a escrita gramatical no caso das línguas europeias:

¹ Na verdade, já Quintiliano (com quem os humanistas vêm a contactar no decurso do estudo das línguas antigas) tinha abordado a questão da relação entre sons e grafemas e o problema da regulamentação da ortografia, manifestando, a esse respeito, a preferência por critérios fonéticos: «j'estime que, dans les limites prescrites par l'usage, les mots doivent être écrits tels qu'ils sont prononcés. Le rôle des lettres est, en effet de conserver les sons, et de les restituer aux lecteurs comme un dépôt; aussi doivent-elles représenter les sons que nous avons à faire entendre» (QUINTILIANO, I, VII, 30-31). Também Nebrija ([1492] 1989: 143), escrevendo antes da invenção da imprensa, partilhou com muitos dos seus contemporâneos a preocupação com a estandardização da ortografia, ao ponto de sugerir a intervenção real por decreto: «De lo que hasta aquí avemos disputado, de la fuerza τ orden de la letras, podemos inferir la primera regla del ortographía castellana: que assí tenemos de escribir como pronunciamos, τ pronunciar como escribimos; τ que hasta que entrevenga el autoridad de Vuestra Alteza, o el consentimiento de aquellos que pueden hazer uso, escribamos aquellas pronunciaciones para las cuales no tenemos figuras de letras en la manera que diximos».

particularmente no século XVI, muitos gramáticos em Inglaterra, França e Itália elaboravam esquemas de reforma da ortografia das respectivas línguas e escreviam gramáticas na tentativa de os fazerem aceitar.

O alargamento do horizonte linguístico da Europa ocidental, para o qual também contribuiu o contacto com a gramática do hebreu, obrigou, por outro lado, à ponderação da questão da diversidade linguística e do processo pelo qual tantas línguas haviam surgido. A convicção da existência de uma **língua original** e o reconhecimento de determinadas afinidades (por exemplo, entre o hebreu e o árabe) fizeram também tomar mais a sério a noção genealógica da relação entre línguas. Assim, a gramatização dos vernaculares europeus no Renascimento é contemporânea de uma discussão sobre as suas origens, filiações e relações com as outras línguas a que entretanto se vai tendo acesso. Por um lado, trata-se de uma iniciativa intelectual que não tem equivalente no mundo greco-latino; por outro lado, no domínio das ciências da linguagem, trata-se, incontestavelmente, da questão mais marcada pela mitologia, concretamente, pela da tradição bíblica judeo-cristã (AUROUX, 1992: 49)¹.

Parte do processo de legitimação dos vernaculares e da respectiva gramatização passava precisamente pelo estabelecimento de vínculos históricos que, muitas vezes, retomavam as teses (quase sempre) mitológicas e desenvolvidas para o latim e para o hebreu, com as quais estavam familiarizados os proponentes. É neste âmbito que o conceito de “corrupção”

¹ «[La] seule méthode propre à cette linguistique jette les bases du comparatisme avec les langues antiques, les autres vernaculaires, ou entre dialectes, un comparatisme fortement teinté d'histoire, car la linguistique participe du mouvement général d'historisation qui imprègne la pensée de la Renaissance. Chacun cherche à mettre en évidence le passé de son vernaculaire, sans bien distinguer entre le rêve et la réalité, sans avoir une indispensable phonétique histoire ou une assez bonne technique de critique des sources» (GIARD, 1992: 221).

vem a ser desenvolvido de forma valorativa para indicar a relação entre as línguas românicas e o latim clássico: este era percebido como a mais perfeita das línguas e reclamá-lo como antepassado, mesmo se a corrupção era o laço entre os dois idiomas, não podia senão enaltecer a língua que lhe sucedia. Nebrija apresentou o castelhano como desenvolvendo-se a partir da corrupção do latim clássico¹, construindo um argumento que também os autores portugueses adoptaram, e a ideia, essencialmente correcta, foi abraçada durante a maior parte do século XVI (ZAMORA, 1995: 160). Também em Itália, o conceito, já “manuseado”, de **corrupção**, se desenvolve, a partir de 1530, de um modo que viria a favorecer o vernacular: o recurso a uma distinção aristotélica permite diferenciar a corrupção que, simplesmente, conduz à *alteratio* (uma mudança de acidentes, não de substância) e a corrupção que conduz à *generatio* de uma nova substância, neste caso, o vernacular (RICHARDSON, 1995: 153)².

Dado o prestígio e a utilização universal do latim, é inevitável que as primeiras gramáticas das línguas vivas sejam decalcadas dos modelos concebidos para a descrição daquele idioma, também utilizado, na maioria dos casos, para a redacção dos trabalhos. As únicas línguas cuja primeira gramática foi redigida na língua descrita foram o espanhol, o italiano, o checo, o português, o holandês, o inglês e o sueco; na maior parte dos casos, só num momento posterior ao da primeira tentativa de gramatização, a língua objecto se tornou a sua própria metalíngua (ROWE, 1974: 362; GIARD,

¹ «De allí, comenzando a declinar el imperio de los romanos, junta mente comenzó a caducar la lengua latina, hasta que vino al estado en que la recebimos de nuestros padres, cierto tal que cotejada con la de aquellos tiempos, poco más tiene que hazer con ella que con la aráviga» (NEBRIJA, [1492] 1989: 110-112).

² O tema da **corrupção** encontra-se já nas *Etimologias* (615) de Isidoro de Sevilha; aliás, deparamo-nos também aí com um dos primeiros modelos globais de filiação (AUROUX, 1992: 49).

1992: 218). Do mesmo modo, também no trabalho sobre as línguas não europeias o quadro utilizado era o familiar modelo latino.

O processo de gramatização que aqui está em causa corresponde, deste modo, a uma transferência de “tecnologia” de uma língua (o latim) para outras línguas, mais exactamente a uma “endo-transferência” (os sujeitos que a executam são falantes nativos da língua para a qual o movimento se efectua; mesmo quando estrangeiros desempenham papéis importantes no processo, a transferência é sempre endossada pela comunidade nacional) (AUROUX, 1992: 35-36). Naturalmente, a ruptura que, de qualquer modo, o estudo dos vernaculares representa explica que os seus gramáticos avancem na incerteza¹, e que, da produção gramatical do século XVI, se destaque sobretudo (e ainda) o latim estudado em latim². Assim, em meados do século XVI, muitos países da Europa ocidental têm o seu grande gramático do latim, cuja obra determina em larga medida o carácter das primeiras gramáticas da língua materna: Nebrija (*Introductiones Latinae*), para Espanha, Flammarey (*Commentarii grammatici*) para a França, Melanchthon (*Grammatica Latina*) para a Alemanha, W. Lily (*A Shorte Introduction of Grammar*) para a Inglaterra, L. Valla (*Elegantiae linguae latinae*) para a Itália (PADLEY, 1983: 70). Recorde-se que, em Portugal, a gramática latina de referência e um dos textos didácticos mais difundidos em todo o mundo, *De institutione grammatica*, do P. Manuel Álvares, foi

¹ «Sans précédent qui les guide, ils se laissent mener par leur érudition, glanant des trouvailles au hasard des lectures, ne résistant pas à la vanité d'étaler leur savoir en multipliant les allusions à l'Antiquité. Ils souffrent d'autant plus de l'absence d'un modèle logique pour organiser la saisie du vernaculaire que leur formation générale reste tributaire de l'aristotélisme et de ses catégories logico-grammaticales, que leur pensée de la langue s'est constituée dans la fréquentation des langues anciennes et de leur corpus théorique, marqué par la source philosophique grecque» (GIARD, 1992: 219).

² «Les traités latins de Linacre en Angleterre (1533), de Scaliger (...) (1540), de Ramus (...) (1559) et de (...) Sanctius (1587) dominant leur siècle; ils font avancer des questions centrales, le rôle de la syntaxe, la mise en évidence de structures formelles de la langue, et leur acquis profiteront ensuite à la compréhension des vulgaires» (GIARD, 1992: 219).

publicada em 1572; trata-se, portanto, de um trabalho posterior às primeiras descrições do idioma vernacular nacional: a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536), e a *Grammatica da lingua portuguesa*, de João de Barros (1540).

O fundo latino constitui, desta forma, um factor de unificação teórica que não terá equivalente na história das ciências da linguagem. Muito embora seja um dos alvos da crítica dirigida à prática linguística da época¹, esse aspecto explica, por si só, a sua homogeneidade conceptual e a identidade de metalinguagem, bem como uma certa equivalência entre as gramáticas das diferentes línguas redigidas em qualquer dos vernaculares em uso (AUROUX, 1992: 18). Por outro lado, convém ter presente que é no seu contacto com o latim que o vernacular se torna verdadeiramente **objecto**: é a gramática latina (interiorizada desde a infância pelos grupos educados) e a consciência das diferenças que permitirão aos primeiros gramáticos dos vernaculares a percepção dos fenómenos da sua própria língua² e a prática do que hoje chamamos **linguística contrastiva**:

Les premiers grammairiens des vernaculaires n'ont *jamais* été monolingues et ce n'est qu'une fois la tradition nationale bien établie que l'observatoire latin finit par disparaître, au profit des auteurs littéraires, de l'accumulation des normes linguistiques, des grammaires et des dictionnaires nationaux (...). Il faut (...) admettre que, même dans le cas des langues les plus éloignées de la structure latine, non seulement ceux d'entre les grammairiens qui les parlaient étaient évidemment parvenus à une bonne connaissance épilinguistique, mais qu'encore, en dépit de leur

¹ Auroux (1992: 20) avalia, no entanto, de outra forma essa relação de dependência: «On a coutume, à la suite des grammairiens de l'âge classique et des linguistes du XIX^e siècle, de protester contre l'imposition du moule latin aux vernaculaires. (...) Mais, en tout état de cause, sans la tradition grammaticale latine (essentiellement Donat [...] et Priscien [...]) il n'y aurait tout simplement pas eu ce que nous appelons aujourd'hui la linguistique au double sens de la forme abstraite d'une formation discursive à caractère scientifique et de son application à des objets empiriques».

² A comparação permitirá, por exemplo, valorizar os aspectos dos vernaculares que, ausentes do latim, mas presentes em grego (veja-se a classe morfo-sintáctica do artigo), não eram objecto de qualquer observação no âmbito da tradição gramatical latina (GIARD, 1992: 216).

monolithisme métalinguistique, ils avaient conscience de décrire des langues différentes et s'efforçaient de décrire ces différences (AUROUX, 1992: 37-39).

A gramatização dos vernaculares enriquece-se, assim, pelo contacto com as gramáticas latinas produzidas no mesmo solo e precisa-se em obras que lhes dizem respeito, mas se destinam a estrangeiros. Cada vernacular é, assim, descrito frequentemente em latim e, por vezes, noutras línguas; elaboram-se também gramáticas multilingues, que envolvem diferentes vernaculares ou vernaculares e línguas antigas. Cada idioma vulgar é, então, implícita ou explicitamente, estudado sobre um fundo comparativo, como se apenas este exercício permitisse ganhar a distância crítica necessária (GIARD, 1992: 220).

Se, com o Renascimento, o interesse pelo “humanismo vernacular” acompanhou o interesse pelo “humanismo clássico”, também o desenvolvimento dos estados nacionais e a necessidade de uma língua oficial unificadora ou “standard”, muitas vezes em simultâneo com a competição por um estatuto preferencial entre as línguas modernas no século XVI (é o caso, em Itália, da rivalidade com o francês ou, em Portugal, com o castelhano), realçaram a importância do estudo dos vernaculares e inspiraram várias observações, quer dentro do trabalho gramatical, quer em textos especiais dedicados à apreciação dos méritos absolutos e relativos dos idiomas europeus. É o caso, para o francês, dos textos de Du Bellay, *Déffence et illustration de la langue françoise* (1549), de Ronsard, *Abrégé de l'art poétique* (1565) e de H. Estienne, *Deux dialogues du nouveau langage françois italianisé* (1578) e *Project du livre intitulé de la precellence du langage françois* (1579) (KIBBEE, 1995: 165-166); para o espanhol, merece especial atenção o *Diálogo de la lengua*, de Juan de Valdés (1495-1541) e,

para o português, é João de Barros quem primeiro nos oferece um *Dialogo em louvor da nossa linguagem* (1540).

As transformações sociais, económico-políticas e religiosas decorrentes da constituição e expansão das nações europeias revelaram-se, assim, determinantes no processo de diferenciação (metalinguística) dos vulgares; situações de conflito passam a ter tradução, igualmente, na concorrência (reforçada a partir do momento em que é institucionalizada) entre as línguas:

Le vieil adage *une langue, une nation*, en prenant valeur, non plus pour le passé, mais pour le futur, acquiert un nouveau sens: les nations devenues, quand elles l'ont pu, des Etats, ceux-ci vont faire de l'apprentissage et de l'usage d'*une* langue officielle une obligation pour les citoyens (AUROUX, 1992: 23).

A submissão ao modelo latino é, entretanto, rapidamente seguida, nos diferentes países, por tentativas de subversão, baseadas na constatação da incapacidade revelada pelas categorias da gramática latina para a descrição das línguas vivas e no reconhecimento da especificidade dos vernaculares; encoraja-se, dessa forma, a consideração do uso, que se transforma em fundamento da gramática. No entanto, é crescente na época a tendência para admitir que o uso está submetido ao capricho dos homens; ao mesmo tempo, vigora a convicção de que não se pode, sem condenar a língua a uma corrupção certa, permitir a este capricho uma liberdade sem limites. Segue-se, então, a definição de usos a funcionar como modelos, aceitando-se que ao gramático não cabe impor as regras, mas, antes, extraí-las de uma observância comum que as prescreve como leis¹. É assim que Vaugelas, na

¹ Em França, e ao contrário de outros, que seguiram os autores clássicos como modelo, Meigret (*Le tretté de la grammere françoese*, 1550) representa, até certo ponto, esse esforço, a partir do qual a gramática latina perde terreno, fornecendo um esquema no interior do qual se procede à observação do uso. Esse uso não vem nem do latim, nem da corte, nem das massas, mas «des hommes bien appris en la langue française». R. Estienne

sua obra *Remarques sur la langue françoise* (1647), começa por apontar o uso como senhor e soberano das línguas vivas e, portanto, como autoridade superior nesse domínio da vida social. Trata-se de um ponto de vista e uma concepção de uso que, familiares desde Quintiliano e outros autores latinos, se difundiram durante o Renascimento. O uso é, no entanto, “bom” (correspondendo, para Vaugelas, à linguagem da corte sancionada pela linguagem dos melhores escritores, «la façon de parler de la plus saine partie de la Cour, conformément à la façon d’écrire de la plus saine partie des Auteurs du temps» [VAUGELAS, *Remarques sur la langue françoise*, apud PERCIVAL, 1976: 375, n. 3]) e “mau” (correspondendo à linguagem das classes baixas e das províncias). Concepções idênticas já as haviam exibido Ramus, Scaliger e Sanctius. O bom uso é, então, «a norm of collective linguistic usage which a rational man willingly and consciously conforms to. It is therefore possible for individuals to improve their speech and writing by first finding out what constitutes good usage and thereafter conforming to it» (PERCIVAL, 1976: 376); desta forma, Vaugelas condena a violação, mesmo que perpetrada por membros da corte ou autores conceituados, desse conjunto de normas. A associação elitista do bom uso às camadas letradas faz com que se torne comum a muitos gramáticos do período pós-renascentista a ideia de que essa noção / prática é um produto de cultura artificial¹ (PERCIVAL, 1976: 374-376).

(*Traité de la grammaire françoise*, 1557) tem já a pretensão de se apoiar no uso «des plus scavans en nostre langue, qui avoyent tout le temps de leur vie hanté es Cours de France» (apud PADLEY, 1983: 73). No que se refere à língua inglesa, o primeiro gramático do inglês a sacudir seriamente o jugo do modelo latino é J. Wallis (*Grammatica linguae Anglicanae*, 1653) que, em conformidade com a noção de que cada idioma possui uma essência particular, se propõe seguir menos o uso do latim que o carácter particular da sua língua (PADLEY, 1983: 75).

¹ «Thus in his grammar of Italian, *Delle Cagioni della Lingua Toscana*, first published in 1623, Benedetto Buommattei points out: ‘Il parlar degli uomini adunque è naturale, perchè ha principio dalla natura. Ma il come è artificiale, perchè e’ dipende dall’arte, che lo raffina, e preserva dalle corruzioni dell’imperito e sconsiderato vulgo, il quale appoco appoco lo condurrebbe con irreparabil danno a certissimo fine, se la diligenza degli Scrittori non lo sostenesse...’» (PERCIVAL, 1976: 375-376, n. 4).

A definição do bom uso coloca alguns problemas quando em causa estão formas alternativas ou novas, uma vez que a mera observação do uso, por si só, não é decisiva: consideram-se, nesses casos, a preferência dos falantes (o uso é observado numa dimensão “estatística”), aspectos estilísticos e a analogia que, para Vaugelas, não é um princípio de funcionamento distinto, mas apenas uma forma generalizada de uso, pelo que pode ser validamente aplicado em casos de uso discutível¹. Segundo Vaugelas, quando uma regra (conceito que expressa a regularidade) não se aplica em situações em que seria previsível o seu funcionamento, o uso triunfa sobre a regra, podendo dessa forma sancionar “erros” (no sentido de ‘incumprimento de regras’) gramaticais: as línguas não são, portanto, completamente governadas pela regularidade, o que, por um lado, lhes confere qualidade estética e, por outro, estimula a curiosidade do investigador. No “bel usage” há, assim, um equilíbrio delicado entre a conformidade e a infracção (PERCIVAL, 1976: 377-378)². Estando o bom uso socialmente determinado, deparamo-nos com uma nova formulação da “teoria (hierarquização) do erro” que já Varrão tinha exposto; ao mesmo tempo, manifesta-se a consciência de que língua é, como Humboldt virá a difundir, não só *ergon*, mas também *energeia* e de que esta dimensão constitui uma fonte de estímulo inesgotável para o estudioso.

A indicação do bom uso (que pressupõe uma concepção de vernacular “tal como deve ser falado” e suporta o prescritivismo clássico) é, então, uma via severamente prática na qual se lança, por exemplo, a gramática francesa.

¹ «Cette *Analogie* n'est autre chose en matiere de langues, qu'un Usage general et estably que l'on veut appliquer en cas pareil à certains mots, ou à certaines phrases, ou à certaines constructions, qui n'ont point encore leur usage déclaré, et par ce moyen on juge quel doit estre ou quel est l'usage particulier, par la raison et par l'exemple de l'Usage general» (VAUGELAS, *Remarques sur la langue françoise*, apud PERCIVAL, 1976: 377, n. 9).

² «C'est la beauté des langues, que ces façons de parler, qui semblent estre sans raison, pourveu que l'Usage les autorise. La bizarrerie n'est bonne nulle part que là» (VAUGELAS, *Remarques sur la langue françoise*, apud PERCIVAL, 1976: 378, n. 14).

A. Matthieu (*Second devis et principal propos de la langue françoise*, 1560) é um precursor desta escola, mas o ponto culminante dessas tentativas encontra-se, evidentemente, na obra já referida de Vaugelas (PADLEY, 1983: 76). Este trabalho normativo implica uma hierarquização sociolinguística que reproduz, nas grandes linhas, a hierarquia social; com Vaugelas, prestígio linguístico será claramente associado ao prestígio social (MAURAS, 1983 : 4)¹. O objectivo do seu texto, como o da Academia francesa,

est de fixer et de purifier la langue, de lui fournir des règles perpétuellement valables. Il ne s'agit plus d'analyser la langue en parallèle avec des normes grammaticales conçues pour une autre. Mais norme il y a, car la norme théorique empruntée aux Romains est remplacée par celle de la seule correction. Dans les cas douteux, on peut toujours faire appel à l'analogie, mais l'analogie elle-même n'est que l'application particulière d'un usage général, car pour Vaugelas la langue "n'est fondée que sur le seul Usage". La raison n'est pas entièrement exclue, mais elle n'a "nulle autorité" (...). Ayant refusé d'admettre les droits de la raison, il ne restera plus à Vaugelas qu'à dresser l'inventaire du bon usage, en se faisant l'écho de Quintilien. (...). C'est avec Vaugelas et Bouhours que le culte de la correction et le règne du grammairien qui impose l'uniformité au nom du meilleur usage auront leur vrai début. (...) La doctrine de Vaugelas et Bouhours suppose comme point de départ que la langue étant arrivée à sa plus haute perfection, la tâche du grammairien est de la sauvegarder. Il en résulte une combinaison de formalisme rigide et de complication minutieuse, où l'attitude envers la langue n'est que le reflet fidèle des préoccupations plus générales de la

¹ «Tout l'absolutisme monarchique et le contrôle du pouvoir royal sur le dictionnaire et la grammaire, via l'Académie sont inscrits dans cette [do bom uso] définition. Il était par conséquent nécessaire que la contrepartie théorique des mouvements politiques et philosophiques ultérieurs corresponde à une discussion du rôle du (bon) usage dans la pratique et le savoir linguistiques. Deux stratégies étaient possibles dans cette discussion, l'une consistait à refuser le rôle de l'usage, l'autre à définir l'usage autrement. (...) la seconde stratégie vise à disjoindre la définition de l'usage linguistique et la structure sociale de la monarchie absolue. Différentes tactiques sont possibles; elles correspondent à des mouvements sociaux complexes, particulièrement vifs durant la Révolution française. (...) constante essentielle de la tradition linguistique française, qui consiste à envisager la langue sous son aspect institutionnel et politique, plutôt que comme un ordre de faits, quasi-naturel et soustrait à l'action de la volonté humaine» (AUROUX / CLERICO, 1992: 377-378).

société. Toute spéculation philosophique, tout effort pour bâtir une théorie grammaticale cohérente, sont bannis des manuels pendant toute une génération (PADLEY, 1983: 76-77).

No espaço românico, o processo de ascensão dos vernaculares e respectiva gramatização traduziu-se na emancipação das línguas autóctones relativamente à língua-tecto¹, o latim. Dado o carácter de ruptura que tal movimento assume, esse é um processo mais ou menos polémico e complexo em função da estrutura linguística e da organização social, política e cultural dos diferentes países². As questões fundamentais em análise são, no entanto, as mesmas para cada vernacular:

comment penser ce retournement de situation et le légitimer? Comment légiférer, établir des normes de langue que la communauté des locuteurs comprenne, accepte et respecte? Comment inscrire le vernaculaire dans la durée et traiter le problème lancinant de son altération dans le temps et de sa variation dans l'espace? La dichotomie antérieure, commode, entre une pluralité de vernaculaires servant à l'oralité, placés sous le signe du mouvement et de l'instant, de la vie commune et des choses ordinaires, et un latin écrit, unique, théorisé, référé à l'unité, à la stabilité et à la

¹ Esse (que tem como sinónimo o termo *cobertura*) é um conceito klossiano que o proponente utiliza para distinguir o que Muljačić (1986: 56) representa pelas siglas IE (idiomas expostos) e IC (idiomas cobertos): relativamente a estes, os primeiros têm mais hipóteses de se emancipar da Língua por elaboração (conceito apresentado na Parte I deste trabalho) correspondente que lhes está linguisticamente mais próxima. O termo em causa não é, no entanto, tomado uniformemente pelos que o utilizam: «H. Kloss e J. Goossens diffèrent dans la définition des idiomes “sans toit”. Tandis que K., 1978, considère como IE l'alsacien parce que ses usagers n'ont pas la possibilité d'apprendre à l'école primaire la forme orale et écrite de la LE allemande, G. le considère comme “couvert” par l'allemand et pense que les vrais dialectes “sans toit” sont parlés par des analphabètes, c'est-à-dire qu'ils existent dans notre époque seulement outre-mer» (MULJACIĆ, 1986: 58).

² «D'un vernaculaire à l'autre, l'accent principal se déplace. En Allemagne, l'essentiel tourne autour de la Bible de Luther et de son action décisive pour légitimer une langue populaire, concrète, efficace. En Angleterre, les discours de principe font défaut, la question est traitée dans un contexte éducatif, le vernaculaire est anobli par une prodigieuse créativité littéraire (Shakespeare, Spenser, Sidney) et par son emploi liturgique. En Espagne, le premier rôle revient sans conteste à la fondation de la tradition grammaticale par Nebrija. En Italie, d'une lutte acharnée entre les dialectes, menée en marge du latin restauré par les humanistes, le toscan sort vainqueur avec le grand dictionnaire de la Crusca. En France prime le débat sur l'orthographe et l'origine de la langue avec, en corollaire, la question de la visibilité graphique de l'étymologie et, à travers elle, la marque conservée du lien au grec et au latin» (GIARD, 1992: 206).

durée, traitant des activités nobles de connaissance et des choses divines, ne peut plus suffire, parce que ce partage des emplois est complètement remis en question (GIARD, 1992: 208).

É em Itália, onde a reflexão sobre o vernacular se começa a desenvolver muito cedo, que se inicia o processo de ascensão dos vernaculares¹. O movimento que então se desencadeou, ainda no final do século XIV, recebeu a designação de “questione della lingua” e viveu-se de forma particularmente acesa entre os teorizadores quinhentistas, prolongando-se, no entanto, durante séculos. Os objectivos que, nesse âmbito, se perseguiram eram a definição das normas gramaticais e a escolha dos modelos literários. As suas implicações eram, simultaneamente, teóricas e práticas: tratava-se de fornecer ao público os resultados do trabalho de gramatização (gramáticas, dicionários, regras de ortografia) e de definir as relações entre a língua vulgar e o toscano antigo e moderno, entre o toscano e o latim, entre a língua vulgar, os falares regionais e as línguas estrangeiras. Para explicar o processo de formação e desenvolvimento do vernacular na sua relação com o latim era necessário igualmente examinar questões não só de natureza histórica, como o papel dos povos germânicos na formação da língua italiana, mas também de natureza sociolinguística, decorrentes da consideração da complexidade da comunidade romana historicamente subjacente² (SANTOS, 1975: 519; MARAZZINI, 1992: 313-314; RICHARDSON, 1995: 153).

¹ Antes de 1500, avançaram mais lentamente nessa direcção os outros idiomas ocidentais: «On date ordinairement du XVI^e siècle la prise en conscience de l'autonomie et du prestige de la langue romane nommée “français”, du nom d'un dialecte roman supposé, le “francien”, qui aurait été promu au rang de langue du pouvoir central» (AUROUX / CLERICO, 1992: 359). De qualquer modo, foi muito clara a influência da Itália sobre este movimento nos outros países europeus: «Os teorizadores principais que irão escrever sobre a língua para os seus conterrâneos passaram pela Itália e tiveram contacto directo com o meio cultural onde os seus modelos nasceram e amadureceram» (SANTOS, 1975: 520).

² A “questione della lingua” consistiu, em Itália, em debates sobre (i) a relação entre o latim e o vernacular; (ii) a dimensão com que o uso escrito deste pode ser influenciado por variedades não toscanas, pelo toscano contemporâneo ou pela ortografia e sintaxe do

A **questão da língua** assumiu, então, nos espaços em que se veio a desenvolver, duas vertentes, que normalmente se sucedem no tempo. Por um lado, confrontam-se os que defendem o uso do latim enquanto língua exclusiva do ensino, da Igreja e da literatura “séria” e aqueles que argumentam que o “vulgar” pode / deve revestir-se desse valor funcional; luta-se, então, contra a sobreavaliação do latim, aprofundando-se a questão da origem da língua vulgar e sublinhando-se as suas correspondências com as línguas clássicas. Por outro lado, a ascensão dos idiomas locais não se processa sem que a consciência do valor aglutinador e identificador de uma língua nacional, a funcionar como língua de cultura, se desenvolva. Assim se promove a definição de uma variedade “standard” e, portanto, o desencadeamento de processos de selecção entre formas alternativas disponíveis.

O primeiro tipo de discussão resolveu-se de forma idêntica nos diferentes contextos, resultando na valorização e emancipação progressiva dos vernaculares e no desenvolvimento das práticas de gramatização. No entanto, como a outros níveis, registam-se diferenças no que se refere ao

próprio latim; (iii) o nome a dar à língua literária: italiano, toscano, florentino ou apenas “vulgar”. Neste contexto, o interesse pela linguagem foi forte, mas não neutro e concentrou-se preferencialmente na língua literária, em detrimento da língua falada (como aconteceu com os gramáticos das línguas clássicas desde os Alexandrinos até à Idade Média). Está aqui em causa a teoria (exposta, entre outros, por Pietro Bembo - 1470/1547 -, convertido à causa do vernacular) de que, se deve ser uma alternativa séria ao latim, o vernacular deve ser tratado com a mesma seriedade; deve-se, portanto, imitar apenas a linguagem dos melhores autores (Petrarca, Dante, Boccaccio): o ideal linguístico apontado por Bembo não era, então, o toscano coevo falado na época, mas a variedade arcaica daqueles escritores (RICHARDSON, 1995: 152; SANTOS, 1975: 518-519; SCAGLIONE, 1984a: 17-19). A discussão em torno das relações entre as diferentes unidades idiomáticas envolveu: (i) a ideia medieval (que encontramos, por exemplo, em Dante e que, na primeira metade do século XV, ainda influenciava alguns espíritos) de que na Roma antiga havia uma necessária distinção entre uma língua literária governada por “arte” e um vernacular desgovernado, produto da “natureza”; (ii) a distinção, avançada por Leonardo Bruni, entre um *sermo litteratus* e um *sermo vulgaris* ao qual se reconhecia, no entanto, o direito de existência; (iii) a ideia de que o latim era a língua falada por todos os níveis sociais, embora com diferenças associadas aos respectivos níveis culturais. Para informações de maior pormenor, cf. RICHARDSON, 1995: 152-153.

grau de consciência linguística que acompanha todo o processo e que transparece dos textos gramaticais; na verdade, trata-se de um aspecto que as histórias próprias de cada comunidade condicionam, já que essa consciência se manifesta de forma mais apurada quando o passado impôs, de modo duradouro, a presença e o uso de outras línguas vivas. É o caso, na Península Ibérica, do árabe e, em Inglaterra, depois da conquista normanda, do francês (GIARD, 1992: 209).

Já a polémica em torno da selecção de uma variedade “standard” assumiu dimensões diferenciadas: muito viva em Itália, país marcado por forte fragmentação política e linguística¹, resolveu-se com facilidade nos países com um forte governo central. É o que se observa na escolha de um dialecto literário em Espanha, que ocorre depois da unificação política conseguida pelos Reis Católicos (1474-1525): aí, «le nouveau sentiment de la langue a pu se joindre (...) à la vision d’une grande entité nationale. Le castillan est vite devenu la langue de la nation, ce qu’on a tout simplement appelé *espagnol*» (SARMIENTO, 1992: 330).

O desenvolvimento das variedades “standard” não se processou de modo uniforme também no que se refere aos agentes intervenientes. Considere-se, como vimos atrás (cf. p. 69, em 1.2. *Atitudes descritivas e prescritivas no estudo da linguagem. Os conceitos de norma e estandardização*), que em países como a Itália, a França e a Espanha, as

¹ «Au XVI^e siècle, la “questionne della lingua” prend forme de querelle entre les grands esprits du temps. Le débat n’est plus du tout rhétorique, il concerne une *realpolitik* de la langue “nationale” dans une Italie sans unité politique. Machiavel ne s’y trompe pas (...) et pas d’avantage Côme de Médicis qui fait de la langue l’objet d’une politique de prestige et encourage vigoureusement le travail de l’Accademia fiorentina dans ce domaine. Car l’enjeu du débat est la détermination d’une forme écrite pour le vernaculaire. Comment procéder? Bembo recommande d’archaïser. Baldasser Castiglione (...) préconise l’usage recherché des Cours. Les partisans de Florence jugent qu’il faut s’en tenir à un seul et bon dialecte en bel état, le toscan bien sûr. La discussion attise les rivalités entre les cités et les princes, car chaque camp comprend bien qu’attribuer la préférence à une forme régionale sera une manière de prééminence accordée à cette région» (GIARD, 1992: 214-215).

academias oficiais que se vieram aí a constituir desempenharam um papel assaz relevante e que, noutros ambientes, há, antes, que destacar o desempenho de autoridades individuais; recorde-se, a este propósito, o conceito de “estilo livre iniciativa” de que fala Garvin e que apresentámos na Parte I deste trabalho (cf. p. 108, em 2.2.1. *O contributo do Círculo Linguístico de Praga*). Por outro lado, há também que considerar que, apesar do reconhecimento do papel desempenhado pelas chancelarias medievais na selecção e difusão das normas “standard”, o efectivo impacto do funcionamento dessas instituições na história das línguas continua por esclarecer (DEUMERT / VANDENBUSSCHE, 2003a: 5).

Finalmente, há que distinguir as variedades “standard” no que se refere à sua origem e modo de desenvolvimento. Em muitos casos, aquela variedade emergiu do dialecto de uma dada região: foi o que sucedeu em França e em Itália, com a ascensão do dialecto da Ilha de França e do toscano, respectivamente; noutros casos (veja-se a Alemanha), todas as variedades regionais contribuem para a variedade “standard”, a sua capacidade de interferência na formação ou definição daquela unidade idiomática dependendo das características que as definem¹. O que se passa, então, é que a selecção desencadeada pela possibilidade de escolha entre alternativas linguísticas se apresenta com duas configurações fundamentais: monocêntrica (o “standard” revela claramente uma determinada proveniência regional ou social) e policêntrica (a língua “standard” surge como uma variedade compósita, constituída ao longo do tempo pela absorção de traços de vários dialectos). A evolução de uma variedade que, de uma

¹ «In general, a variety has good prospects of greatly influencing the standard variety if it fulfils the following three requirements (or as many as possible) (...): (1) It is used in an economic and / or political centre by the ruling class and / or by the educated elite; (2) it is / was used in recognized significant literature (...); (3) it is a compromise form resulting from a mixture of varieties from quite different regions» (AMMON, 1987: 330).

parte do todo, passa a apresentar-se como o conjunto (“sinédoque”) é a situação que J. E. Joseph (*The Standard Language: Theory, Dogma and Sociocultural Reality*, 1980) considera típica; já para Deumert e Vandebussche, a selecção policêntrica parece ser a mais comum na história das línguas (AMMON, 1987: 330; DEUMERT / VANDENBUSSCHE, 2003a: 4-5).

Vimos que, pelo confronto com a impressionante homogeneidade do latim clássico, a variabilidade dos vernaculares começa por constituir um sinal de inferioridade e um obstáculo à gramatização¹; por outro lado, a observação do uso a que a descrição dos idiomas autóctones obriga e a questão do **bom uso**, que imediatamente a seguir se coloca, explicam que, à semelhança do que já notámos para a Antiguidade, também durante o Renascimento vários gramáticos dos vernaculares refiram a variedade geográfica e social que ocorre nas respectivas línguas. O termo **dialecto**, importado da gramática grega, faz parte da metalinguagem a que cedo se recorreu, mas o contraste que, de imediato, se estabelece com o conceito de língua, determinou definitivamente a natureza da reflexão sobre a variação linguística.

Os estudos de história da Linguística dão-nos conta, mais ou menos pormenorizadamente, do pensamento de alguns autores sobre o assunto. Assim, é possível observar que o ambiente do século XVI favoreceu a apreciação positiva das diferenças dialectais. Para tal, contribuíram as analogias que, em algumas comunidades, se estabeleciam com a situação linguística da Grécia antiga (o ático, o iónico, o dórico e eólico conviviam,

¹ Em 1440, Lorenzo Valla ainda interpreta a diversidade dialectal da Grécia antiga como um indício de inferioridade relativamente ao latim clássico. Só na geração seguinte, um melhor conhecimento do grego e o contacto directo com o seu fundo textual dão a esta língua um estatuto de excelência no domínio do saber. Só então se toma da gramática grega o termo **dialecto** (GIARD, 1992: 216).

então, com um dialecto comum, a *koiné*)¹, bem como a ideia que então se propagou de que a linguagem é fundamentalmente um meio de comunicação humana, subseqüentemente valorizando-se a fala sobre a escrita; reage-se, dessa forma, à crença humanística de que nenhuma língua podia realmente existir **sem um escritor**. Relativamente a alguns trabalhos, avança-se com a ideia (expressa de forma mais ou menos peremptória) de que é neste período que se lançam as bases da Dialectologia e da Sociolinguística. Se, em muitos casos, não se vai para lá da constatação das diferenças, outros autores oferecem-nos declarações “revolucionárias”, antecipando ideias e princípios que, normalmente, se consideram resultado de contribuições dos tempos mais recentes. É o caso de Charles de Bovelles que, em 1533 mas em latim (*Liber de differentia vulgarium linguarum et gallici sermonis varietate*), funda, segundo Giard (1992: 222), a dialectologia francesa: contestando a ideia de que é possível sistematizar a descrição do vulgar, fixando ao mesmo tempo o uso e o bom uso, escolhendo entre formas concorrentes e fixando leis gerais, aquele autor defende que uma língua viva não se pode prestar a tal racionalização e nega que se possa estabelecer um “arquétipo” entre variantes (regionais ou sociais) igualmente legítimas. Algumas gerações mais tarde, é Fauchet quem propõe análises destinadas a dar conta das variedades dialectais (AUROUX / CLERICO, 1992: 362 e 366-367).

Também na produção gramatical espanhola nos deparamos com o tratamento deste tipo de questão; o modo como a variação linguística é equacionada por determinados autores leva mesmo Zamora (1995: 161) à

¹ «[La] question des dialectes portée au passif des vernaculaires est considérée autrement dès lors que l'on remarque la signification et l'usage positifs qu'ils avaient en grec» (GIARD, 1992: 216). É assim que H. Estienne encontra na existência dos dialectos do grego argumentos para provar a riqueza e excelência da língua francesa (AUROUX / CLERICO, 1992: 366-367). Também em Itália se estabeleceu esse paralelismo: conscientes da existência de uma língua literária, os italianos discutiam, no entanto, sobre se se tratava de toscano ou de um idioma comum.

seguinte observação: «Dialectology and sociolinguistics did not come into their own until much later. However, modern linguists will not find fault in the (...) ideas of the Spanish Renaissance concerning geographic and social variety». Dos textos que analisa, Zamora (1995: 160-161) faz, então, a seguinte apreciação:

As early as 1535 Juan de Valdés in his *Diálogo de la Lengua* said that there were many varieties of Castilian because it was spoken in many regions, each region having vocabulary items and pronunciation that were peculiar to it. He points out two reasons for this variety: diversity of realms, and contact with speakers from neighbouring regions. In his *Del Origen y Principio* Bernardo José de Aldrete devotes one whole chapter to dialects, calling them by that same name. Aldrete states that there are as many dialects of one same language as there is geographic diversity. He points to differences between rural and urban speech. He goes on to say that there is diversity even within a city, if it is large enough, as well as between speakers from lowlands and mountains in rural areas. Sebastián de Covarrubias' *Tesoro* is the first Spanish dictionary which gives a definition of dialect. It is, Covarrubias says, that which is peculiar to each language, through which we distinguish the speech of (...) where, even though the same Castilian language is spoken, there are different manners of pronunciation and of forming vocabulary. (...) Covarrubias often points out the regional and social usage of the words he defines. Gonzalo Correas in his *Arte grande* called for a standard or norm, that of pure Castilian. This notwithstanding, he criticized some aspects of the language in Castile. Throughout the book he discusses regional differences, those that are morphological or syntactic as well as those that occur in pronunciation and vocabulary. He even recognized social variety, indicating that this occurs because of age, social class, sex, profession or occupation, and rural or urban condition. More importantly, Correas stated that each social variety, each sociolect, was as valid within its context as any other, specifically indicating that the linguistic style of the court and nobility was only one part of each language, other styles being just as good and as elegant for their speakers and circumstances.

Também em França, no princípio do século XVI, as formas dialectais eram vistas, aprovadamente, como enriquecendo o inventário do francês;

no entanto, a intolerância religiosa que então se desenvolveu foi acompanhada por uma crescente intolerância linguística, que se acentuou à medida que se afirmou a unificação da língua: a pronúncia do picardo, do gascão e do normando é notada e rejeitada nos textos sobre pronúncia e ortografia, e muitos outros dialectos são notados (reprovadamente) nos dicionários; arcaísmos e regionalismos serão progressivamente recusados como formas legítimas. Estava tudo preparado para o absolutismo linguístico de Malherbe, Vaugelas e Bouhours, que se instaura no século XVII. Alvo de ataque são, então, não apenas os vernaculares rivais (sobretudo o italiano), mas também as formas não “standard” da própria língua, tudo se encaminhando, em França, para uma norma estreita que Vaugelas e os membros da Academia vigiarão (KIBBEE, 1995: 165-166; AUROUX / CLERICO, 1992: 367)¹.

Também na produção linguístico-gramatical portuguesa nos deparamos com textos de inegável interesse teórico e descritivo, no que à abordagem / análise do fenómeno da variação diz respeito; igual atenção

¹ «Le “purisme”, qui s’établit durablement (...) avec de F. de Malherbe (...), consiste à policer la langue, à lui ôter ses excroissances et sa luxuriance, à construire une norme dont l’idéal de pureté et d’harmonie se peut réduire à deux principes: propriétés des termes et clarté de la syntaxe. Les remarques sur la langue, où se mêlent observations grammaticales, sémantiques, étymologiques et prescriptions appuyées sur un usage plus ou moins raisonnée, deviennent un genre fécond (...): depuis l’initiateur Vaugelas (...) jusqu’à - parmi d’autres - Voltaire (...), en passant par Ménage (...) et son contradicteur Bouhours (...). Les salons et la cour sont l’arbitre du bon ton (...). La langue est une pièce essentielle de la politique royale, comme le marque la fondation, par Richelieu, de l’Académie Française (1635), organisme qui a pour principale fonction de la codifier, c’est-à-dire de l’expurger de toute variante, et d’en faire l’instrument de l’éloquence dans les arts et les sciences. (...) Du XVII^e à la fin du XVIII^e siècle les principaux grammairiens français seront des académiciens. La tradition d’analyse linguistique française est incompréhensible si on ne la rattache pas à la détermination particulière que représente pour tout auteur ce rapport privilégié à une langue centralisée, travaillée par des actions planificatrices, et qui ne cessera jamais d’être pensée comme une institution perfectible (...). C’est pourquoi, sans doute, les études dialectologiques se tarissent après le XVI^e siècle (...). En France, la question d’une unification linguistique ne se posera jamais vraiment. L’unité indivisible de la langue - comme celle du Royaume -, même si la langue dont il est question n’est au XVII^e siècle que celle d’environ 12% de la population, est un préalable de l’analyse linguistique; le reste est “patois abandonné à la populace des provinces” (Beauzée [...])» (AUROUX / CLERICO, 1992: 368-372).

desperta, entre os estudiosos portugueses, o problema da definição de uma variedade idiomática de referência. Como veremos na Parte III deste trabalho, essas são questões que, de forma mais organizada ou de modo mais disperso, todos os autores observados integram nas respectivas obras.

7.3. Séculos XVII e XVIII: gramática filosófica, gramática geral e linguagem universal; o desenvolvimento da linguística histórica e comparativa

Os Modistas dos séculos XIII e XIV, seguindo muitas ideias de Aristóteles, interromperam séculos de estudos prescritivistas, praticando o que se chama “gramática especulativa”. Tendo como foco de interesse o funcionamento da mente do falante, teorizaram sobre os modos do pensamento e o seu reflexo na fala. A ideia fundamental era a de que ao fenómeno da expressão linguística subjazia uma única gramática, realizada de forma independente nos diferentes idiomas. Pela primeira vez desde os gregos antigos, a linguagem como um sistema é o objecto de estudo, deslocando desse lugar a formulação de regras prescritivas e a preocupação com a expressão perfeita.

Posteriormente, num contexto epocal em que se acreditava que o que era válido para o latim o seria igualmente para as outras línguas, é Scaliger quem primeiro retoma estas ideias, aplicando-as na obra *De causis linguae latinae*. Particularmente através de Sanctius, a abordagem racionalista da linguagem a que aí procede é filtrada para o século seguinte, vindo a influenciar profundamente a gramática de Port-Royal (*Grammaire générale et raisonnée*, publicada em 1660 e elaborada por Arnauld e

Lancelot¹) e o conhecimento gramatical geral em circulação na época. Como racionalista, Sanctius assumia que tudo o que constitui o mundo humano (domínio em que a linguagem se inclui) é passível de explicação. Assim, rejeitou explicitamente o princípio da aceitação das formas linguísticas apenas a partir do uso ditado pela autoridade, opondo-se ao modo prescritivo dos estudos gramaticais predominante na época²; o trabalho do gramático, acreditava ele, era descobrir as causas da estrutura da linguagem (ou, pelo menos, as do latim) (WHEELER, 1995: 169). Como a gramática a que assim se tem acesso se supõe universal, os seus princípios são teoricamente aplicáveis a outras línguas que não o latim; *Della lingua toscana* (1642), de Benedetto Buonmattei³, é o primeiro exemplo da aplicação de um método descritivo

¹ Trata-se do mais importante trabalho sobre a linguagem produzido no interior do grupo de Port-Royal; a sua “redescoberta”, nos anos 60 do século XX por Noam Chomsky, foi determinante para o renascer do interesse pela história do pensamento linguístico daquela época. Na sua edição original, a obra é constituída por 150 páginas organizadas em duas partes: a primeira trata, brevemente, da dimensão fónica da linguagem e de aspectos gráficos (*Où il est parlé des lettres et des caractères de l'écriture* é o seu título); a segunda, a parte fundamental (*Où il est parlé des principes et des raisons sur lesquelles sont appuyées les diverses formes de la signification des mots*), analisa, numa perspectiva universal, várias classes de palavras, terminando com um pequeno capítulo sobre sintaxe e linguagem figurativa.

² «Il y a donc changement de norme. La souveraineté de l'usage est en train de faire place à celle de la raison» (PADLEY, 1983: 88).

³ «Il rejette de son système toute considération diachronique, car les racines de la parole sont, selon Scaliger, dans nos esprits (...), et donc soumises à la seule raison. Et en effet, en dépit de la valeur de ses observations détaillées de l'usage, son œuvre annonce le déclin de la grammaire empirique et le triomphe du “logicisme”. (...) Il s'agit de décrire “cette langue toscane, qui se parle dans les meilleures régions, la langue de Dante, de Pétrarque et de Boccace au meilleur siècle”. Le fait que ce dialecte tire ses origines du latin ne justifie nullement ceux qui veulent lui prescrire des règles conçues pour le latin. Autant la soumettre aux règles grammaticales des langues “barbares” qui, elles aussi, ont contribué à sa formation. La *lingua volgare*, ce “mulet” né de parents hétérogènes, doit forcément recevoir des règles faites pour elle. Quant à l'usage, le modèle à suivre est fourni à la fois par le peuple et par les écrivains, mais *popolo*, bien entendu, ne veut pas dire “la seule lie”, mais la population entière, et *scrittori* embrasse les auteurs établis, à l'exclusion des “faiseurs quelconques de fabliaux”. En fin de compte, c'est le peuple qui donne à la langue sa forme et ses règles, laissant aux écrivains la tâche de la fixer et de l'établir sur des bases solides. Si l'usage s'apprend de la bouche du peuple comme “*autor e padrone*”, la *science* du langage, elle, s'apprend chez les écrivains comme “*maestri e interpreti*” (...). Selon Trabalza (1908), la grammaire de Buonmattei marque la fin, en Italie, du mouvement puriste amorcé au XVI^e siècle et le triomphe des principes de régularité et de fixité. En même temps, elle représente un nouveau départ: l'application à la grammaire italienne

com aspirações universalistas a uma língua vernacular, daí resultando uma obra que precede de 20 anos a gramática de Port-Royal e que Padley (1983: 84-85) compara às grandes obras latinas de Scaliger (1540), Sanctius (1587) e Campanella (1638)¹. A obra de Buonmattei insere-se, assim, numa tradição que, com origem na Idade Média, conduz directamente, através das obras daqueles autores, à gramática de Port-Royal (PADLEY, 1983: 87).

Para os autores de Port-Royal, a linguagem é, acima de tudo, um instrumento de comunicação; na sua perspectiva, o objectivo da fala é, por isso, comunicar as ideias: «La Grammaire est l'art de parler. Parler, est expliquer ses pensées par des signes que les hommes ont inventés à ce dessein» (ARNAULD / LANCELOT, [1660] 1993: 3). Se a razão é universal (definindo coordenadas lógicas comuns a toda a gente), as regras accionadas para a transmissão dos pensamentos devem ser idênticas, apesar das diferenças que se observam entre as línguas. Neste pressuposto, a gramática é simplesmente um reflexo das operações da mente ou das modalidades de pensamento, logo, um reflexo de regras universais (WHEELER, 1995: 172). Aceitando que os elementos da linguagem são essencialmente racionais, a gramática dita filosófica que assim se constitui baseia-se na assunção de que uma teoria da gramática se deve conformar à da lógica²: *Que la connaissance de ce qui se passe dans notre esprit, est*

d'une norme philosophique empruntée à un grand grammairien du latin» (PADLEY, 1983: 85-87).

¹ «Les assises théoriques de la grammaire de Buonmattei sont fondées, par l'intermédiaire de Scaliger, sur la doctrine aristotélicienne des "quatre causes". La méthode scaligérienne consiste en l'application à la langue des catégories de matière et de forme (de substance et d'accident), et en son explication en termes des causes: la *cause matérielle*, c'est-à-dire la matière phonique qui lui sert de support; la *cause formelle* qui impose une signification à cette matière; la *cause efficiente* ou l'agent qui l'impose; et la *cause finale* ou le but envisagé par cette imposition» (PADLEY, 1983: 86).

² No quadro desta gramática (confluência de gramática e lógica), as palavras revelam e são precedidas pelos pensamentos; as diferentes classes resultam do facto de as palavras serem concebidas para traduzir diferentes operações do nosso espírito: «Et ainsi la plus grande distinction de ce qui se passe dans notre esprit, est de dire qu'on y peut considérer l'objet de notre pensée, et la forme ou la manière de notre pensée, dont la principale est le

nécessaire pour comprendre les fondements de la Grammaire; et que c'est de là que dépend la diversité des mots qui composent le discours é o título do primeiro capítulo da segunda parte da *Grammaire générale et raisonnée*. O objectivo é, então, descobrir os princípios comuns a todas as línguas, princípios independentes do tempo e do espaço e captáveis pelo exame de diferentes idiomas¹. Trata-se, em suma, de definir uma gramática universal baseada na estrutura conceptual da mente, desse modo oferecendo uma espécie de guia que facilitaria o estudo de qualquer língua (SUBBIONDO, 1995: 175; WHEELER, 1995: 172)²:

La Grammaire de Port-Royal (1660) cherche donc à découvrir les “raisons de ce qui est commun à toutes les langues”, à “faire par science ce que les autres font seulement par coutume”. (...) la langue n'est plus le miroir de l'univers, mais le reflet exact de la pensée. (...) Avec Port-Royal commence le règne de la logique comme norme toute-puissante (PADLEY, 1983: 89).

Embora em Port-Royal se tenha feito coincidir norma lógica e norma linguística, o século XVII é também, recordemo-lo, o século de Vaugelas, que se esforça por estabelecer uma gramática baseada apenas no uso e, portanto, despida de todo o aparato teórico (MAURIS, 1983: 4). As relações que uso e

jugement: mais on y doit encore rapporter les conjonctions, disjonctions, et autres semblables opérations de notre esprit, et tous les autres mouvements de notre âme, comme les désirs, le commandement, l'interrogation, etc. Il s'ensuit de là, que les hommes ayant eu besoin de signes pour marquer tout ce qui se passe dans leur esprit, il faut aussi que la plus générale distinction des mots soit que les uns signifient les objets des pensées, et les autres la forme et la manière de nos pensées» (ARNAULD / LANCELOT, [1660] 1993: 47).

¹ A atitude dos gramáticos de Port-Royal é, então, determinada pela suposição daquilo que alguns quadros teóricos actuais designam por **estrutura linguística profunda**, plano subjacente a um nível de superfície no qual se manifesta a diversidade das línguas.

² Este tipo de procedimento não deve ser confundido com a procura de universais nos estudos linguísticos contemporâneos, já que, para Arnauld e Lancelot, as características comuns a todas as línguas significavam comentários sobre as funções das partes do discurso e várias reflexões sobre as verdadeiras fundações da arte de falar. A gramática de Port-Royal (como a obra inglesa que se lhe equiva, a publicada por Lane, *A Key to the Art of Letters*, em 1770), é a obra de pedagogos latinistas que não procuram distinguir tradição latina e descrição do vernacular, mas, ao contrário, superar o fosso que começava a estabelecer-se entre elas e, para tal, ligam indissociavelmente gramática ou arte de escrever à lógica ou arte de pensar (ROUSSE / VERRAC, 1992: 346).

razão estabelecem no processo de funcionamento da linguagem são vistas, pelos autores de Port-Royal, nos seguintes termos:

Or, c'est une maxime, que ceux qui travaillent sur une langue vivante, doivent toujours avoir devant les yeux, que les façons de parler qui sont autorisées par un usage général et non contesté, doivent passer pour bonnes, encore qu'elles soient contraires aux règles et à l'analogie de la langue; mais qu'on ne doit pas les alléguer pour faire douter des règles et troubler l'analogie, ni pour autoriser, par conséquent d'autres façons de parler que l'usage n'aurait pas autorisées. Autrement, qui ne s'arrêtera qu'aux bizarreries de l'usage, sans observer cette maxime, fera qu'une langue demeurera toujours incertaine, et que, n'ayant aucuns principes, elle ne pourra jamais se fixer (ARNAULD / LANCELOT, [1660] 1993: 101).

Qualquer expressão autorizada por um uso geral incontestado deve, então, ser considerada correcta, mesmo quando colide com as regras e a analogia da língua; no entanto, também não deve ser utilizada para pôr em causa regras e analogia ou sancionar outras expressões que o uso não autorize.

Port-Royal revela, assim, uma evidente aproximação a Vaugelas, encarando certos fenómenos linguísticos como tendo uma razão de ser e, portanto, uma explicação, enquanto outros serão dificilmente explicáveis ou, mesmo, inexplicáveis¹. A grande diferença entre estes dois momentos da história da Linguística tem a ver com o facto de os autores da *Grammaire générale et raisonnée* terem uma teoria geral explícita e escreverem uma gramática geral: não se tratava de académicos postulando as regras do bom

¹ Assim a expressão “puro descritivismo” (com que Chomsky se refere a Vaugelas e à análise da linguagem desenvolvida antes de Port-Royal) «does not seem particularly apt as a characterization of Vaugelas' attitude to usage, and if Vaugelas is to be dubbed a pure descriptivist, then so must the authors of the *Grammaire Générale*, for they too accepted the classical view of the role of usage in grammatical description» (PERCIVAL, 1976: 381-382).

uso para uma língua, mas de gramáticos universais tentando dar conta do uso em todas as línguas com que estavam familiarizados (PERCIVAL, 1976: 381).

A publicação da gramática de Port-Royal coincidiu com uma relativa calma na luta pela definição das formas correctas do latim ou do vernacular, preocupação que marcara, até então, os estudos gramaticais em França. Já não se cultivava a discussão acalorada, que se prolongara por quase um século, em torno da reforma ortográfica ou do papel e da adequação do vernacular; desse debate resultara a aceitação gradual do francês e a sua sobreposição ao latim como língua do discurso educado. A doutrina do “bom uso” (assente na consideração do uso da corte como “standard”) estava bem estabelecida e prescritivistas influentes como Vaugelas ajudaram na codificação do francês “correcto”; tratava-se, agora, de observar e imitar. Assim, e embora o prescritivismo estivesse longe de morrer, a sociedade e os académicos estavam agora receptivos a novas formas de considerar a língua. Nos 150 anos seguintes, a *Grammaire générale et raisonnée* foi, por esse facto, o modelo de muitas gramáticas em França, determinando o rumo dos estudos linguísticos desenvolvidos nesse período (WHEELER, 1995: 169-174).

Importante é realçar, então, que a obra marcou uma ruptura com os estudos prescritivistas da época, passando-se a uma atitude de reflexão sobre a própria linguagem (WHEELER, 1995: 172): «si la parole est un des plus grands avantages de l’homme, ce ne doit pas être une chose méprisable de posséder cet avantage avec toute la perfection qui convient à l’homme; qui est de n’en avoir pas seulement l’usage, mais d’en pénétrer aussi les raisons, et de faire par science ce que les autres font seulement par coutume» (ARNAULD / LANCELOT, [1660] 1993: 2)¹. A ideia port-royalista de “art de penser / parler” opõe-se à ideia vigente até então

¹ O destacado é nosso.

de “art de bien penser / bien parler”; nessa linha, gramática é concebida como o conjunto de regras governando a fala do homem e também como a disciplina na qual essas regras devem ser descobertas (BREKLE, 1975: 342)¹.

Segundo Rosiello, na colaboração de Lancelot (representando a tradição gramatical escolástica transmitida pelos filósofos do Renascimento) e Arnauld (intérprete directo do racionalismo cartesiano² [e podemos acrescentar agostiniano]), pode-se ver o duplo aspecto da gramática de Port-Royal: por um lado, esta obra fecha uma época de normativismo especulativo e prático em que o modelo latino tinha criado as regras a aplicar ao bom uso das línguas modernas; por outro, abre uma época cujo início se caracteriza pela exigência, emergente da filosofia cartesiana, de fundar uma

¹ Opondo-se a Aristóteles, os linguistas de Port-Royal «acreditam que a Lógica não leva a bem pensar (já pensamos naturalmente), mas unicamente a pensar (...) e assim também a *Grammaire* não ensinaria a se expressar bem, mas a se expressar, procurando as regras do funcionamento da língua» (FÁVERO, 1996: 108).

² Descartes (1586-1650) foi pioneiro na matematização da Física e defendeu o dualismo mente-corpo. O sucesso da física matemática permitiu a Descartes sustentar que o conhecimento humano está em germe no espírito de cada homem e que o seu desenvolvimento deve resultar da observação de um conjunto de regras metódicas. O racionalismo (cujo manifesto é redigido em francês: *Discours de la méthode*) é o próprio espírito do Classicismo: economia dos meios e universalidade dos resultados (AUROUX / CLERICO, 1992: 368-369; ITKONEN, 1991: 260). Quando a gramática de Port-Royal foi redescoberta, nos anos 60 do século XX, Chomsky viu a obra como um exemplo do cartesianismo aplicado à língua e como o antecedente das noções de **estrutura profunda** e **estrutura de superfície**. Teses mais recentes colocam, no entanto, esse texto numa linha de pensamento não directamente dependente de Descartes; assim, V. Salmon demonstrou que as três características usadas para colocar a gramática de Port-Royal na dependência directa de Descartes existiam independentemente deste na tradição gramatical que remonta à Idade Média e são especialmente proeminentes em discussões do princípio do século XVII, antes de Descartes: «Thus no causal link can be established between Cartesian doctrines and the form that linguistic and grammatical theory took in Port-Royal. (...) Vivian Salmon can conclude that the major distortion ‘is the attribution of the form taken by the Port-Royal grammar to Cartesian inspiration with little or no attempt to take into account the whole intellectual context in which it appeared’» (AARSLEFF, 1975: 445-446). A chamada “originalidade” cartesiana na gramática e na lógica de Port-Royal não necessita, em suma, de ter origem cartesiana; Arnauld e Lancelot escreveram numa corrente de teorias linguísticas vulgares na Europa Ocidental entre, aproximadamente, 1570 e 1650. Veja-se o caso de Ramus (BREKLE, 1975: 289). Não obstante a importância que, na história do pensamento linguístico, consensualmente se atribui a Port-Royal, Padley (1983: 90), a propósito do reconhecimento da identidade funcional dos casos e das preposições, considera que, mais do que inovar de forma radical a investigação sobre a linguagem, aqueles estudiosos repetem noções já familiares aos leitores das gramáticas latinas.

taxonomia geral das línguas que reflita a estrutura lógica da razão (BREKLE, 1975: 344-345). Desenvolvendo as suas teorias dos universais linguísticos, os gramáticos do século XVII já não começavam o seu trabalho com uma conclusão, antes descobriam conclusões gerais e verificáveis, colocando hipóteses a partir dos dados linguísticos de que dispunham (SUBBIONDO, 1995: 175).

A gramática geral é uma teoria da linguagem não restrita a uma dada língua e que adopta como ponto de partida das suas análises a unidade da proposição, imagem do julgamento do espírito. Rompe assim com a orientação morfo-sintáctica que predominava no Renascimento no estudo dos vernaculares e que limitava ao sintagma a formulação das regras: a partir daí vai-se dispor de uma verdadeira sintaxe. Como a proposição é um conceito lógico, Port-Royal inaugura uma transferência dos conceitos desta disciplina para a gramática, num movimento que não cessará de crescer durante todo o século XVIII (AUROUX / CLERICO, 1992: 374).

Não esquecendo que a procura de generalidades sempre acompanhou, de algum modo, o desenvolvimento dos estudos gramaticais, é no século XVIII, em torno dos enciclopedistas, que a gramática geral, nascida depois da gramatização¹, encontra o seu apogeu. Num universo cultural onde a profunda mutação das ciências da natureza impõe a concepção da lei como

¹ «Classiquement, on date l'apparition de considérations générales (grammaire philosophique, grammaire spéculative, grammaire universelle, grammaire générale, grammaire raisonnée, etc.) sur la structure des langues soit (a) avec la grammaire spéculative médiévale (ca 1300 (...), soit (b) avec la grammaire générale de Port-Royal (1660). La question est loin d'être simple puisqu'on a également proposé les points de départ suivants: (c) les deux premiers traités de l'*organon* aristotélicien (...); (d) l'apparition de traités grammaticaux englobant plusieurs langues (...); (e) le travail des grammairiens latins pour adapter la grammaire grecque à leur langue (...); (e') la grammatisation des vernaculaires, en particulier exotiques (...); (f) le renouveau de la grammaire latine au XVI^e siècle (...); (g) (...) l'*Ars Minor* de Donat (...). Il est clair que toutes ces datations recèlent chacune quelque part de vérité. (...) il ne faut pas, au reste, oublier que la grammaire générale a été conçue comme une introduction à différentes grammaires de langues» (AUROUX, 1992: 44-45).

asserção verificável de uma relação constante entre os fenómenos, a gramática geral entende ser a ciência das leis da linguagem às quais se devem submeter todas as línguas. No entanto, e apesar dos esforços de alguns, a maior parte das gramáticas gerais apoiam-se principalmente na língua do redactor e nas línguas clássicas, latim e grego. Podemos dizer, então, que a gramática geral tem por finalidade prático-teórica essencial tomar o lugar que ocupava o latim relativamente às línguas do mundo: ao mesmo tempo, introdução necessária e metalinguagem não específica (AUROUX, 1992: 46-48). Desta forma, a sua grande contribuição «reste au plus près de la description raisonnée des vernaculaires européens à laquelle elle permet incontestablement de faire de grands progrès (...) ou de la philosophie du langage qu'elle enracine dans la discussion du rapport de ce dernier à la pensée» (AUROUX, 1992: 49).

Paralelamente ao estudo da gramática universal, procedeu-se ao planeamento de uma linguagem universal. A motivação foi a mesma, nomeadamente a desconfiança da linguagem vulgar, expressa não só por Bacon, Hobbes e Locke, mas também por Descartes e a sua escola (ITKONEN, 1991: 269):

A logical result of the preoccupation of European grammarians with philosophical and universal grammar was a neglect of the comparative study of natural languages in favor of a concern for the construction of artificial systems of communication. Natural languages were too diverse and contained too many irregularities to satisfy men who wanted to derive grammar from a single system of logic (ROWE, 1974: 367).

Nenhum outro projecto linguístico envolveu e influenciou mais estudiosos de tantos países durante tantos anos como o movimento da língua universal do século XVII; nenhum outro movimento foi, no entanto, tão característico da sua época, que o concebeu, desenvolveu e abandonou. J.

Wilkins¹ (1614-1672) foi a sua figura mais importante (SUBBIONDO, 1995: 178), embora, para esse programa, seja possível encontrar não só predecessores imediatos, como antecedentes remotos (podemos observar por esse prisma o texto *Crátilo*, de Platão) (ITKONEN, 1991: 270).

¹ «L'Essay de l'évêque Wilkins (1668) (...) repose sur le fait que "le même principe de raison [...] les mêmes notions internes, la même appréhension des choses" se trouvent chez tous les hommes, qui devraient en conséquence "s'accorder sur la même manière d'expression". Il s'agit de deux suppositions: l'existence des mêmes concepts chez tous les hommes, garant de la possibilité d'une langue commune; et le parallélisme entre concepts, langue et monde réel» (PADLEY, 1983: 94).

**PARTE II - UM OLHAR ORIENTADO(R)
SOBRE A HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA**

CAPÍTULO 8

Notas finais

Remonta aos primórdios da humanidade a consciência de que a linguagem varia e de que a mesma língua se diversifica em função do contexto geográfico e social e das coordenadas temporais. No entanto, se esta constatação estimula a reflexão e todo um trabalho de “protecção” do património literário, é a consciência de uma unidade de base (garante da comunicação) que fundamentalmente possibilita e orienta, ao longo da história, o desenvolvimento da actividade de descrição gramatical. É o reconhecimento da existência de um sistema organizado que conduz, em Alexandria, ao desenvolvimento do que se chamou gramática técnica, constituindo-se uma área de trabalho que, embora de interesse vital para a prática filológica então promovida e com a qual estabelece relações de forte proximidade, não deixa de lançar as bases para a sua autonomização.

A descrição da linguagem sob o ponto de vista das regularidades que a organizam conduziu os estudiosos, desde o século I a.C., a alargar a sua reflexão e a interrogar-se, agora, sobre os fundamentos do “sistema”, o que equivale a dizer, neste contexto, sobre o que autorizava a considerar (para lá das constatações empíricas) que uma forma era ou não correcta (BARATIN, 1989b: 214-216). A polémica entre analogistas e anomalistas é uma das primeiras formas de expressão dessa análise. Reflecte-se, então, sobre a natureza dos critérios que deverão orientar a avaliação das formas linguísticas e, portanto, sobre o seu estatuto na descrição gramatical; tratava-se de legitimar esta actividade e de fundamentar os conceitos de “vício” e “virtude”, que vêm a assumir, na organização das *artes* latinas, uma

grande importância. É a partir de então que se equacionam as questões que para nós têm mais interesse e que envolvem a definição dos princípios regulamentadores da linguagem: de um lado, depreendem-se estruturas organizadas que funcionam de forma sistemática e se oferecem à análise (os gramáticos romanos, seguindo os ensinamentos dos estudiosos gregos, falam de *ratio*); por outro, confrontamo-nos com o plano da actualização (*usus*) onde é a tradição (*consuetudo*) e não a teoria que comanda o comportamento dos falantes. Tendo ainda em consideração que o desempenho linguístico se hierarquiza em função de coordenadas sociológicas e culturais, compreende-se que determinados procedimentos idiomáticos se revistam de uma autoridade particular, desse modo se definindo um outro factor de legitimação das formas linguísticas (*auctoritas*). As referências literárias das comunidades assumem, aqui, um valor fundamental.

A valorização da dimensão sistemática e racional da linguagem conduz à elaboração de gramáticas especulativas e filosóficas que marcaram determinados períodos da história: os Modistas dos séculos XIII e XIV interessaram-se pelo funcionamento da mente do falante e teorizaram sobre os modos de pensamento e a sua tradução na fala; os gramáticos de Port-Royal retomaram esta tradição e trabalharam com base no pressuposto de que uma teoria da gramática se deve conformar aos princípios de funcionamento da lógica, já que os elementos da linguagem são de ordem fundamentalmente racional; em causa fica, então, a aceitação das formas linguísticas com base no simples argumento da autoridade. Já a relação com o uso suscita mais discussão, como desde o início e na sua forma estremada, a polémica entre analogistas e anomalistas permite constatar. Na verdade, a sobrevalorização do plano da *ratio* defronta-se com a evidência das assimetrias entre as regras ditadas pela gramática enquanto estrutura

funcional e sistemática e o uso das línguas em particular. Esse é o argumento de fundo que os anomalistas avançam para refutar o valor da analogia e o pormenor que leva Quintiliano a distinguir “falar gramaticalmente” e “falar latim”; Lorenzo Valla, retomando a mesma ideia, valoriza a segunda capacidade relativamente à primeira, considerando que a latinidade decorre do desempenho retórico (*elocutio*) e não da simples actualização do paradigma gramatical (*locutio*); os gramáticos de Port-Royal (sem com isso abdicarem dos princípios teóricos que orientam o seu trabalho) reconhecem que qualquer forma linguística sancionada por um **uso geral incontestado** deve ser aceite, mesmo quando desrespeita as regras e a analogia da língua; frisam, no entanto, que tal facto não basta para que esses princípios básicos de funcionamento da linguagem sejam postos em causa.

Se a consideração arbitrária da *ratio* implica aceitar formas artificiais porque não confirmadas pelo uso, a valorização deste, inevitavelmente diversificado, obriga à activação de “políticas” de selecção que se justificam ideologicamente: Quintiliano explicita que a consideração do uso não equivale à observação da linguagem corrente, estabelecendo um paralelismo com os outros domínios da vida social, onde o modelo a seguir é o fornecido pelas pessoas “de bem”. A descrição gramatical é, assim, orientada por **um** uso (que é necessário preservar da corrupção a que o sujeita a ignorância) e não, genericamente, **pelo** uso. Desta forma, os padrões depreendem-se e justificam-se no contexto da organização social e cultural vigente: não exigem, portanto, qualquer tipo de teorização, para além das discussões em torno dos conceitos de *ratio*, *consuetudo* e *auctoritas* que, no entanto, revelam claramente a consciência da complexidade da língua e da sua bipolarização em plano teórico e plano da actualização.

A convicção de que uma gramática se deve estabelecer com base apenas no uso marca o período que medeia entre os Modistas e Port-Royal; ao lado de expressões de tolerância relativamente à diversidade dialectal¹, a crença de que o uso “desgovernado” conduziria a língua à atomização e ao empobrecimento e a consciência da importância da gramatização (instrumento de homogeneização) das línguas para a sua afirmação a diferentes níveis conduz à distinção entre “bons” e “maus” usos. Do ponto de vista teórico, uso e razão sobrepõem-se neste contexto quando Vaugelas, na linha do que já Quintiliano tinha defendido, apresenta o princípio da analogia como um resultado do uso, uma forma generalizada deste, a considerar em casos que suscitem dúvida; a analogia não é, nessa perspectiva, um princípio de funcionamento distinto daquele. Assim, pelo poder de fixação e de uniformização que, desde a sua origem, reivindica, a actividade gramatical, quando não de natureza fundamentalmente especulativa, assume uma função interventiva (e, portanto, uma dimensão prescritiva): primeiro, há que proceder à definição de um “standard” (padrões de uso e modelos literários); a seguir, vigia-se a “pureza” com que essa variedade se actualiza. Os esforços de Vaugelas são, a este nível, verdadeiramente emblemáticos. Se o conceito de gramática descritiva decorre, neste contexto, da consideração do uso como factor determinante, a atitude valorativa que lhe subjaz justifica a designação de normativa que se atribui a grande parte da produção gramatical elaborada ao longo da história.

Existe, desde os primeiros momentos de especulação filosófica, a noção de que a linguagem, enquanto faculdade humana, tem uma dimensão universal e de que o seu funcionamento obedece a regras comuns; a

¹ Já entre os Alexandrinos o trabalho filológico conduziu à elaboração de vocabulários dialectais.

observação do uso nas suas várias dimensões levanta, no entanto, algumas questões epistemológicas: o estatuto da área de trabalho que toma por objecto a linguagem (arte ou ciência) é motivo de discussão, pelo menos, a partir do momento em que Dionísio de Trácia define **gramática**. A grande questão é que, de acordo com a concepção aristotélica, não existe ciência do ilimitado, da realidade não estável. Assim, um dos impedimentos iniciais à gramatização dos vernaculares e uma das motivações subjacentes ao seu estatuto de subalternidade face ao latim (língua marcada pela estabilidade) prendia-se, exactamente, com a variabilidade diacrónica e sincrónica que aqueles exibiam. A linguística moderna desenvolve-se igualmente, em grande medida, em torno dessa questão fundamental: tal como Sextus Empiricus evoca-a para recusar atribuir o estatuto de ciência à gramática; Saussure distingue **língua** e **fala** para definir o objecto de estudo da Linguística; Coseriu concebe uma **língua funcional** (que não se confunde com a **língua histórica**) como condição para o estudo estrutural dos idiomas.

É curioso observar que a consciência destas questões nos precede em vários séculos: Bovelle (século XVI) manifesta cepticismo não só relativamente à sistematização da descrição das línguas vulgares, como à possibilidade de estabelecimento de arquétipos entre variantes, que considera igualmente legítimas; Buonmattei (século XVII) defende que, como consequência das diferenças dialectais, é impossível prescrever regras para um **idioma geral**, como o francês e o italiano, mas que a homogeneidade dos idiomas particulares, como o toscano, permite a sua regulamentação. Assume, assim, que a descrição gramatical em Itália deve incidir sobre este dialecto, que se fala nas melhores regiões, a língua de Dante, Petrarca e Boccaccio no melhor século (PADLEY, 1983: 85). Em reflexões deste tipo encontramos expressas com clareza premissas que, mais tarde, virão a dar

corpo a parte do aparelho teórico da Linguística: a uma perfeita consciência da complexidade da noção de língua e do trabalho de abstracção das diferenças que o trabalho gramatical tradicionalmente exige.

**PARTE III - A PRODUÇÃO LINGUÍSTICO-
-GRAMATICAL PORTUGUESA E O PROCESSO
DE CONSTRUÇÃO DA NORMA E DO DISCURSO
SOBRE A NORMA**

**NORMA E CODIFICAÇÃO: A PRODUÇÃO
LINGUÍSTICO-GRAMATICAL PORTUGUESA**

PARTE III - A PRODUÇÃO LINGUÍSTICO-GRAMATICAL
PORTUGUESA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA NORMA E DO
DISCURSO SOBRE A NORMA

CAPÍTULO 9

Introdução

À produção linguístico-gramatical nas suas diferentes manifestações subjazem opções teórico-metodológicas e epistemológicas que nos permitem afirmar que **norma** e **standardização** são questões necessariamente presentes. Na verdade, embora varie de forma evidente o modo como esses fenómenos são perspectivados, não nos parece despropositado afirmar que as coordenadas da análise das línguas se justificam sempre pela sua consideração: se, nuns casos, se legitimam processos de selecção evocando princípios sociais e estéticos, noutros casos os parâmetros orientadores são os juízos de gramaticalidade e a frequência de uso ou, no quadro difundido pela Sociolinguística, a representatividade estatística dos factos linguísticos. Tradicionalmente, o interesse dos investigadores orienta-se, no entanto, para a análise das relações que os impulsos unificadores inerentes a esses fenómenos estabelecem com determinados aspectos da história da língua (a que, em grande medida se tem acesso através, precisamente, da reflexão metalinguística) ou com determinadas peculiaridades, programáticas ou formais, dos textos em referência, que se apresentam como mais ou menos normativos / prescritivos ou mais ou menos descritivos. É nessa medida que o problema em causa é evocado no âmbito da História da Língua (e da história da ortografia), que se ocupa dos processos de selecção de variantes e de definição da fisionomia actual do português, e da Historiografia Linguística que toma como objecto os primeiros séculos da nossa produção gramaticográfica.

Apesar do reconhecimento da dupla dimensão (linguística e sociológica) de que se reveste o tema, a abordagem tradicional privilegia os dados oferecidos pela descrição gramatical em detrimento dos pressupostos e princípios orientadores que aquela exhibe¹. O interesse do nosso trabalho decorre, então, do facto de a questão em análise nunca ter sido eleita como objecto por si só, embora, e curiosamente, se assuma que a gramática tradicional, reproduzindo os modelos greco-latinos e os princípios históricos, estéticos e sociais a eles associados, é de teor fundamentalmente normativo. Por outro lado, a observação do fenómeno, orientada por objectivos que lhe são exteriores e o ultrapassam, não obedece tradicionalmente a um esquema formal que esclareça e relacione as suas diferentes dimensões².

Propomo-nos, assim e retomando as ideias já adiantadas nas *Notas finais* (capítulo 3) da Parte I deste trabalho, analisar o **processo** de construção da norma do português, tal como ele se reflecte em parte da nossa produção linguístico-gramatical e nos textos programáticos que, por vezes, acompanham gramáticas e ortografias: referimo-nos a prefácios, prólogos e escritos similares que, a par de outros documentos como os comentários metalinguísticos produzidos por diferentes instituições, são fundamentais para

¹ «São várias as motivações que podem impulsionar os estudiosos a analisar os textos de carácter gramatical e ortográfico produzidos, no caso de Portugal, a partir do século XVI. No que se refere à tradição gramatical e ortográfica portuguesa, os estudiosos limitaram-se, durante muito tempo, a aproveitar as informações contidas em obras dessa natureza para a história da língua e, muito particularmente, para a reconstrução do sistema fonológico-fonético da época a que esses textos pertencem. Apesar disso, essas obras constituem documentos importantes para o conhecimento da história das concepções linguísticas e das ideias ortográficas em vigor na época a que se referem, assim como para o conhecimento da consciência linguística» (MAIA, 2001: 33).

² Um campo de trabalho que, naturalmente, beneficiará de uma atitude teórico-metodológica deste tipo é aquele que, esboçado por Jespersen (1947: 62) («[nosotros] intentaremos ahora llegar a una amplia visión sintética de los factores más importantes, que si bien de modos muy diferentes y sobre todo, con distinta fuerza en cada país, han actuado dondequiera que se ha formado una lengua “standard”»), J.E. Joseph veio a chamar **estandardologia comparativa**; para tal chamam a atenção Deumert e Vandebussche (2003), com cuja obra pretendem fornecer uma introdução esclarecedora e comparativa aos processos de estandardização das línguas germânicas.

o estudo do que James e Lesley Milroy designam ‘standard language ideology’ e das interrelações com o aparelho ideológico envolvente (DEUMERT / VANDENBUSSCHE, 2003: 462; cf., também, GONÇALVES, 2005)¹.

Atenderemos, para tal, e com as ponderações que se impõem, aos modelos formalizados no século XX (e que também já apresentámos na Parte I) para a descrição e avaliação dos mecanismos e processos de standardização. O destaque vai para as propostas, mais estruturadas, de Garvin / Mathiot e Haugen; a análise de Daneš e as observações de Muljačić prestam-se, no entanto, a aproveitamentos que interessa considerar.

Como já frisámos, estes são modelos concebidos para, na actualidade, dar conta de situações linguísticas onde o convívio de variedades carece de regulamentação institucional, daí resultando o desfavorecimento da comunidade ampla onde essas unidades idiomáticas se actualizam. Modelos como os que apresentámos são, por esse facto, particularmente produtivos na definição e avaliação de processos de planificação linguística, que a modernidade vem progressivamente a promover e legitimar.

Tendo presente a natureza e a pertinência de uma linguística prescritiva nos termos em que a concebem, por exemplo, Davis e Taylor (1990)² e o modo como norma e (mecanismos de) standardização podem ser perspectivados nesse âmbito, deparamo-nos com formalizações cuja sustentação teórica concilia postulados à primeira vista divergentes. Por um

¹ «Ces parties sont, tout compte fait, marginales, mais dans le noyau même des ouvrages métalinguistiques, il y a ce que l’on peut appeler un premier degré de métalinguisme, celui où la langue, en tant qu’instrument utilisé pour parler de la langue, ne se distingue guère de la langue tout court, sauf en deux points: par une nomenclature (...) et en tant que registre» (PAIVA, 1996-1997: 73-74).

² Cf., para o esclarecimento do pensamento desses autores, a Parte I deste trabalho. Note-se por outro lado que, no contexto do ensino da língua, não é rara a explicitação de posições como a que se segue: «A gramática não pode deixar de ser considerada como sempre o foi, desde Apolónio Díscolo e Dionísio da Trácia: um compêndio normativo que fixa e controla um sistema de uma língua “tratado em que se discutem e estabelecem ordenadamente os princípios de uma língua” (E. Alarcos, 1994)» (ASSUNÇÃO, 1997: 35).

lado, e de acordo com o contexto ideológico dominante na actualidade¹, a estandardização linguística pode ser tomada como um direito de povos ou comunidades cujo idioma não dispõe de tal expressão de modernidade². Recorde-se que reivindicações desse teor são apresentadas logo a partir do século XVI, não só para as grandes comunidades, mas também para as unidades “menores”; considere-se, na contemporaneidade, o empenho com que se trabalha para a estandardização do galego e a argumentação desenvolvida por Ninyoles (1980) na análise das relações que, em território espanhol, então se estabeleciam entre o castelhano e o catalão. Se este processo não se consolida sem o adequado trabalho de codificação, à linguística académica, que toma este último a seu cargo, cabe, então, também uma função social. Por outro lado, os princípios de objectividade e de rigor inerentes à prática científica contemporânea, à qual a Linguística se pretende associar, conduzem à reflexão sobre o estatuto teórico das atitudes e dos valores que orientam os processos de selecção e aceitação de variedades ou variantes. Os desenvolvimentos registados no domínio da Sociolinguística e da Pragmática, em cujo âmbito esses são aspectos mensuráveis e passíveis de análise objectiva, legitimam a sua consideração no interior de um quadro de análise multivariável. A assunção de uma estreita relação entre a Linguística e as ciências sociais (veja-se a argumentação desenvolvida no sentido da redefinição da disciplina a que uma concepção “integracional” da Linguística conduz) permite, por outro lado, no quadro da epistemologia actual, atribuir base científica ao estudo de domínios como o

¹ Referimo-nos, concretamente, à valorização, na relação entre grupos humanos, de princípios de igualitarismo que, necessariamente, se reflectirão no modo de observar as diferentes formas de expressão da identidade individual ou colectiva.

² «Is it not true that, granted that popular speech is, by and large, inherently creative and free, all civilized societies nevertheless have always required, almost as a *conditio sine qua non* of their existence, a, shall we say, supra-language in their official communications» (SCAGLIONE, 1984: 7).

das crenças e valores. A ideia que queremos aqui destacar é, em suma, a de que, apesar de procederem à integração dos processos de intervenção consciente do homem sobre a língua, formalizações como as que consideramos rejeitam atitudes de um prescritivismo arbitrário e intransigente, difícil de sustentar no quadro da análise linguística; o objectivo final é o de legitimar o desencadeamento daqueles processos no quadro ideológico e epistemológico da actualidade.

Não obstante a especificidade epistemológica e ideológica das referidas propostas de formalização, os modelos em causa fornecem-nos linhas de investigação aplicáveis a outros contextos históricos. Justifica-o, por um lado, o facto de em análise se encontrarem fenómenos de actuação intemporal¹, epistemologicamente diferenciados dos quadros teórico-metodológicos que deles pretendem dar conta e da dimensão aplicada dos modelos em que são integrados. Por outro lado, há que ter presente o facto de, remetendo, em termos latos e como já referimos, para qualquer tipo de decisão sobre a língua e sobre o que com ela se relaciona (HERBERT, 1995: 1), a planificação linguística ser algo que atravessa grande parte da história da ciência da linguagem. Querendo, apesar de tudo, distinguir, a este nível, fases diferenciadas na evolução dos estudos linguísticos, poderemos, seguindo Kloss, opor duas orientações a que correspondem duas formas de planificação: a planificação inovadora e a planificação conservadora; esta última associa-se a princípios (“clássicos”) como os de correcção, purismo e elegância, enquanto a planificação inovadora se orienta por princípios de racionalidade e objectividade que encontramos subjacentes a esquemas de análise como os que aqui consideramos (cf., atrás, no capítulo 2 da Parte I, a secção *O estudo da standardização: a formalização de modelos*).

¹ Essa é, precisamente, uma das ideias reforçadas no Capítulo 8 da Parte II deste trabalho.

Finalmente, convém não ignorar o facto de as propostas em análise resultarem da consideração dos processos de standardização enquanto realidades históricas, na medida em que não se trata de estabelecer modelos abstractos, mas de harmonizar o que se infere dos comportamentos e atitudes da comunidade com o trabalho de descrição e de codificação ou legislação do especialista; o objectivo de tal procedimento é esvaziar de arbitrariedade a intervenção consciente do homem sobre a língua. Justificamos, assim, a adopção de modelos que, concebidos no século XX, partem de uma análise objectiva dos processos de standardização, cujas vertentes linguística e sociológica reconhecem e integram organicamente; impõe-se, neste momento, concretizar o modo como a interpenetração de contextos epocais tão distanciados se torna, a este nível, uma possibilidade.

Garvin / Mathiot e Haugen apresentam-nos, como vimos¹, modelos que se interpenetram pela consideração da dupla dimensão do fenómeno de standardização: enquanto o segundo nos dá conta dos processos (sociais e linguísticos) envolvidos nesse movimento, os primeiros apresentam-nos as diferentes variáveis (linguísticas e não linguísticas) pelas quais uma língua “standard” se define e que, em última instância, decorrem do desenvolvimento das diferentes fases consideradas por Haugen. A evidente estrutura bipolar do processo permite a definição de duas áreas de trabalho que Deumert e Vandebussche (2003: 465), no capítulo que encerra a obra por eles coordenada (*Germanic Standardizations. Past to Present*), apresentam da seguinte forma: a) a standardização como um tipo de mudança linguística (das questões mais estritamente linguísticas fazem parte a convergência linguística e a redução de variantes, a elaboração e expansão

¹ Cf., na Parte I, o subcapítulo 2.2., *O estudo da standardização: a formalização de modelos*.

sintácticas, as alterações no domínio da morfologia derivacional, etc.); b) a estandardização como um tipo de mudança sociocultural.

No plano sociológico, Garvin e Mathiot evocam, então, dois aspectos (as variáveis não linguísticas) que consideram determinantes para o (in)sucesso de qualquer processo de afirmação de variedades ou variantes linguísticas (as aportações da Sociolinguística tornam-no inquestionável): o das **funções**, simbólicas ou objectivas, que a estas se atribuem e o das **atitudes** que para com ela(s) se desenvolvem e se exibem. À explicitação de umas e outras subjaz a consciência da diversidade, manifeste-se esta no plano diacrónico ou no plano sincrónico. As funções objectivas referem-se ao valor da língua ‘standard’ como quadro de referência para a correcção: equaciona-se, portanto, a questão do “bom uso”, fornecendo-se sustentação à gramática normativa. Às funções objectivas contrapõem-se as funções **simbólicas** de “unificação”, “separação” e “prestígio”. Notemos aqui que a qualificação de **objectiva** com que os autores em causa distinguem a função de “quadro de referência para a correcção” não parece a mais adequada: na verdade, se o valor que lhe é atribuído se pode relacionar com as características linguísticas que distinguem a variedade “standard”, os aspectos sociológicos e simbólicos que a envolvem desempenham um papel igualmente determinante (se não o verdadeiramente decisivo) no seu funcionamento como variedade de referência.

Com estas variáveis relacionam-se os processos sociais que Haugen refere e que se desenvolvem em duas fases distintas: a da selecção e a da aceitação. Relativamente à primeira destas duas dimensões, consideramos que o conceito em causa se adequa não só a situações de alteração do estatuto de variedades particulares, mas igualmente à relação entre variantes, daí resultando a eliminação ou estigmatização social de algumas

delas. Veja-se, aliás, que, como também já frisámos atrás (cf. Parte II, Capítulo 7, pp. 252-253), há que distinguir as variedades “standard” no que se refere à sua origem e modo de desenvolvimento. Se, muitas vezes, aquela variedade emerge do dialecto de uma dada região (essa é a situação dita de “sinédoque”), noutros casos, todas as variedades regionais contribuem para a variedade ‘standard’, a capacidade de intervenção de cada uma delas dependendo das características que as definem.

Neste contexto de análise, interessa-nos observar, relativamente ao *corpus* que constituímos, a problematização teórica e as propostas metodológicas que se desencadeiam ao longo do processo que Haugen considera de **selecção** e de **aceitação** e que vamos tomar numa perspectiva histórica; será interessante a análise da forma como se sucedem ou alternam, nos mesmos textos ou numa sequência de obras, as três fases do processo de estandardização discriminadas por Daneš (fases descritiva, normativa ou reguladora e performativa).

Por outro lado, no domínio “do linguístico” temos o que Haugen designa por processos de **elaboração de função** e de **codificação** ou **legislação gramatical** (tipicamente, esta segue o processo de selecção e estabelece um *corpus* linguístico explícito e normativo) que podemos fazer corresponder às variáveis que Garvin e Mathiot apresentam como definidoras da língua “standard”: **estabilidade flexível** (resultante do trabalho de codificação - através do qual se constrói e se reforça a norma - e da absorção da mudança) e **intelectualização**. Se a **codificação** e a **absorção da mudança** são os processos subjacentes à **estabilidade flexível**, interessa-nos observar, no nosso *corpus*, toda e qualquer manifestação de consciência (possamos ou não chamar-lhe forma de teorização) sobre as relações entre o processo e o resultado da codificação e o fenómeno da mudança linguística: como se

harmonizam o propósito de fixação das línguas que conduz às primeiras descrições gramaticais e o fenómeno, incontornável, da paulatina transformação dos idiomas vivos? Para onde se orientam as preferências dos autores: para a estabilidade ou para a flexibilidade das línguas? São de natureza linguística ou extralinguística, os argumentos que sustentam, implícita ou explicitamente, as suas opções? Por outro lado, assume-se que da codificação resulta, a um nível, a construção da norma e, a outro, o seu reforço: ao codificador associa-se, então, um papel também socialmente relevante, do qual ele terá maior ou menor consciência e que assumirá com maior ou menor frontalidade.

A **intelectualização** a que se referem Garvin e Mathiot é uma característica que decorre das capacidades comunicativas e da versatilidade do instrumento linguístico: este deve ser capaz de satisfazer necessidades comunicativas, não só múltiplas, como complexas. O léxico caracteriza-se, desse modo, por uma crescente precisão e pela absorção de termos genéricos e abstractos; no âmbito da estrutura gramatical, desenvolvem-se, por um lado, a tendência para eliminar modos elípticos de expressão e, por outro, técnicas de formação de palavras e de dispositivos sintácticos que permitem a construção de frases elaboradas e complexas (cf., atrás, p. 106, n. 1). Haugen dá conta desta mesma propriedade da variedade “standard”, ao associá-la a um **grau máximo de variação em termos de elaboração**.

Da análise de Daneš destacamos o facto de aí explicitamente se legitimarem, no quadro ideológico da actualidade, os processos de estandardização e o sistema de crenças e valores sem o qual aqueles não se desenvolvem. As dimensões (a sua referência a **fases** sugere uma sucessão de procedimentos que limita a aplicação do modelo que expõe) que considera no funcionamento do processo aproximam-se das valorizadas por Haugen e

Garvin / Mathiot. Na verdade, também na consideração das “fases” descritiva, normativa ou reguladora e performativa se entrecruzam aspectos sociais e linguísticos e, mais uma vez, a codificação ocupa um lugar fundamental no esquema: por um lado, corporiza o momento prescritivo (conceito que Daneš acaba por matizar) da fase normativa ou reguladora (o outro momento dessa fase, recordemo-lo, é o avaliativo); por outro, é, em certa medida, o objecto da fase performativa, na medida em que nesta se activam modos de tornar a codificação operativa na prática social.

Se considerarmos ainda que o conceito klossiano e primariamente sociológico de **língua por elaboração** diz respeito a línguas reconhecidas como tal pela sua transformação (na sequência de uma intervenção consciente do homem) em instrumento estandardizado de expressão literária, ficamos na posse do quadro terminológico e das coordenadas teóricas que nos permitirão empreender o estudo da relação entre o **processo de codificação do português** e o fenómeno de activação de mecanismos de estandardização e de definição de uma norma. Trata-se, no fundo, de observar o modo como esta é submetida, por um discurso crítico com o qual se não confunde, a um exame histórico, gramatical, estético ou lógico¹.

Não tendo acesso directo, no contexto histórico em que nos vamos situar, ao funcionamento da língua em sociedade, o texto gramatical será perspectivado, no âmbito deste trabalho, como o resultado de um jogo de forças entre os dados da descrição e o propósito interventivo do autor²: temos

¹ «Cette invention savante, le discours critique, se développe en réaction à la norme spontanée qu'il soumet à un examen historique, grammatical, esthétique ou logique» (TRUDEAU, 1992: 196). Trudeau refere-se, aqui, ao espaço discursivo consagrado ao “bien dire” que, em França, culmina nas *Remarques* de Vaugelas; parece-nos, no entanto, uma formulação perfeitamente adequada para indicar a dimensão normativa do texto gramatical em geral.

² Trata-se aqui de considerar, como Helena Paiva (2002: 8) salienta, que os gramáticos são testemunhas e agentes, actuando não só “pelo dizer”, mas também “pelo fazer”: «No dizer,

acesso, por um lado, à componente linguística do processo de standardização, em que se traduz o alcance prático dos textos; por outro, pelas contextualizações da análise, indirectamente, ao complexo domínio das atitudes linguísticas que subjazem às fases de aceitação e selecção. De que modo aquele propósito é explicitado e até que ponto se auto-legitima é algo que pretendemos avaliar.

O nosso objectivo é, então, observar a produção linguístico-gramatical portuguesa tendo em consideração dois aspectos distintos, mas não necessariamente dissociados do ponto de vista cronológico: i) a ascensão e auto-dignificação do vernacular: se as línguas românicas eram, na altura da sua primeira gramatização, línguas por distanciação, o discurso de legitimação partiu da confirmação desse estatuto; o método era a valorização da diferença, mas também, algo contraditoriamente, o realce da semelhança com o latim, pelo que este representava em termos de elaboração; ii) a promoção do seu grau de elaboração, o que se traduziu na busca de, por um lado, estabilidade e uniformização e de, por outro, enriquecimento; cabem aí as propriedades da língua ‘standard’ a que Garvin e Mathiot chamam **estabilidade flexível e intelectualização**; localizamos, então, aqui, os argumentos sobre a “qualidade” da língua, valorizada, em função dos ideais de determinadas épocas, enquanto veículo de expressão literária.

Tomamos, então, como dado estruturador o facto de, nos processos de normalização / standardização, a codificação ser um aspecto de importância determinante. Note-se que o aparecimento de gramáticas para as

distinguimos o que explicitamente revela a concepção de língua, a selecção de temas e a sua estruturação nas obras, mas também as atitudes assumidas face à língua e a hierarquia de juízos de valor que se manifestam frente aos usos. Nos últimos aspectos, este dizer é já um fazer, em que alterna o que Austin designou de performativo explícito, quando se condenam ou preconizam usos, e o performativo implícito, no caso do tacitamente aceite. O fazer é o texto em si».

línguas românicas resulta da consciência de que estas, como os idiomas clássicos, obedecem a regras e são, portanto, passíveis de descrição; gramática associa-se, portanto, a estabilização, fixação, disciplina normativa, unificação. Prova irrefutável da importância atribuída ao processo de codificação é-nos dada por Nebrija, que opõe, pela elaboração da sua *Gramática de la lengua castellana*, dois estádios da sua língua materna: «o primeiro, que poderia designar-se de natural, caracterizado pela ausência de restrições, quase pelo desregramento; o segundo, em que essa realidade linguística fluida e livre é, por assim dizer, dominada, subjugada» (PAIVA, 2002: 7)¹. Consideramos, igualmente, que, embora o termo indique objectivamente apenas a **explicitação de um código**, sob a forma de uma ortografia, uma gramática e um léxico (HAUGEN, 1971: 57), há que ter em atenção que, por um lado, a codificação pode traduzir-se não na simples descrição de uma norma aceite, mas na própria fixação ou criação dessa norma e que, por outro, a simples descrição (pela definição de um objecto) sustenta e motiva julgamentos de correcção que tornam questionável a sua neutralidade.

Legitima-se, assim, a estrutura do nosso *corpus*, que se circunscreve à reflexão metalinguística, tal como esta se traduz na elaboração de gramáticas, ortografias e dicionários. Seguindo a orientação de Garvin e Mathiot, atenta-se, nesse material, não só ao processo de **construção** da

¹ «Ésta hasta nuestra edad anduvo suelta τ fuera de regla, τ a esta causa a recebido en pocos siglos muchas mudanças; por que si la queremos cotejar con la de oi a quinientos años, hallaremos tanta diferencia τ diversidad cuanta puede ser maior entre dos lenguas. I por que mi pensamiento τ gana siempre fue engrandecer las cosas de nuestra nación, τ dar a los ombres de mi lengua obras en que mejor puedan emplear su ocio (...) acordé ante todas las otras cosas reduzir en artificio este nuestro lenguaje castellano , para que lo que agora τ de aquí adelante en él se escriviere pueda quedar en un tenor, τ estender se en toda la duración de los tiempos que están por venir, como vemos que se ha hecío en la lengua griega τ latina, las cuales, por aver estado debaξo de arte, aun que sobre ellas an pasado muchos siglos, toda vía quedan en una uniformidad» (NEBRIJA, [1492] 1989: 112-113).

norma, distinguindo-se tipos ou estilos de codificadores¹, como ao do **reforço** dessa mesma norma. Embora estes dois processos se distingam e, em determinados contextos históricos, decorram da actuação de entidades diferenciadas (agentes codificadores e escola, respectivamente), o intuito pedagógico de muitos dos nossos textos gramaticais obriga-nos a relacionar, na análise destes, os dois vectores da questão. Aliás, como já observámos (cf. p. 107, n. 1), se integrarmos o dado (extralinguístico) de que norma resulta de um processo de selecção ou eleição de variantes, as expressões **formalização** ou **explicitação** parecem preferíveis ao termo **construção**.

A análise, neste contexto, de textos metaortográficos legitima-se pela (não) especificidade com que esses textos surgem na época em causa. Por um lado, sabemos que a distinção entre ortografia e descrição gramatical é uma conquista relativamente tardia na história do texto metalinguístico ocidental; por outro lado, não podemos deixar de atentar no facto de, em Portugal, a regulamentação gráfica e a codificação gramatical, ambas entendidas como formas de estabilização da língua, se iniciarem num mesmo momento histórico². Acrescentemos, ainda, a relevância de que se reveste a consideração desse tipo de texto quando o trabalho de regulamentação ortográfica surge precedido de discursos “doutrinários” de autolegitimação. Finalmente, da forma difusa como são estabelecidas as fronteiras entre o plano gráfico e o plano fonético-fonológico e da consideração de um critério fonético no estabelecimento das regras ortográficas resultam, muitas vezes, referências à complexidade (socio)linguística da comunidade e discursos com forte pendor unificador ou normativo.

¹ Muljačić (1988) relaciona com a criação da norma a escolha da base e a sua primeira codificação.

² «[O] esforço de codificação gráfica da língua portuguesa só chegará com o século XVI e as primeiras descrições gramaticais da nossa língua. (...) A normalização linguística e a normalização gráfica passarão a ser equacionadas paralelamente» (GONÇALVES, 1992: 39-41).

Para a delimitação cronológica do *corpus* a observar, considerámos a segmentação a que habitualmente se sujeita a história das ciências em geral e que dá conta das grandes transformações ou rupturas epistemológicas ocorridas ao longo dos tempos. Fundamentalmente, esse tipo de dado contribui para sustentar a nossa escolha do século XVIII como período limite na análise, distinguindo-o quer dos precedentes (séculos culturalmente marcados pelo Renascimento e pelo Barroco), quer do que o segue (o século XIX); a *Grammatica philosophica da lingua portugueza* de Jerónimo Soares Barbosa será, numa perspectiva cronológica, o último texto por nós considerado, já que, apesar de publicado em 1822 (mas com Prefácio escrito em 1803), surge como «um bom exemplo da tendência filosófica portuguesa na segunda metade do século XVIII e no início do séc. XIX» (HÄBLER, 2001: 122-123), precedendo, portanto, o predomínio da abordagem histórico-comparativa que caracterizou este último¹. Embora a obra de Soares Barbosa possa ser encarada como uma ruptura em relação às gramáticas portuguesas anteriores, «meros “sistemas analógicos” baseados na gramática latina» (CASTELEIRO, 1981: 104)², não é menos

¹ «Si l'on laisse de côté l'aspect normatif concernant la nature de la scientificité, il y a sans doute quelque vérité empirique dans l'opinion traditionnelle selon laquelle les études linguistiques *seraient* devenues scientifiques à l'avènement de la grammaire comparée. Parmi toutes les ruptures épistémologiques communément admises (la grammaire comparée, les néogrammairiens, Saussure, Chomsky etc), la première, en effet, est liée à un ensemble de transformations sans précédent, qui ont constitué sans aucun doute les contraintes les plus importantes qu'avait jamais connu le développement des sciences du langage» (Sylvain Auroux, *Le langage et la science: une visée historique*, 1988, pp. 59-60, conforme citação de PAIVA, 2002, pp. 20-21, n. 10). Note-se, no entanto, que, apesar de um dos postulados desse grupo de estudiosos ser o de que a análise das línguas e dialectos actuais é tão importante como o das suas fases mais antigas, também a escola dos neogramáticos coloca no centro dos seus interesses a mudança linguística, cujos princípios de funcionamento se investigavam.

² A gramática filosófica de Soares Barbosa «ainda hoje se pode considerar como um dos melhores modelos de descrição gramatical existentes sobre o português». O autor apresenta-nos aí «uma descrição da língua portuguesa extraordinariamente fecunda e actual, socorrendo-se da aparelhagem teórica que lhe oferecia a gramática geral e filosófica. Nela encontramos em embrião (...) muitas ideias e explicações que só serão retomadas e desenvolvidas pela Gramática Generativa Transformacional, passados mais de dois séculos» (CASTELEIRO, 1981: 103 e 107).

verdade que a sua influência foi diminuta no século XIX, já que a progressiva implantação do Romantismo e o nascimento da Filologia orientaram antes os gostos dos gramáticos para a história da língua (CASTELEIRO, 1981: 107). Parece, portanto, razoável considerar Soares Barbosa como um dos autores através dos quais temos acesso aos principais vectores de pensamento do século XVIII¹.

O período com que iniciamos a análise (século XVI) impõe-se por si, uma vez que, não obstante o registo de formas anteriores de reflexão sobre a língua e a linguagem², é essa a época em que se inicia a gramaticografia portuguesa³; acresce a importância deste século também no domínio da história da língua, em cuja periodização funciona como um marco: a Ivo Castro (1991: 243) «parece confortavelmente seguro promover a primeira gramática portuguesa a primeiro testemunho da língua na sua fase clássica»; Paul Teyssier (1984: 66-67) elege 1572, a data de publicação dos *Lusíadas*, como aquela com que se pode fixar uma mudança fundamental na história da língua portuguesa: «a penosa impressão de arcaísmo dos textos antigos cede [então] lugar a um agradável sentimento de modernidade»⁴; Rosa Mattos e Silva (1991: 17) frisa a importância que factos extralinguísticos como o aparecimento do livro

¹ Com Contador de Argote e Reis Lobato, Soares Barbosa é, precisamente, uma das personalidades cujas obras Fávero (1996) considera capazes de fornecerem uma visão do Século das Luzes. Cf., também, AMOR COUTO, 2004: 13.

² «E “se a produção cultural portuguesa anterior a meados do século XVI é bastante reduzida” [José Mattoso, *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*, 1982: 481-550], ela aparece um pouco por toda a parte, vislumbrando-se através da mesma a génese do nosso gramaticalismo» (TORRES, 1988-1989: 160).

³ «Não poderá falar-se com rigor de uma gramaticografia medieval portuguesa. Não temos conhecimento de elaboração gramatical própria, nem para a língua latina nem para a língua portuguesa. (...) Aparentemente, não se pode falar de estudo e aprendizagem do português, até ao séc. XVI» (VERDELHO, 1995: 25). Sobre as formas que, apesar deste facto, a reflexão linguística assumiu em Portugal ao longo da Idade Média, cf. VERDELHO, 1995; TORRES, 1989 e TORRES / ASSUNÇÃO, 2000: 5-9).

⁴ É atendendo à especificidade das duas metades do século XVI que Paiva (2002) divide os gramáticos da época em dois momentos cronológicos: no primeiro coloca Fernão de Oliveira e João de Barros; no segundo, Gândavo e Duarte Nunes de Leão.

impresso e o “delineamento de uma normatização gramatical” podem assumir para a delimitação do período arcaico da língua portuguesa.

Cobrimos, desta forma, um extracto temporal que, na proposta de periodização da história da filologia portuguesa apresentada por Leite de Vasconcelos (1929), corresponde, *grosso modo*, a dois períodos: o segundo e o terceiro¹. O primeiro destes medeia entre os princípios do século XVI e o ano de 1779 (ano da fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa) e são-lhe atribuídas as seguintes características:

preocupação, nos gramáticos, da semelhança da gramática latina com a portuguesa, ao que eram levados por influência dos humanistas da época do Renascimento, e como consequência inevitável do ensino nos séculos precedentes exclusivamente baseado no latim; disciplina e autoridade gramaticais; o estudo cada vez mais profundo da lexicologia; e sentimento patriótico da superioridade da língua portuguesa em face das outras, principalmente da castelhana, sua concorrente temível (VASCONCELOS, 1929: 865).

Não obstante a sua artificialidade, esta delimitação cronológica tem em consideração a constituição de formas organizadas de controlo e o facto de estas, independentemente da sua eficácia, resultarem de determinada concepção das manifestações culturais que se desenvolvem no seio da comunidade.

O segundo, «período de renovamento filosófico e crítico relativamente à concepção do que é um idioma» (VASCONCELOS, 1929: 871), dura até 1868, ano em que Adolfo Coelho publica *A língua portuguesa* e assim se introduzem em Portugal os princípios da cientificidade na análise da linguagem, ou, no dizer

¹ Os séculos que abrangemos correspondem, por outro lado, a uma das quatro épocas que Messner (1994: 621-622) considera na periodização da língua portuguesa: para este estudioso, o período que medeia entre 1550 e 1800 caracteriza-se pela consolidação da língua escrita, que se torna um símbolo de pertença a uma camada social elevada e modelo para outras. Distingue-se, portanto, das épocas que o precederam (até 1300, o da polimorfia; de 1300 a 1550, o da analogia) e da que o segue, que se caracteriza pelo que designa difusão diassistemática.

de Leite de Vasconcelos (1929: 886), «o critério da Filologia moderna, aplicado fecundamente às línguas neo-latinas por Frederico Diez». Mais do que uma baliza histórica precisa, a data de 1868 vale pela consciência da ruptura epistemológica que, no domínio da ciência da linguagem, ocorreu no século XIX e que, em Portugal, segundo Leite de Vasconcelos (e opinião mais ou menos consensual entre os historiadores da linguística nacional), se manifestou nesse momento. Não nos interessa explorar, portanto, o período que medeia entre a data de publicação da obra de Jerónimo Soares Barbosa e o texto de Adolfo Coelho, que já ilustra um outro paradigma. Basta, para confirmar o valor de referência deste, atentar no modo como, muito antes de Saussure, Adolfo Coelho define Linguística:

Glottologia (...) em sentido estricto é (...) a sciencia da linguagem propriamente dicta. (...) No sentido estricto em que nos occupamos aqui da glottologia, a que se chamou tambem *linguistica*, *glottica*, *philologia comparada*, não tem ella por fim o estudo practico das linguas para as entender, fallar ou escrever, nem o estudo das linguas como meio para o estudo das litteraturas: a glottologia **estuda as linguas por ellas mesmas** (...); qualquer dialecto barbaro que não possua o menor monumento litterario poderá ser objecto da glottologia (COELHO, 1883: 10-13). (O destacado é nosso).

Com a delimitação cronológica que expusemos, pretendemos, então, abranger as fases iniciais de gramatização do português, analisando os textos emblemáticos que a acompanham até ao momento em que, na perspectiva epistemológica da actualidade, se torna possível falar da construção da Linguística como ciência¹. Em função deste procedimento, o século XVIII ganha uma posição de destaque que a história da Linguística e a história da

¹ A importância dos séculos XVI e XVIII no lento processo, iniciado no período medieval, de conquista da identidade da língua portuguesa é uma das ideias valorizadas no estudo sobre a Questão da Língua em Portugal, com que Picchio (1959: 5-54) introduz a sua edição do *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, de João de Barros.

língua (interna e externa) confirmam; essa foi uma época de mudanças linguísticas profundas e, também por esse facto, um período de intensa teorização linguística e de acentuada consciência idiomática, aspecto particularmente importante no âmbito dos nossos interesses. Antes de mais, há que considerar que só nesse período se consuma a progressiva autonomização da gramática portuguesa face à latina. Só então se consolida o princípio, proclamado desde João de Barros e reiterado no século XVII por Amaro de Robredo, de que, no ensino, a primazia deve ser dada à língua materna e não ao latim. O Alvará Régio de 1770, segundo o qual o ensino da gramática portuguesa se torna obrigatório e deve preceder o do latim e a obra de Monteiro Lobato (*Arte da grammatica da lingua portugueza*) é adoptada como livro único, oficializa uma verdadeira “política de língua” ao serviço da qual se coloca, de forma institucionalizada, a codificação gramatical¹. Já nas *Instrucçoens* que acompanham o Alvará Régio de 1759² se escreve: «Todos os Homens sabios uniformemente confessão que deve ser em vulgar o Methodo para aprender os preceitos da Grammatica; pois não há maior absurdo que intentar aprender huma lingua no mesmo idioma, que se ignora» (*apud* FÁVERO, 1996: 284); no texto de 1770 vamos encontrar:

Sou servido ordenar que os Mestres da Lingua Latina, quando receberem nas suas Classes os Discipulos para lha ensinarem, os instrução previamente por tempo de seis mezes, se tantos forem necessarios (...), na Grammatica

¹ As «primeiras gramáticas do vernáculo não tiveram, com toda a certeza, qualquer trânsito escolar. A língua portuguesa foi ensinada exclusivamente como epifenómeno do latim, e modelada pelas gramáticas latinas, até aos finais do séc. XVIII. Só nesta altura começou a ser utilizada a *Arte da Gramática da Língua Portuguesa* de António José dos Reis Lobato (1721-1803?), que foi o primeiro manual de gramática que, de maneira continuada e sistemática, serviu para a escolarização da língua portuguesa. A gramaticografia e a lexicografia latinas ofereceram assim, até ao século XIX, os únicos parâmetros de referência teórica para a estruturação do bom uso e para a configuração do texto patrimonial português» (VERDELHO, 1995: 21).

² Com o Alvará Régio de 28 de Junho de 1759 inicia-se a reforma pombalina do ensino: cria-se a instrução secundária do Estado e extinguem-se as escolas reguladas pelo método inaciano; proíbe-se, por outro lado, de imediato, o uso nas escolas de *De Institutione Grammatica*, de Manuel Álvares, e *Prosodia in vocabularium trilingue*, de Bento Pereira.

Portuguesa, composta por Antonio José dos Reis Lobato, e por Mim aprovada para o uso das ditas Classes, pelo methodo, clareza, e boa ordem, com que he feita (*apud* FÁVERO, 1996: 302).

Associadas ao exercício do poder, a unificação linguística e a discussão sobre o “português legítimo” tomam uma premência nova; a expansão do ensino da língua torna também mais aguda a consciência da necessidade de normas ortográficas e gramaticais. A elaboração do idioma desenvolve-se a partir de uma diferenciação qualitativa, sendo o objectivo do estilo culto tornar a língua portuguesa mais eficiente e garantir as grandes tarefas estilísticas que são a pureza, a clareza e a majestade do discurso (THIELEMAN, 2001: 94-95). Compreende-se assim a relativa insistência com que, por exemplo, se define o estatuto social dos diversos usos da língua, se combatem os galicismos e se defende a vernaculidade do idioma¹ (MENÉNDEZ, 1992: 252; GONÇALVES, 2001: 27).

Para a selecção das obras a analisar teve-se em consideração o seu valor exemplar e a sua difusão; observam-se assim textos que, funcionando como referência², são conhecidos dos historiadores da língua e dos autores de trabalhos idênticos, sejam eles contemporâneos ou posteriores. Na sua análise

¹ «Embora com frequência desigual e com desigual insistência, em quase todos os gramáticos da época se encontram alusões ou referências explícitas às variedades da língua» (MAIA, 2001: 41).

² Parece-nos útil evocar aqui o conceito de “texto de referência” que Haßler (2002: 561-562) integra numa discussão metodológica em que trabalha e valoriza o conceito de “série de textos”: «Llamamos texto de referencia a un texto que por razones diversas ha llegado a ser el representante típico de una serie y se considera muchas veces como el punto de partida de un discurso». Para a outra noção, propõe a seguinte definição, «que nos sirve de instrumento de trabajo sin pretender abarcar todas las características posibles: *Una serie de textos es un conjunto de textos individuales, impresos o manuscritos, que tratan del mismo tema en la misma rama epistemológica o sin metodología declarada, pero con el mismo objetivo y en condiciones comparables.* (...) El análisis de una serie de textos permite reconocer el carácter dinámico de la historia de la lingüística, que traspasa el horizonte de la obra de un solo investigador». Esta opção metodológica tomamo-la conscientes, como Haßler (2002: 577), de que «las razones por las que un texto adquiere más relevancia que otros son diversas y no siempre dependen de la calidad de los textos ni de su capacidad de aunar los argumentos de las discusiones de una época».

procuraram-se os argumentos que, recorrentes na escrita dos gramáticos, identificam os textos como normativos, permitem captar a sua filiação intelectual e ideológica e incidem sobre questões que, consideradas desde o princípio do século XVI, surgem a partir daí sempre ligadas ao problema da norma; referimo-nos à origem da língua, à legitimidade dos dialectos, ao controlo da mudança linguística. Através destas questões fundamentais acedemos a questões secundárias que se relacionam com as primeiras: empréstimos, relações entre a língua falada e a língua escrita, poder da gramática na regulamentação da prática (TRUDEAU, 1992: 13-14).

PARTE III - A PRODUÇÃO LINGUÍSTICO-GRAMATICAL
PORTUGUESA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA NORMA E DO
DISCURSO SOBRE A NORMA

CAPÍTULO 10

Enquadramentos históricos e socioculturais

10.1. O Renascimento

10.1.1. Alguns dados históricos

Que os factores extralinguísticos (sejam eles de natureza política, social, cultural, económica ou técnica) interferem na evolução das línguas é um pressuposto que, embora teoricamente integrado em moldes diversos, se apresenta como consensual entre os que investigam a dimensão diacrónica dos idiomas; a sua consideração está na base do que normalmente se designa por **história externa** das línguas. Não deixando, aqui, de ter presente esse dado fundamental, o nosso objectivo é, no entanto, apresentar selectiva e sumariamente aqueles aspectos da história de Portugal que se relacionam de forma mais íntima com as questões linguísticas que consideramos.

Começamos, então, por salientar que o Portugal do século XVI participa no grande movimento europeu do Humanismo, genericamente caracterizado pelo regresso à cultura clássica e, conseqüentemente, pela valorização do latim, em cujo conhecimento assenta o acesso àquele património. A instauração desse movimento foi, no entanto, um processo que, catalisado pelos princípios e ideais do Classicismo e pelos Descobrimientos¹, se arrastou ao longo das três primeiras décadas de Quinhentos, tendo enfim alcançado «uma plena, embora efémera, maturação» nas duas décadas seguintes (MENDES, 1993: 375). Na verdade, e muito embora

¹ O papel de mediação entre o Portugal dos Descobrimentos e o resto da Europa é, precisamente, uma das originalidades que Teyssier (1984a: 833) reconhece aos humanistas portugueses.

sintomas de uma mudança se tenham começado a sentir na viragem do século XV para o século XVI¹, é no período que decorre entre 1527 (data do impulso no envio de bolseiros para França, na sequência de um acordo firmado entre o governo de D. João III e Diogo de Gouveia, Principal e arrendatário do colégio parisiense de Santa Bárbara) e 1547 (ano da fundação do Colégio das Artes de Coimbra), que o eixo da cultura portuguesa se desloca decisivamente para o campo do Humanismo (MENDES, 1993: 380-381)². Afirma-se, então, uma plêiade de humanistas dos vários domínios da cultura e das ciências a que os historiadores chamaram **geração de Quinhentos**: personalidades como João de Barros, André de Resende, D. João de Castro, Garcia de Orta, Pedro Nunes, Damião de Góis, André de Gouveia e o próprio D. João III³ fazem parte dessa «geração decisiva, que marca na cultura portuguesa um ponto de inflexão e o começo de uma etapa nova» (MENDES, 1993: 384). A afirmação dos valores e práticas humanistas, mas também a entrada em crise do processo expansionista e o cepticismo que se instaurou na sociedade portuguesa, vêm acompanhadas, a partir do meio do século, da definitiva aceitação da língua latina como instrumento da educação superior e símbolo de prestígio social; a relatinização do português é, então, agilizada e promovida, curiosamente, pelos mesmos defensores do

¹ «Poderemos aceitar que o Renascimento humanista começou em Portugal com a intensificação e a renovação do ensino do latim, simbolizadas pelo magistério de Cataldo Parisio Sículo exercido a partir de 1485» (VERDELHO, 1995: 55, apoiado em Costa Ramalho, *Estudos sobre o século XVI*, 1980: 1). No entanto, tudo indica que «o Humanismo, que se manifestou em Portugal desde o fim do século XV, não foi, oficial e socialmente acolhido, antes do fim da terceira década do século XVI». Provam essa “marginalidade” do Humanismo no início do século XVI a actividade editorial portuguesa, que privilegiava a publicação de *Cartinhas* para ensinar a ler em detrimento dos textos dos autores clássicos, e a «ousada e eficaz autonomia da língua vernácula» (VERDELHO, 1995: 55).

² Com o Colégio das Artes «sistematizava-se definitivamente o ensino humanístico segundo os critérios mais modernos da cultura europeia, com mestres de prestígio internacional e competência sobejamente comprovada em centros estrangeiros congéneres (...) a filosofia aristotélica perdia definitivamente o primado na formação cultural dos candidatos às Faculdades universitárias» (CASTRO, 1973: 28).

³ Durante muito tempo, as relações culturais entre o humanismo português e o humanismo estrangeiro resultam de iniciativas individuais (como as tomadas por D. João II e D. Manuel I) e não fazem parte de uma política organizada; é a D. João III que cabe o desenvolvimento de uma verdadeira política cultural (TEYSSIER, 1984a: 826).

vernáculo, que agora protegiam o idioma nacional da “agressão” do castelhano (VERDELHO, 1995: 58). Até então, e segundo Verdelho (1995: 58), a corrente não humanista, mas já não tipicamente medieval que marcara a segunda metade do século XV e os princípios do século XVI, actuara decisivamente no sentido da promoção do vernáculo (desde a plena Idade Média instituído como língua patrimonial e cultural) como língua escrita, ao lado do (ou mesmo contra o) latim.

É, então, aos anos posteriores a 1547 que corresponde o apogeu de um período em que Portugal acolhe liberalmente os humanistas estrangeiros, no contexto de um duplo movimento que caracteriza o humanismo português e que também conduz ao resto da Europa, em permanências prolongadas, todos os seus principais representantes¹ (TEYSSIER, 1984a: 822-825).

Por outro lado, é em 1540 que, mediante solicitação de D. João III, a Ordem dos Jesuítas se instala em Portugal, determinando, durante dois séculos (é de 1759 o decreto que expulsa de Portugal a Ordem de Jesus), a natureza e os objectivos do sistema educativo; nos seus programas, o latim surge como um componente essencial e a gramática do jesuíta P^e. Manuel Álvares, impressa em 1572 e uma das gramáticas latinas mais difundidas e editadas em todo o mundo, funcionou, nesse contexto, como obra de referência (CARDOSO, 1995: 159). É ainda no século XVI que o Santo Ofício se instala em Portugal e começa a desenvolver a sua actividade de censura: em 1536, estabelece-se a Inquisição e em 1540 fazem-se os primeiros autos de fé; em 1547 é compilado e divulgado o primeiro rol de livros proibidos.

¹ «A la fin du XV^e siècle, ces Portugais se rendent essentiellement en Italie, en particulier à Bologne et à Sienne (...). Au XVI^e siècle, ils se répandent dans toutes les universités d'Europe, d'abord à Salamanque et à Paris, mais aussi à Alcalá de Henares, à Montpellier, à Toulouse, à Bordeaux, à Louvain, et même à Oxford et à Cambridge. On les trouve partout» (TEYSSIER, 1984a: 824).

Os anos 50 e 60 do século XVI são já marcados pelo desaparecimento (MENDES [1993: 403] fala de **morte “histórica” - física ou cívica**) do grupo de humanistas que referimos, assim desaparecendo também «o humanismo enquanto cultura secular e autónoma - cultura da confiança no poder do homem e da rejeição do domínio teológico-ecclesial, sem negação dos valores religiosos» (MENDES, 1993: 403). Muda portanto, de forma profunda, e no sentido de um crescente “imobilismo ideológico”, a vida política, espiritual e cultural do País. Para tal, foi determinante a realização do Concílio de Trento (promovido pela primeira vez em 1545-1547, mas com novas edições nas duas décadas seguintes) e a consequente polarização da cultura portuguesa em torno da ortodoxia católica, a que se associou a «condenação do valor social de toda a cultura estranha às perspectivas teológicas e, fora dos aspectos estritamente utilitários, vinculada aos interesses e tarefas do homem no século». No ensino, a «instrumentalização doutrinária da cultura incorporou (...) os estudos clássicos à docência religiosa - e dessa simbiose resultou o classicismo católico, que vigorou na pedagogia portuguesa desde que o sistema educativo pré-universitário ficou na alçada da Companhia de Jesus. (...) Reter e apropriar-se das realizações do humanismo para as pôr ao serviço do apostolado católico, tal foi a estratégia pedagógica da Companhia de Jesus» (MENDES, 1993: 405-406).

Também o humanismo naturalista que valorizava a experiência e a formulação teórica de generalidades indutivas é questionado, com a valorização do argumento da autoridade sobre a razão crítica e, sobretudo, com uma concepção metafísica e transcendente da natureza, subordinada à teologia e aos mistérios cristãos: quebrou-se, assim, em Portugal, por este obstáculo epistemológico (que se conjugou com a censura inquisitorial) o elo que se encadeou na metodologia baconiana, na física galilaica, no racionalismo de Descartes e que conduziu à revolução científica que, na Europa ocidental não hispânica, já se preparava (MENDES, 1993: 411-412).

No fim do século XVI, pelo panorama cultural e ideológico da época e pelos insucessos políticos e reveses militares (revela-se, então, frágil a realidade do Império) vive-se uma “situação histórica depressiva”: «Agregado à rígida inspiração religiosa provinda da Contra-Reforma, todo este complexo ideológico de inferioridade e abatimento permite falar do fim de uma época da cultura - a do Renascimento -, marcada pelo vitalismo renovador e ascendente, e do prelúdio de outra, gerada nesse clima de crise moral e material - a do Barroco» (MENDES, 1993: 414).

Pela sua importância na definição da situação (socio)linguística do século XVI, é igualmente necessário evocar o facto de a vitalidade e a natureza das relações entre Portugal e Castela promoverem uma situação de bilinguismo que, regra entre os portugueses cultivados, se prolonga desde meados do século XV até à segunda metade do século XVII¹: nos meios sociais mais elevados, o castelhano era, então, uma língua de prestígio e uma segunda língua de cultura. Finalmente, é fundamental referir que no século XVI o centro da vida política, económica, social, cultural e, mesmo, religiosa já se encontrava, há muito, localizado em Lisboa, a capital do reino, e numa área mais ampla que inclui aquela cidade e que é delimitada pelas localidades de Coimbra, Tomar, Santarém, Évora, Setúbal e Sintra: era aí que residiam rei e corte; era nesse espaço que se localizava o porto mais activo e que se encontravam os principais centros religiosos, com destaque para os mosteiros de Alcobaça e de Santa Cruz, em Coimbra; foi aí que se instalou a Universidade, definitivamente transferida para Coimbra em 1537

¹ «Les soixante ans de domination espagnole allaient perpétuer le bilinguisme luso-castillan. Ce bilinguisme survivra même longtemps à la Restauration de 1640, jusqu'à ce que meurent les derniers représentants des générations éduquées pendant la période "des Philippe" et qu'arrivent à l'âge d'homme les premiers représentants des générations nées sous la dynastie de Bragançe. C'est alors seulement, à une époque où le divorce politique entre le Portugal et l'Espagne est consommé, dans une Europe où la suprématie culturelle passe de l'Espagne à la France, qu'en abandonnant définitivement le bilinguisme luso-castillan les Portugais réalisèrent enfin les ambitions d'António Ferreira. [«Floreça, fale, cante, ouça-se e viva / A portuguesa língua (...)]» (TEYSSIER, 1984a: 844-845).

(TEYSSIER, 1994: 462)¹. Essa é, em suma, a região onde se instala o poder político e aquela que detém a supremacia económica; é, além disso e também por isso, a área geográfica que goza de mais prestígio social e cultural. A grande consequência linguística deste facto, sempre destacada nos diferentes trabalhos que se ocupam da história da língua portuguesa, é a de que cabe também a essa região a elaboração da norma linguística, sendo decisivo o seu contributo para a fisionomia do português moderno. Este pode ser, então, visto como «l'ancien gallaïco-portugais né dans l'extrême nord, qui, transporté par la Reconquête dans le centre et le sud anciennement mozarabes, s'y est transformé et a ensuite rayonné dans tout le territoire national» (TEYSSIER, 1994: 462).

Já referimos a importância particular que, na evolução dos estudos linguísticos, o século XVI assume na Europa ocidental em geral e no espaço do antigo Império Romano em particular: na verdade, e exceptuando a iniciativa precoce dos italianos e a gramática castelhana de Nebrija, é na primeira metade desse século que se desenvolve, no espaço românico europeu, o processo de codificação das línguas vulgares. Em Portugal, é a partir da década de trinta que um grupo de humanistas (além de João de Barros, Fernão de Oliveira e André de Resende, há que referir também, entre outros, Duarte Pinhel, Jerónimo Cardoso, Fernando Soares Homem e Manuel Álvares²) dá origem ao período que Verdelho (1995: 97-98 e 123)

¹ Terminada a reconquista (Faro 1249), «estabiliza-se a administração real. Lisboa, Alcobaça, Coimbra e, um século depois Tomar, passam a constituir, não só o centro geográfico do país, mas também o centro cultural, linguisticamente aglutinador e padronizador. Os mosteiros de Santa Cruz e de Alcobaça confirmam-se como importantes centros escolares» (VERDELHO, 1995: 32). ² Sobre os autores que preenchem o período introdutório do Humanismo, «[verdadeiros] linguistas, que introduziram, no horizonte cultural do tempo, referências novas e definitivas, não só para o pensamento, mas também para a identidade linguística portuguesa», cf. VERDELHO, 1995: 97 e ss.

² Sobre os autores que preenchem o período introdutório do Humanismo, «[verdadeiros] linguistas, que introduziram, no horizonte cultural do tempo, referências novas e definitivas, não só para o pensamento, mas também para a identidade linguística portuguesa», cf. VERDELHO, 1995: 97 e ss.

considera o mais brilhante da historiografia linguística portuguesa¹ e cujo facto mais relevante é a emergência das primeiras teorizações e descrições da língua portuguesa, às quais se segue, alguns anos depois, o primeiro trabalho de dicionarização². Surgem, então, no eixo sincrónico em que se localizam as italianas, as castelhanas e as francesas³, as primeiras gramáticas ou obras linguístico-gramaticais portuguesas (a de Fernão de Oliveira em 1536, a de João de Barros em 1539-1540, a de Pêro Gândavo em 1574 e a de Duarte Nunes de Leão, entre 1595 e 1606).

O destaque que, assim, se concede ao período do Renascimento não obsta a que se reconheça a importância de manifestações anteriores, com destaque para a época que corresponde à Dinastia de Avis; aliás, segundo Picchio (1959: 11), é o próprio rei D. Duarte que, no capítulo *Da maneira pera bem tornar algũa leytura em nossa linguagem* de *O Leal Conselheiro* (composto entre 1428 e 1438), «con poche, ma fondamentali notazioni, darà il via alla meditazione e agli studi linguistici in Portogallo»⁴. O vernáculo é, aí, de alguma forma, erigido em objecto de análise e, portanto, submetido a um processo de valorização; na medida em que recomenda cuidado e moderação no

¹ Os anos de 1533 (data que, com o desaparecimento de Pedro Rombo, comentador de Pastrana, marca provavelmente a definitiva substituição da *Gramatica Pastrane*, pela primeira vez editada em Portugal em 1497, pela de Nebrija, na Universidade de Lisboa) e 1572 (data da publicação da gramática latina de Manuel Álvares) são as datas com que Verdelho (1995: 98) baliza esse período; 1535, data da publicação da gramática de Máximo de Sousa, ou 1536, ano da publicação do texto gramatical de Fernão de Oliveira são datas igualmente válidas para assinalar o seu início (VERDELHO, 1995: 126, n. 38).

² «A língua portuguesa, contando então com três séculos de escrita, e tendo já atravessado os mares, usufruía de um prestígio vantajoso e de uma experiência suficiente para motivar a reflexão teórica, o discurso apologético e mesmo as primeiras tentativas de textos didácticos, de descrições e de enunciados normalizadores do seu funcionamento. O confronto com o latim e com os outros vernáculos, especialmente o castelhano, foram também factores que não deixaram de contribuir para o surgimento das primeiras gramáticas da língua portuguesa» (VERDELHO, 1995: 98).

³ Para a enumeração das obras que marcam, em Itália, na França e em Espanha, o início da gramatização das línguas vulgares, cf. BUESCU, 1980: 22-23; cf. também BUESCU, 1971: XXXIX-XL ou BUESCU, 1983: 10-12.

⁴ «Aliás, anotações e uma quase-doutrina em torno da problemática da tradução do latim em vulgar são uma vez mais abordadas pelo rei-escriptor no *Livro dos Conselhos*» (BUESCU, 1984: 43).

recurso a palavras latinas, D. Duarte é apresentado por Pinto (1961: 125-126), que recupera a formulação de Agostinho de Campos, como o mais antigo “defensor da vernaculidade” e o mais antigo “paladino da nossa linguagem”, antecipando-se assim ao movimento de defesa das línguas nacionais que, iniciado em Itália, depressa se estendeu a outros países¹. A existência de uma íntima relação entre a elaboração (no sentido klossiano do termo) do português e o poder centralizador e difusor da dinastia de Avis é, mesmo, umas das ideias fundamentais que orientam o texto de Cardeira (2005)².

O período que corresponde ao domínio da dinastia de Avis³ é, na verdade e a diferentes níveis, particularmente importante na história de Portugal. É então que, na sequência do processo de Reconquista e dos acontecimentos que conduziram à crise de 1383-1385, a antiga nobreza de base setentrional se vê afastada do poder e o centro de gravidade do país se desloca do Norte para o Sul, do campo para o espaço urbano; do ponto de vista linguístico, a intensificação do contacto motivado pelo repovoamento do território conduz à homogeneização dos espaços sujeitos a esse movimento e desencadeia um processo de *desgaleguização*, de afastamento em relação às variedades setentrionais e ao antigo galego-português. O eixo constituído pelas cidades de Coimbra - Lisboa - Évora assume-se, então, não só como centro da vida política e cultural, mas também como modelo

¹ Por outro lado, o catálogo da biblioteca de D. Duarte demonstra-nos igualmente a proeminência que o vulgar tinha conquistado em relação ao latim, mesmo no âmbito da “indústria” do livro (PICCHIO, 1955: 11).

² Cf., também, CASTRO (1993: 105-106), que, depois de uma análise das principais alterações ocorridas no português da época, conclui o seguinte: «os infantes de Avis, os seus colaboradores e os seus contemporâneos, foram os grandes elaboradores da língua portuguesa do século XV».

³ Relativamente aos séculos precedentes, é importante realçar, no final do período que vai de 1096 a 1325, a adopção do português como língua oficial da chancelaria régia (D. Dinis). Essa é uma das manifestações da definição de Portugal enquanto entidade política autónoma e integra-se num conjunto de circunstâncias que contribuem de maneira inequívoca para fazer evoluir o português em sentido divergente do castelhano e, conseqüentemente, para assim se criar a base de uma cultura nacional com características próprias (MATTOSO, 1993, *História de Portugal*, 2º vol.: 267, conforme síntese de Cardeira, 2005: 25).

linguístico; pode, a partir de então, falar-se de nivelamento e unificação linguísticos «em que poderá vir a alicerçar-se, no advento dos Descobrimentos, o tópico da “língua companheira do império”» (CARDEIRA, 2005: 23):

No século XV consolida-se uma ideologia monárquica que vem abrir novos caminhos: a descoberta de outros espaços para o Reino de Portugal dá solidez à identidade conquistada e no esteio dessa identidade emerge um conceito de «pátria» enquanto referente mítico que legitima o poder político. A língua, adaptando-se à nova situação, virá a tornar-se um símbolo do império. Primeiro, demarca-se dos seus congéneres dialectos neo-latinos vizinhos: o foco aglutinador constituído pelo poder centralizador da dinastia de Avis, localizada no centro-sul do território português, na antiga região moçárabe, funcionando como «força centrípeta», absorve as distintas áreas dialectais e começa a encarar o idioma se não ainda como marca de nacionalidade, já como instrumento de expressão próprio. Nesta fase se enquadra a elaboração do português, num processo de unificação e standardização emanado da corte de Avis. (...) As circunstâncias históricas permitiram que, para o português, este processo se definisse logo no século XV; ao mesmo tempo, o galego sofria um processo de castelhanização que se iniciou na segunda metade do século XIV e que culminou antes da metade do século XVI (Monteagudo [...]) (CARDEIRA, 2005: 293).

Com a corte, em torno da qual, a partir do fim do século XIII, gravita toda a vida do país, os mosteiros (fundamentalmente os de Santa Cruz e de Alcobaça) constituem, na época, os dois centros difusores e em torno dos quais se polariza a cultura medieval. Frise-se ainda que, enquanto coleccionavam ou produziam obras, entre as quais textos de natureza gramatical¹, os monges não ignoravam os novos direitos que o vulgar português ia conquistando em seu torno; segundo Picchio (1959: 6-9), prova-o a actividade de tradução² aí desenvolvida.

¹ «O exame dos Códices Alcobacenses mostra, efectivamente, uma surpreendente riqueza de manuscritos de carácter linguístico-gramatical, muitos deles originários dos *scriptoria* alcobacenses» (BUESCU, 1984: 42).

² Os monges mantiveram até ao final de Quatrocentos um ensino gramatical baseado exclusivamente na lição latina, mas também quiseram que funcionasse uma verdadeira escola de tradutores. Por outro lado, detecta-se em Santa Cruz uma tradição laica que,

Independentemente da importância que se atribui àquela antecipação de consciência linguística nacional, o que verdadeiramente caracteriza a Idade Média (em Portugal, como no resto da Europa¹) é, no entanto, o domínio da gramaticografia latina. Assim, como nota Verdelho (1995: 25), a aprendizagem do latim e sobretudo a teorização linguística que a acompanhava precederam em séculos a invenção e fixação da escrita para os vernáculos², a emergência de uma produção textual própria e a criação de uma ciência linguística exclusivamente vernacular; no entanto, e como acrescenta o mesmo autor, também há que observar que a exercitação gramatical latina constituiu, em todo o Ocidente, um factor de consciencialização progressiva do vernáculo como língua autónoma (relativamente ao latim e às outras línguas vernáculas da Península) e como língua passível de ser escrita, estimulando, em suma, a estruturação e a emergência da escrita vernacular³.

do ponto de vista linguístico, expõe a instituição já não como conservadora e divulgadora de cultura, mas como elemento receptivo de uma cultura popular pré-existente (PICCHIO, 1959: 6-7 e 9, n. 6).

- ¹ Como outros aspectos da cultura medieval, a gramaticografia «revela uma impressionante interacção e uniformidade entre os vários espaços da geografia europeia. Não admira pois, que encontremos em Portugal os mesmos rituais, as mesmas instituições, a mesma prática escolar e até os mesmos livros que se utilizavam um pouco por toda a parte» (VERDELHO, 1995: 27).
- ² De qualquer forma, há que considerar a referência a cartinhas para aprender a ler anteriores não só à obra similar de João de Barros, como à própria gramática de Fernão de Oliveira (TORRES / ASSUNÇÃO, 2000: 10, remetendo para um trabalho de Luís de Matos).
- ³ A exercitação gramatical latina foi também «um dos vectores preponderantes de unidade e de interligação cultural, pela divulgação e reprodução quase ritualizada, de um pequeno conjunto de textos didácticos, com a informação gramatical, em todo o espaço europeu escolarizado em latim» (VERDELHO, 1995: 122). O «período de gestação e de emergência da escrita da língua vulgar» é «um longo período que começa, em Portugal, na escola de gramática no final do século XII e se prolonga até à segunda metade do século XVI. A língua escrita portuguesa nasceu, sem dúvida, desta primeira renascença europeia, a “Renascença do século XII”, que confirmou e acentuou, na renovação do ensino do latim, o seu estatuto de língua estrangeira oposta aos vernáculos. Só o grande investimento na elaboração teórica e na escolarização do latim, língua estrangeira, pode facultar conhecimentos e técnicas suficientes para criar e padronizar uma língua escrita vernacula» (VERDELHO, 1995: 33).

10.1.2. A “questão” linguística da época e as primeiras produções gramaticais sobre o vernáculo

No contexto histórico-cultural que descrevemos, compreende-se que a normalização ortográfica¹ e a dignificação linguística surjam como os vectores em torno dos quais se organiza o pensamento linguístico-gramatical do século XVI: a questão do registo gráfico e as relações entre esse nível de representação e o plano fónico constituem, como já haviam sido para copistas, escribas e tabeliães, um problema basilar para a codificação das línguas ainda não gramatizadas, como manifestação mais evidente das tendências unificadoras que subjazem àquele trabalho; por outro lado, a questão da legitimação dos vernáculos assume-se como uma “questão da língua” (BUESCU, 1984: 69; 2000: 757).

Questão da língua é uma expressão decalcada do italiano e, embora seja possível encontrar, ao longo da história cultural e sociológica, várias “questões da língua”², esse conceito associa-se, fundamentalmente, à situação que, culminando no Renascimento, decorre da ascensão dos idiomas autóctones em comunidades onde o latim desempenhava funções e

¹ «A ortografia é, ainda hoje, a mais sensível e a mais evidente manifestação da norma no uso das línguas escritas. A teorização linguística do renascimento, independentemente do restante enunciado gramatical (que só a partir do meio do século XVI começou verdadeiramente a sofrer alterações), encontrou na regularização e uniformização da escrita, uma prática elementar, suficientemente mostrativa da diferença e da superioridade da sua erudição, e ao mesmo tempo, um instrumento ratificador da sua autoridade linguística (...). A relativa uniformidade ortográfica veio a ter condições muito favoráveis para se instituir (...). E teve como principais consequências, por um lado, a modernização dos dicionários e da própria técnica da elaboração lexicográfica, e por outro, a generalização de um estimulante e, por vezes, desproporcionado espírito normativo, que vai repercutir-se nas línguas vernaculares. A sistematização ortográfica vai constituir uma das preocupações fulcrais no discurso linguístico e nas primeiras produções teóricas sobre os vulgares, e particularmente na gramaticografia e lexicografia portuguesas» (VERDELHO, 1995: 74).

² «A chamada “Questão da Língua” (...) não é um fenómeno unívoco nem único, mas uma situação cíclica e equivocadamente dependente do contexto cultural, social, político e estético de cada época» (BUESCU, 1980: 277-278).

assumia valores simbólicos vedados às línguas vernaculares. É esse o modelo conceptual que se associa à expressão italiana, com que, pela primeira vez, se formaliza este tipo de polémica: um modo de expressão nacional pretende superar a primazia literária de uma língua clássica (BUESCU, 1980: 280-281); Teyssier (1984a: 841) fala, a este propósito, de **patriotismo linguístico**, atitude / movimento que consiste em defender e ilustrar a língua nacional:

On peut dire que le noyau de la “Question de la Langue”, telle qu’elle a été définie par les principaux participants aux controverses classiques médiévales et humanistiques, peut-être vu dans la constante préoccupation des différentes communautés à travers les siècles de trouver une réponse à ces deux questions essentielles: a) Quel medium linguistique doit revenir la langue officielle et / ou littéraire de la communauté (...)? b) (...) quelle portion de ce patrimoine doit être acceptée généralement et que doit-on en rejeter comme inadéquat? Ces deux aspects de la Question de la Langue correspondent aux concepts humanistes de *dignitas* et de *norme* linguistique (Riccardo Picchio, *Introduction à une étude comparée de la Question de la Langue chez les Slaves*, 1978: 160, citado por BUESCU, 1980: 281-282).

Projectando para este contexto histórico o quadro terminológico e descritivo de Haugen, torna-se claro que estes são conflitos e debates que acompanham o processo de selecção inerente ao fenómeno da estandardização: o que está em causa é a definição do “melhor uso” e da melhor base para a nova variedade “standard”. Nesse, como em outros envolvimentos históricos e culturais, trata-se de debates que envolvem as relações entre linguagem e poder, a identificação e a diferenciação de códigos, a definição / identificação de normas locais e nacionais; tornam-se assaz evidentes, nesta etapa do processo, os objectivos não linguísticos dos agentes (DEUMERT / VANDENBUSSCHE, 2003a: 5-6).

A “questão da língua” resulta, então, de uma incerteza sobre a norma linguística e da carência de padrões literários (pelo menos,

reconhecidos) que garantam o prestígio da língua em ascensão e faz sentir a necessidade de submeter a língua vulgar a normas precisas, desencadeando o conseqüente trabalho de codificação. As obras gramaticais e de apologia linguística elaboradas no espaço românico multiplicam-se, por esse facto, com o avançar do século XVI¹. Paradoxalmente, a maturidade das línguas modernas que assim se evidencia coincide com o incremento do uso do latim pelos eruditos do Renascimento (BUESCU, 1975: 13-14). Note-se, no entanto, que na Península Ibérica, como aliás, em todo o mundo românico, os textos em latim escritos pelos humanistas nunca comprometeram o prestígio e o processo de ascensão das línguas nacionais, já que, em geral, lhes faltou a difusão necessária para tal (SANTOS, 1975: 521).

Os homens do Renascimento depararam-se, assim, com um dilema e uma contradição de fundo: por um lado, encontram nos padrões clássicos o seu próprio modelo, subordinando aos esquemas da gramática latina o esquema das suas próprias obras; por outro lado, reivindicam a sua própria existência contrastiva (BUESCU, 1975: 13-14; 2000: 759)². Entre os diferentes

¹ A apologia da língua portuguesa não era exclusiva do discurso dos gramáticos, antes unia aqueles que, atribuindo aos feitos nacionais um valor inestimável, consideravam que o seu relato exigia a (boa) utilização do idioma pátrio: «Deu-me ousadia a escrever o que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista da Índia, serem as façanhas tais que em grandeza, fama e admiração tiveram muita vantagem às que escreveram Tito Lívio e Homero. E tenho que ganhei muito em ser o primeiro português que na nossa língua as ressuscitei, estando mortas de cinquenta anos, e não somente em Portugal mas nos outros reinos onde desejavam muito de as saber» (CASTANHEDA, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, apud MENDES, 1993: 397). Do mesmo modo, Rodrigues Lobo (em obra publicada em 1619 e claramente inspirado pelos textos apologéticos de Barros e Gândavo) afirma sobre a língua portuguesa que «é branda para deleitar, grave para engrandecer, eficaz para mover, doce para pronunciar, breve para resolver e acomodada às matérias mais importantes da prática e da escritura. (...) Tem de todas as línguas o melhor: a pronúncia da latina, a origem da grega, a familiaridade da castelhana, a brandura da francesa, a elegância da italiana». Assim, o único mal que o autor lhe reconhece «é que, polo que pouco lhe querem seus naturais, a trazem mais remendada que capa de pedinte» (LOBO, [1619] 1991: 68-69).

² «Dire que l'humanisme a favorisé le développement d'un tel patriotisme [o patriotismo linguístico] paraît au premier abord paradoxal, puisque la langue normale des humanistes était le latin, et non les différentes langues "vulgaires", et que dans toute l'Europe l'émergence des langues nationales s'est faite au détriment du latin. Mais le paradox n'est qu'apparent: en favorisant le progrès général de la culture et des lettres, l'humanisme devait fatalement aboutir à ce résultat, car toute culture qui se développe exige un instrument original d'expression. (...) par l'intermédiaire de la langue latine, apparemment aliénante, l'humanisme transmettait des messages devant conduire à la

idiomas em causa estabelecem-se, assim, relações complexas que, além das implicações que vieram a ter na definição da fisionomia linguística do português¹, desencadeiam atitudes de adesão ou hostilidade que interessa considerar². A originalidade de que a referida questão se reveste no espaço português decorre da dupla fisionomia com que começa logo por se manifestar: por um lado, a afirmação da autonomia relativamente ao latim; por outro, a presunção da superioridade sobre o castelhano (PICCHIO, 1959: 13). No processo de confronto com os outros idiomas românicos e, sobretudo, com este último (pelo seu estatuto de língua da corte, o castelhano está em concorrência com o português enquanto instrumento de expressão literária), as semelhanças com o latim constituirão, algo ironicamente, prova de superioridade relativamente às outras línguas, consideradas mais afastadas da língua-mãe³. O latim passa, desta forma, a estar ao “serviço” do português e a questão da língua desenvolve-se em duas dimensões, permitindo a intervenção de agentes diferenciados: se as relações entre o português e o latim envolvem uma minoria culta (a elite intelectual dos humanistas), já a convivência entre o português e o espanhol mobiliza conhecedores e não conhecedores de latim, estudiosos de

libération, à la “décolonisation” culturelle, à l’autonomie linguistique» (TEYSSIER, 1984a: 841).

¹ Uma das tendências que então se desenvolveu e que afectou particularmente o léxico foi a tendência latinizante; ocorreram também alterações nos padrões fonéticos dominantes (além de um acentuado aumento de proparoxítonos, reintroduzem-se grupos consonânticos latinos, num e noutro caso tratando-se de tendências ainda hoje rejeitadas pela língua popular). Assim, «[os] traços alheios à estrutura tradicional são suficientemente numerosos e homogêneos para considerarmos que eles imprimem nova configuração à língua nacional, ao mesmo tempo que acentuam a clivagem entre a língua de comunicação corrente e a língua culta, escrita ou oral, bem como entre a língua das camadas populares e a língua da classe dominante e estratos sociais afins» (PAIVA, 1985: 390).

² Recorde-se que a introdução do humanismo se orienta em duas direcções, à primeira vista contraditórias: por um lado, a renovação do ensino do latim; por outro, o início da gramática romance. Aliás, uma das razões subjacentes ao nascimento das gramáticas vulgares é, precisamente, o facto de o conhecimento das línguas maternas ser (por alguns considerado) um passo prévio para o das línguas clássicas (MARTÍ SÁNCHEZ, 1994: 404-405).

³ «A relação português-latim constitui uma das questões mais importantes da história da língua de Quinhentos: no plano das concepções e das práticas e, conseqüentemente, nos marcos que o movimento de valorização desse vínculo imprime à língua» (PAIVA, 2002: 22).

gramática e indivíduos sem formação nesse domínio (BUESCU, 2000: 760; BUESCU, 1984: 70-71)¹. Também as posições assumidas pelos diferentes gramáticos face às duas vertentes em que se desenvolve, em Portugal, a “questão da língua” variam substancialmente, reflectindo as tendências dominantes na sociedade da época (PAIVA [1986: 390] fala de um “conflito de usos” que então se afrontavam na Europa renascentista): se Oliveira condena o uso do latim, língua morta, e o conseqüente desvirtuamento do vernáculo, já João de Barros, que inspira, nesse aspecto, Gândavo e Duarte Nunes de Leão, «perspectiva preferencialmente a língua na sua uniformidade e na estabilidade do seu enraizamento no passado (...), passado cuja matriz latina é constantemente invocada e revitalizada, e lhe fornece o principal critério de valorização idiomática» (PAIVA, 1986: 390). É possível, assim, considerando Oliveira, Barros e Gândavo, unidos por um objectivo comum (dignificar o português como língua autónoma e comunicativamente capaz) e pela mesma situação de bilinguismo literário e palaciano, distinguir posições e estratégias diferenciadas:

Se Oliveira é muito mais severo em relação ao binómio latino-português, é mais atenuada a sua consciência do desenvolvimento do castelhano como língua literária. Barros anula qualquer oposição quanto ao primeiro binómio (...). Para ele, o latim é sempre o modelo exemplar e a razão de prestígio. E, quanto ao castelhano, a oposição implícita toma uma forma discreta (...) e exprime-se por dois modos: por um lado, colocando o castelhano a par do italiano e do francês, ao mesmo nível de distanciamento; por outro lado, assumindo como seu contraponto a enumeração das excelências do português. Mas é na obra de Magalhães de Gândavo, no seu *Diálogo em defensam*, que, de facto, encontramos com perfeita clareza o nó do problema (BUESCU, 1981: 25-26; 1984: 75-76)².

¹ «Se a autoridade do latim, enquanto instrumento de codificação e de ensino, não pode ser generalizada a um nível mais vasto da produção cultural e da comunicação, no que diz respeito ao castelhano, o problema é bem diferente» (CURTO, 1993: 364).

² Estatisticamente, o texto de João de Barros mostra-nos que ele se preocupa mais em demonstrar as diferenças que as semelhanças. No entanto, a filiação latina da língua portuguesa e a sua conformidade ou semelhança com a língua mãe, procurada e

Por outro lado, a íntima relação que a **questão da língua** estabelece com toda a estrutura socioeconómica e cultural reflecte-se no que podemos considerar diferentes formas de expressão e de desenvolvimento dessa polémica: assim, seguindo Buescu (1981: 23-24), numa primeira fase, trata-se de confirmar uma consciência nacional; num segundo momento (de expansão e missionação), a questão da língua desenvolve-se num contexto onde o conceito de Império é um conceito central; finalmente, com a instauração da dinastia filipina, fortalece-se a consciência do valor da língua como factor de identidade política.

10.1.3. Autores e textos linguístico-gramaticais¹

Relativamente aos textos que observaremos, vamos, como Helena Paiva (2002), ter em consideração, não na organização dos dados, mas na orientação que daremos à sua análise, que é possível distinguir duas sincronias e dois grupos de autores entre aqueles que, no Renascimento e impregnados do espírito que então dominava, se dedicaram ao estudo do vernáculo: Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540), por um lado; Magalhães de Gândavo (1574) e Duarte Nunes de Leão (1576 e 1606) por outro. Distingue os dois momentos o facto de o segundo manifestar uma regularidade e estabilização que o primeiro não exhibe², bem como a

sublinhada, representam títulos de nobreza aos quais ele não quer renunciar e que acentua. Já para o fim do século, é na conformidade com o latim que Gândavo centra a sua apologia da língua (BUESCU, 2000: 759).

¹ A inclusão dos diferentes autores nos três séculos que analisamos parte das datas de elaboração / publicação (em vida) dos textos que aqui consideramos e não, como facilmente se compreenderá, das datas apontadas para o nascimento e/ou morte de cada um. As fontes que, directa ou indirectamente, forneceram os dados fundamentais para este trabalho de síntese biobibliográfica foram Barbosa Machado (*Biblioteca Lusitana*) e Inocêncio F. da Silva (*Diccionario bibliographico portuguez*).

² «Relativamente aos traços mais marcantes da evolução que se opera ao longo do século, a segunda sincronia apresenta uma regularidade que reflecte a extensão e a profundidade do movimento ainda incipiente e hesitante na primeira sincronia, e a estabilização da dinâmica que continuará a actuar na língua para além do século XVI» (PAIVA, 1986: 377).

«distância entre as atitudes dominantes na segunda sincronia e a do primeiro gramático para quem “a primeira e principal virtude da língua é ser clara e que a possam todos entender» (PAIVA, 1985: 393). Teremos igualmente em consideração a chamada de atenção de Santos (1975: 521) para o facto de, às primeiras gramáticas sobre o vulgar, como, no espaço ibérico, as de Nebrija e Fernão de Oliveira, se sucederem outras obras «em que ao desejo de fixar a língua e o seu bom uso se vêm juntar em maior proporção afirmações sobre a excelência do vulgar, sobre a sua independência, maturidade e superioridade em relação ao latim e aos outros idiomas românicos, afirmações estas entretecidas de reflexões sobre a origem da língua, a sua história, e o seu destino - outros tantos ecos do pensamento humanista da época, que constituíam como que uma moda literária». É o caso, novamente no espaço ibérico, do *Dialogo em louvor da nossa linguagem* (1540), de João de Barros ou do *Diálogo de la lengua* (1535), de Juan de Valdés¹.

Os autores referidos revestem-se de uma importância inquestionável na história do pensamento linguístico português; não invalida este juízo a questão relacionada com o poder de intervenção que esses teorizadores e as respectivas obras efectivamente assumiram, quer no plano literário, quer ao nível da dimensão quotidiana da língua vulgar e que, segundo Verdelho (1995: 21), deverá ter sido de bem modestas proporções.

10.1.3.1. Fernão de Oliveira

Fernão de Oliveira nasceu provavelmente em Aveiro em 1507; de 1520 a 1532 viveu entre os Dominicanos de Évora, aí tendo sido discípulo de André de Resende. Tendo em seguida fugido para Espanha, parece ter obtido a secularização, regressando a Portugal e dedicando-se, em Lisboa, ao ensino de jovens fidalgos; entre outros, destacam-se os filhos de João de Barros, do Barão de Alvito e de D. Fernando de Almada. Em 1540 / 1541

¹ «Ambos escolheram o diálogo para expor as suas ideias, como Bembo, Castiglione, Machiavel, Speroni, e como Erasmo, de que ambos revelam influência» (SANTOS, 1975: 521-522).

desloca-se a Itália, provavelmente incumbido de uma missão régia junto da Santa Sé, mas acaba, ao longo da viagem, por ser aprisionado pelos franceses. Incorporando, mais tarde, a armada francesa, vem a ser feito prisioneiro da Inglaterra e a frequentar a corte de Henrique VIII e Eduardo VII; tal episódio vale-lhe, em 1547, o encarceramento em Portugal pela Inquisição. Libertado 4 anos depois, parte em 1552 como capelão real para o Norte de África, onde, novamente, acaba encarcerado. Em 1554 é nomeado revisor tipográfico na Universidade de Coimbra, onde também assume a seu cargo o ensino de Retórica. De 1555 a 1557 volta a estar encarcerado pela Inquisição, vindo a falecer na década que decorre entre 1580 e 1590¹.

Data de 1536 a publicação da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira². Não obstante a designação de *Gramática*, é preciso ter em conta que o próprio autor apresenta a obra como uma **notação**, a primeira da língua portuguesa («[esta] he a primeyra anotação que Fernão doliueyra fez da lingua Portuguesa» [OLIVEIRA, *Grammatica*: 2, 1-2]), não se propondo, portanto, apresentar uma obra sistemática, cuja elaboração explicitamente remete para mais tarde. Além da forma como o próprio Fernão de Oliveira apresenta a obra, têm valor de ilustração, neste contexto, as seguintes afirmações³:

¹ Sobre a bibliografia fundamental para a reconstituição da vida de Fernão de Oliveira, cf. TORRES / ASSUNÇÃO, 2000: 13. É a seguinte, a forma como estes autores (TORRES / ASSUNÇÃO, 2000: 77) sintetizam o percurso de vida do gramático quinhentista: «dominicano temporário e depois clérigo secular, soldado e diplomata, marinheiro e escritor louvado de arquitectura naval, prisioneiro da Inquisição e mestre da nobreza humanista, professor de retórica, filólogo e gramático, - Fernão de Oliveira, cavaleiro andante que, antes de mais ninguém e com alta perícia, terçou armas por amor dessa dama de romana estirpe e presença transcontinental que é a Língua Portuguesa».

² A análise a que vamos aqui proceder apoiar-se-á na edição semidiplomática de Torres e Assunção (2000: 81-159). As citações que transcreveremos virão identificadas pelas formas abreviadas do nome do Autor e do título da obra (OLIVEIRA, *Grammatica*), a que se seguirá a indicação da página do texto em análise (e não do conjunto da obra onde surge apresentado, que inclui estudos introdutórios e duas outras edições, a crítica e a anastática) e do número da linha (20, 7, por exemplo, remeterá, portanto, para a linha 7 da página 20).

³ Talvez menos explícitas, mas valendo pelo tom de sugestão, encontramos afirmações do seguinte tipo: «destas e doutras meudezas não falamos porque **para esta obra abasta o**

- i) «e dellas [das obras] seja a primeyra esta como **prologo das outras a notação em alghūas cousas** do falar: Portugues» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 3, 10-12);
- ii) «e nestas cousas se acabara esta primeira anotação em dizer não tudo mas apontar alghūas partes neçessarias da ortografia: acento: ethimologia: e analogia da nossa linguagem em comuū e particularizando nada de cada dição: porq **isto ficara para outro tempo e obra**» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 3, 17-21);
- iii) «a linguajem ainda no ajuntamento das dições e no estilo e modo de proceder tem suas particularidades ou p̃priedades: como **a seu tēpo, em outra obra mayor q̃ desta materea espero de fazer, direi**» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 34, 23-26);
- iv) «como sinificão e q̃ cousas: autos ou modos são estes q̃ sinificão **diloemos ē outra parte** onde falaremos das partes da oração» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 39, 14-16);
- v) «e de suas espeçias e do vso dellas **hauemos de falar mais largamēte em outra obra**» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 53, 20-21);
- vi) «polla rezão q̃ daremos q̃ndo falaremos da natureza dos casos e da composiçã da līgua **mas não nesta obra**» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 62, 12-14);
- vii) «porq̃ estes nomes teuerão casos: mais q̃ outros **em outro tempo e obra o diremos**» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 71, 6-7);
- viii) «e nos dos nossos **faremos memorea a seu tēpo: mas não nesta obra** na q̃l não fazemos mais q̃ apontar os principios da grammatica q̃ temos na nossa lingua» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 73, 13-16);
- ix) «nesta derradeira parte θ) é da cōstruiçã ou cōposição. da lingua **não dizemos mais por q̃ temos começada hūa obra em q̃ particularmente e cō mais comprimento falamos della**» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 74, 21-23)¹.

que dissemos» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 48-49, 29-1); «[nam] dizemos **aindagora neste lugar nē liuro** que cousa he artigo» (61: 25-26); «não dando porē cōprida e particularmēte as inteiras formações e as eiçeições de suas faltas se não so amoestando em breue o q̃ ha nellas: **para q̃ depois a seu tēpo quando as trataremos**, sejam milhor e cō mais facilidade entendidas» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 71, 15-19); «direy como de caminho q̃ cousa he cōjugação e **em outra parte o repetirei** ou declararei mais por inteiro» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 72, 13-15). (Os destacados são nossos).

¹ Os destacados são nossos.

O texto gramatical de Fernão de Oliveira não pode, então, pela valorização desta particularidade, «considerar-se uma *arte*, no sentido em que Barros a entende, isto é, um compêndio gramatical sistemático e segundo o esquema tradicional transmitido pelos gramáticos latinos. A obra de Oliveira é, efectivamente, um conjunto de curiosas e judiciosas reflexões, de tipo ensaístico; em suma, uma miscelânea linguística e cultural» (BUESCU, 1975: 19-20). Desta forma, o título *Gramática* será uma mera manifestação da tradição medieval que apresentava como **gramáticas** todas as obras de conteúdo linguístico (BUESCU, 2000: 756)¹. Nesta ordem de ideias, pode considerar-se, como Buescu (1980: 13), que é a João de Barros que cabe o título de autor da primeira gramática (concebida como inventariação sistemática dos mecanismos da língua) portuguesa: ele próprio assim se considera, como podemos depreender da sua frase-exemplo «loam de Bárros foy o primeiro que pos a nóssa linguágem em arte» (BARROS, *Grammatica*: fol. 13[v.])².

Esta é, no entanto, uma questão que não se afigura, aqui, relevante: por um lado, como qualquer produção gramatical, também este texto resulta da tomada de consciência da linguagem (neste caso, da língua portuguesa) como objecto de formalização; por outro lado, aquele dado em nada altera o valor do texto enquanto documento de natureza metalinguística onde o português é sujeito pela primeira vez a um trabalho de codificação. Além disso, na contenda **gramática vs. miscelânea gramatical**, não se afigura difícil, como o mostram Torres e Assunção

¹ Note-se, no entanto, que também no corpo do texto, o autor se situa frequentemente no âmbito de uma arte a que ele próprio chama gramática e se refere à sua obra com esse termo: «agora falaremos della q̄) e outra parte desta nossa grãmatica» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 55, 7-8).

² A análise a que vamos aqui proceder e que incidirá sobre a *Grammatica da lingua portuguesa* e o *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, apoiar-se-á na edição fac-similada de Buescu (1971: 57-155 e 156-176). As citações que transcreveremos serão seguidas da identificação abreviada do Autor (BARROS) e da obra (*Grammatica* ou *Dialogo em louvor*) e da indicação do fólho das edições reproduzidas (por exemplo: BARROS, *Grammatica*: fol. 15).

(2000: 20-23), fazer pender para o primeiro termo do binómio, a avaliação da obra deste estudioso.

Além da *Grammatica da linguagem portuguesa*, Fernão de Oliveira (que também assina Fernando de Oliveira) é autor de textos de outra natureza, alguns dos quais foram motivados pelos conhecimentos náuticos adquiridos enquanto piloto da armada francesa¹.

À semelhança do que acontecia com os seus contemporâneos, também a formação gramatical de Oliveira passou pelos compêndios latinos, de entre os quais se destacava o de Nebrija; este é, na verdade, o autor que impulsiona a renovação do horizonte gramatical português, no início do século XVI (VERDELHO, 1995: 70) e cuja *Gramática de la lengua castellana* funciona, certamente, como impulso para a descrição de Fernão de Oliveira (COSERIU, 1991: 17). Esta é construída, então, sob a influência dos compêndios gramaticais latinos (Varrão e Quintiliano são as figuras de referência) e segue orientações já tomadas pelas gramáticas de outros vulgares que a precederam (TORRES, 1990: 49-50)².

Não obstante essa vertente de conformação com as tendências e correntes da época, Fernão de Oliveira não deixa de suscitar análises que, como a de Coseriu (1991), lhe atribuem um lugar de destaque na história da Linguística Românica e da Linguística Geral e o consideram um dos gramáticos mais originais de toda a Renascença. Coseriu apresenta-o, então, como “o mais importante foneticista da Renascença na România” e de “grande precursor” no domínio do tratamento funcional das línguas na

¹ Sobre os diferentes títulos, impressos ou manuscritos, atribuídos a Fernão de Oliveira, cf. TORRES / ASSUNÇÃO, 2000: 15-17.

² Fernão de Oliveira cita Quintiliano 20 vezes, alude por 8 vezes a Varrão, mas, curiosamente, cita apenas uma vez Nebrija. Cita ainda, abundantemente, Cícero, Diógenes Laércio, Aulo Gélcio e menciona também Garcia de Resende e o *Cancioneiro*, João de Barros, o padre Baltasar, Gil Vicente, Jorge da Silveira e Nuno Pereira (TORRES / ASSUNÇÃO, 2000: 20; BUESCU, 1975: 22). Para uma reflexão crítica sobre as dívidas (algumas inconfessadas) de Fernão de Oliveira, cf. Asensio (1962).

linguística descritiva¹; destaca ainda o interesse das ideias que o gramático desenvolve no âmbito da lexicologia e na área do que hoje se designa por Sociolinguística. Particularmente interessante nessa análise é o facto de Coseriu (1991: 17) atribuir ao gramático português não só uma «clara intuição da funcionalidade linguística» COMO «a distinção, aplicada frequentemente também na descrição concreta, entre os esquemas funcionais da língua (...) e sua realização ('norma da língua')²», o que nos revela uma particular argúcia no plano da especulação teórica.

A obra de Fernão de Oliveira destaca-se ainda, no contexto da produção gramatical da Renascença, por se ter mantido alheia a aspectos que constituíam, então, verdadeiras coordenadas de orientação: a questão das Partes da Gramática e do Discurso³ e a aplicação dos esquemas formais da gramática latina às línguas modernas. Segundo Buescu (1975: 22), apenas pela *Ortografia* Oliveira se integra na problemática gramatical da época. Ao contrário dos outros gramáticos do Renascimento e de Nebrija e João de Barros, a *Gramática* de Oliveira também não integra a tradicional (e complementar) secção dedicada à retórica, «embora aluda de passagem a qualquer coisa com ela relacionada, como a prosódia e as dicções figuradas» (TORRES / ASSUNÇÃO, 2000: 19). De qualquer forma, Fernão de Oliveira segue a estrutura de Nebrija, que considera os ensinamentos gregos: ortografia /

¹ «Já na prática descritiva de Oliveira e na sua fundamentação, transparece, pois, uma concepção linguística notavelmente independente e coerente. Mas ele se pronuncia também expressamente sobre diversos problemas da teoria linguística geral e de teoria das línguas, e sempre com pontos de vista interessantes e com freqüência muito originais. As suas teses teóricas mais importantes dizem respeito: a) à natureza da linguagem e das línguas; b) à mudança linguística; c) à variedade da língua histórica» (COSERIU, 1990: 43).

² Coseriu (1991: 39) salienta que «Oliveira, pelo menos intuitivamente, distingue entre os níveis de estruturação de cada língua que nós chamamos *sistema* e *norma*, quer dizer, entre o nível das oposições funcionais [no plano fónico] e das suas realizações tradicionais e que ele aplica várias vezes esta distinção na sua *praxis* descritiva. (...) Muito mais clara se mostra esta mesma intuição de Oliveira no domínio da morfologia gramatical e lexical, especialmente na sua concepção da 'analogia'».

³ Essa análise pode, no entanto, ser matizada: «A acusação que lhe fazem de esquecer as "partes do discurso", problemática privilegiada, queda bastante improcedente: das oito categorias tradicionais, só passou de lado três, mas não o artigo, o nome, certos pronomes, advérbios e verbos, não obstante focagens de relance» (TORRES / ASSUNÇÃO, 2000: 22).

fonética (parte mais desenvolvida); prosódia, etimologia (morfologia) e sintaxe (que, à semelhança das gramáticas latinas, ocupa apenas uma página e meia); escreve o próprio: a «primeyra partiçãõ que fazemos em qualquer lingua e sua grãmatica seja esta em estas tres partes. Letras Syllabas e Vozes» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 10, 16-18).

O facto de a *Gramática* de Nebrija funcionar como modelo para o autor português não invalida a existência de diferenças consideráveis entre ambos; das originalidades de Oliveira constam, segundo Martí Sánchez (1994: 410-414), os seguintes aspectos:

- a) enquanto Nebrija aponta para a sua obra um conjunto de objectivos fundamentais de natureza extralinguística («reducir a un uso fijo al castellano, que lo haga inmune a la acción corruptora del tiempo; b) facilitar el aprendizaje del latín; y c) ayudar a la nación en sus afanes de expansión por otros pueblos. A estos tres fines principales añadirá el de atender a la enseñanza del español a los extranjeros» (MARTÍ SÁNCHEZ, 1994: 410), já a atitude de Oliveira, que não procede a qualquer declaração explícita de objectivos, se aproxima, por isso, mais da de um gramático descritivo do que da de um gramático normativo: «Nebrija sigue a Quintiliano y ve el uso como la lengua culta que debe imponerse, de ahí que presente un español monolítico, sin variaciones. Oliveira se orienta más al uso real en donde se dan característicamente variaciones y excepciones, sin que ello implique la inexistencia de algunas pautas orientadoras» (MARTÍ SÁNCHEZ, 1994: 410);
- b) enquanto Oliveira insiste na autonomia do português face ao latim, cuja precedência não reconhece, Nebrija segue a teoria da corrupção linguística e defende que o espanhol resulta, pela acção deste fenómeno, daquela língua clássica;
- c) Oliveira revela, face aos fenómenos de variação e de mudança linguísticas, uma sensibilidade que Nebrija não manifesta, o que

leva Coseriu a ver aí uma antecipação do seu próprio conceito de norma. Relaciona-se esse facto com uma teoria da linguagem (anomalista) em que a língua é vista como uma entidade regida pelo costume dos falantes, assim se explicando as frequentes excepções.

Da análise contrastiva das gramáticas vulgares de Nebrija e Fernão de Oliveira, Martí Sánchez (1994: 414) conclui, então, o seguinte:

parece claro que la *influencia* de Nebrija sobre Oliveira no oscurece la existencia de fundamentales diferencias entre ambos. Diferencias que, muy explicables por circunstancias biográficas, nos llevan - como bastante antes destacó E. Coseriu (1975) - a ver la figura de Oliveira como la de un gramático original y con un sentido muy agudo de la realidad lingüística. Ahí están sus intuiciones de algunos hechos que sólo siglos después han sido debidamente reconocidos.

10.1.3.2. João de Barros

João de Barros (1496?-1570), descendente bastardo de uma família fidalga, nasceu em Viseu e foi educado na corte, onde desempenhou as funções de guarda-roupa do futuro D. João III. Em 1533 foi nomeado Feitor da Casa da Índia, cargo que ocupou durante 35 anos. Ao renunciar, em 1567, a esse posto, retirou-se para a sua quinta em Nermoil, perto de Pombal, onde veio a falecer. Sobre as características fundamentais da sua obra, tomamos a síntese de Buescu (1971: IX-X):

Na sua longa vida de homem de letras, chama-nos a atenção a diversidade de interesse manifestados por João de Barros: novelista e poeta na *Crónica do Imperador Clarimundo* (antes de 1520); filósofo erasmico na *Rópica Pnefma ou Mercadoria Espiritual* (1531-32); historiador nas *Décadas*¹; moralista no *Diálogo da Viçiosa Vergonha* e no

¹ «Afigura-se notável que, no decorrer das *Décadas*, Barros muitas vezes se “esqueça” da História para se embrenhar em reflexões gramaticais e linguísticas de muito interesse e que (...) poderiam ser vistas como um conjunto de nótulas de uma *gramática comparativa* nascente. (...) parece-me que podemos considerar que em Barros-Historiador está sempre obcecantemente presente o Gramático, desde a primeira página da sua *Década I*» (BUESCU, 1971: XIII-XIV).

Diálogo sobre preceitos morais (1540); pedagogo com a *Gramática* (1539-40); panegirista com o *Panegírico da Infanta D. Maria* e o *de D. João III* (1655), etc. Essa diversidade, porém, vem acentuar o traço que nos parece mais característico da sua personalidade de letrado: o Humanismo. Foi como humanista que nos deixou a obra talvez mais representativa do espírito renascentista: a *Gramática da Língua Portuguesa*, incluindo a *Cartinha*, desenvolvida no *Diálogo em Louvor da nossa linguagem* e completada nos seus intuitos pedagógicos com o *Diálogo da Viçiosa Vergonha*, como livro de exercitação da leitura com conteúdo moralizador.

A *Cartinha*, a *Gramática* e os dois diálogos (*Dialogo em louvor da nossa linguagem* e *Dialogo da uiçiosa vergonha*) completam-se e inserem-se num mesmo projecto didáctico e pedagógico, previamente planificado, como se infere das alusões à complementaridade e convergências entre os diferentes textos desse *corpus* a que o próprio autor procede (BUESCU, 1971: XXXIII). Vejam-se:

i) a introdução da *Cartinha*: «E ante que se trate da grammática poerey os primeiros elementos das letras, em módo deárte memoratiua, por mais facilmête aprenderê a ler: e de si os preceitos da ley e os mãdamε)tos da igreja, cõ hum tratádo de ouuir a missa. E no fim da grammática uam dous diálogos, hum em louuor da língua portuguesa, e outro da sobeia uergonha: matœria conueniente á idáde em cuio proueito esta uóssa obra se cõpos» (Aíj). Como se observa, expõe-se aqui o plano do projecto pedagógico em causa, que incluía três estádios e aos quais se associariam os diferentes tipos de textos: a aprendizagem da leitura, o conhecimento da gramática e a formação dos jovens (PAIVA, 2002: 25);

ii) a introdução do *Dialogo da uiçiosa vergonha*: «Em o prólogo da *Cartinha* e grammática da nossa linguagem que deregimos ao principe nósso senhor prometemos hum Diálogo da uiçiosa uergonha, por ser matœria conueniente á idáde dos minimos, em cuio proueito as outras pártes se ordenáram»;

iii) o início do *Dialogo em louvor da nossa linguagem*: «E aestes preceitos grammaticáes e diálogo da uiciósa uergonha, que tu e eu o outro dia composemos: quisera aiuntár outros dous, hũ da uiciósa uerdáde, e outro destas duas paláuras, Sy. Nam, por serε) matērias cōueniētes a tres idádes do hómẽ. Però pois a órden da uida que tenho me nam deu mais tempo que pera o primeiro: em quanto os outros nam uẽm, sejam recompensádos com louuármos a nóssa linguágem que temos pósta em árte, com que lēve máis ornáto que as rēgras grammaticáes» (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 50[v.]-51);

iv) a apresentação da *Grammatica*: «Em acartinha passáda, dẽmos árte pera os mininos fáçilmente aprenderẽ aler (...). Fica agóra dármos os preçeitos da nóssa Grammatica, decuío título intitulamos acartinha: como fundamẽto e primeiros elementos da Grãmatica» (BARROS, *Grammatica*: fol. 1[v.]).

A *Cartinha* é, então, o primeiro livro didáctico, a que se segue o texto da *Gramática*; os diálogos, conclusão para o trabalho de descrição gramatical já desenvolvido, funcionam também como os textos de leitura adequados aos princípios e objectivos do conjunto.

A *Cartinha* é editada em 1539, em Lisboa, por Luís Rodrigues, e faz parte de um conjunto de tentativas, algumas delas anteriores à de João de Barros, no sentido de conduzir os jovens estudantes à aprendizagem da língua materna e os não nativos à aquisição do português (BUESCU, 1971: XXIV-XXV). A *Grammatica da lingua portuguesa* tem a sua primeira edição em 1540, em Lisboa, por Luís Rodrigues; o *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, texto de defesa do português como língua nacional, é, então, editado em conjunto.

Dividida nas quatro partes clássicas (ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe), a *Gramática* de João de Barros surge já, no dizer de Buescu (1984: 9), e por confronto com o texto de Fernão de Oliveira, como «uma verdadeira gramática, dotada de sistematização e dum carácter não só vincadamente

pedagógico, mas também normativo». Como à de Fernão de Oliveira, também a essa obra se aponta normalmente como principal fonte inspiradora a *Gramática de la lengua castellana*, de Nebrija. Admitindo essa relação umbilical, Buescu (1971: LXV-LXXI) considera o texto de Barros a réplica portuguesa do de Nebrija, mas não uma tradução ou uma adaptação desta obra¹; defende, então, que, «para além da *quase* identidade do plano, o confronto dos dois textos revela profundas divergências que (...) não excluem uma influência de Nebrija sobre Barros, mas vêm provar a existência de outras fontes - latinas, sobretudo - consultadas directamente pelo autor português» (BUESCU, 1971: LXV)². Da análise contrastiva das duas obras, Buescu (1971: LXV-LXXII) conclui que uma divergência fundamental é a que se refere aos critérios que orientam cada um dos dois gramáticos no domínio importantíssimo da ortografia: se Nebrija segue um critério claramente etimológico, Barros revela a influência dos autores italianos, proponentes de uma escrita fonética. Por outro lado, além das diferenças de conteúdo e de critério que esta autora inventaria com algum pormenor, uma divergência fundamental «está no diverso conceito gramatical segundo o qual cada um dos dois autores elaborou a sua obra: um (Nebrija) é o gramático especulativo, o cientista da linguagem; outro (Barros) é o mestre e o pedagogo da geração dos seus próprios filhos» (BUESCU, 1971: LXXI). As duas obras divergem, em suma, pela intenção imediata dos dois autores; muitas das semelhanças entre os dois textos resultam da consideração de um património bibliográfico e cultural comum, pelo que o texto português deixa transparecer a consulta directa das fontes latinas, dos gramáticos italianos

¹ «A Gramática portuguesa é uma obra autónoma, e, sempre que as realidades linguísticas portuguesas se afastam das realidades castelhanas, Barros não se deixa arrastar pela sugestão do seu modelo, amplia a doutrina do mestre, com o recurso a outras fontes, reduz, mais frequentemente, onde lhe parece que a prolixidade viria prejudicar a clareza pedagógica da sua exposição» (BUESCU, 1971: LXXI).

² «Com exclusão da *Ortografia* que (...) deve muito aos italianos (...) a parte restante da *Gramática*, no que diz respeito ao plano e às definições, parece-nos tributária em parte de Prisciano, em parte de Isidoro de Sevilha» (BUESCU, 1971: LXXV).

e, também, das *Institutiones Latinae* do próprio Nebrija (BUESCU, 1971: LXXII).

10.1.3.3. Pêro de Magalhães de Gândavo

Pêro de Magalhães de Gândavo nasceu em Braga, filho de pai flamengo; as datas exactas de nascimento e morte não são conhecidas, mas supõe-se que faleceu depois de 1579. Foi copista da Torre do Tombo e ensinou latim na sua província natal (região de Entre-Douro-e-Minho). A sua obra mais conhecida e a única de natureza linguístico-gramatical que, no conjunto das produzidas por este trio de gramáticos, é publicada mais do que uma vez durante o século XVI (1574, edição *princeps*, 1590 e 1592), é *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua Portuguesa, com hum dialogo que a diante se segue em defensam da mesma lingua* (1574). Note-se que o diálogo que o autor assim apresenta na folha de rosto da obra reaproveita, em cabeçalho, o título de Barros, *Dialogo em louvor da lingua Portuguesa*. Observamos, aqui, (como BUESCU [1981: 18] já salientou) que a organização deste trabalho de Gândavo assenta na consideração das duas coordenadas fundamentais do pensamento linguístico-gramatical do século XVI: a normalização ortográfica (que assentará nos princípios ortográficos definidos no *Prologo ao lector: etimologia e pronunciação*)¹ e a dignificação linguística (neste caso, o autor

¹ Gândavo parece «conformar-se com o alfabeto latino das vinte e uma letras. Não enfileira, muito pelo contrário, nas propostas graficamente inovadoras e de feição fonologista, não se afeiçoando à inclusão dos dígrafos como *ch, nh, lh, rr, ss*, nem a das novas vogais preconizadas por Fernão de Oliveira, *α, ε, ω*: limita-se ao alfabeto “internacional” da tradição latino-romana: o uso dos acentos, com o qual transigirá, e que fizera parte da doutrinação de João de Barros, não altera a fisionomia já fixada e, no fundo, inalterável, do velho alfabeto latino. (...) Opúsculo que podemos considerar como um “prontuário” ou guia ortográfico de características acentuadamente pragmáticas, mais do que uma obra doutrinária, o seu tratado mantém-se dentro de um critério de regrada prudência, avesso a propostas demasiado discutíveis ou até polémicas. (...) Do exame comparativo dos alfabetos propostos durante o séc. XVI, parece resultar com clareza que, se os *abécês* de Fernão de Oliveira e de João de Barros representam uma expansão, o de Magalhães de Gândavo, pelo contrário, representa o que chamaríamos contracção ou recessão alfabética, ao retomar a substância gráfica do alfabeto latino»

valoriza o português na comparação com o latim e, particularmente, com o espanhol). Note-se que é a este autor que, assim, cabe a elaboração da primeira obra exclusivamente dedicada à regulamentação ortográfica da língua portuguesa.

As duas permanências de Gândavo no Brasil motivam a produção de dois textos de natureza histórica, de pouco sucesso editorial, mas que fazem deste autor o primeiro historiador da colónia portuguesa na América: *Tratado da província do Brasil* (1569?) e *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamam do Brasil* (1576).

10.1.3.4. Duarte Nunes de Leão

Duarte Nunes de Leão, filho do médico judeu João Nunes, nasceu em Évora, por volta de 1530 e faleceu em Lisboa, em 1608. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra, foi um defensor dos direitos de Castela sobre a coroa portuguesa e, depois de ocupar o cargo de procurador, veio a ser desembargador da Casa da Suplicação, tarefa que ainda desempenhava em 1606, como se conclui do frontispício da 1ª edição da *Origem da lingua portuguesa*. Como jurista, linguista e historiador, foi autor de obras que abrangeram todas as áreas em que trabalhou¹: *Orthographia da lingua portuguesa* (1576) e *Origem da lingua portuguesa* (publicado em 1606 e, curiosamente, dedicado a Filipe II) são os textos de natureza linguístico-gramatical por ele produzidos².

(BUESCU, 1981: 9-10). Assim, segundo esta autora, na sua *Ortografia*, Gândavo segue uma tradição latinista, destacando-se de Fernão de Oliveira, e baseia as suas regras na etimologia; já Gonçalves (2003, 801-814), reconhecendo igualmente o maior peso do princípio etimológico relativamente ao que se pode observar em Oliveira, tendencialmente vernaculizante, considera que as soluções a que o autor recorre demonstram antes um compromisso entre os princípios fonético e histórico.

¹ A este propósito, cf. a listagem organizada por Machado (1945: 27-32).

² A análise a que aqui procederemos contemplará os dois textos com interesse linguístico e basear-se-á, em ambos os casos, na sua primeira edição. Assim, as citações virão acompanhadas da identificação abreviada do autor (LEÃO) e da obra (*Orthographia* ou *Origem*) e da indicação da página / fólio onde se localizam. «A *Ortografia* de Duarte Nunes de Leão é uma obra autónoma, cujo subtítulo contém já implícito o respectivo plano: *Reduzida a Arte e Preceptos*. Quer dizer: o autor teve em vista apresentar noções

Da obra de Nunes de Leão, afirma Buescu (1983: 16) que, pela sua forte ligação ao tempo que a acolhe, se trata de «um testemunho documental e elucidativo da transição (...) do espírito do Renascimento para o espírito barroco»; Helena Paiva (1986: 391-393) chama a atenção para o carácter densamente prescritivo da *Orthographia*, que

atinge todos os planos da língua, gerando a produção de juízos de valor que, prolongando-se na Origem da Língua Portuguesa, opõe constantemente usos rejeitados a usos preconizados e bipolarizam a variação linguística entre formas “erradas” e “emendadas”, sendo os juízos mitigados ou reticentes, do tipo de “preferível, ainda que a título pessoal” ou “criticável que suscita reservas” (que Oliveira formula de vez em quando) muito menos frequentes que os juízos peremptórios. Essa normatividade é indissociável da normalização, enquanto definição de um modelo de boa linguagem, padrão linguístico unificador e prestigioso, e como tal conducente à recessão progressiva das variáveis que dele divergem. (...) A normatividade tem como componente fundamental a relatinização (...). A relatinização é efectivamente também uma das componentes do padrão linguístico e funciona a nível social como índice de integração num grupo social hegemónico, que produz os sinais da sua identidade.

Já a *Origem da lingua portuguesa* (1606), de Duarte Nunes de Leão, representa o primeiro tratado sobre a história do português¹ e é, por isso, de teor menos normativo (PAIVA, 2002: 26).

teóricas (*arte*), seguidas de normas práticas (*preceptos*). O que fez e faria também na *Origem*, em que é notória a dupla e distinta feição teórico-prática» (BUESCU, 1983: 20). Além de o explicitar no título, Leão escreve ainda, na parte introdutória do seu texto: «reduzi a regras, e preceptos a orthographia de nossa lingoagem» (LEÃO, *Orthographia: Ao muito illustre [...]*). Sobre bibliografia relevante e então disponível para a reconstituição do percurso biográfico de Duarte Nunes de Leão, cf. BUESCU, 1983: 17-18. Para uma descrição detalhada, em grande parte baseada no texto *Memorial*, redigido entre 1591 e 1596 pelo mesmo autor, cf. MACHADO, 1945: 3-26.

¹ Machado (1945: XV) refere-se a Duarte Nunes de Leão como «a primeira figura do método histórico em Portugal», considerando que «antes de Adolfo Coelho, ninguém, como êle, descrevera de maneira tão aceitável, nuns pontos para a crítica de hoje, noutros para a ciência do seu tempo, as origens e a mecânica da formação das línguas».

10.2. O século XVII

10.2.1. Alguns dados históricos

Do ponto de vista económico e político, o século XVII fica marcado pela crise profunda em que, depois de uma relativa acalmia política que reinara até 1620¹, entra o Império (também sujeito à pressão económica e militar de Holandeses e Ingleses) e pelo movimento de Restauração da Independência², com o qual se retoma a linha legítima de sucessão do trono, interrompida em 1580. D. João, Duque de Bragança, ocupa, então, o trono de Portugal como D. João IV, mas o reconhecimento espanhol da legitimidade do monarca português só ocorre em 1668, data em que é assinado o tratado de paz que põe fim à guerra entretanto travada entre os dois países. A D. João IV sucede, em 1683, D. Pedro II de cujo reinado destacamos o facto de, em 1698, as Cortes se reunirem pela última vez³: a desconsideração do Terceiro Estado (povo) que tal facto representa torna este um momento importante no processo de estabelecimento da monarquia absoluta em Portugal.

Não obstante a consciência do valor simbólico do idioma nacional que o processo de codificação do vernáculo pressupõe, é importante notar aqui que a independência política não teve como efeito a eliminação simples do uso do castelhano, moda em determinados círculos e prática

¹ Filipe II morre em 1621, tendo o príncipe herdeiro então apenas 16 anos; assim, é o conde-duque de Olivares (Gaspar Filipe de Guzmán) que, como primeiro-ministro, assume o poder: são, então, anunciadas grandes reformas administrativas e afastadas as figuras mais destacadas do reinado anterior; ao mesmo tempo, a Espanha envolve-se em vários conflitos militares, que não consegue vencer. No plano interno, o novo governante tenta impor aos povos de Espanha o uniformismo castelhano e motiva, por isso, graves distúrbios; o conde de Olivares acaba por ser destituído em 1643 (*Olivares*; SERRÃO, s/d, vol. IV: 435-436).

² A Restauração foi um movimento de nobres e letrados que, muito embora conscientes do apoio popular à causa da emancipação nacional, não envolvem directamente as massas.

³ Dessa instituição, que reunia os três estados (nobreza, clero e povo), houve «uma esporádica ressurreição em 1828 para reconhecer e aclamar D. Miguel como rei absoluto» (*Cortes*).

mesmo naqueles em cujo interior as ideias da Restauração se haviam desenvolvido:

Deve-se (...) convir que a situação do bilinguismo luso-espanhol se manteve exactamente como opção estilística, em termos literários, mesmo por parte de autores (...) a quem se devem apologias do português, e em todo o processo da militância política em que se envolveram os defensores da legitimidade da Restauração (...). Subjacente à situação de diglossia com que Pilar Vásquez Cuesta caracterizou o bilinguismo dos escritores portugueses seiscentistas (...), está o estatuto literário do castelhano, que se tornava concorrente com o português apenas como instrumento de expressão estética devido (...) à atracção pelo gongorismo poético, para além do maior cosmopolitismo da cena cultural espanhola (FONSECA, 2000: 14)¹.

Do ponto de vista cultural e científico, o século XVII é um século de grandes figuras: Galileu, Descartes, Rembrandt, Shakespeare são algumas dessas individualidades. Em Portugal (onde aos jesuítas cabia, na época, a organização do sistema educativo e a prática do ensino), a repressão inquisitorial e a crise económica e política que atravessou grande parte desse período ajudam a compreender a maior “discrição” da vida cultural. Nas diferentes artes, mas também no modo de encarar a vida, vigorava, então (desde os fins do século XVI, até meados do século XVIII), o estilo que conhecemos como Barroco; abandonado o equilíbrio clássico, ideal artístico do Renascimento, vive-se «um exagero do sentimento de arte do renascimento, em

¹ Na formulação de Picchio (1959: 42-44), a escolha da língua era também a escolha do público, numericamente concebido: «il castigliano aveva acquistato in età filippina un'universalità che al portoghese era ormai storicamente negata. (...) non solo di diffusione, di universalità, si trattava ormai, ma di comprensione. A partire dalla fine del Cinquecento il coro di coloro che affermano essere il portoghese lingua oscura e di difficile intelligenza à divenuto sempre più folto. I portoghesi si difendono come possono. (...) Ma la marcia del castigliano continua: a darle l'ultimo, meraviglioso allento di briglia interverrà alla fine il gongorismo: e l'adesione portoghese troverà nell'eccellenza letteraria cui è assurta la lingua rivale la sua più valida e reale giustificazione». Já os prosadores e linguistas «si avvalgono dell'esperienza bilingue per compiere sul portoghese un proficuo lavoro di bonifica e di affinamento. Il padre Amaro de Roboredo (...) getta, sulla scia della salmantina Janua linguarum, le basi degli studi di grammatica comparata».

degenerescência; uma efeminação da arte, na rebusca da forma complicada, do ornato sensual» (SERRÃO, s/d, vol. I: 304)¹.

A produção linguístico-gramatical portuguesa deste período abrange, não obstante a especificidade cultural e artística da época, as diferentes áreas de trabalho já cultivadas no século anterior: descrição gramatical (da língua vernacular, mas também das línguas clássicas e de outras, mais ou menos “exóticas”), ortografia, lexicografia / dicionarística e apologia da língua materna. É possível, portanto, e à semelhança do que fizemos com o material produzido no período anterior, observar textos diferenciados de modo a deles extrair informações relevantes para a reconstituição do percurso ao longo do qual se definiu, teórica e materialmente, a norma linguística portuguesa.

A gramaticografia latina representa, no entanto, o domínio mais ilustrado², situação que Verdelho (1995: 127, n. 40) aprecia do seguinte

¹ «O Barroco é fruto duma atitude espiritual complexa, carregada de elementos renascentistas, evoluídos ou alterados, atitude que leva o Homem a exprimir-se, na pintura, na arquitectura, na poesia, na oratória e na vida, segundo um modo *sui generis*. Este modo concretiza-se na literatura por uma rebusca da perfeição formal, uma aventura de arte pela arte. (...) A prosa “barroca” é uma prosa artística; possui a maturidade que não alcançara a prosa de Quinhentos: Frei Luís de Sousa, Vieira, Rodrigues Lobo, M. Bernardes, D. Francisco Manuel de Melo, o P^e. Bartolomeu do Quental, Frei António das Chagas, e outros documentam a verdade do que afirmamos» (SERRÃO, 1985, vol. 1: 91).

² «Fosse na lexicografia bilingue e trilingue, ou na gramaticografia modelada pelo *De institvione grammatica libri tres* (Lisboa, 1572), do P^e. Manuel Álvares (...), sempre o latim, em convívio com o português, mas levando-lhe vantagem devido ao seu maior prestígio escolar, constituíram os parâmetros de referência linguística para a fixação do uso das línguas exóticas. A implicação do latim nesta linguística emergente não pode desligar-se da intensa produção gramatical latina que na sua própria terra os portugueses levavam a cabo, mesmo pelo facto de o século XVII português ser um momento de excelência no número de edições da gramática do P^e. Manuel Álvares e no surto dos seus comentadores, glosadores e reformuladores (...). (...) nem o *Methodo* de Amaro de Roboredo, que partilha com poucas obras o espaço ocupado pela gramaticografia portuguesa de Seiscentos, nem o movimento das ideias linguísticas dos mestres de Port-Royal (...) lograram aumentar o número de títulos referentes à gramática portuguesa, enquanto as publicações gramaticais latinas se sucederam durante todo o século em apreço». Assim, em «contraste com as poucas gramáticas do vernáculo, note-se que, para além das obras directamente associadas à gramática latina do mestre jesuíta [M. Álvares], saíram dos prelos, em primeira ou mais tiragens, compêndios gramaticais latinos de Amaro de Roboredo, Domingos de Araújo, Pedro Sanches de Paredes e João de Castello-Branco (...). À margem de toda aquela produção gramatical latina, de lado, em todo o caso fora dos interesse editoriais, ficou a actividade dos gramáticos do português» (FONSECA, 2000: 16-18).

modo: durante cerca de dois séculos e até ao final do século XVIII, «o processo didáctico e a reflexão teórica e normativa sobre o português, passou (...) quase exclusivamente pela gramaticografia latina». Relativamente ao estudo do vernacular (de qualquer modo, mais utilizado na elaboração das gramáticas latinas do que acontecera no século anterior [FONSECA, 2000: 18]), a ortografia (como se, e essa é uma hipótese colocada por Verdelho [1995: 126-127, n. 40]), o ensino do português se tivesse reduzido à preocupação elementar de fixação de uma norma gráfica) e a lexicografia são os domínios mais cultivados¹. Como Fonseca (2000: 42) nota, Agostinho Barbosa (*Dictionarium lusitanicolatinum iuxta seriem alphabeticam* [1611]²; *Prosodia in vocabularium latinum, lusitanicum, et castellanicum* [1634]) e Bento Pereira³ são os autores do século XVII destacados, nesse âmbito, por Leite de Vasconcelos (1929: 865).

10.2.2. Ainda a apologia da língua vulgar

¹ «O século XVII voltar-se-á, preferentemente, para a lexicografia (...). Em Portugal, precocemente, surgira, em 1563, o *Dictionarium Latino-Lusitanum e Lusitanum-Latino* de Jerónimo Cardoso, publicado em 1570 (...). Entretanto, em 1606, a *Origem da Língua Portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão, inclui já longas listas vocabulares» (BUESCU, 1984: 15-16). A actividade lexicográfica da época inclui vários tipos de dicionários: dicionários bilingues, envolvendo o português e o latim, ou trilingues, incluindo, então, também o castelhano, e dicionários de nomes próprios e sentenças (as línguas em confronto são as mesmas três), estes últimos correspondendo às solicitações do discurso barroco (FONSECA, 2000: 42 e 72). Assim, quantitativamente mais numerosos que os produzidos no século XVI, «os compêndios ortográficos de Seiscentos, pelo menos os publicados de Amaro de Roboredo, Álvaro Ferreira de Vera, Bento Pereira e João Franco Barreto (...) constituem uma parte do *corpus* linguístico mais conhecido da época» (FONSECA, 2000: 19).

² Este é «o primeiro texto lexicográfico do século XVII e a primeira alfabetação lexical a seguir, contra a tendência dominante dos dicionários bilingues ordenados pelo latim, a técnica da nomenclatura vernácula do *Dictionarium, ex lusitanico in latinum sermonem* (Lisboa, 1562), o segundo dos três dicionários de Jerónimo Cardoso. (...) A opção por um repertório do léxico português há-de relacionar-se com alguns factos epocais, não esquecendo que o século XVII foi o momento das grandes criações lexicográficas em língua nacional das primeiras Academias» (FONSECA, 2000: 42-43).

³ O *Thesouro da lingua portugueza* é o segundo dicionário de português-latim publicado no século XVII.

Já dissemos que a apologia das línguas maternas (vernaculares) foi um dos temas mais cultivados na época renascentista; observaremos, por isso, o modo como os autores do século XVI o desenvolveram. Não se trata, no entanto, de um tema ou de uma forma de abordar a língua nacional que se circunscreva ao período em que se inaugura a produção linguístico-gramatical sobre o português. É assim que, no século XVII, vemos trabalhar esse mesmo motivo Manuel Severim de Faria e Ferreira de Vera, que, à semelhança de Barros (*Dialogo em louvor da nossa linguagem*) e de Gândavo (*Dialogo em defesa da lingua portuguesa*) e numa época de domínio cultural e político de Castela e do idioma castelhano, concebem e escrevem textos especificamente orientados para esse fim: *Das partes que ha de hauer na lingoagem para ser perfeita, e como a Portuguesa as tem todas, e algũas com eminencia de outras lingoas* (Évora, 1624)¹ e *Breves louvores da lingua portuguesa: com notaveis exemplos da muita semelhança, que tem com a lingua latina* (1631), respectivamente. Note-se desde já que a obra de Ferreira de Vera se destaca por uma considerável falta de originalidade, uma vez que nela o autor reproduz ou segue de muito perto Manuel Severim de Faria e Duarte Nunes de Leão².

10.2.3. Autores e textos linguístico-gramaticais

10.2.3.1. Amaro de Roboredo e o *Methodo grammatical para todas as linguas*

¹ É sob a forma deste discurso que se conhece o texto manuscrito de Severim de Faria, *Excellencias da lingoa portugueza* (1650?), que Cardoso (1994: 113) não localiza.

² «De facto, os *Breves louvores* constituem uma manta de retalhos das apologias de Manuel Severim de Faria e Duarte Nunes de Leão, cuidadosamente cerzidos com palavras do Autor, num ou noutro ponto intercalando considerações de sua lavra. Os motivos de louvor, os textos abonatórios, os autores citados foram colhidos em Severim de Faria, sendo o aproveitamento tão volumoso que não reputamos de muito significativo o contributo original de Álvaro Ferreira de Vera, ressaltando as informações que sobre o mesmo assunto aduzira já na sua *Orthographia*» (FONSECA, 2000: 29-30).

Sobre a vida deste autor, clérigo secular, são poucos os dados que, com certeza, se podem avançar¹: desconhecem-se as datas de nascimento e morte e não há certezas sobre o lugar onde nasceu, que terá sido Viseu ou Algosó (localidade do distrito de Bragança indicada na folha de rosto da obra *Methodo grammatical para todas as linguas*). Amaro de Roboredo foi secretário do arcebispo de Évora, D. Diogo de Sousa, e, mais tarde, mestre dos filhos de D. Baltazar de Teive, fidalgo castelhano que morava em Lisboa, e de D. Duarte de Castelo Branco.

A sua produção não se circunscreveu à área da análise linguística, mas, neste domínio, foram várias as obras que escreveu: *Regras da orthographia portugueza* (1615), texto de cuja edição original não é conhecido nenhum exemplar e que só está disponível numa versão posteriormente reelaborada pelo P^e. Bento da Vitória²; *Verdadeira grammatica latina para se bem saber em breve tempo, escripta na lingua portugueza, com muitos exemplos na latina* (1615), obra considerada perdida; *Methodo grammatical para todas as linguas. Consta de tres partes: 1^a Grammatica exemplificada na portugueza e latina; 2^a Copia de palavras exemplificadas na latina; 3^a Phrase exemplificada na latina, etc.* (1619)³;

¹ Sobre a atenção que este autor e a sua obra têm merecido no âmbito dos estudos historiográficos, cf. KOSSARIK, 2002: 14 e n. 17.

² *Regras da orthographia da lingua portugueza, recopiladas por Amaro de Roboredo, expostas em forma de dialogo, novamente correctas: com a taboada exactissima de André de Avelar, lente de mathematica na Universidade de Coimbra: ampliada com algumas curiosidades pelo P. Bento da Victoria, s/d.* (CARDOSO, 1994: 89). Segundo Machado (1930: 125), esta versão do texto de Roboredo surgiu em 1738. Trata-se de um pequeno manual, um opúsculo de regras para principiantes, escrito em forma de diálogo, e com cuja elaboração Roboredo se afirma como o primeiro gramático seiscentista a ocupar-se de questões de ortografia (FONSECA, 2000: 25). Da análise desta obra de Roboredo, Gonçalves (2003: 849) faz a seguinte apreciação: «Os critérios ortográficos seguidos pelo ortografista são a imitação da ortografia latina, o uso e a pronúncia; a sua ordenação confirma, portanto, a preponderância do princípio etimológico».

³ O *Methodo grammatical para todas as linguas* foi a primeira obra conhecida editada em vida do autor e «a primeira gramática da língua portuguesa que cria uma gramática comparada das línguas latina e portuguesa, mas que nota bem as diferenças fundamentais entre ambas» (ASSUNÇÃO, 1997: 219). Podemos observar que no «título da principal obra de Roboredo aparece uma das palavras-chave da linguagem científica dos séculos XVII-XVIII, “método”, que mais tarde seria usado nos títulos das obras de R. Descartes, *DSCOURS DE LA MÉTHODE (...)*, e de L. A. Verney, *O VERDADEIRO MÉTODO DE ESTUDAR*. Encontramos este termo já no título do primeiro parágrafo, “Methodi ratio”, de uma das mais conhecidas gramáticas

Recopilaçam da grãmatica portugueza, e latina, pela qual com as 1141 sentenças insertas na arte se podem entender ambas as linguas (1619), obra que Cardoso (1994: 59) não localiza, *Raizes da lingua latina, mostradas em um tractado e dictionario, isto é, um compendio de Calepino, com a composição e derivação das palavras com a orthographia, quantidade e phrase d'ellas* (1621)¹; *Porta de linguas ou modo muito accomodado para as entender, publicado primeiro com a tradução hespanhola, agora accrescentada a portugueza, com numeros interlineares, pelos quaes se possa entender sem mestre estas linguas* (1623)² e *Grammatica latina, mais breve e facil que as publicadas até agora, na qual precedem os exemplos ás regras* (1625). Esta é a última das obras de carácter linguístico-gramatical editadas em vida e, nela, Roboredo retoma, explicando-as detalhadamente, algumas das ideias gramaticais e pedagógicas que já expusera no *Methodo grammatical para todas as linguas* (CARDOSO, 1994 e KOSSARIK, 2002: 10-13)³.

Se quisermos contextualizar a obra linguístico-gramatical deste autor, que revela conhecer a produção antiga e contemporânea, portuguesa

medievais, hoje atribuída a Thomas de Erfurt (...) (SCOTUNS, DUNS J. *DE MODIS SIGNIFICANDI SIVE GRAMMATICA SPECULATIVA* [...]), e na gramática latina de M. Álvares, de 1572» (KOSSARIK, 2002: 10, n. 7).

¹ Esta obra «é um dicionário latino-português-espanhol, baseado no Calepino, o mais divulgado dicionário da época, reeditado inúmeras vezes. Roboredo faz preceder o dicionário de um tratado dedicado essencialmente aos problemas de formação de palavras latinas e a mudanças fonéticas e semânticas que têm lugar nos processos de derivação» (KOSSARIK, 2002: 12).

² Trata-se de uma colectânea de microtextos paralelos em latim, português e espanhol, precedida de tratados de teor linguístico. Serviu-lhe de modelo a *Ianua linguarum*, obra que contém um tratado de carácter linguístico e sentenças didácticas; «divulgada no anno de 1611: pelos Padres da Companhia Ibernios do Seminario de Salamanca, tem dez capitulos, que mostram a entrada das linguas per copia, e logo 1141. Sentenças; e no fim hum Vocabulario das palavras dellas apontadas» (ROBOREDO, *Methodo grammatical*: 79). Da análise de *Porta de linguas*, Kossarik (2002: 13) conclui: «Tudo justifica (...) que se fale não de uma simples tradução da *IANUA LINGUARUM*, mas da aplicação, por Roboredo, de alguns princípios característicos da filologia da época à língua portuguesa». No que se refere ao tratamento (original) do material vocabular, «afigura-se mesmo que terá sido aberto um veio mais tarde explorado por Bento Pereira em *Florilegio dos modos de fallar e adagios da lingoa portugueza*» (FONSECA, 2000: 41).

³ Para algumas observações sobre outros títulos, cf. KOSSARIK (2002: 10-11).

e estrangeira¹, é fundamental ter presente que, como recorda Kossarik (1997: 430), já

tinham sido publicadas, além de dicionários, gramáticas do latim (as de Sousa, Resende, Cardoso, Clenardo, Álvares), obras dedicadas à língua portuguesa (as de Oliveira, Barros, Gândavo, Nunes de Leão, Faria), a gramática hebraica de Távora, gramáticas de línguas da Índia, do Brasil, do Japão (as de Henriques, Anchieta, Cristóvão, Rodrigues, Figueira). Por começos do século XVII, a linguística portuguesa, além de ter feito a descrição a vários níveis de numerosas línguas, tinha abordado os problemas da apologia da língua nacional, da sua norma e história.

A obra *Methodo grammatical para todas as linguas*, publicada em 1619, surge 41 anos antes da *Grammaire générale et raisonnée*, de Port-Royal. É por isso, mais interessante ainda o facto de aí, sendo prosseguidas as ideias de F. Sanchez, claramente se manifestarem características das gramáticas universais²: assim, Amaro de Roboredo reconhece a razão como base universal de todas as línguas, pelo que aceita a existência de significados ou valores universais que se realizam de forma particular nas diferentes línguas, e trabalha, portanto, com base na existência de dois níveis de gramática ou de língua, ambos objecto de reflexão: o particular e o geral ou universal. Desta forma, e como o título (tanto o da obra como o da sua primeira parte, *Grammatica exemplificada*

¹ Roboredo menciona Nebrija e M. Álvares, mas também refere T. Linacre e, especialmente, o Brocense, por cuja obra é profundamente influenciado (KOSSARIK, 2002: 41). Na verdade, num «período em que, por todo o lado, era visada a descrição das línguas vernaculares, uma das influências vindas de fora que mais se fez sentir na nossa gramática do século XVII, especificamente na de Amaro de Roboredo, foi a *Minerva*» (FONSECA, 2000: 17).

² Assim se confirma, segundo Kossarik (1997: 436; 2002: 8), o desenvolvimento que, em Portugal e antes do século XVIII, período em que é notória a influência de Port-Royal, tinham as ideias de língua e de gramática universais. Embora em Amaro de Roboredo essas noções surjam de forma muito explícita, podemos considerar que também a produção gramatical do século XVI a equacionara quando, ao descrever categorias e construções de uma língua por meio de categorias e construções de outra, definiu um método para elaborar um abstracto sistema de categorias ou significados linguísticos universais: «Os gramáticos dos séculos XVI e XVII realizaram na prática a teoria especulativa exposta pelos modistas (...) sobre a língua universal como base das línguas concretas, e que foi herdada pela linguística renascentista (T. Linacre, F. Sanchez de las Brozas)» (KOSSARIK, 1997: 433).

na portuguesa, e latina ou *Exemplo portugues, e latino da grammatica*) logo sugere, o *Methodo* pode ser visto como um dos primeiros exemplos, assumidos, de gramática universal¹: «A gramática aparece aqui como uma abstracção universal que pode ser ilustrada com exemplos de várias línguas concretas, neste caso, o latim e o português» (KOSSARIK, 2002: 43-44).

A obra *Methodo grammatical para todas as linguas* é constituída por três partes: *Grammatica exemplificada na Portuguesa, e Latina* (ou *Exemplo portugues, e latino da grammatica*), onde se descrevem comparativamente os sistemas gramaticais do português e do latim nos domínios da morfologia e da sintaxe da concordância e da regência; *Copia de palavras exemplificada nas Latinas, artificio experimentado para entender Latim em poucos meses*² (ou *Exemplo latino da copia de palavras*), secção dedicada ao estudo do léxico; *Frase exemplificada na Latina, em que se exercitão as syntaxes ordinarias, e collocação rhetorica* (ou *Exemplo latino da frase*), dedicada à comparação das sintaxes latina e portuguesa e, nas páginas finais, a alguns aspectos estilísticos, à prosódia e à métrica latinas, com listas de adjectivos e verbos. Deparamo-nos, então, com um tipo de organização formal e de orientação temática que levam Kossarik (2002: 60) a considerar que a

¹ Outro aspecto importante da obra de Roboredo, devidamente salientado por Kossarik (2002: 56 e 60), é o seu carácter altamente inovador no domínio da pedagogia das línguas estrangeiras: assim, os «textos filológicos de Roboredo representam um novo tipo de manuais escolares de aprendizagem das línguas. Atento aos problemas de indução e dedução, tão importante na doutrina pedagógica posterior, Roboredo formula um método para o ensino de línguas, baseado em princípios cognitivos e analisa a especificidade das actividades do aluno e do professor, fazendo recomendações metodológicas concretas. A doutrina do ensino das línguas explicitada pelo autor constitui uma etapa muito importante na formação da metodologia moderna».

² Para esta parte, Roboredo indica como fonte das frases que apresenta para o sistema de exercícios a obra bilingue latino-espanhola *lanua linguarum*; acrescenta-lhes, no entanto, um detalhado comentário gramatical, ausente da obra em que se inspira (KOSSARIK, 2002: 11-12). As 1200 sentenças que recolhe da obra do irlandês William Bathe vêm, quatro anos depois, a constituir «o corpus do vocabulário *Porta de lingvas* (Lisboa, 1623), de que Amaro de Roboredo tem por atributo de autoria a simples tradução, para português» (FONSECA, 2000: 74). A obra dos jesuítas irlandeses refugiados em Salamanca «visava, primeiramente o ensino do Latim, sem nunca descurar as línguas vernáculas que o renascimento fez ressurgir e, com a missão, o seu horizonte foi alargado às línguas exóticas dos países cristianizados pela Companhia de Jesus» (ASSUNÇÃO, 1997: 201).

sistemática representação paralela de duas línguas dá razões para caracterizar a obra de Roboredo como um dos primeiros exemplos de descrição linguística comparativa no verdadeiro sentido da palavra, quando a comparação chega a ser um objectivo especial. Isto constitui mais um passo para a formação da tipologia de línguas, depois das gramáticas do século XVI, nas quais a comparação ainda está presente como meio de descrição de uma língua com base no cânone gramatical de outra, e não como um dos fins do texto linguístico.

As gramáticas das línguas românicas, escritas em vernáculo, estabelecem a tradição do uso da língua materna como metalíngua; do mesmo modo, os autores de gramáticas missionárias, seguindo a via inaugurada por aquelas, compõem-nas na língua da metrópole. As obras dedicadas ao latim são, no entanto, na Idade Média e no Renascimento, tradicionalmente escritas na língua que descrevem; assim acontece mesmo nas gramáticas latinas escritas por Nebrija e Barros. Ao contrário, nos textos de Roboredo, a língua materna já serve de instrumento de descrição do próprio latim.

Por outro lado, as gramáticas que, inovadoramente, integravam o conceito de língua universal (referimo-nos aos trabalhos dos Modistas e à *Minerva* de Sánchez) faziam-no associando-o ao latim, o idioma mais próximo de um ideal linguístico (KOSSARIK, 1997: 437). Com Roboredo, o latim é já apresentado como uma das possíveis realizações da língua universal¹, pondo dessa forma fim a uma visão hierárquica das línguas e criando a base teórica em que se apoia a constituição da defesa da língua materna como um princípio geral².

¹ Kossarik (2002: 55-56) considera que, por tudo isto, Roboredo conclui, em Portugal, um longo processo de “dessacralização” do latim.

² Desta forma, e segundo Kossarik (2002: 56), Roboredo não só se distingue dos seus antecessores quinhentistas, como se distancia dos filólogos seiscentistas, como Faria ou Vera, que procedem ao enaltecimento da língua nacional concreta e à afirmação da sua superioridade sobre as outras línguas românicas; resulta daí a preferência deste outro autor por expressões pouco marcadas como “língua materna” e “língua vulgar”.

10.2.3.2. Manuel Severim de Faria¹

Manuel Severim de Faria nasceu em Lisboa em 1583 e faleceu, em 1655, em Évora, cidade onde foi educado e onde passou a maior parte da sua existência. Foi mestre em Artes e doutorou-se em Teologia e Filosofia. Mesmo depois de ocupar os cargos religiosos legados pelo seu tio, Baltazar de Faria, Severim de Faria ocupa-se não só de questões teológicas, mas também de História, Política, Geografia e do estudo do património arqueológico, artístico, numismático e genealógico de Portugal. Foi por isso considerado um grande “antiquário” do seu tempo, tendo ficado célebres a biblioteca que constituiu e disponibilizou a todos os interessados e a colecção de peças com interesse histórico que conseguiu reunir (VIEIRA, 1999: x). Escreveu as biografias de Luís de Camões, João de Barros e Diogo do Couto que, sob a forma de discursos, surgem publicadas na colectânea *Discursos varios politicos* (1624). Um dos textos publicados nessa compilação é *Das partes que ha de hauer na lingoagem para ser perfeita, e como a Portuguesa as tem todas e algũas com eminencia de outras lingoas*. Em plena ocupação castelhana, une os diferentes textos, tematicamente tão díspares², uma mesma preocupação: «a de tratar temas nacionais, exaltar as figuras da nossa história, defender os interesses pátrios, a língua portuguesa e os costumes e usos próprios de Portugal» (VIEIRA, 1999: XLII)³. *Notas às Lusíadas de Luís de Camões*

¹ Para uma análise mais completa do percurso biográfico e da produção deste autor, cf. VIEIRA, 1999.

² Os restantes textos que completam a obra são: *Do muito que importa para a cõseruação, e aumento da Monarquia de Hespanha assistir sua Magestade com sua Corte em Lisboa; Vida de loão de Barros, em que se discorre sobre os preceitos da Historia, e perfeição com que escreueo as suas Decadas da Asia; Vida de Luis de Camões, com hum particular juizo sobre as partes, que hade ter o Poema heroico, e como o Poeta as guardou todas nos seus Lusíadas; Com que condições seja louuauel o exercicio da Caça; Vida de Diogõ do Couto Cronista da India, com a relação de todas as suas obras e Da Origem, e grande antiguidade das vestes que vsa por habito Ecclesiastico o clero de Portugal*.

³ «Em resumo, a preocupação em valorizar a história de Portugal na sua originalidade em relação a Espanha é um fio condutor para a compreensão de toda a obra de Manuel Severim de Faria. Exaltar as grandes figuras nacionais, defender a língua portuguesa e os costumes ancestrais constitui (...) uma tônica dominante em vários escritores portugueses seiscentistas e corresponde a uma atitude cultural de autonomia, de que a vida política do país, sujeito ao domínio espanhol, muito necessitava» (VIEIRA, 1999: LII).

e *Excellencias da lingua portugueza* (uma outra versão do discurso *Das partes que ha de hauer (...)*, provavelmente escrita, segundo Cardoso [1994] em 1650) são textos que se mantiveram inéditos.

10.2.3.3. Álvaro Ferreira de Vera

Deste autor desconhecem-se os dados biográficos, sabendo-se apenas que seria natural de Lisboa, que frequentou o colégio jesuíta de Santo Antão, que foi partidário dos Filipes e que viveu em Espanha até 1645. Das suas obras salienta-se a *Origem da nobreza politica, blasões de armas, apellidos, cargos, e titulos nobres* e, no plano da reflexão sobre a linguagem, a *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa* e *Breves louvores da lingua portuguesa: com notaveis exemplos da muita semelhança, que tem com a lingua latina*, obras todas elas publicadas em 1631.

10.2.3.4. João Franco Barreto

João Franco Barreto terá nascido em Lisboa no ano de 1600, mas ignora-se a data de seu falecimento. Estudou Humanidades no Colégio de Santo Antão e, de 1624 a 1631, participou na expedição militar que expulsou os holandeses da Baía, no Brasil. Estudou, posteriormente, Direito Pontifício na Universidade de Coimbra e, em 1641, deslocou-se, como secretário do embaixador Francisco de Melo (de cujos filhos foi preceptor), à corte de Luís XIII; depois da morte da esposa, João Franco Barreto integrou a vida religiosa. Em 1642, D. João IV concede-lhe a exclusividade da tradução e publicação das *Relações e Gazetas francesas*, tarefas que até então eram desempenhadas por pessoas mal formadas. Da sua produção constam obras como *História eclesiástica da cidade de Évora*, *Eneida portuguesa* (tradução do poema de Virgílio) e *Biblioteca portuguesa* (texto manuscrito). Relevante

para nós é a sua obra *Ortografia da lingua portugueza*¹ onde não só são tratadas as questões estritamente ortográficas², como, de forma motivada e coerente, são abordadas questões históricas (a origem da escrita e, por arrastamento, a questão da língua original e da filiação histórica do português)³ e analisados alguns aspectos de natureza gramatical; a inclusão destes é, aliás, devidamente justificada:

E poys a lingua Portugueza se dirivou da latina (...) nella devemos considerar as mesmas qualidades, e accidentes, e dividir a oraçã ã outras tantas partes, e) que os Gramaticos dividem a Lingua Latina, que são outo, a saber, Nome, Pronome (...). E porque para o que ao diante havemos de tratar, he muyto necessario ter de todas estas partes conhecimento antes de tratarmos da natureza das letras, ã especie faremos de cada uma dellas particular menção, para os que nã são Latinos, se bem nã cõ tanta miudeza, como soem fazer os Gramaticos (BARRETO, *Ortografia*: 32).

¹ A análise a que aqui procederemos resulta da consulta da edição original desta obra, publicada em Lisboa, por João da Costa. Os extractos que transcreveremos virão identificados pela indicação abreviada do autor e da obra (BARRETO, *Ortografia*), seguida da indicação da(s) página(s) onde se localizam. Para a análise do pensamento de Franco Barreto, procedemos igualmente à leitura do texto *Regras geraes da ortografia portugueza, per o Licenciado Duarte Nunez, cõ a reposta do Autor á margem*, que segue a obra ortográfica por ele assinada. Neste caso, a citação dos comentários de Barreto virá identificada da seguinte forma: BARRETO, *Regras (...) cõ a reposta do autor*, a que se segue a indicação da página onde se localiza o extracto seleccionado.

² Numa obra que trata, especificamente, da história das ideias ortográficas em Portugal, Gonçalves (2003: 894) sintetiza desta forma o pensamento de Barreto: «Os dados aqui compulsados confirmam a originalidade da doutrina e do discurso metaortográfico de João Franco Barreto quando comparados com ele os de outros autores, mesmo posteriores. Podemos, por isso, colocá-lo entre os primeiros reformadores apologistas da corrente ortográfica que viria a produzir projectos de reforma revolucionários na centúria de Oitocentos (...), época bem mais propícia à questionação do legado greco-latino, devido às ideologias sociais então vigentes ou florescentes. Desta forma, logo aqui ficam traçadas as duas principais tendências que, a modo de universais metaortográficos, assistem à consubstanciação de qualquer sistema gráfico: a etimológica ou diacrónica e a fonética ou sincrónica. Como é óbvio, elas derivam de outras tantas *formae mentis*, pois se a primeira decorre da assunção da tradição, a segunda, pelo contrário, emana da modernidade. Enquanto esta procura um maior grau de isomorfismo entre a escrita e a fala, aquela chega a criar, em certos casos, uma espécie de diglossia».

³ Esses são os assuntos abordados nos capítulos II (*Quẽ foy o inventor das letras* [pp. 7-13]); III (*Continuando o mesmo proposito* [pp. 13-20]); IV (*Se a lingua Portugueza foy uma das setenta e duas* [pp. 20-26]) e V (*Se ã Portugal foy vulgar a Lingua Latina* [pp. 26-31]). As problemáticas gerais aí tratadas (a origem da linguagem e a diversidade ou dispersão linguística) ilustram alguns dos aspectos do pensamento linguístico da época, pelo que as encontramos igualmente em Leão e Gândavo.

10.3. O século XVIII

10.3.1. Alguns dados históricos

É consensual entre os historiadores que o Marquês de Pombal é uma figura de referência no século XVIII português, funcionando o ano de 1755 (ano do terramoto de Lisboa) como fronteira entre dois momentos diversos na história de Portugal.

As primeiras décadas do século correspondem, em território nacional, ao reinado de D. João V (1706-1750). Não obstante esse ter sido o período de maior afluxo do ouro vindo do Brasil, a inexistência quase completa de quadros empresariais e pessoais adequados e preparados para transformar a riqueza em instrumento criador de nova riqueza explica a não melhoria estrutural da economia do país; o reinado de D. João V termina, por isso, em profunda crise económica e política, sendo evidente o progressivo enfraquecimento do poder do Estado (SARAIVA, 1980: 234; SERRÃO, vol. V: 116).

Do ponto de vista cultural, é importante salientar que foi no reinado deste monarca, e resultando da sua iniciativa, que se criou a Real Academia Portuguesa da História, a primeira instituição académica portuguesa sustentada por instâncias oficiais (BUESCU, 2000a: 872) e de cuja acção resultou a renovação, no nosso país, dos métodos da investigação histórica, que uma nova atitude, científica, vem ligar umbilicalmente à fonte documental (SARAIVA, 1980: 242).

D. João V morre em 1750 e, com o seu sucessor, D. José I (1750-1777), ascende ao poder Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782); entre 1755 e 1758, o Marquês de Pombal reprime

violentamente qualquer resistência do clero¹, da nobreza (a quem o reinado anterior tinha consideravelmente favorecido) e do povo ao regime absolutista que se instaurara. Em linhas gerais, a política do ministro de D. José I foi definida com vista à reorganização e modernização das estruturas do Estado e à maior eficiência do serviço público, ao desenvolvimento económico, à reforma de métodos e instituições de ensino; o reforço da autoridade central e a criação de organismos (como a Junta do Comércio, o Erário Régio, a Junta da Providência Literária) que permitissem ao Estado controlar ou, mesmo, passar a realizar numerosas operações anteriormente entregues a particulares privilegiados foram os meios a que recorreu para o conseguir. Assim, e não obstante manifestações anteriores de absolutismo, o reinado de D. José I, dominado pela figura do seu ministro, fica marcado por um aumento considerável do intervencionismo real (SERRÃO, s/d, vol. I: 13; SARAIVA, 1980: 247).

Também no domínio da cultura, a época de Pombal fica marcada por grandes reformas; o ano de 1772 é, a esse nível, particularmente importante: publica-se a lei onde se define pela primeira vez no nosso país uma política educativa² e promulgam-se os novos estatutos da Universidade, que se regulamentava ainda pela reforma levada a cabo 250 anos antes por D. João III³ (SARAIVA, 1980: 249).

¹ A política de controlo do clero tem como ponto culminante a expulsão, em 1759, da Companhia de Jesus; Portugal antecipa-se, assim, a todos os outros países onde essa medida veio a ser igualmente tomada.

² «O País tinha a convicção da fraqueza das condições práticas do seu ensino e da urgência de as modificar. Pombal compreendeu esta necessidade de equipamento educacional e prestou-lhe uma atenção, para o tempo, invulgar. Promoveu a montagem da Aula de Comércio (...) e do Real Colégio dos Nobres e a criação da real Mesa Censória. (...) Pela primeira vez se tomavam providências para fazer face à organização dos estudos, depois dos alvarás de 1759 e 1760 que retiraram aos Jesuítas o direito de ensinar. Foram assim criados uma espécie de quadros de professores mantidos pela coroa (...) nas mais importantes vilas do País» (SERRÃO, vol. V: 119-120). A ideia fundamental da nova política educativa é a de que a cultura deve ser ministrada de acordo com a função social que cada um virá a exercer (SARAIVA, 1980: 249). Para uma visão aprofundada da história do ensino em Portugal, cf. CARVALHO, 2001.

³ «O atraso dos estudos superiores era grande (...). A reforma pombalina foi radical tanto pelo que respeita ao planeamento dos cursos como na alteração dos métodos do ensino e da filosofia que lhe devia presidir» (SARAIVA, 1980: 249-250). «Tornava-se urgente fazer a

A D. José I, que morre em 1777, sucede D. Maria I cujo reinado prosseguiu, em vários aspectos, as reformas pombalinas. Desse período destaca-se a aprovação, em 1779, dos estatutos da Real Academia das Ciências (hoje Academia das Ciências de Lisboa¹), a mais emblemática forma de expressão do triunfo, em Portugal, do espírito das Luzes: tolerância social e pragmatismo científico (assume-se que a investigação científica deve ser colocada ao serviço do desenvolvimento económico e do progresso social) são os iluminados princípios pelos quais a instituição orienta o seu funcionamento (SARAIVA, 1980: 256; MARQUILHAS, 1991: 18-19).

Como no resto da Europa, também entre nós o século XVIII (e particularmente a sua segunda metade) é, então, o século das Luzes, expressão que se vulgarizou para referir um determinado nível de civilização e de conhecimentos e o espírito filosófico (de tendência crítico-laicizante) correspondente²; os que cultivavam esses valores eram os “esclarecidos”: a desconsideração das “Luzes” era, ao contrário, sintoma de um estado de “barbárie” (SERRÃO, vol. IV: 86).

Fundamentalmente, caracterizam esse grande movimento europeu:

reforma da Universidade de Coimbra, de modo que esta pudesse ter na sua organização os meios de cultivar as ciências exactas e da natureza. O marquês de Pombal estimulou a reforma que visava ainda transformar os estudos segundo as novas correntes de pensamento jurídico e os novos métodos ligados ao direito natural e ao direito público e das gentes, um dos quais era o estudo das leis, assente na história e na crítica textual. (...) A reforma da Universidade de Coimbra, levada a efeito pela Junta da Providência Literária, constitui a maior coroa de glória do governo pombalino e marca uma época na história da cultura portuguesa» (SERRÃO, vol. V. 120).

¹ A Real Academia das Ciências, que teve por modelos a *Accademia della Crusca* e a *Académie Française*, constitui-se no século em que se atinge o pico da expansão do ideal associativo (literário e cultural), que está na base da criação das Academias. Inicialmente, essa instituição dividia-se em três classes (duas de Ciências - Ciências Exactas ou Matemática e Ciências Naturais - e uma de Belas-Letras) que, posteriormente, se reduziram a duas: Ciências e Letras. No que diz respeito à sua actuação, são os próprios estatutos que determinam que o desenvolvimento das letras e da língua portuguesa seja prioritário, razão pela qual se começou, nesse período, a elaboração do *Dicionário da Língua Portuguesa*, de que se fez publicar o primeiro volume em 1779 (BUESCU, 2000a).

² «A expressão *luz natural* ocorre como sinónimo de “razão”, sobretudo na linguagem de Descartes e dos cartesianos. *Luz* e *luzes* eram, para os seiscentistas franceses, as capacidades intelectuais, naturais e adquiridas» (SERRÃO, vol. IV: 86).

a consciência de civilização e a vontade civilizadora, que repelem fortemente tudo o que se afigura menos racional e menos civilizado ou civilizável; o novo discernimento do espírito, de influência racionalista e de tendência pragmática; a noção de excepcionalidade do século e correlativa desvalorização, sumária e radical, dos séculos precedentes; a consciência de inaugurar, patente num grande número de livros das mais variadas matérias, que todos se dão pelos primeiros do sector respectivo, impressos em Portugal e em português; a mentalidade crítica e valorização da crítica, que atribui o prestígio cultural das “nações polidas da Europa” ao desenvolvimento da crítica (...), e suscita mesmo uma afectação de espírito crítico (...); a oposição ao preconceito - ou ao “prejuízo”, como então se dizia mais correntemente, ou ainda aos espíritos preocupados - (...); o anti-sectarismo, o antichauvinismo e o cosmopolitismo (SERRÃO, vol. IV: 87).

Tais princípios penetram e interferem nos diferentes domínios da vida do indivíduo e das instituições; a própria governação de Pombal, revelando um despotismo esclarecido, pode ser analisada desse ponto de vista. Assim, em Portugal, a filosofia das Luzes promove a revisão do aristotelismo e, mesmo, o antiaristotelismo (atitude que se manifesta expressivamente no próprio Marquês de Pombal); opõe-se ao formalismo e à logomaquia escolásticos, atitude que culmina com o encerramento do grande bastião da escolástica portuguesa, a Universidade de Évora, em 1758; descrê do valor do silogismo e recusa o argumento de autoridade; valoriza a experiência e, por esse facto, opõe-se a toda a construção filosófica que não se funde em factos e leis comprováveis, tal como se opõe ainda ao espírito do sistema. No âmbito da pedagogia, apresenta-se criticamente, e pela primeira vez em Portugal, a questão fundamental do método, com cuja discussão Verney¹ coloca em causa o ensino jesuíta até então instituído: o método esclarecido é aquele que procura sempre a via mais clara e curta para chegar à verdade, considerando-se que esta é

¹ Em Portugal, Luís António Verney (sobretudo através da sua obra *Verdadeiro methodo de estudar* [1746]) é o principal representante do movimento de renovação pedagógica.

universal, absoluta e geralmente acessível ou comunicável. Com o esclarecido objectivo de “facilitar a inteligência”, muitas obras surgem, então, sob a forma de diálogo ou, imitando a arquitectura dos catecismos, sob a forma de sequências de pergunta e resposta (SERRÃO, vol. IV: 88-89).

No que diz respeito à reflexão sobre a linguagem, prossegue-se em Portugal a via já iniciada de defesa e ilustração da língua vernacular, instrumento linguístico que se pretende sobrepor, por um lado, ao latim¹ (mesmo nas disciplinas e domínios mais clássicos ou elevados) e, por outro, ao espanhol; favorece-se, no entanto, o estudo das línguas vivas, importante para a circulação internacional das ideias, e o francês ganha, nesse contexto, uma importância particular. No que à língua nacional diz respeito, é muito evidente o interesse no seu “depuramento”, tornando-a lógica e polida: discute-se a recuperação de termos quinhentistas e a viabilidade de novas formações eruditas, desenvolvem-se polémicas em torno do afrancesamento da linguagem. Sucedem-se as tentativas de fixação da ortografia portuguesa e proliferam as gramáticas e as controvérsias gramaticais, cujo expoente máximo é a querela da gramática latina, procurando-se uma alternativa racional, clara, breve e eficaz, conforme exige o espírito das Luzes, ao método alvarístico). O *Antidoto da lingua portugueza* (Amesterdão, 1710), de José de Macedo, é uma curiosa e precoce manifestação do exercício do espírito crítico sobre esta área concreta de análise e reflexão (SERRÃO, vol. IV: 96-97).

A reforma do ensino, e dos estudos menores² em particular, levada a cabo por Pombal, e o afastamento dos Jesuítas do sistema educativo,

¹ «A redução do domínio do latim é compensada por um desejo de MAIOR RIGOR NOS ESTUDOS LATINOS. O bom latim teria sido corrompido pelos próprios Romanos decadentes e, depois, pelo barroco e pelo método errado dos Jesuítas. Ao mesmo tempo, surge a consciência da necessidade humanística de APROFUNDAR OS ESTUDOS GREGOS; e a consciência da necessidade (...) de entender o grego e o hebraico» (SERRÃO, vol. IV: 96).

² «Por estudos menores entendeu-se, a partir do século XVI, um conjunto de disciplinas (...) que foram ensinadas em determinados colégios e visavam a preparação dos que os

conduzem à proscrição das obras que, até então, fundamentavam os estudos latinos: referimo-nos à *Prosodia*, de Bento Pereira, e à *Arte*, tão divulgada, do P^e. Manuel Álvares. Só então se consolida o princípio, proclamado primeiro por João de Barros, reiterado no século XVII por Amaro de Roboredo e veementemente defendido por Verney, de que, no ensino, a primazia deve ser dada à língua materna e não ao latim. Assim, o Alvará Régio de 1770 torna obrigatório o ensino da gramática portuguesa, que passa a preceder o do latim, e impõe a obra de Monteiro Lobato (*Arte da grammatica da lingua portugueza*) como livro único, oficializando-se, desta forma, uma verdadeira “política de língua” ao serviço da qual se coloca, de forma institucionalizada, a codificação gramatical.

Na verdade, o século XVIII é um período de intensa produção na área, multifacetada, da análise da linguagem: do século XVII para o século XVIII duplicam os tratados orto-lexicográficos e gramaticais para a língua portuguesa¹. Assim, elaboram-se tratados sobre gramática e ortografia, domínios onde se destacam as obras de D. Jerónimo Contador de Argote (1721), Luís Caetano de Lima (1736), João de Madureira Feijó (1739), Monte Carmelo (1767), António José dos Reis Lobato (1770); D. Rafael Bluteau (1638-1734) escreve as *Prosas portuguezas* (1728), texto onde aflora variados temas linguísticos, desde a origem da linguagem ao condicionalismo mesológico e ao uso de estrangeirismos; Luís A. Verney escreve *Verdadeiro methodo de estudar* (1746) e, aí (na Carta I), traça um plano bastante completo de estudos de língua portuguesa; Francisco José Freire

frequentavam para o prosseguimento dos estudos em cursos universitários (...). A primeira escola nitidamente deste tipo foi o Colégio das Artes, fundado em 1548, por D. João III (...). Mas já antes (...) os Jesuítas tinham fundado em Lisboa (...) o Colégio de Santo Antão; e, tendo posteriormente criado muitas outras escolas congéneres no Reino e no ultramar, a Companhia de Jesus conseguiu assegurar o domínio absoluto dos estudos menores, até o advento da administração pombalina» (SERRÃO, vol. II: 475-476).

¹ Embora não exaustiva, é esclarecedora a listagem organizada por Marquilhas (1991: 25, n. 40).

(1719-1773) redige as *Reflexões sobre a lingua portugueza*, obra só publicada em 1842.

Um sector de análise linguística privilegiado neste período é, no entanto, e novamente, o da lexicografia: é no século XVIII que surge o primeiro grande dicionário, o *Vocabulario portuguez, e latino* de Bluteau (Coimbra, 1712-1728), que é publicado o *Diccionario da lingua portugueza*, de Morais Silva (Lisboa, 1789) e que surge o primeiro e único volume da obra equivalente promovida pela Academia das Ciências (Lisboa, 1793)¹.

Além do *Vocabulario* de Bluteau surgem, no século XVIII, outras grandes compilações, de outra natureza, também assim se manifestando o novo espírito científico ou filocientífico: considerem-se obras como a *História genealógica*, de Caetano de Sousa (1735-48), a *Bibliotheca lusitana*, de Barbosa Machado (1741-59) e o *Corpus poetarum*, de António dos Reis e Manuel Monteiro (1745) (SERRÃO, vol. IV: 97).

Finalmente, há que pôr em relevo que é no século XVIII que, como nota Marquilhas (1991: 10), «se passa a proclamar, e conseqüentemente a fortalecer, a existência de uma variante padrão para o português»: como veremos, Contador de Argote define-lhe as coordenadas geográficas; outros autores precisarão os contornos sociolinguísticos dessa variedade, referindo-se explicitamente ao valor modelar dos “homens de melhor doutrina” e / ou da Corte.

10.3.2. Autores e textos linguístico-gramaticais

10.3.2.1. D. Jerónimo Contador de Argote

¹ Este é ainda «o século em que Fr. João de Sousa dá a lume os *Vestígios da língua árabe em Portugal ou Léxico etimológico das palavras e nomes portugueses que tem origem árabe* (1789) e Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo o *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usavam* (2 vols., 1798-99). Outro aspecto digno de nota é o interesse pela análise do estilo, ligada ao problema de como se devem imitar os clássicos, em especial no domínio vocabular» (COELHO, 1985: 531-532).

Este autor era natural de Colares em 1676, mas veio a falecer em Lisboa, em 1749. Estudou no Porto e no Colégio de S. Francisco Xavier, em Lisboa, e foi aluno de António Vieira. Foi clérigo regular teatino e membro da Academia Real de História, área do saber em que produziu vários textos. A sua obra de referência, *Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portuguesa* foi escrita (à semelhança do que fizera Ramus) em forma de diálogo e publicada pela primeira vez em 1721, sob o pseudónimo de Caetano Maldonado da Gama.

10.3.2.2. João de Morais Madureira Feijó

Madureira Feijó nasceu em 1688 na freguesia de S. Gens de Parada, no distrito de Bragança, e faleceu em 1741. Estudou na Universidade de Coimbra, onde obteve o grau de bacharel em Teologia. Foi Prior na vila de Ançã (Coimbra) e foi mestre do Duque de Lafões, D. Pedro Henrique de Sousa Távares Mascarenhas da Silva para cuja instrução compôs obras que testemunham o seu conhecimento da gramática latina: é o caso dos diferentes volumes de *Arte explicada*. No domínio da codificação do vernáculo, elaborou a *Orthographia explicada, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa* (1734).

10.3.2.3. Frei Luís do Monte Carmelo

São escassíssimas as informações disponíveis sobre a vida deste autor, que faleceu em 1785. Conseguimos apenas apurar que Monte Carmelo (de seu nome Luís Cláudio), carmelita descalço, era natural de Viana do Minho (Viana do Castelo) e foi deputado da Real Mesa Censória.

10.3.2.4. António José dos Reis Lobato (1721-1803?)

Sobre este autor nenhuma informação biográfica devidamente comprovada se pode avançar, como se conclui do “relatório” que, a esse propósito, Assunção (1997a: 9-10; 2000: 12-15) elabora e nos apresenta; uma das hipóteses a colocar é, inclusivamente, a da não existência de alguém assim legalmente identificado¹. Como, de qualquer modo, a obra *A arte da gramática da língua portuguesa*, dedicada ao Marquês de Pombal e à qual temos acesso directo, nos surge devidamente datada (1770), aquela falha de informação não representará, no âmbito deste trabalho, um verdadeiro problema, em nada comprometendo o nosso objectivo central: a análise da produção linguístico-gramatical portuguesa da época.

10.3.2.5. Jerónimo Soares Barbosa

Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816) nasceu em Ansião, no concelho de Coimbra. Foi presbítero e bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, em cujo Colégio das Artes foi professor de Retórica e Poética. Foi sócio da Academia das Ciências de Lisboa e desempenhou também importantes funções pedagógico-administrativas no âmbito do ensino: Soares Barbosa foi inspector do ensino primário e deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos. Além da sua obra fundamental, *Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, publicada postumamente em 1822, em Lisboa, por ordem da Academia Real das Ciências, e de vários trabalhos de tradução, Soares Barbosa publicou outros textos² de que

¹ A hipótese de estarmos perante um pseudónimo é, mesmo, avançada por Assunção (1997: 111-112): «Do confronto textual do texto de Lobato e do texto de António Pereira de Figueiredo, mais o acervo documental que possuímos, podemos afirmar que António José dos Reis Lobato é um pseudónimo de António Pereira de Figueiredo». Para uma análise mais pormenorizada dessa questão, cf. ASSUNÇÃO, 2000.

² Jerónimo Soares Barbosa trabalhou na tradução da *Arte Poética* de Horácio, da *Institutio Oratoria* de Quintiliano e das *Filípicas* de Demóstenes. Para uma listagem das obras (originais e traduções) deste autor, cf. SILVA, 1858, vol. III: 276-277.

destacamos, pela proximidade temática relativamente àquela outra e pelo interesse pedagógico, *As duas linguas, ou Grammatica philosophica da lingua portugueza, comparada com a latina, para ambas se aprenderem ao mesmo tempo*, publicada em Coimbra em 1807. À semelhança do que alguns dos seus antecessores (Barros, Roboredo, Contador de Argote e Lobato) já tinham defendido, Soares Barbosa visa com esta obra inverter a prática pedagógica então ainda dominante de modo a que o ensino da gramática do português precedesse o da gramática do latim.

Jerónimo Soares Barbosa segue, então, na sua obra (e a começar pela sua organização formal), os princípios da gramática geral e filosófica divulgados fundamentalmente com a *Gramática* de Port-Royal¹, aplicando-os à descrição e explicação da língua portuguesa, que toma como objecto autónomo.

Note-se que a avaliação da qualidade do texto de Barbosa não foi, no entanto, consensual: se as sete edições publicadas entre 1822 e 1881 provam o interesse com que a obra foi recebida, registaram-se também reacções severamente críticas por parte de alguns outros autores: «Posto que esta Grammatica seja geralmente conceituada como digno fructo das lucubrações do seu illustre auctor, não lhe ha sido de todo favoravel o juizo dos doutos, que discordam em

¹ «Embora a principal fonte da *Grammatica philosophica* de J. S. Barbosa seja a *Grammaire de Port-Royal* (...), outras obras contribuíram, no entanto, para a formação da doutrina do grande gramático português. (...) é necessário ter em conta (...) *La Logique* ou *L'Art de Penser* (...). São igualmente fontes da doutrina gramatical de J. S. Barbosa, expressamente citadas por ele, a *Grammaire Italienne* e a *Grammaire Espagnole*, da autoria de Claude Lancelot e editadas pela mesma abadia de Port-Royal. Além disso é ainda patente (...) a influência dos artigos linguísticos contidos na *Encyclopédie* de Diderot (...). Outras obras parecem ter exercido ainda influência na génese das ideias gramaticais de Jerónimo Soares Barbosa, como a *Grammaire Générale*, de Beauzée, publicada em 1767, o *Essai sur l'Origine des Connaissances Humaines*, de Condillac, publicado em 1746, a *Logique*, de Du Marsais, etc.» (CASTELEIRO, 1980: 198-199). Estas outras obras terão aproveitado sobretudo à construção do capítulo sobre sintaxe, muito mais desenvolvido do que na *Gramática* de Port-Royal (CASTELEIRO, 1980: 210-211). Para o confronto de algumas passagens semelhantes na *Grammatica* de Soares Barbosa e na *Gramática* ou na *Lógica* de Port-Royal, cf. TORRES (1982: 536-540). Sobre alguns dos testemunhos da influência racionalizadora de Port-Royal que, em Portugal, precederam a *Grammatica philosophica* de Soares Barbosa, cf. TORRES, 1982: 532-534.

muitas partes das doutrinas seguidas pelo erudito Barbosa» (SILVA, 1858, vol. III: 277-278)¹.

¹ «A G. F. de J. S. Barbosa foi muito lida durante o século XIX, como no-lo provam as sete edições que teve (...), assim como as imitações a que deu origem. Não obteve, porém, a aceitação unânime dos gramáticos de então, pois alguns a atacaram como confusa e complicada. Com a progressiva implantação do Romantismo e o nascimento da Filologia, que levou os gramáticos a interessarem-se antes pela história da língua, a G. F. de J. S. Barbosa foi esquecida» (CASTELEIRO, 1981: 107-108).

PARTE III - A PRODUÇÃO LINGUÍSTICO-GRAMATICAL
PORTUGUESA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA NORMA E DO
DISCURSO SOBRE A NORMA

CAPÍTULO 11

**Construção da norma e
estandardização: o início da
codificação do vernáculo e da
apologia do vulgar**

A gramática e o dicionário, como manuais para a aprendizagem da língua, são já característicos da Idade Média. Não são todavia, nesse momento, textos de uso quotidiano, nem é ainda importante a sua função como instrumentos normalizadores. É sobretudo a partir do Renascimento que eles começam a tornar-se indispensáveis no acompanhamento de quase toda a vivência linguística, tornando-se fáceis e quotidianos, por meio de uma operosa divulgação tipográfica, e esclarecendo um uso escolhido como ideal (VERDELHO, 1995: 73).

11.1. Introdução

Os textos que sustentarão a nossa análise do século XVI no âmbito deste trabalho e que já atrás referimos são *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira, *Grammatica da lingua portuguesa e Dialogo em louvor da nossa linguagem* (1540), de João de Barros, *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma lingua* (1574), de Pêro de Magalhães de Gândavo, e *Orthographia da lingoa portuguesa* (1576) e *Origem da lingoa portuguesa* (1606), de Duarte Nunes de Leão¹.

¹ Indicámos atrás as edições a que recorreremos e explicitámos o modo como identificaremos os extractos transcritos das obras seleccionadas de Oliveira, Barros e Nunes de Leão. Para a análise dos dois textos de Gândavo, apoiar-nos-emos na edição fac-similada introduzida por

A *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira marca o início do trabalho de codificação em / sobre o português¹, língua vulgar que, como outras, viveu durante séculos com o estigma da anomalia e da pobreza e em convívio diglósico com o latim, majestaticamente regular e elegantemente copioso (BUESCU, 1980: 257).

Em tais circunstâncias históricas, o trabalho de codificação não se desenvolve sem, por um lado, o reconhecimento da individualidade do instrumento linguístico sobre o qual o gramático se debruça e sem, por outro lado, a dignificação ou qualificação do idioma que se toma como objecto. A língua portuguesa afirma-se, então, no discurso metalinguístico, como uma **língua por distanciamento** ('Abstandsprache', na conhecida expressão proposta por Kloss), que aspira à expansão funcional (isto é, à **elaboração**) e ao reconhecimento social (isto é, à **aceitação**)². Trabalha-se, assim, não só na definição de regularidades e na identificação de características singulares, como no domínio, carregado de subjectividade e com forte carga ideológica, do valor simbólico da linguagem e do idioma nacional. A marca de época que, por esse facto, se imprime nos nossos primeiros textos gramaticais³ contrasta, no entanto,

Buescu (1981). Assim, as citações virão devidamente identificadas pela apresentação, sob forma abreviada, do nome do autor (GÂNDAVO) e do título da obra (*Regras que ensinam* ou *Dialogo em defesa*) e pela indicação do número de página. Em todos os casos, os textos serão reproduzidos de acordo com o proposto nas edições consultadas; procedemos apenas à substituição (pelos caracteres em uso no nosso momento histórico) das abreviaturas que encontrámos para a conjunção coordenativa *e* e do grafema <Σ>. Substituímos igualmente por <u>, quando maiúsculo e com o valor de [u], o grafema <v>.

¹ A *Grammatica* de Fernão de Oliveira «non é solo la prima grammatica della lingua portoghese, ma anche la prima grammatica in senso assoluto che venga pubblicata in Portogallo, in lingua portoghese e ad opera di un portoghese» (PICCHIO, 1959: 17).

² Cf., atrás, 2.2. *O estudo da estandardização: a formalização de modelos*.

³ Queremos referir-nos ao ambiente histórico-ideológico que resulta da integração (no mesmo plano discursivo em que se procede à descrição de estruturas gramaticais) de questões e valores morais, teológicos e filosóficos.

no plano da reflexão sobre a linguagem enquanto sistema semiótico em uso numa comunidade de indivíduos, com a explicitação de um conjunto de princípios e pressupostos cuja modernidade não deixa, por vezes, de nos surpreender. O que, neste momento, queremos realçar é que um e outro nível da argumentação então desenvolvida (quer a afirmação da “originalidade”, quer o destaque e o cultivo da “qualidade” e do “valor”) são, precisamente, aqueles onde localizamos as coordenadas que sustentam os conceitos de standardização / normalização / variedade “standard”; de um lado, temos as funções (simbólicas ou objectivas) da língua ou variedade seleccionada e as atitudes que o gramático ou a comunidade exibem para com ela (Haugen aborda esta vertente da questão em termos de **selecção** e **aceitação**); de outro, temos a regulamentação e o enriquecimento (**codificação / legislação gramatical** e **elaboração de função**, no contexto do esquema de Haugen, ou **intelectualização**, no quadro elaborado pelos linguistas de Praga)¹. Podemos, portanto, aceitar que se consideram, desde a primeira descrição do vernacular português, as dimensões sociológica e linguística de um processo a que é possível, desde este momento, chamar de standardização: as funções simbólicas de unificação e identificação e a necessidade de aperfeiçoamento do idioma são ideias muito claras logo no início do texto de Fernão de Oliveira²; Barros, Gândavo e Nunes de Leão irão, também eles, trabalhar estas questões estruturantes. Compreende-se também que logo se equacione (é a João de Barros que aqui cabe o papel de pioneiro) um tema que se vem a constituir uma verdadeira “causa” e que vários outros autores

¹ Cf., atrás, 2.2. *O estudo da standardização: a formalização de modelos.*

² A essa dimensão associa-se a vertente filosófica da questão linguística da época, isto é, da **questão da língua**: «não queremos saber mays de nos θ).quanto nos ensinão os latinos: aos quaes diz Plinio que e pouco saber escoldrinhar as cousas alheas não nos entendendo a nos mesmos» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 12, 26-29). (O destacado é nosso).

retomarão e desenvolverão em moldes idênticos nos séculos seguintes: referimo-nos à valorização do idioma nacional no interior do sistema educativo e à conseqüente crítica à tradicional primazia do latim na primeira abordagem às letras. Há, no entanto, que notar que, como igualmente constataremos em autores posteriores, o principal argumento aduzido neste contexto para a persuasão dos leitores contemporâneos se prende com o facto de as semelhanças estruturais (“de preceitos”) entre os dois idiomas tornar mais simples a aprendizagem do latim depois de conhecida a língua materna. O modo como, nesta época, a língua vernacular e aquela língua clássica se relacionam reveste-se, em suma, de uma evidente ambigüidade. João de Barros escreve, então, na Dedicatória que precede o conjunto didáctico-pedagógico constituído pelas quatro obras (*Cartinha, Grammatica da lingua portuguesa, Dialogo em louvor da nossa linguagem e Dialogo da uiçiosa vergonha*):

os mininos destes reinos, por lhe ser mãe e nam madrasta, mãe e nam ama, uóssa e nam alhea: com tanto amor receberám os preceitos della, que quãdo forem aos da grãmática latina e grega, ná lhe serám trabalhóssos os que cada hũa déstas tem, por a conformidáde que antrellas á. Como se póde uer nestes preceitos da gramática da uóssa lingua portuguesa (in: BUESCU, 1971: 5).

Também no *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, sob a forma de um conselho ao filho e evocando a autoridade e o exemplo de gregos e latinos, que «tomará por fundamento saber primeiro o seu que o alheo», João de Barros (*Dialogo em louvor*: fol. 57) argumenta no sentido da valorização da língua materna¹:

¹ Nesse texto, a valorização do princípio já expresso é acompanhada de críticas incisivas à sensibilidade e à formação ou preparação dos mestres que ensinam a ler e a escrever. João de Barros, citado mais tarde por Soares Barbosa, aprecia, aliás, toda uma concepção de educação em vigor na época e com que não concorda: «Hũa das cousas menos oulháda que á nestes reinos, ę cõsintir ę) totalas nóbres uilas e çidádes, quálquer idióta e nã aprouádo em costumes de bõ uiuer, poer escóla de insiná mininos» (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 58[v.]). Na opinião

nã te pareça trabálho sobeio entender tanto na própria linguágem, por que se fores bẽm doutrinádo nẽlla, lẽuemente ô serás em as alheas. Este ẽ o módo que tiuẽrã todolos gregos e latinos (...). Quẽro dizer, que Tulio, Cẽsar, Liuio, e todolos outros a que chamamos fonte da eloquẽ)çia, nunca aprẽderã lingua latina, como agrega: por que ẽra sua naturál linguágem, tam comũ ao pouo Romano, como uemos que a nõssa ẽ ao pouo de Lisboa, mas soubẽrã a grãmática della (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 57).

11.2. A base da gramatização: a codificação do vernacular e a sua autojustificação

11.2.1. O português como ‘Abstandsprache’ e os valores simbólicos da linguagem

É compreensível então que, não obstante o carácter pioneiro da obra de Fernão de Oliveira, encontremos, logo na dedicatória que precede a *Grammatica* propriamente dita, o desenvolvimento de uma noção de língua (portuguesa) que cumpre a dupla função de identificação e diferenciação relativamente a outros grupos de falantes (distinção externa) e de unificação dos membros da comunidade sob a comunhão do património linguístico (coesão interna). O idioma em causa é, desta forma, adjectivado como “português”, individualizando-se, assim, no contexto do mundo conhecido e valendo como um símbolo da identidade nacional¹: no título de Fernão de Oliveira encontramos *Grammatica*

de João de Barros, a alteração deste estado de coisas exige a intervenção oficial do poder régio: «Nã está em mais o remẽdio que uir a notiçia delrey nõsso senhor: por que como ẽ zelador dos bõos costumes, e faorece as leteras tam liberál e manificamente, mandará prouer nisso como ô tem feito em os estudos de Coimbra» (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 60).

¹ Recorde-se a fórmula com que Coseriu (1981: 302) define **língua histórica**: «lengua que se ha constituido históricamente como unidad ideal e **identificada como tal por sus propios hablantes y por los hablantes de otras lenguas, comúnmente mediante un adjetivo**

da *lingoagem portuguesa* e nas primeiras linhas desse texto surge *língua portuguesa* (OLIVEIRA, *Grammatica*: 2, 2); pouco depois surge *falar português* (OLIVEIRA, *Grammatica*: 3, 11) e *nossa linguagem* (OLIVEIRA, *Grammatica*: 3, 18). A referência, no título, à unidade idiomática nacional é aliás, e como seria de prever, um procedimento recorrente em todos os textos gramaticais, ortográficos e paralinguísticos do século XVI que aqui consideraremos: Barros escreve a *Grammatica da língua portuguesa* e o *Dialogo em louvor da nossa linguagem*; *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da língua Portuguesa* é o título da obra metaortográfica de Gândavo, enquanto Nunes de Leão é autor de *Orthographia da lingoa portuguesa (Reduzida a arte, e preceptos)* e de *Origem da lingoa portuguesa*. Por outro lado, ao longo dos diferentes textos gramaticais e ortográficos surgem regularmente expressões como¹ *nossa linguagem* (BARROS, *Grammatica*: fol. 3[v.], 7[v.], 9); GÂNDAVO, *Regras que ensinam*: 8, 22, 31, 34, 37, 40); *nossa gramática* (BARROS, *Grammatica*: fol. 3[v.], 29²); (*nossa*) *língua portuguesa* (GÂNDAVO, *Regras*: 4, 9; LEÃO, *Orthographia*: fol.1[v.], 24[v.], 29, 30[v.], 51, 62[v.]); *nossa linguagem portuguesa* (GÂNDAVO, *Regras que ensinam*: 5); *nossa (língua)* (GÂNDAVO, *Regras que ensinam*: 8, 12, 23; LEÃO, *Orthographia*: fol. 2[v.], 6, 10, 25, 35, 39, 48[v.], 51[v.], 58[v.], 64³);

“**propio**”: *lengua española, lengua italiana, lengua inglesa, lengua francesa, etc.*». (O destacado é nosso).

¹ Note-se que a enumeração das expressões e a indicação da respectiva localização nos textos considerados não é exaustiva, embora se tenha pretendido dar conta das diferentes expressões usadas por cada autor.

² No *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, surge de novo *nossa linguagem* (cf., por ex., fol. 51, 54[v.], 55[v.], 57), mas surgem também os termos ou expressões *língua portuguesa* (cf., por ex., fol. 54), (*linguagem*) *portuguesa* (cf., por ex., fol. 55, 55[v.]), *português* (cf., por ex., fol. 56 [v.]).

³ Em *Origem da lingoa portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão, a explicitação do idioma nacional é frequentemente substituída pela referência aos hábitos linguísticos dos portugueses. É o que acontece em formulações como a que dá título ao capítulo XVI (*Dos vocabulos que os Portugueses tem seus natiuos, que não tomaraõ de outras gentes, que nos saibamos*) ou em expressões onde a especificidade linguística nacional é apresentada pela descrição do modo

português (GÂDAVO, *Regras que ensinam*: 8¹). **Língua e linguagem** são aqui usados de forma sinonímica, para referir um idioma particular².

Veja-se que, no *Dialogo em defesa da lingua portuguesa*, de Gândavo, o primeiro argumento “esgrimido” pelo interveniente castelhano (Falêncio) para mostrar que o português é o idioma “mais tosco e grosseiro” é, precisamente, a convicção de que é impróprio chamar “portuguesa” à língua então falada em território nacional, uma vez que esta, originalmente muito pobre e limitada, em grande parte resulta, na opinião daquela personagem, da apropriação de vocábulos de outras línguas. É, então, muito clara, a noção de que a afirmação de um idioma nacional e o reconhecimento da sua qualidade se relacionam intimamente com o grau de especificidade que essa língua registre, isto é, com o seu grau de distanciação:

Y despues, conociendo los hombres por el tiempo adelante la impropriedad, y poca policia deste lenguaje, vinieron poco a poco appurando lo con diruiar y componer vocabulos de diuersas lenguas ayuntando los ala suya: y ansi con fauor delas agenas supplieron muchos defectos que ella en si tenia. Por dôde **se no puede llamar verdadero Portugues** el que agora en estos tiempos vsais,

como um colectivo **nós** procede: «**Mudamos** o numero em scopæ scoparum, de que **dizemos** escoua (...), e outros taes sendo nomes que ha lingoa latina não tem numero singular: e pelo contrario **dizemos** pelo numero plural de clatia grades, (...) que os Latinos dizem singularmente» (38). (O destacado é nosso). No entanto, no que se refere à fórmula com que o português é directamente referido, o autor opta claramente pela expressão **língua portuguesa** que, além de incluir o título do texto, surge em vários títulos de capítulo e ao longo de toda a obra; registam-se também os termos e expressões **português** (cf., por ex., pp. 195, 307), **língua de Portugal** (cf., por ex., p. 219), **nossa (língua)** (cf., por ex., pp. 299, 315, 320).

¹ Nas falas de Petrônio, a personagem portuguesa do *Dialogo em defesa da lingua portuguesa*, de Pêro Magalhães de Gândavo, voltamos a encontrar **nossa linguagem** (cf., por ex., p. 48), mas encontramos sobretudo **nossa língua** (cf., por ex., pp. 44, 46, 49, 50, 54, 59, 63, 67, contando apenas os casos em que o possessivo funciona como determinante e não tem valor pronominal, como em muitas outras situações acontece); encontramos ainda **português** (cf., por ex., p. 48), **nosso português** (cf., por ex., p. 62), **(língua) portuguesa** (cf., por ex., título, pp. 60, 68), **(linguagem) nossa portuguesa** (cf., por ex., p. 42).

² Para algumas informações sobre a história da distinção textual entre **língua, fala e linguagem**, cf. HÄBLER, 2002: 563-570.

sino el antiguo que en principio se vsaua (GÂNDAVO, *Dialogo em defesa*: 45).
(O destacado é nosso).

O valor simbólico da língua nacional ganha naturalmente, uma dimensão particular no contexto do Império e o seu estudo cumpre interesses nacionais aos quais nenhum cidadão pode ficar indiferente. Assim, à semelhança do que, no seu envolvimento histórico específico, faz Nebrija, também Oliveira argumenta que o estudo da língua nacional, o seu cultivo e unificação será garante da perpetuidade do reino: «a lingua e a vidade della he mui certo apellido do reyno do senhor e da irmandade dos vassalos» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 44, 21-23), contribuindo para a imortalização da pátria, dos seus valores e dos feitos dos seus homens (a memória de D. João III, grande impulsionador da cultura em Portugal, é, aí, especificamente referida¹) e para a unificação harmónica do Império («a semelhança e causa do amor e mays em as linguas» [OLIVEIRA, *Grammatica*: 10, 8-9]). Assimilada a noção do valor patrimonial e simbólico associado à língua nacional, lembra-se ao monarca que a figura régia tem «tanta razão de a honrar e engrandecer muito, pella professar e ser senhor da mesma nação» (GÂNDAVO, *Regras que ensinam: A elRey nosso senhor*).

Como no gramático castelhano, que tornou célebre o tópico da “língua companheira do Império”, também em Oliveira a ideia de fundo é a de que a difusão da língua deverá consolidar a expansão da Pátria: «apliquemos nosso trabalho a nossa lingua e gente (...): e nam trabalhemos em lingua estrangeira/mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas q̄ a possamos ensinar a muytas outras gentes e sempre seremos dellas louuados e amados» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 10, 4-8). O que, então, se impõe é, preterindo-se o trabalho noutros idiomas, não só cultivar a língua nacional,

¹ «[Apliquemos] nosso trabalho a nossa lingua e gente e ficara com mayor eternidad’ a memoria delle» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 10, 4-5).

alargando-a a domínios que lhe não pertenciam, mas também aperfeiçoá-la “com boas doutrinas”, isto é, torná-la um instrumento comunicativo “de qualidade”.

Do mesmo modo, é logo na Dedicatória ao príncipe D. Filipe que João de Barros define o seu objecto de trabalho como a “uossa língua portuguesa” (in: BUESCU, 1971: 5), “a nossa linguagem”, que se caracteriza por “uma natureza” própria¹ e à qual sobram virtudes que o resto da humanidade reconhece, cabendo-lhe, por isso, um papel fundamental na evangelização do planeta. O português é a língua

que em Európa œ estimáda, em Africa e Assia por amor, armas e leis tam amáda e espantosa: que per iusto titolo lhe pertença a monarchia do már e os tributos dos inficões da tœrra. Aquella que como hũ nouo apóstolo, na força das mesquitas e pagódes de totalas seitas e idolátrias do mundo, desprœga prœgãdo e uençêdo as reães quinas de Christo: com que muitos pouos da gentilidade sam metidos em o curral do Senhor (in: BUESCU, 1971: 5).

O valor que o português assume pela missão de difundir a fé cristã é igualmente realçado por Nunes de Leão: «E a lingoa Portuguesa com razão se pode ter em muito, e chamar ditosa, pois por ella se anūciou e manifestou a tantas gentes, e de tam remotas e estranhas prouincias, a fê de nosso Senhor Iesu Christo, e foi causa de se tirarem as erroneas e treuas em que o mundo viuia» (LEÃO, *Origem*: 137).

O trabalho de codificação é, neste contexto, um “exercício glorioso”, impondo-se como uma evidência que a expansão e implantação dos valores

¹ «Em acartinha passáda, demos árte pera os mininos fáçilmente aprenderẽ) aler: cõ toda adiuersidáde de syllabas que a natureza de nõssa linguagẽ padeçe» (BARROS, *Grammatica*). (O destacado é nosso).

culturais em geral e da língua em particular é a única forma de assegurar um efectivo domínio sobre os conquistados e, portanto, de garantir a conservação dos impérios: «As armas e padrões portugueses póstos em Africa, e em Asia, e em tantas mil ilhas fóra da repartiçám das tres pártes da tẽrra, materiáes sam, e podeâs o tempo gastar: peró nã gastará doutrina, costumes, linguágem, que os portugueses nestas tẽrras leixárem» (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 58). Trata-se, por outro lado, di-no-lo Nunes de Leão (*Orthographia: Ao muito illustre [...]*), de uma tarefa heróica, que este autor se propõe levar a cabo, mas para cuja execução integral se considera (imodestamente) incapaz: «reduzir a regras geeraes, e poer em arte hũa lingoa, que atequi não teue arte, he cousa ardua, e grauissima, e se se bẽ faz, heroica, e que não pode emprender senão hum Messala, ou outro homem de tal auctoridade. (...) contentome com a honra de abrir o caminho, para outros agora o fazerem melhor».

Finalmente, o estudo formal da língua materna é devidamente autorizado pelo procedimento de diferentes personalidades consagradas pela história: assim se comprova que o conhecimento da gramática da língua materna e a sua codificação assumem uma importância fundamental no processo de aperfeiçoamento do idioma:

Quero dizer, que Tulio, Cęsar, Liuio, e todolos outros a que chamamos fonte da eloquęçia, nunca aprēderã lingua latina, como agrega: por que ęra sua naturál linguágem (...), **mas souberã a grāmática della**. Esta lhe insinou que cousa ęra nome, e quantas calidádes e figuras tinha, os tēpos, e módos do uerbo, e totalas pártes que ręgem e sam regidas: com os mais açidentes e ręgras que a lingua latina tem. Destas cousas foram os latinos tam curiosos, por apurár a sua lingua e â iguárẽ á grega (...): que se escreue compoer Cęsar hum tratádo da analogia da lingua latina, e Messála a cada letera do A, b, c, fez hum liuro que tráta della, e Várro outro da Ethimologia (...). E Cárlo mão á imitaçám destes, tambem compos a lingua alemãa ę árte (...). Estes e outros tam gráues e doutos barões, em cuia mã e arbitrio estáua o estádo e

regimento do mundo, assy ouuerã este exerciçio por glorioso, que na força de suas conquistas e armas aly ô exercitauã. E açerca delles, mais se estimáua a uitoria que a sua língua tinha, e) ser reçibida de todalas bárbaras nações, que de âs someter ao iugo do seu império (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 57-57[v.]) (O destacado é nosso).

«E por isto ser tam importãte, e a orthographia ser o lume das scripturas, forão os antigos nobres e doctos exquisitamε)te curiosos della» (LEÃO, *Orthographia: Ao muito illustre [...]*).

11.2.2. O processo de legitimação “interna” das actividades codificadoras

11.2.2.1. A língua vernacular e o seu carácter complexo e organizado

A codificação do vernáculo parte, então (assim se autojustificando), da integração de dois pressupostos. Antes de mais, assenta no princípio, que acompanha a gramática desde a sua concepção na Antiguidade, de que a língua é analisável enquanto sistema organizado, funcionando como um complexo hierarquizado de níveis relativamente aos quais é possível formular regras ou princípios: *Da linguagem e suas leis* é o expressivo título que Torres / Assunção (2000: 83) atribuem ao primeiro capítulo da obra de Fernão de Oliveira.

Assim, seguindo um esquema tradicional de selecção e apresentação das matérias (fonética / fonologia / prosódia e ortografia, por um lado, léxico / morfologia e uma muito pequena incursão pela sintaxe, por outro), Oliveira exprime o intuito de tratar «algũas partes neçessarias da ortografia: acento:

etimologia: e analogia» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 3, 18-19)¹. Do mesmo modo, também João de Barros constrói o seu texto baseando-se na pressuposição dos níveis organizados de funcionamento das línguas, podendo por isso escrever, a dada altura do seu texto gramatical: «Té quy, tratamos das primeiras tres pártes da grãmática. s. letera, syllaba, diçã: fica agóra uermos a quárta que ẽ da cõstruiçã»² (BARROS, *Grammatica*: fol. 30). É este pressuposto que orienta o gramático na definição do seu objecto: assim, depois de referidos o valor etimológico ('ciência de letras') e a acepção tradicional³ do termo **gramática**, João de Barros assenta a definição na concepção de língua como conjunto organizado de unidades e regras, que a descrição gramatical deve considerar, e cuja função essencial é a de transmitir informação: «Nós podemos lhe chamár artefício de paláuras, póstas ẽ seus naturáes lugáres: pera que mediãte ellas, assy na fála como na escritura, uenhamos em conhiçimento das tenções alheas» (BARROS, *Grammatica*: fol. 2). Se esta concepção de gramática convive com a consciência de que «em totalas grammáticas nam póde auer rēgras tam geráes, que nam aia hy algũas eceições» (BARROS, *Grammatica*: fol. 14[v.]), o reconhecimento deste facto não impede o gramático de excluir, do seu trabalho, o estudo das unidades que «nam guárdam ley nem rēgras» (BARROS, *Grammatica*: fol. 48[v.]): é o

¹ Depois de tratadas as questões do primeiro domínio («já dissemos das syllabas e suas cõdições/ ou calidades o ã podemos alcançar e a breuidade da obra reçria»), o autor propõe-se falar «das dições. Primeyro de seu naçimẽto, a ã chamão os gregos etimologia e depois da analogia ã quer dizer proporção: ou semelhança cõ a qual se mestura també a diferēcia ã tẽ antre si as vozes: e por derradeiro diremos hũ pouco do conçerto ã tẽ as partes da oraçã hũas cõ outras» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 39, 1-8), já que «a linguaem ainda no ajuntamento das dições e no estilo e modo de proceder tem suas particularidades ou π)riedades» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 34, 23-25).

² De facto, e como se pode observar também em Fernão de Oliveira, o texto gramatical de João de Barros apresenta uma estrutura interna que decorre do princípio da complexificação crescente das unidades fonológicas (grafema / fonema > sílaba > vocábulo) cuja análise é imediatamente seguida do estudo morfológico das diferentes categorias de palavras que o gramático define e distingue; só depois são abordadas questões de natureza sintáctica.

³ «E segundo a difinçãm que lhe os Grãmáticos dẽrã: ẽ hũ módo çerto e iusto de falár, e escreuer, colheito do uso, e autoridãde dos barões doutos» (BARROS, *Grammatica*: fol. 2).

caso, no domínio da ortografia, do til e de «outras uergas e pontos que têm a nóssa escriptura, principalmête os da letera tiráda, que máis se pódem chamár, atálhos dos escriuães por nã gastárê tẽpo, e papel, que outra algũa neçesidade» (BARROS, *Grammatica*: fol. 48[v.]).

11.2.2.2. A originalidade da língua portuguesa e a avaliação da sua qualidade

Por outro lado, a descrição é justificada /motivada pela existência de singularidades na língua (em) que se trabalha e estrutura-se, em grande medida, em torno dessa ideia. Fundamental, no contexto histórico do Renascimento, é, como se sabe, a afirmação do português face ao latim, língua à qual o nosso idioma se filia, mas da qual também se diferencia; igualmente importante é a singularização do português no contexto das línguas românicas. A constatação das diferenças só funciona, no entanto, como elemento legitimador da descrição do vernacular se, ao idioma que assim se configura, se reconhece um estatuto de língua de comunicação e de civilização: à evidência da singularidade segue-se, por esse facto, a apreciação e valorização da qualidade, trabalho que se vai desenvolver em torno de duas coordenadas fundamentais: a da valorização afectiva e a da afirmação (confirmação) linguística ou interna.

Os autores portugueses confrontam-nos, então, em diferentes momentos, com o reconhecimento de especificidades do idioma pátrio, que referem como “costumes próprios”, “costumes peculiares nossos”, “particularidades da nossa língua”, assim apresentando pronúncias ou estruturas fonológicas e gramaticais que os latinos não possuíam ou que eram estranhas a outras nações:

- i) «Todos estes são **costumes propios** assi como outros ã ja dissemos e **particulares da nossa lingua**» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 31, 11-12)¹;
- ii) o H tem «máis outro ofiço açerca de nós: que cõ cada hũa das tres leteras uogáes fáz tres syllabas, ã sã **próprias da nóssa líguágé**» (BARROS, *Grammatica*: fol. 46[v.]);
- iii) «Mas os Portugueses, por teermos tres **pronunciações proprias, e peculiares nossas**, que os Latinos não tinham, para que nos faltão as figuras, supprimolas com a aspiração, dizendo: ch. lh. nh» (LEÃO, *Orthographia*: fol.8-8[v.])²;
- iv) «Mas **acerca de nos, ha hũa peculiar, e propria pronunciação**, e estranha das outras nações, que em algũas dições, onde o .m. vem entre duas vogaes, pronunciamolo de maneira, que fica com a vogal precedente, e não com a seguinte» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 24-24[v.]);
- v) «E totalas lingoas teε seus diphthongos proprios (...). Mas em nossa lingua há XVI. diphthongos (...). E .X. são **peculiares nossos, e não d’outra algũa nação**» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 26[v.])³.

Aceite a especificidade da língua vernacular, assume-se que as palavras que se tomam de outras línguas, nomeadamente das línguas clássicas, se devem conformar aos nossos padrões fónicos e gráficos; assim, «as dições gregas quando vem ter antre nos tã longe de sua terra: ja lhes não lembra a sua ortografia: e nos as fazemos conformar com a melodia das nossas vozes: e cõ as nossas letras lhes podemos servir» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 14, 12-15); o estrangeirismo admite uma silhueta fonético / ortográfica “estranha”, de acordo com “a melodia do seu nascimento”

¹ Esse é o juízo que Fernão de Oliveira emite sobre as “mudanças de algumas letras”.

² Adelina Angélica Pinto (1980/81: 154) conclui que esta afirmação de Nunes de Leão, como outras do mesmo autor, confirma que «a distinção entre a africada *ç* e a fricativa *ç* se mantinha na grafia e na pronúncia do português considerado correcto».

³ Os destacados são nossos.

apenas quando novo¹, mas aos portugueses impõe-se que «trabalhemos q̃nto poderemos de as amãsar e cõformar co a nossa» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 30, 1-2)².

Fernão de Oliveira inicia a demonstração da especificidade do português³ logo no tratamento da ortografia; não seguindo Nebrija, para quem «temos na espanha somēte as letras latinas» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 11, 1-2), o nosso gramático assume nesse domínio que «de nos aos latinos ha hi muita diferēça nas letras: porq̃ també a temos nas vozes» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 11, 3-4). Atente-se no comentário sobre a extensão das divergências, de cuja constatação se parte, entre o português e o latim, e que o afastamento no tempo e no espaço faria prever mais profundas: «de nos aos latinos ha hi muita diferēça nas letras (...): e não he muyto poys somos bẽ apartados em tempos e terras» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 11, 4-5); ao contrário, «nos com os castellanos q̃ somos mais vezinhos cõcorremos muitas vezes em hũas mesmas vozes e letras: e cõ tudo não tanto q̃ não fique algũa particularidade a cada hũ por s̃i» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 12, 6-9). Torna-se aqui claro que Oliveira “pressente” a ideia de que a distanciação que ele destaca e que conduz à individualização do português

¹ Leão (*Orthographia*: fol. 35) não refere esta condição, mas admite que «dições peregrinas, trazidas ao vso da nossa lingoa, podem se acabar em outras letras», que não as que ele próprio apresenta como possíveis no final de palavra em português.

² Como veremos mais adiante, o modo como Fernão de Oliveira trata os estrangeirismos ou empréstimos é, na actualidade, «perfeitamente válida, mesmo porque não se esquece de advertir que, além da pura necessidade, é preciso que a autoridade dos entendidos abone tal adoção» (PINTO, 1961: 134).

³ A não sobreposição ou o contraste entre o latim e o português, a que simultaneamente se associa, em Fernão de Oliveira, uma certa “autonomia descritiva”, são aspectos realçados por este autor através de formulações como as que se seguem: «se a tẽ ou não ou se e bõa apronũciação que lhe dão alghũs latinos elles o vejão: nos portugueses não lhe damos mais q̃.hũ pouco de espirito (...): e dizẽ os latinos q̃.se pode misturar cõ todas as vogaes: mas antre nos eu não vejo alghũa vogal aspirada se não e nestas interjeições vha e aha e nestoutras de riso ha ha he» (OLIVEIRA, *Grammatica*; 19, 16-22); «os latinos aperfiem consigo nos da nossa lingua sentimos isto» (OLIVEIRA, *Grammatica*; 24: 18-19). Estão em causa, neste extractos, primeiro, o valor fonético do grafema <h> e, depois, a justificação do emprego de <q> em determinadas sequências grafemáticas / fonéticas.

é, como no conceito klossiano de “Abstandsprache”, uma distanciação intrínseca (e, portanto, descritível no âmbito de uma obra como a que o próprio gramático elabora) e não geográfica.

O enaltecimento das qualidades do idioma pátrio processa-se, em Fernão de Oliveira, nos limites do texto gramatical e da *Dedicatória* que o precede. Assim, definida a gramática como «arte θ) ensina a bem ler e falar» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 8, 10-11), há que, pela comprovação da nobreza das origens, da terra e da gente, demonstrar que essa arte pode ser aplicada «na nossa antiga e nobre lingua» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 8, 12). É, então, laudatório o discurso que domina a *Dedicatória* e os capítulos iniciais da obra de Fernão de Oliveira; parte da estratégia a que o gramático aí recorre consiste em fazer equivaler qualidade da língua e qualidades dos homens: a língua portuguesa é a «lingua de tam nobre gente e terra como he Portugal» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 2, 19) e «e prinçipal antre muitas» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 3, 22). Às qualidades intrínsecas do idioma, que o autor promete apresentar ao longo da obra, associam-se, por esta via, qualidades extrínsecas, que são próprias da comunidade. O trabalho de gramatização configura-se, assim, como um dever do estudioso para com a língua e para com os seus falantes¹ (concretamente, é às virtudes de D. Fernando de Almada que, na *Dedicatória*, Fernão de Oliveira “oferece” tal esforço).

Neste primeiro nível, a qualidade da língua é, então, apresentada não se distinguindo das qualidades dos seus utilizadores ou das situações em que é actualizada. Assim, «nos falamos com grande repouso como home)s assentados» e a nossa

¹ Não deixando de ter presentes as distâncias a manter, remetemos aqui para a reflexão de que demos conta na secção *Redefinição da linguística? A linguagem como actividade normativa e a legitimação de uma “linguística” prescritiva* (ou: «there is no escape from normativity») do Capítulo 2 deste trabalho, sobre a “ética” das relações entre o linguista e o seu objecto. Veremos, adiante, como esta noção de dever se associa claramente a concepções prescritivistas e elitistas de norma linguística.

língua revela, nos vários domínios da gramática, vantagem sobre outras¹, porque «ella e antiga ensinada/prospera, e bẽ cõuersada: e tambẽ exercitada em bos tratos e officios» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 5, 2-8). Qualidades são, desta forma, a antiguidade, a prosperidade e a relação da língua com actividades positivamente avaliadas, potencialidade esta que, como veremos adiante, se tenta relacionar directamente com as qualidades estruturais do idioma.

A sustentação linguística desta atitude de valorização do idioma vernacular traduz-se, em Fernão de Oliveira, antes de mais, no reconhecimento de uma “harmonia” fonética, consequência da existência de numerosos ditongos, de uma pronúncia aberta, de uma elocução pausada, das modalidades de travamento de sílaba; sínopes e assimilações como as que resultam do encontro de formas verbais com pronomes enclíticos justificam-se, então, pela procura da referida qualidade²:

i) «e destes [ditongos] temos muitos na nossa lingua: mais cuidado eu ã em qualq̃r outra pode auer, ao menos das ã eu conheço. e **esta he hũa das particularidades da nossa ãpria armonia**» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 26, 19-21);

ii) «nos com os castellanos ã somos mais vezinhos cõcorremos muitas vezes em hũas mesmas vozes e letras: e cõ tudo não tanto ã não fique algũa particularidade a cada hũ por si (...): e no pronunçiar que) não sintira a diferença ã temos por ã elles escondẽse e nos abrimos mais a boca: (...) a elles deu a natureza afeyçoar o que querem dizer: e **nós falamos boquicheos com mays magestade e firmeza**» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 12, 6-15);

¹ «[E] não somente em cada voz per sy mas tambem no ajuntamento e no som da lingoagem pode auer primor ou falta antre nos: nam somente nestas/mas ã muitas outras cousas tem anossa lingoa auantagẽ)» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 5, 3-6).

² «[Estas] syllabas se mudão ou cortão para melhor melodia» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 31, 14-15).

iii) «As nossas vozes acabão sempre em voz perfeita e desempedida o ã não cõsintẽ as letras mudas», ao contrário do que é próprio de «mudos e grosseiros como vemos quasi nas gentes de terras frias»¹ (OLIVEIRA, *Grammatica*: 27, 21-24).

Também noutros níveis da gramática, mesmo naqueles em que as línguas clássicas revelam grande aprimoramento, a qualidade do idioma nacional se destaca: num momento em que reconhece que a estrutura casual confere àquelas línguas “um grande primor e perfeição”, imediatamente Oliveira argumenta que

a nossa lingua nem por isso ficou sem outro tam bo conçerto e de menos trabalho. Este he o ajuntamento dos artigos os quaes juntos com os nomes declarão nelles tudo o que os casos Latinos e antros Gregos os casos e artigos juntamente: e assi como a nossa lingua faz tudo quãto essoutras cõ mais breuidade e facilidade e clareza: assi tambẽ) e mais de louvar sua pfeição (OLIVEIRA, *Grammatica*: 70-71, 26-3).

Já em João de Barros o discurso mais propriamente laudatório se desenvolve num outro texto que, concebido especificamente para esse fim, segue o da *Grammatica*, aquela obra onde a «nóssa linguágem» foi «pósta em árte» (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 51): referimo-nos, naturalmente, ao *Dialogo em louvor da nossa linguagem*. Adiante-se que se relacionam de modo idêntico os dois textos de Pêro de Magalhães de Gândavo: *Regras que ensinam a maneira de*

¹ Os destacados são nossos. Como aqui se pode observar, aspectos fonéticos (modo e ponto de articulação das unidades sonoras) e prosódicos (velocidade típica de elocução) são, no texto do nosso primeiro gramático, directamente relacionados com propriedades morais / intelectuais dos povos ou com as características físicas ou climatéricas dos espaços onde vivem os falantes: «E e muito de culpar este defeyto das calidades serem diuersas: nas quaes tem dominio as condições do çeo e da terra em que viuem os homẽs vem que hũas gentes formão suas vozes mays no papo como caldeus e arabigos/e outras nações cortão vozes aõssandosse mays em seu falar: mas nos falamos com grande repouso como homẽ)s assentados» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 4-5, 25-3).

escrever e a orthographia da lingua portuguesa e Dialogo em defesa da lingua Portuguesa.

É fundamentalmente naquela obra que Barros explicita, então, as qualidades da língua, num determinado nível igualmente confundidas com a qualidade dos homens e da nação¹, e expõe o “grande” critério para a sua avaliação, processe-se esta em termos funcionais ou em termos estilísticos: a língua “melhor e mais elegante” é a «que se mais confôrma com a latina, assi em uocabulos como na orthografia» e, a esse nível, a «nóssa linguágẽ (...) sendo nóssa, a entêderá o latino por que ẽ sua» (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 54-54[v.]); o português ascende, portanto, a um plano superior àquele em que se encontram as outras línguas românicas, destacando-se particularmente do castelhano: «Esta letera. N. açerca de nós sêrue no principio e fim da syllaba, e nunca em fim de diçâm, por que nam temos páрте que se acábe nelle: como pelo contráiro, os castelhanos em, m, no que somos mais confórmes aos latinos» (BARROS, *Grammatica*: fol. 47[v.]).

Não surpreende, então, que, na *Grammatica* de João de Barros, a apresentação do português, língua “mãe” e não “madrasta” ou “ama”, seja feita por confronto sistemático com as línguas clássicas; não obstante as referências frequentes ao grego e ao “arávigo”, o latim é, nesse contexto, a principal coordenada. Assim, Barros informa logo no capítulo inicial que seguirá a gramática latina («cuios filhos nós somos, por nam degenerar della» [BARROS, *Grammatica*: fol. 2 [v.]] na forma como vai organizar a sua obra e na

¹ «Verdade ẽ [a linguagem portuguesa] ser em sy **tam honẽsta e cásta**: que parece nam consintir em sy hũa tál óbra como celestina. E gil uiçente cómico que a mais tratou em composturas que algũa pessoa destes reynos, nunca se atreueo a introducir hum Centurio Portugues: por que **como ô nam cõsente a naçâm, assy ô nam sófre a linguágem**» (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 55[v.]). (Os destacados são nossos).

metalinguagem a que recorrerá¹. O valor modelar do latim (ao lado, naturalmente, da importância do quadro clássico de análise gramatical) orienta, mesmo, a descrição de aspectos onde as línguas românicas se desviam da língua tecto: é assim que Barros trata dos “casos” do nome, que apresenta “declinado”, explicando que o faz porque, «por sermos filhos da lingua latina, temos tanta conformidade com ella, que conuẽ usármos dos seus termos: principálmente em cousas que tem seus próprios nomes, dos quães nã deuemos fogir» (BARROS, *Grammatica*: fol. 11).

De qualquer modo, só o reconhecimento das diferenças de funcionamento entre as duas línguas pode justificar o trabalho de codificação do vulgar. Barros não deixa, então, de introduzir as precisões que revelam essa consciência em determinados domínios da descrição² ou de analisar mecanismos próprios da língua portuguesa, mas estranhos às línguas clássicas: «E antre nós e os Latinos á esta diferença, elles fázem comparatiuos de todolos seus nomes aietiuos, que pódem receber mayór ou menór sinificação: e nós nã temos mais cõparatiuos que estes. Mayór (...), Menór (...), Milhór (...), e Piór (...). Però todolos outros comparatiuos que elles fórmam, suprimos nós com este auerbio, Mais» (BARROS, *Grammatica*: fol. 8). Do mesmo modo, também se desconsideram descritivamente vícios que, registados entre os latinos, os portugueses não têm: «E por que elles têm muitas espeçias destes uiçios, tomaremos sómente aquellas que nos conuẽ, e as outras fiquem com seu dono» (BARROS, *Grammatica*: fol. 35[v.])³. Compreende-se, então, que, entre os vícios da

¹ É a seguinte, então, a intenção de BARROS (*Grammatica*: fol. 30): «Nós tomaremos da nõssa construiçãm o mãis necesário, immitando sempre a ordem dos latinos, como temos de costume». Vejam-se ainda formulações como: «Os [verbos] que pãssam chamãlhe os latinos trãsitiuos» (BARROS, *Grammatica*: fol. 31[v.]) ou «[ao] presente ueiamos as espeçias do nõsso bárbarismo:os uocábulos das quães ainda que seiam gregos, tomãremos como tomãram os latinos, e leuãdo a sua ordem» (BARROS, *Grammatica*: fol. 34-34 [v.]).

² «Declinaçãm açerca da nõssa linguãgem quer dizer uariaçãm, por que quando uariamos o nome de hũ cãso ao outro em o seu artigo, ãtã ô declinamos» (BARROS, *Grammatica*: fol. 13). (O destacado é nosso).

³ O destacado é nosso.

linguagem comum ou não poética abrangidos pela designação de **solecismos** («este se comete na construiçã e ordem das pártes, quando dellas usamos per algũ módo apartádo do comũ uso de fálar» [BARROS, *Grammatica*: fol. 35[v.]]) encontremos o seguinte: «Cacosyntheton, quer dizer, má composiçám: aquál cometemos, quando, per maneira de elegância, alguem ordena a linguágem segundo o latim iáz» (BARROS, *Grammatica*: fol. 37)¹.

Em João de Barros o latim é, em suma, a língua de referência, funcionando positiva e negativamente como termo orientador da descrição da língua vulgar. Assim, a apreciação da qualidade do vernáculo, questão fundamental no contexto histórico em que a *Grammatica* de João de Barros é elaborada, processa-se, em grande medida, em função dessa atitude descritiva. Se, como em Fernão de Oliveira, também neste gramático a descrição do português se autojustifica com o argumento da riqueza da língua vernacular, a análise a que, então, procede é de natureza “interna” ou linguística: há que mostrar que o português, “pobre” em determinados aspectos, compensa, pela activação de mecanismos gramaticais próprios, as insuficiências que poderiam decorrer do seu afastamento em relação ao latim:

- i) se de nomes possessivos² «e nõssa linguagem proue»³, «temos outros semelhantes a estes a que ós Grãmáticos chamã, Gentilicos, por serem da gẽte da

¹ O destacado é nosso.

² «Chamamos nome Possessiuo, aquelle θ) se nomea do possedor da causa: como dontrina Christaã, de Christo: Opiniã lutherana, de luthero» (BARROS, *Grammatica*: fol. 7[v.]).

³ Esta “pobreza” é referida a outros níveis já que, também, dos «nomes Auębiães» (aqueles que se derivam de advérbios), «a nõssa linguágem te) muy poucos» e no domínio da composição morfológica a língua portuguesa recorre à associação de apenas dois constituintes, ao passo que «[em] esta maneira de cõpoer hũa pártē cõ outra, tem os Gręgos gram facilidade: e e a elles tam comũ e fáçil, que ás uezes compõem hũa diçãm de quátro sinificádos, com que fázem a sua lingua muy elegante. Os Latinos tãbem fázem suas composições: mas nam pássa de tres pártes» (BARROS, *Grammatica*: fol. 9).

prouincia ou lugar de que se nomeã: dos quães temos gram cópia, como. Algarauio» (BARROS, *Grammatica*: fol. 7[v.]);

ii) «E por que nã temos uęrbos da uóz passiu **soprimos este defeito per rodeo** (como os latinos fazē nos tēpos que lhes faleçe a uóz passiu)» (BARROS, *Grammatica*: fol. 18[v.]);

iii) «Nós nam temos estes uęrbos, mas quando falámos per este módo, tomámos o uębo ε) a terceira pessoa do nũero singulár, e este pnome da terceira pessoa, se, e reciprocãdo, dizemos (...). Temos máis este uębo, ey, ás, que ę de ęnero diuerso polo officio que tem: o quál, óra se aiũta cõ nome, óra com uębo. Quando se a iunta com nome **soprimos muitos uęrbos da linga latina que a nóssa nam tem (...). E quando se aiunta a uębo (...) per elle soprimos o participio futuro na uóz autiuva que os latinos tε) de que careçemos**» (BARROS, *Grammatica*: fol. 19-19[v.]);

iv) «Os latinos cõiugam os seus uęrbos per cinco discursos (...) Nós coniugamos os nóssos uęrbos per estes discursos (...). **Todalas outras mais pártes θ) os latinos tε) soprimos**, ou pelo infinitiuo á imitaçã dos gregos, ou per circúlóquio, aque podemos chamár rodeo» (BARROS, *Grammatica*: fol. 21 [v.]);

v) «Temos ainda em as nóssas coniugações algũus tempos que dizemos per rodeo: **assy por uso de nóssa linguágem: como pera significár algũus que os Latinos tem, de que nós careçemos**, os quães poderám bε) sentir os seus grammáticos: prinçipalmente no módo optatiu e suiuntiuo» (BARROS, *Grammatica*: fol. 25-25[v.]);

vi) «e por elle [pelo infinitivo] **suprimos algũus defeitos da nóssa linguágẽ**, en ã a latina ę máis copiósã» (BARROS, *Grammatica*: fol. 27);

vii) «Per outra maneira **soprimos gram diuersidãde de auęrbios**, aiuntãdo a hum nome aietiuo feminino esta palãura, mente» (BARROS, *Grammatica*: fol. 29)¹.

¹ Os destacados são nossos.

Por outro lado, mostra-se como determinadas originalidades do português são necessárias (e daí extraem o seu valor) para que esta língua funcione como um eficaz instrumento (sistema) de comunicação; sem artigo, «nam póde ser mais confusa linguágem. (...) pera o intendimento ficár satisfeito e necessário artigo» (BARROS, *Grammatica*: fol. 12). Aliás, Barros revela, neste tipo de reflexão, uma concepção claramente instrumental da linguagem que deve, então, satisfazer o entendimento humano. A análise das partes do discurso e da morfo-sintaxe, bem como a própria apresentação da sintaxe («construicám das pártes») como «cõueniêcia antre pártes, póstas ã seus naturáes lugáres: per as quáes uimos ã cõhiçimêto dos nóssos cõçeitos» (BARROS, *Grammatica*: fol. 30) torna muito claro que, para a construção do conceito de linguagem, é fundamental, neste autor, a noção de “entendimento”. Assim, João de Barros:

- i) sobre o que classifica como pronomes, escreve: «Etirando cada nome destes o seu Pronome (...), fica esta linguágem imperfeita. Assy que podemos dizer, ser inuentada esta pártē da óraçám pera boa órdem e perfeito intendimento da linguágē» (BARROS, *Grammatica*: fol. 15-15[v.]);
- ii) sobre o uso do modo conjuntivo em orações subordinadas, afirma: «aiütamos hũa diçã cõ outra, pera dár perfeito intēdimêto no animo do ouuinte (...): e hũa sem outra nam satisfáz o intendimento» (BARROS, *Grammatica*: fol. 20[v.])¹;
- iii) sobre a flexão número-pessoal própria da classe do verbo conclui: «Se o uerbo nam tiuesse esta distincã de pessoas, seria a nóssa linguágē cõfusa» (BARROS, *Grammatica*: fol. 21)².

¹ O gramático considera, aqui, que a inteligibilidade de uma oração como «Eu leria bem» depende da oração subordinada cuja estrutura exige o uso do modo conjuntivo: «se ô continuásse» (BARROS, *Grammatica*: fol. 20[v.]).

² Os destacados são nossos.

O português pode ainda superiorizar-se pela conjugação de particularidades próprias das duas grandes línguas clássicas: «Nós nã sómente conheçemos o nóssu gęnero per signifiçaçam como os latinos, mas per artigos, como os gregos» (BARROS, *Grammatica*: fol. 9 [v.]).

No *Dialogo em defenõ da lingua portuguesa*, de Gândavo, a argumentação dos intervenientes organiza-se igualmente no sentido de mostrar que a respectiva língua materna (português ou castelhano) é superior porque mais próxima do latim que a do seu companheiro de debate: «Pues como la lengua Latina sea madre delas otras lenguas, y mas copiosa y excellente de todas quantas hay (como sabemos) aquella θ) mas semejãte y propinqua fuere a ella, essa serã mejor y mas singular ã las otras» (GÂNDAVO, *Dialogo em defenõ*: 65). Assim, realçam-se as afinidades lexicais e as regularidades morfológicas¹ e, como Oliveira nessa outra área da descrição gramatical, também Gândavo, pela fala de Petrónio, contrapõe a fonética do português à do castelhano, que considera inferior: «Enfim que se algũa [língua] com razão se pode chamar barbara he a vossa, a qual toma da lingua Arabia, e a mayor

¹ São as seguintes, as linhas fundamentais de argumentação desenvolvidas por Petrónio e que, em grande medida, Falêncio segue também: «se desapassionadamente quiserdes pôr os olhos, e notar a ethymologia e signifiçação de algũs vocabulos desta nossa lingua, achareis que em muitas partes faz ventagem á vossa, como logo vos posso mostrar em hum nosso vocabulo que agora me lembra (allem doutros muitos que aqui não alego por escusar proluxidade) e he que dizemos olhar, e vos mirar (...). O qual verbo não pode ser conueniente, nem conforme a sua signifiçação, sem dizerdes ojar, ou chamardes aos olhos miros. Outras muitas impropriedades de vocabulos ha desta maneira em vossa lingua que muy raramente ou nunca se acharão na nossa. E allem disso outros temos cá de que vós lá careceis, sem os quaes não podeis por nenhum modo bem explicar aquillo que elles signifição, conuem a saber, dizemos geito, saudade, lembrança, praguejar, enxergar, agasalhar, etc. E nos não carecemos daquelles com que vós quereis significar estes e os mais que ha» (GÂNDAVO, *Dialogo em defenõ*: 49-50); «vos prouarey que a nossa he mais chegada ao latim que a vossa, como se pode ver em outros muitos vocabulos nossos de que a vossa tambem se desuia (...). Vos dizeis lengua, nos lingua, o latim lingua. Dizeis pluma, nos penna, o latim penna (...). Finalmente que se quantos me occorrem vos quisesse aqui dizer, seria cousa infinita de nunca acabar, porque (como digo) a mayor parte dos vocabulos pronúciaes cõ aspirações, por onde fica vossa lingua muito mais remota, e desuiada do latim que a nossa» (GÂNDAVO, *Dialogo em defenõ*: 66-67).

parte dos vocabulos falais do papo com aspiração: e assi fica hũa linguagem imperfecta, e mais corrupta do que vos dizeis que a nossa he» (GÂNDAVO, *Dialogo em defesaõ: 64*).

Nunes de Leão, que começa por integrar a ideia de que a espontaneidade e a universalidade da capacidade de fala convivem com a especificidade que as diferentes línguas registam no aproveitamento da fisiologia articulatória do homem¹, argumenta também no sentido da “suavidade” fonética da língua portuguesa, mas relaciona essa qualidade com o facto de o «alfabeto e ajuntamento de letras em syllabas, e de syllabas em dições, [ser] todo conforme aos latinos e aos Castelhanos, Franceses e Italianos» (LEÃO, *Origem: 131*)². Só algumas estruturas vocálicas nasais poderão constituir dificuldades para os estrangeiros que pretendam aprender a nossa língua³; de qualquer modo, essa «pronúnciaõ de nenhũa maneira he aspera nem confragosa, como as que dixemos dos Hebreos ou Syros, mas mui suaue, pois he de hũa letra tam branda como he o m. que todas lingoas tem: cuja pronunciação por assi ser frautada he alhea de outras naçoε)s»; em nada mais «ha porque se negue a facilidade, e suauidade da lingoa Portuguesa» (LEÃO, *Origem: 132*).

Como Barros e Gândavo, Nunes de Leão valoriza então a ideia de que, não obstante algumas singularidades (no âmbito do trabalho ortográfico o realce vai, naturalmente, para a realidade fónica da língua cuja escrita Leão pretende

¹ «Mas posto que as vozes sejaõ naturaes a todo homε) em comum algũas gentes tem certas vozes suas proprias que homens de outras naçoεs, nẽ com tormento que lhes dem as podem bẽ pronúnciar, por as não terε) em costume» (LEÃO, *Origem: 130*).

² Assim, a «difficuldade que os estrangeiros achão na lingoa Portuguesa, porque a não tomão facilmente, não he por a obscuridade das palauras, nε) por a aspereza, ou maa cõglutinação, e ajuntamẽto de letras q̃ todas são latinas, e mui propinquas a as outras lingoas deriuadas da latina» (LEÃO, *Origem: 131-132*).

³ O autor não deixa de notar, no entanto, que «posto q̃ aos estrãgeiros se faça aquella difficuldade na pronunciação daquelles diphtongos naõ he assi na scriptura, porque he facillima de se entender de todos, como se vee pelas muitas trasladações q̃ homens estrangeiros fizeraõ de liuros e obras de Portugueses» (LEÃO, *Origem: 132-133*).

regulamentar), a língua portuguesa está, histórica e estruturalmente, muito próxima do latim: «como nossa lingua Portuguesa na origẽ e semelhança, seja Latina, teemos em figura as mesmas letras, ã os Latinos teem: posto que tenhamos mais algũas pronunciações, que suprimos com as dictas letras: de que a diante faremos menção» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 1[v.]); «nas vogaes nenhũa differença teemos dos Latinos, de quem teem origem nossa lingua» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 2[v.]). Neste autor, que antecipa análises comparativas no âmbito de uma Linguística Românica “avant la lettre”¹, a especificidade do português, a “propriedade da nossa língua”, define-se em função das relações de afinidade ou divergência estabelecidas com as restantes línguas românicas, e particularmente com a castelhana. A fisionomia original do nosso idioma resulta, portanto, da actuação de um conjunto organizado de regras, que se aplicam quando acomodamos à nossa língua vocábulos latinos²:

E a causa d’esta pronunçãõ he, por a propriedade da nossa lingua Portuguesa, que sempre põe .m. no fim das dições, onde os Castelhanos põem .n. Polo ã dizendo elles, hermano (...), era necessario, ã dixeremos, hermamo (...), que ficaua em outra forma, e mui desuiado da razão, e analogia Latina, e Hespanhol, a que a nossa lingua sempre teem respectõ. E por tanto fazendo aquelle .m. liquido, ficamos imitando a pronunçãõ, e analogia da lingua

¹ Duarte Nunes de Leão chega mesmo a construir, com um formato muito moderno, um quadro de correspondências entre o latim, o italiano, o castelhano e o português para o tratamento dos grupos latinos iniciais CL-, PL- e FL-. O interesse de tal procedimento é explicitamente apresentado por Leão, que justifica o recurso a esse método de representação nos seguintes termos: «Nos quaes exē)plos de industria me quis deteer, para saberem os lectores, θ) pela analogia, e correspõdencia, de hũas lingoas a outras, podem saber a origem de muitos vocabulos, que per outra maneira não poderião alcançar» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 29[v.]). Na análise de Gonçalves (2003: 824-825 e 841-842), a comparação do português com outras línguas românicas é, com o interesse pela investigação etimológica e a adução de fenómenos da história da língua, uma evidência de que na sua *Orthographia*, Nunes de Leão inicia uma linha de reflexão historicista que coloca ao serviço da elucidação do estado de língua seu contemporâneo.

² Assim, por exemplo, a sonorização de /t/ latino em posição intervocálica é explicada pela afinidade, para a qual já Quintiliano chamara a atenção, entre aquela consoante e a unidade /d/: «Pola qual affinidade de letras, muitas vezes conuertemos o .t. dos vocabulos Latinos em .d. quando os accomodamos aa nossa lingua» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 5[v.]-6).

Castelhana, e não fogindo da Latina, e guardãdo a propriedade de nossa lingoa (LEÃO, *Orthographia*: fol. 24[v.]-25)¹.

Em *Origem da lingoa portuguesa*, Nunes de Leão constrói um capítulo (o décimo nono) que intitula *Como a lingoa Portuguesa com as mais lingoas vulgares em algũas cousas he mais curta que a Latina*. Aí, o autor descreve o que considera serem as “curtezas” das línguas românicas, referindo-se dessa forma, por exemplo, a construções latinas sintéticas que estas línguas compensam com estruturas analíticas². De qualquer modo, imediatamente contrapõe a esta descrição de “fraquezas”, o capítulo *Da copia da lingoa Portuguesa em deriuar de hũa soo palaura muitas mais que a dos Latinos* (capítulo XX), onde assume que assim como «a lingoa Portuguesa em algũas cousas he mais curta que a latina, assi em outras

¹ Veja-se também: «Polo que per .am. me não atreueria screuer outras palauras, senão aquellas, tam, e quam, que dos Latinos nos ficarão inteiras, e aquellas syncopadas, gram, por grande (...) e sam, por sancto (...). E a razão (...) he a analogia, e respecto, que a lingoa Portuguesa vai teendo com a Castelhana, que sempre onde a Castelhana diz, an. ou .on. que he sua particular terminação, responde a Portuguesa com aquella pronunciação de .ão. que succede em lugar da antiga terminação dos Portugueses (...). A qual ainda agora guardão algũos homẽes d’entre Douro e Minho, e os Gallegos (...). O qual respecto, e analogia, se guardão em muitas palauras, hũas lingoas a outras» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 28[v.]-29).

² «De duas vozes destas f. da impessoal e passiuca carece a lingoa Portuguesa como as outras, Hespanhoes, Italiana, e Francesa, porque o que hauiaõ de dizer per suas palauras directas, e extendidas como fazem os latinos, e os Gregos o dizem por circumloquios, e arroteos de vozes emprestadas do verbo substantiuo, sou es, quaes haõ mister, porque o impessoal suppre com as terceiras pessoas do verbo actiuo do mesmo tempo, e modo, e com este pronome, se, dizendo sem, demonstraçaõ de pessoa algũa amase, correse, ou absolutamente sem ajuda do pronome pelas terceiras pessoas do plural do mesmo modo, e tempo, e dizem, amão, correm. (...) Também na voz actiuca suprimos algũas faltas que temos em nossa conjugaçaõ Portuguesa (...). Outra falta temos tambem com os mais Hespanhoes, Franceses, e Italianos, que não temos participio do futuro, como tem os latinos (...), supprindoo por arroteo de mais palauras (...). Outra curteza tem a lingoa Hespanhola, que a hum soo verbo daa muitas significaçõs supprindo com hũa palaura muitas (...). Outra curteza he como tambem a todos os mais Hespanhoes, Franceses e Italianos, que como nos nomes não tem desinencias certas de casos, como tem os latinos, não tem meo para deriuarem delles seus aduerbios, e suprimos essa falta com esta palaura mente (...). Outra curteza da nossa lingoa, e das outras vulgares, he por a mesma razão de falta determinações (...). Outra curteza he por a mesma razão que na formaçaõ dos comparatiuos suprimos com o aduerbio mais, e o Italiano com piu, e o Frances com plus (...). Outra curteza he que por falta de hũa preposiçaõ que responda a propter, suprimos com estas palauras amor, ou causa que não tem parentesco com propter» (LEÃO, *Origem*: 117-121).

muitas he mais larga e copiosa, formando de hum vocabulo muitos, porque tem mais propria significação que per outros» (LEÃO, *Origem*: 122); a esse segue-se o capítulo *De algũas palauras Portuguesas e maneiras de falar, que se não podem bem explicar per outras latinas, nem de outra lingoa* (LEÃO, *Origem*: 123)¹ que o autor conclui com a enunciação do princípio de que «cada lingoa tem sua propriedade» (LEÃO, *Origem*: 125). Nunes de Leão vai mesmo ao ponto de, pelas implicações da sua primeira regra da ortografia portuguesa («assi hemos de screuer, como pronunciamos, e assim hemos de pronunciar como screuemos»), regulamentar que:

nunqua na scriptura accrescentemos, nem mudemos letras a dição algũa, querendonos accommodar aa origem, e scriptura Latina. Porque isso he fazer noua lingoagem, e mudar a commum e vsada, que fallamos. Porque não consiste a policia da lingoa Portuguesa, em as palauras serem mui conjunctas e parecidas com as Latinas. Mas antes quanto nos desuiamos da Latina, tanto fica teendo mais graça, e sendo mais nossa, como tambem dizem os Italianos da sua. (...) Porq sendo a nossa lingoa corrupta da Latina, e fazendo nos desta corrupção noua lingoa propria, e peculiar nossa, q̃ pelo vso se foi deriuado, e introduzindo, não hemos de mudar, nem torcer os vocabulo, do soido, e vso cõmũ. Qua as palavras são como as moedas, q̃ não valem senão as correntes, e as q̃ stão em vso (LEÃO, *Orthographia*: fol. 51-51[v.]).

Temos, portanto, aqui claramente enunciado o princípio da originalidade do português (que assim ganha não só qualidades, como valor simbólico), simultaneamente depreendendo-se a convicção de que a legitimidade das formas linguísticas não pode desvincular-se da dimensão do uso. Assim, «fique por regra, q̃ aa commũ pronunçiação, não accrescêtemos, nem diminuamos, nem mudemos letra algũa. (...) na

¹ Uma das palavras aqui enumeradas é, naturalmente, a tão simbólica palavra **saudade**. Recorde-se que este vocábulo é também um dos que Petrónio apresenta como inexistente no castelhano, desse modo se provando a superioridade da língua portuguesa.

scriptura sigamos a corrupção dos vocabulos corruptos, e não a origε)» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 51[v.]).

11.2.3. Descrição gramatical e mudança / diversidade linguísticas

Independentemente das coordenadas que o orientam, o trabalho de descrição / codificação do vernáculo não se faz sem a tomada de consciência da complexidade inerente ao funcionamento da língua em comunidade.

Assim, apoiando-se nos ensinamentos que se colhem em Cícero, Varrão e Quintiliano, lucidamente Fernão de Oliveira percebe a mudança linguística como um fenómeno inevitável: do mesmo modo que as outras componentes da realidade, também as línguas estão sujeitas a transformações, acompanhando dessa forma a evolução do entendimento e do julgamento humanos: «muy poucas são as cousas q̄ durão por todas ou muitas idades em hũ estado quanto mais as falas q̄ sempre se conformão cõ os conceitos ou entenderes/juyzos e tratos dos home)s» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 50, 2-5). Em João de Barros, a questão da mudança e diversidade / diversificação das línguas é, mesmo, uma das primeiras a ser equacionada (no âmbito do tema da “língua original”) no *Dialogo em louvor da nossa linguagem*; ao mesmo tempo, na sua obra, e como acontece nas de Oliveira e Leão, manifesta-se a consciência do poder do tempo no processo de aceitação e difusão de mudanças¹. Também Gândavo (*Dialogo em defesaõ*: 47-48) se refere explicitamente às diferenças linguísticas que decorrem da evolução temporal e do desenvolvimento ou ampliação de necessidades e experiências a que conduz a evolução das sociedades e das culturas: pela voz de Petrônio, este autor

¹ Para observar as passagens dos diferentes textos que motivam esta observação, cf., adiante, n. 1 da p. 394 deste mesmo capítulo.

distingue, do português do seu tempo, a língua de um tempo antigo a que se refere Falêncio, o outro interveniente no debate, assim como explica a integração, no português, de vocábulos não latinos e o conseqüente carácter compósito do nosso léxico. Esse processo é, então, visto como uma forma de enriquecimento e aperfeiçoamento do idioma:

como a gēte pelo tēpo a diãnte fosse ã crecimēto, e os homēs teuessē necessidade de exercitarē esta lingua ã varios negocios, cada vez a forão mais appurando descobrindo nella outros vocabulos que ainda que não saõ latinos como estes antiguos que atras deixamos, todauia soam melhor aos ouuidos da gente polida, e saõ mais proprios e accomodados pera significarem aquillo que queremos, que outros que aja em nenhũa lingua (GÂNDAVO, *Dialogo em defensaõ*: 47-48).

Finalmente, em *Origem da lingua portuguesa* (pp. 1-2) escreve, no mesmo tom de constatação e neutralidade que observámos em Fernão de Oliveira, Duarte Nunes de Leão:

Assi como em todas cousas humanas ha continua mudança e alteraçãõ, assi he tambem nas lingoagēs. E o que parecia increiuel, tambem isto estaa subiecto ao arbitrio da fortuna: porque assi como os vencedores das terras e prouincias lhes dão leis em que viuaõ, assi lhes daõ lingua que fallem. (...) E como os homēs entre si saõ per natureza tão differētes, nas opinioēs, e imaginaçoēs, assi exprimem per diuersas maneiras seus conceptos cõ inuencões de palauras. Polo q̃ em hũa mesma lingua vaõ fazendose tantas mudanças de vocabulos, q̃ per discurso do tēpo, fica parecēdo outra, como veraa quē cotejar a lingoagē), que se oje falla em Portugal, com a que se fallaua em tempo del Rei dom Afonso Henriquez: e quem considerar o discurso que a lingua Latina foi fazendo em diuersas idades^[1].

¹ Esta é, aliás, uma ideia repetida em Nunes de Leão, que escreve, noutro ponto do seu texto: «como as palauras saõ annunciadoras dos conceptos, que saõ tam varios, assi saõ ellas varias, e mudaueis, como cousa arbitraria, e em que o pouo tem jurdição. Esta successaõ de vocabulos comparaua o Poeta Horacio aas folhas das aruores, de que caindo hũas, succediaõ outras em seu lugar» (LEÃO, *Origem*: 2-3) ou «[e] a variedade de vocabulos de q̃ cada dia se vaõ hũs

No momento de abordar aspectos evolutivos precisos, como a mudança grafemática (que não se distingue da evolução fonético-fonológica, em grande medida observável por aquela via), a aceitação do princípio da evolução das línguas e a noção (de assinalável valor teórico) de que a mudança obedece, também ela, a determinadas regras, permite a Nunes de Leão um tratamento sistemático em muito semelhante ao praticado nas tradicionais gramáticas de fonética histórica: a evolução do português não é, portanto, abordada como resultado de acidentes ou transformações pontuais e fortuitas, mas como o corolário de um conjunto de transformações que, obedecendo a um determinado padrão, nos permitem aceder à forma original dos vocábulos:

As letras entre si teem hũas com as outras muita semelhança, e affinidade, e portãto facilmente se corrõpem e mudam hũas em outras, não soamente de hũa lingoa a outra, mas em hũa mesma lingoa. Polo que teendo noticia desta semelhança, e mudança, que fazem de hũas em outras, facilmente viremos dar cõ a origem dos vocabulos corruptos. O ã muito serue, para saber a propriedade das palauras, e verdadeira scriptura dellas (LEÃO, *Orthographia*: fol. 25).

A mudança e a diversidade marcam, então, de modo muito evidente os planos fónico e gráfico, mas também o plano lexical, um dos domínios valorizados no contexto das diferentes obras que aqui consideramos, exhibe de forma clara a actuação daqueles fenómenos.

Fernão de Oliveira confronta-nos, por isso, com vocábulos que, não tendo ainda desaparecido, são já pouco usados, dado que «as orelhas nã consintẽ a musica e vozes fora de seu tempo e costume» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 50, 1-2); tais formas

introduzindo, e outros perdendo, e como pelo discurso do tempo se vão desmelhando hũas lingoas de outras com que tinhaõ algũa semelhança, e consigo mesmas, tanto que ficão parecendo outras» (LEÃO, *Origem*: 26).

revestem-se, por isso, muitas vezes de um valor quase caricatural. Barros refere-se também à existência de léxico desusado, de «paláuras que achamos per escrituras antigas, as quães o tempo leixou esquecer» (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 56[v.]). Nunes de Leão organiza a sua análise lexical procedendo, como Oliveira, à divisão dos vocábulos com base na constatação de que uns «variaõ pelo tempo, e hũs se extinguem, e outros renascem, e ha palauras tam antigas que ja não estão em vso, outras que são taes que em bocca de homẽes bem costumados se não deuem achar» (LEÃO, *Origem*: 145).

Além do reconhecimento da diversidade interlinguística, tema fundamental nos textos linguístico-gramaticais do século XVI, deparamo-nos, portanto, com uma perfeita consciência da diversidade intralinguística. Se a coordenada tempo é alvo de uma atenção particular, não é desconsiderada a diversidade que se relaciona com os vectores espaço e sociedade: verdadeiramente reveladoras dessa sensibilidade a um e outro nível de manifestação da variação linguística são as afirmações de Fernão de Oliveira que aqui transcrevemos:

- i) «hũa mesma nação e gente de hũ tempo a outro muda as vozes e també as letras» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 11, 6-7);
- ii) «Cada hũ fala como quẽ e» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 4, 9).

Na verdade, é muito clara, em Oliveira, a consciência de que a comunidade se apresenta linguisticamente estratificada, manifestando o autor perfeito conhecimento dos diferentes factores de diversificação (idade, região, grupo social, comunicação intergrupar ou mobilidade social):

- i) «os homẽs falão do ã fazẽ: e por tanto os aldeãos não sabẽ as falas da corte: e os çapateiros não são entendidos na arte do marear/nẽ os lauradores dantre douraminho

entendem as nouas vozes ã estano vierão de Tunez com suas gorras» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 43, 19-23);

ii) «as velhas digo nos diz elle [Cícero] ã guardão muito a anteguidade das linguas porã falão com menosgente» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 49, 21-23);

iii) «se estas e quaesquer outras semelhantes as meteremos em mão dhũ homêvelho da beyra: ou aldeão não lhe parecerão mal» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 50, 17-19);

iv) «esta particularidade ou se faz ätre offiços e tratos (...): ou tãbẽ sefaz ẽ terras esta particularidade (...) porã assi como os tẽpos assi tãbẽ as terras crião diuersas cõdições e cõçeitos: e o velho como tẽ o entender mais firme cõ o ã mais sabe tãbẽ suas falas são de peso e as do mançebo mays leues» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 52, 18-26) (motiva este pequeno texto a diferente natureza das “dicções” usadas: se umas são “gerais” e partilhadas por todos, outras são “particulares”).

Observe-se, nas afirmações que realçam o conservadorismo dos falantes mais idosos e com determinadas proveniências geográficas e sociais, a antecipação, pela percepção de que a mudança não se processa de modo uniforme e instantâneo, do que virá a ser o princípio fundamental de selecção do informador na pesquisa dialectal¹. A mesma apreciação dos hábitos linguísticos desses portugueses depreende-se num outro momento do texto gramatical de Oliveira, quando a aparente irregularidade da sincronia em descrição é explicada à luz de dados históricos, que regiões mais conservadoras confirmam: «outro tanto podemos afirmar dos ã fazẽ o plural em .ães. como pães. cães. dos ães antigamẽte era o seu singular. pã. cã. cujo testemunho aindagora da antredouraminho» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 68, 16-19); do mesmo modo se explica a peculiaridade do verbo *pôr*, no que diz respeito à sua distribuição pelos três paradigmas flexionais que se

¹ Já Pinto (1961: 135) chamou a atenção para este aspecto da obra de Fernão de Oliveira que, «[usando] tal método [se adiantou] aos pesquisadores modernos de estudos dialectológicos».

apresentam disponíveis para o português: «este verbo ponho pões. faz o seu infinitiuo ẽ .or. dizẽdo .por. o qual todauia ja fez poer e ainda o assi ouuim' a alghũs velhos» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 72, 7-9).

Mesmo as diferenças decorrentes de características individuais (já que «nã e tã espiritual a lingua ã não seja obrigada as leys do corpo» [OLIVEIRA, *Grammatica*: 4, 17-18]) são notadas por Oliveira com toda a clareza:

segundo a disposição da lingua corporal assi vemos formar diuersas as vozes hũas çeçiosas/outras tartaras: e muitas cõ muitos defeitos e tãbẽ cõ suas perfeições Porã como este orgão da lingua e boca he mais e melhor disposto assi cumpre melhor seu ofiçio: bẽ ou mal disposto pode ser em qualidades e feiçãõ: qualidades como seco ou humedo: feiçãõ como dẽtes grãdes ou desuiados (OLIVEIRA, *Grammatica*: 4, 18-24).

Gândavo (pela fala de Petrônio) e Duarte Nunes de Leão referem-se igualmente ao interesse linguístico de zonas conservadoras:

E assi a linguagem que nesse antiguo tempo se vsaua neste nosso Portugal a que vos chamais tosca e ruda, **está claro em muitos vocabulos ser mais chegada ao latim que esta que agora vsamos: porque hoje em dia ha neste Reino lugares onde ainda se vsa delles como antiguamente**^[1]. Pelo que se pôde affirmar com verdade ã não era outra cousa esta maneira de falar senão hũ latim corrupto (GÂDAVO, *Dialogo em defensaõ*: 47).

E a razão d'os dictos vocabulos se não screuerem per .am, e succeder aquelle diphthongo, em lugar das dictas letras (...) he a analogia, e respecto, que a lingoa Portuguesa vai teẽdo com a Castelhana, que sempre onde a Castelhana diz, an. ou .on. que he sua particular terminaçãõ, responde a Portuguesa com

¹ Confronte-se com estas afirmações o modo como Boléo (1974a: 50) vem legitimar a linguagem popular: «Ao contrário do que imaginam muitas pessoas, algumas até com cursos superiores, são em número relativamente pequeno as palavras estropiadas pelo povo. Na maior parte dos casos, trata-se, é certo, de evolução diferente da da língua literária, mas nem por isso menos natural, como o atesta o confronto com outras línguas românicas (...); noutros casos estamos em presença dessa poderosa força instintiva que é a analogia». (O destacado é nosso).

aquella pronunçiação de .ão.^[1] que succede em lugar da antiga terminação dos Portugueses de .om. (...). A qual ainda agora guardão algũus homẽes d'entre Douro e Minho, e os Gallegos (LEÃO, *Orthographia*: fol. 29).

11.3. Uso(s), razão e autoridade(s): o poder interventivo do homem sobre a língua

11.3.1 A legitimação das formas linguísticas

Já nos referimos oportunamente² à natureza dos princípios orientadores da descrição e funcionamento da linguagem: **uso**, **tradição** (*consuetudo*), **autoridade**, **razão** são os vectores fundamentais da argumentação do discurso gramatical desde a Antiguidade.

Sem que isso exclua a ponderação de outras coordenadas, Fernão de Oliveira opta claramente pela consideração do uso, com o qual se relaciona intimamente um outro factor de legitimação das formas e estruturas linguísticas: o “consentimento da orelha” ou a **harmonia** de que, concretamente, o autor fala. Assim, é a realidade linguística (os “costumes próprios” do português³) que legitima as suas opções logo no domínio da ortografia: «as vozes da nossa lingua oquerem assi» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 14, 19-20); os grafemas ou dígrafos (as letras,

¹ Da observação do modo como o “problemático” ditongo -ão é tratado também pelos ortógrafos do século XVII, Fonseca (2000: 24) conclui: «De entre as matérias sobre que recai a ‘ilustração’ da língua, a especificidade do nosso ditongo nasal tem lugar cativo, em referências que não chegam a ser, as mais das vezes, de natureza descritiva, senão valorativa, tratando-se evidentemente de valorizar mais do que a norma gráfica, codificada pelos ortógrafos, as marcas da diferenciação linguística português / castelhano, e os critérios subjacentes ao modelo ortográfico proposto».

² Cf., atrás, Capítulo 8 (*Notas finais*) da Parte II (*Um olhar orientado[r] sobre a história da Linguística*).

³ Cf. OLIVEIRA, *Grammatica*: 31, 11.

na metalinguagem do autor) <k>, <ph> ou <ps> «nunca as ouvimos na nossa linguagem: nem nas aueiros mester» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 14, 16-17) e não são, por isso, necessárias¹. O alfabeto proposto é, então, constituído por 33 letras, «todas nossas e necessárias para nossa língua» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 20, 7-8); o til é também “muito nosso”. A “experiência da nossa língua” é, mesmo, um argumento superior ao da autoridade de Quintiliano, uma das inspirações de Oliveira: «côtra estes e muitos mais e melhores val so a autoridade de Quintiliano e **muito mais a experiência da nossa língua**» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 24, 13-15)². É por isso que «dos ditôgos faremos não os mesmos nẽ todos os da lingua latina: mas tâbẽ alghũs outros e mais ẽ numero: porq̃ as vozes da nossa lingua os tẽ» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 26, 1-4) e que o acento não recua para além da antepenúltima sílaba, já que o não consentem «o nosso espirito nem orelhas» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 35, 16). Vai no mesmo sentido o seguinte extracto de Duarte Nunes de Leão:

Ainda que díganos, que os nomes Portugueses havião em todo de seguir a orthographia Latina, não sejamos tão supersticiosos, que algũa dição, que já he feita Portuguesa, ainda que stee inteira Latina, screuamos com diphthongo de æ. nem de .œ. (...). **Porq̃) nem nossa lingoa os recebe, nem a nossas orelhas são mais que .e.** (...) E soamente poderemos screuer com diphthongo, os nomes proprios Latinos, ou Gregos, que o tiuerem, que não forem mui vsados, para que nos não fação duuida, e entẽdamos de quẽ se falla» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 54) (O destacado é nosso).

¹ Relativamente à relevância da inclusão, no sistema gráfico do português, da unidade <k>, Leão assume uma atitude menos clara: reconhecendo que, tanto na língua latina (cujo sistema gráfico dispõe de <c>) como na língua e escrita portuguesas (onde é letra “sobeja e ociosa”), esse é um grafema desnecessário, este ortografista não o exclui da sua enumeração «porque não façamos difrença do nosso alphabeto ao Latino (...), e para que os nossos a não estranhem, quando vierem a apprender as letras Latinas» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 10-10[v.]). Note-se que a questão que envolve o uso de “letras inúteis” (designação da Antiguidade, especialmente usada entre os latinos) é uma controvérsia clássica.

² O destacado é nosso.

Do mesmo modo, grafias que, baseadas na forma latina, foram consagradas pelo costume (erudito¹) são avaliadas como erros se vão contra a «esperiência e propriidade das nossas vozes» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 27, 12).

Oliveira aceita que o uso / o costume seja o único factor de legitimação de determinadas formas ou estruturas; a solução assim em vigor pode, inclusive, contrariar a que resulta da simples consideração dos dados linguístico-gramaticais ou grafemáticos:

i) «mas vemos ã com hũas mesmas letras soa hũa vogal grande as vezes e as vezes pequena: **segundo o costume quis e nã mays**» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 13, 11-13);

ii) «E porã aqui vê a mão quero dizer ã também **so de costume: sem mays outra neçessidade** se acreçentão alghũas outras letras em algũas partes» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 21-22, 29-1);

iii) «e por tanto em quando com liquida e em queyxume e quina escreuamos .q. ainda que **o meu parecer era** que nestes derradeiros pois não soa letra liquida não se escreuesse se não assi: qeixume e qina/e assi outros semelhantes. E porem **o costume val muito**/sem o qual a escritura por ventura ficaria duuidosa» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 24, 22-27);

iv) «E isto se faz de **neçessidade em ã nos o custume ja pos**» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 30, 24-25)².

Sozinho, este factor regulamenta, segundo João de Barros, a ordem dos elementos no enunciado composto por adjectivo e substantivo, assim como permite tolerar formas desviantes: «E quem algũ nome destes leuár ao plurar que a orelha pôssa sofrer, nam encorrerá em pecádo mortal: dádo que em rigor de bõa linguágem sam mais

¹ Dado o carácter elitista das práticas de leitura e de escrita na época, esta parece ser a interpretação adequada do termo no contexto em que aqui surge.

² Os destacados são nossos.

próprios do singular que do plural» (BARROS, *Grammatica*: fol. 10[v.]-11); tendo «gram força açerca das cousas» (BARROS, *Grammatica*: fol. 14)¹, o uso impõe formas que infringem determinadas regras e que, nalguns casos, o gramático tolera, mas não deixa de considerar erros: é assim que, a propósito da grafia -ão (em vez de -am), Barros (*Grammatica*: fol. 14-14[v.]) escreve:

E se o uso nam fosse é contráiro (...), nam me pareceria mal desterármos de nós esta prolaçam e orthografia galega. Por que ameu uer quando quisærem guardár a uerdadeira orthografia destas dições, se deue dizer, Razam, (...). Ca este, m, finál nósso tem aly o ofício do mem çerrádo dos hebreos. (...) E se aregra delles fosse uerdadeira, em todolos uerbos (...) ô deuiam usar: e assi em outras muitas dições (...). Isto nam guardam elles (...): por que aqui uem elles muito ao olho seu erro. (O destacado é nosso).

Noutros casos, o gramático limita-se a aceitar as formas “desviantes”: é assim que, na análise do plural dos nomes em -ão, e depois de enunciada a regra que contempla as relações de analogia com as formas equivalentes em castelhano, Leão é obrigado a subtrair à sua aplicação formas que se impõem pelo simples costume: «E pelo costume (que nisto sempre hemos de seguir) ficarão fora das dictas regras, taballiães, e scriuães que, por a dicta analogia, houuerão de fazer, taballiões, e scriuãos» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 30[v.])².

¹ Essa é uma ideia que, já assumida em Fernão de Oliveira, reaparece no *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, apresentada pelo filho, que se apoia na autoridade de Marco Túlio Cícero: «Nas paláuras nam á cousa tam áspera que o uso nam faça brãdo e suaue» (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 56[v.]-57). Pouco depois, Barros escreve que o tempo «fáz as cousas tâ naturáes como a própria natureza. Este nos deu a elegância latina: este nos trouxe a barbaria dos godos, este nos deu, xa, e cha, dos mouriscos, e este nos póde fazer ricos e póbres de uocábulos, segũdo o uso e prática que tiuærmos das cousas» (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 57). Também Nunes de Leão (*Orthographia*: fol. 52[v.]) integra o princípio de que «o uso tudo vem amollêtar, e fazer corrête» ou «o vso tudo vem abrãdar, e fazer corrente, e natural» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 62), do «tempo que tudo muda» (LEÃO, *Origem*: 91), salientando que «em nenhũa cousa pode mais o costume, que na orthographia, e nas palauras, ã se mudão, e varião como as moedas» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 62[v.]).

² O destacado é nosso.

Nunes de Leão “rende-se”, portanto, ao poder do costume e das forças evolutivas que afastam o português do latim; fá-lo, no entanto, distinguindo um uso comum (que traduz as forças evolutivas da língua) e um uso erudito que, legitimamente, também se subtrai às forças niveladoras daquele outro factor; assim se explicam e tornam aceitáveis evoluções divergentes:

i) «O ã eu não cõtradiria, porθ) tudo isso pode o costume, e a pronunçiação, e a corrupção de hũa lingoa a outra. Mas **disso não hemos de fazer regra geeral**. Porque posto ã nesses o costume fizesse essa mudança, não screueria assi os outros que o vso, por não serem nomes mui cõmũs, não tiuesse mudado» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 9[v.]-10)¹;

ii) «Com o qual .nh. não screuemos algũ nome, a que os Latinos antes do .n. poem .g. Porque da mesma maneira os screueremos, como os Latinos. Polo que diremos, magno, e tam magno, magnifico, insigne, digno, regno, ignoto. O que entendo d’aquelles vocabulos, que stão incorruptos, como são os sobredictos, e outros taes. Mas aquelles em ã houue corrupção d’algũa letra, per mudãça, diminuição, ou addição, ou outra qualquer maneira, screuerseão como corruptos, aa maneira vulgar. Polo que ainda que penhor vem de pignus, e lenho, e lenha, de lignum, não diremos, pignor, nem legno, por assi já starem desuiados da forma Latina. (...) E quem sabe lingoas, entenderá, que **mais que isto pode o costume, na razão de screuer** (...) d’algũas palauras Latinas nos seruimos, sem as corrompermos, e outras corrompemos. Polo ã as corruptas screueremos como corruptas, e da maneira que as pronunciamos, e as inteiras como inteiras» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 13-14)².

¹ Leão refere-se, nesta passagem, à grafia em J- dos nomes gregos ou hebraicos em Hie-. A sua conclusão, a este propósito, é a seguinte: «Assi ã os nomes proprios se hão de screuer, como stão nas outras lingoas de ã eles são, sem mudança de algũa letra, mais ã a da terminação final, tirando aquelles, ã per costume stão mudados, ou corruptos» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 10).

² Os destacados são nossos.

Fá-lo ainda permitindo-se, em certos casos, tentar mudar o costume “vulgar”, submetendo-o à autoridade da razão e da analogia, de modo a aproveitar o seu poder:

Assi ã ainda ã da vulgar gēte vejamos, ã sta recebido, screueremse d’outra maneira, como não deuem, attreuamonos a os screuver, como deuem sem medo, e por memposteiro, digamos mamposteiro, por sorodio, serodio, e por bernio, hybernio, ã o vso tudo vem abrãdar, e fazer corrente, e natural. E reuendiquemos, e restituamos a seu lugar os vocabulos, e façamos costume do ã consiste ã razão, e analogia. Porã em nenhũa cousa pode mais o costume, que na orthographia, e nas palauras, ã se mudão, e varião como as moedas (LEÃO, *Orthographia*: fol. 62-62[v.]).

Como vimos acontecer em Fernão de Oliveira e Barros, a tradição pode, mesmo, impor-se sem que se sinta a necessidade de qualquer outra explicação, já que o costume não «carece de razão»:

i) os nomes femininos de dignidades, como Abadessa ou Condessa pronunciam-se e escrevem-se com <ss>, «tirando estes, Princesa, Duquesa, Marquesa, e da mesma maneira Deosa, que stá recebido pronũciaremse, e screueremse per hum .s.» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 48);

ii) «screuemos vnidade sem aspiração, por star quasi incorrupto, e o primitiuo ser vnus. Mas, hũ, e hũa, screuemos com ella, pelo costume, que não carece de razão» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 52);

iii) «Item se ha de aduertir acerca d’estes articulos outra cousa, a que não se pode dar razão, senão pedilo assi a orelha e costume, que a algũus nomes de prouincias ajuntamos articulos, e a outros não» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 65)¹.

Deve aqui notar-se que a análise da argumentação desenvolvida por Nunes de Leão nos mostra que este autor conjuga de forma algo inconsistente os

¹ Os destacados são nossos.

diferentes critérios de aceitabilidade das formas que resultam dos processos de transformação do latim: assim, nuns casos, transformamos a consoante lateral de grupo consonântico latino em elemento vibrante, unidade “mais varonil”, o que devemos fazer para nos desviarmos do Castelhana; já noutros casos, as duas possibilidades coexistem, sem que isso represente uma “ofensa para as orelhas”; finalmente, casos há em que não se deve alterar a estrutura daquela sequência fonética; pela observação do uso e da escrita dos mais doutos se saberá, então, quais as palavras em que a forma original se deve manter. Há, claramente, nesta atitude de Duarte Nunes de Leão, uma delimitação sociológica do conceito de uso, já que o ensinamento deste é apresentado como uma forma de corrigir hábitos de escrita avaliados como errados e atribuídos aos vulgares:

i) «os Portugueses, na corrupção de muitas palauras, fugindo as delicias, e mimo d’aquella letra, a mudão em .r. como mais varonil, em muitas dições (...), que deuemos screuer com .r. e não com l. por nos desuiarmos de fallar como Castelhanos (...). Mas outros há, em que podemos concorrer com os Castelhanos, sem offensa das orelhas, screuendo com .l. ou com .r. se quisermos (...). Outros ha, que não deuemos mudar como: clemente (...) e outros muitos, que o vso vos ensinará, e a **scriptura de home)s doctos**, que os vulgares erradamente screuem per .r. dizendo, froles (...), preuertendo as letras» (LEÃO, *Orthographia*: fol.10[v.]-11);

ii) «Hũas letras se dobrão nas dições per natureza das palauras: outras per deriução: outras per significação: outras por corrupção: outras per variação: outras per composição. Das que se dobrão per natureza, não se pode dar regra: nem he cousa que consiste em arte, senão em vso. Porque os vocabulos primitiuos, forão compostos aa vontade, de quem os inuentou. (...) Mas com o vso, e conhecimε)to da lingua Latina, se

pode saber, quaes dobrão as letras, e os que Latim não souberem, com imitar a *scriptura de hom̃es doctos*» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 38[v.])¹.

“O que a orelha nos pede” é um critério cuja subjectividade explica o pouco rigor com que é manuseado: «Item^[2] todos os nomes acabados em .lo. ou .la. a que precede .e. ainda que não sejam diminutiuos: porθ) **assi parece, que o pede a orelha**» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 44[v.]). A acuidade ou sensibilidade auditivas são, mesmo, o único factor de regulamentação para a identificação de unidades em hiato ou em ditongo: «Porque a **orelha nos ensina**, que são letras soltas, e sem vinculo, que fazem cada hũa per si syllaba, posto que breues, por serem vogal ante vogal: e que em verso, quando fosse necessario, facilmente se poderião fazer de duas ã hũa syllaba, per a figura chamada syneresis» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 32). Do mesmo modo, «**pedindonolo a orelha**, não deuemos ser mais couardes, em dobrar hũa letra, maiormẽte teendo exẽplo de outras nações»³ (LEÃO, *Orthographia*: fol. 39). Noutros casos, Nunes de Leão argumenta com a particular sensibilidade de alguns:

Teem para si algũus curiosos da lingoa Hespanhol, que o dobrar das letras, he escusado acerca de nos. Porque não sentimos, quando se dobrão, senão o .r. ou s. e que tiradas estas, as outras todas se deuem screuer singellas. O que he grãde erro. Porque a razão, que ha, para se dobrarem essas, há para se dobrarem essoutras: ainda que nem toda a orelha sinta a differença, q̃ há de singellas a dobradas. E quanto ao .r. e s. quando se dobrão, quem quer o sentirá. Qua assi como o som de hum atambor, e de hũa trombetta até os caualllos, e bois o entendẽ, e os aluoraça, mas nem por isso os mouerá hum instrumẽto de cordas (porq̃ isso fica resguardado para os homẽes, que teẽ razão) **assi nas letras há hũa musica occulta, e não menos delicada, que a das cordas, que (como diz Quintiliano) se não deixa sentir de todos.** E ainda

¹ Os destacados são nossos.

² Leão refere-se, aqui, às situações em que se deve usar <ll>.

³ O autor defende, aqui, a escrita com consoante dupla dos diminutivos em -te do tipo «verdette» e «camarotte».

que na verdade, as nossas orelhas não cõprehenderão a differença das letras dobradas, para conseruação da origẽ e etymologia dos vocabulos, era necessario dobrarẽse, tomando os nos dos Latinos, ou Gregos, assi como elles nolos dão (LEÃO, *Orthographia*: fol. 41). (Os destacados são nossos).

É também, naturalmente, o uso que torna “próprias” formas recebidas do latim (como os superlativos em -íssimo) e, portanto, sanciona o enriquecimento vocabular que daí decorre: «Lógo per essa maneira nos faremos copiósos de uocábulos, e reçebidos em uso, ficárnos ã tam próprios como sam os latinos que óra temos» (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 56); «podemos usár dalgũus termos latinos que a orelha bẽm reça, por que ella iulga a linguágem e musica e e çensor dambas: e, como os cõsintir hũ dia ficarám perpetuamẽte» (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 56[v.])¹. É ainda o uso que ensina tudo o que, no texto gramatical, e também pelo reconhecimento da importância da aprendizagem por aquisição, dispensa um tratamento pormenorizado²:

- i) «algũus nomes que reçebemos do latim, Vay a sinificaçã superlatiua ia formáda, assy como, doutissimo, sapientissimo, e outros que o uso nos fez próprios» (BARROS, *Grammatica*: fol. 8[v.]);
- ii) «Partiçipiál nome se chama, a quelle que ven de algũ partiçipio: como de amádo amador, de douto, doutor e outros que o uso nos insina; estes bástem pera exemplo delles» (BARROS, *Grammatica*: fol. 8[v]-9);
- iii) «Pola qual afinidade de letras, muitas vezes conuertemos o .t. dos vocabulos Latinos em .d. quando os accomodamos aa nossa lingua, como são todos os participios

¹ Os destacados são nossos.

² A importância da aprendizagem da língua por inserção na comunidade de fala é um aspecto que os autores do século XVIII utilizam recorrentemente para justificar alguma brevidade na análise ou o tratamento não exaustivo de determinadas questões.

em atus, ou itus, e os verbaes em or, e outros muitos sem cõto, ã **pelo vso se veerão**» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 5[v.]-6);

iv) «O .II. diphthongo he .ãe. em que se acabão os nomes pluraes, cujos singulares se acabão em .ão. como capitães (...), e outros infinitos, que **pelo vso se sabem**, posto que outros fazε) os pluraes em .ãos. (...), e outros em .ões.» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 27[v.])¹.

Barros reconhece ainda o poder do uso (que se traduz na recorrência e na permanência no tempo de determinados hábitos linguísticos) nos processos de difusão e aceitação de mudanças, como a que ele próprio propõe no que se refere à notação das vogais: «bem sey que por ser nouidade e o uso estár ã contráiro, será cousa trabalhósa serẽ lógo estas nóuas figuras recebidas em nóssa orthografia: mas o tempo ás fará tã própias como sam as outras de ã usamos» (BARROS, *Grammatica*: fol. 43)². Manifestando-se, no entanto, pouco receptivo à mudança e preferindo conformar-se com a tradição («Nós por fogir nouidades conformemônõs com o uso» [BARROS, *Grammatica*: fol. 45[v.]]), Barros não deixa de admitir que a aceitação das inovações dependerá do seu interesse funcional. Sobre o uso da letra Q, o gramático escreve, então: «pelo nome que têm, e assy pela pouca neçesidade que á délla (...) a nós conuinha mais que a outra naçãm desterrála da nóssa orthografia, e em seu logár empossár esta letera, c, Mas ia disse quam **reçeosou sou de nouidades: dádo que as proueitósas tenham muita força pera serem recebidas**» (BARROS, *Grammatica*: fol. 47[v.])³. Não parece abusivo estabelecer aqui um paralelismo com as atitudes interpretativas de autores contemporâneos que, procurando justificar determinado tipo de actuação ou opção descritiva, propõem formas de avaliação da “mudança”

¹ Os destacados são nossos.

² Cf., atrás, n. 1 da p. 394.

³ O destacado é nosso.

(componente de funcionamento das línguas que convive com a da “estabilidade”) e da “diversidade” (componente de funcionamento das línguas que convive com a da “unidade”). Assim, reprovável quando imotivada, a mudança linguística é aceite, para Brunot, quando se traduz no aumento da funcionalidade do sistema, quando resulta da actuação das “forças naturais de evolução”. Brunot fala, a este propósito, de “progresso dirigido”, conceito que, no seu entender, justifica, algo paradoxalmente, a criação de órgãos de controlo linguístico (note-se que a citação a seguir transcrita é utilizada por Boléo¹ para corroborar a ideia de que, sendo fundamental a distinção de funções e interesses de gramáticos e linguistas, aos primeiros compete encontrar um ponto de equilíbrio entre a necessidade de manter uma certa unidade na língua e a de considerar as suas naturais forças de evolução):

Le français vit, donc il doit et peut changer. Mais il ne doit changer qu'utilement. Tout ce qui le trouble sans nécessité altère un instrument d'échange aussi précieux à garder intact que les poids, les mesures, les monnaies, qui servent à l'échange des choses matérielles. Ce principe, qui existe obscurément, est à la base d'une morale linguistique: elle peut être développée. Un Bureau d'observations, qui se composerait de techniciens, d'hommes de lettres et aussi d'usagers, simples gens de goût et de bon sens, et qui, sans constituer un bureau de police, donnerait des consultations, serait un instrument de progrès réglé dont on apprécierait vite les bienfaits.

Ponderada a questão do uso, Oliveira (*Grammatica*: 59, 21-30) escreve, então, seguindo Quintiliano:

em cada lingua notemos o proprio do costume della: ca esta arte de grammatica em todas as suas partes (...) e resguardo e anotação d'sse costume

¹ Transcrevemos um extracto da entrevista publicada nas *Nouvelles Littéraires* de 16 de Julho de 1932, recolhida por nós em Boléo ([1942-1943], 1974: 52). Sobre a integração do conceito de **desvio** em trabalhos de descrição linguística, cf., no Capítulo I, pp. 63-64.

e vso tomada depois q̃ os homẽs souberão falar: e não lei posta q̃ os tire da boa liberdade quãdo e bẽ regida e ordenada por seu saber: nẽ e diuidade mãdada do çeo que nos possa d'nouo ensinar: o q̃ já temos e e nosso: não embargãdo q̃ e mais deuino quẽ melhor entẽde: e assi é v'rdade q̃ a arte nos pode ensinar a falar melhor, ainda q̃ não d'nouo: ensina aos q̃ não sabião e aos q̃ sabião ajuda.

Retoma-se aqui a ideia, notavelmente actual, de que são «os homẽs [=falantes] [que] fazem a lingua/e não a lingoa os homẽs» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 7, 28) e, portanto, estabelecem-se limites à autoridade do discurso gramatical, que não pode impor-se arbitrariamente. Mais tarde, também Duarte Nunes de Leão escreverá que «como as palauras são annunciadoras dos conceptos, que são tam varios, assi são ellas varias, e mudaueis, como cousa arbitraria, e em que o pouo tem jurdição» (LEÃO, *Origem*: 2-3)¹.

11.3.2. A concepção de gramática e o interesse do processo de codificação: a autoridade

Para Fernão de Oliveira, à gramática compete, então, **notar**, mas também **resguardar** e **ensinar** e é pelo desenvolvimento desta última ideia que Oliveira se integra numa tradição normativa que vemos manter-se ao longo dos tempos, nem no espaço da modernidade se diluindo, e à qual o gramático adere desde o início. Torna-se necessário, então, conciliar aqueles objectivos com a concepção tradicional de gramática (arte que conduz ao “bem falar / bem ler e escrever”) adoptada por Oliveira que explicita, logo na dedicatória, e antes da análise da língua vernacular, uma das suas opções metodológicas: o autor não

¹ O destacado é nosso.

presume ensinar aos que mais sabem, pretendendo, ao contrário, “notar” o seu “bom costume”, «para ã outros muitos aprendão e saybão quanto prima e a natureza dos nossos home)s» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 3, 13-15). Reconhecendo ao uso, que tudo faz aceitar («não ha cousa tam aspera que o vso não abrande» [OLIVEIRA, *Grammatica*: 51, 20-21]), como vimos, um papel fundamental¹, Oliveira não deixa, como Quintiliano, de apelar a que «com tudo não se faça ley do costume dos piores: porque as falas dos que não sabem farão escarneio de si mesmo e de quem as faz e vsa» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 51, 21-23).

Por esta via, não só se define o *corpus* (expressão a que podemos recorrer se integrarmos a metalinguagem vulgarizada na actualidade) em que o gramático se apoiará, como se anuncia que se vai proceder a um exercício de natureza descritiva: «notemos o falar dos nossos home)s» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 10, 14)². O trabalho de codificação assim introduzido apresenta-se,

¹ Mais à frente, volta a escrever Fernão de Oliveira (*Grammatica*: 68, 22-25): «estes [os nomes que fazem o plural em -ãos] guardão sua antiguidade em tudo: e aqlloutros so no plural: cuja mudança assi como doutras muitas cousas não estrañemos porq) **també o falar tem seu mouime)nto diz marco varrão: e mudasse quando e como quer o costume**». (O destacado é nosso). O reconhecimento do valor determinante do uso não obsta a que o princípio do “patriotismo linguístico” (falar “mais português”) leve a refutar determinados hábitos, como o do emprego do artigo castelhano na fórmula *el-rei*: «não lhe hauíamos de chamar se nã: o rey: posto q alghũs doçes dorelhas estrarharão este meu parecer: se não quiserẽ bem olhar quanto nele vay: e cõ tudo isto abasta para ser a minha melhor musica que a destes: porque o nosso rey e senhor pois tem terra e mando: tenha tambem nome proprio e destinto por si: e a sua gente tenha fala ou linguagem não mal mesturada mas bem apartada» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 63, 24-30).

² Ao conciliar esse princípio com o propósito determinado de estudar apenas a sua própria língua, Fernão de Oliveira oferece-nos observações paradigmáticas, como aquela a que procede depois de constatar uma das singularidades prosódicas do português (a colocação de um único acento entre a última e a antepenúltima sílabas): «e assi cumo os gregos tem isto pode ser que tãbem outras gentes o tem comelles e com tudo se pronunçião ambos aquelles açentos ou qual delles elles o saibão: **eu não dou conta mais q escasamēte da minha lingua a qual não tem mais nem outra cousa que o dito**» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 35: 24-28). Já João de Barros, na *Cartinha* (em *O proueito que tem saber muitas syllabas*), assume objectivos mais amplos: «Dado que em nõssa linguãgem nam siruam algũas destas syllabas e assi as terminãdas em cõsoante como as ditongãdas falando e escreuendo aconteçam poucas vezes: nã me pareço sem fruto poer exemplo dẽllas, ca todas sẽruẽ assi no latim como en outras linguãgẽes» (in: BUESCU, 1971: 15). (Os destacados são nossos).

portanto, como uma arte e não como uma análise de carácter especulativo; será, no entanto, complementado com a apresentação / formulação de princípios, de modo a que a obra se revista de um valor pedagógico e uma função prática: «e da hi ajuntaremos preceitos pera aprenderem os q̃ vierem e tambem os ausentes» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 10, 14-16).

Igualmente importante é o facto de o nosso primeiro gramático fazer depender a “qualidade” da variedade de referência de uma “representatividade estatística” que a modernidade virá a valorizar, no âmbito de disciplinas como a Sociolinguística: considerar-se-á, na descrição, a língua «mais acostumada ante os milhores della» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 53, 11-12)¹ e, portanto, a autoridade individual torna-se uma impossibilidade teórica. Em alguns momentos, a massa informe dos que “mais leram, viram e viveram” a que se refere Fernão de Oliveira ganha, no entanto, contornos precisos pela referência a personalidades contemporâneas e identificadas²: a pronúncia do padre mestre Baltasar («cuja lingua eu não tenho em pouco antros portugueses» [OLIVEIRA, *Grammatica*: 31, 18-19], escreve Fernão de Oliveira) é apresentada como forma de corroborar o que o gramático enunciara acerca de determinadas formas sincopadas ou resultantes de assimilação; noutro ponto, Fernão de Oliveira apresenta Garcia de Resende, João de Barros e, novamente, o mestre Baltasar como figuras «não de pouco respeito na nossa lingua: antes se ha de fazer muyta conta do costume de seu falar» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 47, 15-16). Este reconhecimento não impede Oliveira de, em determinados casos, criticamente emitir opinião diferente daqueles a quem

¹ O destacado é nosso.

² Não nos parece que este facto permita acusar Fernão de Oliveira de falta de coerência teórica: reconhecendo, é certo, autoridade a indivíduos precisos, a quem assim atribui um valor de referência, os dados individuais para os quais remete são, no entanto, evocados como forma de confirmação do que ao gramático é dado observar ou sugerir.

reconhece autoridade e saber; a seu favor evoca, nesses casos, o **uso** (a tese que defende é «côforme ao costume da nossa lingua que he amiga dabrila boca» [OLIVEIRA, *Grammatica*: 47, 11-12]) ou, o que é particularmente interessante, a **atitude da comunidade linguística**: «sendo eu moço peño fui criado em são domingos Deuora onde fazião zôbaria de mÿ) os da terra porç o eu assi pronũciava segũdo ã o aprendera na beira» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 71-72, 28-2) (em causa está, neste passo, a realização como *som* da primeira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *ser*).

Também em João de Barros se adere, logo na apresentação da disciplina, a uma atitude tradicional e avaliativa que selecciona e hierarquiza usos: «segundo a difinçám que lhe os Grãmáticos derã: [gramática] ẽ hũ módo çerto e iusto de falar, e escreuer, colheito do uso, e autoridáde dos barões doutos» (BARROS, *Grammatica*: fol. 2). É à luz dessa concepção que Barros se assume como gramático “preceitivo” e não “especulativo”, característica que, como explicita no capítulo *Da orthografia*, o autor relaciona intimamente com os seus propósitos pedagógicos: «quisémos leuár a órden dos artistas, e nam dos grammáticos especulatiuos: por que nóssa tençám ẽ fazer algũ proueito aos minimos que per esta árte aprenderem, leuando ôs de lęue a gráue, e de pouco a mais» (BARROS, *Grammatica*: fol. 40)¹. Também assim se justifica o estilo conciso da gramática, intencionalmente limitada ao que é considerado essencial para os principiantes, para o qual o autor tantas vezes chama a atenção:

- i) «Assy que leixádas muitas particularidádes da grammática latina,e outras muitas da nóssa, tratarey sómente do neçessario aos principiantes» (BARROS, *Grammatica*: fol. 40);
- ii) «E dádo que nas reęras da formaçã nos podêsemos estender, como fázẽ os grãmáticos gregos e latinos.(por ser o mais dificultoso de toda a grãmática) leixaremos

¹ O destacado é nosso.

toda curiosidade, tomando o necessário: donde se pode tomar regras para o mais que cada um quiser acrescentar a estes nossos princípios» (BARROS, *Grammatica*: fol. 26)¹;

iii) «Alguns outros modos temos de variar e suprir os tempos de nossas conjugações: os quais por acontecerem poucas vezes leixo (...). Estes me parecem a saz para esta nossa introdução: e que ao uso da nossa linguagem sam mais comuns» (BARROS, *Grammatica*: fol. 26);

vi) «Se ouvemos de tratar de quantas espécies há de conjugação, seria curiosidade enoiosa aos ouvintes: basta saber que temos duas (...) mais comuns» (BARROS, *Grammatica*: fol. 33).

Atribuir à reflexão metalinguística um interesse fundamentalmente prático é, aliás, como vimos, uma característica da época e que os autores explicitam quando, como Nunes de Leão, afirmam que escrevem os seus textos (a *Origem da lingua portuguesa*, neste caso concreto) «porque de hoje em diante se poderá falar mais polido, e escrever mais concertado» (LEÃO, *Origem: Ao invictissimo e catholico [...]*)²; o mesmo fazem quando, como Gândavo, apresentam como factor

¹ Note-se que em Fernão de Oliveira essa brevidade de análise se justifica desde o início pelo carácter introdutório que ele próprio reclama para a sua obra. Recuperamos, aqui, a citação já transcrita no capítulo anterior: «e nestas cousas se acabara esta primeira anotação em dizer não tudo mas apontar algumas partes necessárias da ortografia: acento: etimologia: e analogia da nossa linguagem em comum e particularizando nada de cada dição: porq isto ficara para outro tempo e obra» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 3, 17-21) e acrescentamos este outro extracto: «nesta pequena obra não ha lugar para falar mais particularidades» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 38, 27-28).

² Nunes de Leão justifica, então, pelo interesse prático, a necessidade de tratados de ortografia como o seu: «Hã das cousas, por que se vee, quanto importa a razão de bem escrever, ao entendimento dos conceptos e palauras, he a diversa significação, que muitos vocabulos teem, por soo distarem de outros em hã letra, perq fica conuencida a barbara practica de alguns, θ) por palliar sua ignorancia, ou negligencia, dizem q pouco vai escrever com hãs letras, ou cõ outras, ou serẽ as letras singellas, ou dobradas, como elles fazem, q fortuitamente as dobrão, sem saberem onde, nem porque. Do que poerei alguns vocabulos, dos que me occorrerão, para exemplo do que digo, e para emenda dos que o mal escrevem» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 72). Do mesmo modo, também o uso do acento é desaconselhado quando não é significativamente relevante, com o argumento de que o seu emprego só causaria confusão à gente vulgar: «Dos

de motivação para a realização da obra os erros e vícios dos seus contemporâneos e se propõem trabalhar para um público o mais vasto possível:

E porque nesta parte os mais dos Portugueses são muy estragados e viciosos, e com innumeraveis erros que cometem, corrompem a verdadeira pronunçiação desta nossa linguagem Portuguesa, quis fazer estas regras da orthographia (...), as quaes trabalhey por comprehender em breues palauras com a menos difficultade que pude, pera com ellas aproueitar a toda pessoa que as quiser seguir (GÂNDAVO: *Prologo ao lector*, fol. A3-A3[v.]).

Outras regras não sinto ao presente que aqui possa trazer, nem de que deua mais particularmente fazer menção, porç meu intêto não foy tratar aqui, senão destas que boamente se podessem entender dos que não sabem latim pera com ellas evitar algũa parte dos muitos vicios e barbarismos que nesta nossa linguagem se cometem. E por isso pretendi ser nellas facil, e passar por tudo isto com brevidade (GÂNDAVO, *Regras que ensinam*: 39-40).

João de Barros apoia-se, então, numa definição tradicional de gramática que se adequa ao carácter “preceitativo” que ele próprio reivindica para a sua obra. A diferente apreciação das variedades é, portanto, um princípio orientador que, em determinados momentos, emerge em afirmações onde se contrapõem “boa” e “má” linguagem (a linguagem do povo, dos rústicos, dos negros, dos bárbaros), “boa” e “má” gramática e onde, portanto, se materializa o processo de selecção de variantes que subjaz ao mecanismo de standardização. As coordenadas que o orientam nesse processo são, clara e explicitamente, sociais e culturais:

quaes nas dições, que não teem outras semelhantes, não devemos vsar. Porç não seruirão de mais, que de causar confusão aa gête vulgar, e fazer cair em erro, os que os quiserem imitar, não o sabendo per arte» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 66-66[v.]).

i) «E outros muitos^[1] que se fórmam e acabam em diferentes terminações: mais per uontade do povo que por regra de **bõa Grammatica**» (BARROS, *Grammatica*: fol. 7[v.]);

ii) «E apráz, iáco careçem de participio em **bõa linguágê**: por ã os rusticos o fórmã muitas uezes» (BARROS, *Grammatica*: fol. 26[v.]);

iii) «E nã diremos, hómẽ boa, ca desfaleçe a naturál órdẽ da cõstruiçã per ã nos auemos de entẽder e parecerá mais **fála de negros** ã de **bõ portugues**» (BARROS, *Grammatica*: fol. 30[v.]);

iv) «Barbarismo, e uiçio que se comete na escritura de cada hũa das partes, ou na pnũciaçã. E ã nenhũa páрте da tẽrra se comete mais esta figura da pnũciaçam, ã nestes reinos: por causa das muitas nações ã trouxemos ao iugo de nõsso seruiço» (BARROS, *Grammatica*: fol. 34)²;

v) «E, por a nõssa gramática, nesta páрте nam ficár escassa: diremos dos pôtos que podemos usár, se quisermos **doutamente escreuer**» (BARROS, *Grammatica*: fol. 49)³.

Por outro lado, é a linguagem comum e não a linguagem poética («as cousas ã cõpetem aos poetas, ficarã pera quando for restituído a este reino o uso das tróuas»⁴) O objecto de estudo deste texto: «leixãdo as figuras e uiçios poeticos, trataremos sómẽte daquelles per que mais comũmente falãmos ã óraçãm soluta» (BARROS, *Grammatica*: fol. 34).

¹ Barros refere-se, neste passo do seu texto, aos nomes diminutivos.

² «Por θ) bem como os gregos e Roma auĩã por bárbaras totalas outras nações estranhas aelles, por nam poderẽ formár sua linguágê: assy nós podemos dizer que as nações de Africa, Guine, Asia Brasil, bárbarizam quando quẽrẽ imitár a nõssa» (BARROS, *Grammatica*: fol. 34).

³ Os destacados são nossos.

⁴ «E por que o tẽpo em que se as tróuas faziã e os hómẽes nam perdiã sua autoridãde por isso, e degradãdo destes nõsso reynos:ficará esta matẽria pera quando o uso ô requerer» (BARROS, *Grammatica*: fol. 4[v.]). No *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, Barros retoma a questão da diversidade estilística, dizendo ao filho: «de hũa maneira fãlam os poetas, e doutra os oradores» (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 54[v.]).

Também Gândavo assume um propósito ostensivamente normativo, propondo-se fornecer meios para combater os hábitos menos “nobres” dos portugueses; recorde-se a citação, já transcrita (cf., atrás, p. 407): «E porque nesta parte os mais dos Portugueses são muy estragados e viciosos, e com innumeraueis erros que cometem, corrompem a verdadeira pronunçiação desta nossa linguagem Portuguesa, quis fazer estas regras da orthographia» (GÂNDAVO: *Prologo ao lector*, A3). Assim, os destinatários da sua obra são, não os já (in)formados (os gramáticos), mas “os que não são latinos”, razão pela qual o autor opta por recorrer a exemplos:

hūs per descuido, e outros por não saberem latim (que he a fonte donde manou a mayor parte destes nossos vocabulos) costumão trocar muitas vezes hūas letras por outras, o que realmente se nam pode fazer sem offenderem â pronunçiação desta nossa linguagem. E se os Portgueses nisto quisessem aduertir com diligencia mostrandose hū pouco mais curiosos desta arte de que tão pouco se prezão, não aueria pela ventúra tantos que praguejassem desta nossa lingua: porque com saberem bem escreuer, saberião bem pronunciar os vocabulos, e com os saberem bem pronunciar, ficaria a mesma lingua parecendo melhor aos naturaes que a professam. Por onde não auia de auer pessoa que se prezasse de si, q̃ não trabalhasse por saber algũ latim, que nisso consiste o falar bem Portugues; e desta maneira facilmete euitarião todos estes erros, e serião perfectos em guardar a orthographia cõforme â ethymologia e pronunçiação dos vocabulos (GÂNDAVO, *Regras que ensinam*: 7-9).

São as intenções prescritivas do autor que explicam, então, a elaboração do capítulo que segue o *Prologo ao lector*: intitulado *De como se ha de fazer differença na pronunçiação de algũas letras em que muitas pessoas se costumão enganar*, aí se trata das «letras que se costumão trocár hūas por outras, e em que se cometem, mais vicios nesta nossa linguagem» (GÂNDAVO, *Regras que ensinam*: 9).

A apresentação da *Orthographia da lingua portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão, obra dedicada a Lourenço da Silva, organiza-se, como a de Gândavo, de modo a provar que se torna imperioso facultar aos contemporâneos trabalhos que os orientem na arte de bem falar e bem escrever. Seguindo a atitude tradicional, a Ortografia é definida como a «sciencia de bem screuer qualquer lingoagem» ou a «sciência de directa mente screuer» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 1). Assim, adoptando o princípio de que «as freestas per onde o interior do homem se vee, são as palauras», evoca-se o exemplo dos antigos, que «não menos cuidado tiuerão de bem screuer, do que tiuerão de bem fallar»¹, contrapondo-se-lhes a conduta dos homens na contemporaneidade do autor: «agora teemse tam pouco respecto ao bom, ou mau screuer, como dão testemunho nossas cartas, nossas moedas, nossas diuisas, nossas sepulturas, e todos nossos scriptos, onde não vai cousa em seu lugar» (LEÃO, *Orthographia: Ao muito illustre [...]*).

Nunes de Leão pretende, então, combater o «descuido, e falta dos homẽes de Hespanha» e, à semelhança do que praticavam os estrangeiros relativamente às respectivas línguas, «illustrar as cousas da nação Portuguesa», prática em que se afirma pioneiro: «tentei ensinar a meus naturaes, o que eu de outrem não pude apprêder» (LEÃO, *Orthographia: Ao muito illustre [...]*). A imperfeição e a dúvida surgem, mesmo, entre aqueles que “se não prezam de maus portugueses” e, por isso, Nunes de Leão quer “pôr em arte” as questões gramaticais em que erros e hesitações se verificam (este autor refere-se, concretamente, a uma questão morfológica: a formação dos plurais dos nomes em -ão) (LEÃO, *Orthographia*: fol. 29[v.]-30). O trabalho de descrição gramatical reveste-se, assim, de um carácter nitidamente

¹ «E tinhão muita razão: porque (...) a certa e ordenada maneira de screuer, não possa ser sem saber o sentido, propriedade, e origem das palauras» (LEÃO, *Orthographia: Ao muito illustre [...]*).

regulamentador e o autor investe-se, desta forma, de uma autoridade que os seus contemporâneos exibem de forma mais discreta.

Duarte Nunes de Leão partilha a ideia de que são os doutos que “fazem o costume”, sendo, portanto, a prática destes o critério aferidor da correcção. Assim, «com o vso, e conhecimêto da lingoa Latina, se pode saber, quaes dobrão as letras, e os que Latim não souberem, com imitar a scriptura de homêes doctos» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 38[v.]); da mesma forma, não devemos seguir «o abuso, de accrescêtar a totalas dições Latinas, ã começãõ em .s. hũ .e. (...). Porã dizem vulgarmente escriuãõ, esperar (...). O que he grãde erro, e maa maneira de screuer. E o ã enganou aos vulgares (...) Mas os doctos, que são os que fazem o costume, não screuem assi» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 54-54[v.])¹.

Subjacente à atitude avaliativa assumida por Duarte Nunes de Leão está a sua concepção de que a linguagem é não só a marca da superioridade da raça humana relativamente ao reino animal, mas também uma forma de, pelo seu variado uso, diferenciar os homens entre si:

Hũa das mais apparêtes vantagêes, que os homêes fazem aos brutos animaes, he a falla, e as palauras com que hũus a outros exprimem seus conceptos. E assi como os homêes nisso excedem aos brutos, tanto entre si hũus dos outros se auantajãõ, quanto na policia, e arte das palauras mostrãõ ser superiores. Estas são o toque, em que se vee o valor das pessoas, e a differença, que ha do noble ao plebeio, do auisado ao indiscreto, e do vicioso ao bem instituido (LEÃO, *Orthographia*: *Ao muito illustre [...]*)².

¹ Neste caso, confirma a justeza da prática dos doutos a observação de que também «os Italianos, e Franceses, que da mesma maneira tomarão dos Latinos as dictas dições, não as screuem, nem pronũciãõ per e. No qual erro a gête Castelhana tãbem cae» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 54[v.]). (Os destacados são nossos).

² Atente-se na seguinte observação com que Haßler (2002: 564) se refere a textos produzidos em França no contexto do paradigma ideológico dos finais do século XVIII: «Sin mencionar el nombre de Descartes se acepta la idea cartesiana de que el habla constituye al ser humano, aportando a esta idea una dimensión original e importante: el arte del habla y su ejercicio asegura la perfectibilidad del hombre».

Nunes de Leão retoma, em *Origem da língua portuguesa* e, igualmente, logo no início da dedicatória da obra, esta mesma ideia que, aliás, apresenta de forma muito idêntica:

Como a maior demonstração que os homε)s de si dão, e de seu entendimento, são as palauras, perque exprimem seus conceptos, e hūas vidraças, perque trasluzem e veem seus animos, procurarão sempre os Principes que a auantagem que no estado e na grandeza leuauão aos homε)s baxos e plebeos, se enxergasse na policia e estylo de seu fallar. Porque tam indecente he sair da bocca de hū homem de alto lugar e nobre criação hūa palaura rustica, e mal cōposta, como de hūa bainha de ouro, ou rico esmalte arrancar hūa espada ferrugenta (LEÃO, *Origem: Ao invictissimo e catholico [...]*);

Como hūa das cousas em que mais distamos dos animaes brutos, sejam as palauras per que demonstramos os conceptos de nossas almas, e nossos pensamentos deuem ellas ser taes, que bem e claramente os expliquem (LEÃO, *Origem: 145*).

Não surpreendem, assim, juízos de valor que se traduzem na “etiquetagem”, como erros, de expressões linguísticas ou julgamentos metalinguísticos que se atribuem aos “vulgares” ou que representam a atitude “vulgar” não esclarecida; compreende-se, igualmente, a construção dos capítulos *Reformação de algūas palauras que a gente vulgar vsa e screue mal* (LEÃO, *Orthographia: fol. 69[v.]*) e *De algūs vocabulos que vsaõ os plebeios, ou idiotas que os homε)s polidos não deuem vsar*; atente-se, aliás, no parágrafo que introduz este último: «Quanto os homēs polidos deuo escusar de fallar palauras insolētes, e grosseiras, de que nos Iulio Cesar auisaua nos guardassemos, adiãte faremos mais larga menção, soo ajuntaremos aqui aa sombra de palauras antigas que se tambem não deuem vsar» (LEÃO, *Origem: 115*).

Compreende-se ainda a organização de parte do texto sob a forma de regras que vêm formuladas de acordo com o modelo: *diga-se / escreva-se X e não Y, como fazem alguns*¹:

- i) «E a differença, que vai desse e. que **aos vulgares parece** lôgo, ao outro, a que **erradamēte chamão** breue, notamos com accēto agudo ou circumflexo, ou graue» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 6);
- ii) «R. He letra semiuogal, simplez, e não de duas maneiras, como **os vulgares cuidão**, θ) põem no seu alphabeto duas figuras (...). O que **he grande erro**» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 18[v.]);
- iii) «A qual letra [z], porque **muitos vulgares a confundem** com o .s. e aas vezes com .ç. poerei algũus lugares, onde a deuemos vsar» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 22[v.]);
- iv) «hũus indistinctamente o [ditongo ão] vsão, e o confundem com esta terminaçõ .am. não fazendo de hum a outro differença algũa. O que **he erro manifesto**» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 28);
- v) «Polo ã **errão**, **os ã escreuem** cãopo, e brãoco, e outros assi» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 33[v.]); «Polo que **erradamente screuê**), conlluio, ou traslladar, cõ dous .ll. e Henrrique, e honrra, com dous .rr.» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 36);
- vi) «S. Dobrão muitos, que he escusado poer particularmēte: porque he letra tam aparente, quando se dobra, ã qualquer orelha o sinte (...). Polo que não fica mais, que screuer, como pronũciamos com a obseruação, e regras, que teemos dadas, no capitulo desta letra .s. e com nos lembrar, ã nenhũa letra se dobra, senão vindo entre duas vogaes, ã he hũa regra, em que poucos caem. D'onde vem dizerem mansso, immenso,

¹ É preciso notar aqui que os autores não se escusam, no entanto, à fundamentação objectiva de tais apreciações, aportando argumentos de natureza interna à descrição. É o que acontece no passo seguinte: «errão hũus, que por se fazerem mais Portugueses do necessario, e muito anciãos, dizem, O Bartolo diz isto, o Baldo diz aquell'outro. O que he cõtra a propriedade dos articulos, que não se ajuntão aos nomes proprios: porque não demonstrão, o que naturalmente sta demõstrado» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 64[v.]).

e outros assi **erradamēte**. Mas o que se pode dizer em somma, e per via de regra he, que dobrão esta letra os superlatiuos (...). Mas não os numeraes, como **algũus mal cuidão** (...), porque **erradamente dizem, vigessimo, trigessimo**» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 47[v.]-48);

vii) «na scriptura não ponhamos letras, que não se ajão de pronũciar, e de que as mesmas palauras não constão, **como os vulgares fazem** no nome de CHRISTO» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 52[v.]);

viii) «deuemos **fugir o abuso, que algũus teem** (...) os quais screuem crux, por cruz» (LEÃO, *Orthographia*: 53[v.]);

ix) «Que **não sigamos o abuso**, de accrescētar a totalas dições Latinas, θ) começam em .s. hũ .e.» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 54);

x) «Que esta particula, se, junta aos verbos (...) faz ã signifiquem passiuamē)te, ou impersolmente, per arrodeo, por falta de palauras, de ã a lingua Hespanhol careçe. (...) A qual particula, se, deuemos screuer separada, e per hum .s. no que **vulgarmēte os mais errão**, e dizem, digasse» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 54[v.]-55);

xi) «Que não vsemos (...) indistinctamente destas preposições, per, e por, nem as cõfundamos, **como fazē vulgarmēte**» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 55[v.]);

xii) «Que por abbrevuiar a scriptura, não screuamos per notas numeraes, ou de algarismo as palauras, ã não denotão numero, **como fazem algũus** por ignorancia da lingua Latina, e da propriedade, e natureza das palauras, guiados do som dellas, e não da significação. (...) O que **he grande erro, e fealdade da scriptura**» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 57);

xiii) «Que não confundamos, nem misturemos as figuras numeraes da cõta Romana cõ a Arabica, **como fazem algũus**, (...) que **he cousa fea, e nojenta** para quem entende. Nem comecemos a conta em figura, e acabemos em letra, mas toda a conta screuamos

junta (...), e digamos: Anno de mil, e quinhentos, e setenta e seis, ou: Anno de 1576. E não: Anno de mil, e quinhentos e 76 (...) que outro si he cousa fea e **desproporcionada**» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 61)¹.

Formulações idênticas encontramos-las, também, em Gândavo:

- i) «E assi ha nesta parte **erros tão manifestos, e tambem recebidos de algũas pessoas**, que cuidão que dous ss, em meyo de parte, tem muito mais semelhança de z, que de c, no que **totalmente se enganão**» (GÂNDAVO, *Regras que ensinam*: 10);
- ii) «Em nenhũa dição diante consoante se seguirão nunca dous rr, porque **sera grande vicio, (...) como muitas pessoas costumão**» (GÂNDAVO, *Regras que ensinam*: 29);
- iii) «Nunca se vsará deste R, maiusculo em meyo de parte algũa, nem ainda em principio, **como vsão muitos**» (GÂNDAVO, *Regras que ensinam*: 39)².

No domínio das sibilantes, Nunes de Leão condena um erro de grafia que reconhece não ser exclusivo dos vulgares pelo que, aí, a regra se impõe sobre o uso “preferido” pela comunidade linguística: «Que tenhamos grande tẽto nos vocabulos, em ã entra .c.s. e .z. Porã a mais da gente, e não soo a vulgar, se engana na scriptura, confundindo estas letras, e poendo hũas por outras, sem distinção, sendo ellas diferentes, e distantes na pronunçiação, e natureza» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 58).

No processo de avaliação das formas e estruturas linguísticas, as apreciações ou juízos dos gramáticos são claramente condicionados por parâmetros de tipo social e cultural; já os aspectos relacionados com a distribuição da língua portuguesa no espaço são manuseados de forma menos orientada.

¹ Os destacados são nossos.

² Os destacados são nossos.

No *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, a região de Entre-Douro-e-Minho é-nos, no entanto, apresentada como aquela onde se conserva a “semente portuguesa”, já que aí se preservam vocábulos que pertencem ao fundo lexical mais antigo da língua e que, pela sua proximidade com o latim, devem ser “respeitados”:

A my muito me contentam os termos que se confórmam com o latim, dádo que seiam antigos: cá destes nos deuemos muito prezár, quádo nam achármos serem tam corrutos, que este labço lhe fáça perder sua autoridade. Nã sómε)te os que achamos per escrituras antigas, mas muitos ã se usam antre Douro e Minho, conseruador da semente portuguesa: os quáes algũus indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde nãçẽ (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 56[v.]).

É, no entanto, a linguagem do “povo de Lisboa” que Barros refere para estabelecer a comparação que se segue: «Tulio, Çesar, Liuiο, e todolos outros a que chamamos fonte da eloquε)çia, nunca aprε)derã lingua latina, como agrega: por que ẽra sua naturál linguágem, tam comũ ao pouo Romano, como uemos que a nóssa ẽ ao pouo de Lisboa, mas soubẽrã a grãmática della» (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 57)¹.

Em Duarte Nunes de Leão, os falantes galegos e alguns portugueses de Entre-Douro-e-Minho são também evocados, mas agora para confirmar a semelhança que, segundo o autor e conforme se pode verificar também no latim, existe entre as unidades /b/ e /v/ (letra *b* e letra *u* consoante, na sua formulação); a especificidade idiomática desses indivíduos é, no entanto, contraposta ao comportamento linguístico não marcado de um “nós”:

Teem outro si esta letra .b. algũa semelhãça com o .u. consoante. Porque assi na lingoa Latina, como na nossa, muitas vezes se muda o .b. em .v. (...). O que muito mais se vee nos Gallegos, e em algũs Portugueses d’entre Douro e

¹ O destacado é nosso.

Minho, que por vós, e vósso, dizem bos, e bosso, e por vida, dizẽ bida. E quasi todos os nomes, em que ha .u. cõsoante mudão em .b. E como se o fizessẽ aas vessas, os ã nos pronunciamos per .b. pronunção elles per .u (LEÃO, *Orthographia*: fol. 4)¹.

Duarte Nunes de Leão fornece-nos, neste âmbito, um depoimento precioso pelo seu grau de explicitude. Na verdade, este autor identifica, com muita lucidez, a razão do afastamento das línguas galega e portuguesa, apontando o aprimoramento que esta última deve à existência de um poder central e de uma estrutura social e cultural como a corte: as línguas de Galiza e Portugal

eraõ antigamente quasi hũa mesma, nas palauras,g e nos diptongos, e pronunção que as outras partes de Hespanha não tem. Da qual lingua Gallega a Portuguesa se auentajou tanto, quãto na copia e na elegãcia della vemos. O que se causou por em Portugal hauer Reis, e corte que he a officina onde os vocabulos se forjaõ, e pulem, e donde manão pera os outros homẽs, o que nunca honue em Galliza (LEÃO, *Origem*: 32).

A corte é, portanto, uma referência em termos linguísticos e a fonte, autorizada, a partir da qual se difundem formas e estruturas linguísticas positivamente avaliadas. Concebem-se, portanto, intervenções conscientes e institucionais sobre a língua (a par do que acontece em outras áreas da vida em sociedade), como se depreende, também, da referência explícita à actuação de D. Dinis, no caso de Portugal, e de D. Afonso X, o Sábio, no caso de Castela².

¹ É Duarte Nunes de Leão quem, «numa preocupação descritiva mais pormenorizada da língua portuguesa, se refere, pela primeira vez, à confusão entre *v* e *b* em português e também em galego» (PINTO, 1980: 615).

² «Era a lingua Portuguesa na saida daquelle captiueiro dos Mouros mui rude, e mui curta, e falta de palauras, e cousas, por o misero estado em que a terra estiuera: o que lhe conueo tomar de outras gentes, como fez. Polo que sua meninice foi (...) ate o del Rei dom Dinis de Portugal que teue algũa policia, e foi o primeiro que pos as leis em ordem, e mandou fazer copilação dellas, e compos muitas cousas em metro aa imitação dos Poetas Proençaes, como se melhorou a lingua Castelhana, em tẽpo del Rei dom Afonso o sabio seu auo, ã mandou escrever a chronica

Consciência da importância da intervenção das formas de poder revela-a igualmente, como vimos¹, João de Barros quando se refere, criticamente, ao ensino e, em particular, ao ensino das letras.

Temos, então, uma variedade linguística que ascende a modelo e à qual se associam, explicitamente, determinadas coordenadas sociais e culturais; na perspectiva de Fernão de Oliveira, estas só valem, no entanto, na medida em que determinam uma qualidade objectiva (funcional) do instrumento linguístico. Se o principal interesse deste é o comunicativo («a primeira e principal virtude da língua e ser clara e ã a possão todos entender» [OLIVEIRA, *Grammatica*: 53, 9-11]²), para que a língua possa, então, «ser bem entēdida ha de ser a mais acostumada antre os milhores della e os milhores da lingua são os ã mais lerão e virão e viuerão continoando mais antre primores sisudos e assentados e não amigos de muita mudãça» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 53, 11-14)³. Se as funções simbólicas de diferenciação e de unificação se associam, desde o início da obra de Fernão de Oliveira, a uma unidade histórica globalmente apresentada como **língua portuguesa** ou **nossa linguagem**, a função “objectiva” de quadro de referência para a correcção, a que se referem Garvin e Mathiot, é, agora, associada a uma variedade precisa, que se confunde com aquela; deparamo-nos, então, com aquele tipo de situação que Montes Giraldo descreve como sendo de “pseudouniversalismo imperialista”⁴.

geral de Hespanha, e copilar as sete partidas das leis de Castella, obra graue, e mui honrada, posto que rude nas palauras, como tambem mandou trasladar muitos authores da lingua latina na Castelhana. E assi se foraõ ornando ambas as lingoas, Portuguesa e Castelhana ate a policia em ã agora estão» (LEÃO, *Origem*: 32-33).

¹ Cf., atrás, n. da p. 360.

² Já vimos, atrás, que também em João de Barros é fundamental, na construção do conceito de linguagem, a noção de “entendimento”.

³ O destacado é nosso.

⁴ Cf. atrás, em 1.2. (*Atitudes descritivas e prescritivas no estudo da linguagem. Os conceitos de norma e standardização*), p. 62.

Podemos, então, neste momento, aceitar que a codificação do português não se desencadeia sem a integração de um dos processos considerados por Haugen na análise dos mecanismos de standardização: referimo-nos à selecção de variedades e / ou variantes que, no caso de Fernão de Oliveira, se legitima com a pressuposição da aceitação; esta traduz-se, por seu turno, na disponibilidade dos outros (da comunidade) para aprender. Nos outros casos, a autoridade que decorre do prestígio sociocultural do modelo dispensa a problematização desse aspecto do processo, que se resume à sua apresentação como um “dever”.

11.4. Qualidade e controlo do idioma

Oliveira atribui à gramática, como vimos, a função de, pela notação, ensinar, embora aos esclarecidos a gramática só possa ajudar. Concebe-se, então, o interesse da arte para o aperfeiçoamento da língua, aperfeiçoamento esse que se traduz no cultivo das suas qualidades. A consciência do papel interventivo do homem (utente / falante) sobre a língua revela-a claramente a afirmação já citada de que «os homens fazem a língua/e não a língua os homens» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 7, 28); que esse poder de intervenção se pode traduzir na evolução qualitativa do idioma é o que concluímos da constatação de Oliveira de que, manifestamente, «as linguas Grega e Latina primeiro forão grosseiras: e os homens as poserão na perfeição q̃ agora tem» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 7-8, 29-2). Terminando, o capítulo onde Fernão de Oliveira tece estas considerações, com a definição de gramática, parece-nos legítimo concluir que a figura do gramático é vista como um agente

fundamental naquele processo, agora consciente e que, assim, ganha contornos “institucionais”.

Nunes de Leão assume explicitamente uma atitude de responsabilização dos Letrados no combate aos vícios e descuido da sua contemporaneidade: «o que peor he, que os que mais nisso peccamos, somos os q̃ moor obrigação tinhamos de acertar» (LEÃO, *Orthographia: Ao muito illustre [...]*).

Ao longo dos textos surgem, então, manifestações mais ou menos explícitas, mais ou menos modalizadas, dessa auto-responsabilização ou da assunção da própria autoridade:

- i) «O remedio q̃ eu a isto posso dar he este» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 13, 4-5);
- ii) «e deyxadas outras rezões desta diuisão por esta q̃ me **ami melhor parece**» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 13, 20-21);
- iii) «por onde **m’parece** teremos neçesidade de hũa letra» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 14, 6);
- iv) «mas a mi me **pareçe** estoutro» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 20, 29-30);
- v) «a **interpretação** q̃ já **demos** deste nome liquido e **melhor**» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 21, 15-16);
- vi) «Ainda que nesta nossa linguagem pela corrupção dos vocábulos, vsão muito poucas vezes, ou quasi nunca de c, ante t: mas quando o vocabulo o tem de sua origem, e assi inteiramente foy vsurpado do latim pera nosso vso, não sera desnecessario, nem inconueniente vsallo (como algũs querem dizer) antes vsandose (**como digo**) nos taes vocabulos, sera muita perfeição» (GÂNDAVO, *Regras que ensinam*: 22-23);
- vii) «E ainda que destas duas maneiras se vse, e a pronunciação toda seja hũa, todavia **como eu digo** sera melhor vsado, pois estas são as letras de sua natural origem com que se deuem escrever» (GÂNDAVO, *Regras que ensinam*: 30);

viii) «pareceme que sera mais acertado e melhor escreuello com h, por ser pelo costume mais claro e facil a todos» (GÂNDAVO, *Regras que ensinam*: 34)¹.

Nalguns casos, o carácter “arrojado” da proposta é disfarçado pelo tom tímido com que aquela é avançada: «se o meu sentir he acertado eu sinto nos taes lugares .o. pequeno e não já .u.; e assi o escreueria, se me atreuesse (...) porque assi me soa a mi nas minhas orelhas: e se outra cousa fazem por imitar aos latinos não e nosso o ã segue» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 20, 18-22).

Encaradas a mudança e a diversidade como fenómenos naturais e próprios das línguas vivas², ao gramático compete, então, estabelecer limites ao “liberalismo” que a consideração desse princípio poderia legitimar, mas com o qual não se compatibilizaria o trabalho de codificação e valorização do idioma: surge, então, a ideia de “corrupção” (contraposta à de “apuramento” da língua), que Fernão de Oliveira utiliza para se referir a determinadas inovações, os “emprestilhaos”, desrespeitosamente introduzidos por aqueles que «como chegão a Toledo: logo se não lêbrão de sua terra a ã muito deuem» e «nos quaes não podem ser perfeitos» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 11, 20-23). O gramático avança, então, com um

¹ Os destacados são nossos. Neste último extracto, Gândavo defende que a forma gráfica para a terceira pessoa do singular do Presente do Indicativo do verbo *ser* deve ser <he> (com recurso a um <h> não etimológico), para assim se distinguir da conjunção *e*; outra possibilidade em uso já na época, mas menos difundida, segundo o mesmo autor, é a do recurso ao acento agudo. A posição do autor é, então, sobre o uso do *h*, a seguinte: «Finalmente que de qualquer destas se pode vsar. Mas porque com este accento he muito pouco vsado, e muitas pessoas o auerão por nouidade, ignorando pela ventura o que o tal accento denota, pareceme que sera mais acertado e melhor escreuello com h, por ser pelo costume mais claro e facil a todos, que destoutra maneira que digo (salvo meliori iudicio). E pelo consequente he necessario vsarse tambem deste h, em algũs vocabulos ainda que de si o não tenham, não porque seja necessario a pronunciação gostar delle, mas por razão de se entenderem, e significarem melhor, conforme ao vso desta nossa linguagem» (GÂNDAVO, *Regras que ensinam*: 33-34). Para além destes casos, só se usa <h> quando os vocábulos o têm de sua origem.

² Pelo contrário, ao latim, língua desaparecida, nós, que não somos latinos, não temos «liçença de por/nem tirar: nem mudar nada» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 52-53, 29-1).

conselho (o uso que, neste tipo de formulação, e como os outros autores, faz da primeira pessoa do plural diluir o valor prescritivo do imperativo verbal, dando a ideia de que se trata de um dever colectivo) e uma máxima: «Tenhamos poys muito resguardo nesta parte: porq̃ a lingua e escritura e fiel tisoureyra do bem de nossa soçessão» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 11, 23-24). Não surpreende, assim, que estas considerações (assentes na consciência do valor patrimonial e simbólico da língua) sejam seguidas de um apelo à conservação do idioma: «Examinemos a melodia da nossa língua e essa guardemos» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 11, 27) e que, pouco depois, se retome a ideia fundamental de lei e preceito: «se não teueremos çerta ley no pronũciar das letras não pode auer çerteza de preçeitos: nem arte na lingua: e cada dia acharemos nella mudança não somente no som da melodia: mas tâbε) nos sinificados das vozes» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 15, 19-22). Compreende-se, também, que os falantes que conduzem à definição do padrão se situem «mais antre primores sisudos e assentados e não [sejam] amigos de muita mudãça» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 53, 13-14). Muito embora reconheça e afirme que «não somēte a ortografia e diuersa ã diuersas linguas mas tâbē em hũa mesma lingua se muda cõ o costume» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 26, 4-6), a posição de Fernão de Oliveira é, no entanto, a de que no escrever (e no pronunciar, dada a inexistência de fronteiras claras, nos trabalhos da época, entre os dois níveis de descrição) há que seguir uma “certa regra”, que, no entanto, e na sua opinião, deve ser “a mais fácil” (OLIVEIRA, *Grammatica*: 15-16).

O conceito de corrupção é, então, um conceito fulcral na bibliografia linguístico-gramatical do século XVI e que Nunes de Leão utiliza de forma ambivalente: refere-se, por essa via, ao processo de evolução (regular e passível de descrição) que, a partir do latim, conduziu ao português, **corrupção**

equivalendo, nesse contexto, a ‘transformação regulamentada’¹; o mesmo termo serve-lhe, no entanto, para referir processos que, a partir da mesma base, Nunes de Leão interpreta como sendo de ‘degradação’ ou ‘adulteração’:

Porque hũa coua he a corrupção, q̃ se faz por a propriedade da lingoa, a que traspassamos os vocabulos, e perq̃ corrõpemos hũas letras em outras suas affijs, outra he, a q̃ se faz por a ignorancia da origem dellas, q̃ he corrupção, q̃ as orelhas de homês polidos, e de bom entẽdimẽto não admittẽ, como he dizer (...), e outros infindos vocabulos, q̃ muita gẽte pronũcia, e screue mal, por não saber a origẽ delles, sem a qual he impossuiel screuer certo, nem fallar proprio (LEÃO, *Orthographia*: fol. 62)².

À descrição linguística ou ortográfica surge, então, associada uma atitude “legisladora”, ou, se quisermos, orientadora, que se traduz na avaliação e regulamentação dos usos. Áreas gramaticais particularmente sensíveis a esse procedimento, e no âmbito das quais obtemos, por parte dos diferentes autores, considerações ou ponderações várias no domínio do que actualmente consideramos linguística geral são as do léxico e da morfologia. Assim, a

¹ Curiosamente, esse facto não impede apreciações negativas como aquela que apresenta para a pronúncia palatal que <g> veio a ganhar em português quando seguido de <e> ou <i>: essa é uma pronúnciação “não natural”, “imprópria” e “adulterina” «alheia dos Gregos, e Latinos, e propria dos Mouros, de q̃ a recebemos» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 7-7[v.]). Considere-se ainda, a propósito de <i>: «Outro soido lhe damos improprio, quando he consoante, que he falso, e alheo da natureza desta letra, o qual he cõmum a .g. da maneira que o nos pronũciamos com .e.i. q̃ he hũa pronunciação Mourisca, tam alheia da propriedade do .g. como do .i.» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 8[v.]).

² De qualquer forma, há vocábulos que «deixamos incorruptos, q̃ pola maior parte são os de q̃ a gẽte vulgar não vsa tâto» (LEÃO, *Orthographia*: fol. 52). Explica-se assim a coexistência de vocábulos morfológicamente aparentados (formas derivadas de uma mesma base), mas com estruturas fonológicas e gráficas não convergentes. A última («que na lembrança deue ser a primeira») regra de ortografia apresentada por Leão é, no entanto, a seguinte: «que trabalhemos sempre, por inuestigar a origẽ dos vocabulos. Porq̃ pela etymologia delles, se sabe a orthographia, e pela bõa orthographia a etymologia. E este he a fonte e a raiz de fallarmos, e screurmos bem e propriamente, ou mal. Porque de as palauras andarem tiradas de seu curso, e scriptura, vem não se saber a origem, e propriedade dellas: e de não sabermos a origem, vem andarem muitas tam mal scriptas, que por starem tam recebidas do vulgo, não podem já teer emẽda» (LEÃO, *Orthographia*: 61[v.]).

distinção varroniana entre declinações naturais e declinações voluntárias permite-nos recolher, no texto de Fernão de Oliveira, o que nos parecem ser as suas ideias fundamentais não só sobre o funcionamento do sistema linguístico, que oscila entre o cumprimento e a violação de leis (recorde-se a análise de Coseriu no que diz respeito à antecipação, no texto de Fernão de Oliveira, do seu próprio conceito de norma), mas também sobre o “relacionamento” a estabelecer entre o homem e o seu idioma.

Fernão de Oliveira organiza, então, o estudo daqueles domínios gramaticais atendendo à origem ou etimologia dos vocábulos (**nossos, alheios e comuns**), à sua estrutura morfológica (**apartados** ou **juntos; primeiros** ou **tirados**), à sua antiguidade e/ou difusão (**velhos, novos, usados**), à sua dimensão semântica (**próprios** ou **mudados**) (OLIVEIRA, *Grammatica*: 39-40). Assim, constatada a diferente difusão e vitalidade do léxico, Fernão de Oliveira refere-se à necessidade de, no uso dessa componente da gramática, se impor uma **adequação à situação discursiva**: «O uso destas dições antigas diz Quintiliano traz e dá muita graça ao falar quando he temperado e em seus lugares e tempos», pelo que, «se essas dições antigas que usamos: as quaes sendo moderadas nos ouvidos da frementar forem sobejas faram muito grande disonância nas orelhas de nossos tempos e homens» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 50, 8-9 e 21-23). Por outro lado, os vocábulos **usados** são aqueles que, opondo-se aos **velhos** e aos **novos** e apresentando origens mais ou menos distantes, são próprios daquele tempo e da terra; são esses, portanto, os vocábulos que todo o indivíduo entende e utiliza, sob pena de ficar «desentoadado fora do tom e musica dos nossos homens d'agora» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 52, 10). Uma vez que a clareza é, para o primeiro gramático do vernacular português, o atributo que enaltece a língua, o uso do léxico é ainda regulamentado no sentido do recurso mais intensivo às dições

próprias, que se distinguem das **trasladadas** (aquelas cujo valor semântico resulta, por exemplo, de um processo de expansão), e que são aquelas « ã serue na sua primeira e prinçipal sinificação»: «as dições ãprias tẽ a principal ãte da bõa e clara linguagẽ e destas vsaremos mais a meude» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 53, 16-17 e 24-25).

No que se refere à criação lexical, há, por outro lado, que ter presente que a contemporaneidade do gramático não tem, ao contrário dos «premeiros homens quando premeiro nomearão. toalha e guardanapo, e quando dixerão chorar. cheirar: espantar: e outros muitos ã não são tirados de nenhũa parte» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 50-51, 28-3), «mui franca liçẽça» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 51, 4). Assim, há também que regulamentar o aparecimento e difusão do novo vocabulário. A intervenção do gramático traduz-se, então, nesse âmbito, na enunciação de regras ou “resguardos”, que Oliveira elabora, considerando princípios e critérios baseados na integração lexical e na actualidade e difusão das palavras: assim, «das dições velhas tomemos as mais nouas e ã são mais vezinhas de nosso tempo: assi como tambẽ das nouas hauemos de tomar as mais antigas e mais reçadas de todos ou da mayor parte» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 50, 10-13)¹.

O mesmo princípio, de Quintiliano, é enunciado por Nunes de Leão (*Origem*: 148):

de palauras antigas, e desacostumadas nos guardemos. E que nos ajamos com ellas, como com as moedas, que se naõ buscão para gastar, nem se tomã senão as corrẽtes, e que de todos se acceptão. E ã quãdo de palauras antigas quisermos vsar, tomemos dellas as mais nouas e, das nouas as mais antigas, s. f. as ã já tem authoridade, e estão reçadas.

¹ A este preceito Oliveira não reconhece, no entanto, valor de universalidade, frisando que apenas dá conta da maior parte das situações: «a limitação ou regra sera esta pella mayor parte (...): ainda porem ã não sempre isto he açertado/porque muitas vezes alghũas dições ã ha pouco são passadas são ja agora muito auorreçadas» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 50, 10-16).

Finalmente, a novidade ou o carácter arcaico do vocabulário não obriga à sua rejeição, mas deverá vir associada à explicitação de uma restrição de uso, assim se indicando o carácter “marginal” da(s) forma(s) em causa:

outro resguardo seja que com serem mais velhos sejam também mais vsados e ameadados/e o vso delles seja aprouado por aquelles q̄ mais sabem: e também teremos estoutro resguardo no vso das vozes nouas q̄ semp̄ as saluaremos cō alghū sinal d’stes ou outro q̄lqr semelhãte: os sinaes são: como dizẽ: porq̄ assi diga.ou fale. porq̄ vse d’ste vocabolo: ou dizer: como dizẽ la. como diz foão. quasi dãdo a entender q̄ não vsamos açinte da tal nouidade ou tãbẽ velhiçe se for cousa velha (OLIVEIRA, *Grammatica*: 51-52, 27-4).

O processo genolexical de derivação é justificado por Oliveira como uma forma de enriquecimento lexical, uma forma de «abastecer e fazer copiosa a nossa língua» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 54, 17), e não como um defeito ou sintoma de falta de originalidade ou criatividade. Este mecanismo é, pelo contrário, «cõforme a boa razão» e torna, por isso, mais eficaz o sistema comunicativo: «tiramos ou formamos hũas dições doutras p̄a abastecer e fazer copiosa a nossa língua: e porq̄ nos não faltẽ vocabolos nas cousas: p̄a as q̄es todas os p̄meiros homens não poderão dar vozes ã cõprimẽto» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 54, 29 e 16-19). A “boa razão” à qual a derivação obedece justifica, do ponto de vista “interno” ou sistémico, esse mecanismo morfológico: «hũas cousas ou são ou pareçẽ chegadas a outras: ou tãbẽ descendẽtes e especeas dellas assi isso mesmo fazem’ hũas dições q̄si como especeas p̄tiçipãtes doutras: e ã outras fazemos as formas semelhãtes e chegadas ã voz» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 54, 22-26). Se, assim, se cumpre o princípio da analogia, designação dada pelos gregos às “regras de proporção ou semelhança”, Oliveira mostra-nos e ensina-nos como esse princípio de funcionamento das línguas (em equilíbrio, à maneira varroniana, com o princípio da anomalia) «se guarda ãtre nos» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 55, 8-9) ou “na nossa

língua”, mostrando que «os nossos homens tâbẽ sabẽ falar e tẽ cõcerto em sua lingua» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 56, 6-7), e desenvolvendo um esforço que, como Varrão reclama, deve ser profundamente reconhecido: «quem souber alghũa cousa será de louuar: porq̃ assi como as cousas apartadas e particulares trazem consigo esquecimẽto, assi tambẽ se alcanção com muita diligẽcia e trabalho a quẽ não deue não ser dado muito agradeçimẽto» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 55, 11-15).

Assim, tomando a distinção varroniana entre declinações naturais e declinações voluntárias, domínio das «dições q̃ não tẽ çerta lei de formação» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 58, 6-7), Oliveira aporta argumentos de dois tipos para justificar a impossibilidade de uma liberdade ilimitada: por um lado, é preciso respeitar a estrutura sonora própria do idioma; por outro, o processo (contido) de criação lexical por derivação deve depender de alguém investido de autoridade (isto é, exige a sanção dos que “mais sabem”), só assim se legitimando:

não e mui franca ou para melhor dizer solta a liberdade de todos (...) porq̃ posto q̃ se não podẽ dar aqui mais limitadas regras esta que. em toda parte se d’ue guardar seruira tâbem aqui: q̃ neste tirar das dições. oqual polla mayor parte ja foi feito pollos antigos: e esses hauemos de guardar: se aindagora o ouueremos mester **seja cõforme a melodia da nossa lingua e seja entregue não a qualquer pessoa mas aquelles de cujo saber e vontades nos poderemos fiar cõ rezão**: porq̃ não sera fiel na nossa lingua quẽ lhe q̃ser mal (OLIVEIRA, *Grammatica*: 57-58, 22-1)¹.

Evocando a autoridade de Horácio, João de Barros impõe como condição para a inovação lexical que, no caso do português, a fonte seja a língua latina².

¹ O destacado é nosso.

² A relatinização do léxico é, aliás, um sinal de elegância, que Barros reconhece aos italianos, franceses e castelhanos, porque dados, com a ajuda da imprensa, às traduções latinas. Relativamente aos portugueses, acrescenta Barros (*Dialogo em louvor*: fol. 56): «Este exercício se ô nós usáramos, iatiuêramos conquistáda a lingua latina como temos Africa e Asia: á

Ao mesmo tempo, e como Oliveira, considera que esse processo, cujos resultados não deverão infringir a “natureza da nossa linguagem”, não se poderá desenvolver descontroladamente: «Nã sam todos para isso liçençiadós: e os que ô forẽ, será em algũus uocábulos, que a natureza da nõssa linguágem açeite. Por que (a meu iuizo) tam mál parece hũ uocábulo latino mál deriuado a nós: como algũas paláuras que achamos per escrituras antigas, as quães o tempo leixou esquecer» (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 56[v.]).

Também Nunes de Leão «auerigoado ã de necessidade se hão de innouar vocabulos, e tomar emprestados» (LEÃO, *Origem*: 141-142) se vale do conselho de Quintiliano e defende a importância da fonte clássica¹:

Sendo pois a lingua Portuguesa na origem latina, e reformada muitas vezes, e ampliada de vocabulos latinos, de que carecíamos, por a corrupção que os Godos nella fizeraõ sem nenhum pejo, e com mais honra nossa nos deuemos aproueitar della, como filhos, ã dos bens paternos se ajudão (...). E por a muita semelhança que a nossa lingua tem com ella, que he a maior que nenhũa lingua tem com outra (LEÃO, *Origem*: 143).

De qualquer modo, e tal como acontece em Fernão de Oliveira, impõe-se como critério fundamental na aceitação do léxico a sua actualidade e difusão (**idade e propriedade** das palavras, na expressão do Nunes de Leão), já que, sendo «a principal virtude e requisito das palauras, a propriedade e clareza dellas, pois para declarar nossos pensamentos se inuentarão, que cousa pode ser mais absurda, que ser necessario

conquista das quães nos máis dẽmos que ás treladações latinas. E o sinál desta uerdáde, e que nam sómente temos uitória destas pãrtes, mas ainda tomamos muitos uocábulos».

¹ «[Ha] nas lingoas alheas algũs termos que naõ ha nossa, para declarar o que sentimos ou ensinamos. Polo que cada dia os tomamos das lingoas latina, ou Grega, por terẽ) para isso seus terminos sabidos, e notos a todos» (LEÃO, *Origem*: 138).

buscar interprete, para que se entendão?» (LEÃO, *Origem*: 148)¹. A autoridade deste princípio vem de Quintiliano, «grande mestre de fallar (...) [que] nos amoesta, que de palauras antigas, e desacostumadas nos guardemos. E que nos ajamos com ellas, como com as moedas que se não buscão para gastar, nem se tomão, senão as corrêtes, e que de todos se acceptão» (LEÃO, *Origem*: 148).

Este autor distingue, no entanto, considerando o factor que desencadeia o aparecimento de vocabulário novo, **inovações voluntárias e inovações necessárias**: as primeiras cabem aos «homeões doctos ou bem entendidos», que as fazem «para policia, e pureza dos vocabulos que achaõ rudes»; já as inovações do segundo tipo «são necessarias por a inuenção das cousas, a que he necessario darlhe seus vocabulos. De que temos exemplo nos muitos que os Latinos tomaraõ dos Gregos por as artes e disciplinas que delles receberaõ» (LEÃO, *Origem*: 19-20). Fica bem claro aqui que, não obstante o reconhecimento de uma modalidade “natural” de funcionamento das línguas, se assume como legítima a intervenção e a actividade reguladora do homem (que não é, no entanto, “qualquer homem”) sobre a linguagem.

A legitimação do processo de renovação e enriquecimento lexical envolve, segundo Nunes de Leão, dois tipos de necessidades: umas são de natureza estilística, as outras são de natureza prática; a unidade idiomática ganha, então, em expressividade e em eficácia comunicativa:

¹ «Esta insolencia de que Iulio Cesar nos auisaua que fugissemos, não he soomε)te na idade ou propriedade das palauras, mas na compostura e pronũciação dellas» (LEÃO, *Origem*: 148). Para persuadir os seus contemporâneos da justeza das suas reflexões, Nunes de Leão escreve ainda: «Tendo pois nos feitas tantas diuisões de vocabulos que se variaõ pelo tempo, e hũs se extinguem, e outros renascem, e ha palauras tam antigas que ja não estão em vso, outras que são taes que em bocca de homε)es bem costumados se não deuem achar, parece que me obriguei a dar algũas lembrãças para a eleição que dellas deuemos fazer. E tratando da antiguidade e nouidade dos vocabulos, para mais persuadirmos aos pertinazes, que não consintem deixarmos vocabulos velhos, por mui velhos que se jão, nem admittem os nouos, daremoslhes authores authenticos, cuja authoridade os conuença» (LEÃO, *Origem*: 145). Esses autores são Júlio César, Octávio Augusto, Quinto Mecenas, Favorino, Demonax e, finalmente, Quintiliano.

Antigo dito he que muitos mais são os negocios que os vocabulos, e como os conceptos dos homens são infinitos, e as palauras finitas necessariamente as inuentamos, o buscamos, e tomamos emprestadas de outras gentes (...) não soamente para supprir a necessidade de explicarmos o que queremos, mas para copia e ornamento por não repetirmos hūas mesmas palauras muitas vezes: o que aos que ouuem, ou leem traz sempre nojo e fastio (LEÃO, *Origem*: 138).

He tambem necessaria a copia de palauvras pera dellas fazerem escolha os que fallão ou escreuem de cousas graues, como são os historiadores que não deuẽ servir de palauras commūas aos baxos, e mecanicos, senão congruētes aa materia que tratão e aas pessoas a que fallão ou escreuem, porque hão de respectar o capto da gēte mais nobre, e de maior entendimento, que tem diferentes termos de fallar. (...) os que escreuem ou fallaõ, se deuẽ accomodar aos maiores e mais nobres, e aa sua maneira de fallar. Para o que se não deue ouuir hūa secta de homens, que querem q̃ o que se falla ou escreue seja per palauras costumadas e antigas, e q̃ os homeẽs do vulgo entendão sem innouar vocabulos, que he razão de homens de pouco discurso, e sem erudição. Porq̃ se essa regra se guardara, e não renouaramos vocabulos, ou não os tomaramos emprestados quando os não temos nossos, estiuera a lingua Portuguesa, e as outras mais de Hespanha, na torpe rudeza em que a principio estauão (...). E em lugar de particulas que dessem graça e ornamento ao que se falla, (...) dizião a cada passo (...), como hoje dizem os que nas farças arremedão aos homens rusticos, ou da Beira daq̃le tẽpo (...) julgarẽ per melhor a poesia (...) daquelles tẽpos antigos, que a polidissima destes, que se pode igoualar a Grega e Latina (LEÃO, *Origem*: 140-141).

Explicado e regulamentado, nestes termos, o desenvolvimento lexical e o domínio da morfologia derivacional, as questões flexionais são tratadas por Oliveira com recurso ao que Varrão nos diz sobre as declinações naturais,

mais sogeitas as regras e leis de cujo mandado se rege esta arte As regras ou leys q̃.digo são como disse anotações do bo costume. As quaes porque assi são mais gerais e comprehendem mais chamamoslhe naturaes e de feito pareçẽ ser

mais proprias e consoãtes a natureza da lingua pois lhe ella mais obedeçẽ. E assi diz marco varrão que a declinação natural e aquella ã não obedeçe a vontade particular de cada hũ: mas ã.e conforme ao comũ parecer de todos: e mais não se muda tão asinha: posto que o vso do falar tenha seu mouimẽto como elle diz e não perseuere hũ mesmo âtre os homẽs de todas as idades (OLIVEIRA, *Grammatica*: 60, 1-13).

De qualquer modo, embora não em tão grande número, também «padeçe a grãmatica aqui suas eyçeições» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 60, 13), sendo significativas, portanto, as situações em que não se podem formular “regras universais”: «eu não acho regra mais geral questa que agora darey ainda que tera muitas eiçeições» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 67, 10-12); «A parte desta regra ã.mais cõprende e dos nomes ã.mudão todo o ditõgo» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 68, 8-9). A apreciação geral, motivada pela análise da categoria morfo-sintáctica do número, é, não obstante, a de que «guarda a nossa lingua as regras da proporção mais que a latina e grega. as quaes tem em suas dições muitas irregularidades e seguẽ mais o sabor das orelhas ã as regras da rezão: assi como nos tambẽ as vezes deixamos as regras geraes: porã o bo costume e sentido nos mandão tomar alghũas particularidades» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 70, 7-11). Veja-se o valor emblemático do seguinte trecho:

assi na analogia dos verbos como das outras partes não temos regras ã possuem cõprender todos se não os mais do que nos não auemos despantar porã os gregos cuja lingua e bem conçertada tem hũ bo caderno de verbos irregulares: e alghũs nomes. e os latinos tẽ outro tã grande de nomes cõ seus verbos de cõpanhia (OLIVEIRA, *Grammatica*: 73, 8-13).

A língua nacional dá, também, sinais de vitalidade quando rentabiliza procedimentos como a perífrase verbal: «Temos mais algũus tẽpos simples, os quaes por

cópia da nossa linguagem mais que por defeito della, os podemos dizer tãbẽ per rodeo» (BARROS, *Grammatica*: fol. [25])¹.

No fim, é o equilíbrio a grande qualidade da língua: Oliveira nota, por um lado, que a assistematicidade própria do mecanismo derivacional é comum às diferentes línguas («toda esta cousa não somẽte na nossa lingua e tã desuairada: mas tãbẽ nas outras: e âtre muitas da latina o afirma ser assi nella marco varrão» [OLIVEIRA, *Grammatica*: 59, 17-19]) e realça o facto de o português não infringir de forma tão ostensiva como o fazem outras línguas as regras que dão conta das generalidades, isto é, a razão. É dessa forma que, no capítulo *Da construção*, Oliveira superioriza o português no contexto das línguas que conhece, não excluindo, dessa comparação, as clássicas: nessa área,

mais q̃ em alghũa outra guardamos nos çertas leis e regras: posto q̃ tambem nas outras partes da gramática temos menos eiçeições q̃ os latinos e gregos: cujas linguas mui gabadas: muitas vezes faltã na cõueniẽça dos nomes ajetiuo/e sustantiuo/relativo/e antecẽdẽte. e isso mesmo do nome cõ o verbo (OLIVEIRA, *Grammatica*: 73, 21-26);

a fim posto q̃ muitas desproporções ou dessemelhãças se cometão na nossa lingua não são tãtas como em outras linguas: acõteçe muitas mais vezes (OLIVEIRA, *Grammatica*: 74, 12-14).

Por outro lado, constatada a evidência das irregularidades, ao gramático só cabe perspectivar esses desvios como forma de enriquecimento e embelezamento do idioma, argumentando, como Leão fará também, com o exemplo de outras línguas:

e são essas linguas hauidas por boas: porque dizem q̃ nem semp̃ e virtude seguir as p̃porções da arte mas q̃ vsarẽ dalghũas suas propriedades em particular as afremosenta. tãbem a nossa tẽ o mesmo: por tãto não nos

¹ O destacado é nosso.

desprezemos della aqual foi sempre: e agora e tratada por homens q̃ se entẽdẽ e sabẽ o que falão: cuja imitaçã nos fara galantes e primos a nos e a nosso falar se aquiseremos seguir (OLIVEIRA, *Grammatica*: 74, 14-20).

No domínio da sintaxe, cabe, portanto, não só a enunciação das regras, «mas ainda algũas figuras e uiços, que assy na fála como na escritura cometemos» (BARROS, *Grammatica*: fol. 34).

O português reúne, então, as características e a versatilidade que lhe permitem funcionar não só como língua de comunicação, mas também como língua de civilização e de cultura. Assim, João de Barros considera que a esse idioma cabe uma prerrogativa «sobre todas as linguáges presentes: magestade pera cousas gráues, e hũa eficácia baroíl que representa grandes feitos. (...) Nesta grauidade (...) a Portuguesa leua a todas, e tem ã sy hũa pureza e sequidam pera cousas baixas», mas que a «língua Portuguesa, que tenha esta grauidade, nã p̃rde a força pera declarar, mouer, deleitár, e exortár a pártẽ â que se enclina: seja em quál quẽr gẽnero de escritura» (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 54[v.]-55[v.]). O português é, ainda, uma língua suficientemente rica em termos lexicais para nela se abordar qualquer matéria, para tanto bastando o engenho de quem se propõe fazê-lo:

Certo, aquẽm nam faleçer matéria e engenho pera demonstrár sua tençãm, em nõssa linguágem nam lhe faleçerãm uocábulos. Por que de crer ẽ que se Aristoteles fora nõsso natural, nam fora buscár linguágem emprestada pera escreuer na filosofia, e em todas as outras matérias de que tratou. E se lhe faleçera algũ termo soçinto, fizera o que uemos em muitas pártẽs aos presentes. Os quães quando careçem de termos theologães, os theologos pera intendimento real da cousa õs compuserã (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 55[v.]).

Também Gândavo (*Dialogo em defesaõ: 42*) realça a polivalência (estilística) da língua portuguesa, que é «em si tão graue e tão excellente assi na prosa como no verso que só a latina lhe pode nesta parte fazer ventagem»; este idioma é ainda digno de louvor pelo facto de, tendo cada língua um “estilo próprio e em que melhor parece”, ser claramente preferido ao castelhano para o tratamento de coisas graves e importantes. Os modelos referidos (mas não citados) são, nesse âmbito, fundamentalmente os literários: Sá de Miranda, João de Barros, Frei Heitor Pinto, Luís de Camões, Diogo Bernardes, António Ferreira, entre outros (GÂDAVO, *Dialogo em defesaõ: 60-62*).

Em Nunes de Leão, que afirma que a língua portuguesa «para tudo tem graça e energia, e he capaz de nella se escreuerem totalas materias dignissimamente, assi em prosa como ã verso» (LEÃO, *Origem: 132*), recolhemos, como se observa, um depoimento muito semelhante. Para tornar bem claras as possibilidades expressivas do português, escreve o mesmo autor: «A trasladação de palauras de hũa significação em outra, a que os Gregos chamaõ metaphora, he mais natural aos Portugueses que a nenhũa outra nação, e em que tem muita graça, e ficaõ ricos de muitas palauras, e maneiras de fallar» (LEÃO, *Origem: 51*).

PARTE III - A PRODUÇÃO LINGUÍSTICO-GRAMATICAL
PORTUGUESA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA NORMA E DO
DISCURSO SOBRE A NORMA

CAPÍTULO 12

**Construção da norma e
estandardização: os séculos XVII e
XVIII (continuidade e ruptura)**

Fiz o que soube, supra o affecto de minha boa vontade, ao defeyto de meu pobre engenho (BARRETO, *Ortografia: Prologo*)

como a menor parte do que se ignora, he muyto mayor, que tudo quanto se sabe (segundo sohia dizer o divino Platã) nunca se diz tão que nã fique lugar à se dizer mays alguma cousa (BARRETO, *Ortografia: Dedicatoria*)

12.1. Introdução

Os textos que, no âmbito do presente trabalho, orientarão a análise do século XVII são *Methodo grammatical para todas as linguas*, de Amaro de Roboredo (1619)¹; *Das partes que ha de hauer na lingoagem para ser perfeita, e como a Portuguesa as tem todas, e algũas com eminencia de outras lingoas*, de Manuel Severim de Faria (1624)²; *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa* e *Breves louvores da língua portuguesa: com notaveis exemplos da muita semelhança, que tem com a lingua latina*, de Álvaro Ferreira

¹ A edição a que recorreremos é o *fac simile* (da edição elaborada em Lisboa, por Pedro Craesbeeck) publicado por Kossarik (2002). Os extractos que transcreveremos virão identificados pela apresentação abreviada do autor e da obra (ROBOREDO, *Methodo grammatical*), seguida da indicação da(s) página(s) onde se localizam.

² Os extractos que transcreveremos virão identificados pela indicação abreviada do autor e da obra (FARIA, *Das partes que ha de hauer*), seguida da referência à(s) página(s) (folio[s]) onde se localizam.

de Vera (1631)¹ e a *Ortografia da lingua portugueza*, de João Franco Barreto (1671). Para as nossas observações sobre o século XVIII, funcionaram como fontes inspiradoras *Regras da lingua Portugueza, espelho da lingua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza*, de D. Jerónimo Contador de Argote (1725)²; *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza*, de Madureira Feijó (1734)³, *Compendio de orthografia*, de Monte Carmelo (1767)⁴, *Arte da grammatica da lingua portugueza*, de António José dos Reis Lobato (1802)⁵ e *Grammatica*

¹ Consultámos, neste caso, as edições originais, publicadas em Lisboa, por Matias Rodrigues. Os extractos que transcreveremos virão identificados pela indicação abreviada do autor e da obra (VERA, *Orthographia ou modo para escrever*; VERA, *Breves louvores*), seguida da identificação da(s) página(s) (folio[s]) onde se localizam.

² Trata-se da 2ª impressão desta obra, «muyto accreentada, e correctá», publicada em Lisboa Ocidental, na Oficina da Música. As citações que apresentaremos virão identificadas pelas formas abreviadas do nome do autor e do título da obra (ARGOTE, *Regras*) seguidas pelo número da página de onde foram extraídas.

³ FEIJÓ, *Orthographia explicada* (este adjectivo surge no título que reaparece na p. 1), a que se segue o número de página de onde foram extraídas, identificará, neste caso, as citações que transcreveremos.

⁴ O título completo da obra de Monte Carmelo, impressa em Lisboa na Oficina de António Rodrigues Galhardo, é *Compendio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas Regras, paraque em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologã, e Prosódia, isto he, a Recta Pronunciaçam, e Accentos proprios, da Lingua Portugueza*. A este título segue-se: *Accrescentado com outros novos catalogos, e explicaçam de muitos Vocabulos antigos, e antiquados, para intelligencia dos antigos Escritores Portuguezes; de todos os Termos Vulgares menos cultos, e mais ordinarios, que sem algũa necessidade nam devem usar em Discursos eruditos; das Frases, e Dicçoens Cómicas de mais frequente uso, as quaes sem hum bom discernimento nam se devem introduzir em Discursos graves, ou sérios; e finalmente dos Vocabulos, e diversos Abusos da Plebe, mais conhecidos, e contrarios ao nosso Idioma, os quaes sempre se-devem corrigir, ou evitar*. Qualquer citação desta obra virá identificada com a informação CARMELO, *Compendio de orthographia*, seguida da indicação da página onde o texto transcrito se localiza.

⁵ 1802 é a data da 5ª impressão, versão seleccionada por Assunção (2000) para a edição crítica da obra e que tomaremos como referência (a 1ª edição do texto de Lobato data, como se sabe, de 1770). Qualquer citação desta obra virá identificada com a informação LOBATO, *Arte da grammatica*, seguida da indicação da página onde o extracto transcrito se localiza no texto original (não consideraremos, para esse efeito, a paginação de conjunto da referida edição).

philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem, de Jerónimo Soares Barbosa¹.

Já justificámos atrás a opção de, neste trabalho e ao lado de obras de descrição gramatical e de discursos apologéticos, considerarmos também textos metaortográficos. É agora oportuno fazer notar que, embora o objectivo de Madureira Feijó e Monte Carmelo (como o de João Franco Barreto) seja, nas obras aqui referidas, o de estabelecer uma Ortografia para o português, encontramos, nesses textos, uma explícita e intencional associação do propósito ortográfico (a normalização da escrita), a intuições ortoépicas; basta, para o percebermos, atentar nos títulos e/ou nas especificações que os acompanham. Naturalmente, estes objectivos não se expõem ou depreendem sem que se proceda, com maior ou menor grau de explicitude, à avaliação dos usos e da sua diversidade; justifica-se, portanto, a integração deste tipo de texto num trabalho cuja linha orientadora de análise é, precisamente, o discurso valorativo que subjaz à definição de um padrão linguístico. O discurso de legitimação do texto metalinguístico ou metaortográfico não se pode desvincular dessas coordenadas.

12.2. O interesse da codificação gramatical e a persistência do tema

Frisámos no capítulo anterior que a importância, incontornável, da produção linguístico-gramatical do século XVI decorre do facto de se ter então iniciado o processo de codificação do vulgar e de toda essa actividade pressupor,

¹ Trabalhámos, neste caso, com a 1ª edição, publicada em 1822. Os extractos que transcrevemos virão identificados de modo semelhante ao que descrevemos para as restantes obras: BARBOSA, *Grammatica philosophica* e indicação do número de página.

mas também estimular, uma alteração significativa do estatuto do idioma nacional. Como vimos, a legitimação deste enquanto forma de expressão nacional conduz à reflexão não só sobre os valores simbólicos a ele associados, mas também sobre as suas especificidades internas; a partir do momento em que, naquele trabalho e naquele contexto epocal, não se pode evitar a questão das relações históricas e estruturais com o latim, o quadro de análise em que a reflexão se processa surge necessariamente marcado pela ambiguidade.

À semelhança do que sucede no século XVI, também as obras linguísticas e ortográficas dos séculos XVII e XVIII se constroem sobre a sua autojustificação: há que legitimar, por um lado, a própria actividade codificadora e, por outro lado, a selecção do objecto alvo desse trabalho. Embora um ou outro autor (veja-se o caso de Contador d'Argote) desvalorize ou quase ignore essa questão, a própria complexidade do secular processo de fixação ortográfica e a persistente valorização das línguas clássicas, sobretudo no interior do sistema de ensino, explicam a sobrevivência e a recorrência daquele tema, que entretanto se entrecruza com uma outra questão e causa, já levantadas por João de Barros: a da defesa do ensino prioritário da língua materna. Veja-se, nos finais do século XVIII, o expressivo depoimento de Reis Lobato:

A Muitos parecerá desnecessaria a presente Grammatica, por entenderem, que para se fallar perfeitamente a lingua Portugueza basta sómente o uso, sem necessidade de recorrer a regras, a que só lhes parece que estão sujeitas as línguas Grega, e Latina (...). Por duas razões se faz indispensavelmente precisa a noticia da Grammatica da lingua materna: primeira, para se fallar sem erros: segunda, para se saberem os fundamentos da lingua, que se falla usualmente (LOBATO, *Arte da grammatica*: VII).

Por outro lado, e na sequência das reflexões desenvolvidas já no século XVI, a “tranquila” aceitação da diversidade e da mudança ajuda a gerir, por outro lado, a complexa relação entre as línguas clássicas (e o latim em particular), cujo valor de referência cultural ninguém questiona, e a língua nacional. Essa é a clara intenção de Barreto que, como Duarte Nunes de Leão, se socorre da comparação horaciana:

sendo a falla toda concertada a nosso módo, como quer que o omem de sua natureza seja instabilissimo, e variabilissimo animal, a nossa locuçã nã podia ser duravel, nε) cõtina: màs assi como as outras cousas, que são nossas, como os costumes, e trajos, se mudam, assi esta segundo a distancia dos tempos, e lugares, necessario he que varie; nε) ε) cousa tã fragil podia aver firmeza. (...) Porque as mudanças das gentes, e das Monarquias nã pódem ε) tãtos seculos deyxar de as corromper, e mudar ε) outras formas. Pola qual razã Horacio ε) a Arte, compara os vocabulos ás folhas das arvores, porque caindo, umas sucedem outras ε) seu lugar. (...) A mesma variedade, e mudança se acha ε) a Lingua Latina (...). Os Póvos de Grecia, cuja lingua levou a palma no polido, e suave, e copia de palavras a todas as do mundo, fallam agora Turco, e Arabio (...): porque tudo cõ o tε)po se envelhece, e muda, e as linguas ε) cε), ou duzentos annos se trocã de maneyra, que muitas palavras dellas, os seus proprios naturaes nã as entendem, como se foram vocabulos de lingua peregrina, e estrangeyra (BARRETO, *Ortografia*: 20-22).

O texto de Amaro de Roboredo que aqui consideramos é, na história do texto metalinguístico sobre o vernáculo em Portugal, o que primeiro “elabora” a descrição gramatical explicitando premissas até então apenas fortuitamente evocadas: a língua portuguesa (uma, entre todas as outras línguas) é a **língua materna** e o seu conhecimento, por arte, simplificará a aprendizagem de qualquer outro idioma; a materna é, em suma, a língua que primeiro se deve aprender por arte.

As razões com que Roboredo sustenta esta sua ideia são de diferentes níveis; queremos, no entanto, salientar o facto de a primeira delas ser a da qualidade do desempenho no idioma nacional, cujas potencialidades só assim podem ser exploradas:

Saberão os principiantes per arte em poucos annos, e melhor a lingua Materna, que sem arte sabẽ) mal per muitos annos, com pouca certeza a poder de muito ouvir, e repetir (...): e serão mais certos, e apõtados no que fallão, e screvem: teraõ mais copia de palavras, e usaraõ dellas com mais propriedade. Porque po falta de regras, ainda nas Cortes, e Vniversidades se fallaõ e screvem palavras necessitadas de emmenda. Saberão per regras de compor, e derivar ampliar a lingua Materna, e ajuntarlhe palavras externas com soffrivel corruçaõ, e formar outras de novo: para que com menos rodeios se possaõ explicar os conceitos e as sciencias, quando na Materna se queiraõ explicar (ROBOREDO, *Methodo grammatical: Carta do Autor [...] / Prologo*, a4)¹.

A atitude a seguir nesse processo (cuja dimensão simbólica de cultivo dos valores nacionais é aqui desconsiderada e de que se destaca o interesse para a “elaboração” linguística) é a de latinos e gregos, «a quem se nesta traça imitarmos, não nos admiraremos tanto de suas copiosas linguas, quanto louvarem seus artificiosos ingenhos; assî na invençaõ de palavras para a immensidade de cousas; como no desvio da confusaõ de muitas» (ROBOREDO, *Methodo grammatical: Carta do Autor [...] / Prologo*, a4-a4[v.]). Observe-se assim que, estando em causa a emancipação dos idiomas nacionais relativamente às línguas clássicas, o século XVII, como vimos acontecer no século XVI e como veremos repetir-se no século XVIII, toma como exemplos os valores culturais da Antiguidade; o processo de emancipação e valorização do vernáculo tarda, portanto, a desvincular-se de um contexto global onde as civilizações e as línguas grega e latina se mantêm como referências.

¹ O destacado é nosso.

Torna-se, então, compreensível que uma das linhas de força do *Methodo grammatical para todas as linguas* seja a utilidade que o conhecimento da estrutura gramatical e lexical da língua materna tem para a aprendizagem de outros idiomas. O destaque vai aqui, naturalmente, para o latim, língua que o sistema educativo tradicional valorizava¹; o pressuposto é o da existência não apenas de afinidades estruturais entre o vernáculo e aquela língua clássica, mas de princípios de organização e funcionamento comuns a todas as línguas²:

O principiante, que passar per este Methodo para as outras linguas tem meio caminho andado, tendo decorado na primeira as regras que servem para todas, e achandoas correspondentes nos lugares em que vão postos os preceitos. (...) Como por exemplo, quem souber bem per arte a Portuguesa, ou Castelhana, percorrendo na Latina per semelhança, irá descobrindo hum concerto, propriedade, e methafora racional, e ainda as irrregularidades, e particulares modos de fallar (...). A razão he, que os Latinos erão home)s, com os quaes concordamos na racionalidade, que encaminha o entendimento, e lingua, a declarar, o que sentimos: e ainda que as palavras sejão diversas, assi cada hũa per si, como muitas iuntas na razão da frase, com tudo a união racional dellas, em todos he a mesma (ROBOREDO, *Methodo grammatical: Carta do Autor [...] / Prologo*, a4[v.]).

¹ Um dos recursos metodológicos utilizados pelo autor é a tradução; através desse procedimento, Amaro de Roboredo propõe-se “emparelhar”, como lhe for possível, as línguas portuguesa e latina, «em que se irá vendo a conveniencia, differença, e propriedade de cada hũa» (ROBOREDO, *Methodo grammatical: Carta do Autor [...] / Prologo*, c).

² «Havia hũa sô lingua quando a razão era mais unida, a qual como vinculo dos entendimentos, e artes, importa ir ao menos per divisões descobrindo» (ROBOREDO, *Methodo grammatical: Carta do Autor [...] / Prologo*, b4[v.]). Esta é uma ideia que outros cultivarão, mesmo antes do desenvolvimento da gramática filosófica: veremos o caso de Contador de Argote, que justifica a necessidade de preparar o ensino do latim com o ensino prévio do português pelo argumento de que, além do interesse que decorre das afinidades estruturais entre os dois idiomas, assim se acede às regras comuns a todas as línguas; ao contrário de Roboredo, Contador de Argote (*Regras: Introduccam [...]*) já se confessa, a este nível, devedor do «novo methodo dos Padres da Congregaçãõ de Portroial, e da Grammatica discursada do Padre Lami».

Finalmente, aponta-se como razão para o ensino / codificação da língua vernacular, um aspecto de grande relevância desde, já o vimos, as primeiras descrições gramaticais do século XVI, mas que irá perder impacto no século XVIII: o papel fundamental desempenhado pela língua no processo de conservação e dilatação da Fé e do Império. Como os gramáticos anteriores, e mais uma vez, Roboredo evoca o exemplo de gregos e latinos: «reduzindo a lingua dos Barbaros, que se vão conquistando, ao mesmo Methodo para os domesticar: e comunicãdolhes pelo mesmo a nossa, facilme)te se irão introduzindo a pos a lingua as leis, e apos as leis os costumes, θ) per menos tempo aborrecerão; e sobre tudo a doutrina Christaã, θ) mais importa» (ROBOREDO, *Methodo grammatical: Carta do Autor [...] / Prologo*, a4[v.])¹.

O reconhecimento da importância da Arte não se faz, no entanto, sem o reconhecimento, paralelo, de que a língua, entendida como uma estrutura complexa, não consta apenas de gramática; dependendo esta «da razão, que a natureza vai pelo tempo descobrindo aos bõs ingenhos, que sobre ella trabalham» (ROBOREDO, *Methodo grammatical: Carta do Autor [...] / Prologo*, b), o idioma consta também de **cópia (de palavras)** e de **frase** e o conhecimento desses três graus de organização / funcionamento é igualmente importante para “saber bem a língua”². A componente do uso é, portanto fundamental, na definição / constituição do idioma e é daí que «nasce sabermos poucas [línguas], e

¹ Destes dados, Fávero (1996: 45) conclui que, em Roboredo, «a gramática não tem por finalidade ensinar a língua, mas fornecer modelos (literários) àqueles que já possuem a língua padrão».

² «Considero pois em qualquer lingua tres graos de menor a maior (...). O primeiro grao he a Grammatica. O segũdo maior, que o primeiro, he a Copia de palavras. O terceiro maior, que ambos, he a Frase» (ROBOREDO, *Methodo grammatical: Carta do Autor [...] / Prologo*, b4[v.]). Relativamente ao primeiro “grau”, «consiste a difficultade delle em declinar, conjugar, concordar, e reger» e o seu estudo surge dividido em três livros: «No primeiro, e mais principal da Grammatica de cada lingua se devem lãçar as declinaçoε)s dos Nomes, e seu Genero: as Conjugaçoε)s dos Verbos, e seus Preteritos, com a summa das Concordias, e Regencias das palavras. No segundo livro, e menos principal se devem ajuntar as irrigularidades dos Nomes, e Verbos, e as mais que parecerem. (...) O terceiro livro he de principios universaes» (ROBOREDO, *Methodo grammatical: Carta do Autor [...] / Prologo*, c[v.]-c2).

chegarmos tarde na Latina a conhecer sua propriedade, que o uso, e não sô a arte, nos ensina» (ROBOREDO, *Methodo grammatical: Carta do Autor [...] / Prologo*, b2). É por isso que, seguindo Quintiliano¹, e de algum modo sugerindo a dicotomia, celebrizada por Saussure, sistema (*langue*) / fala (*parole*), também Roboredo distingue “falar gramaticalmente” (possível pelo conhecimento da arte) e “falar latim”:

De star a Latina reduzida a arte ha tantos annos, e irse sempre a arte aperfeiçoando, podemos dizer, θ) soube Francisco Sanchez Brocense mais Grammatica Latina em nossos tempos, que Cícero, e Varrão columns da lingua, nos seus, que lhe precederom 1640. annos. Elle mais Grammatica, e estes mais Latim. (...) aquelle alcançou mais Grammatica, e estes sabião mais Copia, e Frase com mais propriedade, porque como Materna lingua a usavão des os berços (ROBOREDO, *Methodo grammatical: Carta do Autor [...] / Prologo*, b).

A ideia de que determinados aspectos da estrutura das línguas (e / ou do seu registo gráfico) se subtraem à análise gramatical, entendida esta como formulação de regras, encontramos-a, aliás, em vários autores, desde Nunes de Leão, (*Orthographia*: fol. 38[v.]), que nos informa de que das letras que se dobram nas palavras «per natureza, não se pode dar regra: nem he cousa que consiste em arte, senão em vso», até Franco Barreto (*Ortografia*: 180) que, a propósito do mesmo problema ortográfico, segue de muito perto o pensamento de Nunes de Leão: «As que se dobram per natureza das mesmas palavras, nã se pódem assinar per alguma regra, porque conciste ε) o uso, e nã na arte». Assim, estes ortógrafos convergem na consideração da escritura dos doutos como modelo para os que não “tiverem uso e conhecimento da língua latina”². Por outro lado, da aceitação de que pela

¹ A este propósito, cf., atrás, capítulo 5, pp. 192-193.

² «Conquanto o ortógrafo perfilhe o princípio fonético em detrimento de qualquer outro, admite grafias dobradas em condições que já haviam sido determinadas pelos Latinos e repetidas por alguns iniciadores do discurso metaortográfico português: natureza das palavras, derivação, significação, corrupção, variação e composição. Não obstante estes preceitos, regista-se uma

experiência se aprende resulta a grande justificação do modo “contido” como as análises e descrições são ilustradas, sendo a brevidade das obras muitas vezes apontada como sinónimo de qualidade ou eficácia pedagógica. Barreto cita, a esse propósito, Quintiliano: «deyxo muytas cousas, que ao proposito occorrem¹; porque se quisermos, diz Quintiliano, ε) o primeyro, dizer de cada cousa quanto se póde, nũa chegaremos ao fim da obra: e assi as vou tocando levemente, e passando, como de salto» (BARRETO, *Ortografia*: 16) e Roboredo (*Methodo grammatical*: 46) escreve, no subcapítulo *Advertencia ao curioso*: «Por quanto nas artes se ensina o Genero, e Preterito mais vsado, não se devem ter por deminutas, quando outro se acha, como acontece, de que se se fizesse menção, seriaõ prolixas». Abundam, então, formulações como:

- i) «Não ponhas o Substantivo em Ablativo sem entenderes de que Preposição depende: e quando a calarás **seguindo o uso**» (ROBOREDO, *Methodo grammatical*: 78);
- ii) «**Advirte sobre tudo o uso**» (ROBOREDO, *Methodo grammatical*: 78);
- iii) «Descendo aa frase Latina, que quero tocar, não tratto da primeira raiz, que **per uso se sabe**» (ROBOREDO, *Methodo grammatical*: 183);
- iv) «Parte desta regra **da o uso**» (ROBOREDO, *Methodo grammatical*: 231);
- v) «e outros que **o uso dará**» (ROBOREDO, *Methodo grammatical*: 233)².

Nos seus textos metaortográficos, Álvaro Ferreira de Vera e Franco Barreto retomam a ideia clássica, que já Nunes de Leão tinha desenvolvido com a mesma explicitude, de que a capacidade de fala (uma das «excellencias, que o Criador deo ao omem») define o ser humano e assegura a sua perfeição³, mas

fraca ocorrência de grafias dobradas na Ortografia de Barreto, justificada decerto pela restrição feita pelo ortografista» (GONÇALVES, 2003: 887-888).

¹ É a “história das letras” que aqui motiva as considerações de Franco Barreto.

² Esta afirmação segue, em mais do que um momento, enumerações de formas linguísticas. Em todos os casos, os destacados são nossos.

³ Trata-se de uma ideia clássica da qual, como veremos, Faria vai partir para a elaboração do seu texto de louvor à língua portuguesa. Esta análise torna-se igualmente interessante por,

também o diferencia dos seus semelhantes: «sendo (como he) grande cousa não ser o omem mudo, como os outros animaes brutos, muyto mayor cousa he fallar como fallam os omε)s racionaes, e σε) comparaçam muyto mayor bε), fallar, como fallam os filosofos eloquentes» (BARRETO, *Ortografia: Dedicatoria*). Assentando nestes pressupostos e na consciência do carácter duradouro da fixação escrita das línguas¹, a regulamentação ortográfica é particularmente importante e Álvaro Ferreira de Vera (em alguns momentos do seu texto seguindo de muito perto ou, mesmo, plagiando Nunes de Leão) associa um enorme prestígio ao correcto domínio do código escrito, forma mais eloquente de distinção dos homens:

O fallar he cousa de muitos; e o escrever de poucos (...). Assi que he tàm diferente a eloquencia da orthographia, e tàm fora de se comparar cõ ella, que para o homẽ ser sabio, ha de ser destro no escrever; breve, e cauto no fallar. Com tudo não nego, que o fallar bem, he ventajem, que os homẽs estimão, como cousa tàm superior aos animaes: e que procurão os doutos ser tàm aventejados nesta parte aos mais homε)s, como o são em muitas artes, e sciencias. Porque as palavras são o toque, em que se vê o valor das pessoas, e a differença, que ha do nobre ao plebeio, e do vicioso ao bem instituído. Porem digo, que se esta ventajem se conhece nas palavras, muito mais se conhecerã na perfeição das letras, e certeza na orthographia. (...) se os nobres

recorrendo à organização já clássica do material linguístico a descrever (letra, sílaba, palavra, oração ou período), estabelecer a distinção entre a linguagem humana e outros “modos de expressão”, baseando-se no carácter articulado daquela: «Dividese a voz (...) em duas maneiras; articulada, e confusa. Diremos articulada à do homem; porque desde qualquer de suas letras juntas, ficão fazendo claro, e distinto significado. A confusa (...) he propria dé animaes, e de qualquer som ou estrondo, que carecendo de letras, não se aclara, supposto que tenhamos conhecimε)to natural de sua significação: como o suspiro, ou jemido do homem» (VERA, *Orthographia ou modo para escrever*: fol. 2). Cf., também, LEÃO (*Orthographia*: fol.1-1[v.]) e Barreto (*Ortografia*: 5-6), que escreve: «A voz formada, ou articulada he aquella, que sendo ouvida, se entende: cõ a qual os umanos podε) representar (como representam) seus ocultos pensamentos; e pola qual o omem (alem da racionalidade, e outras muytas differenças) he de todos os outros animaes distincto; porque sómente ao omem lhe foy naturalmente dada a pericia de fallar; (...) e por esta razã á tal voz podemos chamar legível, ou escretivel, e intelligivel, porque se pôde ler, escrever, e entender».

¹ «[E] como a escritura ha de durar para sempre (ainda que tudo cõ o tempo se muda) razã he que as palauras della se obrem com acerto» (BARRETO, *Ortografia*: 2).

doutos, e sabios, querem ser mais aventejados aos mais homens, como o são aos brutos animais, devem tẽr mais cuidado no escrever ao certo, do q̃ tem de bem fallar (VERA, *Orthographia ou modo para escrever: Prologo*, §2).

Embora a questão em causa não seja exactamente a mesma, esta valorização do plano da escrita parece sustentar a interpretação daqueles que estabelecem uma íntima relação entre o momento da fixação gráfica das línguas e o desenvolvimento do processo da sua standardização. O domínio perfeito do instrumento linguístico e da sua codificação gráfica (raramente são claras, neste contexto, as fronteiras entre os dois níveis) é, então, apresentado como algo que, inequivocamente, destaca (e, nalguns casos, immortaliza) o homem: assim se justifica a atenção que, desde a Antiguidade, tem despertado a análise ou codificação dos idiomas, como lembram os diferentes autores dos séculos XVI e XVII e como virão a referir também os autores do século XVIII: «Por ser poys esta materia de tanta consideraçã tratãram de a reduzir á arte, e regular observancia, nã só sapientissimos Filozofos, e eloquentissimos Oradores, mãs tambẽ) poderosissimos Monarcas» (BARRETO, *Ortografia: Dedicatoria*)¹; nalguns casos com extensas referências aos seus feitos, estas individualidades são mesmo enumeradas por Barros (*Dialogo em louvor*: fol. 57-57[v.]) e Nunes de Leão (*Orthographia: Ao muito illustre [...]*) e voltam a sê-lo por Vera. Assim, só pode condenar-se «hũa barbaria novamente usada entre algũs senhores, e fidalgos, que leem mal, e escrevem peor, como se fosse caso de menos valor o sabelo fazer com algũa graça» (VERA, *Orthographia ou modo para escrever: Prologo*, §3[v.])².

¹ O destacado é nosso. Vera (*Orthographia ou modo para escrever: Prologo*, §2[v.]-3) escreve também: «Quanta diligencia puserão os antigos, e sabios Romanos na arte de seu escrever, testemunhas são as pedras, moedas, e medalhas de seus tempos, que hoje em dia leemos (...). E assi os Romanos julgavão esta arte per hũa das mais importantes âs republicas, dizendo, que ella era lume das sciencias, e a que differençava as republicas politicas das barbaras».

² Reencontramos, aqui, a crítica à contemporaneidade com que Gândavo (refere-se aos “mais dos Portugueses”) destaca o valor do seu trabalho (cf., atrás, Capítulo 11, p. 407). Considere-se

Franco Barreto, reconhecendo o carácter não pioneiro da sua obra, apresenta-a, no entanto, como uma obra de ruptura, relativamente aos trabalhos dos seus predecessores, e justifica a sua elaboração com a necessidade de actualizar / modernizar os padrões; pelo menos no capítulo da ortografia, é avaliado criticamente o interesse da tradição: «Em a presente obra muytas novidades se acharão acerca de nossa ortografia, porque quasi ẽ tudo me aparto do que nossos escritores acerca della escreveram; nã porque nã conheça muyto bẽ, sua erudiçã (...); mas os antigos escreveram conforme o uso de sua idade, diferente do tempo de agora» (BARRETO, *Ortografia: Prologo*). O seu texto assume-se, então, como claramente prescritivo, atribuindo-se uma função orientadora semelhante à das cartas de navegação, onde se registam as áreas a evitar pelas embarcações: assim, e contrariamente ao que escreveu Nunes de Leão, o pretérito (e as formas dele derivadas) do verbo *dizer* é *dice* e não *dixe*, que o gramático considera «ser muyto grande erro; os quaes se devem apontar, como os bayxos ẽ as cartas de marear, para que os navegantes se desviem delles» (BARRETO, *Ortografia: 54*).

Compreende-se, portanto, a concepção do Capítulo *Advertencias em ordem a emmendar, e melhorar as palavras, que a inorancia do vulgo tẽ corrutas* onde, para cada vocábulo, são apresentadas duas formas: a “errada” e a “emendada” (BARRETO, *Ortografia: 265*)¹; do mesmo modo, não surpreende que, em Barreto, o texto codificatório (discurso gramatical ou lexicográfico) seja investido de poder ratificador: «E os dicionarios muytos vocabulos que se escrevem cõ

igualmente o seguinte extracto: «E assi nestes nossos tempos, em que os homens, que mais tẽe, esses são os, que mais valem (...) procurarão sômente saber arte, que lhes dee ganho; e deixão perder muitas, cujo principal interesse he virtude, e boa instituição» (VERA, *Orthographia ou modo para escrever: Prologo*, §3[v.]-4).

¹ Recorde-se que esse é um procedimento a que também Leão recorre: considerem-se os capítulos *Reformação de algũas palauras que a gente vulgar vsa e screue mal* (*Orthographia: fol. 69*[v.]) e *De algũs vocabulos que vsão os plebeios, ou idiotas que os homens polidos não deuem vsar* (*Origem: 115*).

ditongos, os escrevem também sê elle, porque de ambas as maneyras se acham»; «onde sintimos ã nossa lingua esta aspiraçã he nestas interjeyções (...), cujo módo entendem os Gramaticos, a quẽ pertence mays, que a outros» (BARRETO, *Ortografia*: 98 e 134). No entanto, é algo contraditório o pensamento que o autor aqui desenvolve: por um lado, da sua constatação de que o homem resiste naturalmente à mudança, depreende-se um sentimento de impotência face ao desejo ou necessidade de introduzir inovações; reconhece-se a força imbatível do uso, mas olha-se com muita desconfiança para esse factor de legitimação de formas e hábitos linguísticos: «he tã mao de desarreygar de nossos animos, o que nos annos pueris uma vez percebemos, como tirar de uma vasilha o sabor, que ã nova recebeo: (...) e sempre se apegam mays pertinazmente aquellas cousas, que, piores são, e as boas cõ muyta facilidade se perdem» (BARRETO, *Ortografia*: 75). Dado que, neste caso¹, a afirmação transcrita é motivada pela referência ao insucesso de uma proposta ortográfica avançada por Trissino, que «nã foy siguido, por mays razões, e argumentos, que para o persuadir accumulou» (BARRETO, *Ortografia*: 75), parece-nos legítimo depreender que se considera aqui a possível clivagem entre a prática linguística da comunidade e o propósito interventivo do codificador / legislador gramatical². Por outro lado, e como Fernão de Oliveira (cf., atrás, capítulo 11, pp. 401-402), também Barreto impõe, aceitando-os, limites à autoridade do discurso gramatical e da erudição: «Eu mesmo sabendo que assi haviam fallado nossos Antepassados, que nã ajuntavam o h. senã cõ as vogaes, dizia, *pulcros*, (...); até que andando o tempo [ainda que tarde por falta, que tive no ouvir] convencendome de

¹ Já no *Prologo* da sua obra, João Franco Barreto tinha afirmado: «Empreza duvidosa, defícil e chea de perigos, he sê duvida (...) o querer introduzir no mundo cousas novas, porq̃ são más de desarraygar as velhas».

² Curiosamente, Barreto acaba por reconhecer que a proposta de Trissino (inserção, no alfabeto italiano, de caracteres vocálicos do grego) não era totalmente justificável, já que combinações de vogais latinas e acentos resolveriam a ambiguidade que, com aqueles outros, se pretendia eliminar.

todo a verdade, me acomodey a fallar ao uso do povo, guardando para mĩ o saber como se havia de fallar, para fallar bê» (BARRETO, *Ortografia*: 131-132)¹.

No século XVII, a motivação da “arte” (incida esta directamente sobre a descrição dos níveis estruturais da língua ou sobre o plano da sua conversão escrita) é, então, de natureza eminentemente prática, mantendo-se uma tendência que já observáramos nos textos analisados no capítulo anterior: a sua valorização como forma de promover o aperfeiçoamento do indivíduo. Assumir uma finalidade prática cuja função social serve à autojustificação dos trabalhos de codificação gramatical ou de regulamentação ortográfica será uma atitude igualmente comum no século XVIII.

O texto de D. Jerónimo Contador d’Argote, como o próprio título (*Regras da lingua Portugueza, espelho da lingua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza*) deixa antever, toma como objecto o português, sobre cuja existência (individualidade) histórica não há dúvidas ou hesitações; Argote refere-se, inclusive, à possibilidade de construção, por outros, de uma «Grammatica Portugueza em toda a sua extensaõ», que daria conta das regras «em que a Grammatica Portugueza discorda inteiramente da Latina» (Idiotismos) (ARGOTE, *Regras: Prologo*); é precisamente pela necessidade de compreender os Idiotismos da língua portuguesa que se justificam os novos capítulos da segunda impressão, que é a que aqui utilizamos: «os Capitulos, que nesta segunda impressãõ vão accreentados, que são muyta parte do quinto, e todo o texto da terceyra parte, mostrou a experiencia que eraõ precisos para a intelligencia dos Idiotismos da lingua Portugueza» (ARGOTE, *Regras: Introduccãm [...]*). O termo e o conceito de “regra” são, assim,

¹ O destacado é nosso.

fundamentais, revelando a noção de diferentes graus de estruturação linguística; simultaneamente, como nos estudiosos anteriores, reconhece-se a importância das diferentes formas de codificação e referem-se Vocabulários e Ortografias¹. O método da analogia entre o latim e o português justifica-se pelo facto de, como metaforicamente Argote explica, as regras do jogo serem as mesmas, havendo apenas alterações das figuras que se manobram². No entanto, e dado o objectivo apresentado na segunda parte do título, o destaque vai para as regras que «guardaõ ou total, ou parcial harmonia com as Latinas» (ARGOTE, *Regras: Prologo*). No contexto desta obra, a gramatização do vulgar (apresentado, recorde-se, como “espelho da língua latina”) não é, portanto, um fim em si mesma, mas antes um meio para uma mais eficaz e simplificada aprendizagem do latim; a descrição do idioma nacional é, então, explicitamente encarada como uma exigência metodológica, uma vez que o autor, também ele evocando o procedimento dos romanos relativamente à aprendizagem do grego, defende a ideia de que o ensino do latim deveria ser precedido pela aprendizagem formal da língua materna: «A Presente Grammatica he Portugueza no nome, nas palavras, e nas regras; porém no intento, e effeyto, para que se compoz, he Latina» (ARGOTE, *Regras: Prologo*); «Este pois he o intento desta Arte ensinar as regras da lingua Portugueza para facilitar aos meninos a percepção, e o uso da Grammatica Latina» (ARGOTE, *Regras: Introduçam [...]*). A argumentação de que o conhecimento por “arte” deverá ser precedido pela prática (por essa razão o primeiro contacto com a descrição e a metalinguagem gramaticais deveria privilegiar o português), atribui à gramática um pendor

¹ Contador de Argote elabora mesmo um Tratado de ortografia da língua portuguesa, que segue a sua obra principal aqui em análise.

² É fácil de reconhecer aqui o princípio da gramática universal a que aderiram os gramáticos influenciados por Port-Royal, como se explicita noutros passos do texto de Argote (*Regras: Introduçam [...]*): «assim [as crianças] passariaõ aos Estudos publicos do Latim senhores já não só das regras, em que convêm todas as linguas universalmente, que não são poucas, mas tambem da mayor parte das regras da Grammatica Latina».

teoricamente descritivo, uma vez que do uso se definem as regras: «como os meninos tem a pratica, e o uso da lingua Portugueza, facilmente perceberão as regras da sua Grammatica» (ARGOTE, *Regras: Introducçam [...]*).

Esta oposição entre o uso (forma de apropriação “natural” da língua materna) e a “aplicação” (entenda-se ‘estudo formal’ e, neste caso, única forma de aceder ao conhecimento do latim), questão que os estudiosos equacionam desde a Antiguidade e que conduz, por vezes, à “questionação” do interesse da gramática enquanto disciplina, resulta, em Argote, na valorização do primeiro termo do binómio; observe-se, por exemplo, que, ao longo da obra e à semelhança do que já observámos em Roboredo, o uso é o critério que permite identificar formas possíveis e excepções às regras. *Sabe-se pelo uso* é, por isso, a expressão “formulaica” recorrente ao longo do texto, dispensando o autor de descrições exaustivas: «como se ha de saber quando faltaõ as taes regras? Sabe-se pelo uso, porque a lingua Portuguesa he muyto dilatada, e aqui só dizemos o commum para o principiante saber depois guiarse» (ARGOTE, *Regras: 19*) (Santos, 2006: 35); também no capítulo *Da sintaxe figurada, e da primeira figura*, o conceito de “figura” resulta da aceitação da intervenção, sobre a língua (cujo funcionamento se subtrai, assim, ao poder da regra), do factor **uso**. Figura é, então, um «modo de fallar contra as regras da Syntaxe simples, porém admittido do uso» (ARGOTE, *Regras: 241*)¹: **uso** e **razão** são, assim, convocados para tratar o capítulo da sintaxe, genericamente apresentada como «a boa ordem, e disposição das palavras» ou o facto de «estarem as palavras no numero, caso, e no lugar; que lhes pertence» (ARGOTE, *Regras: 184*) e subdividida, de acordo com os parâmetros então habituais, em sintaxe simples e sintaxe figurada. No primeiro destes dois domínios, a correcção é avaliada tendo

¹ Esse critério é, depois, aplicado na análise das diferentes figuras que o autor vai individualmente apresentando e ilustrando: elipse, pleonasma, silepse, hipérbato, idiotismo.

em consideração a “ordem natural” das unidades linguísticas; já no plano da sintaxe figurada, é o uso que valida estruturas desviantes relativamente às regras (lógicas) da sintaxe simples (Santos, 2016: 35).

A opção do autor é, no entanto, por ele próprio justificada pelo valor sociocultural do latim e não pelas características internas dos idiomas: «A *Lingua Latina* he universal em toda a Europa, e necessaria para as occupaçoens da Republica; por isso muytos a aprendem, mas poucos a sabem sufficientemente, e raros com perfeição» (ARGOTE, *Regras: Introduçam [...]'*). Não se trata, então, de obedecer a um paradigma qualitativo na análise das relações entre as línguas, pelo que a finalidade é claramente prática: D. Jerónimo pretende “servir” os seus concidadãos no “conhecimento” e “percepção” das línguas portuguesa e latina; são as funcionalidades deste idioma que o tornam de conhecimento obrigatório.

É também de ordem prática e não especulativa o objectivo de Monte Carmelo, que escreve o *Compendio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas Regras, paraque em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologîa, e Prosódia, isto he, a Recta Pronunciaçam, e Accentos proprios da Lingua Portugueza*. Se considerarmos toda a informação que acompanha, na folha de rosto da obra, este já longo título, observamos que, com os *catálogos* e *regras* que integram o compêndio, se pretende, por um lado, levar os contemporâneos a «comprender facilmente a Orthologîa, e Prosódia, isto he, a Recta Pronunciaçam, e Accentos proprios, da Lingua Portugueza» e, por outro, «tornar inteligíveis, regulamentando o seu uso, vocábulos antigos e antiquados ou vocábulos social ou estilisticamente marcados» (Santos, 2006: 41).

¹ O destacado é nosso.

O título do texto de Carmelo tem, assim, a particularidade de, antecipadamente, justificar opções (a consideração de níveis de língua “menores” e avaliados negativamente por isso) que os seus contemporâneos, não captando as verdadeiras intenções do autor, nem avaliando correctamente o interesse de tal procedimento, vieram a censurar: «Divulgou-se pois, que este *Livro* consistia inteiramente em hũa grande *Collecçam* de todas as *Dicções* chulas, (as quaes os ignorantes julgam que sam obscenas,) e daquelles *Termos* antigos, antiquados, e *Plebeus*, que significam coisas indecentes, e por isso indigna do meu Estado, e perniciosa ao Bem commum» (CARMELO, *Compendio de orthographia: Prologo apologetico*). No plano teórico, a integração de dados linguísticos de valor social diferenciado pressupõe o princípio do igualitarismo de variedades e variantes; assim, a crítica que esse procedimento, segundo o próprio autor, desencadeou é uma forma de reacção à atitude que, mais tarde, virá a ser definida como a atitude científica a exhibir pelo linguista e que, mesmo na modernidade, será igualmente objecto de observações críticas. A integração, na obra, de léxico antiquado ou sociolinguisticamente marcado (cf. o longo capítulo intitulado *Dos Vocabulos antiquados, antigos, Vulgares, e Cómicos, como tambem dos Vícios ou Abusos mais ordinarios da Plebe destes Reinos, e de suas Correccões assim na Orthologã, como na Orthografia* [CARMELO, *Compendio de orthographia: 500-725*]) não resulta, no entanto, da dignificação desse material (como veio a acontecer, posteriormente, por exemplo, no âmbito da Dialectologia, que faz ascender a objecto de estudo esse tipo de dados), mas, antes, do propósito de orientar o leitor noutra sentido: «Ora como he possivel, *O’ Leitor*, que tu em *Discursos* graves, e eruditos, nam introduzas sem necessidade urgente *Vocabulos*, ainda menos cultos entre os *Vulgares*, e *Cómicos*, frequentissimos no uso; ou que em todos os teus *Escritos*, e *Conversaões* ordinárias, evites notorios *Abusos* da Plebe, e *Termos* proprios de marotos; se nam conheceres

bem a diferença individual destes *Vocabulos?*» (CARMELO, *Compendio de orthographia: Prologo apologetico*). Podemos, portanto, considerar que, ao contrário do que vai acontecer no âmbito das modernas disciplinas que estudam a variação linguística, e dando continuação a um procedimento que remonta às *Artes* latinas, está fundamentalmente em causa a orientação dos concidadãos pela análise do que é considerado “defeito”, “vício” ou “erro”, «para que os evite quem quizer fallar com toda a propriedade e perfeição», como escreverá Lobato (*Arte da grammatica*: 208) a propósito do barbarismo e do solecismo; a gramática cumpre, assim, uma função claramente normativa e prescritivista.

Como muitos outros, Monte Carmelo (*Compendio de orthographia*: 1) apresenta a Ortografia, que significa «Recta Escritura», como a «Arte de escrever com acêrto, ou rectamente» e relaciona-a com a Ortologia, «Arte de pronunciar bem, ou rectamente, as *Letras, Syllabas, ec. emquanto sam Vozes*». Já «*Linguagem, Grammatica, Lingua* ou *Idioma*, he *Arte* liberal, que tracta principalmente da *Oraçam* vocal, ou escrita, conforme a determinadas *Regras*, e o seu *Idiotismo*» (CARMELO, *Compendio de orthographia*: 2). Assim, e à semelhança de outros autores, também Monte Carmelo destaca o interesse das obras de codificação gramatical para o processo de “aperfeiçoamento” linguístico do indivíduo:

O *Fim*, Leitor, que eu me propuz nesta *Obra* (...), foi instruir algũas pessoas na *Ortografã* moderna, e recta *Pronunciaçam* da nossa *Lingua*. Porque em primeiro lugar muitos daquelles, que vivem nas Provincias Interamnense, Transmontana, e Beirense confinante, nam podem ter facilmente *Vocabularios*, em que aprendam as *Dicçoës* (...), além da carencia de Mestres (CARMELO, *Compendio de orthographia: Prologo apologetico*);

Muitos curiósos destes Reinos [que se aplicam à pureza do nosso *Idioma* (CARMELO, *Compendio de orthographia*: 82)] desejam proferir o *Accento* proprio das Vogaes *E, O*, mas nam podem aprender ouvindo, porque nam

podem sahir de suas Patrias para vir á Corte, e nellas nam tem Mestres, que os-ensinem (CARMELO, *Compendio de orthographia: Prologo apologetico*).

Por outro lado, e embora de forma não estruturante, também em Monte Carmelo (*Compendio de orthographia: 2*) se capta a ideia de que, na língua materna, o processo de aprendizagem é mais simples e natural: «Supponho aqui hũa sufficiente instrucçam da *Etimologîa* Portugueza, isto he, da propriedade dos *Termos, Vocabulos,* ou *Dicções,* de que devemos usar; e tambem da *Syntaxe;* porque tudo isto se-aprende com bom uso, e liçam, que na *Lingua Vernácula* he coisa quotidiana, ou muito facil».

Na *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza*, Madureira Feijó justifica igualmente a sua obra com a utilidade que ela poderá ter para os contemporâneos: «Ora estranha o que quizeres, com tanto, **que te aproveites della**, para não vermos entre nós a muitos homens aliundé Letrados, que não sabem pôr hũa letra no seu lugar» (FEIJÓ, *Orthographia explicada: Prolegomeno [...]*)¹; «o que posso segurar he, que todos os que quizerem imitar esta Orthografia, que pretendo expôr, **escreverám com acerto** a nossa lingua no auge, em que está, **pronunciarám sem erro**, e resolverám as duvidas» (FEIJÓ, *Orthographia explicada: 11-12*)²; o autor refere-se mesmo a um seu «desejo da utilidade publica» (FEIJÓ, *Orthographia explicada: 144*) que também Monte Carmelo (*Compendio de orthografia: Prologo apologetico*) evoca. Assumem-se, então, mais uma vez, finalidades práticas que, neste caso, abrangendo intuitos explicativos, são indissociáveis das orientações prescritivistas tradicionais: não só se trata de escrever com correcção (resultado do entendimento de Ortografia como «aquella Arte, que ensina a escrever com acerto nas *letras*, de que se compõem as dicçoens» [FEIJÓ, *Orthographia explicada: 1*]) como, pela

¹ O destacado é nosso.

² O destacado é nosso.

reflexão em torno dos princípios reguladores da escrita, se constrói um discurso fortemente normativo (ortoépico) no domínio fonético-fonológico:

como do saber pronunciar bem, nasce o acerto de bem escrever, acabará a obra com os erros da pronunçação do vulgo, e as suas emendas pelo alfabeto em cada letra. E será hum breve compendio, ou huma grande Arte, que sem trabalho, nem mais regras, que a lição ensinará a todos a fallar sem erro, e a escrever com acerto a mayor parte da lingua Portugueza (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 12).

Quando formos emendando os erros de cada palavra, iremos advertindo o mais, que for necessario para a boa pronunçação (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 148).

Como os seus antecessores e os seus contemporâneos, Feijó atribui uma importância determinante, no processo de correcção do erro, aos trabalhos de codificação linguística. Também por essa via se destaca, portanto, o interesse e o alcance práticos dessas obras:

Para evitarem este vicio, os que costumaõ cahir nelle, devem observar sempre as duas regras, que ficaõ a cima, das analogias, e etymologias; olhando para as palavras Latinas, donde as Portuguezas tem a sua origem, ou aquellas, com que tem sua similhança, para as imitarem (...) Os que não souberem a lingua Latina, lêã os Vocabularios, e façã estudo nas letras B, e V: e os que não tiverem Vocabularios, aproveitense das emendas dos erros na letra B, e na letra V (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 42).

No caso de Feijó, e tanto (ou mais?) do que o interesse da actividade de codificação ortográfica, o autor defende, sem falsas modéstias, a necessidade da sua obra em particular: assim, chama a atenção para as fraquezas dos outros trabalhos disponíveis e dissocia o seu texto quer da estrutura temática habitual dos compêndios de ortografia, quer dos tópicos de dignificação do vulgar tradicionalmente evocados nos compêndios de codificação ortográfica e/ou de

descrição gramatical. À questão da singularização / dignificação do vulgar, Feijó não reconhece, assim, qualquer interesse prático; aquele é, antes, um pressuposto que convive, ao longo da *Orthographia explicada*, com o valor fundamental que o autor setecentista concede ao critério etimológico:

Mas sendo muitas as Orthografias, que tem sahido a luz, e nos ensinaõ regras (...), que se reduzem a preceitos certos; ainda naõ sahio huma, que nos ensinasse a escrever com certeza as letras, de que se devem as dicçõens, ou palavras na nossa lingua Portugueza; porque ja nos dizem, que devemos observar a *analogia*, e *etymologia* das palavras (...). Mas logo se desviaõ destas regras em muitas palavras, que naõ escrevem, nem por analogia, nem por etymologia; dizendo, que assim escrevem os doutos na nossa língua. Ja nos dizem, que a melhor Orthografia he aquella, que mais se accomoda com a recta pronunciação das palavras (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 1-2).

Naõ me cansei em descrever aqui, que orígem tivéraõ as letras, quem foraõ os seus inventôres, como principiáraõ no uso, e com que caractéres se começou a escrever no mundo: nem examinar os primeiros rudimentos da lingua Portugueza, o seu augmento, a sua singularidade, e differença das mais; porque além, destas noticias andarem já em outras Orthografias, e serem mais históricas θ) doutrinaes, todo o fim do incansavel estudo, que fiz nesta matéria, foi só tirar o necessario para a utilidade dos leitores, e naõ aproveitar tudo para recommendação do Auctôr (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: *Prolegomeno* [...]).

Vimos, atrás, de que modo o texto de Reis Lobato funciona como expressivo testemunho da continuação, nos trabalhos de descrição gramatical e / ou fixação ortográfica do século XVIII, de uma linha autojustificativa de argumentação:

ninguem se admire, de que sendo tantos os clamores, com que homens tão doutos publicação a necessidade de escolas da Grammatica materna, não tenham sido estes até agora ouvidos; por quanto o desprezo da Grammatica materna procede do erro, em que quasi todos estão de julgarem superfluo o trabalho de

aprenderem pelo meio de regras aquillo mesmo, de que já o uso lhes ensinou a prática^[1]; não advertindo, que em materia nenhuma se póde fallar sem medo de errar, faltando o governo das suas regras; pois ainda aquelles, que sabem a Grammatica da sua lingua natural, se não livrão de defeitos (LOBATO, *Arte da grammatica*: XIII).

Acresce aqui o facto de, como os seus contemporâneos (recorde-se o que se disse sobre Contador de Argote), Reis Lobato distinguir uma sintaxe simples ou regular («composição das partes da oração, ordenada conforme as regras geraes da Grammatica») e uma Sintaxe figurada, que apresenta como um domínio onde razão e uso se desencontram: «Syntaxe figurada he a composição das partes da oração ordenada fóra das regras da Syntaxe simples, conforme o uso, e estilo da lingua» (LOBATO, *Arte da grammatica*: 173 e 210). Mais uma vez à semelhança de Quintiliano, que distinguira entre “falar gramaticalmente” e “falar latim”, também aqui se infere uma dissociação entre falar (bem) português (que, neste caso, equivale ao seguir a tradição, valorizando a *consuetudo*, dando corpo aos idiotismos da língua portuguesa) e “falar gramaticalmente”² (Santos, 2006: 49): referindo-se à supressão de palavras em determinadas construções³, Lobato emite a seguinte apreciação: «pelo uso de se não exprimirem, se alguém disser, fallará conforme as regras commuas da Grammatica, porém não segundo o costume da lingua» (LOBATO, *Arte da grammatica*: 211). Do mesmo modo, também o pleonasma que se observa nas

¹ Note-se a intemporalidade do preconceito contra o qual Lobato assim se manifesta. Na verdade, ainda hoje se reflecte sobre a necessidade do ensino da gramática, mas vestígios da questão encontramos já na Antiguidade. Tenha-se, por exemplo, em consideração que Patañjali, um dos comentadores de Panini, enumera e analisa os fins do ensino linguístico, de modo a convencer os jovens brâmanes da utilidade da gramática de uma língua que, sendo a sua, já conhecem pelo uso (cf., atrás, p. 154, no Capítulo 5 da Parte II).

² De qualquer modo, Lobato começa por apresentar a sintaxe figurada como um conjunto de estruturas que, na verdade, não violam as regras da gramática: «Ha com tudo huma certa composição da oração, que parece Solecismo, e na realidade não he viciosa, por ser composição figurada, que se reduz ás regras da Grammatica regular» (LOBATO, *Arte da grammatica*: 209).

³ Está em causa a figura Elipse e o autor ilustra o seu pensamento com a análise da saudação *Bons dias*, que subentende a sequência *te dê Deus*.

expressões *parece-me a mim*, *lembra-me a mim* se justifica simplesmente por ser um idiotismo da língua portuguesa (LOBATO, *Arte da grammatica*: 218). Noutros casos, o “costume da língua” consagra o que parece uma infracção a uma determinada regra, já enunciada, mas, na verdade, resulta de fenómenos de elisão¹.

A ilustração daquela asserção recupera um tema já familiar: «Para prova desta proposição e desengano dos que entendem o contrario, me quero lembrar daquelles dous Sabios Romanos Cicero, e Varrão; porque não obstante serem dous célebres Filologos da idade aurea da lingua Latina, e terem a ciencia da sua Grammatica, fallarão a mesma lingua, que lhes era natural, com algumas imperfeições» (LOBATO, *Arte da grammatica*: XIII-XIV). Assim, na *Introduccão* (texto altamente doutrinário e estreitamente associado às intenções reformistas de Pombal no domínio do ensino²), defende-se o interesse da actividade do gramático, já que o trabalho de codificação se traduz na formulação de regras pelas quais se dá conta dos princípios fundamentais da

¹ «Parece que se não observa a dita regra [concordância em número entre o verbo e o seu nominativo] no verbo *Haver*, quando pelo costume da lingua lhe ajuntamos na terceira pessoa do singular Nominativo do plural (...) aonde parece que ao verbo *Ha* na terceira pessoa do singular do presente do indicativo lhe serve de Nominativo o substantivo (...) no número plural; porém não he assim, por lhe faltarem palavras, que se subentendem, e quer dizer: *Ha número de pessoas* (...): onde claramente se vê, que ao verbo *Ha* só lhe serve de Nominativo o substantivo occulto *número*, com quem concorda em estar no número singular, e na terceira pessoa» (LOBATO, *Arte da grammatica*: 178-179, nota).

² Lobato pretende afirmar a sua obra como um texto de referência; compreende-se, então, a análise tão crítica a que sujeita os trabalhos anteriores e à qual, segundo escreve, procede apenas «afim de mostrar a razão, e verdade, para que á vista desta conheção os Criticos imparciaes os defeitos que encerrarão as sobreditas Grammaticas, e o quanto dellas se destingue o presente Methodo, tanto na ordem como por serem fundadas as suas regras nas verdadeiras causas da lingua Portugueza, e nas doutrinas dos Grammaticos mais célebres, que com as luzes da Filosofia examinarão a natureza e a propriedade das palavras» (LOBATO, *Arte da grammatica*: XVI-XVII). Adoptando o princípio de que maior do que a autoridade de alguns (como Manuel Álvares) é a autoridade da razão, que segue sem hesitações, o autor escreve ainda: «com larga especulação examinei as causas, e usos da lingua Portugueza, seguindo as doutrinas de Sanches, Porizonio, Vossio, Sciopio, e Lancelloto, por excederem estes célebres Grammaticos aos antigos em examinarem filosoficamente as materias; pois he certo, que sem o socorro da Filosofia se não pôde conhecer perfeitamente a natureza das partes da oração» (LOBATO, *Arte da grammatica*: XXVIII).

língua e cujo desconhecimento conduz ao erro. Combate-se, ainda, a ideia, contra a qual a gramaticografia vernácula se veio a constituir, de que o conceito de regra só se aplica às línguas clássicas; recorde-se o extracto, já transcrito atrás (cf. p. 440): «A Muitos parecerá desnecessaria a presente Grammatica, por entenderem, que para se fallar perfeitamente a lingua Portugueza basta sómente o uso, sem necessidade de recorrer a regras, a que só lhes parece que estão sujeitas as linguas Grega, e Latina» (LOBATO, *Arte da grammatica*: VII). Defende-se, concretamente, a necessidade do estudo da língua materna, através do qual se terá acesso não só a um desempenho linguístico sem erros, mas também ao conhecimento dos “fundamentos” do idioma e, portanto, ao esclarecimento, tornando-se igualmente mais simples a aprendizagem de línguas estrangeiras¹. Reis Lobato articula, em suma, os habituais intuits prescritivos, que a própria definição de gramática tradicionalmente adoptada encerra, com as pretensões explicativas que a “disciplina”, no âmbito do espírito racionalista da época, igualmente assume: «Por duas razões se faz indispensavelmente precisa a noticia da Grammatica da lingua materna: primeira, para se fallar sem erros; segunda, para se saberem os fundamentos da lingua, que se falla usualmente» (LOBATO, *Arte da grammatica*: VII)² (Santos, 2006: 47); a uma gramática prática associa-se, desta forma, uma gramática especulativa. O uso (que nos ensina a *prática das regras da gramática materna*) surge, assim, como um domínio de utilização das línguas que não pode dispensar a reflexão / elaboração metalinguística por via da qual viremos a falar a língua materna “com certeza”; conhecedor da produção gramatical nacional, que analisa

¹ Como nos outros autores, também em Lobato o destaque vai para a aprendizagem do Latim: «A Syntaxe, em quanto á substancia, he a mesma que a Latina; pois com esta me conformei em tudo, em que ella convem com a Portugueza; e em algumas regras depois de dizer os usos particulares da lingua Portugueza; declarei tambem a differença, que della faz a Latina, para que o principiante possa aprender ao mesmo tempo a Syntaxe de ambas as linguas» (LOBATO, *Arte da grammatica*: XXIX-XXX).

² O destacado é nosso.

criticamente¹, Lobato não deixa, aqui, de citar o autor que, neste âmbito, mais veementemente argumentou: Amaro de Roboredo; por outro lado, apreendidos «muitos principios, que são communs a todas as linguas» (LOBATO, *Arte da grammatica*: IX), aprender-se-á facilmente qualquer outro idioma, como podemos concluir da história das grandes civilizações da Antiguidade: os latinos, pela aprendizagem da sua língua, ficavam em condições de aprender o grego, língua em que “se tratavam as ciências”; os portugueses ficariam, pelo mesmo método, preparados para a aprendizagem do latim, cujo estatuto, nas civilizações ocidentais, era semelhante ao do Grego na civilização romana²; recorde-se que já Contador de Argote referira a importância do latim como veículo de cultura. A gramática é, então, definida como a «Arte, que ensina a fazer sem erros a oração Portuguesa» (LOBATO, *Arte da grammatica*: 1).

A argumentação de Lobato dirige-se, assim, e em termos que podemos considerar definitivos (uma vez que, como vimos, já vários outros autores tinham defendido essa ideia, mas nunca com o enquadramento institucional com que surge o texto de Lobato), para a defesa do ensino da língua materna; o gramático apoia-se, como os seus antecessores, no exemplo dos clássicos, mas valoriza sobretudo o modelo, temporal e civilizacionalmente próximo, das nações cultas,

¹ Pelas críticas aos seus antecessores, Lobato expõe algumas das suas ideias fundamentais: vemo-lo censurar a Roboredo o facto de, no Tratado da Sintaxe, «querer regular quasi em tudo a Syntaxe Portuguesa pela Latina» (LOBATO, *Arte da grammatica*: XVII) e a Bento Pereira o ter escrito em Latim a sua Arte, obra que por esse facto só serve para aqueles que tiverem «ciencia da dita lingua» (LOBATO, *Arte da grammatica*: XVIII).

² «Confirma a sobredita necessidade de Grammatica materna o costume dos antigos Romanos; porque tinham escolas públicas, onde se ensinava á mocidade a Grammatica da lingua Latina, que fallavam vulgarmente. E de a aprenderem na puericia recebem infallivelmente duas conhecidas utilidades: huma de fallarem a sua lingua com perfeição; e outra de perceberem com muita facilidade, por meio das regras da Grammatica Latina, os principios da lingua Grega, cuja Grammatica estudavão; por ser entre elles a lingua em que se tratavão as ciencias, como entre nós o he a Latina» (LOBATO, *Arte da grammatica*: VIII).

porque em todas se tem occupado homens doutissimos em comporem Grammaticas da sua lingua. Os Francezes, entre outros (...), tem a Mr. Resteau (...), e ao Padre Buffier. Os Inglezes, além de outros, a Peli, e a Martin. Os Italianos a Benedito Dogacci, e o Padre D. Salvador Corticelli, e outros. Os Castelhanos a Antonio de Nebrissa (...); Gonçalo Correas (...); e modernamente a Bento Martins Gomes Gaioso. Finalmente nós os Portuguezes temos a Fernão de Oliveira, João de Barros bem conhecido pelos seus doutissimos escritos, Amaro de Roboredo, o Padre Bento Pereira, e D. Jeronymo Contador de Argote (LOBATO, *Arte da grammatica*: VII-VIII).

O cultivo da gramática da língua materna é, então, um sinal da evolução cultural dos povos e das nações; recordemos, salvaguardando as devidas distâncias, a legitimação que, no contexto ideológico e epistemológico da actualidade, alguns estudiosos atribuem aos mecanismos de standardização, perspectivados como formas de fazer ascender a línguas de civilização idiomas até então ainda não regulamentados pelas diferentes formas de codificação. Revelando perfeita consciência do valor simbólico e patrimonial da linguagem, o conhecimento “formal” da língua materna é, então, apresentado por Lobato como uma “obrigação” (só suplantada pelo conhecimento da religião e necessariamente acompanhada pela do conhecimento da história nacional) de todo aquele que a «aprendeu desde o berço» (LOBATO, *Arte da grammatica*: XII). Compreende-se, então, que, na dedicatória ao Marquês de Pombal, Lobato relacione o processo de codificação e o prestígio do país: «Persuado-me de que será do agrado do V. EXCELLENCIA esta offerta pela razão de ser a presente Grammatica do idioma de huma Nação, que V. EXCELLENCIA com incansavel desvélo pertende fazer a mais culta, e conhecida entre todas as civilizadas». Assim, a desconsideração do ensino da língua materna, que deve ser uma prioridade, é «desgraça transcendente a todas as linguas vulgares», mas a «Nação Portugueza ha de conseguir a grande gloria de ser a primeira, que imite a sábia

policia da Romana, em mandar ensinar á mocidade a Grammatica da lingua natural» (LOBATO, *Arte da grammatica*: XIV)¹.

O texto do Alvará Régio de 30 de Setembro de 1770 organiza-se, na sua parte justificativa, em torno destas mesmas ideias, que surgem formuladas em termos muito idênticos; o valor estético e instrumental da linguagem, vista como reflexo do pensamento e, numa perspectiva pragmática, como forma de agir sobre o outro, e o desenvolvimento civilizacional que o cultivo da língua materna (pela codificação gramatical e pelo ensino) confirma e promove são as coordenadas que envolvem as propostas legislativas aí apresentadas:

Eu El Rei Faço saber aos que este Alvará virem (...), que sendo a correcção das linguas Nacionaes hum dos objectos mais attendiveis para a cultura dos Povos civilizados, por dependerem della a clareza, a energia, e a magestade, com que devem estabelecer as Leis, persuadir a verdade da Religião, e fazer uteis, e agradaveis os Escriptos: Sendo pelo contrario a barbaridade das linguas a que manifesta a ignorancia das Nações; e não havendo meio, que mais possa contribuir para polir, e aperfeiçoar qualquer Idioma, e desterar delle esta rudez, do que a applicação da Mocidade ao estudo da Grammatica da sua propria lingua; porque sabendo-a por principios, e não por mero instincto, e habito, se costuma a fallar, e escrever com pureza, evitando aquelles erros, que tanto desfigurão a nobreza dos pensamentos, e vem a adquirir-se com maior facilidade, e sem perda de tempo a perfeita intelligencia de outras differentes linguas; pois que tendo todas principios communs, achárão nellas os principiantes menos que estudar todos os rudimentos, que levarem sabidos na Materna; de sorte que o referido methodo, e espirito da educação foi capaz de elevar as linguas Grega, e Romana ao gráo de gosto, e perfeição, em que se vião nos formosos Seculos de Athenas e Roma, o que bem testemunhão as

¹ Este tipo de apologia enquadra-se no ambiente de valorização da cultura que é próprio do século XVIII: «da cultura das Letras depende a maior felicidade de huma Monarquia, que nunca já mais floresce nos infelices tempos em que nella domina a barbara ignorancia» (LOBATO, *Arte da grammatica*: XV).

excellentes, e inimitaveis Obras, que delles ainda nos restão (*apud* FÁVERO, 1996: 301).

Já referimos o facto de Lobato incluir na sua obra o tratamento do barbarismo e do solecismo, “vícios que fazem a oração viciosa”, como forma de ajudar quem quiser falar “com toda a propriedade e perfeição”. Chamamos agora a atenção para o facto de, como observaremos em Soares Barbosa, também Reis Lobato hierarquizar o erro; assim, considera o barbarismo (que incide sobre a palavra) menos grave que o solecismo (que “vicia” toda uma oração), mas nota que aquele, «sem embargo disso he mais estranhavel, e se dissimula menos»; o barbarismo, que se comete quando, por exemplo, «se pronuncia a palavra sem o devido accento (...) ou quando se não profere com letras devidas» (LOBATO, *Arte da grammatica*: 209 e 208) é, portanto, socialmente mais estigmatizante, embora estruturalmente menos comprometedor.

Em Jerónimo Soares Barbosa, representante máximo da gramática filosófica em Portugal, a noção de Gramática assenta numa atitude de dedução, cabendo ao estudioso detectar regras e princípios actuantes numa língua em particular ou na linguagem em geral¹: «Toda a Grammatica he hum systema methodico de Regras, que resultão das observações feitas sobre os usos e factos das Linguas» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: IX). Assim, de acordo com os postulados da gramática filosófica, a observação das diferentes línguas à luz de um conjunto de princípios gerais ou universais permite «descobrir todas as analogias de huma Lingua particular, e reduzir a ellas muitas anomalias, que os ignorantes contão por taes, não o sendo realmente»

¹ A distinção entre gramática geral e gramática particular é uma distinção que encontramos nos enciclopedistas, aparecendo “sistema” como uma das palavras-chave do século XVIII (FÁVERO, 1996: 193).

(BARBOSA, *Grammatica philosophica*: X)¹. A gramática assume, assim, um interesse especulativo e uma importante função explicativa, cujo alcance, vistas as línguas como «methodos analyticos, que Deos deo ao homem para desenvolver suas faculdades» ultrapassa o de «falar bem a propria Lingua» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: XII). A consideração, a vários níveis, do factor uso leva, no entanto, Barbosa a equacionar igualmente a questão do interesse prático (que deve incidir sobre todas as áreas de funcionamento da língua) das gramáticas. Assim, a propósito do género da classe do que chama “nomes substantivos”, escreve: «Pode-se dizer: que o uso vivo da Lingua ensina tudo isto. He verdade. Mas o mesmo uso ensina tudo o mais, e concluir-se-hia deste raciocinio que as Grammaticas erão escusadas. Mas, a não o serem, é precizo que, assim como ellas nos ensinão as mais regras de falar e escrever correctamente; nos ensinem tambem as de não errar na concordancia» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 125).

Vemos, então, que à Gramática se mantêm associados intuitos normativos, cabendo ao seu ensino «emendar muitos vicios» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: XIV), e compreende-se a apresentação da Gramática como «Arte de falar e escrever correctamente a propria Lingua» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 1; cf. também BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 203). Assim, e não obstante o quadro de cientificidade que molda o trabalho deste autor, a *Introdução* da obra de Soares Barbosa não deixa de integrar a noção do valor simbólico e da

¹ A organização da gramática (filosófica) obedece a uma estrutura que aparece descrita de forma muito clara, por exemplo, no parágrafo que introduz os capítulos onde se estudam as preposições da língua portuguesa: «Explicada assim a natureza da preposição, postos os principios, em que a mesma se funda, e deduzidas delles as legitimas consequencias; passemos já a examinar 1.º quaes são as verdadeiras preposições Portuguezas, e quaes não: 2.º como se podem classificar: 3.º e como as mesmas com seus complementos se reduzem a huma menor expressão pelos *Adverbios* em todas as Linguas, e pelos *Casos* naquellas, que os tem»; o objectivo é reduzi-las, «se possivel for, a certas classes, e fixar por este modo seu emprego no discurso» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 313 e 316). (O destacado é nosso).

normatividade associados ao uso do idioma nacional: «a *Grammatica da Lingua Nacional* he o primeiro estudo indispensavel a todo homem bem criado; o qual, ainda que não aspire a outra Litteratura, deve ter ao menos a de **falar e escrever correctamente sua Lingua**» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: XII)¹; para tal, deve dominar todas as partes da arte gramatical.

À semelhança do que fizera Reis Lobato, e como antecipámos, Soares Barbosa procede, nas páginas introdutórias da sua obra, ao que podemos considerar uma hierarquização do erro, avaliado em função do domínio de funcionamento das línguas onde a incorrecção se regista: «Em hum homem bem criado releva-se mais, e he menos vergonhoso hum erro de Syntaxe, que hum erro de pronunciação ou de Orthographia; porque aquelle póde nascer da inadvertencia; estes são sempre efeitos da má educação» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: XIV). Esta reflexão encontra-se em perfeita sintonia com o modo como Barbosa descreve as quatro partes naturais da gramática (ortoépia, ortografia, etimologia e sintaxe); na verdade, só para a apresentação dos dois primeiros (de acordo, aliás, com o valor etimológico das respectivas designações) o autor recorre ao advérbio “bem”: a ortoépia «ensina a distinguir, e a conhecer os sons articulados, proprios da Lingua, **para bem os pronunciar**»; a ortografia «ensina os signaes Litteraes, adoptados pelo uso, **para bem os representar**»²; a etimologia «ensina as especies de palavras, que entrão na composição de qualquer Oração, e analogia de suas variações e propriedades geraes»; a sintaxe «ensina a coordenar estas palavras e dispol-as no discurso de modo, que fação um sentido, ao mesmo tempo distincto, e ligado» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 1). As mesmas concepções estão visivelmente presentes nos títulos dos diferentes livros em que se subdivide a obra: *Da Orthoepia, ou Boa Pronunciação da Lingua Portugueza*

¹ O destacado é nosso.

² Os destacados são nossos.

(p. 2); *Da Orthographia, ou boa Escripura da Lingua Portugueza* (p. 56); *Da Etymologia, ou partes da Oração Portugueza* (p. 97); *Da Syntaxe, e Construcção* (p. 362). Podemos, então, considerar, com Bezerra (em *Norma e linguagem*, 1984, S. Paulo, citado por Fávero [1999: 234-235]), que a obra de Soares Barbosa apresenta diferentes critérios normativos: o lógico ou racional (a língua obedece a leis semelhantes às que organizam o pensamento, que aquela reflecte); o bom uso (veremos que, para este autor, a língua a considerar é a da corte e dos grandes escritores); o da autoridade do gramático (o saber deste legitima a descrição).

Numa época em que ainda é necessário defender a importância de obras de reflexão metalinguística e metaortográfica, também Barbosa (*Grammatica philosophica*: XIII) esgrime um argumento, primeiro avançado por João de Barros: o de que o ensino das línguas estrangeiras (e, concretamente, das línguas clássicas) se torna mais simples quando precedido do estudo da gramática da língua materna: «Aquelles, que aspirão a estudos maiores, e para entrarem nelles tem de aprender as Linguas sabias, levão huma grande vantagem com aprender primeiro a Grammatica de sua Lingua».

12.3. A função da gramática e a definição de uma variedade de referência

Vimos, então, que, mesmo no âmbito das gramáticas filosóficas, a gramática se atribui uma finalidade prática à qual é reconhecida a maior importância. Como já acontecera com Duarte Nunes de Leão, em Ferreira de Vera e Franco Barreto a atribuição desse papel apoia-se numa concepção de comunidade linguística fortemente estratificada, reflectindo-se directamente na

linguagem a organização da estrutura social vigente: «nã há cousa tã perfeyta entre todas as que produz a Natureza, que cõ a arte se nã possa aperfeyçoar mays: e he bε), que quanto os omens (fallando universalmente) excedem no fallar aos brutos animaes, tanto **os que andam ε) as cortes, e presença dos Principes, sejam no bε) fallar aos outros superiores»**¹ (BARRETO, *Ortografia: Dedicatoria*). Define-se então, simultaneamente, um ambiente social e um ideal linguístico, sendo essa associação confirmada de modo explícito nas considerações que introduzem o Capítulo VI (*Das partes da vulgar lingua*) da *Ortografia* de João Franco Barreto:

Em cada naçã, e em cada lingua ha ùs, que fallam melhor que outros; e parece que acerca do vulgo, e gente popular, plebea, e servil, ha uma lingoagem, e acerca dos nobres, cortesãos, e pessoas de juizo, e letras, outra; porque aquelles fallando (como a experiencia nos ensina) sε) observancia algũa das regras da Gramatica, nε) advertencia de acentos, pronunciam as palavras, ou sejam proprias, e nativas, ou peregrinas, e alheyas, corruptas, e mudadas, segundo ouvem aquelles, cõ quε) praticam, e fallam; e estoutros, observando as regras, numeros, pessoas, articulos, acentos, e módos, que por boa razã se devem guardar, e observár ε) toda boa lingoagem, polida e ordenadamente (BARRETO, *Ortografia*: 31)².

As coordenadas linguísticas e extralinguísticas desse modelo são, então, apresentadas quando, no âmbito da descrição / regulamentação (ortográfica) do que se apresenta como “língua portuguesa”, se contrastam variedades sociais e / ou regionais: se o trabalho de codificação, desde os primeiros gramáticos, não se faz sem a integração de uma variedade de referência, também é verdade que são os mesmos gramáticos que fornecem informações sobre léxico e fonética / fonologia regionais ou sociolinguisticamente marcadas como

¹ O destacado é nosso.

² Note-se que, como o autor esclarece, esta análise assenta em depoimentos semelhantes de Plínio, Quintiliano, Varrão, Cícero.

populares. Torna-se, assim, muito claro que a intenção do codificador é a regulamentação; simultaneamente, definem-se áreas problemáticas que a descrição privilegia e que surgem de forma recorrente na gramaticografia portuguesa dos séculos que aqui estudamos:

i) «Os verbos da primeyra conjugaçã todos fazem o preterito ã ey (...). Ainda que por este Ribatejo todos os mudam ã i. agudo, (...) que he uma notavel barbaria, e mayor por ser aqui tã vizinho da Corte» (BARRETO, *Ortografia*: 54);

ii) «He esta letra a. fatal para os de entre Douro, e Minho, e Beyrões, siguidoselhe outro a. porque nã os pódem pronunciar ambos ù detras do outro, sã lhes meter de permeyo ù y, e assi havendo de dizer, a agua, a alma, infalivelmente hã de dizer ay agua, ay alma» (BARRETO, *Ortografia*: 72-73);

iii) «muytos Portuguezes de entre Douro e Minho, nã advertindo o que vay de uma a outra, as trocam ã a pronunçiaçã; especialmente os que ficam mays chegados a Galiza (...); e quasi todos os nomes, ã que ha v, consoante, mudam o v ã b. e como o fizessem, por o fazer ás avessas, o que nós pronunciamos per b, pronunciam elles per v» (BARRETO, *Ortografia*: 114);

iv) «Tem esta letra [**b**] muita semelhança, e afinidade com a letra consoante v; com que faz errar a muitos Portugueses de entre Douro, e Minho, e os mais dos Castelhanos, que não advertindo o que vai de hũa à outra, as trocã na pronunçiaçã» (VERA, *Orthographia ou modo para escrever*: fol. 6);

v) «muitos vulgares confundem o, z, escrevendo s» (VERA, *Orthographia ou modo para escrever*: fol. 23)

vi) «Advirtã o que não quizer errar nestas tres letras ç. S, Z, porque a muita semelhança causa confusão, e sendo a differença pouca, com mais dilijencia se ha de saber, pra fugir dos erros, que se seguem do mal pronunciar ao mal escrever» (VERA, *Orthographia ou modo para escrever*: fol. 45).

Relativamente às sibilantes palatais, Vera não refere explicitamente a distinção entre a consoante fricativa e a consoante africada; no entanto, e como Pinto (1980/1981: 156) afirma, «podemos deduzir de algumas das suas afirmações que esta distinção se mantinha na linguagem mais correcta, falada e escrita»¹. Já Franco Barreto (*Ortografia*: 172-173) se refere expressamente à confusão (ou substituição) de [š] (<x>) e [č] (<ch>):

Nossos Ortografos dizem a pronunciamos segundo os Arabes o seu Xin, como nestes vocabulos, payxã, caxa, enxada (...), que muytos por a lingua os nã ajudar, ou por mao costume, pronunciam barbaramente, dizendo (e ainda escrevendo) páchã, cacha, enchada (...). De módo que convertem o x, ε) ch (...); sendo que outros, que se devem pronunciar, e escrever per ch, como chave, (...) escrevem e pronunciam, xave (...). O que parece se conserva entre os rusticos da comunicaçã, que tivemos cõ os Francezes^[2].

Na mesma linha descritiva, Barreto (*Ortografia*: 100) refere ainda a sobrevivência, na região de Entre-Douro-e-Minho e na Galiza, da terminação arcaica *-om* para *-ão*, o ditongo mais frequente em português, e refere, no caso dos plurais para as formas em *-ão*, uma incorrecção que atribui às camadas desfavorecidas da região da capital: «diremos calções, tostões, porquanto elles [os

¹ Angélica Pinto apoia-se, aqui, no facto de, por um lado, Vera afirmar que «na lingua Portuguesa pronunciamos o. x. como os Arabes, de cuja vezindade o tomamos pronunciãdoo da mesma maneira q̄ elles pronunção o seu xin» (VERA, *Ortografia ou modo de escrever*: 21) e de, por outro, condenar os que «escrevem dicções Portuguesas per ch. dirivadas dos Latinos, e Gregos, com que se embaração muitos, que não sabendo differençar os nomes Latinos dos vulgares pronunção hūs por outros, errando na pronunção, como no significado: como coro (...) escrevem choro, por se mostrarem Latinos (...). E assi como os Gregos Latinos, e Arabes não tem, nem conhecerão esta nossa pronunção cheminè (...); assi nòs não temos (na nossa materna) a sua per ch; nem letra com que signifiquemos o x dos Gregos. Assi que quando virmos escritos estes nomes (...) lhes daremos a pronunção de qui, e C: e assi o usaremos na scrittura Portuguesa» (VERA, *Ortografia ou modo de escrever*: fol. 10-10[v.]).

² «Como se deduz das suas palavras, a norma culta condena a confusão entre os dois fonemas. (...) É, portanto, nas últimas décadas do século XVII que pela primeira vez um ortografista se refere à confusão entre č e š, como vício de linguagem, próprio dos rústicos» (PINTO, 1980/81: 158-159); a primeira referência a essa confusão foi feita, segundo Angélica Pinto (1980/81: 180), por D. Francisco Manuel de Melo, em 1657.

castelhanos] dizem calções, tostones, e nã calções, tostães, como o vulgo circunvisinho de Lisboa costuma» (BARRETO, *Ortografia*: 105).

Também Ferreira de Vera, consciente do carácter problemático do seu uso, sujeita o ditongo “ão” a um tratamento mais detalhado: «O dittongo, que mais se ha de advertir, por ser o mais frequente na nossa lingua, e o que mais duvidas tem, em que lugares se ha de usar, he (...) ão. Porque hũs o usão per, om: (como na lingua antiga), e outros per am, confundindo aquelle dittongo, ão, que não conhecem, por não fazerem differença de hũa cousa â outra: contra a opinião dos que o melhor entendem» (VERA, *Orthographia ou modo para escrever*: fol. 25[v.]). Do mesmo modo, é mais extenso (facto para o qual o próprio autor chama a atenção) o capítulo dedicado por Vera à apresentação da letra Z, que muitos vulgares confundem com <s>.

Barreto (*Ortografia*: 176) refere-se igualmente à distinção entre as sibilantes alveolares dorsais e apicais, uma questão que, pertencendo ao domínio fonológico, tem repercussões directas no sistema gráfico: «muytas vezes na escritura se confundem o s, e o z. E na verdade (...) he dificultoso darse regra certa de quando se usará de z. e quando de s., polla muyta afinidade e semelhança, que o s, posto entre duas vogaes, tẽ cõ o z».

É importante observar aqui que, não obstante o seu carácter desviante, alguns traços dialectalmente circunscritos acabam por ser “reabilitados”, ao fornecer-se ao leitor a informação de que também ocorrem noutros espaços; o seu carácter “insólito” vê-se, de certo modo, reduzido. É o que acontece com o desenvolvimento da glide anti-hiática entre vocábulos registada por Barreto: «o mesmo vicio tε) [segundo Frey Regnialdo Acceto, ε) o tesouro de sua lingua] algumas terras de Italia (...), que por dizerem aqua, pane, cazo, barca, dizem, ayqua, payne, cayso, bayrca» (BARRETO, *Ortografia*: 73); é o que podemos apreciar também relativamente à indistinção entre /b/ e /v/, traço que não surge como uma particularidade

singular (talvez seja por esse facto que o tom não é de condenação), uma vez que, entre os castelhanos, «cousa he geral trocar o b, por v, e o v, por b (...). Verdade he que tambε) os Latinos (...) mudaram muytas vezes o b, ε) u, porem nã consoante, màs vogal»; «os nossos Beyrões^[1], e d'entre Douro, e Minho, trocam o b, por v, e o v, por b, màs tambε) os antigos o faziam (...). E os Castelhanos nenhuma diferença fazem de uma a outra» (BARRETO, *Ortografia*: 114 e 171)².

Não questionada a existência do idioma nacional e progressivamente autonomizando-se a gramática portuguesa relativamente à matriz latina, encontramos em Contador de Argote *língua portuguesa* metalinguisticamente definida como «palavras, e modo de fallar, de que os Portuguezes entre si usaõ na pratica, ou conversaçã, ou quando escrevem» (ARGOTE, *Regras*: 2). Face a esta formulação, que abstrai da especificidade dos planos oral e escrito, parece-nos razoável concluir que, para a definição do português, e num contexto teoricamente mais elaborado do que aquele que integra o mesmo tipo de apreciação no século XVI, se consideram não só as suas singularidades lexicais ou estruturais (“idiotismos”, quando se trata de aspectos originais relativamente ao latim), mas também o seu valor simbólico (do qual o gramático tem consciência) de identificação de uma comunidade (linguística). Estamos, portanto, perante uma noção (já não meramente intuída) de língua histórica, cujos contornos se assemelham aos que, modernamente, Coseriu veio a atribuir a esse conceito. O entendimento de *dialecto* enquanto «modo diverso de fallar a mesma lingua. (...) diversidade (...) de fallar, que

¹ Segundo Angélica Pinto (1980: 617), é Franco Barreto quem, pela primeira vez, atribui a permuta entre *v* e *b* também aos beirões.

² Uma análise de tipo comparativo surge noutros passos do texto do gramático seiscentista: «Pompeio Festo diz que os rusticos o pronunciam, como o (...). Màs o mesmo fizemos ε) quasi todas as dições, que dos Latinos temos, e elles escreveram per au, que as mudamos ε) ou» (BARRETO, *Ortografia*: 101).

observa a gente da mesma lingua» (ARGOTE, *Regras*: 291-292)¹ vem, depois, confirmar o valor que nos parece poder atribuir ao conceito de “língua portuguesa” apresentado por Contador de Argote. Confirmamos, assim, que referências à variação linguística acompanham os textos gramaticais desde o seu aparecimento e precedem o desenvolvimento formal das modernas disciplinas que tomam a seu cargo o estudo das diferentes vertentes de funcionamento desse fenómeno. Assume particular interesse o tom de científica neutralidade da formulação de Argote que, por outro lado, começa por colocar num mesmo nível diferentes tipos de variedades linguísticas. De dialectos, diz o Mestre ao Discípulo, há muitas castas, mas as principais são três: «Dialectos locais, e Dialectos de tempo, e Dialectos de profissão» (ARGOTE, *Regras*: 292). Dialecto de tempo é «a diferença do fallar da mesma lingua em diversos tempos» (ARGOTE, *Regras*: 296) e, na língua portuguesa, o autor identifica três variedades desse tipo: o dialecto “antiquíssimo”, usado até ao tempo de D. Dinis; o dialecto antigo, «que se usou quasi até a perda de El-Rey D. Sebastião» (ARGOTE, *Regras*: 296); o dialecto Moderno, usado a partir de então. Dialecto “de profissão”, «a diferença de fallar a mesma lingua, de θ) usão os que exercitaõ diversa profissão de fallar» (ARGOTE, *Regras*: 297), não se refere, na realidade, à variação social ou profissionalmente motivada, tal como a concebemos modernamente, mas antes à diversidade estilística ou diafásica: Argote distingue dialecto da prosa ou prosaico (que usamos, por exemplo, quando “falamos familiarmente”) e dialecto do verso, ou poético e diferencia estas duas variedades pelo léxico e pela sintaxe. Finalmente, dialecto local «he a diferença, com que se falla a mesma lingua em diversas terras da mesma nação» (ARGOTE, *Regras*: 292). É precisamente à descrição dos diferentes dialectos locais

¹ O destacado é nosso. Também Feijó (*Orthographia explicada*: 276) define dialecto, na Terceira Parte da sua obra, igualmente interessante pelo valor lexicográfico e lexicológico, como “o modo de falar de cada língua”.

portugueses que D. Jerónimo Contador de Argote consagra a quase totalidade do capítulo *Dos Dialectos da lingua Portuguesa*, sendo por isso apresentado por Leite de Vasconcelos ([1901]1987: 55) como o autor do primeiro quadro geral (apesar de imperfeito) das nossas variedades geográficas, protagonizando uma atitude objectiva que, de certa forma, se desvincula do pensamento purista. Saliente-se ainda que Contador de Argote não deixa de referir os dialectos fronteiriços do Norte de Portugal, embora não se detenha na sua descrição; sobre essas variedades, escreve apenas: «Ha alguns de alguns lugares de Tras os Montes, e Minho nas rayas de Portugal, que são muyto barbaros, e quasi que se não pòdem chamar Portuguez, mas só os usa a gente rustica da quelles lugares» (ARGOTE, *Regras*: 295-296). Observe-se, aqui, a noção de diferentes graus de distanciamento das variedades geográficas, que mais tarde virá a sustentar a distinção terminológica de Boléo / Silva ([1962]1974: 340) entre “dialecto” e “falar”¹; ao mesmo tempo, revela-se a consciência da complexidade interna das comunidades linguísticas, dando-se explicitamente conta da situação sociolinguística de tais variedades, próprias da gente rústica dos referidos locais. Argote refere ainda o que chama «Dialectos ultramarinos, e conquistas de Portugal, como India, Brasil, ec.», que se singularizam por terem «muytos termos das linguas barbaras, e muytos vocabulos do Portuguez antigo» (ARGOTE, *Regras*: 300). A estrutura da obra onde Leite de Vasconcelos refere a importância de Argote parte, aliás, de um entendimento semelhante do espaço linguístico português; na verdade, em *Esquisse d’une dialectologie portugaise*, Leite de Vasconcelos trata dos “dialectos continentais”, dos “dialectos

¹ Reserva-se o termo “dialecto” «para designar um conjunto de particularidades (...) bastante expressivas e que se afastam algum tanto da língua comum. É o caso, dentro do território português, do mirandês (...). Em relação, porém, ao minhoto, trasmontano, beirão, alentejano e algarvio estamos em presença de simples “falares”, visto que os traços que os distinguem não dificultam a compreensão aos portugueses de outras regiões» (BOLÉO / SILVA, [1962] 1974: 340-341).

insulares”, dos “dialectos ultramarinos”, do “português dos judeus” e dos “codialectos portugueses”.

A neutralidade com que o termo “dialecto” começa por ser apresentado na obra de Argote não é, no entanto, conseqüente no plano da descrição e vem mesmo a ser explicitamente abandonada (Santos, 2006: 36) a favor de um princípio de qualidade do uso: assim, no capítulo atrás referido, Contador de Argote toma o dialecto da Estremadura (inicialmente apresentado como um dos cinco principais dialectos locais, juntamente com os de Entre Douro e Minho, Beira, Algarve e Trás-os-Montes¹) como variedade idiomática de referência, por contraste com a qual são inventariadas as particularidades (lexicais e fónicas, sobretudo, mas também morfológicas) das outras regiões, e com a qual se identifica e compromete o seu leitor; atente-se no contraste que se estabelece entre o uso da primeira pessoa do plural para referir as realizações próprias da Estremadura e a terceira pessoa do plural para referir as realizações dos outros dialectos locais. O esquema é, então: “nós dizemos” / “eles dizem”. Assim, o dialecto de Entre-Douro-e-Minho “troca” as unidades fonológicas /b/ e /v/, apresenta [õ] e não [ẽw̃] em posição final, atribui diferente valor de género gramatical a alguns vocábulos e regista algumas especificidades na flexão verbal²; o dialecto da Beira usa sistematicamente [oj] por [ow], facto que é descrito como um traço de conservadorismo e do qual ainda há vestígios na

¹ Todos os dialectos são apresentados da mesma forma, portanto não há aí qualquer juízo explícito do gramático sobre a qualidade relativa dessas variedades: o dialecto da Estremadura é «a pronuncia, palavras, e modo de fallar a lingua Portugueza usado nas terras da Provincia da Estremadura»; do mesmo modo, o dialecto de Entre-Douro- e-Minho é «a pronuncia, palavras, e modo de fallar a lingua Portugueza usado nas terras da Provincia do Minho, o mesmo se deve de dizer competentemente dos demais» (ARGOTE, *Regras*: 293).

² «[Tambem] mudaõ em alguns Verbos as terminaçoens das pessoas, *Eu estive* dizem *Eu esteve*. *Eu fiz* dizem *Eu fez*» (ARGOTE, *Regras*: 294).

Estremadura¹, e introduz uma glide anti-hiática entre vocábulos em sequências como “a água” ou “a alma”; do dialecto do Algarve, Argote refere fenómenos de assimilação / dissimilação que atingem as vogais pré-tónicas <i> e <e>, alterações na realização do ditongo <eu> e palatalização plena da sibilante em final de palavra quando seguida de vogal. Para quase todos os dialectos se refere a existência de unidades lexicais próprias, comprovando-se o facto com a respectiva listagem. A comprovar o valor de referência atribuído ao dialecto da Estremadura está ainda o facto de o dialecto do Alentejo não ser considerado ao mesmo nível dos restantes, pelo motivo de, nas palavras do Mestre do texto de Argote (*Regras*: 295), diferir pouco daquele. Percebe-se, então, que as peculiaridades dialectais sejam, por outro lado, apresentadas como “defeitos”: «e dizem tem alguns defeytos da pronuncia do Algarve» (ARGOTE, *Regras*: 295).

Para a análise desta organização dos dados, não podemos esquecer o facto de também a Dialectologia, disciplina linguística que opera dentro de um quadro de cientificidade e que integra nos seus princípios teóricos o da igualdade das variantes e variedades, não conseguir escapar ao que podemos considerar uma contradição epistemológica: o trabalho de avaliação e inventariação de singularidades diatópicas não se faz sem a definição de uma variedade de referência. Confirmando o seu “moderno” entendimento do conceito, Argote (*Regras*: 300) refere ainda outro tipo de dialecto, a que chama Gíria, e que é usado apenas no interior de determinados grupos profissionais ou étnicos (os “homens de ganhar” e os ciganos), sendo estranho aos restantes indivíduos.

¹ «Esta pronuncia se reteve no Dialecto da Estremadura em muytas palavras, porque ao *Couro* dizemos *Coyro*, ao *Mouro Moyro*, ao *Touro Toyro*, ec.» (ARGOTE, *Regras*: 294).

Não obstante o prenúncio de uma objectiva atitude descritiva, Argote adere claramente à atitude prescritivista tradicional quando, por fim, dá conta da existência de «hum modo de fallar a lingua Portugueza mao, e viciado, ao qual podemos chamar Dialecto rustico»¹, que se distingue do dialecto “verdadeiro” e que «usa a gente ignorante, rustica, e incivil, e delle he necessario desviar aos meninos bem criados» (ARGOTE, *Regras*: 299). Esse dialecto distingue-se do “verdadeiro” «na pronuncia, nas palavras, e no modo de fallar a lingua Portugueza» (ARGOTE, *Regras*: 300), isto é, no plano fónico, lexical e morfo-sintáctico. É este pressuposto que enquadra análises como a ilustrada pela seguinte afirmação, onde é tratada a noção de género incerto: género incerto é «aquelle, a que huns fazem masculino, outros feminino, assim como *Fim*, a que na Provincia do Minho a gente vulgar faz feminino, e diz *A fim*, a gente polida masculino, *O fim*, e he como se deve dizer» (ARGOTE, *Regras*: 181).

As intenções prescritivas do texto, logo anunciadas pelo Conde de Ericeira que escreve, na 2.^a impressão da obra de Argote, que «o methodo da Grammatica (...) ensina a fallar, e a escrever com pureza», são, portanto, confirmadas pela valoração diferenciada dos dialectos. A própria Parte IV (capítulos *Dos Dialectos da lingua Portugueza e Da Construção da lingua Portugueza*), é, aliás, concebida «para o ensino mais polido, e para a gente nobre» (ARGOTE, *Regras: Introduçãam [...]*) (Santos, 2006: 36).

Em Madureira Feijó, a definição ou selecção de uma variedade de referência processa-se no âmbito de uma outra questão, central no contexto da sua obra: a da ponderação dos princípios regulamentadores da ortografia do português. A esse propósito, Feijó avalia a validade de critérios fonéticos e de critérios etimológicos, assim problematizando a questão do uso, o poder da

¹ O destacado é nosso.

autoridade e a força legitimadora da razão¹. Desta forma, e não obstante o critério etimológico ser claramente valorizado pelo autor, a dimensão do uso não pode deixar de ser considerada: «He sem duvida, que o uso muitas vezes prevalece contra algumas regras particulares, e passa a ser ley na materia, em que he uso»; no entanto, «este he aquelle uso geralmente introduzido, e com algum fundamento, sem contrariedade dos prudentes; porque o mais he abuso» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 5)². São, assim, traçadas as coordenadas que delimitam o critério do uso como forma de validação de silhuetas gráficas ou de estruturas linguísticas: se, quando comum, o uso impede a reprovação (não implicando, com isso, necessariamente a adesão) do ortógrafo³, não é a dimensão meramente estatística ou quantitativa desse factor que orienta a aceitação das formas que assim vigoram. Muito pelo contrário, Madureira Feijó (*Orthographia explicada*: 27) apresenta como «indignos da nossa lingua» “erros” que o uso já introduziu nas classes de Gramática e apresenta igualmente como erros, em vários pontos do seu texto, formas que

¹ Feijó apresenta com assinalável clareza a complexidade das relações que se estabelecem entre os critérios do uso e da etimologia / analogia, simultaneamente estabelecendo limites ao princípio da autoridade («Recorria á lição dos livros, e tirava tão pouco fructo nesta materia, que so encontrava variedades» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 144): «vi que era preciso ponderar etymologias, observar analogias, e seguir derivaçoens; e que nada disto bastava para o acerto; porque muitas vezes achava o uso contra mim; e que o abuso tinha prevalecido pela auctoridade dos livros» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 144). A conclusão, então, é a de será extremamente difícil «ou moralmente impossível, dar regras certas para a Orthografia de todas as palavras» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 215);, por outro lado, e não desconsiderando as singularidades epocais, a declaração do ortógrafo («Queria seguir o uso, mas como o topava inconstante não me podia servir de regra» [FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 144]) pode interpretar-se como a expressão, teoricamente não elaborada, da convicção de que é impossível estudar o plano da actualização (à semelhança do princípio que, pela reflexão em torno do valor operatório da dicotomia saussureana *langue / parole*, orienta os estruturalistas) (Santos, 2006: 40-41).

² O destacado é nosso.

³ Veja-se, por exemplo, o que Madureira Feijó (*Orthographia explicada*: 23) escreve a propósito da solução gráfica para sequências de vogais em hiato como a que surge na forma *lamprea*: «alguns pronunciaõ, e escrevem *Lampreya* (...). O que não reprovoo, porque se conforma mais esta Orthografia com o som da pronunciaçaõ commua (...). Porem a mais recta pronunciaçaõ, e Orthografia he com accento circumflexo no E, deste modo: *Lamprêa*».

reconhece serem comuns. Para Feijó, o uso só vale como factor de legitimação quando “universal”, mas este conceito não se sobrepõe ao de “geral” ou “generalizado”; no pensamento do ortografista, “universal” é, antes, o uso que recolhe o «beneplacito dos doutos» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 39). A “universalidade” de que o autor fala é, então, uma noção sociologicamente manipulada que a expressão “pseudouniversalismo imperialista” (utilizada por Montes Giraldo para referir a atitude, comum, de interpretar como geral uma variedade que, na verdade e como outras variedades, é particular) tão bem sintetiza no âmbito da modernidade. A consideração desse douto uso ou “uso de qualidade” é, por si só, razão para refutar propostas de regulamentação ortográfica com as quais Feijó não concorda (Santos, 2006: 37-38): é o caso da uniformização da grafia das sibilantes apresentada por Bluteau, já que a sua aceitação, na perspectiva do ortografista, implicaria «mudar a pronunçação Portugueza universalmente usada dos mais doutos, e sabios da Corte, das Universidades, e dos pulpitos» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 47)¹. Feijó não receia, então, «reprovar o abuso de muytas palavras a que alguns chamaõ uso», mas aprova «este na quellas em que tem prevalecido pela aceitação commua dos mais doutos» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 6)².

Concebido da forma que expusemos, o uso (também no que se refere à *recta pronunçação*) reveste-se, em Feijó, de um valor restritivo ou discriminatório³; está em causa, na verdade, um *bom uso* que se revela, por outro lado, na avaliação explícita das diferenças, resultem estas da

¹ O destacado é nosso.

² O destacado é nosso.

³ Veja-se que, a dada altura do texto, os não formados correspondem àqueles «que não tem uso». Esse uso deverá, mesmo, *emendar* formas que há muito «se ouvem no mundo (...) e ainda o uso não acabou de ensinar a sua *recta pronunçação*, não so aos ignorantes, mas a homens aliundè doutos, que erradamente os pronunciaõ» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 145) (Santos, 2006: 41).

estratificação social ou da distribuição geográfica: «se consultarmos o vulgo não acharemos senão abusos de palavras, e erros de pronunção. (...) Se consultarmos as Provincias, acharemos, que o uso introduzio em cada huma aquelles erros patrios, que os naturaes mutuamente reprovão huns aos outros, ou seja no escrever, ou no fallar» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 5). O desvio é, então, enfaticamente censurado: Feijó (*Orthographia explicada*: 26-27) fala de «erro intoleravel», de grafia e pronunção torpes, de «erros indignos da nossa lingua».

Para a definição do padrão, e em sintonia com a valorização do critério etimológico na definição da ortografia do português, a principal coordenada seguida por Madureira Feijó é, então, claramente, de ordem sociocultural; a erudição é um aspecto essencial para o reconhecimento de “autoridade”. Não surpreende, então, a sua explicitação de que as regras da Ortografia são concebidas «para os doutos, que tem capacidade para as entenderem» e não «para o vulgo ignorante, accomodandoas á sua ignorancia no escrever, e pronunciar» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 54)¹; do mesmo modo se entende a terceira parte da obra, que adiante voltaremos a referir, *Erros do vulgo, e emendas da orthografia. No escrever, e pronunciar*, onde Feijó apresenta, de modo explícito, os defeitos de pronúncia das classes mais baixas² como o motivo pelo qual não adopta um critério fonético:

¹ Feijó critica aqui o que considera ser a atitude de João Franco Barreto: «E eu pergunto, se as regras da Orthografia se haõ de fazer para o vulgo ignorante (...), como fez Joaõ Franco Barreto na sua Orthografia; aonde diz, que guardava para si o como se haviaõ de escrever algumas palavras, para ir com o povo? Ou se haõ de ser para os doutos (...)? Se para os primeiros, digo, que tanto importa escrever certo, como errado; porque elles sempre seguem a sua ignorancia, e dizem, que nós somos os que erramos. Se para os segundos, digo, que estes bellamente entendem ou a razão das regras, ou a deducção das palavras; e por isso fazem differença na pronunção, ainda que a não haja na escripta; (...) e o vulgo tanto ignóra huma cousa, como outra» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 54).

² Tal como no capítulo com que inicia o seu texto, *Difficuldade, e Introdução da obra*, também nas primeiras páginas da terceira parte, Feijó expõe de modo muito claro as limitações dos diferentes aspectos que vai considerando para avaliar a correcção das formas: o uso é

Se o vulgo indouto não errara a recta pronunçiação de innumeraveis palavras, seria facil ensinarmos a todos a escrever com acerto, seguindo em cada palavra na posiçao das letras o som da pronunçiação; mas como o vulgo he o que mais erra a pronunçiação das palavras, e pelo uso se communica este vicio aos mais, que não são da [sic] vulgo, não pode a pronunçiação commua ser regra certa da Orthografia (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 143)¹.

De qualquer modo, e como consequência do seu “desejo da utilidade pública”, a terceira parte da obra de Madureira Feijó é concebida de forma a ficar acessível mesmo aos não formados. Escreve o autor:

E dezejando eu satisfazer ás repetidas supplicas dos que me pediraõ, que nesta Orthografia me accomodasse á capacidade de todos, porque ainda os que não estudaraõ, dezejavaõ escrever com acerto, e não tinhaõ, por onde aprender; entendi que não havia regras mais faceis para todos, que mostrar os erros, que vulgarmente andaõ introduzidos na pronunçiação das palavras, ajuntando a cada huma a sua emenda, para que sem mais estudo, que a lição, ou vista das palavras, possaõ todos aprender o que não cabe nas regras da Orthografia (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 143).

O uso definido por Feijó é, então, uma forma de avaliar a correcção ou a aceitabilidade, tanto gráfica, como fónica, das formas linguísticas. Não está, no

inconstante e contraria, por vezes, a razão e a autoridade; os depoimentos e as opções dos Autores nem sempre são convergentes; o estabelecimento de analogias com o Latim não permite esclarecer todas as dúvidas; ao autor, que nalguns momentos admite soluções diferentes para a mesma situação, e que confessa que nunca foi «apaixonado por opinioens, que não tem fundamentos racionavelmente provaveis» só resta, então, seguir «os fundamentos da melhor razaõ» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 55 e 145).

¹ Considere-se ainda, na enumeração dos inconvenientes de não seguir a ortografia latina, a seguinte afirmação de Madureira Feijó (*Orthographia explicada*: 11): «O terceiro inconveniente he, que se não observarmos a Orthografia latina nas palavras que são de sua natureza latinas, e passaõ para a lingua Portugueza, escreveremos palavras, que nem seraõ Portuguezas, nem latinas, e sahirá huma terceira lingua, que mais parecerá aborso [sic] deforme, que filha perfeita da latinidade; qual he a lingua, que o vulgo ignorante erradamente pronuncia, e escreve; como largamente mostrarei nos erros, e emendas das palavras, no fim da Orthografia da nossa lingua».

entanto, isento de uma ponderação mais ou menos crítica: nuns casos, a forma em uso é considerada porque não se conhecem razões que impeçam a sua aceitação, sendo, portanto, o uso é o único critério que o ortógrafo pode convocar («como para esta diversidade [no domínio do registo e dos resultados da consoante lateral] não ha outra regra, senão o uso dos mais doutos, a este seguiremos» [FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 75]; «Outros dizem *Dezouto*, porque pronunciaõ *outo*. (...) E como não ha mais razão para hum, que para outro, aqui prevalece o uso mais cõmum, que he *oito*, *Dezoito*» [FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 276]). Noutros casos, o uso sobrepõe-se à regra e, então, o ortógrafo comporta-se de forma diferenciada. Assim, aceita (ou não reprova) as formas impostas pelo uso, mesmo nem sempre lhes reconhecendo fundamento («Mas eu tomara saber, quem, e porque fez o verbo *Fugir* irregular na conjugação? Que inconveniente houve para senão dizer regularmente em todas as pessoas *Fujo*, *Fuges*, (...). Diraõ, que foi o uso; e isto mesmo me serve para seu lugar» [FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 160]); noutras ocasiões, contrapõe o uso ao *rigor da arte* e àquilo que *deve ser* e a sua atitude, com graus variados de explicitude, passa a ser de condenação, da qual não isenta os *doutos*: «O que a mim me admira he, que os mesmos doutos, e criticos, que deviaõ saber, e na duvida consultar os livros, abusem tanto desta regra, que nas suas conversaçõens trazem introduzidos estes, e semelhantes erros (...). As duas palavras *Conclave*, e *Rubrica* andaõ erradas na pronunciação (...); e o contrario he erro sem desculpa, em que não póde prevalecer o uso; porque he abuso da syllaba, ou da sua quantidade» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 40). O esquema *diz-se X*, mas *deve dizer-se Y* orienta, então, as suas formulações: «Entre pessoas sabias, e duntas se altercou a duvida (...). E como a duvida passasse a teima, fui consultado para a decisam, e respondi: que por uso se pronunciava do primeiro modo; mas que pelo rigor da arte, se devia pronunciar do segundo» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 83). A consciência da actuação (nem sempre convergente) dos factores uso e razão na configuração e

actualização do sistema linguístico é claramente afirmada quando o autor, depois de admitir a possibilidade de coexistência de formas (ditongos *Ei* e *Ey*), considera que uma delas (a segunda) se deve «mais ao uso [dos Autores], que o introduzio, que a razão ou sciencia» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 24). Madureira Feijó não deixa, então, de frequentemente defender que, ao uso, deve estar associado *algum fundamento*, confessando que nunca foi «apaixonado por opinioens, que não tem fundamentos racionavelmente provaveis» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 55) e que a sua estratégia é seguir «os fundamentos da melhor razão; porque esta sempre foi a que triunfou nas duvidas, que muita vez [propusera] na materia» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 145). A motivação interna ou sistémica surge, neste contexto, como uma ideia “disponível” para a avaliação do que é aceitável e do que é abuso: «Não acho fundamento algum para o uso desta particula [desde] taô universalmente introduzida. (...) não póde ser, nem he no Portuguez senão *De*; e o *Des* foi introduzido por abuso; porque he escusado, e mal soante na pronunciação o *Des*, quando com *De*, ou *Do* se significa o mesmo espaço, ou seja de tempo, ou de lugar» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 273) (Santos, 2006: 38-39).

Seguindo o método tradicional, e dada a natureza da obra, as referências de Feijó aos pormenores dialectais surgem quase sempre motivadas pela análise dos diferentes grafemas, estabelecendo-se, portanto, e apesar de o princípio fonético não ser o preferido, uma relação directa entre os planos fónico e gráfico. Os fenómenos referidos são os que sempre chamaram a atenção dos nossos estudiosos e aqueles de cuja delimitação resultam isoglossas fundamentais na organização dialectal do território português: a (não) oposição

entre os fonemas labiais /b/ e /v/ e a estrutura e natureza do sistema de sibilantes (alveolares e palatais) em vigor¹.

No primeiro caso, a indistinção das unidades é um defeito para o qual se avançam conselhos, mas do qual, como anteriormente também Barreto lembrara, se encontram exemplos já entre os latinos²:

Quanto ao uso desta letra no principio, ou no meyo das palavras, não teria duvida alguma, se o vicio patrio de algumas provincias não trocára o *B* por *V* consoante, e o *V* por *B*: principalmente, os Interamnenses, ou de entre Douro, e Minho; porque aquella provincia foi habitada muitos annos pelos Gregos, os quaes no seu Alphabeto não tinhaõ a letra *U* nem vogal, nem consoante (...). E daqui ficou a pronunciação taõ viciada, que na emenda pelo rigor da lingua Portugueza, cahiraõ no erro de escreverem, e pronunciarem *V* em lugar de *B* (...). Para evitarem este vicio, os que costumaõ cahir nelle, devem observar sempre as duas regras, que ficaõ a cima, das analogias, e etymologias; olhando para as palavras Latinas, donde as Portuguezas tem a sua origem, ou aquellas, com que tem sua similhaça, para as imitarem (...). Os que não souberem a lingua Latina, lêaõ os Vocabularios, e façaõ estudo nas letras *B*, e *V*: e os que não tiverem Vocabularios, aproveitense das emendas dos erros na letra *B*, e na letra *V*. So advirto, que algumas vezes o uso na versaõ Portugueza se desvia da Latina (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 41-42);

Na letra *B*, fica advertida a equivocação do *V* consoante com o *B* nos Interamnenses, e a razão deste vicio, em que tambem cahiraõ alguns Latinos antigos, que escreviaõ *Vobem* em lugar de *Bovem*, *Venignior* em lugar de

¹ É o interesse sincrónico, mas também a importância reiteradamente concedida a esses traços nos textos linguístico-gramaticais ao longo da história que motivam os estudos já referidos de Adelina Angélica Pinto (1980; 1980/1981), *A neutralização da oposição V/B em português: estudo sincrónico e diacrónico* e *A africada č em português: estudo sincrónico e diacrónico*; aí se analisa o modo como cada uma daquelas duas particularidades fónicas é tratada por alguns dos nossos autores gramaticais de referência (do século XVI a Gonçalves Viana e José Leite de Vasconcelos).

² Este pormenor leva Adelina A. Pinto (1980: 620) a escrever o seguinte: «a referência ao que se passava em falares regionais portugueses quanto à pronúncia de *b* e de *v* continua a ser feita em comparação com o que se passava em latim, tal como o fizeram os autores anteriores, desde Duarte Nunes de Leão, e como nos aparecerá, a seguir, em Monte Carmelo».

Benignior etc. E se estes com o tempo vieraõ a emendar este abuso das letras, tambem aquelles o podem fazer, frequentando com particular estudo a lição dos Diccionarios nas letras *B*, e *V* (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 101).

No que se refere às sibilantes alveolares, Feijó assume como “naturalmente nossa” a distinção gráfica (<c> / <s>) e fonético-fonológica entre as unidades pré-dorsais e as unidades apicais. Assim, o

certo he, que os sons destas duas letras não se equivocão, e nós somos os que erramos a nossa pronunciaçãõ, e por isso duvidamos; porque se escrevermos como naturalmente pronunciamos, diremos com acerto (...) *Cabeça* (...).E não (...) *Cabessa* (...); que isso nos ensina o som natural, e não affectado da nossa pronunciaçãõ. (...) porque esta pronunciaçãõ não he naturalmente nossa, mas so affectada, ou de mulheres açucaradas, ou de homens ceciosos. Donde, quem souber bem a differença destas duas letras na sua pronunciaçãõ, não terá duvida quando ha de escrever *C*, ou *S*» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 44-45).

Feijó não aceita, então, a já aqui referida proposta de uniformização ortográfica apresentada por Bluteau que «por evitar a variedade, que achou no uso do *C*, e do *S*, as reduzio todas á classe do *S*. E eu digo, que desta classe so pódem ser bons discipulos os Interamnenses, que por vicio patrio affectaõ sempre a pronunciaçãõ do *S*» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 47). No que se refere à distinção /š/ (<x>) e /č/ (<ch>), o ortógrafo refere a sua confusão como um fenómeno próprio dos «oriundos de Lisbôa» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 52), não deixando, por isso, de o considerar um erro, mais frequente entre o vulgo: «E se bem advirto, entendo, que este erro, ou vicio patrio, nasce da criação das escolas, aonde assim aprendem a escrever, e pronunciar; e ficaõ taõ habituados, que depois não há lição, que os emende¹. Nem eu sei que

¹ Esta referência, apesar de crítica, ao papel da escola na divulgação da confusão entre as duas unidades faz com que o fenómeno não apareça com a marca de rusticismo que Barreto lhe atribui (facto notado por Adelina Angélica Pinto [1980/81: 166]). Sobre a importância dos depoimentos e observações dos gramáticos, ortografistas e outros autores para a reconstituição

regra certa se possa dar para esta emenda no vulgo, em que é mais frequente a troca das letras; senão, que nas palavras que pronunciaõ com *Ch* escrevaõ *X*; e nas que pronunciaõ com *X*, escrevaõ *Ch*, e acertarãm com a orthografia propria» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 53).

É a dependência estabelecida entre o bem pronunciar¹ e o bem escrever que explica a penúltima e extensíssima parte da obra de Madureira Feijó, já referida, *Erros do vulgo e emendas da Orthografia. No escrever, e pronunciar*, onde se apresentam e se corrigem os erros da “pronunçiação recta”, «que são taõ varios» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 143). Antes da listagem das formas em análise, intitulada *Erros communs da pronunçiação do vulgo, com as suas emendas em cada letra*, Feijó apresenta uma série de advertências relativas a aspectos do plano fónico-gráfico, mas também a questões do domínio morfológico, que considera particularmente problemáticas. Assim, adverte que «[toda] a alma da pronunçiação consiste nos *Tons*, ou *Accentos*, com que se pronunciaõ as

do processo histórico (do ponto de vista diacrónico, mas também nas suas vertentes estrutural, sociolinguística e dialectal) de reorganização do sistema consonântico no domínio das unidades palatais, cf. PINTO, 1980/81. Salientamos, aqui, a seguinte conclusão: «O depoimento de Madureira Feijó, a meu ver, revela (...) a existência de uma oposição entre uma tendência normativa muito ligada à tradição, em questões de ortografia e de pronúncia, e uma outra defensora do uso. Defendendo a primeira (...), dá-nos conta de que o uso, onde tal oposição se perdera - ou pelo menos estava em fase adiantada de extinção - ascende socialmente, impondo-se como norma nas escolas de Lisboa» (PINTO, 1980/81: 166). Como Feijó, também Lobato (*Arte da grammatica*: XI-XII) se refere à fraca ou incorrecta preparação dos professores e às nefastas consequências que esse facto tem sobre os jovens alunos: «os Mestres das escolas de ler de ordinario não tem a instrucção necessaria para ensinarem a fallar, e escrever a lingua Portugueza por principios. Do que provém sahirem das escolas os seus discipulos cheios de irremediaveis vicios assim no pronunciar, como em escrever as palavras Portuguezas: defeitos, que difficultosamente perdem, por serem adquiridos na tenra idade corrompida com o venenoso leite de erradas doutrinas». Lobato (*Arte da grammatica*: XIII) refere-se igualmente à imperfeição com que falam e escrevem os sujeitos que exercem os ofícios públicos de escrever nos Auditórios, Tribunais e Secretarias e enquadra esta questão no contexto do dever social da escola e da relação da língua modelar com determinadas esferas da vida da nação.

¹ De facto, Feijó evoca várias vezes a existência de uma “recta pronunçiação”; trata-se, no entanto, de um conceito de contornos pouco claros e relativamente ao qual o próprio autor acaba por colocar algumas reservas.

syllabas em cada palavra»¹; a **seguir**, «que os erros da pronunçiação recta, não consistem so em pronunciar as syllabas longas, ou breves como ellas são; mas na bóa consonancia das palavras, taõ attendivel dos Latinos, que em muitas mudavaõ humas letras, e diminuiaõ outras para evitarem a extensaõ da voz na sua pronunçiação»; **renova**, **depois**, «a memoria do que dissemos na Primeira Parte fallando do uso, e pronunçiação dos Dithongos, que deve andar sempre na memoria para a não errarmos em nomes, e verbos innumeraveis»; **finalmente**, e **como** «a mayor parte dos erros que andaõ introduzidos na pronunçiação, e locução do vulgo, nasce de não saberem conjugar os verbos, nem differençarem as suas linguagens, ou diversos modos de significar por *Tempos*, *numeros*, e *peessoas*; he preciso darmos aqui huma breve noticia dos *Verbos*, e das suas *Conjugaçoens*; e conjugar alguns, que nos sirvaõ de exemplares para huns, e de excepção para outross [sic]» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 145-149). Definem-se, desta forma, os domínios sobre os quais deve incidir, no sentido do “aperfeiçoamento” do uso, a intervenção do ortógrafo / gramático.

Curiosamente, e de modo algo contraditório, esta noção do “falar sem erro” associado ao “bem escrever” surge, em Feijó, a par da consciência de que a oralidade e a grafia constituem dois planos distintos e da convicção de que muito dificilmente se conseguirá definir um uso “universal” e, portanto, orientador, no primeiro nível. A dimensão prescritiva da obra contrasta, assim, com a consciência de que a universalidade de uso é uma utopia: por um lado, sábios e livros não apresentam propostas e/ou práticas rigorosamente convergentes («nem huma, nem outra regra póde ser geral, conforme o uso de homens doutamente sabios na nossa lingua, que escrevem de hum, e outro modo» [FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 82]); por outro, os idiomas estão, inevitavelmente,

¹ A propósito da palavra *Concláve*, escreve Feijó (*Orthographia explicada*: 251): «Não sei com que fundamento introduzio o abuso a pronunçiação desta palavra com a syllaba *Cla* breve, dizendo erradamente *Cônclave*. (...) O que eu julgo he, que este abuso foi introduzido por quem nunca estudou a syllaba, para advertir nos erros da pronunçiação das palavras, e saber duvidar para irem ver na *Prosódia*, e *Calepino*, as que não tem regra na Syllaba».

sujeitos à mudança, que Madureira Feijó considera um processo orientado para a perfeição da língua, «que principiou tão tosca», pelo que a antiguidade «na materia da locução não pode ser oraculo» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 6)¹. Na modernidade, são os sociolinguistas que convocam, para a discussão do tema da standardização, a realidade da variação (legítima e incontável) do plano da oralidade. Naturalmente, aquela percepção dos dados influencia Madureira Feijó (que Gonçalves [1992: 20] apresenta como «o representante máximo do período etimológico da ortografia portuguesa»), no momento da avaliação dos princípios orientadores da ortografia portuguesa, para cuja normalização pretende contribuir:

Todos dizem, que devemos escrever como pronunciamos; mas nenhum ensina como devemos pronunciar, para assim escrevermos. Quem não sabe, que toda a causa de innumeraveis erros na Orthografia, he a multidão dos erros, que andão introduzidos na pronunciaçãõ? E eu dissera, que mais facil he escrever com acerto, do que pronunciar sem erro; porque na Orthografia poderiamos imitar aos melhores Auctores, que escreveraõ na nossa lingua; porque vemos como eles escreviaõ: **mas na pronunciaçãõ não os podemos imitar; porque não sabemos como elles pronunciavaõ**^[2] (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 2);

eu tomara saber qual he o uso universal na pronunciaçãõ da nossa lingua, para me não desviar delle: se consultarmos o vulgo não acharemos senaõ abusos de palavras, e erros da pronunciaçãõ. Se consultarmos os sabios, estes são os que mais duvidaõ da pronunciaçãõ, e escripta de innumeraveis palavras (...). Se consultarmos as Provincias, acharemos, que o uso introduzio em cada huma aquelles erros patrios, que os naturaes mutuamente reprovaõ huns aos outros,

¹ Considere-se também: «Quanto aos *Orthografos*, que ja nos ensináraõ as regras desta arte, de três, que li, nenhum deve ser imitado; não só porque escrevêraõ em tempo, em que a nossa língua estava menos apurada, e por isso as suas regras senaõ conformam ja com a melhor pronunciaçãõ» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 4). (O destacado é nosso).

² Já Barreto (*Ortografia*: 75) referira o facto de não termos acesso à língua de tempos passados, a não ser pelos registos escritos: «na pronunciaçã desta letra nã discrepamos dos Latinos, segundo o uso de agora, porque do antigo nã podemos fazer resolutu juiso, nã sendo certos de como pronunciavam os escritos, os mesmos falladores delles». (O destacado é nosso).

ou seja no escrever, ou no fallar. Se consultarmos os livros, nelles encontraremos o que ja a cima se advertio: logo aonde vay aqui o uso universal, e constante, para ser ley inviolavel da pronunciação, ou regra infallivel da Orthografia? E como pode haver uso universal de fallar com acerto, se os idiomas cada dia se vão mudando, emendando, e aperfeiçoando tanto (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 5);

Naõ era menor a difficuldade, que se me offerecia em dar regras para a recta pronunciação; porque não basta escrever com acerto, para pronunciar sem erro. Ninguem duvida, que estas palavras *Conclave*, e *Rubrica* estão bem escriptas quanto á Orthografia das letras: mas pronunciadas pelos que ignoraõ a quantidade das syllabas, dizem *Cônclave*, e *Rúbrica*, com a penultima breve. Pronunciadas pelos que sabem a sua quantidade dizem, *Concláve*, e *Rubrîca* com a penúltima longa. Mas quem ha de ensinar, ou por onde ha de aprender esta pronunciação o que não estudou? (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 144).

Em Monte Carmelo, e logo na folha de rosto, mas também no *Prologo* do *Compendio de orthografia*, a definição de um modelo faz-se pelo valor limitador com que as expressões “nosso idioma” e, depois, “língua portuguesa” e “nossa língua” são utilizadas pelo autor, que daí exclui explicitamente as formas consideradas abusos da plebe. Temos, então, um conceito prescritivista de língua, que coincide com uma das suas variedades, e que impõe esta como modelo ou norma: «Tens pois á vista, *Leitor*, hum *Compêndio de Orthografia* com sufficientes *Catálogos*, e novas *Regras*, paraque em todas Provincias deste Reino, e seus Domínios, se possa comprehender a *Orthologîa*, e *Prosódia*, isto he, a *Recta pronunciaçâm*, e *Accentos proprios* da *Lingua Portugueza*, de que **commummente usam hoje os Cortezaõs, e Eruditos**» (CARMELO, *Compendio de orthografia: Prologo apologetico*, §1)¹. Não desconsiderando a dimensão da representatividade, e lembrando também, numa linha de análise não original, a formulação de Quintiliano, Monte Carmelo acrescenta: «Devemos

¹ O destacado é nosso.

fallar, e escrever, como prática o maior número, nam dos ignorantes, ou *Plebêus*, que corrompem os Idiomas, mas dos doutos, e peritos da Corte, os quaes fallam, e escrevem, como direi neste *Compêndio*» (CARMELO, *Compendio de orthografia: Prologo apologetico*); no corpo do texto, e num momento em que apresenta as quatro partes de que consta um idioma (letras, sílabas, dicções, construção) e em que refere as disciplinas que dão conta de cada uma delas, Carmelo apresenta a sintaxe como a disciplina que «tracta da recta união das *Dicções*, conforme as *Regras* inventadas, ou estabelecidas pelo uso dos Chefes, ou *Eruditos*»¹ (CARMELO, *Compendio de orthografia: 1-2*). Monte Carmelo define, então, e de imediato, a sua variedade de referência, embora explicitamente igualmente que a sua intenção descritiva a ultrapassa. Não surpreende, portanto, que o termo **dialecto** surja integrado no *Indice das coisas mais notaveis*, índice remissivo e uma originalidade do texto de Monte Carmelo no conjunto dos que observámos, e que a sua definição, descontextualizada, registre o tom de neutralidade que notámos em D. Jerónimo: «*Diferença* accidental em hum mesmo *Idioma*» (CARMELO, *Compendio de orthografia: 737*)². Como Contador de Argote, também Monte Carmelo esboça uma análise da variação idiomática igualmente integrando, mas por vezes diluindo as fronteiras, coordenadas sincrónicas e coordenadas diacrónicas. Assim, este autor distingue três “dialectos temporais”: o dialecto antiquíssimo (durou dois séculos, até ao reinado de D. Dinis), o dialecto antigo (tem como limite o reinado de D. Sebastião ou D. João IV) e o dialecto moderno, «o de que hoje usam os Portuguezes mais cultos, e de que tracta este *Compêndio*» (CARMELO, *Compendio de orthografia: 737*; cf., também, 421). Embora tal reconhecimento não impeça apreciações

¹ O destacado é nosso.

² Num outro momento do texto, numa referência ao mito da Torre de Babel, “dialecto” é o termo utilizado para designar variedades idiomáticas resultantes da fragmentação de uma língua unitária original.

valorativas das outras variedades, não se registando qualquer adesão a um princípio de igualitarismo de variedades e variantes, Monte Carmelo confirma aqui que o trabalho de descrição se faz sobre a abstracção de diferenças, pela selecção de “um dialecto”: além de uma variedade com coordenadas sociológicas já explicitadas, o compêndio tem como objecto o dialecto moderno, tal como é actualizado pelos portugueses cultos; a perspectiva é, portanto, sincrónica e a autoridade, emanando da erudição, carece da legitimação da contemporaneidade. Assim, se, como já Horácio e Varrão haviam referido, são permitidas aos poetas (Monte Carmelo [*Compendio de orthografia: Prologo apologetico*] lembra o «nosso eruditissimo Cámoës») liberdades linguísticas que, por isso mesmo, não deverão invalidar as regularidades recenseadas e sancionadas pelo Ortólogo e pelo Ortógrafo, há que ter presente que, quando consideramos a produção de uma referência literária como Camões, nos confrontamos com um estado de língua pretérito: formas utilizadas nessa outra sincronia seriam, na contemporaneidade do ortógrafo, que o nota, *defeito* ou *erro*. Por esse facto, «o suavissimo Cámoës nam póde fazer auctoridade en todos os *Vocabulos*, e *Accentos*; porque escreveu em *Verso*, e antes do *Dialécto* moderno, que principiou, ha duzentos annos» (CARMELO, *Compendio de orthografia: Prologo apologetico*) (Santos, 2006: 45).

Monte Carmelo mostra, em suma, consciência da mudança, que não só antecipa como aceita («devemos usar de [...] em quanto não se-introduzem aquellas terminações, ou outras» [CARMELO, *Compendio de orthografia: 72-73*]), mas considera que o seu desenvolvimento «depende dos Monarcas, e de seus Curiaes, para que se-introduza por *Orthologîa*, e logo na *Orthografîa*» [CARMELO, *Compendio de orthografia: 21*]). Revela, também, uma clara percepção da dinâmica linguística, advertindo o leitor de que é «moralmente impossivel designar o numero certo dos *Vocabulos* antigos, e antiquados, porque os *Dialectos* do nosso *Idioma* sempre fôram entre si

participantes» (CARMELO, *Compendio de orthografia*: 503), mostrando-se igualmente consciente de que a avaliação das formas linguísticas não é imutável e pode reconfigurar-se ao longo do tempo (para «evitar esta confusâm, que hoje, he defeito» [CARMELO, *Compendio de orthografia*: 144]. Por outro lado, “antecipando” princípios do estruturalismo moderno, e à semelhança do que observamos em Madureira Feijó, Monte Carmelo reconhece ser complexo lidar com a diversidade idiomática no plano do uso: «mas esta diversidade nam pode constar com certeza, porque depende do arbitrario uso dos Povos» (CARMELO, *Compendio de orthografia*: 98) (Santos, 2006: 44-45).

Por outro lado, o dialecto local é aquele de «que ainda usam universalmente os Povos Interamnenses, e Transmontanos» (CARMELO, *Compendio de orthografia*: 421) e que, pela antiguidade e prestígio histórico (confunde-se com o primeiro dialecto temporal), se distingue, na perspectiva de Carmelo, dos socialmente menos tolerados¹; cabe aqui uma referência aos «innumeraveis êrros dos *Plebêus* do Algarve, Alemtejo, Beira, e tambem da nossa Côrte, dos quaes huns trocam, deminuem, ou accrescentam as *Letras dos Vocabulos* Portuguezes, e outros inventam *Vozes* indignas, que só para elles podem ser significantes» (CARMELO, *Compendio de orthografia*: 421-422). Tal como fizera Feijó, também Monte Carmelo termina, então, a sua obra com uma Parte que apresenta como *Dos Vocabulos antiquados, antigos, Vulgares, e Cômicos, como também dos Vícios, ou Abusos mais ordinarios da Plebe destes Reinos, e de suas Correccões assim na Orthologîa, como na Orthografîa*. Nessa secção da obra procede-se à listagem e etiquetagem dos «*Abusos, e Vocabulos Vulgares, ou menos cultos, ec.*», que o autor confronta com as respectivas *Emendas*, sendo

¹ Compreende-se, então, que Monte Carmelo conceba, nestas circunstâncias, variação dialectal sem *vício*: «só escrevi, e escreverei, aqui as *Regras, e Catalogos*, com que se-possam expellir em commum os êrros nesta *Materia*, e nam outras, que sem vício se-observam nas Provincias Interamnense, Transmontana, ec.» (CARMELO, *Compendio de orthographia*: 103).

identificados os *vícios* que a «*Plebe* contrahe pela communicaçam ou por ignorancia, e incuria de paes, e Mestres» (CARMELO, *Compendio de orthografia*: 503 e 502). Na enumeração apontam-se ainda *defeitos* não exclusivos de «determinados Povos, ou Lugares, porque se experimentam em pessoas, que fôram educadas em diversas Provincias, e talvez os-contrahíram, pela frequente, e mûtua sociedade». Abusos não são, no entanto, «muitos *Vocabulos*, que se-ouvem entre o *Vulgo*, quero dizer, entre pessoas graves, aindaque menos instruidas», embora se pretenda que «o curioso *Leitor* os-possa evitar em cultas conversaçõs, ou *Escritos*» (CARMELO, *Compendio de orthografia*: 502) (Santos, 2006: 45).

Monte Carmelo associa à sua proposta ortográfica um conjunto de preceitos que o levam a contestar a posição de Madureira Feijó e seus seguidores. Assim, questiona o critério da analogia ou etimologia, argumentando que «o nosso *Idioma*, aindaque filho do Latino, he muito diverso deste; e as *Dicçõs* sam arbitrarias^[1]. Por esta causa podem ser, e muitas vezes sam diversissimos os *Vocabulos*, tendo todos a mesma significaçâm» (CARMELO, *Compendio de orthografia*: 318). As nações são, neste domínio, soberanas e livres («assim quer agora a Naçam Portugueza, aindaque repugne inutilmente o R. P. Madureira, e os seus *Sequazes*» [CARMELO, *Compendio de orthografia*: 355]), pelo que os intuitos de Madureira Feijó, pretendendo definir a ortografia do português seguindo de perto a do latim, são atentados a essa liberdade (CARMELO, *Compendio de orthografia*: 318). A convicção de Carmelo é a de que «tudo depende do costume, e este do beneplacito dos Cortezaõs eruditos, mas

¹ Chama a atenção a forma expressiva com que o princípio da arbitrariedade é explicado: «os *Vocabulos* sam como as moedas, as quaes, com diversos cunhos, ou figuras, e tambem com diversas quantidades, ou substancias, (se forem de metaes diferentes) tem sempre igual valor. Este nas *Dicçõs* he a significaçâm; e os cunhos, figuras, e quantidades, sam as *Letras, Syllabas, Accentos*, ec.» (CARMELO, *Compendio de orthographia*: 356). Já Contador de Argote (*Regras: Introduççam*) recorreu, de algum modo antecipando uma das metáforas saussureanas, a uma imagem para apresentar as relações de semelhança e de dissimilitude entre o latim e o português: o jogo é o mesmo; as peças são diferentes (Santos, 2006: 46).

particularmente dos Principes [...]. Quem diz tenazmente o contrário, quer constituír-se tyrânico A'rbitro das vontades dos mesmos Eruditos, os quaes livremente podem inventar, ou mudar *Letras, Vocabulos, e inteiros Idiomas, se os Soberanos assim quizerem*» (CARMELO, *Compendio de orthografia*: 356) (Santos, 2006: 46)

Assim, se, como para Feijó, a ausência de «uso universal de homens perítos nesta *Materia*» (CARMELO, *Compendio de orthografia: Prologo apologetico*) é razão para alguma flexibilidade (o autor fala de *dúvida*) na análise das alternativas gráficas, Monte Carmelo atribui um poder claramente regulamentador, no processo de normatização (ortográfica)¹, a determinadas forças sociais e instituições; legitima essa opção o reconhecimento de que se trata de um espaço dominado pela arbitrariedade (Santos, 2006: 42). Assim, dirigindo-se ao leitor, escreve:

- i) «Tu nesta *Materia*, que he totalmente arbitrária, e só depende do Soberano, e do seu Real Ministerio, como já disse, seguirás o constante uso, de que tiveres notícia» (CARMELO, *Compendio de orthografia: Prologo apologetico*);
- ii) «nesta *Materia*, que he arbitrária, deve prevalecer o uso, que introduzirem os Eruditos» (CARMELO, *Compendio de orthografia*: 25);
- iii) «Nesta *Materia*, que he arbitrária, siga-se o uso das pessoas principaes, e mais polidas. Estes ultimos tem por si a coherencia, ou analogia do uso universal, com que se-proferem os *Verbos* [do tipo *advertir*]» (CARMELO, *Compendio de orthografia*: 64);
- iv) «Poucos homens doutos abraçaram a *Orthografia*, que inventou o Sapiientissimo Auctor do *Verdadeiro Méthodo de estudar*: e esta *Materia* depende inteiramente do uso, que por consentimento do Monarca introduz o seu Real Ministerio, e observam os

¹ Intui-se essa mesma ideia em Madureira Feijó, que dirige críticas aos funcionários.

maiores Tribunaes, os Academicos, e Cortezãos, que nella sam bem instruidos» (CARMELO, *Compendio de orthografia: Prologo apologetico*)¹.

Recorde-se que no século XX, e na linha do já desenvolvido pelo Círculo Linguístico de Praga, Paul Garvin contraporá, no modelo de standardização que elabora, agentes codificadores distintos aos quais associa um *estilo académico* e um *estilo livre iniciativa*².

Apesar da importância atribuída à gramática enquanto Arte para o conhecimento das regras, Monte Carmelo não deixa, então, de reconhecer ao *uso* (o uso explicitado no *Prologo* e meio pelo qual se processa a aquisição natural da linguagem) um valor determinante («Nam me-parece necessario escrever aqui as *Regras dos Generos Portuguezes*; porque tambem o uso as-ensina, e este *Compendio* nam he para Estrangeiros» (CARMELO, *Compendio de orthografia: 12*); «estas, e semelhantes *Frases* se-aprendem facilmente pelo uso» [CARMELO, *Compendio de orthografia: 73*]). O uso prevalece sobre a regra, quando é “moda universalmente aceite” (CARMELO, *Compendio de orthografia: 17-18*) e se torna regra em matérias relativamente às quais é difícil formalizar leis e princípios. Análises e propostas ficam, então, sujeitas à sanção do uso (universal): «julgo, que assim se-póde dizer, se o uso universal nam resistir»; «devia ser *Rológio*, e daqui *Rologeiro*, e nam *Relogeiro*; mas sîga-se o uso commum» (CARMELO, *Compendio de orthografia: 72 e 123*). Embora reivindique a liberdade de escrever determinadas formas de modo diferente (mas não singular), Monte Carmelo não se atreve a contrariar o uso comum (CARMELO, *Compendio de orthografia: 327*), declarando que não tem autoridade para «expellir a *Móda* universal de doutos, e ignorantes» (CARMELO, *Compendio de*

¹ Note-se que já Nebrija, escrevendo antes da invenção da imprensa, partilhou com muitos dos seus contemporâneos a preocupação com a standardização da ortografia, ao ponto de sugerir a intervenção real por decreto.

² Veja-se, atrás, capítulo 2, p. 108.

orthografia: 19) e fazer lei; assim, recusa propostas originais, se o uso comum ainda resiste à grafia que considera mais coerente e já muitos ortógrafos eruditos praticam: «Nam me-atrevo a mudar sempre os Dithongos *ao*, *eo*, em *au*, *eu*; porque nam quero ser singular, nem tenho authoridade para fazer Lei nesta *Materia*» (CARMELO, *Compendio de orthografia*: 141). Monte Carmelo não hesita, portanto, em afirmar que, no caso de alguns plurais de nomes em -ão, é o uso moderno da Corte (desviante relativamente à regra enunciada) que “deve” seguir-se. Ao contrário, quando se violam leis e não se regista o «consentimento universal, para que hum tal uso legitimamente se-introduza» (CARMELO, *Compendio de orthografia*: 20), as formas resultantes constituem erros (Santos, 2006: 43).

O contacto com a corte ou a aprendizagem junto de Mestres são as alternativas apresentadas àqueles «curiosos destes Reinos [que se applicam á pureza do nosso *Idioma*] mas nam podem aprender ouvindo» (CARMELO, *Compendio de orthographia*: 82 e *Prologo apologetico*); recorde-se que já Madureira Feijó destacara a importância de recorrer às obras disponíveis de codificação linguística. Não havendo *vício*, perde, assim, motivação o trabalho de formulação de regras, como se depreende do que, a respeito dos timbres associados a <o> no radical verbal, Monte Carmelo (*Compendio de orthographia*: 126) escreve: «nam me-consta, que haja vício notavel em algũa Provincia deste Reino; e por isso nam he necessario inventar Regras nesta *Materia*». Ao interesse prático e prescritivo deste tipo de produção gramatical, valorizado pelo autor são, então, sacrificadas as suas potencialidades descritivas (Santos, 2006: 43-44).

Esta atitude, que podemos considerar clássica, não impede, no entanto, a consciência da complexidade do funcionamento linguístico que, aliás, é a grande motivação para o trabalho descritivo; atente-se, por exemplo, na forma objectiva e rigorosa com que Monte Carmelo procede à “etiquetagem” do léxico.

Tendo aí em consideração um vector temporal, um vector sociocultural e um vector situacional, o autor distingue, descrevendo as diferenças entre os vários tipos de vocábulos: i) termos antigos, ii) termos antigos e vulgares, iii) termos antigos e plebeus, iv) termos antiquados, v) termos cómicos, vi) termos cómicos e vulgares, vii) termos familiares, viii) termos latinos, ix) termos modernos, x) termos plebeus, xi) termos pouco usados, xii) termos vulgares, xiii) termos vulgares e cómicos.

É imediatamente no *Prologo apologetico* que Carmelo refere as áreas da grafia (e, portanto, também do domínio fonético-fonológico), da morfologia e do léxico onde a intervenção do gramático / ortógrafo / lexicógrafo se torna mais premente definindo-se, assim, e simultaneamente, os defeitos (que mesmo alguns «bem instruidos em Sciencias maiores, tem» [CARMELO, *Compendio de orthographia: Prologo apologetico*]) a corrigir. Surgem-nos de novo, então, a questão da distinção gráfica e fónica entre B e V, C e S e entre CH e X, o problema da formação do plural dos substantivos e adjectivos terminados em -ão e, ainda, a questão, bastante valorizada no contexto da obra de Monte Carmelo, da adequação vocabular à situação discursiva. A confusão entre CH e X, escreve Carmelo (*Compendio de orthographia*: 305), ocorre tanto na conversação como na ortografia e regista-se entre alguns povos, particularmente os da Estremadura. No que se refere às unidades labiais, Carmelo atribui a sua “confusão” aos interamnenses, aos trasmontanos¹ e aos beirões, mas também ele faz remontar a Gregos e Latinos a causa do fenómeno:

¹ Essa é, segundo Pinto (1980: 620-621), a primeira atribuição explícita aos trasmontanos. É digno de nota o facto de o tratamento a que este estudioso sujeita o fenómeno em causa incluir uma tentativa de análise fonológica (trata-se de saber se estamos perante uma troca ou uma indistinção de fonemas): «erram, os que julgam, que os Interamnenses, e Trasmontanos, trocam firmemente o B por V; porque na verdade pronunciam estas *Letras* com indiferença. Húas vezes dizem v.g. *Vinho*, como deve ser, e outras vezes dizem *Binho*. Agora dizem *Bastante*, e logo dizem *Vastante*. Em fim na prolaçâm destas *Letras* nam tem *Regra* determinada, como já

Os Gregos nam tinham *V Consoante*, más depois que tiveram commércio com os Latinos, que usavam da Letra *V*, recebêram esta, e de tal sorte a-confundîram com o *B*, que tambem inficionou a confusâm a muitos Latinos antigos. Daquí veio, que quando os Gregos, e particularmente os antigos Romanos, domináram nestas Regioεs, ensináram aos Hespanhoes, e Portuguezes a sua *Lingua* com a mesma confusâm das duas *Letras*, a qual ainda hoje persevera em todos os Reinos de Castella, na Provincia Interamnense, Transmontana, e Beirense confinante, porque assim deriváram da Latina a *Lingua* antiga Portugueza (CARMELO, *Compendio de orthographia*: 143-144).

Já no que diz respeito à distinção entre sibilantes alveolares e unidades palatais, Monte Carmelo condena a confusão entre as unidades fonológicas originais e responsabiliza as escolas pela não correcção desse vício:

- i) «Por ignorancia de alguns Mestres os meninos nam aprendem a diversidade dos tres sons, que tem esta *Letra*, e confundem muitos o *Ç* com dois *Ss*, e o *Ch*, com *X*. Para evitar estes vícios ao menos na *Orthografia*, he necessario estabelecer algûas *Regras*, e *Catalogos*» (CARMELO, *Compendio de orthographia*: 229);
- ii) «Aqui póde um *Orthografo* duvidar em duas coisas. A primeira he, quando se-hade usar do *C* ou da Letra *S* com som aspero, o qual hoje por ignorancia, ou incuria dos paes, e Mestres, se-equivoca com *C,a*, *Ce*, *Ci*, *Co*, *C,u*» (CARMELO, *Compendio de orthographia*: 400).

No que diz respeito a depoimentos explícitos no âmbito da definição de um modelo, Lobato não nos oferece muito mais do que aquilo que surge na sua *Introduccão* à gramática que redige: aí se refere à necessidade de ensinar, por arte, a gramática da língua materna, depreendendo-se, das suas observações

notei (...) e advertiu *Moréri* a respeito dos Gregos, e dos primeiros Latinos» (CARMELO, *Compendio de orthographia*: 421).

sobre professores e outros funcionários com responsabilidades administrativas, que se concebe uma prática linguística modelar. É na sua breve alusão à questão da ortografia que Lobato (*Arte da grammatica*: XXXI) aponta a Corte como referência; o “bom uso”, socialmente definido, é, então, o critério aferidor da correcção no plano da ortografia, assim se contornando o problema da diversidade gráfica que os próprios Escritores exibiam.

De qualquer modo, e na linha do que encontrámos nos outros autores, a crítica ao mau uso não atinge apenas, em Reis Lobato, o vulgo ou a plebe; encontramos, assim, queixas sobre a insuficiente preparação dos professores de português, considerados responsáveis por «irremediáveis vícios assim no pronunciar, como em escrever» (LOBATO, *Arte da grammatica*: XI), e reparos à prática dos indivíduos que exercem os ofícios públicos, censurados por frequentes erros ortográficos e de pronúncia. Depreende-se destas observações a consciência do poder que a instituição escolar e aquelas outras responsáveis pela produção de documentação escrita assumem no processo de propagação / uniformização dos padrões linguísticos. O ensino da língua materna, que a gramática de Reis Lobato pretende orientar, tem, então, como propósito «formar hum systema, que fosse util para a instrucção da mocidade Portugueza» (LOBATO, *Arte da grammatica*: XXVIII), levar os *meninos* a «lerem com reflexão, e poderem imitar, compondo os Autores Portuguezes de melhor nota» (LOBATO, *Arte da grammatica*: XIII) (Santos, 2006: 48).

Na sua *Grammatica philosophica da língua portugueza*, Jerónimo Soares Barbosa assume o carácter determinante do uso, cuja falta de coerência constata, mas que não questiona: «são diferentes escripturas do mesmo som, que o uso introduzio, e que podéra não ter introduzido, se quizesse; nem talvez devêra, se fosse mais

coherente consigo mesmo» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 13). De qualquer forma, Barbosa não nega a possibilidade de atingir a gramática (no sentido gerativo do termo) pela observação do uso, mantendo-se compatíveis uma noção filosófica de gramática e a consideração do uso dos idiomas:

i) «O uso porêm não é tão cego e despotico, que não sigua em seus procedimentos alguma razão e ordem, que cumpre indagar, para não fazer da Grammatica huma collecção mera de observações desvairadas, devendo ser hum systema razoado de analogias» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 317);

ii) «Mas perturbar ainda aquelle, dar-lhe outro de differente ordem e natureza é perturbar todas as idéas da etymologia, e confundir despoticamente as classes elementares das palavras, o que o uso não costuma fazer» (BARBOSA *Gramática filosófica*: 264).

No domínio da ortografia (cf. Livro II, *Da Orthographia, ou boa Escriptura da Lingua Portugueza*), Barbosa não deixa de considerar o factor **etimologia**; no entanto, o uso surge, no seu discurso, como um factor decisivo, na definição de determinadas possibilidades gráficas:

i) «Das consoantes Gregas aspiradas, a que o uso está mais propenso a largar da nossa Orthographia he o PH, que elle sem rebuço ja escreve com F em *Filosofia, Fysica*, (...), e podia escrever da mesma maneira *Antiphona, Aphorismo*» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 70);

ii) «Não usamos ja de CH aspirado (...). O mesmo uso tem ja adoçado a pronunciação do PS Grego, tirando-lhe o P, e escrevendo so com S as palavras de Origem Grega» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 70-71).

A valorização do factor uso (associada a uma visão não elitista da língua e da ortografia) é bem evidente, aliás, na proposta de conciliação dos dois sistemas ortográficos (o da etimologia e o da pronunciação) que Barbosa

distingue: «escrever as palavras Gregas e Latinas com as Letras das suas origens, em quanto ellas são so do uso dos Sabios e não tem passado ao do povo; e com as do nosso Alfabeto e pronunçiação, huma vez que passão ao uso vulgar» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 76). Pode-se escrever certo e não saber latim (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 80). A constatação da «inserteza e variedade» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 79) e a aceitação explícita dos dois sistemas ortográficos impede Barbosa de propor a unificação, aceitando a coexistência de formas alternativas que, aliás, ele próprio utiliza: «Os omens doutos tem na analogia das palavras dirivadas do Latim com as Latinas, dados, pelos quaes determinão fasilmente a escolha da vogal surda, que ão de preferir, e a que ão de rejeitar. Os que não são Letrados stão privados deste socorro. Podem pois seguir as saidas que lhes demos (...). Mas se assim mesmo ficarem ainda indesizos sobre se ão de uzar de *e* ou *i*, e de *o* ou *u*; qualquer das duas vogaes que eles escolhão, terão desculpa na mesma impossibilidade, onde se achão para escolher melhor» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 78).

Além da razão e do uso, principais critérios aferidores, Barbosa não deixa, também, de considerar o que Fernão de Oliveira chama a “harmonia da orelha” e que, em determinadas circunstâncias, orienta a componente sintáctica:

- i) «Quando não ha que guardar nenhuma destas ordens^[1], as construcções são então arbitrarías; e para ordenar as palavras não se consulta senão o ouvido, a fim de evitar os concursos asperos das vogaes, ou das consoantes, e procurar á frase toda a melodia e harmonia possível» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 415);

¹ Barbosa refere-se aqui à ordem pela qual se organizam os diferentes elementos na “construção direita da oração composta”: «Quando nos varios sujeitos da mesma proposição ha precedencia ou de dignidade, ou de tempo, esta mesma se deve seguir na sua ordem (...). Da mesma sorte, quando nos attributos ha alguma especie de gradação, deve-se guardar na sua construcção a ordem della» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 414-415).

ii) «Em fim a terceira couza, para que são uteis as inversões, he para procurar ás orações mais harmonia, dispondo as palavras de modo, que não fação embate humas com outras; antes corrão com suavidade, e acabem com cadencia. Mas esta utilidade he mais do foro da eloquencia, que da Grammatica, e por isso não allego exemplos» (BARBOSA *Grammatica philosophica*: 429).

Já referimos o valor normativo associado a alguns dos capítulos elaborados por Jerónimo Soares Barbosa; é o caso daquele que, na secção do texto dedicado à ortoépia, o autor consagra aos “vícios da pronunção”. Particularmente interessante é, aqui, o facto de tais “vícios” não serem descritos sem, antes e mais uma vez evocando o exemplo da Antiguidade, se definir a variedade que lhe serve de referência:

Entre as diferentes pronunções, de que usa qualquer Nação nas suas diferentes provincias, não se póde negar que a da Corte, e territorio, em que a mesma se acha, seja preferivel ás mais, e a que lhes deva servir de Regra. Os Gregos, e Romanos assim o julgavão; aquelles a respeito de Athenas, e estes a respeito de Roma; e nós o devemos igualmente julgar a respeito de Lisboa, ha muitos annos Corte de nossos Reis, e centro politico de toda a Nação (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 50)¹.

Digno de nota é, antes de mais, o facto de Barbosa fazer questão de justificar escolhas; depois, é forçoso reconhecer o tom espantosamente actual do modo como os argumentos se constroem²:

¹ O destacado é nosso.

² Compreende-se, então, a seguinte análise de Casteleiro (1980: 203-204): «J. S. Barbosa toma o falar de Lisboa mais como objecto de descrição do que como modelo a impor. A sua gramática só é normativa no sentido em que o uso da língua se deve conformar aos princípios da lógica. Em suma, a G. F. é, fundamentalmente, uma gramática descritiva, sincrónica, que toma como objecto de descrição o português falado em Lisboa, no tempo do autor».

O maior numero de gente, que habita nas Cortes; a variedade de talentos, estudos, e profissões; a multiplicidade de necessidades, que o luxo nellas introduz necessariamente; as negociações de toda a especie, que a dependencia do Throno a ellas traz; o seu maior commercio, policia, e civilidade: tudo isto requer hum circulo maior de ideas, de combinações, de raciocinios do que nas provincias, e por consequencia tambem hum maior numero de palavras, de expressões, e de discursos, cujo uso frequente e repetido emenda insensivelmente os defeitos, que são custosos ao orgão, e desagradaveis ao ouvido, e fixa os sons da Lingua, que a falta de uso e de tracto deixa incertos e inconstantes nas provincias, e lugares menos frequentados. O uso porêem da Corte não he o uso do Povo; mas sim o da gente mais civilizada e instruida. Entre aquelle grassão pronunciações não menos viciosas que nas provincias; mas que os homens polidos estranhão. O que não succede nas das provincias, com que são criados aquelles mesmos que bem o são; e por isso não as emendão senão com o tracto da Corte, ou de pessoas, que falão tão bem como nella (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 50-51).

Observe-se, neste extracto, a nota de qualidade “linguística” com que Soares Barbosa justifica a sua escolha: por um lado, a variedade de referência é a variedade lexicalmente mais rica e sintacticamente mais elaborada, assim dando resposta a uma vida economicamente mais complexa e socioculturalmente mais sofisticada; por outro, o intercâmbio próprio da vida cosmopolita fixa e uniformiza a língua no seu domínio fonético-fonológico.

É possível, então, identificar os que “melhor falam a língua portuguesa” e que, por exemplo, distinguem as duas consoantes grafadas <ch> e <x>, enquanto o «vulgo pelo contrario confunde ordinariamente estas duas Consoantes, pronunsiando ambas como X» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 82). Não é muito clara a posição de Barbosa relativamente à perda de oposição fonológica que aqui está em causa; na verdade o autor reconhece que as duas consoantes «paresem ter o mesmo som na nosa pronunsição uzual» (BARBOSA, *Grammatica*

philosophica: 82), mas argumenta o seguinte: «como a genuína pronúncia do CH ainda subsiste em parte, e não é justo que se perca do uso da Língua, e do nosso Alfabeto; apontarei as palavras, que tem X no princípio, e no meio; e conhesidas elas todas as mais se escreverão com CH, onde se ouvir o mesmo som equivoco» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 82).

Assim, descrevem-se vícios¹ dos minhotos, dos beirões, dos alentejanos, dos algarvios e, curiosamente, também dos brasileiros, mas destacam-se igualmente os vícios dos rústicos, sendo o pior de todos, «e o que mostra mais rusticidade, (...) o de *inverter* os sons das palavras, perturbando a ordem de suas Syllabas» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 53). Aos minhotos apontam-se, então, a nasalidade na vogal da sílaba tónica em formas como *boa* e *uma*; a “troca”, habitual, de /b/ e /v/, a substituição do ditongo *ão* pela terminação [õ] e a realização como *ão* do ditongo *ou*² («*São certo* em lugar de *Sou certo*, *Estão bem* em lugar de *Estou bem*» [BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 52]); dos beirões refere-se o “acrescentamento” de vogais em diferentes situações³; aos algarvios atribui-se a troca de [i] e [ɨ] pré-tónicos; aos algarvios e alentejanos aponta-se a realização como *êi* de *êu* e o acrescentamento de vogais entre vocábulos; dos Brasileiros referem-se alterações de timbre no domínio do vocalismo, a redução a [i] do

¹ Soares Barbosa (*Grammatica philosophica*: 51) explica em termos muito tradicionais o que são os “vícios da pronúncia”: «estes procedem ou da *Troca* das vozes, das Consonancias, dos Diphtongos, e das Syllabas, humas por outras; ou do *Accrescentamento*, *Diminuição*, ou *Transposição* dos sons, de que se compõem os vocabulos da Língua».

² Uma perspectiva histórica permite-nos constatar que alguns destes traços resultam de formas / estruturas conservadas.

³ Barbosa fala de **acrescentamentos supérfluos**, mas os casos com que exemplifica esses vícios são de natureza variada: em *Fruita*, *Fruitas* temos, antes, formas conservadas; já *Côive* e *Ôivir* (por *couve* e *ouvir*) resultam da alternância de ditongos, ao mesmo tempo que a sua inclusão neste contexto deixa indiciar o estágio avançado da monotongação de [ow], pelo menos na área de irradiação da variedade normativa. Aquela apresentação do fenómeno adequa-se, então, apenas aos casos, que o autor também refere, de desenvolvimento de glide anti-hiática entre dois vocábulos formais ou de acrescentamento de vogal à terceira pessoa singular do verbo *ser*.

ditongo [aj]¹ e a realização alveolar das sibilantes em coda silábica (posição onde estas unidades surgem como palatais em Portugal²); aos rústicos associam-se trocas de vogais e de consoantes, a prótese de a- em muitas palavras, o acrescentamento ou a supressão de consoantes e vogais e, o que é julgado de forma mais negativa, a inversão de unidades fonológicas, com a conseqüente transformação da estrutura silábica.

Num contexto histórico substancialmente diferente do que enquadrava as primeiras produções linguístico-gramaticais, a escola (as Escolas Públicas das Primeiras Letras) é já apresentada como o «meio unico e o mais geral para emendar no povo estes e outros vicios da Linguagem, e rectificar a sua pronunçiação» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 54). Não só se assume o poder uniformizador da instituição escolar como se realça a importância do material didáctico para a eficácia do sistema. Fazendo justiça aos seus precursores, Barbosa termina estas reflexões citando João de Barros que, dois séculos antes, já se referira a estas mesmas questões.

12.4. A qualidade da língua

12.4.1. A apologia da língua no século XVII: a síntese de Severim de Faria e o texto de Ferreira de Vera

¹ «[Os] Brasileiros tambem subtrahem ao Diphthongo *ai* a prepositiva dizendo *Pixão* em lugar de *Paixão*» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 53).

² Segundo Teyssier (1984: 54-55), o primeiro testemunho da existência desta pronúncia em Portugal é-nos dado por Verney, em 1746; assim, na perspectiva daquele estudioso, o “chiamento” das consoantes sibilantes em coda silábica ter-se-á dado entre o século XVI e aquela data.

Como o século XVI, que nos oferece textos expressamente concebidos para a “defesa” e “louvor” da língua vernácula, também o século XVII nos confronta com textos apologéticos que, como veremos, por um lado recuperam a linha de argumentação dos seus predecessores, mas, por outro, abrem novas perspectivas de análise.

A apologia da língua portuguesa elaborada por Severim de Faria assenta no reconhecimento, clássico, de que o homem é superior aos outros animais pelo entendimento ou razão (que lhe dá o verdadeiro conhecimento das coisas) e pela linguagem (meio para declarar os conceitos, intérprete do conhecimento, nas palavras de Túlio); assim nasce o que o Autor apresenta como a “estimação dos Idiomas”: «as mais das nações politicas pretenderão mostrar que a sua lingoagem fazia este officio do entendimento com mayor perfeição, e elegância» (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 62-62[v.]). O enaltecimento do português surge, então, num quadro mais vasto de dignificação dos idiomas, que levam a cabo as nações civilizadas conhecidas. Ao autor impõe-se um desafio: provar, contra a opinião de muitos, que o português se iguala às melhores línguas da Europa, para o que se apresentarão demonstrações fundadas na autoridade de “varões gravíssimos” (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 62-63).

Como outros, também Faria partilha da concepção bíblica da língua perfeita original, servindo o Velho Testamento para explicar a subsequente dispersão linguística e a inevitabilidade do fenómeno da mudança / corrupção dos idiomas. Não obstante o valor mítico dos dados evocados, é teoricamente interessante e rica a conclusão que, daí, Faria (*Das partes que ha de hauer*: fol. 64[v]) extrai: «segundo a melhor, e mais verdadeira opinião, nε) por primeira antiguidade, nem por incorrupção do idioma, pôde nenhũa lingoa ser tida por melhor que a

outra». Depreende-se, então, que a qualidade da língua tem uma dimensão interna que se manifesta nas diferentes vertentes de funcionamento dos idiomas: léxico, morfologia, fonética / fonologia, sintaxe e ortografia: «saõ cinco qualidades [as tradicionalmente consideradas], as que hade ter a lingoagem pera ser perfeita. s. ser copiosa de palavras, boa de pronunciar, breue no dizer, que escreua o que falla; e que seja apta pera todos os estillos. De maneira que a que tiuer estas qualidades em maior perfeição serâ de mór excellē)ncia θ) as outras» (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 64[v.]-65). Aderindo ao princípio filosófico-epistemológico de que não «pende (...) a verdade de opinião, senão de demonstrações» (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 62[v.]), Severim de Faria recorre à natural autoridade de gramáticos e ortografistas cujas análises fornecem a comprovação e / ou são fontes das ideias que vai expondo no âmbito da reflexão metalinguística¹. O seu texto reveste-se, assim, de um tom de síntese que o torna particularmente interessante e o próprio autor reconhece explicitamente que a ideia da qualidade da língua portuguesa, tal como a apresenta, não é original: «E porθ) não pareça que este conceito he somente meu, ou achado de nouo, trarei hũa autoridade que o confirma de hum Autor, assaz conhecido por douto nas linguas, e eloquencia» (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 74[v.]).

A cópia ou abundância diz respeito não só à riqueza lexical, mas também à complexidade maior ou menor do sistema gramatical: refere-se a ausência de comparativos e superlativos na língua hebraica, destaca-se a existência de três valores de número no Grego (singular, plural e dual) e confrontam-se sistemas verbais, área da gramática onde, pela diversidade de formas e valores,

¹ «O quantioso número de autores e obras cujo conhecimento Severim de Faria acusa, justifica que esta apologia sobreleve todas as outras da mesma geração ou mais antigas, na informação sobre aspectos gramaticais, estilísticos e poéticos da utilização dos idiomas vulgares» (FONSECA, 2000: 34).

novamente o grego se superioriza às restantes línguas (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 65-66). Neste domínio, o português destaca-se das restantes línguas românicas, todas elas em situação de inferioridade relativamente ao latim, pela sua menor “deficiência” (“defeito” é o termo utilizado por Faria). Esse *déficit* qualitativo das línguas vulgares traduz-se na inexistência morfológica de voz passiva, que a língua portuguesa supre com o recurso ao pronome reflexivo, e do particípio do futuro¹; por outro lado, o português singulariza-se, mesmo relativamente ao latim, pela existência de um infinitivo pessoal ou flexionado (Faria convoca, aqui, a autoridade de Amaro de Roboredo) e de um futuro do conjuntivo; relativamente ao francês, o destaque do idioma nacional amplia-se pela inexistência, naquela língua, de superlativos (absolutos) sintéticos que o português possui com grande abundância.

À riqueza da estrutura gramatical do português associa-se a sua riqueza léxico-semântica: «na copia das palauvas, e verbos propios, não cede a nossa lingoa Portuguesa, nε) à Latina, nε) a nenhũa vulgar, porθ) é riquissima delles» (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 73[v.]). Evidenciam-no as diversas situações de sinonímia, vistas como disponibilização de diferentes recursos expressivos, a produtividade do processo derivacional², gerador de muitos itens lexicais a partir de uma mesma base morfológica (a fonte, autorizada, é Nunes de Leão³), e a

¹ Consciente de que se movimenta no domínio da análise gramatical, Faria refere Nunes de Leão e Amaro de Roboredo, para corroborar esta sua interpretação.

² Esse processo, não explorado do mesmo modo pelos latinos, está também na origem da situação de sinonímia entre verbos que Faria (*Das partes que ha de hauer*: fol. 73[v.]-74) apresenta: «E nε) por estes nossos verbos serε) diriuados de nomes Latinos, se pódeε) chamar tambε) Latinos, pois os Latinos não auerbãrão estes nomes, e os Portugueses sim».

³ Faria (*Das partes que ha de hauer*: fol. 74) remete, aqui, igualmente para Gândavo que, pela fala de Petrónio, apresenta esta propriedade do português como algo que o superioriza ao castelhano: «He esta abūdãcia de diriuações causa de grãde propriedade na lingoa, e o cōtrario de defeito nella, como se vê na Castelhana, θ) (...) *Ojos*, não diz *Ojar*, senão, *Mirar*: e dizε)do *Mirar*, não chama aos olhos, *Miros*, no θ) se conhece notoria impropriedade».

originalidade vocabular (possibilidade exclusiva de remeter para acções ou realidades «θ) em nenhũa outra lingoa nε) por palauras proprias, nε) por circûloquios se podeε) declarar» [FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 73[v.]].

No domínio fonético-fonológico, a “boa pronúnciação” é por Faria relacionada com os pontos de articulação privilegiados pelas diferentes línguas: como nos autores que o precederam, tipos sonoros faríngeos e bilabiais são fonte de não harmonia fonética, fazem com que as palavras onde surgem não se possam escrever e impedem os falantes desses idiomas de aprenderem outro(s) (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 66[v.]); o português é, então, valorizado por não possuir sons aspirados ou “ásperos”. Por outro lado, a estrutura da sílaba coloca o português em vantagem quer relativamente àquelas línguas que exibem em coda diferentes consoantes (“letras ásperas”) não admitidas em português, quer relativamente ao italiano, que termina a sílaba sempre em vogal e, por isso, «tem hũa apparencia pueril» (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 75[v.]) que contrasta com a “gravidade” da portuguesa. Cabe, aqui, como vimos noutros textos, a questão dos ditongos, com que muitas palavras do português terminam e que alguns avaliam como defeito. A qualidade do idioma não fica, no entanto, comprometida, se se tiver em consideração que esses ditongos «são os mesmos que antigamente pronúciauão os Gregos, e Latinos, e agora vsão os Franceses». Outro argumento “da defesa” é, curiosamente, o facto de não termos «algũ tão proprio, que se não ache nas outras nações». Assim, só «o diphtõgo, ão, he proprio nosso, e o corrõpemos do om, Frãcez, e Galego, ε) θ) não ha muitos annos acabauão as mais das dicções θ) hoje terminamos em, ão, por se pronunciar este diphtongo por, a, com mais brandura, e suavidade que não por, o». Assim, «não ficou a lingoa pejorada cõ esta mudança, mas antes com notauel melhoria» (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 76-76[v.]); prova-o a facilidade com que os estrangeiros (excepção feita aos castelhanos) a

aprendem. Note-se, aqui, uma inversão da direcção tomada pelas linhas de argumentação, basicamente as mesmas: num domínio da estrutura fonológica em que o português poderia aparecer em posição de fragilidade, enfatiza-se o facto de o nosso idioma não ter, aí, um comportamento original: ditongos encontramos no latim e no grego, de onde é originária a designação, e outras línguas os registam; por outro lado, o ditongo que *lhe* é exclusivo, resultado de um fenómeno de “corrupção”, conduz ao aperfeiçoamento da estrutura fónica do português. Relativamente aos castelhanos, que, em posição final, contrapõem o nosso *m* ou *ão* ao seu *n*, perde-se em suavidade, mas ganha-se em gravidade; Faria estabelece aqui uma analogia com o que, segundo Quintiliano, acontecia entre o grego e o latim.

Confirmando o valor de síntese com que o próprio autor assume o seu texto, Severim de Faria frisa que a gravidade, «cousa nella muito notoria» é um “honroso epíteto” com o qual João de Barros, Nunes de Leão, Pêro de Magalhães de Gândavo, Jorge de Monte Maior, Francisco Rodrigues Lobo e Lopo da Vega Cárpio enalteceram o idioma nacional; do mesmo modo, e como Barros, devidamente citado, ressalta-se que essa «natural grauidade não he de algum impedimento a nossa lingua para deixar de se exercitar em qualquer genero de escritura» (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 77). A nossa pronunçiação é, então, “fácil” e “boa” e não “áspera” ou “grosseira”; confirmam-no a facilidade com que aqueles que falam latim e francês a tomam e a facilidade com que os portugueses (ao contrário dos castelhanos) aprendem todas as línguas estrangeiras. Esta apreciação corresponde, e por isso ganha em fundamentação, ao pensamento de outros autores: referem-se, neste caso, autores castelhanos de reconhecido mérito, como Cervantes e, novamente, Lopo da Vega Cárpio.

A brevidade, qualidade em que a língua portuguesa rivaliza com a latina, parece associar-se ao uso de estruturas sintácticas simples, mas também à “simplicidade” fonológica (preferem-se as palavras curtas) e à precisão semântica do léxico: «A breuidade da lingoa se collige da copia dos vocabulos, das traduções, e dos modos de falar acomodados a varios sentidos. (...) donde se deixa ver com quanta breuidade declarará seus conceitos, pois tudo explica por termos proprios, e não per circuitos; e quando vsa de frases he com muita breuidade, e elegancia» (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 78-78[v.]). Curiosamente, é sintoma de brevidade a abundância de metáforas (com que a língua recebe também “elegância” e “graça”) e de «sentenças, adagios, ditos, e motes, que se trazε) vulgarmente» (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 79). Não se justifica, então, a preferência que alguns manifestam pelo castelhano, como testemunha o P^e. Frey Bernardo de Brito (igualmente referido por outros autores) quando, na sua obra *Monarquia Lusitana*, fala «contra aquelles que lhe aconselhauão não escreuesse em Portuges» (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 79).

No que se refere à ortografia (domínio onde «quando as outras lingoas nos leuassem ventagem em qualquer das partes, (...) nos ficauão todas inferiores» [FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 79[v.]]), Faria apresenta os argumentos que também Barreto irá expor, apoiando-se, como este, em João de Barros¹: realça a importância que a escrita assume para a preservação e expansão física das

¹ Da análise das reflexões / propostas e da prática ortográficas de Severim de Faria, Gonçalves (2003: 855) conclui o seguinte: «Pela prática ortográfica, mais do que pela incipiência doutrinal do seu *Discurso*, Manuel Severim de Faria inscreve-se na corrente ou tendência popular, nacionalizante ou vernácula, visto enveredar pela simplificação em certos aspectos do sistema, despido de algumas marcas etimológicas, ainda que se verifiquem inconstâncias na extensão dos princípios. Assiste-se, nesse texto, ao confronto de duas tendências - a fonética ou simplificadora e a etimológica ou conservadora -, sendo que ora uma, ora a outra leva a melhor em determinados aspectos do sistema, que muito dista de ser coerente» (GONÇALVES, 2003: 855).

línguas, assim aderindo ao princípio de Quintiliano («conuem, que o que se pronuncia se escreua, que doutro modo ficarâ a escritura corrompendo a lingoagem, em lugar de a conseruar» [FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 68[v.]]). A crítica, pelo incumprimento deste princípio, orienta-se particularmente para o francês, mas inclui também o alemão, o italiano e o próprio latim. A ortografia (“o ler, e escrever as letras”) é, mesmo, a área onde, na língua castelhana, «muito superior â Italiana, e Francesa, na copia, suauidade, breuidade, e aptidão pera toda a materia», «introduzirão os vulgares algũs defeitos» (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 80); já a portuguesa «se tem conseruado grandemente neste particular. Porque sômente lemos o que pronunciamos, como mostrão largamente, loão de Barros e Duarte Nunes nas suas Ortografias Portuguesas, onde em particular se apõtão outros muitos erros, que nesta parte tem outros Idiomas» (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 80[v.]-81).

A última das cinco qualidades apontadas por Faria diz respeito à versatilidade dos idiomas na concretização dos diferentes estilos (“humilde”, “grave” e “meão”¹) distinguidos por Quintiliano e pelos retóricos, na construção de diferentes tipos de texto (e está aqui em causa o texto escrito em prosa e em verso nas modalidades de poema heróico, farsa vulgar, história grave, carta jocosa): «aquella lingoa em que florecerão escritores em todos estes estillos, tem a perfeição da eloquencia: e pelo contrario a que nelles faltar serâ pobre e defeituosa» (FARIA, *Das partes*

¹ No estilo grave praticado em prosa, e seguindo Marco Túlio, a História é o «sogeito mais leuantado, e θ) pede maior eloquencia e grauidade (...). Esta parte (...) taõ estimada da eloquencia se ve perfeitamente exercitada em varias historias cõpostas em nosso vulgar, de que pudera referir muitas, mas per hora bastenos tres que são, as de loão de Barros, e os Padres loão de Lucena, e Fr. Luis de Sousa»; em poesia, observe-se a obra fundamental de Luís de Camões (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 81-81[v.]). Em prosa, o estilo humilde e jocoso «parece que em nenhũa outra lingoa pôde ter a graça, e elegancia, com que Lourço de Caceres, Fernão Cardoso, e Luis de Camões cõpuserão as suas cartas, e satyras, e outras semelhantes obras». No estilo meão, compuseram os seus Diálogos Fr. Heitor Pinto, Francisco de Moraes, e Jorge Ferreira (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 81[v.]-82).

que ha de hauer: fol. 70)¹. A síntese (FARIA, *Das partes que ha de hauer: fol. 84*) faz-se citando Duarte Nunes de Leão, que aqui novamente transcrevemos: «não ha porque se negue a facilidade, e suauidade da lingoa Portuguesa, que para tudo tem graça e energia, e he capaz de nella se escreuerem totalas materias dignissimamente, assi em prosa como ε) verso» (LEÃO, *Origem: 132*).

Da análise das qualidades referidas e da evidência com que se manifestam nas diferentes línguas do mundo, Faria conclui: «do que está dito se pôde colligir claramente; θ) as linguas que ε)tre os antigos houue mais celebres, forão a Hebraica, Grega, e Latina, a que podemos chamar Princesas do mūdo, porque esta authoridade lhe deu o titulo da Cruz, onde forão postas» (FARIA, *Das partes que ha de hauer: fol. 70-70[v.]*). Da língua latina, a que mais se expandiu pelo mundo,

nos não ficou ja agora mais que a parte da Escritura, e o vso se corrompeo em Italia, França, e Hespanha nas linguas volgares, que ao presente se fallão nestas Provincias. Pelo que querendo dar juizo entre hūas, e outras, alε) das cinco qualidades (...), hauemos de acrescentar a da origem, porque como notoriamente decenderão estas da latinidade, aquella alcançará mais de suas perfeições, que inda hoje se conformar mais com ella, assi nos vocabulos como na Ortografia. E mostrando nōs, que a Portuguesa participa mais da Latina, e que na copia, pronunciação, breuidade, Ortographia, aptidão para todos os estilos, não he inferior a nenhūa das modernas, antes igual a algūas das antigas, cō rezão lhe poderemos dar o louuor de lingoa perfeita, e de ser hūa das milhores do mundo. A lingoa Latina se corrōpeo em Italia, França, e Hespanha, per varios modos. Porem na lingoa Portuguesa, e Castelhana está o Latim menos viciado, θ) na Italiana, e Francesa (...) em nenhūa dellas se achão tantos nomes Latinos em sua inteiresa, como na nossa lingoa, e Castelhana, e na nossa particularmε)te podemos cōpor muitas orações, e periodos θ)

¹ Para cada estilo, igualmente praticado, em português, em prosa e em verso, Faria (*Das partes que ha de hauer: fol. 81-84*) indica representantes cujo valor (literário, na maior parte dos casos) é reconhecido por todos os nacionais e, nalguns casos, por autores estrangeiros.

juntamente sejam Latinos, e Portugueses (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 70[v.]-71[v.]).

A proximidade (não só do português, mas aqui também do castelhano) com o latim traduz-se, então, em afinidades lexicais e fonético-fonológicas; Faria refere expressamente, no que se refere ao plano fónico, a estrutura da sílaba final, que confronta com o que é próprio do italiano e do francês. Como João de Barros e Nunes de Leão, ambos referidos, Faria (*Das partes que ha de hauer*: fol. 71[v.]) conclui esta linha de argumentação optando por um procedimento metodológico que é, no fundo, a negação da autonomia dos idiomas: para provar as afinidades entre as duas línguas, o autor transcreve textos em prosa e em verso que, na sua opinião, são enunciados simultaneamente latinos e portugueses.

De todas as ideias que foram apresentadas e defendidas ao longo do texto, o autor só pode concluir:

se na lingua Portuguesa se acha tãta cõformidade cõ a Latina, θ) se póde escreuer em verso,e prosa pelas mesmas palauras em ambas as lingoas? Se he tã copiosa θ) a nenhũ genero de Poetas, ou Oradores faltou cõ sũma elegãcia? Se os mesmos estrangeiros lhe cõfessaõ a suauidade da pronũciação? Se escreue sômε)te o θ) falla? Se he apta pera todo o estillo? Que cousa se lhe pôde desejar que ella não tenha? como diz o nosso loão de Barros. Ou que parte lhe falta para ser perfeita? Ou quem ha que contra a razão queira contrariar hũa cousa tã manifesta? (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 84).

Só a falta de patriotismo e o desconhecimento podem, então, justificar a atitude dos que desconsideram a língua portuguesa¹. A consciência da

¹ Severim de Faria (*Das partes que ha de hauer*: fol. 84[v.]) transcreve aqui parte de um depoimento do Bispo D. António Pinheiro que, em obra não publicada, considera

importância, para o cultivo de uma língua (e a vertente escrita é, aqui, a única considerada) dos instrumentos de codificação e normalização leva a considerar que é aí que a língua portuguesa se apresenta desfavorecida, tanto relativamente ao Latim como relativamente às outras línguas vulgares, «cheas de volumes, de Traduções, de Copias, Frazes, Elegancias, e de Thesouros de sua eloquência» (FARIA, *Das partes que ha de hauer*: fol. 84[v.]). No entanto, mesmo essa carência mais não faz do que comprovar o carácter “natural” da qualidade do nosso idioma, que se impõe mesmo quando sujeita a uma fraca intervenção consciente do homem. À consciência da importância daquele tipo de instrumento vem associada a consciência da importância da intervenção legislativa (está patente, em esboço, o conceito de política linguística) para a protecção, difusão e consolidação das línguas: refere-se o exemplo, tão recorrente, dos romanos, mas também o caso dos cartagineses, dos escoceses, do árabe Ulid, do rei inglês Duarte IV, dos príncipes Otomanos, de D. João I de Castela; recordam-se ainda alguns episódios da história portuguesa onde, igualmente, se tomaram iniciativas legislativas sobre a língua.

Independentemente da falta de originalidade com que os textos de Álvaro Ferreira de Vera se apresentam a quem procede simultaneamente à leitura das obras afins que os precederam ou que lhes são contemporâneas¹, e que aqui explica a brevidade da nossa análise, não deixa de ser relevante a consideração dos textos desse autor, e, no nível do discurso apologético, daquele que vem expressivamente intitulado *Breves louvores da língua portuguesa: com*

«[desagradecidos] Portugueses, e desnaturaes (...), os que por desculparem sua negligencia, culpão a pobreza da lingoa».

¹ Nessa linha de análise, Gonçalves (2003: 859-862) estabelece paralelismos directos entre o texto ortográfico de Vera e o texto equivalente de Amaro de Roboredo.

notaveis exemplos da muita semelhança, que tem com a lingua latina. Identificada de imediato a intenção de defesa, pela dignificação, da língua vernacular, define-se, ao mesmo tempo, o princípio ou critério sobre o qual assentará a argumentação: à individualização de uma língua histórica (língua portuguesa), associa-se o seu enaltecimento pela valorização do que a aproxima de outro idioma, concretamente do latim. O princípio (partilhado por todas as nações da Europa, escreve Vera) de que se parte é, portanto, o de que é «aventejada a lingua Latina, e logo aquella, que mais della participa»; assim, e seguindo um caminho que outros já haviam trilhado, ao autor cabe «mostrar per exemplos que a lingua Portuguêsa he tam copiosa de vocabulos Latinos, que podemos compor muitas orações, e perihodos, θ) juntamε)te são Latinos, e Portuguêses» (VERA, *Breves louvores*: fol. 83). Ferreira de Vera apresenta, então, em esqueleto, o que são as grandes orientações de construção do texto concebido para a defesa (mais do que para a descrição) do vernacular: «deixadas opiniões, que mais passem por fabulas, (...) tratando do que toca â lingua Portuguesa, mostrarei brevemente que he das mais antigas, e hũa das melhores d'Europa» (VERA, *Breves louvores*: fol. 81[v.]). Como outras, o português é uma língua histórica, no sentido coseriano do termo, mas a emancipação depende de um reconhecimento de qualidade que a superioriza àquelas: além das qualidades intrínsecas ao idioma «suavidade da pronunçiação, e boa graça na linguajem, e de ser deleitosa aos ouvidos» (VERA, *Breves louvores*: fol. 85[v.]), os portugueses têm «a melhor, e a mais ditosa lingua (excepta a Latina) de todo o universo: pois por ella se annunciou, e manifestou a tantas gentes de tam remotas, e estranhas provincias (...) a Fee Catholica, prêgandose o Evangelho pelos Portuguêses ao mundo todo (...) não ficando ilha, que não conheça, e ouça a voz da nação Portuguêsa» (VERA, *Breves louvores*: fol. 87[v.]). Vera contesta, então, a preferência de alguns portugueses pelo castelhano como língua literária, referindo, para apoiar a sua crítica e à semelhança do que já os

seus antecessores, e concretamente Gândavo e Faria, em textos igualmente apologéticos, haviam feito, a “excelência” dos nossos escritores (João de Barros, F. Heitor Pinto, Francisco Roiz Lobo).

Outra ideia que reencontramos em Vera é a que decorre da consciência do valor simbólico do idioma nacional e pelo qual se exige aos portugueses um sentimento de lealdade para com a sua língua materna; assim, são dignos de louvor «os Portugueses, que conhecem a grandeza da lingua Portuguesa, porque a sabem fallar, e outras muitas linguas; e não os ingratos barbaros em todas, que deixão de fallar na sua para dizerem mil erros na estranha» (VERA, *Breves louvores*: 86). O não cultivo da língua nacional é, então, sintoma de espírito não formado e sinal de falta de erudição.

12.4.2. A originalidade e a qualidade do vulgar

Num momento que é ainda de afirmação do vulgar, Roboredo torna bem clara no *Prologo* da sua obra a consciência de que tal processo deverá ser acompanhado pela elevação desse idioma a língua de civilização: não se trata, apenas, de uma mudança de atitude; trata-se também de desenvolver as possibilidades que o próprio sistema linguístico oferece, sendo fundamental para o processo de “elaboração” a actividade de codificação. Roboredo (*Methodo grammatical: Carta do Autor [...] / Prologo*, a4) considera então que, pelo conhecimento da gramática da língua materna, os principiantes

terão mais copia de palavras, e usaráõ dellas com mais propriedade. (...) Saberaõ per regras de compor, e derivar ampliar a lingua Materna, e ajuntarlhe palavras externas com soffrivel corrução, e formar outras de novo: para que com menos rodeios se possaõ explicar os conceitos e as sciencias, quando na Materna se queiraõ explicar. Porque a pobreza das Maternas na tradução de livros Gregos, e Latinos, e na declaração de spiculações filosoficas, se

manifesta. Saberaõ fugir de palavras externas ainda não recebidas quando teem proprias, por não mostrarem que a lingua he mais pobre.

Trata-se, em suma, de notar a riqueza lexical existente e a produtividade dos recursos internos, demonstrando-se que assim são superadas as limitações e incapacidades habitualmente reconhecidas aos vernáculos na transmissão de informação em determinadas áreas do saber. No que se refere ao léxico, as línguas distinguem-se, então, pela maior ou menor abundância de vocábulos e a perífrase e a polissemia são os recursos compensatórios dos idiomas “menos abundantes”; grande parte da especificidade de cada língua regista-se, no entanto, no domínio da frase, que Roboredo (*Methodo grammatical*: 182) define como «hum particular modo de fallar de cada lingua segundo a pronunciação, e ajuntamento de palavras per certa collocação dellas».

O confronto de estruturas semelhantes ou alternativas é o procedimento a que Roboredo recorre também nos outros níveis de descrição, desse modo colocando em pé de igualdade (por idêntico grau de eficácia) os diferentes sistemas linguísticos que analisa. Os contrastes que o português estabelece com o latim (e, nalguns casos, com o grego) são os tradicionalmente notados:

- i) a inexistência do recurso à afixação como processo de formar comparativos (a essa ausência¹, a língua responde com “rodeios”, estruturas sintacticamente complexas);
- ii) a formação perifrástica da voz passiva² e o valor passivo das construções com pronomes pessoais clíticos (ROBOREDO, *Methodo grammatical*: 30-33 e 69);

¹ Como os seus antecessores, também Roboredo refere aqui a existência de formas sintéticas como maior, menor e outras; como aqueles, salienta, no entanto, o carácter não produtivo do processo, uma vez que se trata, em todos os casos, de comparativos importados do latim.

² Esta é uma particularidade não exclusiva do português: «Nas linguas vulgares, de que temos noticia, não ha Verbos Passivos: mas ha Participios Passivos, com os quaes, e com o Verbo

iii) a existência de um infinitivo «que o vso corrompendoo fez pessoal e delle carecem as linguas, de que tenho noticia» (ROBOREDO, *Methodo grammatical*: 33);

iv) a estrutura semântica e formalmente bipolar da categoria morfo-sintáctica **género**¹.

Roboredo refere ainda a maior especificidade (que identifica com limitação) semântica dos tempos verbais do português: «Os tempos Latinos são mais abundantes de significação que os Portugueses; e assi ajuntamos muitos Portugueses na interpretação de hum Latino; e ainda ajūtamos verbos diversos» (ROBOREDO, *Methodo grammatical*: 33). Finalmente, no capítulo *De algũas propriedades da Frase Latina, e Portuguesa entre si repugnantes*, Roboredo (*Methodo grammatical*: 227) enumera um conjunto de particularidades morfo-sintáticas em que, como o próprio título dessa parte do texto indica, o português e o latim têm comportamentos distintos.

João Franco Barreto define como princípio orientador da ortografia o princípio fonético com o qual, reconhece, todos os ortógrafos concordam². Cita, para o confirmar, o pioneiro dos trabalhos de sistematização ortográfica em

Sustativo, *Sum*, se suprem as Vozes Passivas» (ROBOREDO, *Methodo grammatical*: 69). De qualquer modo, Roboredo não deixa de mostrar que também na língua latina o verbo *sum* é utilizado em construções perifrásticas de valor idêntico: «Na Latina ha tambem muitos rodeios feitos dos quatro Participios, e Verbo, *Sum*» (ROBOREDO, *Methodo grammatical*: 33).

¹ «Nas mais das linguas ha sômte dous generos, correspondentes aos machos, e femeas; mas na Latina, e Grega, ha tres, *Masculino, Feminino, Neutro*; porque ha nellas Adjectivos de tres terminações» (ROBOREDO, *Methodo grammatical*: 66).

² Barreto (*Ortografia*: 3) tem igualmente clara consciência de que, entre os ortógrafos portugueses, frequentemente se regista uma clivagem entre o dizer (aceitação do critério fonético como princípio orientador) e o fazer (a prática): «Esta he a pedra fundamental deste edificio, no que todos nossos ortografos concordam, se bε) nenhũ delles a guarda».

Portugal, João de Barros¹: «A Primeira e principal regra na nossa orthografia, e escrever todalas dições com tantas letras com quantas a pronunçiamos, sem poer consoantes oçiosas: como uemos na escritura italiana e francesa. E dádo que adicãm seia latina, como â deriuamos a nós, e peder sua pureza, logo á deuemos escrever ao nósso módo» (BARROS, *Grammatica*: fol. 42); o princípio é o de que, uma vez tomados os vocábulos («uma vez que os fizemos nossos»), «hão de seguir a nossa ortografia, e não a alheya» (BARRETO, *Ortografia*: 149). A consideração da origem e analogia do vocábulo é, no entanto, o conselho de Barreto em situações, como a do uso de <g> e <j>, em que não há diferenças de pronúnciação², ou da estrutura <mn> (a que, no entanto, deverá corresponder a realização fónica da sequência de consoantes), em nomes próprios gregos e latinos, «porque os taes sε) m, nã fazem tã bõ soido» (BARRETO, *Ortografia*: 148). Barreto (*Regras [...] cõ a resposta do Autor*: 241) propõe, portanto, uma atitude de equilíbrio: «Cada lingua tε) sua ortografia diversa³, e assi não samos obrigados seguir a Latina, sebε) iremos arrimados a ella, pola analogia, que a nossa lhe reconhece. Porε) nã cõ tanta superstiçã (por usar de suas palavras) como o Licenciado Duarte Nunez o faz».

Assim, escrever “direitamente” (benefício colhido da “arte” [para Barreto e Vera] ou “ciência” [para Leão e Barros] da ortografia) é escrever de

¹ Embora tenha igualmente tratado das questões ortográficas, Fernão de Oliveira não delimitou, na sua obra, uma secção dedicada exclusivamente a esse assunto. Ao proceder desta outra forma, é Barros quem inicia de forma explícita o discurso metaortográfico português (GONÇALVES, 2003: 804).

² «O que importa he sabermos quando avemos usar de g, ou de j, que parecem ter o mesmo soido; e he cousa ε) que muytos, que presumem de ortografos se embaraçam, e perdem: para o que digo se deve ter respeyto á origε) e analogia do vocabulo, e que por ahi nos governemos» (BARRETO, *Ortografia*: 129); «Nem obsta dizer que são vocabulos Latinos, e que por essa rasã se devε) escrever como elles os escreveram cõ h; porque aquelles, que por si só são ja nossos, nã devε) seguir ortografia alheya, senã (...) quando para melhor intelligencia dellas necessario for (...); e assi estes nomes Monarchia (...) e semelhantes escreveremos sε) h, e cõ qu (...), assi como soã ε) Portuguesez» (BARRETO, *Ortografia*: 136).

³ Esta é uma ideia recorrente em Barreto: «cada lingua tε) sua ortografia propria» (BARRETO, *Regras [...] cõ a resposta do Autor*: 243).

acordo com a pronúncia¹. Pela perenidade que caracteriza o texto escrito², consegue-se, dessa forma, ensinou Quintiliano, conservar a linguagem; adoptar, na grafia, outro princípio seria uma forma de, pela escrita, a corromper³ (BARRETO, *Ortografia*: 3). Trata-se, portanto, de uma ideia que pressupõe um efeito de retorno do plano gráfico sobre o plano da oralidade.

Álvaro Ferreira de Vera desenvolve as mesmas ideias, muito embora a sua noção de correcção ortográfica contemple também o critério etimológico⁴:

Porθ) o escrever, como se pronũcia, he com a penna imittar a lingua, estampar com letras aquillo, que declaramos com palavras: (não acrescentando, nem diminuindo, pois não he necessario; antes fica sendo mais perfeito o modo de aquelle, que cõ esta arte imitar a natureza) e quanta mais propriedade tuer nos pontos e accentos, tãta mais ventajem terà. Por que as letras se inventáraõ para dar noticia em presença das cousas, que se fizerão em ausencia: o que não poderá fazer escrevendose confuso. E com isso não seriamos entendidos (ou mudarsehia a pronunciação, e com ella a lingoagem) usando o som das vozes com o rigor das letras, que estiuessesem á vista, que seria erro manifesto (VERA, *Orthographia ou modo para escrever*: fol. 2-2[v.]).

¹ Barreto parte, portanto, de uma definição de ortografia que foi a de Quintiliano e que João de Barros também adoptou. É por isso que Barreto (*Ortografia*: 142), apesar de aludir às letras que já a Antiguidade chamava “inúteis”, coloca muitas reservas à não inclusão de <k> no alfabeto português, quando [k], seguido de <e> ou <i> obriga à utilização de um dígrafo ou grafema complexo, <qu>, assim violando o princípio da correspondência entre unidade sonora e unidade gráfica, que está na base da escrita fonética. Note-se que a substituição de <qu^{e,i}> por <k> virá a ser «uma das bandeiras reformistas do sonocista Barreto Corte-Real, cuja proposta contempla precisamente o emprego exclusivo de <k> para grafar a oclusiva velar surda» (GONÇALVES, 2003: 886).

² Veja-se a importância que, em função desse objectivo, Barreto atribui ao uso dos acentos: «uma das principaes causas, porque a pronunciaçã da lingua se faça eterna, e mays facilmente se conserve inviolada entre as barbaras nações: são os acentos» (BARRETO, *Ortografia*: 201-202).

³ Assim, «nã estamos obrigados ε) tudo à ortografia dos Latinos»; desse modo, sobre o uso do Y grego, escreve o ortógrafo: «como nã sintimos ε) a orelha, aquella melodia Grega, escrevemos os taes vocabulos per i Latino» (BARRETO, *Ortografia*: 86).

⁴ Assentando nos critérios fonético e etimológico, Vera (*Orthographia ou modo para escrever*: 1) define Ortografia como «arte de escrever as vozes com as letras dividas á direita pronunciação e segundo sua orijem».

Daqui resulta uma excelência que, «cõ singularidade se acha sómente ε) a lingua Portuguesa, entre todas as de Europa» (BARRETO, *Ortografia*: 3)¹. Naturalmente, a valorização do critério fonético (escrever ao “nosso modo” [BARRETO, *Ortografia*: 148]²) conduz, em momentos de coerência teórica, à condenação de grafias de tipo latinizante, simultaneamente criticando-se a atitude dos que utilizam determinados registos gráficos «por se mostrarε) Latinos» (BARRETO, *Ortografia*: 118-119; 173-174)³. Se o «bom escrever [é] copia de bem fallar» (VERA, *Orthographia ou modo para escrever*: fol. 2[v.]) e “lume das escrituras” (VERA, *Orthographia ou modo para escrever*: fol. 2[v.]; LEÃO, *Orthographia: Ao muito illustre [...]*), a ortografia é uma arte da maior importância, como comprova o interesse que os homens ilustres do passado sempre manifestaram por ela: «as

¹ «E he pronunciaçã Italiana, cõ esta diferença, que fazem do gn e do nh. e assi escrevendo Signore (...) pronunciam Sinhore (...). E tambε) mudam o g. ε) l quãdo se lhe segue l. e o l. ε) h; como ε) figlio, que lε) filho (...). Por onde se ve que nós escrevemos como pronunciamos, e pronũciamos como escrevemos, que he a basi fundamental de toda a boa ortografia, ε) que elles tã claramente faltam» (BARRETO, *Ortografia*: 130). Observe-se, ainda, a este propósito: «escrever como se pronuncia (...) he a pedra fundamental de toda boa ortografia, e que só por excellencia (...) ε) nossa lingua se acha» (BARRETO, *Ortografia*: 108).

² Motiva esta expressão a sequência latina <mn>, que alguns ortógrafos querem manter e que «ε) a nossa lingoagε) fora uma redicula cousa» (BARRETO, *Ortografia*: 148).

³ Duarte Nunes de Leão é uma das personalidades visadas, quando Barreto analisa e propõe regras para o uso do grafema <c> (cf., atrás, p. 392, n. 1); outro dos usos assim apreciados é o do <x>. O mesmo se observa relativamente à adopção não fundamentada de grafias latinizantes. A propósito das letras dobradas por composição, escreve Barreto (*Ortografia*: 182): «E fazemse estas composições cõ as preposições Latinas, que aos verbos se ajuntam, para lhes alterar, acrescentar, ou diminuir a sinificaçã, o que nossos Ortografos querem imitar á risca ε) as vozes Portuguezas, cõ as preposições Latinas, a, ab, abs (...), as quaes todos ε) nosso vulgar saõ bε) escusadas». Observe-se, aliás, a apreciação que Barreto faz do trabalho de Leão, a quem acusa de incoerência: «Nã posso deyxar de accusar este Autor ε) as regras de sua ortografia; porque reprimendo tanto aos que se querem mostrar Latinos, elle o faz cõ excesso, e tanto, que vem a fallar barbarismamente» (BARRETO, *Regras [...] cõ a resposta do Autor*: 245). Da análise pormenorizada das propostas ortográficas e da prática de Nunes de Leão, conclui, também, Gonçalves (2003: 834-835): «Apesar destas cedências [as explicitadas nas duas primeiras regras enumeradas pelo ortógrafo] perante os critérios da pronúncia e do uso, note-se que boa parte das regras apresentadas por Leão prende-se, não com a aplicação destes dois princípios, mas sim com a preponderância do princípio etimológico ou a referência à história da língua».

forças da pena são muyto maiores do que imagina, que) não as tε) experimentado» (BARRETO, *Ortografia*: 8).

A valorização, globalmente coerente, do critério fonético em Barreto conduz, naturalmente, à valorização da especificidade fónica (e gráfica) das línguas em geral e do português em particular:

Assi, que quando a pronunciaçã, e o soido responder tanto á letra singella, quanto à dobrada, por nehum módo dobraremos a letra (...) ainda que alguns vocabulos, que dos Gregos ou Latinos tomamos, dobram acerca delles algumas consoantes, como nossas orelhas nã compreendem a diferença, que vay das singellas ás dobradas, nã samos obrigados a conservar a analogia desses taes vocabulos, que cada idioma tε) sua ortografia e dialetos proprios. (...) ε) nossos vocabulos nã dobraremos letra alguma senã quando a orelha o pedir; (...) a orelha será o melhor juiz: màs nε) porque o Latim o m dobre ε) alguns nomes, como ε) *gummi*, diremos nós gomma, porque melhor soará goma (BARRETO, *Ortografia*: 183-184).

Do mesmo modo, também no texto ortográfico de Vera, a originalidade da língua portuguesa se traduz na do seu alfabeto e na das suas (almeçadas) regras de utilização; assim, introduzir letras que outros alfabetos não possuem é motivo de admiração por parte das outras nações:

E por [ç] ter esta clareza [ser diferente de C] me admiro não estar posta em nosso alphabeto na forma, que agora o ordenei. (...). Por onde importa muito aos θ) guardão as boas regras de orthographia, escrever nesta conformidade para ficar introduzido (porθ) a obrigação minha não he mais, que de como avemos de escrever, e declarar a força, e vigor das letras, com o significado e voz dellas) não sòmente pólo proveito, que disso tiramos, mas **pola reputação, que a lingua Portuguesa terá entre as mais nações, que carecem della**: por tér cada letra seu officio, e não hũa sò letra dous diversos; hum proprio; outro impróprio: como todos os Orthographos dizem (VERA, *Orthographia ou modo para escrever*: fol. 6-7).

A defesa do princípio fonético não invalida, no entanto, o oportuno destaque das notáveis (e inigualadas) afinidades entre as duas línguas: assim, a letra <v> é «muyto importante para a lingua Latina, e para as mays, que della se dirivam, particularmente para a nossa, que mays que as outras della participa» (BARRETO, *Ortografia*: 170).

Como noutros textos, também os dígrafos ou grafemas compostos (e as unidades fonológicas assim transcritas) <ch>, <lh> e <nh> são destacados como «três pronúncias próprias da nossa lingua, que os Latinos não conhecerão» (VERA, *Orthographia ou modo para escrever*: fol. 10); a propósito de <l>, escreve o mesmo autor: «nòs atemos de maneira aspirada (...) que nenhũs dos acima [Hebreus, Gregos, Latinos, e Arabes, e todas as mais nações do mundo] a tem, nem conhecerão: e algũas nações ha, que nem com tormento a pronúnciao. Assi que esta pronúnciao (...) he propria da nossa lingua Portuguesa» (VERA, *Orthographia ou modo para escrever*: fol. 12); a letra C é “propriamente nossa” (VERA, *Orthographia ou modo para escrever*: fol. 11). O português afirma-se, então, individualizando-se no universo das línguas / dos sistemas grafemáticos conhecidos.

Em Barreto, a filiação latina da língua portuguesa¹ é condição bastante para nela «considerar as mesmas calidades, e accidentes, e dividir a oraçã ε) outras tantas partes, ε) que os Gramaticos dividem a Lingua Latina (BARRETO, *Ortografia*: 32). Às oito partes nas quais se compreendem todas as palavras latinas, acrescenta-se, para o português, mais uma, que corresponde ao artigo (classe ausente da gramática latina, mas presente na grega). Uma das singularidades do texto ortográfico de

¹ Franco Barreto reconhece que o latim falado no território onde se veio a formar Portugal «nã era puro, nε) gramatical, como vemos ε) muytas doaçõe)s, que nossos istoriadores trazem ε) suas obras (...). Mas como quer que fosse, da Lingua Latina, ou Romana, teve principio, e nome o Romance, de que agora usamos. e he cômũ parecer entre todos os doutos; e o mesmo sentem da sua os Francezes» (BARRETO, *Ortografia*: 27-28).

Franco Barreto é, então, aceitando que «para o que ao diante havemos de tratar, he muyto necessario ter de todas estas partes conhecimento antes de tratarmos da natureza das letras» (BARRETO, *Ortografia*: 32), a inclusão de uma parte inicial de cerca de três dezenas de páginas preenchidas com descrição morfo-sintáctica sempre elaborada em função da estrutura gramatical latina, com a qual a língua portuguesa estabelece alguns contrastes: é o que acontece com a formação dos comparativos e superlativos, em que a nossa língua se afasta da latina: «a nossa Portugueza nã póde ter essas formações; mas ε) lugar do comparativo, usamos acrescentar ao positivo o adverbio mays (...). Màs os superlativos são como os dos Latinos, e quasi os formamos da mesma sorte»; desta forma «nos aventajamos sε) duvida aos Francezes, que nã tε) superlativos (...). Falta que tambε) padece a lingua Hebreá, porque nã tε) comparativos, nε) superlativos» (BARRETO, *Ortografia*: 41 e 42). Por outro lado, o português não desenvolve nenhum mecanismo que o Latim não tivesse já aproveitado, assim se confirmando a relação de dependência daquele idioma em relação a este: «Tε) tambε) os Latinos quatro positivos, de que nã formam comparativos, nε) superlativos^[1]: e nesses os imitamos nós cõ tanta propriedade, que bε) parece lógo ser a nossa lingoagem filha legitima da Latina» (BARRETO, *Ortografia*: 42). O mesmo se passa com a formação da voz passiva:

Os verbos passivos da Lingua Latina formãse dos activos acabados ε) o, acrescentandolhes ù r. (...) porε) os nossos nã são dessa qualidade; como tambε) o nã são os das mays linguas vulgares, que todos carecem da passiva; e suprese esta falta cõ o verbo sustantivo, que he eu sou, tu es, ec. junto aos participios acabados ε) ado, ido (...). E nã sigo o parecer dos nossos ortografos, que dizem nòs remediamos cõ os pronomes, me, te, se; nós, vós, se, porque na realidade nã se especifica assi a voz passiva (...); donde Latinamente se diz, eu sou amado (...); ε) os quaes exε)plos se ve a cousa, que padece posta ε) nominativo,

¹ Franco Barreto refere-se às formas *bonus* (*melior*, *optimus*), *malus* (*peior*, *pessimus*), *magnus* (*maior*, *maximus*) e *parvus* (*minor*, *minimus*).

como pede a boa Gramatica, o que se nã acha ε) os exemplos, que nossos ortografos trazε), a saber, *moveor*, *movome* (BARRETO, *Ortografia*: 55).

Note-se que, neste caso, as línguas vulgares se distinguem em bloco, do latim, mas superam a ausência de mecanismo morfológico com o recurso a estruturas sintáticas funcionalmente equivalentes; observe-se, ainda, a análise crítica a que Barreto sujeita a interpretação como passiva do verbo pronominal. Também pela ocorrência de artigo (que serve para distinguir os casos dos nomes, indeclináveis¹ em todos os vulgares) o português se afasta do latim e se aproxima das outras línguas (BARRETO, *Ortografia*: 60). Aliás, a ausência do artigo em latim é, mesmo, vista como uma limitação da qual, ao contrário, o grego não sofre².

No que diz respeito ao plano fonético-fonológico, a qualidade da língua traduz-se, para Barreto, na composição e estrutura silábicas: pelo seu equilíbrio na distribuição de vogais e consoantes, o português assemelha-se ao latim e ao grego e diverge de várias outras línguas:

he ù grãde defeyto da lingua Italiana, que por acabar sempre suas vozes ε) vogal, fica afeminada, e pueril. O cõtrario dizem algũs socedeo ε) a lingua Hebraica, que por falta de vogaes querem padecesse antigamε)te grande dificuldade (...) E os Francezes polas demasiadas vogaes tε) nã menor defeyto ε) sua ortografia; porque nã pronunciam os vocabulos como os escrevem: do que os calumnia loã Piloto, autor tambε) Francez, ε) a arte que da mesma

¹ De qualquer modo, e como outros autores, Barreto não prescinde da noção de “declinação”, na sua análise do português: «como so cõ elles [os artigos] nã pôdemos dar a necessaria demonstraçã dos casos, socorremonos das preposições de, a, cõ» (BARRETO, *Ortografia*: 61-62). Imediatamente a seguir, Barreto revela perfeita consciência da natureza indeclinável do próprio artigo: «erram os que cuydam, que o articulo tε) variedade de caso, nã tendo mays que o, a, e o que selhe propoε) são as ditas preposições» (BARRETO, *Ortografia*: 63).

² O autor explora a importância do artigo na interpretação da frase *Ego sum pastor bonus*, «adonde o Latim nã explica aquella singularidade, que o Grego nos quer apontar; a saber, que nenhũ verdadeiramente he bõ pastor, senã aquelle que ε) aquelle lugar o diz; e isto se explica perfeytissimamente cõ o articulo o, assi como; *Eu sou o bõ pastor*» (BARRETO, *Ortografia*: 61). Refere, igualmente, o tratamento circunstanciado daquela classe de palavras em determinadas obras, como a de Pedro Bembo.

lingua compoz. As vozes Gregas, e Latinas, como tambε) nossas Portuguezas, todas são formadas de consoantes, e nellas acabam muytas vezes, cō que recebem gravidade, suavidade, e fermosura (BARRETO, *Ortografia*: 92)¹.

Por outro lado, também Barreto se revela sensível à “qualidade” articulatória das consoantes em português, que não apresenta unidades aspiradas².

Um domínio da estrutura fonológica que este autor igualmente destaca pela singularidade com que as diferentes línguas o preenchem e os gramáticos e ortógrafos o descrevem é o dos ditongos que, segundo Demétrio, «do muyto sō das vogaes diferentes causam á lingua variedade, e grandesa» (BARRETO, *Ortografia*: 107). Constata-se, então, que cada língua «tε) os seus ditongos proprios, e os forma de diferentes maneyras, e per diverso ajūtamento de vogaes; e umas nações tε) mays, outras tε) menos, e ainda triphongos» (BARRETO, *Ortografia*: 95); assim, há ditongos que são “propriamente nossos” e muito necessários para a distinção de diversas palavras; para Barreto (*Ortografia*: 98-102), esse é o caso de *ay* e *eo*, ditongos que só a nossa língua possui.

Como João de Barros, Nunes de Leão e Severim de Faria, também Barreto recorre à ambígua metodologia de transcrição de textos equívoca e simultaneamente latinos e portugueses, para provar que a língua nacional não só

¹ Relativamente à distribuição sintagmática das vogais, Barreto (*Ortografia*: 66) começa por contrastar o português com línguas que «poem talvez quatro e cinco consoantes juntas sε) vogal» adiantando, no entanto, que «devem sε) duvida entender ε) os taes vocabulos alguma vogal; porque ε) toda a sillaba, como ε) todas as outras cousas, concorrem materia e forma»; quando, noutra ponto do texto, trata da utilização dos apóstrofos, refere outras qualidades que resultam, ao inverso, da supressão das vogais: «segundo os preceytos dos oradores sempre se deve de atender muyto á continuaçã das palavras, que consiste ε) as compor, e ordenar de maneyra, que o seu concurso nã seja aspero, nε) vagaroso, como acōtecerá, se a cada vogal se quizer dar o seu sō, porque a presteza da palavra a faz deleytosa» (BARRETO, *Ortografia*: 214).

² «[Nã] ha mister que escrevamos homε), màs omem, humano, màs umano, porque nã fallamos de garganta como Tudesco, ou Turco» (BARRETO, *Ortografia*: 188-189).

tem a sua origem naquele idioma clássico, como se destaca, a esse nível e pela identidade com este, das outras línguas românicas.

a lingua Portugueza nã foy uma das setenta e duas linguas da confuzã, nε) dirivou de alguma dellas, màs da Latina, que da Grega teve principio, e conhedidamente he sua filha, como, a analogia dos vocabulos de uma, e outra facilmente o persuade: porque muytas cousas podemos dizer ε) nossa lingoagem, que juntamente seja Latim, e o mostrarão claramente os exemplos seguintes, que aindaque vulgares, e impressos por diversos Autores fazem muyta prova ao que dizemos (BARRETO, *Ortografia*: 24);

Cõ estes ha outros muytos versos, e prosas juntamente impressos (...), e desta maneyra se pudera encher muyto papel: o que os Italianos, e Francezes nã podem fazer ε) a sua lingua: nε) cõ tanta perfeuçã e inteyreza os Castelhanos, por mays que o contrario nos queyram persuadir ε) suas obras (...); e assi do referido claramente se conhece, que a lingua Portugueza he filha legitima da Latina (BARRETO, *Ortografia*: 26).

A proximidade do português ao latim revela-se, por outro lado, não só nas qualidades da língua, mas também, e curiosamente, nos vícios, documentados mesmo em autores clássicos, como se aqueles fossem igualmente resultado de uma afinidade estrutural entre os dois idiomas: «Nε) deyxarey de advertir que he vicio ε) a lingua dizer, mays mayor, ou mays melhor, ainda que tambε) na Latina se acha como vemos ε) Plauto, no prologo da comedia intitulada *Menachmi* (...). Porque nε) o vicio da lingua Latina faltasse á nossa Portugueza»¹ (BARRETO, *Ortografia*: 43). É nas notas com que, criticamente, comenta as *Regras geraes da ortografia portugueza* elaboradas por Nunes de Leão que Barreto pondera e faz a síntese das duas perspectivas a partir das quais as relações entre o latim e o português são abordadas: se Leão, face à evidência das diferenças, escrevera que estas eram causa de graça e prova de autonomia do idioma nacional (cf., atrás,

¹ O destacado é nosso.

Capítulo 11, p. 384), Barreto vem ripostar que essa não era a opinião do «comū dos doutores, ε) a nossa lingua; cujo parecer he, que tanto tε) ella mays de excellencia sobre as outras, quando mays se chega ao Latim; donde o nosso poeta fallando de Venus acerca da lingua Portugueza diz; na qual quando imagina cō pouca corrupçã cre que he latina» (BARRETO, *Regras [...] cō a resposta do Autor: 231-232*)¹. Se considerarmos que, no domínio metaortográfico, se contrapõem aqui dois princípios ou critérios relativamente aos quais, em função das suas declarações de princípios, estes autores se portam contraditoriamente (o fonético [sincrónico, portanto], que Barreto apresenta como aquele que o orienta, e o etimológico ou histórico, que Barreto critica a Nunes de Leão), parece-nos legítimo concluir que, no fundo, se trata de duas atitudes que, num ambiente ideológico que permanece dominado pela ambiguidade, configuram um mesmo processo: o de autonomização, que enfatiza as originalidades do português, e o de dignificação, que valoriza as afinidades com o latim, do vernacular.

Referimo-nos já ao modo como Argote integra, na sua Gramática, a língua portuguesa, logo à partida apresentada como “espelho da latina”; a descrição do idioma nacional apoia-se, então, e na sequência de uma longa tradição, naquilo que se conhece da estrutura gramatical do latim², de cuja

¹ Esta é uma ideia que Faria (*Das partes que ha de hauer: fol. 72*) trata de modo muito semelhante: «Estes exε)plos não podε) mostrar na sua lingoa cō facilidade os Italianos, e Franceses, e por elles se proua a grãde affinidade θ) cō a lingoa Latina tε) â nossa: e assi cō rezão fingio o nosso Poeta θ) Venus se affeiçoara aos Portugueses, por ver nelles não sômε)te o valor, Romano mas ainda a mesma lingoa».

² Considerem-se, para o demonstrar, e a título de exemplo, as seguintes afirmações: «[Verdadeiramente] na lingua Portugueza só ha tres conjugações, porque em *or* só acaba o verbo *Por*, e os seus compostos (...); porem como o Verbo *Por* tem muytos compostos, e na lingua Latina ha quatro conjugaçõens, por isso disse acima haver tambem quatro na Portugueza, para observar o mais que posso semelhança entre a lingua Latina, e Portugueza» (ARGOTE, *Regras: 145*); «Esta preposiçã *A* he a que na lingua Portugueza tem mais difficuldade para fazermos os seus casos semelhantes à Grãmatica Latina» (ARGOTE, *Regras: 175*).

análise se recolhe o aparelho terminológico em uso. O que não encontramos no texto de Contador de Argote é, então, o discurso laudatório com que os seus antecessores trataram a questão das relações genéticas e estruturais entre o latim e o português; a necessidade de nos conformarmos com o latim («quando não ha motivo para o contrario, devemo-nos conformar com o Latim») é, ao contrário, justificada de forma simples e objectiva: «a lingua Portugueza he filha da Latina» (ARGOTE, *Regras*: 203) e esta é uma língua cujo valor civilizacional, como já referimos, D. Jerónimo destaca. As diferenças registadas entre o português e o latim são, então, tratadas a dois níveis: ou resultam da estratégia metodológica da análise comparativa¹ ou são, elas próprias, objecto de análise. Contador de Argote elabora, então, o capítulo *Dos idiotismos* e define este conceito como «modo particular de fallar de alguma lingua»²; no caso concreto do português, trata-se de um «modo de fallar da lingua Portugueza particular da tal lingua. (...) todos os modos, e termos de fallar da lingua Portugueza, que não tem conveniencia, ou semelhança com a Grammatica Latina, ainda que os taes modos de fallar da lingua Portugueza se achem na Grammatica de outras linguas vulgares, assim como na Castelhana, Italiana, ec.» (ARGOTE, *Regras*: 258). É neste contexto, e fundamentalmente no domínio da morfo-sintaxe, que surgem, então, as originalidades do português: Argote (*Regras*: 259-272) destaca o que acontece nos artigos, nas declinações dos nomes, nas terminações dos casos, nos pronomes *isto*, *isso*, *aquilo* e no pronome

¹ Veja-se, por exemplo: «M. E porque he facil no Portuguez saber o Genero dos nomes, e no Latim he trabalhoso? / D. Porque no Portuguez os nomes quasi sempre se poem com o seu artigo, que mostra o Genero, e no Latim poucas vezes se poem com o artigo» (ARGOTE, *Regras*: 182).

² Também Carmelo toma a expressão em causa com o mesmo sentido: «Modo particular da Lingua Portugueza» (*Compendio de orthographia: Prologo apologetico*); «Propriedade do Idioma» (*Compendio de orthographia: 2*). Lobato (*Arte da grammatica: 177*, nota) recorre, igualmente, a essa expressão («Do que se collige ser hum dos idiotismos da lingua Portugueza, que o uso introduzio por brevidade do fallar»), que voltamos a encontrar em Barbosa (*Grammatica philosophica: 208*): «Esta Linguagem he hum idiotismo singular».

tudo e nos verbos (encontramos aí referências a vozes, tempos compostos activos, infinitivos, gerúndios, participios activos); regista ainda idiotismos no domínio dos advérbios, das preposições, das conjunções, da sintaxe de concordância e da regência dos casos e na semântica. Considerem-se, a título de exemplo, os seguintes extractos:

- i) «os participios passivos quando com o Verbo *Haver* formão os tempos compostos, muytas vezes não concordaõ com os seus substantivos» (ARGOTE, *Regras*: 268-269);
- ii) «muytas vezes o Verbo não tem nominativo, nem claro, nem occulto, e os nomes, que deviaõ servir de nominativo, estaõ em outros casos» (ARGOTE, *Regras*: 269-270);
- iii) «as palavras muytas vezes significaõ huma cousa, e querem dizer outra» (ARGOTE, *Regras*: 272).

É precisamente na análise dos idiotismos que Argote estabelece contrastes qualitativos entre o português e o latim, considerando que, nalguns casos, o idioma vernáculo apresenta uma gramática muito irregular, embaraçada e bárbara, pelo que determinadas estruturas desse tipo não devem ser ensinadas aos alunos. “Bárbara” é, aliás, o adjectivo com que, noutros pontos do seu texto, D. Jerónimo Contador de Argote classifica estruturas portuguesas não latinas, que atribui ao alemão: é o caso das formas verbais compostas com o auxiliar *ter*¹. O tom com que estas informações são apresentadas é, no entanto, de simples constatação e a sugestão de não apresentar aos alunos determinadas estruturas prende-se mais com o facto de a aprendizagem do português ser, na perspectiva de Argote, um veículo para a aprendizagem do latim do que com qualquer pressuposto de inferioridade desses factos linguísticos. O intuito é, basicamente, pedagógico; aliás, e recorrendo a um procedimento não original, é

¹ «M. E esta Grammatica, e modo de fallar pelos compostos do Participio, e Verbo Auxiliar *Ter* he Latina, ou não? / D. Não he Latina, he Barbara. / M. E de θ) lingua a tomou a Portugueza? / D. Dizem que da Tudesca» (ARGOTE, *Regras*: 81).

a “complexidade” do sistema linguístico vernacular, apreendida antes de mais pelo uso e cuja análise é sacrificada à eficácia didáctica do texto, que Argote evoca para justificar o tom sintético da sua gramática: «M. Pois como se ha de saber quando faltaõ as taes regras? / D. Sabe-se pelo uso; porque a lingua Portugueza he muyto dilatada, e aqui só dizemos o commum para o principiante saber depois guiarse» (ARGOTE, *Regras*: 19)¹.

É na *Introdução* da sua *Orthographia explicada*, que Feijó emite explicitamente a sua opinião sobre o grau de elaboração da língua portuguesa, interpretando como resultado de uma reaproximação ao latim o que considera ser um processo de aperfeiçoamento:

Todos os nossos Auctores confessão, e devem confessar todos aquelles, que professáraõ a latinidade, que a nossa lingua he filha da lingua latina. (...) Dizem tambem, que a nossa lingua vay sobindo ao auge da perfeição: e se examinarmos donde lhe nascem estes augmentos, diraõ, que he, porque esta filha cada dia se vay enriquecendo com a herança das palavras, que cada vez mais participa daquella mãy (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 6-7).

A semelhança entre o português e o latim é, segundo os “nossos Autores” (a fonte, imprecisa, evocada por Madureira Feijó), evidente «na similhaça dos nomes, na imitação dos verbos, e na propriedade dos vocabulos» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 7). Aos domínios morfológico e léxico-semântico assim referidos pelos outros, o próprio ortógrafo acrescenta afinidades fonético-fonológicas que aproximam, mas de alguma forma esbatendo as fronteiras, o latim do idioma vernacular: «E eu accrescento, que o não he menos no som da perfeita pronuniação; tanto, que ja houve curiosos, que composeraõ poemas inteiros, que com pouca mudança da

¹ O destacado é nosso.

pronunçiação, ja se lem em Portuguez, e ja se lem em Latim» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 7).

É, então, da (re)aproximação ao latim que resulta a qualidade literária do texto, que assim passa a estar necessariamente ligada à erudição: «O certo he, que as prosas, e poesias Portuguezas, que a fama canta, e todos applaudem por singulares na locução, são aquellas que estão mais cheyas de palavras latinas reduzidas com pouca differença á pronunçiação Portugueza, quaes são os adjectivos, com que se elevaõ os periodos, e se ornaõ as oraçoens» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 7)¹.

Estas não são, no entanto, as questões que directamente motivaram Feijó para a redacção da sua obra. Como ele próprio explicita, o seu «empenho não he mostrar a grande abundancia de vocabulos que a nossa lingua tem herdado como filha, da latina como mãy, he sim convencer a sem razão daquelles, que reconhecendo-a por filha legitima nas palavras, a querem fazer bastarda na Orthografia»; o ortógrafo deixa, por isso, «de referir os muitos verbos, as preposiçoens, e adverbios da nossa lingua, que tem identidade com a latina» (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 7), mas, salientando-o, toma esses factos como um ponto de partida na sua análise.

A qualidade da língua portuguesa, e independentemente do(s) factor(es) que a promove(m), não é, então, em Feijó, uma questão valorizada. Há, no entanto, a clara consciência das possibilidades comunicativas e expressivas do idioma nacional, facto que torna legítimas as críticas aos maus (porque negligentes) oradores ou pregadores:

he indigno de homens oradores, ou Prégadores, o pouco estudo, que fazem em evitar as cacophonias, ou pronunçiacoes torpes na consonancia, que resulta das palavras, que ajuntaõ; dizendo muitas vezes nos pulpitos (...), e outras

¹ Feijó apresenta, a seguir, uma lista alfabeticamente organizada de adjectivos desse tipo e onde encontramos: augusto, árduo, ardente, benéfico, benigno, benévolo, casto, castíssimo, constante, difuso, disperso, etc.

similhantes, e indignas de se repetirem aqui, quanto mais nos pulpitos. (...) Para evitarem estas pronunçaoens, attendaõ ao que compõem, e dizem; mudem de locução, usem de synonymos, e expliquemse de outro modo, que **para isso é abundantissima a lingua Portugueza** (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 147)¹.

Também no *Compendio de orthographia* de Monte Carmelo se explicita, em mais do que um momento e de forma simultânea, quer a filiação latina do português, quer a sua individualidade relativamente à língua que lhe deu origem: «sam diversos o *Idioma* Latino, e Portuguez» e, entre outros aspectos, esse facto explica que as respectivas Prosódias sejam, normalmente, não coincidentes (CARMELO, *Compendio de orthographia: Prologo apologetico*); «o nosso *Idioma*, aindaque filho do Latino, he muito diverso deste» (CARMELO, *Compendio de orthographia*: 318). Cabe então, aqui, o conceito de Idiotismo, que Carmelo apresenta logo no Prólogo da obra e redefine no princípio do corpo do texto [«*Idiotismo* nesta *Materia* he *Propriedade* do *Idioma*» [CARMELO, *Compendio de orthographia*: 2]²), mas ao qual não vai recorrer na parte expositiva da obra.

Por outro lado, e dentro de determinados limites, que vedam aos indivíduos de condição social elevada o uso de termos plebeus, a própria diversidade estilística do idioma é sinal das suas potencialidades expressivas: é, então, possível o uso de “termos vulgares” ou “populares” por «pessoas nobres, e graves, aindaque menos eruditas nesta *Materia*; porque muitos destes ultimos se-podem usurpar com prudencia, ao menos em *Conversaçoẽs*, e *Escritos* menos cultos, **para explicar melhor os Conceitos, e para nam defraudar o Idioma da necessaria cópia de Vocabulos**^[3], que facilmente

¹ O destacado é nosso.

² Cf., atrás, p. 532. n. 1.

³ O destacado é nosso.

se-permittem, particularmente nam sendo todos os *Orthólogos* de hum mesmo parecer» (CARMELO, *Compendio de orthographia: Prologo apologetico*).

Exposta, na *Introdução*, a sua opinião relativamente à necessidade do ensino da língua materna, Lobato valoriza a descrição da estrutura gramatical do português, só depois estabelecendo o confronto com o latim. Da análise comparativa resulta, fundamentalmente, a igualização qualitativa dos idiomas. Assim, a falta dos verbos passivos nas línguas vulgares é referida, mas não lamentada: «O verbo *Ser*, a que chamão substantivo, por affirmar a substancia, ou o ser do sujeito, que lhe exerce a significação, he auxiliar, porque dos seus tempos, modos, e pessoas se fórma toda a voz passiva de qualquer verbo activo, pospondo-se-lhe o participio passivo do mesmo verbo. E com este circumloquio se suppre a falta que tem (a mesma se encontra nas outras linguas vulgares) a língua Portugueza de verbos passivos» (LOBATO, *Arte da grammatica*: 61-62, nota); face à constatação de que a língua portuguesa não vulgariza determinadas estruturas que imitam as latinas, nenhum juízo de valor é emitido; ao contrário, é perfeitamente gramatical a explicação para esse facto: «O nosso Poeta usou do participio *Imitantes* do verbo *Imitar*, (cujo participio se não acha recebido pelo uso) dando-lhe tambem Accusativo (...). Porém ainda que neste uso imitamos os Latinos, com tudo he rarissimo na língua Portugueza, porque nella se tomão os ditos participios como huns meros adjectivos verbaes, que não regem caso» (LOBATO, *Arte da grammatica*: 193, nota).

Apreciações sobre a dimensão linguística da qualidade do idioma observamo-las igualmente quando Lobato nos apresenta, de forma crítica, os trabalhos dos seus predecessores mais ilustres. Assim, entre outros reparos, censura a Bento Pereira, mas também a Argote, o ter considerado modo Infinitivo «linguagens indicativas, desconhecendo [sic] juntamente a excelencia do Infinito

Portuguez em ser tambem pessoal, o que se não acha nas linguas Grega, e Latina, na Franceza, Italiana, e outras vulgares, porque nestas o verbo Infinito he sempre impessoal, e indeterminado, quando na Portugueza humas vezes he impessoal, e outras pessoal» (LOBATO, *Arte da grammatica*: XXI-XXII).

Em Soares Barbosa encontramos ainda ecos de uma linha de análise que não só descreve, mas também avalia as estruturas gramaticais no quadro da afirmação das línguas vulgares face às clássicas:

i) «Alguns Grammaticos tem por imperfeição nas Linguas vulgares a necessidade de recorrerem aos verbos auxiliares para conjugarem todos seus tempos. As Linguas, Grega e Latina, também recorrião a elles; e este recurso tão longe está de prejudicar a perfeição de huma Lingua, que antes dá mais doçura, variedade, e harmonia á expressão; e tem sobre isto a vantagem de lhe dar mais vivacidade, podendo ás vezes separar o auxiliar para incorporar de algum modo o adverbio com o verbo auxiliado, cuja significação elle modifica» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 199);

ii) «Com estes participios passivos, que contêm em si toda a força da significação propria do verbo adjectivo, e com o subsidio das Linguagens do verbo substantivo, e seus auxiliares consegue nossa Lingua dar voz passiva a qualquer verbo adjectivo ainda com mais riqueza e variedade, do que fazião a Grega e a Latina; que tendo verbos passivos, nem por isso deixavão de usar em certos tempos destas mesmas Linguagens, compostas dos participios passivos com o verbo substantivo, ou por necessidade, ou para maior clareza» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 255);

iii) «Não discuto aqui a questão sobre as vantagens comparativas das Linguas, segundo ellas usão ou so de casos, ou so de preposições, ou de huma cousa e outra. O que he certo, he, que a Lingua Portugueza e as mais do meio dia da Europa chegão por meio so das preposições a exprimir com fidelidade, e talvez ainda com mais clareza e distincção

todas as relações indicadas pelos casos em outras Linguas. A unica vantagem, que tem os casos, he a de abbreviarem mais a expressão, mettendo em huma palavra so a idea significada por ella e a sua relação com outra, como fazem os adverbios. A Lingua Portugueza não tem declinações, propriamente dictas, nem casos por consequencia, á excepção dos pronomes primitivos, que sendo de hum uso continuo e repetido no discurso; se delles se usasse sempre com preposições, retalharião sobre maneira o discurso, e impedirião muito a marcha da oração e do sentido. (...) A fóra estes nenhum outro nome Portuguez tem casos. Porém, isto não obstante, nossa Lingua consegue o exprimir com toda a facilidade pela posição dos nomes, pelo artigo, e pelas preposições, todas as relações, que os Latinos exprimião pelos seus seis casos» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 344-345);

iv) «As Linguas Grega e Latina, para mostrar as differentes relações, em que estas palavras regidas estão para as que as região; servião-se ou das differentes terminações, que davão ao mesmo nome, chamadas *Casos*: ou, quando a palavra regida era indeclinavel, pondo-a juncto da regente (...) - Nós, á excepção dos pessoas primitivos, não temos casos. Mas nem porisso deixamos de exprimir as mesmas relações, que os Gregos e Latinos exprimião pelos seus casos, ou sos sem preposição, ou com ella. O que elles fazião pelas *Posposições*, ou terminações accrescentadas no fim do nome, fazemos nós pelas *Preposições* junctas ao principio do mesmo. Os signaes são alguma couza differentes; as relações porém significadas por elles são as mesmas» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 394-395).

Do mesmo modo, a análise faz-se, também, por confronto com as demais línguas, pelo que o leitor reencontra um tema e um tom já familiares: «A Lingua Portugueza differença-se muito nesta parte da Lingua Castelhana, que he abundantissima de aspirações, e por isso se faz algum tanto aspera e fatigante» (BARBOSA, *Grammatica*

philosophica: 41). Assim, a propósito do infinitivo pessoal, escreve Barbosa (*Grammatica philosophica*: 208): «Esta Linguagem he hum idiotismo singular, so proprio da Lingua Portugueza (...). Estes infinitos pessoas dão á nossa Lingua sobre as outras a grande vantagem de evitar na expressão muitos equivocos, e faze-la mais breve e corrente, desembaraçando-a da necessidade de repetir a cada passo o sujeito da oração infinita, quando não he determinado pelo verbo da oração finita»¹. Em sintonia com os princípios da gramática filosófica, as qualidades das línguas decorrem, no entanto, da sua eficácia como instrumento analítico:

O primeiro cuidado das Linguas, como methods analyticos, foi o de expressarem, á maneira das do calculo, todas as ideas simples e elementares de hum pensamento por outras tantas palavras; para deste modo pôr á vista quanto elle continha. Satisfeita esta primeira necessidade da Linguagem, que he a da clareza, e distincção; passarão depois á segunda, que he a da brevidade e precisão, reduzindo as mesmas ideas á menor expressão possivel para dar mais volubilidade ao discurso, e facilitar por este modo a comparação rapida de muitos juizos ao mesmo tempo. Chamo a isto *Reducção*, tomando dos calculistas este termo (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 238-239).

12.5. A legitimação / documentação da descrição

Vimos que, e sobretudo nos textos escritos nos séculos XVI e XVII, a grande fonte de autoridade era a Antiguidade clássica de que se citavam gramáticos e filósofos, não obstante o trabalho de descrição incidir, inovadoramente, sobre o vernáculo; Quintiliano é, neste contexto, o autor mais

¹ Ver também: «A Lingua Portugueza tem a singularidade de ter dous infinitos, hum *Impessoal*, como todas as mais Linguas, e outro *Pessoal*, o que he hum idiotismo seu» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 283).

vezes evocado. De qualquer modo, nos textos apologéticos de Gândavo e Barros, já se refere a excelência de escritores portugueses como forma não só de confirmar as qualidades (ou grau de elaboração) do idioma nacional, mas também de justificar a necessidade da sua codificação; esse procedimento valoriza, por outro lado, o registo escrito, sobretudo literário, que se toma como forma nobre de utilização da língua. A defesa do português passa, a partir desse momento, e na expressão de Fonseca (2000: 21-23), pela sua legitimidade literária e referências mais ou menos esporádicas a alguns dos nossos vultos literários vamos encontrá-las na generalidade dos textos.

A consideração do texto escrito obriga, nalguns casos, o gramático-ortógrafo a confrontar-se com o fenómeno da mudança e / ou a reflectir sobre a variação estilística e a adequação da língua à situação discursiva. É precisamente pelo afastamento temporal e pelo constrangimento formal que Monte Carmelo (*Compendio de orthographia: Prologo apologetico*) claramente define que o seu objecto de observação não é o português escrito por Camões. Recorde-se o seguinte extracto: «o suavissimo *Cámoεs* nam póde fazer auctoridade en todos os *Vocábulos*, e *Accentos*; porque escreveu em *Verso*, e antes do *Dialécto* moderno, que principiou, ha duzentos annos».

Em Soares Barbosa, e no universo dos textos em análise, deparamo-nos, no entanto, com um outro paradigma de integração, na descrição gramatical, dos dados fornecidos pelos textos literários, que passam a constituir-se como *corpus*. Na verdade, os nossos autores clássicos (e Camões, Vieira, João de Barros, Fr. Heitor Pinto são alguns dos mais citados) surgem já como forma de legitimação ou exemplificação de determinadas “fórmulas” linguísticas¹: veja-se,

¹ Soares Barbosa refere também com muita frequência a *Gramática da língua castelhana*, da Real Academia Espanhola; este texto e a obra de Reis Lobato, surgidos num contexto semelhante, representam as primeiras gramáticas vernáculas oficiais dos dois países ibéricos.

por exemplo, a nota que justifica a introdução, numa lista de verbos com participios duplos, de algumas formas abreviadas («[todos] estes participios *Defeso, Diffuso, Diviso, Instructo, Oppresso* são de nossos melhores Classicos, Fernão Lopes, Barros, D. Fr. Marcos, Amador Arraes, Sá de Miranda, Camões, Bernardes, Ferreira, Heitor Pinto, etc.» [BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 297, n. 1]) ou o que Barbosa escreve sobre a equivalência sintáctica do pretérito mais-que-perfeito simples e da correspondente forma composta: «Para prova disto apontarei, entre muitos, alguns exemplos tirados de nossos melhores Escritores» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 218). O *corpus* assim constituído é, no entanto, manuseado de modo a não invalidar dados que resultam da observação da língua em sincronia¹: «Muitos destes participios contractos não erão conhecidos de nossos antigos Escritores, como *Afflicto, Acceito, Erecto, Gasto, Isento, Impresso, Pago, ec.* e em lugar delles usavão dos regulares *Affligido, Acceitado*» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 299).

A gramática constrói-se, então, e prioritariamente, pela observação do uso² da língua na sincronia do estudioso; atente-se, para o confirmarmos, no que Soares Barbosa escreve quando apresenta as formas *lhe / lhes*: «Em fim para o *Complemento Terminativo*, ou Dativo tem presentemente o mesmo Pessoal Directo da III.^a Pessoa no Singular *lhe* para ambos os Generos, e no Plural *lhes* para os mesmos. Digo *presentemente*, porque os nossos bons Escritores, tanto prosadores, como poetas, usavão frequentemente do *lhe*

¹ Barbosa (*Grammatica philosophica*: 253) insere, a dado momento do seu texto, uma *Advertencia sobre a fôrma antiquada de algumas destas Linguagens* (formas verbais) identificando um período antigo da língua portuguesa, que medeia entre o reinado de D. Afonso Henriques e o de D. Dinis, e em que «erão diferentes as terminações das segundas pessoas do plural». Considere-se ainda a organização da sua listagem de advérbios, onde «entrão não so os advérbios do uso, mas ainda os antigos; que ainda não cahirão d'elle, e os antiquados, inteiramente ja desusados» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 338).

² Veja-se o título *Observações sobre o uso e emprego dos Modos e Tempos do Verbo na Oração* (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 282).

para ambos os numeros» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 154). Considerem-se ainda os extractos seguintes:

- i) «Observaremos 2º se o uso da Lingua costuma algumas vezes ajuntar, ou soffre que a estes nomes se ajuntem» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 181);
- ii) «Nossos Antigos costumavão muitas vezes, á maneira dos Latinos, juntar aos mesmos superlativos os adverbios augmentativos *Mui*, e *Tão* (...). Este uso porêm com justa causa se abolio, e hoje se acha de todo antiquado» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 184);
- iii) «Assim o que nossos melhores Escritores dizião: *A honra que n’isso* tendes ganhada (...) dizemos nós: *A honra que nisso* tendes ganhado» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 209)¹.

Assim, o gramático não se coíbe de apontar as “infracções” dos autores consagrados, como se pode observar dos comentários a versos onde Camões usa o infinito pessoal numa situação não prevista pelas regras para o uso dessa forma verbal:

Comtudo algumas vezes se encontrão nos Classicos exemplos de infinitos pessoaes com o mesmo sujeito do verbo pessoal, a que servem de complemento. Mas ou vem antes delle, ou depois; em todo o caso he sempre para tirar qualquer equivocação, ou incerteza, que possa haver sobre se he ou não o mesmo sujeito de ambos os verbos. Fóra destes casos se se encontra algum exemplo, que he raro, deve-se ter por pouco correcto, e por hum pleonasma excusado (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 376-377)².

¹ «*Sido, Havido, Estado, Tido*, são da mesma sorte adjectivos verbaes indeclinaveis, como os dos verbos adjectivos, que antigamente erão declinaveis, e assim mesmo se combinavão em Linguagem composta com o auxiliar *Ter*, e significação passiva; porêm depois ficarão indeclinaveis e activos» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 209).

² «Se os substantivos estão no plural, o adjectivo do plural concorda com o que lhe fica mais proximo (...). A’s vezes porêm o adjectivo do plural se acha em nossos Escritores concordado com o substantivo masculino, ainda que esteja mais remoto que o feminino» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 79); «Se hum substantivo está no singular, e outro no plural, o adjectivo do plural concorda com o substantivo do plural em genero (...). Porêm do contrario ha

Particularmente expressiva é a análise de discordâncias e solecismos (definidos como «erro de syntaxe ou de concordancia, ou de regencia» [BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 385]), já que para a sua ilustração se recorre, precisamente, a exemplos extraídos dos autores portugueses clássicos:

- i) «Este defeito tem os versos de Camões» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 385);
- ii) «Porê[m] ainda com o mesmo Vieira não diria eu» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 386);
- iii) «Fr. Luiz de Souza (...) disse com mais liberdade do que devia» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 386);
- iv) «Assim disse mal Cort. Real» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 386);
- v) «No mesmo erro cahio Vieira» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 387);
- vi) «Jacyntho Freire disse: *Onde se consomem com os successos prosperos e adversos. Deveria dizer: e com os adversos*» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 387);
- vii) «Por esta rasão he incorrecta a expressão de Barros» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 388-389);
- viii) «Jacyntho Freire (...) cahio duas vezes nesta inadvertencia» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 389)¹.

Note-se, no entanto, que a autoridade dos mesmos autores é simultaneamente evocada para confirmar a correcção de determinadas construções: «Nossos melhores Classicos dizem sempre»; «Esta he a practica de nossos melhores Escriutores» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 388). Assim, deparamo-nos com casos em que a prática dos antigos escritores é convocada como forma de legitimar o uso consagrado pela contemporaneidade (ou é o uso

tambem exemplos, como o de Camões (...). E o de Corte Real» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 380).

¹ Os destacados são nossos.

vulgarizado por esta que vem confirmar a legitimidade daquela?): «O uso porêem, e orthographia de nossos antigos Escriptores auctoriza huma e outra opinião» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 262); «todas estas palavras se achão empregadas pelos nossos Classicos, e no uso actual da Lingua como substantivos sem preposição alguma» (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 314).

Confirma o valor referencial que, apesar da ancoragem no plano sincrónico e no plano da actualização oral da língua, Barbosa atribui ao texto literário e, concretamente, ao texto camoniano, o facto de a sua gramática terminar com o capítulo *Aplicação dos principios desta Grammatica ás duas primeiras Estanças do Canto I. dos Lusíadas de Camões* (BARBOSA, *Grammatica philosophica*: 434).

No âmbito dos textos que analisámos, a *Grammatica philosophica* de Jerónimo Soares Barbosa vem, então, inaugurar uma via de análise gramatical e uma estratégia metodológica que assenta no estabelecimento de uma íntima relação, que a tradição cultivou até aos nossos tempos, entre discurso gramatical e texto literário.

PARTE III - A PRODUÇÃO LINGUÍSTICO-GRAMATICAL
PORTUGUESA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA NORMA DO
DISCURSO SOBRE A NORMA

CAPÍTULO 13

Notas finais

Vimos que o trabalho de codificação do vernáculo pressupõe, antes de mais, o reconhecimento da originalidade deste, que se constitui, então, no discurso gramatical, como língua por distanciação ou língua histórica. Com a definição desta unidade idiomática assumem-se, de forma mais ou menos explícita, as funções simbólicas de identificação interna e de diferenciação externa a ela associadas e a consciência do valor patrimonial da língua nacional expressa-se com clareza e de forma particular no contexto dos valores cultivados pelos Descobrimentos: seguindo o comportamento historicamente exemplar dos Romanos, que disseminaram o latim pelas regiões ocupadas, há que tornar a língua o alicerce do Império. A individualização do português face ao latim, por um lado, e face às restantes línguas românicas, por outro, torna-se, assim, uma questão fundamental.

Perante a tradição, que a ascensão dos vernaculares vem questionar, de supremacia das línguas clássicas em determinadas áreas da cultura e da vida social, este processo de afirmação não se faz sem que o acompanhe um trabalho de “credibilização” dos “novos” idiomas: torna-se imperioso demonstrar que a língua portuguesa é um potencial e legítimo objecto de descrição e que o nosso idioma constitui um instrumento comunicativo passível de apresentação sob a forma de Arte. Há, portanto, que destacar as suas regularidades e as suas potencialidades funcionais e expressivas; as referências dos autores do século XVI aos escritores portugueses mais conceituados surgem, precisamente, como modo de confirmação do direito da língua portuguesa à sua codificação.

Se, num primeiro nível de reflexão, a antiguidade e a nobreza das origens são um dos argumentos avançados, concretamente, por Fernão de Oliveira, não é o domínio da valorização afectiva que, nos diferentes autores, nos interessa destacar. Na verdade, tanto no texto gramatical como no texto concebido para regulamentar a ortografia e, ainda, no diálogo simulado e concebido como forma de enaltecer o idioma ou no texto sobre a história da(s) língua(s), os gramáticos e ortografistas do século XVI tentam sustentar por via da análise linguística (com particular destaque, dadas as coordenadas de descrição da época, para os domínios da fonética-fonologia e do léxico e morfologia) a individualização do seu objecto de estudo.

Ao mesmo tempo, esta descrição é, inevitavelmente, orientada pela observação do uso, da realidade linguística¹, de outro modo não se justificando, aliás, o trabalho de gramatização. Impõe-se, então, como uma evidência, a complexidade da comunidade linguística, ao mesmo tempo que se torna necessário equacionar a questão da legitimidade e do valor das formas alternativas e dos “desvios” que a língua portuguesa efectuou relativamente ao latim: interceptam-se, aí, então, argumentos de natureza diversa, que nem sempre são conjugados de forma coerente.

Assim, começa por constatar-se a fatalidade ou inevitabilidade da mudança da(s) língua(s), característica que se relaciona fundamentalmente com o seu valor instrumental e que, portanto, é o corolário das transformações das sociedades e das civilizações. Justificam-se, assim, as inovações lexicais e a presença, no português, de vocabulário não latino é coerentemente explicada como uma particularidade natural, dadas as necessidades de enriquecimento das línguas e a realidade dos contactos entre

¹ Este facto é perfeitamente compatível com a importância de que o latim, sistema linguístico modelar e objecto das descrições gramaticais de referência, se reveste na cultura de Quinhentos.

os povos: não havendo, por este facto, línguas puras¹, o que daí resulta é, ao contrário do que Falêncio (a personagem castelhana de Pêro de Magalhães de Gândavo) pretende, o «natural, e verdadeiro Portugues» (GÂNDAVO; *Dialogo em defençaõ*: 48). Tenha-se aqui presente que a **estabilidade flexível** (característica estrutural que se traduz no equilíbrio entre a absorção da mudança e a estabilidade promovida pela codificação) é uma das variáveis linguísticas pelas quais Garvin e Mathiot avaliam o grau de standardização das línguas: assim, a mudança impõe-se ao observador, mas este, consciente de que tal flexibilidade não pode eliminar a estabilidade gramatical e a definição ortográfica, não deixa de a tentar regulamentar pela codificação. Considera-se, então, o interesse funcional de que a mudança se pode revestir (nessas circunstâncias, a mudança aceita-se porque melhora a eficácia do sistema) e avalia-se o fenómeno em função de dois vectores fundamentais: a natureza da língua, que exige a não violação dos padrões fónicos e morfológicos próprios, e a autoridade dos esclarecidos, legitimando-se explicitamente a intervenção consciente do homem sobre a língua. Definem-se, a partir desse momento, mecanismos mais ou menos institucionalizados de definição de uma norma e de standardização e o discurso gramatical reveste-se, portanto, de uma relevância determinante no processo.

É neste contexto, parece-nos, que podemos analisar a relação do português com o latim nesta primeira fase de codificação, já que é notório, nos diferentes autores (reconhecendo, nesse âmbito, a atitude original de

¹ Atente-se na actualidade desta ideia, explicitamente apresentada por Nunes de Leão (*Origem*: 26): «Todos estos exemplos trouxemos, pera mostrar claramente que não ha lingua algũa pura, nem a houue sem ter mistura de outras lingoas». Do mesmo modo, Barros (*Dialogo em louvor*: fol. 55[v.]-56) dá assim conta da existência de léxico de origem não latina ou grega: «e assy os filósofos, mathemáticos, iuristas, mēdicos: todos antre sy trazem termos que nã sam latinos nε) gregos, mas cásy hũ uascôço de artes em que os hómε)es gástam tâtos annos».

Oliveira), a tentativa de encontrar um ponto de equilíbrio que contemple um alto grau de afinidades com o latim, fonte a que, prioritariamente (frisam-no Barros e Leão), devemos recorrer para enriquecer o vocabulário e cuja proximidade é fonte de prestígio. Assim, o afastamento das línguas vernaculares é apresentado por Gândavo e Leão como **corrupção**, mas este termo é, muitas vezes, sinónimo de ‘evolução regulamentada’; Barros e Gândavo assumem que a língua “melhor” é a que mais se aproxima do latim, chegando mesmo a confundir-se com este idioma¹. Oliveira e Barros avançam com o princípio de Quintiliano de que o léxico deve ser usado em função da sua difusão e vitalidade, mas Barros não deixa de evocar a “nobreza” e o interesse de algum vocabulário antigo, muito próximo do latim e que, por isso, deve ser “respeitado”. Para Gândavo, e não obstante a evidência da originalidade fónica do idioma nacional e a presença de numeroso léxico com outras origens, também «naquelles em que seguimos o latim, não há que reprehender, pois claramente se vé que quanto mais a elle nos chegamos, tanto melhor parecem e mais authorizada fica nossa linguagem» (GÂNDAVO, *Dialogo em defesaõ*: 48).

A consideração do uso implica, no entanto, a sua hierarquização: constatada a diversidade, sincrónica e diacrónica, a descrição é, simultaneamente, a definição de um objecto de estudo, ou de um *corpus*: assim se dá início, com a sua codificação, ao processo de **construção** (consagração, no âmbito do discurso gramatical) de uma **norma**; da importância do **reforço** desta e do papel da instituição escolar nesse processo tem João de Barros perfeita consciência. O gramático ou

¹ «Que se póde deseiar na lingua portuguesa que ella tenha? conformidáde com a latina? nestes uersos feitos em louvor da nóssa pátria, se póde uer quanta tem, por que assi sam portugueses que os entende o portugues, e tam latinos que os nam estranhara que) soubęer a lingua latina» (BARROS, *Dialogo em louvor*: fol. 54). «E dádo que adiçám seia latina, como â deriuamos a nós, e pęrder sua pureza, lógo á deuemos escreuer ao nóssõ módo» (BARROS, *Grammatica*: fol. 42).

ortografista é, nesse contexto, a “entidade” codificadora, mas define-se como figura individual que vincula a sua autoridade à protecção de alguém socialmente superior. Não se configura, por outro lado, a existência da fonte de autoridade codificadora única que define o **estilo académico** de que fala Garvin e o discurso do gramático é, por isso, um discurso de primeira pessoa e fortemente modalizado, muitas vezes construído com o objectivo de contrariar práticas mais ou menos correntes, mas avaliadas como incorrectas ou inadequadas. Permitimo-nos, aqui, considerar como singular a atitude de Oliveira, que faz ascender a princípio orientador a ideia de que são os homens que fazem a língua e não é a língua que faz os homens e de que, portanto, à gramática compete dar conta do funcionamento dos idiomas, não podendo a sua actividade colidir com a «boa liberdade quãdo e bε)m regida e ordenada por seu saber». Recorde-se o seguinte extracto do texto do gramático:

em cada lingua notemos o proprio do costume della: ca esta arte de grammatica em todas as suas partes (...): e resguardo e anotação d'sse costume e vso tomada despois θ® os homε)s souberão falar: e não lei posta θ) os tire da boa liberdade quãdo e bε)m regida e ordenada por seu saber: nε) e diuindade mãdada do çeo que nos possa d'nouo ensinar: o θ) ja temos e e nosso: não embargãdo θ) é mais deuino quε) melhor entε)de: e assi e v'dade θ) a arte nos pode ensinar a falar melhor ainda θ)ε) não d'nouo: ensina aos θ) não sabião e aos θ) sabião ajuda (OLIVEIRA, *Grammatica*: 59, 21-30).

Processa-se, assim, e de acordo com o quadro terminológico de Haugen, a fase de **selecção**, já que o gramático ou ortografista explicita as suas opções no que se refere à variedade a descrever. Se, como vimos, podemos considerar que as funções simbólicas de **unificação** e **separação** (ou a função **unificadora**, como sintetiza Monteagudo) e de **prestígio**¹ (o

¹ Esta função cumpre-se em duas dimensões: a individual e a colectiva, sendo esta a que resulta da valorização da língua concebida na sua unidade; já a dimensão individual decorre directamente do valor social associado às diferentes variedades.

português é a “melhor” das diferentes línguas evoluídas a partir do latim) se associam ao português como língua histórica em fase de emancipação funcional e valorização estilística, já a função objectiva de **quadro de referência para a correcção** (e valor estético) se vai associar a uma das diferentes variedades em que aquela se concretiza e com a qual se confunde. Assim, Fernão de Oliveira apresenta a gramática como a notação do “bom costume” (já Quintiliano apelava a que não se considerassem os hábitos linguísticos [como os morais] negativamente avaliados), adiantando que a língua, para «ser bem entendida ha de ser a **mais acostuada antre os milhores della e os milhores da lingua são os θ) mais lerão e virão e viuerão**, continoando mais antre primores sisudos e assentados e não amigos de muita mudança»¹ (OLIVEIRA, *Grammatica*: 53, 11-14). Na mesma senda, João de Barros (*Grammatica*: fol. 2) apoia-se no «uso e autoridade dos barões doutos» e Nunes de Leão, partilhando a ideia de que são os doutos que “fazem o costume”, que se define, então, como o costume “erudito” e não como a prática comum, toma o comportamento daqueles como critério aferidor da correcção, a par do valor orientador do conhecimento do latim: «com o vso, e conhecimēto da lingoa Latina, se pode saber, quaes dobrão as letras, e os que Latim não souberem, com **imitar a scriptura de homēes doctos**»² (LEÃO, *Orthographia*: fol. 38[v.]). Num outro ponto da obra, é a corte («a officina onde os vocabulos se forjaõ, e pulem, e donde manão pera os outros homēs» [LEÃO, *Origem*: 32]) que Nunes de Leão aponta como fonte de aprimoramento da língua portuguesa, que assim contrasta com a galega, idioma não acolhido por nenhuma instituição deste tipo nem promovido pelo poder central.

Reconhecendo, os diferentes autores, a força imbatível do uso (que tudo faz aceitar, mesmo as coisas mais “ásperas”) na orientação e

¹ O destacado é nosso.

² O destacado é nosso.

confirmação da mudança linguística¹, é nítida, nos textos gramaticais e ortográficos, a intenção de orientar esse uso. É por isso que Oliveira, não presumindo ensinar aos que mais sabem, pretende, no entanto, “notar” o seu “bom costume”, «para θ) outros muitos aprendão e saybão quanto prima e a natureza dos nossos homε)s» (OLIVEIRA, *Grammatica*: 3, 13-15)² e Barros (*Grammatica*: fol. 2) define gramática como «hū módo çerto e iusto de falar, e escreuer, colheito do uso, e autoridade dos barões doutos »; Gândavo e Leão propõem-se, por seu turno, afastar os seus contemporâneos de hábitos negligentes e desinformados que desprestigiam os idiomas e as nações. As intenções práticas e pedagógicas que assim se assumem pressupõem uma atitude de **aceitação** que, no desenvolvimento do processo de standardização, perspectivado na sua dimensão sociológica, se tem de associar à fase de **selecção**.

O propósito normativo de correcção dos não esclarecidos ou não formados é, na verdade, um propósito de unificação³: determinada variedade é avaliada como boa e é essa que o gramático pretende tornar acessível a quem o ler. No entanto, só em Fernão de Oliveira (*Grammatica*: 10, 8-9) encontramos uma referência clara àquela função, que é atribuída à língua histórica: «a semelhança e causa do amor e mays em as linguas»; assim, a unificação linguística da comunidade não é um propósito explicitado, mas, antes, um pressuposto que inevitavelmente decorre do simples trabalho de selecção de variantes e variedades.

¹ Considere-se, aqui, o que esta percepção do fenómeno tem de precursor relativamente aos modernos enquadramentos teóricos do estudo da mudança linguística. Na verdade, é clara a noção de que a mudança só se consumará se a comunidade a aceitar, o que equivale a dizer, se se desenvolver, relativamente a determinado fenómeno, uma atitude positiva (estamos, portanto, no domínio do que Labov teoricamente integra como o “evaluation problem”).

² O destacado é nosso.

³ Não invalida esta interpretação o facto de o poder unificador da bibliografia gramatical se encontrar condicionado pelos estreitos limites da sua difusão.

Se o português é um potencial objecto de descrição gramatical, há que, não vigorando, naturalmente, o princípio de igualdade das línguas e variedades, elaborar argumentos que atestem a sua qualidade e mostrar que a língua portuguesa é, também, uma língua por elaboração, no sentido “klossiano”¹ do termo. A “nossa linguagem” considera-se, então, apta para tratar, com rigor e elegância, dos assuntos mais elevados e nos diferentes estilos formais (prosa ou verso) (os estudiosos do Círculo Linguístico de Praga, recordemo-lo, falam de **intelectualização**, como uma das propriedades estruturais da língua “standard”¹). As próprias irregularidades, apresentadas como uma particularidade inerente ao funcionamento das línguas (há uma perfeita consciência de que não há regra gramatical que não admita excepções) e, portanto, observáveis mesmo nas línguas clássicas, são vistas como formas de enriquecimento e embelezamento do idioma; Oliveira não deixa, no entanto, de considerar o português menos “anómalo” que as restantes línguas românicas, facto que interpreta como sintoma de qualidade.

O grau de qualidade de uma língua mede-se também pela existência de uma tradição escrita, como se infere da apreciação de Barros (*Dialogo em louvor*: fol. 54) a propósito de alguns idiomas que, “de bárbaros, não podem ser escritos”: é o caso, em território espanhol, do vasconço e do «çeçeár cigano de Seuilha». Associando a escrita a determinado grau de desenvolvimento das línguas (e não das respectivas comunidades de uso), também por aí o gramático apresenta a sua língua materna como um idioma “pronto” para a codificação gramatical; recorde-se, a este propósito, a íntima relação que alguns teorizadores estabelecem entre a activação de mecanismos de standardização e a passagem à escrita das unidades idiomáticas.

¹ Cf., atrás, 2.2.1. *O contributo do Círculo Linguístico de Praga*, pp. 105-106.

Do confronto que se pode estabelecer entre a produção linguístico-gramatical representativa do século XVI português, cujas linhas fundamentais aqui destacámos, e aquela que seleccionámos para ilustrar as tendências próprias dos séculos XVII e XVIII resulta, antes de mais, a constatação de uma linha de continuidade: embora esse seja um aspecto que progressivamente perde importância no conjunto das obras, a apresentação dos dados assenta ainda, em grande medida, na autojustificação da actividade codificadora e da selecção do objecto alvo desse trabalho; recorde-se que Reis Lobato ainda refere, na sua *Arte da Grammatica*, de 1770, a necessidade de superar a ideia de que só as línguas grega e latina estão sujeitas a regras; considere-se o facto de Soares Barbosa ainda avaliar as estruturas gramaticais portuguesas num quadro de afirmação das línguas vulgares face às clássicas (reveja-se o conjunto de citações com que ilustrámos esse pormenor do texto deste gramático¹).

A intenção prescritiva dos autores legitima-se ainda com a evocação do princípio de que, por um lado, a língua é um factor de diferenciação dos homens e de que, por outro, o correcto domínio do código escrito é, como escrevemos atrás, a forma mais eloquente de distinção dos indivíduos. Pudemos observar que Duarte Nunes de Leão (seguido de muito perto, ou mesmo plagiado, por Álvaro Ferreira de Vera) recorre a esta argumentação no momento de defender a importância do seu trabalho e que João Franco Barreto, num enquadramento idêntico, expõe o mesmo princípio de forma muito veemente. O interesse da codificação resulta, então, do seu valor prático como arte e é sempre confirmado pela referência à atenção que, a essa actividade, dedicaram os antigos gregos e romanos. Finalmente, e dando progressivamente consistência a uma orientação que prossegue até à actualidade, a definição de uma variedade de referência continua a conjugar

¹ Cf., atrás, pp. 537-539.

coordenadas socioculturais e geográficas; a este propósito merece destaque a cuidada fundamentação de Soares Barbosa que, não obstante a evocação do exemplo de gregos e romanos, remete essencialmente para as funcionalidades da variedade culta da capital.

Tema de atenção directa continua a ser também a questão da “qualidade” linguística do idioma: os textos de Manuel Severim de Faria (que se destaca pela forma como, organizadamente, sintetiza um conjunto de ideias fundamentais) e de Ferreira de Vera resultam, então, do prosseguimento de uma via inaugurada, no século XVI português, por João de Barros e Pêro Magalhães de Gândavo.

Já no modo de abordar a questão das relações entre o português e o latim há uma clara evolução de perspectiva ao longo dos séculos XVII e XVIII: se bem que a primeira referência à importância do ensino da língua materna tenha sido feita por João de Barros, é com Amaro de Robredo, primeiro, e, depois, com D. Jerónimo Contador de Argote e Reis Lobato que a defesa da primazia do ensino do português sobre o latim ganha contornos de uma verdadeira causa, ao serviço da qual se colocam, então, os diferentes mecanismos de codificação e a instituição escolar. Mantém-se, no entanto, um argumento que nos parece sintoma de uma incompleta emancipação: a defesa do ensino da língua materna passa, de forma recorrente, pela referência ao interesse que a aprendizagem do idioma nacional pode ter na aprendizagem de línguas estrangeiras e, concretamente, do latim; recuperamos, como depoimento mais explícito dessa atitude, a seguinte afirmação de D. Jerónimo Contador de Argote (*Regras: Prologo*): «A Presente Grammatica he Portugueza no nome, nas palavras, e nas regras; porém no intento, e effeyto, para que se compoz, he Latina». Por outro lado, a valorização da escrita, que se depreende, entre outros aspectos, do aparecimento de várias propostas de regulamentação ortográfica, parece-nos traduzir, mas também favorecer,

uma concepção de norma que, claramente, é aplicada por Jerónimo Soares Barbosa e que se mantém, em certo tipo de produção gramatical, até aos nossos dias: referimo-nos à convocação quase sistemática do texto literário escrito, que se constitui como o *corpus* com o qual se ilustram as descrições, mas com o qual, igualmente, se assinalam estruturas desviantes; uma e outra forma de apreciação são, no entanto, consequência do mesmo valor de referência atribuído a esse tipo de texto; note-se que já Reis Lobato (*Arte da grammatica: XXIII*) se propusera levar os *meninos* a «lerem com reflexão, e poderem imitar, compondo os Autores Portuguezes de melhor nota»; considere-se ainda que o esclarecimento de Monte Carmelo sobre o não valor de referência do texto camoniano surge no âmbito da reflexão meta-ortográfica e na sequência directa da aceitação da mutabilidade das línguas, decorrendo da clara definição do seu objecto de estudo: a descrição não incide, segundo os propósitos do autor, sobre o português enquanto língua histórica, mas sobre o português culto seu contemporâneo.

No confronto entre os dois períodos que optámos por delimitar, não podemos, ainda, deixar de salientar o facto de Amaro de Roboredo (que toma o português como língua de descrição do latim), Contador de Argote, Reis Lobato (embora, nestes casos, de forma menos consequente) e Soares Barbosa introduzirem uma nova “nota” na análise gramatical: como Kossarik salienta, referindo-se ao autor do século XVII, da pressuposição de uma língua / gramática universal resulta o entendimento do latim e do português como diferentes (e equivalentes) formas de realização daquela, deixando, assim, de ser teoricamente possível uma visão hierarquizada das línguas; os títulos das obras em causa são, a esse nível, esclarecedores: Roboredo escreve *Methodo grammatical para todas as linguas*; Soares Barbosa atribui à obra que aqui considerámos o título *Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*.

Cabe aqui também realçar o valor de referência do texto de Contador de Argote, no que à teorização sobre o fenómeno da variação linguística diz respeito.

Criam-se, desta forma, as condições para que a gramática do português, cujo ensino se torna obrigatório com o Alvará Régio de 1770, se venha a autonomizar face ao latim; perde progressivamente “espaço”, no discurso dos gramáticos e ortógrafos, a questão doutrinária da dignificação do português e constitui-se uma nova causa: a da **requalificação** do idioma. Para Feijó, que assim representa uma importante tendência do seu século, esse processo traduz-se na relatinização do (registo literário do) vernacular; é desse ortografista que, e recuperando uma citação que já aproveitámos atrás (cf. p. 459), recolhemos o melhor depoimento sobre o esvaziamento daquele tema:

Naõ me cansei em (...) examinar os primeiros rudimentos da lingua Portugueza, o seu augmento, a sua singularidade, e differença das mais; porque além, destas noticias andarem já em outras Orthografias, e serem mais históricas ã doutrinaes, todo o fim do incansavel estudo, que fiz nesta matéria, foi só tirar o necessario para a utilidade dos leitores, e naõ aproveitar tudo para recommendação do Auctôr (FEIJÓ, *Orthographia explicada: Prolegomeno* [...]).

Finalmente, notamos o progressivo desaparecimento, das obras de reflexão linguístico-gramatical, da figura textual do autor, assim se alterando, também, o modo como se veiculam os intuitos orientadores dos textos. Abre-se, então, o caminho para a definição de um **estilo académico**, fundamental para a consolidação do processo de standardização e de definição de uma norma.

Conclusão

**NORMA E CODIFICAÇÃO: A PRODUÇÃO
LINGUÍSTICO-GRAMATICAL PORTUGUESA**

Este trabalho teve como objectivo fundamental analisar o processo histórico de construção da norma do português, tal como esse fenómeno se reflecte num conjunto de importantes obras da nossa produção linguístico-gramatical, publicadas entre o século XVI e o início do século XIX. No entanto, estudar um tema como o da norma e standardização de uma determinada língua histórica obrigou-nos, por um lado, a considerar o problema, abrangente, da dimensão normativa da linguagem (consequência directa da localização dos actos linguísticos individuais no contexto coercivo da vida quotidiana) e a dar conta do modo como a linguística actual integra (ou não) os fenómenos de normalização e standardização; levou-nos, por outro lado, a atentar na dimensão histórica dessas questões, tal como as captamos no âmbito da bibliografia gramatical conhecida: contextualizámos, assim, pela integração destes dois aspectos, o estudo dos textos linguístico-gramaticais seleccionados.

Uma obra como a organizada por Edith Bédard e Jacques Maurais (1983: *La norme linguistique*) mostra-nos, precisamente, a diversidade de questões que se podem equacionar em torno do conceito de norma, quer no contexto (científico e social) da actualidade, quer ao longo dos tempos, e desde os gramáticos da Índia antiga: a abordagem desse tema é possível numa perspectiva histórica, numa perspectiva teórica, pela consideração de dados de outras ciências humanas como a Sociologia, a Antropologia, a Psicanálise, pela exploração da sua vertente aplicada, etc. Fundamentalmente, se hoje há consenso em torno do princípio de que não há uma norma, mas antes normas diferentes segundo os níveis sociolinguísticos e

as circunstâncias da comunicação, também é verdade que a norma “prescritiva” conserva determinado prestígio e é muitas vezes difícil de separar dos juízos de valor emitidos sobre tal ou tal uso (MAURAI, 1983: 1).

Como, em análise, colocámos fenómenos que as principais correntes da linguística actual, pela valorização teórica do princípio da igualdade das variedades e variantes, normalmente desconsideram, afigurou-se-nos interessante analisar as posições com que, no interior da própria Linguística, se reage a esta atitude, bem como dar conta da argumentação com que se sustenta uma “linguística prescritiva”, cuja grande área de trabalho é a planificação linguística e que Haugen apresenta como um dos ramos da Linguística Aplicada.

Referimo-nos, então, ao problema epistemológico que resulta da difícil conciliação entre uma noção galilaica de ciência e a evidente dimensão sociológica das línguas e da linguagem, bem como à incomodidade (sentida por todos os que advogam que o estudo da linguagem humana não pode fazer-se desconsiderando aquele aspecto), que resulta do facto de a reivindicação da cientificidade assentar fundamentalmente, em linguística, na instauração de atitudes e métodos descritivos e na rejeição de atitudes avaliativas: atitudes prescritivas surgem, então, tradicionalmente associadas ao que se considera uma época pré-científica.

Observámos, ainda, que nem sempre é óbvia a delimitação entre uma “linguística descritiva” e uma “linguística prescritiva”, já que grande parte da actividade desenvolvida no âmbito da análise da linguagem decorre de (ou pressupõe) um processo de selecção e hierarquização de variantes. Assim, aquela não considera, no seu objecto de estudo, a dimensão das línguas que se relaciona com a norma e a standardização, mas não prescinde do conceito de erro. Em muita da literatura gramatical da actualidade, essa

noção é, então, manuseada de forma a não surgir como resultado de um exercício arbitrário do “poder” do “legislador” (que não pretende sê-lo); consideram-se por isso, para a sua definição, a dinâmica interna da língua e aspectos atitudinais. Esta outra resulta da reconsideração da dimensão normativa da linguagem, implica o reconhecimento de um estatuto de autoridade da linguística académica e faz regressar ao primeiro plano de discussão o problema do estatuto científico da disciplina: a aproximação às ciências sociais que daí resulta e a questão epistemológica da cientificidade no estudo de normas e valores obrigam a nova problematização. Note-se, no entanto, que as atitudes prescritivas que, ao longo dos tempos, foram orientando grande parte das reflexões sobre a linguagem partem, curiosamente, de uma forte consciência do valor social da língua, instrumento de relacionamento entre os indivíduos: como qualquer outro comportamento social, a língua é avaliada e, com ela, são avaliados os seus usuários; atitudes prescritivas só se podem, portanto, compreender na sequência da constatação da variação e da mudança linguísticas, que uma atitude descritiva, por definição, não avalia. Como, entre outros, nota Robins (1984: 13), o próprio desenvolvimento da autoconsciência linguística resulta, em grande medida, do reconhecimento da diversidade inter- e intralinguística.

Independentemente da noção de ciência que aqui se adopte, há que ter presente que, como sustenta Haugen, a correcção é um problema linguístico e um daqueles conceitos que, como lembram Davis e Taylor, se encontram no centro da concepção da linguagem que é própria do falante comum; Davis e Taylor lembram, ainda, que é o contexto de ocorrência que “cria” o signo e que, portanto, a linguagem é um fenómeno necessariamente influenciado pelo extralinguístico. Uma cabal compreensão da linguagem humana não pode, em suma, ignorar estes factos. No que diz respeito ao

tratamento das questões paralelas de norma(lização) e variação linguísticas, compreendemos, então, que a história da produção linguístico-gramatical, permitindo-nos, é certo, observar posições extremadas (avaliação depreciativa de determinados dialectos ou línguas *versus* quadros teóricos e metodológicos coesos que assentam na igualdade de estatuto das diferentes variedades), nos confronto com um *continuum* de atitudes intermédias que, por esse facto, se tornam particularmente interessantes. Considere-se o que observámos na *Orthographia explicada*, obra onde Madureira Feijó expõe com muita clareza uma questão essencial: as línguas variam e mudam constantemente na pronúncia, pelo que a uniformização só é possível na escrita; no entanto, essa constatação serve, basicamente, para defender que a escrita não se pode regular pela pronúncia. O autor propõe-se, algo contraditoriamente, ensinar a pronunciar com acerto e a escrever sem erro: não tem, portanto, qualquer consequência prática a declaração inicial do ortógrafo, só assim se compreendendo que afirme (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 2) que «mais fácil he escrever com acerto do que pronunciar sem erro» e que defenda que o vulgo ignorante fala uma “terceira língua”, que não é nem latim nem português (FEIJÓ, *Orthographia explicada*: 11).

É a dimensão sociológica das línguas e da linguagem que motiva a intervenção consciente do homem, no sentido da regulamentação dos idiomas, assim como é a consciência da natureza não homogénea do plano da actualização que desencadeia a reflexão sobre norma e sobre standardização; observámos, então, o modo como, ao longo do século XX, se trabalhou no sentido de dar sustentação teórica e metodológica a processos cujo desenvolvimento depende, em grande medida, das atitudes valorativas dos falantes e dos agentes codificadores.

O Círculo Linguístico de Praga foi a escola pioneira na abordagem “científica” aos problemas associados às questões de norma e estandardização; assim, no trabalho efectuado no âmbito dessa escola ou sob sua inspiração, propõe-se que o grau de estandardização seja avaliado pelas propriedades estruturais da língua “standard”, pelas funções que lhe são reconhecidas e pelas atitudes que essa variedade desencadeia. Considera-se, em suma, que a estandardização linguística é um fenómeno cuja manifestação tem duas vertentes; Haugen apresenta-o, por isso, como o resultado da interacção entre processos sociais (que se desenvolvem em duas fases - selecção e aceitação - e que explicam a possibilidade de os trabalhos sobre esse tema poderem ser etiquetados como sociolinguísticos¹) e processos linguísticos, dos quais constam a elaboração de função e a codificação ou “legislação” gramatical. A fragilidade (ou versatilidade?) do modelo construído por este autor resulta do facto de norma e estandardização pressuporem, assim, a eleição de um modelo que, com excepção do que se observa no plano da escrita, não é estável e que, frequentemente, coloca a questão, destacada pela Sociolinguística, da dinâmica entre as forças de conservação e unificação e os esforços de construção de identidades: a estandardização é, então, um processo historicamente nunca concluído, como confirma o registo praticamente ininterrupto, ao longo dos tempos, de “queixas” linguísticas; Milroy e Milroy (1999: 25) extraem destes factos a conclusão de que a estandardização só progride em dois níveis: no plano da escrita (que, no século XXI, e para as línguas ocidentais, quase não admite variação) e na promoção de uma consciência pública do “standard”.

Da análise dos modelos de apresentação objectiva do “standard” (simultaneamente modelos de avaliação do processo de estandardização

¹ Estrutura teoricamente a Sociolinguística o princípio de que a compreensão da natureza da língua pressupõe a análise das suas características e funções sociais.

linguística), concluímos que, à codificação (de natureza mais especulativa ou mais prática), cabe um papel fundamental. Permitimo-nos, por isso, aplicá-los, enquanto conjunto de princípios orientadores, à análise do nosso *corpus*; não obstante a localização cronológica deste, temporalmente distante do contexto epocal e epistemológico em que os referidos modelos foram construídos, valida o nosso procedimento o facto de, em análise, estarem fenómenos que, epistemologicamente, não se confundem com os modelos concebidos para o seu esclarecimento.

Independentemente da aplicabilidade da noção de “progresso” entre os diferentes estádios que se oferecem ao reconhecimento, qualquer ciência é uma realidade histórica cuja análise exige a definição de um determinado ponto de vista. Considerados estes pressupostos epistemológicos, a nossa orientada e circunscrita observação do passado da ciência linguística considerou, fundamentalmente, a estabilidade ontológica do seu objecto de estudo e apoiou-se no facto de, na história das ideias, encontrarmos não só evolução, mas também continuidade e reposição.

Um dos princípios orientadores da nossa análise historiográfica é, precisamente, a percepção de que, entre as motivações que conduziram à descrição das línguas, se encontra, frequentemente, a preocupação em fixar com precisão uma norma linguística; na verdade (e parafraseamos, aqui, Ducrot e Todorov [1991: 157] e Auroux [1989: 28]), o purismo e a exaltação da identidade nacional, em paralelo com a constituição / preservação de um *corpus* linguístico (seja este religioso ou profano) são fenómenos universais na constituição dos saberes linguísticos.

Na Parte II deste trabalho o objectivo foi, então, dar conta, em tom de síntese, da permanência e da transformação de paradigmas descritivos, no sentido de contextualizar os aspectos em foco; concretamente, pretendemos

dar conta das coordenadas fundamentais com que, ao longo da história, se legitima o processo de codificação gramatical e com que se analisam os fundamentos da linguagem: **razão**, **uso** (conceito que aponta para a consciência da comunidade linguística e da realidade da língua enquanto actualização), **autoridade** (conceito ao qual está subjacente o de modelo ou de selecção do uso e a consciência do valor cultural e patrimonial de uma língua) são os factores que, ao longo da história, os gramáticos e ortografistas, de forma exclusiva ou combinada, vão considerando.

A produção linguístico-gramatical da Antiguidade desenvolve-se em torno do valor canónico de determinados textos escritos; a partir do momento em que a consideração destes torna evidente a mudança, que então equivale a degradação¹, os estudos linguísticos são concebidos como uma forma de a combater: o estudioso descreve para fixar e vigoram, por isso, descrições normativas / prescritivas que se revestem de evidentes intenções pedagógicas. Concretamente, é na escola de Alexandria que a codificação gramatical se demarca da anterior abordagem filosófica: Dionísio de Trácia define-nos explicitamente, pela primeira vez, o conceito de gramática, fazendo-o depender da percepção do carácter organizado da linguagem e das regularidades subjacentes ao seu funcionamento e assim trazendo para primeiro plano o princípio da **analogia** (noutros contextos históricos, falar-se-á de **razão**). Inaugura-se, então, a prática filológica e desenvolvem-se os primeiros argumentos acerca da natureza indesejável da mudança linguística, dessa forma emergindo uma doutrina de correcção e excelência linguísticas: a noção de (in)correcção / (in)aceitabilidade, que

¹ Por outro lado, a própria natureza do acto de comunicação e o carácter (artístico e/ou religioso) desses textos fez com que, simultaneamente, estejam em causa coordenadas sociolinguísticas e estilísticas.

pressupõe a assunção do valor social da linguagem, surge, em suma, associada aos primeiros esboços de descrição linguística.

Um quadro normativo constituído em função do princípio da analogia funda-se, portanto, numa racionalidade interna, a das regularidades linguísticas, mas são várias, na sequência da observação da língua em funcionamento, as ponderações críticas sobre a sua validade: para Varrão, a analogia só é válida nos casos em que a sua consideração não colide com o uso; Quintiliano distingue “falar gramaticalmente” e “falar latim” como forma de dar conta da complexidade de funcionamento das línguas, simultaneamente estruturas organizadas e abstractas e sistemas de comunicação entre indivíduos.

Já o projecto da gramática universal desenvolvido pelos Modistas, e mais tarde recuperado por Port-Royal, ao basear-se no isomorfismo linguagem / mente / realidade, toma as diferenças interidiomáticas como resultado de uma série de acidentes, pelo que considera irrelevantes as divergências intra-idiomáticas; neste contexto fica, portanto, inibida a integração teórica das questões relativas à variação linguística.

Destacámos, então, a valorização, ao longo da história, do plano da **razão** (consequência da percepção da língua como conjunto organizado de unidades e regras) e/ou do plano do **uso**, cuja consideração confronta os gramáticos das diferentes épocas com a diversidade da actualização linguística; se, no primeiro caso, a linguagem vale como reflexo do pensamento, devendo, por isso, reflectir as regras de funcionamento deste, da segunda atitude decorre, inevitavelmente, o desenvolvimento de uma noção de “bom uso”: as manifestações linguísticas, como outros comportamentos sociais, são diversamente avaliados. É fundamentalmente a este nível que a gramática dos vernaculares, numa linha de continuidade com

a Antiguidade Clássica, se constitui como **Arte** (designação que se vulgarizou no Ocidente na sequência do decalque da expressão grega *techne grammatike*), atribuindo-se expressamente um interesse prático e valorizando uma concepção de gramática que a relaciona intimamente com a apresentação de modelos, reais ou idealizados.

O século XVIII foi um período particularmente curioso a este nível: se nos defrontamos, nessa época, com o primado da razão e se produzem gramáticas filosóficas no espírito “port-royalista”, também a questão (prática, e não especulativa) do bom uso ganha considerável (ou, mesmo, preponderante) importância. O desenvolvimento e a exibição de atitudes negativas relativamente à variação e à mudança linguísticas são, naturalmente, inevitáveis num quadro onde a gramática como Arte se sobrepõe à gramática como ciência.

Os textos que seleccionámos localizam-se entre o momento em que se inicia a gramatização do vernacular e o momento em que se desenvolve uma abordagem histórico-comparativa e em que, portanto, pela “revolução” metodológica operada, se torna possível falar da investigação linguística como ciência.

Objecto de estudo de vários investigadores, cujas análises aqui considerámos¹, o interesse que este *corpus* assumiu para nós decorreu, contudo, não tanto da natureza dos conteúdos gramaticais aí tratados, mas da forma como a sua apresentação revela a atitude mais ou menos normativa do gramático / ortografista ou surge integrada num discurso justificativo que, por vezes, exhibe uma surpreendente elaboração teórica: é aqui fundamental

¹ Independentemente da especificidade temática de cada trabalho, e quer se trate de análises mais estritamente linguísticas ou de análises centradas no problema da fixação gráfica, é aí praticamente incontornável a questão da normalização da língua portuguesa nos períodos em foco.

a clareza com que se refere a inevitabilidade da mudança, que, em vários textos, legitima a autonomização do português face ao latim e a própria gramatização do vernáculo; é teoricamente importante, também, a assunção da diversidade sincrónica dos usos, já que é da hierarquização destes que se define o objecto da descrição. Recorde-se, vimo-lo atrás e destacamo-lo agora, que essas são questões equacionadas pelos autores clássicos em que se inspirou o modelo ocidental de descrição gramatical: Varrão e Quintiliano são, por isso mesmo, regular e frequentemente citados pelos autores portugueses que estudámos.

Prestámos, então, especial atenção: (i) às manifestações mais ou menos elaboradas de teorização linguística que elegem como objecto a variação (inter- e intralinguística) e a mudança; (ii) ao modo como, no discurso dos autores, se (re)formula a metalinguagem necessária para os traduzir, assim como à forma e estatuto com que se definem áreas “menores” de análise linguística; (iii) à gestão da tensão entre princípios legitimadores das descrições; (iv) à definição de uma norma linguística, associada ao manuseamento da noção de (in)correção.

Damos, aqui, a Fernão de Oliveira, um lugar de destaque; na verdade, é logo na *Grammatica da lingoagem portuguesa*, obra onde é clara a consciência de que o funcionamento do sistema linguístico oscila entre cumprimento e violação de leis, que o português se afirma como língua distinta e qualitativamente superior nos diferentes planos em análise. Realçamos, também, a importância teórica que Oliveira confere ao factor uso: o nosso primeiro gramático fala de “costumes próprios”, da “experiência da nossa língua” e afirma que são os homens que fazem a língua (e não o inverso), assim estabelecendo limites à autoridade do discurso gramatical.

Por outro lado, ao atribuir à gramática, que define, tradicionalmente, como «arte θ) ensina a bem ler e falar» (OLIVEIRA, *Grammatica*:

8, 10-11), as funções de **notar** o bom costume, **resguardar** e **ensinar**, o autor faz ascender uma variedade linguística ao estatuto de modelo. Este é, no entanto, definido pelas suas qualidades funcionais e pelo seu valor de representatividade, e não pelos seus valores socioculturais. Podemos falar então, e logo a partir daqui, da definição de uma função “objectiva” de “quadro de referência para a correcção” (e valor estético) associada a uma variedade precisa; afirma-se aqui, e na linha de teorização desenvolvida por Haugen, o processo de **selecção** que se legitima com a pressuposição da **aceitação** (disponibilidade dos outros para aprender).

Destacamos ainda que, para Fernão de Oliveira, a gramática ajuda os esclarecidos: concebe-se, portanto, o aperfeiçoamento (a **elaboração** ou a **intelectualização**) do idioma e a intervenção “institucional” de agentes que se investem da responsabilidade de o promover; limita-se, dessa forma, o liberalismo a que a simples aceitação da diversidade e da mudança poderia conduzir, acabando por se concluir que a intervenção do homem / falante sobre a língua não se pode fazer sob uma liberdade ilimitada. Assim, há lugar para a enumeração de “resguardos”, com os quais se pretende orientar o comportamento linguístico; defende-se, por exemplo, o respeito pela estrutura sonora própria do idioma; a adequação lexical à situação discursiva; a regulamentação da criação lexical (o processo [contido] de criação vocabular deve depender de alguém investido de autoridade); a restrição (pela indicação) do uso de formas menos comuns.

A nossa leitura dos referidos textos foi, em suma, fundamentalmente orientada para a análise da reflexão dos estudiosos sobre as relações entre a língua histórica que consideram e a comunidade que a utiliza. Foi, assim, possível, estabelecer correlações entre os argumentos avançados pelos autores portugueses e os parâmetros integrados pelos linguistas do século XX

nos modelos de definição do “standard” que descrevemos. Face à constatação de que o início da gramatização se autolegitima pelo reconhecimento da individualidade do idioma português, podemos considerar que é nesse momento que, no discurso gramatical, aquele se constitui como uma **língua por distanciação**, no sentido “klossiano” do termo (qualidade não geográfica, mas intrínseca ao idioma), conseqüentemente assumindo as funções simbólicas de unificação interna e de diferenciação externa. Por outro lado, a convicção de que o português pode cumprir um conjunto de funcionalidades tradicionalmente exclusivas das línguas clássicas faz com que diferentes autores (e aqui ganham particular interesse os textos de apologia do vulgar) se concentrem na actividade de coligir dados que confirmem a eficácia comunicativa e as potencialidades estilísticas da língua portuguesa.

O método então privilegiado, mas utilizado com objectivos distintos, é a descrição contrastiva: na verdade, da sua aplicação resulta, nalguns casos, o realce das diferenças que individualizam o português relativamente à língua-tecto e/ou aos restantes idiomas românicos; noutras situações, da comparação do português e do latim (língua a que se reconhece um elevado grau de elaboração) conclui-se pela grande afinidade entre estas duas línguas e considera-se que tal facto confere ao português um lugar de destaque relativamente aos outros idiomas com a mesma origem histórica. Trata-se, numa e noutra situação, de formas de enaltecimento do idioma nacional, mas o nível (interno e, portanto, objectivo) em que essas estratégias assentam permitem-nos integrar, aqui, o conceito de **elaboração** proposto pelos linguistas do Círculo Linguístico de Praga: a língua “standard” é um instrumento comunicativo cuja complexidade estrutural (no plano léxico-semântico, como no morfo-sintáctico) habilita ao cumprimento de diferentes (e especializadas) funcionalidades. É assim que, em várias das obras que consultámos, nos deparámos com diferentes referências ao

interesse do léxico português, à produtividade dos processos morfológicos de criação de palavras, ao desenvolvimento de estruturas morfo-sintáticas alternativas, mas igualmente eficazes, àquelas que eram próprias do latim.

Conscientes, como já observámos, quer da diversidade idiomática diacrónica, quer da diversidade sincrónica, os gramáticos / ortografistas cujos textos estudámos trazem para primeiro plano a dimensão do uso e é nesse nível que se define a outra coordenada do fenómeno da **selecção**: se, no início do processo de codificação, a **selecção** se traduz na autonomização do português e este, como língua histórica, ascende a objecto de descrição, procede-se, a seguir, à definição da variedade a partir da qual se recolhem os dados e que funciona como **quadro de referência para a correcção**. A formalização mais explícita dessa relação entre o trabalho de descrição e a definição do *corpus* que a sustenta encontramos-la em Monte Carmelo; como referimos atrás, este ortografista assume, sem qualquer ambiguidade, que a sua obra trata o dialecto da sua contemporaneidade tal como é usado pelos portugueses mais cultos.

Embora alguns dos trabalhos analisados, com destaque, a este nível, para o de Amaro de Roboredo (*Methodo grammatical para todas as linguas*) e para o de Jerónimo Soares Barbosa (*Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*), valorizem uma dimensão especulativa e formativa, decorrente do pressuposto da linguagem / gramática universal em que se apoiam, o valor referencial atribuído a um determinado conjunto de variantes faz com que todas as obras analisadas assumam uma finalidade prática que alguns autores evocam de forma muito enfática e que assume matizes variados: nuns casos, o objectivo é destacar o interesse do conhecimento da língua e/ou da ortografia para o enriquecimento do indivíduo (localizamo-nos, assim, no domínio do prestígio individual, parâmetro que integra a dimensão simbólica

da língua “standard”, tal como esta é analisada pelos linguistas de Praga e seus seguidores); noutros casos, esse interesse prático é orientado de forma muito directa para a correcção dos defeitos da contemporaneidade dos autores; encontramos, neste contexto, algumas das afirmações mais claras e menos fundamentadas de prescritivismo. Finalmente, e de forma progressivamente insistente, o valor prático das obras de codificação gramatical e ortográfica é equacionado num quadro global de valorização da língua materna no âmbito do sistema nacional de ensino; o exemplo, prestigiante e legitimador de uma política de língua que se consubstancia apenas no Alvará Régio de 1770, recolhemo-lo na Antiguidade, em gregos e latinos.

Queremos, então, salientar aquelas que nos parecem ser as ideias fundamentais que sustentam e com que se desenvolve o processo de codificação do português, já que consideramos que essa forma de “intervenção” sobre a língua promove a unificação e almeja o enriquecimento do idioma, pelo que tem intervenção directa sobre um fenómeno que acompanha a história da maior parte das línguas nacionais: o da standardização. Da análise do nosso *corpus* resultou, assim, evidente que:

- i) o trabalho de codificação implica a consciência da língua (neste caso, o português) como uma estrutura funcional e descritível;
- ii) à consciência desse facto associa-se a consciência dos valores simbólicos da linguagem: coesão interna; diferenciação externa;
- iii) a observação do funcionamento da língua conduz o gramático à hierarquização e selecção de variantes, distinguindo-se, então, uma variedade de referência, base do critério de correcção;

iv) à gramática atribuem-se várias funções: uma delas é promover / regulamentar a qualidade da língua, passível de enriquecimento; este processo tem uma forte sustentação sociológica, mas também é apresentado muitas vezes no plano linguístico: determinadas opções são mais “conformes à boa razão” ou estão de acordo com a “melodia” da nossa língua;

v) toda a descrição gramatical pressupõe determinado processo de abstracção (em diferentes graus e com diferentes justificações) das diferenças idiomáticas. No entanto, esse movimento de abstracção implica a consciência da diversidade e determinada avaliação desta; as opções (formalizadas ou implícitas) permitem-nos captar determinada concepção de gramática, de norma linguística e de língua.

Bibliografia

(referências bibliográficas)

**NORMA E CODIFICAÇÃO: A PRODUÇÃO
LINGUÍSTICO-GRAMATICAL PORTUGUESA**

Referências bibliográficas:

- AARSLEFF, Hans, 1975 — *The Eighteenth Century Including Leibniz*. In: SEBEOK (ed.), pp. 383-479.
- AHLQVIST, Anders, 1992 — *Les premières grammaires des vernaculaires européens*. In: AUROUX (dir.), pp. 107-114.
- AKOUN, André *et al.*, 1973 — *La philosophie des sciences sociales (de 1860 à nos jours)*. Paris (Librairie Hachette).
- ALIGHIERI, Dante, *De vulgari eloquentia*. Edición, traducción, introducción y notas de Matilde Rovira Soler y Manuel Gil Esteve. Madrid (Universidad Complutense), 1982.
- ALVAR, Manuel, 1961 — *Hacia los conceptos de lengua, dialecto y hablas*. In: *Nueva Revista de Filología Hispánica*, XV, pp. 51-60.
- ALVAREZ, Rosario e MONTEAGUDO, Henrique (eds.), 2004 — *Norma lingüística e variación*. Santiago de Compostela (Consello da Cultura Galega; Instituto da Lingua Galega).
- AMMON, Ulrich, 1987 — *Language - Variety / Standard Variety - Dialect*. In: AMMON *et al.* (eds.), pp. 316-335.
- AMMON, Ulrich *et al.* (eds.), 1987 — *Sociolinguistics. An International Handbook of the Science of Language and Society*, 2 vols. Berlin (Walter de Gruyter).
- AMOR COUTO, Manuel 2004 — *Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa*. In: *Revista Galega de Filoloxía*, nº 5, pp. 11-31.
- ARENS, Hans, 1975 — *La lingüística. Sus textos y su evolución desde la Antigüedad hasta nuestros días*, 2 vols. (Tradução do original *Sprachwissenschaft. Der Gang ihrer Entwicklung von der Antike bis zur Gegenwart*. 2ª edição, 1969). Madrid (Editorial Gredos).
- ARGOTE, Contador de, 1725 — *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*. Muyto accrecentada, e correcta. Segunda impressãõ. Lisboa occidental, na Officina da Musica.
- ARNAULD, Antoine e LANCELOT, Claude, [1660] 1993 — *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*. Genève (Slatkine Reprints).

- ASENSIO, Eugenio, 1962 – *La lengua compañera del imperio. Historia de una idea de Nebrija en Españã y Portugal*. In: *Revista de Filología Española*, tomo XLIII-1960-cuadernos 3º-4º, pp. 399-413.
- ASHER, R. E. (ed.), 1994 – *The Encyclopedia of Language and Linguistics*, 10 vols. Oxford (Pergamon Press).
- ASSUNÇÃO, Carlos Costa, 1997 – *Gramática e gramatologia*. Braga (APPACDM distrital de Braga).
- ASSUNÇÃO, Carlos Costa, 1997a – *Reis Lobato - gramático pombalino*. Lisboa (Associação Portuguesa de Linguística).
- ASSUNÇÃO, Carlos Costa, 2000 – *A Arte da grammatica da lingua portugueza* de António José dos Reis Lobato. Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários. Lisboa (Academia das Ciências de Lisboa).
- AUROUX, Sylvain, 1989 – *Introduction*. In: AUROUX (dir.), pp. 13-37.
- AUROUX, Sylvain, 1990 – *Science*. In: AUROUX (dir.), tomo II, pp. 2312-2319.
- AUROUX, Sylvain, 1992 – *Introduction. Le processus de grammatisation et ses enjeux*. In: AUROUX (dir.), pp. 11-64.
- AUROUX, Sylvain e CLERICO, Geneviève, 1992 – *France*. In: AUROUX (dir.), pp. 359-386.
- AUROUX, Sylvain (dir.), 1989 – *Histoire des idées linguistiques*, tomo 1 (*La naissance des métalangages. En Orient et en Occident*). Liège-Bruxelles (Pierre Mardaga, Editeur).
- AUROUX, Sylvain (dir.), 1990 – *Les notions philosophiques. Dictionnaire*, tomos I e II. Paris (PUF).
- AUROUX, Sylvain (dir.), 1992 – *Histoire des idées linguistiques*, tomo 2 (*Le développement de la grammaire occidentale*). Liège-Bruxelles (Pierre Mardaga, Editeur).
- AUROUX, Sylvain et al. (eds.), 1984 – *Matériaux pour une histoire des théories linguistiques*. Lille (Université de Lille III).
- AUROUX, Sylvain et al. (eds.), 2000 - *History of the Language Sciences. An International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*, vol. 1. Berlin / New York (Walter de Gruyter).
- BARATA-MOURA, José, 1973 – *Nominalismo*. In: *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 14. Lisboa (Editorial Verbo), pp. 207-210.
- BARATIN, Marc, 1989 – *La constitution de la grammaire et de la dialectique*. In: AUROUX (dir.), pp. 186-206.
- BARATIN, Marc, 1989a – *Les difficultés de l'analyse syntaxique*. In: AUROUX (dir.), pp. 228-242.
- BARATIN, Marc, 1989b – *La maturation des analyses*. In: AUROUX (dir.), pp. 207-227.
- BARATIN, Marc, 1996 – *Priscian*. In: STAMMERJOHANN (ed.), pp. 756-759.

- BARATIN, Marc, 1996a – *Stoicism*. In: STAMMERJOHANN (ed.), pp. 888-890.
- BARATIN, Marc e DESBORDES, Françoise, 1981 – *L'analyse linguistique dans l'Antiquité Classique*. Paris (Editions Klincksieck).
- BARBEIRO, Luís Filipe, 1999 – *Os alunos e a expressão escrita. Consciência metalinguística e expressão escrita*. Lisboa (Fundação Calouste Gulbenkian).
- BARBOSA, Jerónimo Soares, 1822 – *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa: na Typographia da Academia das Sciencias.
- BARRETO, João Franco, 1671 – *Ortografia da lingua portugueza*. Em Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa.
- BARROS, João de, 1540 – *Grammatica da lingua Portuguesa*. Olyssippone. Apud Lodouicum Rotoriguĩ Typographum. Edição fac-similada publicada por BUESCU, 1971.
- BEDARD, Edith e MAURIS, Jacques (eds.), 1983 – *La norme linguistique*. Paris (Le Robert).
- BLANK, David L., 1982 – *Ancient Philosophy and Grammar. The Syntax of Apollonius Dyscolus*. Chico, California (Scholars Press).
- BLOOMFIELD, Leonard, 1970 – *Le langage*. (Tradução do original *Language*, 1961). Paris (Payot).
- BOLÉO, Manuel de Paiva, [1942-1943], 1974 – *O interesse científico da linguagem popular*. Sep. da *Revista de Portugal*, série A – Língua Portuguesa, vol. I, nº 3. Lisboa (Editorial Império). Publicado in: BOLÉO, 1974, pp. 45-93. (A paginação que tomámos como referência foi a desta obra).
- BOLÉO, Manuel de Paiva, 1974 – *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, tomo I. Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis).
- BOLÉO, Manuel de Paiva e SILVA, M. Helena Santos, [1962] 1974 – *O "Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental"*. Sep. das *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, tomo III (= *Boletim de Filologia*, tomo XX, 1961, fasc. 1-2). Lisboa, 1962. Publicado in: BOLÉO, 1974, pp. 309-352. (A paginação que tomámos como referência foi a desta obra).
- BREKLE, Herbert, 1975 – *The Seventeenth Century*. In: SEBEOK (ed.), pp. 277-382.
- BRIGHT, William (ed.), 1971 – *Sociolinguistics. Proceedings of the UCLA Sociolinguistics Conference, 1964*. The Hague / Paris (Mouton).
- BRIGHT, William (ed.), 1992 – *International Encyclopedia of Linguistics*, 4 vols. New York (Oxford University Press).
- BUESCU, M. Leonor Carvalhão, 1971 – João de Barros. *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações. Lisboa (Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

- BUESCU, M. Leonor Carvalhã, 1975 – *Introdução a A gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira. Lisboa (Imprensa Nacional-Casa da Moeda), pp. 7-36.
- BUESCU, M. Leonor Carvalhã, 1980 – *Gramática e gramáticos portugueses do século XVI. Um discurso aberto*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa. (Texto inédito).
- BUESCU, M. Leonor Carvalhã, 1981 – *Introdução a Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa. Com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*, de Pêro de Magalhães de Gândavo. Lisboa (Biblioteca Nacional).
- BUESCU, M. Leonor Carvalhã, 1983 – Duarte Nunes de Leão. *Ortografia e Origem da língua portuguesa*. Introdução, notas e leitura de Lisboa (Imprensa Nacional-Casa da Moeda).
- BUESCU, M. Leonor Carvalhã, 1984 – *A língua portuguesa, espaço de comunicação*. Lisboa (Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação).
- BUESCU, M. Leonor Carvalhã, 2000 – *Les premières descriptions grammaticales du portugais*. In: AUROUX *et al.* (eds), pp. 756-764.
- BUESCU, M. Leonor Carvalhã, 2000a – *L'Académie des Sciences de Lisbonne*. In: AUROUX *et al.* (eds.), pp. 870-875.
- BUGARSKI, Ranko, 1976 – *The Object of Linguistics in Historical Perspective*. In: PARRET (ed.), pp. 1-12.
- BURSILL-HALL, Geoffrey L., 1974 – *Toward a History of Linguistics in the Middle Ages, 1100-1450*. In: DELL HYMES (ed.), pp. 77-92.
- BURSILL-HALL, Geoffrey L., 1975 – *The Middle Ages*. In: SEBEEK (ed.), pp. 179-230.
- BURSILL-HALL, Geoffrey L., 1995 – *Linguistics in the Later Middle Ages*. In: KOERNER / ASHER (eds.), pp. 130-137.
- BURY, R. G., 1976 – *Introduction*. In: EMPIRICUS, pp. vii-xlv.
- BYNON, Theodora, 1994 – *Analogy*. In: ASHER (ed.), pp. 110-111.
- BYNON, Theodora e PALMER, F. R. (eds.), 1986 – *Studies in the History of Western Linguistics. In Honour of R. H. Robins*. Cambridge (Cambridge University Press).
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso, s/d – *O estruturalismo lingüístico*. Reprodução, autorizada pelo Autor e ligeiramente revista, de uma Comunicação apresentada no I Seminário de Lingüística, em 1966, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Marília, S. Paulo).
- CAMERON, Deborah, [1995] 2000 – *Problems of 'Prescriptivism'*. In: Lucy BURKE *et al.* (eds.), *The Routledge Language and Cultural Theory Reader*. London / New York (Routledge), pp. 93-99.

- CAMERON, Deborah, 1997 — *Demythologizing Sociolinguistics*. In: COUPLAND / JAWORSKI (eds.), pp. 55-67.
- CARBONNEL, Charles-Olivier, 1992 — *Historiografia*. (Tradução do original *L'Historiographie*, 1981). Lisboa (Editorial Teorema).
- CARDEIRA, Esperança M. da Cruz M., 2005 — *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa (Imprensa Nacional-Casa da Moeda).
- CARDOSO, Simão (comp. e org.), 1994 — *Historiografia gramatical (1500-1920)*. Porto (Faculdade de Letras).
- CARDOSO, Simão, 1995 — *A gramática latina no século XVI. As «Partes Orationis» na Gramática do Pe. Manuel Álvares (1572) e na Minerva de Sanctius (1587)*. In: *Línguas e Literaturas*, volume XII, pp. 159-172.
- CARMELO, Fr. Luís do Monte, 1767 — *Compendio de orthografia*. Lisboa, na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
- Carolínea, arte*. In: *Lexicoteca. Moderna enciclopédia universal*, tomo IV, 1985. Lisboa (Círculo de Leitores), pp. 251-252.
- CARVALHO, José G. Herculano de, 1964 — *Analogia*. In: *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 2. Lisboa (Editorial Verbo), pp. 90-91.
- CARVALHO, José G. Herculano de, 1964a — *Analogistas*. In: *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 2. Lisboa (Editorial Verbo), pp. 92-94.
- CARVALHO, José G. Herculano de, 1979 — *Teoria da linguagem. Natureza do fenómeno linguístico e a análise das línguas*, tomo I. 4ª tiragem. Coimbra (Atlântida Editora).
- CARVALHO, Rómulo de, 2001 — *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. 3ª edição. Lisboa (Fundação Calouste Gulbenkian).
- CASEVITZ, Michel e CHARPIN, François, 1983 — *L'héritage gréco-latin*. In: BÉDARD / MAURIS (eds.), pp. 45-68.
- CASTELEIRO, João Malaca, 1980 — *A doutrina gramatical de Jerónimo Soares Barbosa*. In: *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*, tomo XXI. Lisboa, pp. 197-214.
- CASTELEIRO, João Malaca, 1981 — *Jerónimo Soares Barbosa: um gramático racionalista do século XVIII*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XXVI (1980/1981), pp. 101-110.
- CASTRO, Aníbal Pinto de, 1973 — *Retórica e teorização literária em Portugal. Do humanismo ao classicismo*. Coimbra (Centro de Estudos Românicos).
- CASTRO, Ivo, 1991 — *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa (Universidade Aberta).

- CASTRO, Ivo, 1993 — *A elaboração da língua portuguesa, no tempo do Infante D. Pedro*. In: *Biblos*, vol. LXIX (Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro), pp. 97-106.
- CASTRO, Ivo, 2003 — *O linguista e a fixação da norma*. In: *Actas do XVIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (Lisboa, 2-4 de Outubro de 2002). Lisboa (APL), pp. 11-24.
- CAUJOLLE-ZASLAWSKY, 1996 — *Sextus Empiricus*. In: STAMMERJOHANN (ed.), pp. 852-854.
- CHÂTELET, François, 1973 — *Avant-Propos*. In: AKOUN *et al.*, pp. 13-16.
- CHESHIRE, Jenny e STEIN, Dieter, 1997 — *The Syntax of Spoken Language*. In: CHESHIRE / STEIN (eds.), pp. 1-12.
- CHESHIRE, Jenny e STEIN, Dieter (eds.), 1997 — *Taming the Vernacular. From Dialect to Written Standard Language*. London / New York (Longman).
- CHLOUPEK, Jan *et al.* (eds.), 1987 — *Reader in Czech Sociolinguistics*. Amsterdam / Philadelphia (John Benjamins Publishing Company).
- CHOMSKY, Noam, 1980 — *Rules and Representations*. Oxford (Basil Blackwell).
- COELHO, F. Adolfo, 1883 — *A língua portuguesa. Noções de glottologia geral e especial portuguesa*. Segunda edição, emendada e aumentada. Porto (Magalhães e Moniz, Editores).
- COELHO, Jacinto do Prado (dir.), 1985 — *Dicionário de Literatura*, 5 vols. 3ª edição. Porto (Livraria Figueirinhas).
- CORBEIL, Jean-Claude, 1983 — *Éléments d'une théorie de la régulation linguistique*. In: BÉDARD / MAURIS (eds.), pp. 281-303.
- Cortes. In: *Lexicoteca. Moderna enciclopédia universal*, tomo. VI, 1985. Lisboa (Círculo de Leitores), p. 90.
- COSERIU, Eugenio, [1952] 1967 — *Sistema, norma y habla*. In: *Revista de la Facultad de Humanidades y Ciencias de Montevideo*, 1952, pp. 113-177. Reimpresso in: COSERIU, 1967, pp. 11-113. (A paginação que indicamos é a desta obra).
- COSERIU, Eugenio, [1957] 1967 — *Logicismo y antilogicismo en la gramática*. In: *Revista Nacional*, nº 189, pp. 456-473. Reimpresso in: COSERIU, 1967, pp. 235-260. (A paginação que indicamos é a desta obra).
- COSERIU, Eugenio, 1967 — *Teoría del lenguaje y lingüística general. Cinco estudios*. 2ª edição. Madrid (Editorial Gredos).
- COSERIU, Eugenio, 1981 — *Lecciones de lingüística general*, Madrid: Editorial Gredos.
- COSERIU, Eugenio, 1991 — *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira (1536)*. (Tradução do original *Sprache und Funktionalität bei Fernão de Oliveira 1536*, 1990), Rio de Janeiro (Presença).

- COUPLAND, Nikolas e JAWORSKI, Adam (eds.), 1997 – *Sociolinguistics. A Reader and Coursebook*. Houndmills (MacMillan Press).
- CRYSTAL, David, 1995 – *The Cambridge Encyclopedia of Language*. (Reimpressão da edição de 1987). Cambridge (Cambridge University Press).
- CULIOLI, Antoine, [1968] 1999 – *La formalisation en linguistique*. In: *Cahiers pour l'Analyse*, nº 9, 1968, pp. 106-117. Publicado também na coletânea do autor, *Pour une linguistique de l'énonciation. Formalisation et opérations de repérage*. Paris (Ophrys), tomo 2, 1999, pp. 17-29. (A paginação que tomámos como referência foi a desta obra).
- CULLEN, C., 1994 – *Prescriptive and Descriptive Grammar*. In: ASHER (ed.), vol. 6, pp. 3310-3311.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley, 1990 – *Nova gramática do português contemporâneo*. 7ª edição. Lisboa (Edições João Sá da Costa).
- CURTO, Diogo Ramada, 1993 – *Língua e memória*. In: MATTOSO (dir.), 3º vol., pp. 357-373.
- DANEŠ, František, 1987 – *Values and Attitudes in Language Standardization*. In: CHLOUPEK et al. (eds.), pp. 206-245.
- DAVIS, Hayley G. e TAYLOR, Talbot J. (eds.), 1990 – *Redefining Linguistics*. London / New York (Routledge).
- DE LIBERA, Alain e ROSIER, Irène, 1992 – *Courants, auteurs et disciplines*. In: AUROUX (dir.), pp. 115-129.
- DELL HYMES, 1974 – *Introduction. Traditions and Paradigms*. In: DELL HYMES (ed.), pp. 1-38.
- DELL HYMES (ed.), 1974 – *Studies in the History of Linguistics: Traditions and Paradigms*. Bloomington (Indiana University Press).
- DEMONTE, Violeta, 2004 – *La esquivia norma del español. Sus fusiones y relaciones con la variación y el estándar*. In: ALVAREZ / MONTEAGUDO (eds.), pp.13-29.
- DESBORDES, Françoise, 1989 – *Les idées sur le langage avant la constitution des disciplines spécifiques*. In: AUROUX (dir.), pp.149-161.
- DESBORDES, Françoise, 1989a – *La rhétorique*. In: AUROUX (dir.), pp. 162-185.
- DEUMERT, Ana e VANDENBUSSCHE, Wim, 2003 – *Research Directions in the Study of Language Standardization*. In: DEUMERT / VANDENBUSSCHE (eds.), pp. 455-469.
- DEUMERT, Ana e VANDENBUSSCHE, Wim, 2003a – *Standard Languages. Taxonomies and histories*. In: DEUMERT / VANDENBUSSCHE (eds.), pp. 1-14.
- DEUMERT, Ana e VANDENBUSSCHE, Wim (eds.), 2003 – *Germanic Standardizations. Past to Present*. Amsterdam / Philadelphia (John Benjamins Publishing Company).
- DI CESARE, Donatella, 1996 – *Plato*. In: STAMMERJOHANN (ed.), pp. 733-737.

- DYSCOLUS, Apollonius, *The Syntax or Peri Suntaxeos (De Constructione) of ...*. Traduzido e comentado por HOUSEHOLDER, 1981.
- DIDERICHSEN, Paul, 1974 — *The Foundation of Comparative Linguistics: Revolution or Continuation?* In: DELL HYMES (ed.), pp. 277-306.
- DUARTE, Inês, 2004 — *Gramática descritiva, língua padrão e variação*. In: ÁLVAREZ / MONTEAGUDO (eds.), p. 43-60.
- DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzvetan, 1991 — *Dicionário das ciências da linguagem*. 7ª edição (Tradução do original *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, 1972). Lisboa (Publicações D. Quixote).
- EMPIRICUS, Sextus (with an English translation by R. G. Bury) — *Against the Professors*. Cambridge (Harvard University Press) / London (William Heinemann Ltd), 1971.
- EMPIRICUS, Sextus (with an English translation by R. G. Bury) — *Outlines of Pyrrhonism*. Cambridge (Harvard University Press) / London (William Heinemann Ltd), 1976.
- Ensino Básico. Programa do 1º ciclo*. Lisboa (Ministério da Educação: Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário), 1990.
- Estoicismo*. In: *Nova Enciclopédia Larousse*, vol. 9, 1997. Lisboa (Círculo de Leitores e Larousse), pp. 2782-2783.
- FÁVERO, Leonor, 1996 — *As concepções linguísticas no século XVIII. A gramática portuguesa*. Campinas (Editora da Unicamp).
- FÁVERO, Leonor, 1999 — *O saber da língua: gramáticas do século XIX*. In: E. GÄRTNER, C. HUNDT e A. SCHÖNBERGER (eds.), *Estudos de história da língua portuguesa*. Frankfurt am Main (TFM), pp. 231-241.
- FARIA, Manoel Severim de, 1624 — *Das partes que ha de hauer na lingoagem para ser perfeita, e como a Portuguesa as tem todas, e algũas com eminencia de outras lingoas*. In: *Discursos varios politicos*. Em Evora, Impressos por Manoel Carvalho, Impressor da Vniversidade, fol. 62-86[v.].
- FELJÓ, João de Morais Madureira, 1734 - *Orthographia, ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza*. Lisboa occidental, Na Officina de Miguel Rodrigues Impressor do Senhor Patriarca.
- FONSECA, M. do Céu Brás da, 2000 — *Historiografia linguística do século XVII: as unidades de relação na produção gramatical portuguesa*. Dissertação de doutoramento em Linguística Portuguesa, apresentada à Universidade de Évora.
- FREITAS, Manuel, 1973 — *Realismo*. In: *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 15. Lisboa (Editorial Verbo), pp. 1843-1845.
- GAMBARARA, Daniele, 1996 — *Dionysius Thrax*. In: STAMMERJOHANN (ed.), pp. 245-248.
- GAMBARARA, Daniele, 1996a — *Varro, Marcus Terentius*. In: STAMMERJOHANN (ed.), pp. 956-959.

- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de, 1574 – *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua*. Em Lisboa, na Officina de Antonio Gonsalvez. Edição fac-similada da 1ª edição, com Introdução de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa (Biblioteca Nacional), 1981.
- GARVIN, Paul L., 1964 – *On Linguistic Method. Selected Papers*. The Hague / Paris (Mouton).
- GARVIN, Paul L., 1974 – *Some Comments on Language Planning*. In: Joshua A. FISHMAN (ed.), *Advances in Language Planning*. The Hague / Paris (Mouton).
- GARVIN, Paul L., 1983 – *Le rôle des linguistes de l'École de Prague dans le développement de la norme linguistique tchèque*. In: BEDARD / MAURIS (eds.), pp. 141-152.
- GARVIN, Paul L., 1986 – *La langue standard -concepts et processus*. Texto policopiado da conferência apresentada no *II Congrès International de la Llengua Catalana* (Lleida).
- GARVIN, Paul L. e MATHIOT, Madeleine, 1972 – *The Urbanization of the Guaraní Language -A Problem in Language and Culture*. In: Joshua A. FISHMAN (ed.), *Readings in the Sociology of Language*. The Hague / Paris (Mouton), pp. 365-374.
- GESSINGER, Joachim, 1992 – *Allemand*. In: AUROUX (dir.), pp. 387-405.
- GIARD, Luce, 1992 – *L'entrée en lice des vernaculaires*. In: AUROUX (dir.), pp. 206-225.
- GODEL, Robert, 1957 – *Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale de F. de Saussure*. Genève (Librairie E. Droz); Paris (Librairie Minard).
- GONÇALVES, M. Filomena, 1992 – *Madureira Feijó. Ortografista do século XVIII. Para uma história da ortografia portuguesa*. Lisboa (ICALP).
- GONÇALVES, M. Filomena, 2001 – *Aspectos da história e da historiografia da língua portuguesa na época pombalina*. In: THIELEMANN (ed.), pp. 11-31.
- GONÇALVES, M. Filomena, 2003 – *As ideias ortográficas em Portugal de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa (Fundação Calouste Gulbenkian).
- GONÇALVES, M. Filomena, 2005 – *Revisitando o texto preambular setecentista: a produção metalinguística em português*. In: M. Aldina MARQUES et al. (org.), *Ciências da linguagem: 30 anos de investigação e ensino*. Braga (Universidade do Minho), pp. 99-116.
- GRANGER, G.-G., 1990 – *Science (-s humaines)*. In: AUROUX (dir.), pp. 2326-2328.
- GREENE, John C., 1974 – *The History of Science and the History of Linguistics*. In: DELL HYMES (ed.), pp. 487-501.
- HARRIS, Roy, 1990 – *On Redefining Linguistics*. In: DAVIS / TAYLOR (eds.), pp. 18-52.
- HABLER, Gerda, 2001 – *O problema da significação das palavras e as teorias linguísticas dos séculos XVII e XVIII*. In: THIELEMANN (ed.), pp. 99-127.

- HABLER, Gerda, 2002 – *Textos de referencia y conceptos en las teorías lingüísticas de los siglos XVII y XVIII*. In: Miguel Ángel ESPARZA TORRES *et al.*, (eds.), *SEHL 2001. Estudios de Historiografía Lingüística*. Actas del III Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística. Vigo, 7-10 de febrero de 2001. Hamburg (Helmut Buske Verlag), pp. 559-586.
- HAUGEN, Einar, 1971 – *Linguistics and Language Planning*. In: BRIGHT (ed.), pp. 50-71.
- HAUGEN, Einar, [1966] 1972 – *Dialect, Language, Nation*. In: *American Anthropologist*, vol. 68, pp. 922-935. Reeditado in: J. B. PRIDE e J. HOLMES (eds.), *Sociolinguistics*. Harmondsworth (Penguin), 1972, pp. 97-111. (É esta a versão citada).
- HAUGEN, Einar, 1987 – *Language Planning*. In: AMMON *et al.* (eds.), pp. 626-637.
- HAUGEN, Einar, 1997 – *Language Standardization*. In: COUPLAND / JAWORSKI (eds.), pp. 341-352.
- HAUSENBLAS, Karel, 1994 – *Approach to Standard Language, its Culture, and to Style*. In: LUELSDORFF (ed.), pp. 311-332.
- HEINE, Bernd *et al.*, 1991 – *Grammaticalization. A Conceptual Framework*. Chicago / London (The University of Chicago Press).
- HELGORSKY, François, 1982 – *La notion de norme en linguistique*. In: *Le Français Moderne*, vol. 50, n°1, pp. 1-14.
- HERBERT, Robert K., 1995 – *Language Policy, Language Planning and Standardization*. In: Jef VERSCHUEREN *et al.* (eds.), *Handbook of Pragmatics 1995*. Amsterdam / Philadelphia (John Benjamins Publishing Company), pp. 1-15.
- HJELMSLEV, Louis, 1968 – *Prolégomènes à une théorie du langage*. (Tradução do original *Omkring sprogteoriens grundlæggelse*, 1943). Paris (Les Éditions de Minuit).
- HOLTUS, Günter *et al.* (eds.), 1988 – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, vol. IV. Tübingen (Max Niemeyer Verlag).
- HOLTUS, Günter *et al.* (eds.), 1994 – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, vol. VI, 2, Tübingen (Max Niemeyer Verlag).
- HOLTZ, Louis, 1992 – *La grammaire carolingienne*. In: AUROUX (dir.), pp. 96-106.
- HOUSEHOLDER, Fred W., 1981 – *The Syntax of Apollonius Dyscolus*. Translated, and with commentary by ... Amsterdam (John Benjamins B. V.), Amsterdam Studies in the Theory and History of Linguistic Science, series III, volume 23.
- HOUSEHOLDER, Fred W., 1995 – *Apollonius Dyscolus and Herodian*. In: KOERNER / ASHER (eds.), pp. 111-115.
- HOUSEHOLDER, Fred W., 1995a – *Aristotle and the Stoics on Language*. In: KOERNER / ASHER (eds.), pp. 93-99.
- HOVDHAUGEN, Even, 1995 – *Roman Ars Grammatica, Including Priscian*. In: KOERNER / ASHER (eds.), pp. 115-118.

- ITKONEN, Esa, 1991 — *Universal History of Linguistics*. Amsterdam / Philadelphia (John Benjamins Publishing Company).
- ITKONEN, Esa, 1994 — *Norm*. In: ASHER (ed.), vol. 5, pp. 2834-2835.
- JACOBSEN, Thorkild, 1974 — *Very Ancient Texts: Babylonian Grammatical Texts*. In: DELL HYMES (ed.), pp. 41-62.
- JAKOBSON, Roman, 1974 — *Relações entre a ciência da linguagem e as outras ciências*. (Tradução do original *Linguistics in Relation to Other Sciences*, 1973). Lisboa (Livraria Bertrand).
- JANKOWSKY, Kurt R., 1995 — *Early Historical and Comparative Studies in Scandinavia, the Low Countries, and German-Speaking Lands*. In: KOERNER / ASHER (eds.), pp. 179-182.
- JANKOWSKY, Kurt R. (ed.), 1993 — *History of Linguistics 1993. Papers from the Sixth International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS VI)*. Washington D.C., 9-14 August 1993. Amsterdam / Philadelphia (John Benjamins Publishing Company).
- JESPERSEN, Otto, 1947 — *Humanidad, nación, individuo desde el punto de vista lingüístico*. (Tradução do original *Mankind, Nation and Individual from a Linguistic Point of View*). Buenos Aires (Revista de Occidente Argentina).
- KEMP, J. A., 1994 — *Dyonisius Thrax (second-first century BC)*. In: ASHER (ed.), vol. 2, pp. 931.
- KIBBEE, Douglas A., 1995 — *Renaissance Linguistics in France*. In: KOERNER / ASHER (eds.), pp. 161-166.
- KIPARSKI, Paul, 1995 — *Paninian Linguistics*. In: KOERNER / ASHER (eds.), pp. 59-68.
- KLOSS, Heinz, 1967 — 'Abstand languages' and 'Ausbau languages'. In: *Anthropological Linguistics*, vol. 9, nº 7, pp. 29-41.
- KOERNER, E.F.K., 1975 — *European Structuralism: Early Beginnings*. In: SEBEOK (ed), pp. 717-827.
- KOERNER, E.F.K., 1976 — *Towards a Historiography of Linguistics*. In: PARRET (ed.), pp. 684-718.
- KOERNER, E.F.K., 1993 — *Persistent Issues in Linguistic Historiography*. In: JANKOWSKY (ed.), pp. 3-25.
- KOERNER, E.F.K., 1995 — *Historiography of Linguistics*. In: KOERNER / ASHER (eds.), pp. 7-16.
- KOERNER, E.F.K., 1995a — *History of Linguistics: the field*. In: KOERNER / ASHER (eds.), pp. 3-7.
- KOERNER, E.F.K. e ASHER, R.E. (eds.), 1995 — *Concise History of the Language Sciences. From the Sumerians to the Cognitivists*. Oxford (Pergamon).
- KOSSARIK, Marina A., 1997 — *A doutrina linguística de Amaro de Roboredo*. In: *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (Braga-Guimarães, 30 de Setembro a 2 de Outubro de 1996). Lisboa (APL), pp. 429-443.

- KOSSARIK, Marina A., 2002 — *Introdução (A obra de Amaro de Roboredo) a Methodo grammatical para todas as linguas*, de Amaro de Roboredo. Lisboa (Imprensa Nacional-Casa da Moeda), pp. 7-63.
- LABOV, William, 1997 — *Linguistics and Sociolinguistics*. In: COUPLAND / JAWORSKI, (eds.), pp. 23-24.
- LALLOT, Jean, 1996 — *Alexandrian Grammarians*. In: STAMMERJOHANN (ed.), pp. 18-19.
- LALLOT, Jean, 1998 — *La grammaire de Denys de Thrace*. Traduite et annotée par 2ª edição revista e aumentada. Paris (CNRS Editions).
- LARA, Luis F., 1976 — *El concepto de norma en lingüística*. México (El Colegio de México).
- LARA, Luis F., 1983 — *Activité normative, anglicismes et mots indigènes dans le Dictionario del español de México*. In: BÉDARD / MAURIS (eds.), pp. 571-601.
- LARDET, Pierre, 1992 — *Travail du texte et savoirs des langues: la philologie*. In: AUROUX (dir.), pp. 187-205.
- LAUSBERG, Heinrich, 1993 — *Elementos de retórica literária*. 4ª edição (Tradução do original *Elemente der literarischen Rhetorik*, 1967). Lisboa (Fundação Calouste Gulbenkian).
- LAW, Vivien, 1986 — *Originality in the Medieval Normative Tradition*. In: BYNON / PALMER (eds.), pp. 43-55.
- LAW, Vivien, 1992 — *La grammaire latine durant le haut moyen âge*. In: AUROUX (dir.), pp. 83-95.
- LAZARD, Gilbert, 1999 — *La linguistique est-elle une science?* In: *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, tomo XCIV, fasc. 1, pp. 67-112.
- LEÃO, Duarte Nunes de, 1576 — *Orthographia da lingua portuguesa*. Em Lisboa, per loão de Barreira impressor delRei N. S.
- LEÃO, Duarte Nunes de, 1606 — *Origem da lingua portuguesa*. Em Lisboa: Impresso per Pedro Crasbeeck.
- LESIÓW, Michal, 1996 — *Panini*. In: STAMMERJOHANN (ed.), pp. 692-697.
- LOBATO, António José dos Reis, 1802 — *Arte da grammatica da lingua portugueza*. 5ª impressão. Lisboa na Regia Officina Typografica. Edição crítica por Carlos Costa ASSUNÇÃO. Lisboa (Academia das Ciências de Lisboa), 2000.
- LOBO, Francisco Rodrigues, [1619] 1991— *Corte na aldeia*. Introdução, notas e fixação do texto de José Adriano de Carvalho. Lisboa (Editorial Presença).
- LODGE, R. Anthony, 1993 — *French. From Dialect to Standard*. London / New York (Routledge).
- LOPES, Isabel, 1999 — *Norma(s) e gramática(s)*. In: Jorge Morais BARBOSA *et al.* (orgs.), *Gramática e ensino das línguas. Actas do I Colóquio sobre Gramática*. Coimbra (Almedina), pp. 45-50.

- LÓPEZ MORALES, Humberto, 1977 — *Sociolingüística: nuevos enfoques metodológicos*. In: *Revista Española de Lingüística*, nº 7, fasc. 2, pp. 17-36.
- LUCCHESI, Dante, 1998 — *Sistema, mudança e linguagem. Um percurso da Lingüística neste século*. Lisboa (Edições Colibri).
- LUELSHORFF, Philip A. (ed.), 1994 — *The Prague School of Structural and Functional Linguistics. A Short Introduction*. Amsterdam / Philadelphia (John Benjamins Publishing Company).
- LUHTALA, Anneli, 1995 — *Early Medieval Grammar*. In: KOERNER / ASHER (eds.), pp. 121-129.
- MACHADO, Diogo Barbosa, [1741-1759] 1930-1935 — *Biblioteca Lusitana*, 4 vols. 2ª edição. Lisboa (António Machado de Faria de Pina Cabral).
- MACHADO, José Pedro, 1945 — *Duarte Nunes de Leão, Origem da língua portuguesa*. 4ª edição, conforme a primeira com estudo preliminar e anotações de ... Lisboa (Pro-Douro).
- MACHADO, José Pedro, 1977 — *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 5 vols. 3ª edição. Lisboa (Livros Horizonte).
- MAIA, Clarinda de Azevedo, 2001 — *O tratamento das variedades do português nos gramáticos e ortografistas de Setecentos: especial referência a Monte Carmelo*. In: THIELEMANN (ed.), pp. 33-50.
- MANESSE, Danièle, 1973 — *La linguistique*. In: AKOUN *et al.*, 1973, pp. 303-328.
- MARAZZINI, Claudio, 1992 — *Italie*. In: AUROUX (dir.), pp. 313-328.
- MARCOS CASQUERO, Manuel-Antonio, 1990 — *Varrón. De lingua latina*. Edición bilingüe. Introducción, traducción y notas de Barcelona (Anthropos) e Madrid (Ministerio de Educación y Ciencia).
- MARQUILHAS, Rita, 1991 — *Norma gráfica setecentista. Do autógrafo ao impresso*. Lisboa (INIC / CLUL).
- MARTÍ SÁNCHEZ, Manuel, 1994 — *Nebrija y Oliveira: examen contrastivo*. In: R. ESCAVY, R. *et al.* (eds.), *Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística. Nebrija V Centenario* (Murcia, 1992), vol. III. Murcia (Universidad de Murcia), pp. 403-419.
- MARTINS, Cristina dos Santos Pereira, 2003 — *Línguas em contacto: “saber sobre” o que as distingue. Análise de competências metalingüísticas de crianças mirandesas em idade escolar*. Dissertação de Doutoramento em Linguística Aplicada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. (Texto inédito).
- MATEUS, M. Helena Mira *et al.*, 1992 — *Gramática da língua portuguesa*. 3ª edição. Lisboa (Editorial Caminho).
- MATEUS, M. Helena Mira *et al.*, 2003 — *Gramática da língua portuguesa*. 5ª edição, revista e aumentada. Lisboa (Editorial Caminho).
- MATTOSO, José (dir.), 1993 — *História de Portugal*, 8 vols. Lisboa (Círculo de Leitores).

- MAURAS, Jacques, 1983 – *Introduction*. In: BÉDARD / MAURAS (eds.), pp. 1-18.
- MENDES, António Rosa, 1993 – *O pré-humanismo português*. In: MATTOSO (dir.), 3º vol., pp. 375-421.
- MENÉNDEZ, Fernanda Miranda, 1992 – *De alguns títulos de gramática setecentista*. In: *Actas do VII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa (APL/Edições Colibri), pp. 243-256.
- MESSNER, Dieter, 1994 – *Portugiesisch: Periodisierung. Périodisation*. In: HOLTUS *et al.* (eds.), pp. 618-623.
- MILROY, James, 1992 – *Linguistic Variation and Change*. Oxford / Cambridge (Blackwell).
- MILROY, James e MILROY, Lesley, 1999 – *Authority in Language*. London / New York (Routledge).
- MILROY, Lesley, 1997 – *Field Linguistics*. In: COUPLAND / JAWORSKI (eds.), pp. 75-88.
- MILROY, Lesley e MILROY, James, 1992 – *Prescriptive Grammar*. In: BRIGHT (ed.), vol. 3, pp. 269-271.
- MONTEAGUDO, Henrique, 1994 – *Aspectos da teoria da língua estándar do Círculo Lingüístico de Praga e os seus continuadores*. In: *Grial*, nº 122, tomo XXXII, pp. 141-155.
- MONTEAGUDO, Henrique, 1999 – *Historia social da língua galega. Idioma, sociedade e cultura a través do tempo*. Vigo (Editora Galaxia).
- MONTES GIRALDO, José Joaquín, 1980 – *Lengua, dialecto y norma*. In: *Thesaurus. Boletín del Instituto Caro y Cuervo*, XXXV, pp. 237-257.
- MORIN, Yves-Charles e PARET, Marie-Christine, 1983 – *Norme et grammaire générative*. In: BÉDARD / MAURAS (eds.), pp. 179-202.
- MOUNIN, Georges, 1967 – *Histoire de la linguistique. Des origines au XX^e siècle*. Paris (PUF).
- MULJACIĆ, Žarko, 1986 – *L'enseignement de Heinz Kloss (modifications, implications, perspectives)*. In: *Langages*, nº 83, pp. 53-63.
- MULJAČIĆ, Žarko, 1988 – *Norma e standard*. In: HOLTUS *et al.* (eds.), pp. 286-305.
- NASCENTES, Antenor, 1932 – *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro.
- NEBRIJA, Antonio de, [1492] 1989 – *Gramática de la lengua castellana*. Estudio y edición de Antonio Quilis, 3ª edição. Madrid (Editorial Centro de Estudios Ramon Areces).
- NEWMYER, Frederick J., 1986 – *The Politics of Linguistics*. Chicago (The University of Chicago Press).
- NINYOLES, Rafael Ll., 1980 – *Idioma y poder social*. 1ª reimp. Madrid (Editorial Tecnos).
- Nominalismo*. In: *Lexicoteca. Moderna enciclopédia universal*, tomo. XIV, 1987. Lisboa (Círculo de Leitores), p. 42.
- Olivares, Gaspar de Guzmán y Pimentel*. In: *Lexicoteca. Moderna enciclopédia universal*, tomo. XIV, 1987. Lisboa (Círculo de Leitores), pp. 101-102.

- OLIVEIRA, Fernão de, 1536 – *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536). Edição crítica, semidiplomática e anastática, por Amadeu TORRES e Carlos Costa ASSUNÇÃO. Lisboa (Academia das Ciências), 2000.
- PADLEY, G. A., 1983 – *La norme dans la tradition des grammairiens*. In: BÉDARD / MAURIS (eds.), pp. 69-104.
- PAIVA, Maria Helena, 1986 – *Vernaculidade versus relatinização: o testemunho dos gramáticos quinhentistas*. In: *Actas do 1º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (Lisboa, 1985). Lisboa (APL), pp. 375-397.
- PAIVA, Maria Helena, 1996-1997 – *Le traitement informatique du discours grammatical (XVIe siècle portugais): du rapport entre objet et méthode et sa répercussion sur les résultats*. In: *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, nº 21, pp. 69-85.
- PAIVA, Maria Helena, 2002 – *Os gramáticos portugueses quinhentistas e a fixação do padrão linguístico. Contribuição da Informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança*, 4 vols. Dissertação para doutoramento em Linguística Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Texto inédito).
- PANINI, *The Astadhyayi*. Edited and translated into English by Late Srisa Chandra VASU [1891], 1980. Deli (Motilal Banarsidass).
- PARRET, Herman (ed.), 1976 – *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics*. Berlin (Walter de Gruyter).
- PEDRO, Emília Ribeiro, 1992 – *Algumas questões sobre a prática (da) linguística*. In: *Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (Lisboa, Outubro de 1991). Lisboa (APL), pp. 330-341.
- PERCIVAL, W. Keith, 1975 – *The Grammatical Tradition and the Rise of Vernaculars*. In: SEBEOK (ed), pp. 231-275.
- PERCIVAL, W. Keith, 1976 – *The Notion of Usage in Vaugelas and in the Port Royal Grammar*. In: PARRET (ed.), pp. 374-382.
- PERCIVAL, W. Keith, 1992 – *La connaissance des langues du monde*. In: AUROUX (dir.), pp. 226-238.
- PERCIVAL, W. Keith, 1995 – *Renaissance Linguistics: an Overview*. In: KOERNER / ASHER (eds.), pp. 147-151.
- PEREIRA, M. Helena Rocha, 1990 – *Estudos de história da cultura clássica*. Volume II - Cultura romana. 2ª edição. Lisboa (Fundação Calouste Gulbenkian).
- PEREIRA, M. Helena Rocha, 1998 – *Estudos de história da cultura clássica*. Volume I - Cultura grega. 8ª edição. Lisboa (Fundação Calouste Gulbenkian).
- PERES, João A. e MÓIA, Telmo, 1995 – *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa (Editorial Caminho).

- PICCHIO, Luciana Stegagno, 1959 — João de Barros, Diálogo em louvor da nossa linguagem. *Lettura critica dell'edizione del 1540 com una introduzione su "La questione della lingua in Portogallo"*. Modena (Società Tipografica Modenese).
- PINAULT, Georges-Jean, 1989 — *Panini et l'enseignement grammatical*. In: AUROUX (dir.), pp. 331-353.
- PINAULT, Georges-Jean, 1989a — *Parole articulée et vérité*. In: AUROUX (dir.), pp. 293-302.
- PINAULT, Georges-Jean, 1989b — *Procédés paninéens*. In: AUROUX (dir.), pp. 354-370.
- PINAULT, Georges-Jean, 1989c — *Le système de Panini*. In: AUROUX (dir.), pp. 371-400.
- PINAULT, Georges-Jean, 1989d — *Travaux à partir du corpus védique*. In: AUROUX (dir.), pp. 303-330.
- PINBORG, Jan, 1975 — *Classical Antiquity: Greece*. In: SEBEOK (ed), pp. 69-126.
- PINTO, Adelina Angélica, 1980 — *A neutralização da oposição V/B em português: estudo sincrónico e diacrónico*. In: *Biblos*, vol. LVI, pp. 597-651.
- PINTO, Adelina Angélica, 1980-1981 — *A africada č em português: estudo sincrónico e diacrónico*. In: *Boletim de Filologia*, tomo XXVI, pp. 139-192.
- PINTO, Rolando Morel, 1961 — *Gramáticos portugueses do Renascimento*. In: *Revista de Letras*, vol. 2, pp. 123-145.
- PLATÃO, *Cratyle*. Texte établi et traduit par Louis Méridier. 5^a edição. Paris (Société d'édition «Les Belles Lettres»), 1989.
- PLATÃO, *Le Sophiste*. Texte établi et traduit par Auguste Diès. 7^a edição. Paris (Société d'édition «Les Belles Lettres»), 1994.
- Prácrito*. In: *Lexicoteca. Moderna enciclopédia universal*, tomo. XV, 1987. Lisboa (Círculo de Leitores), p. 173.
- QUINTILIANO, M. Fabio, *Institutio Oratoria. Institution oratoire*. Livre I. Texte établi et traduit par Jean Cousin. Paris (Société d'édition «Les Belles Lettres»), 1975.
- RENOU, Louis, 1969 — *Panini*. In: SEBEOK (ed), pp. 481-498.
- RICHARDSON, Brian, 1995 — *Renaissance Linguistics in Italy*. In: KOERNER / ASHER (eds.), pp. 152-156.
- RIEU, A.-M., 1990 — *Science (philosophie et — moderne)*. In: AUROUX (dir.), pp. 2322-2325.
- ROBINS, R. H., 1976 — *Some Continuities and Discontinuities in the History of Linguistics*. In: PARRET (ed.), pp. 13-31.
- ROBINS, R. H., 1984 — *Breve historia de la lingüística*. (Tradução do original *A Short History of Linguistics*, 1967). 4^a edição. Madrid (Paraninfo, S. A.).
- ROBINS, R. H., 1992 — *Ancient Greece and Rome*. In: BRIGHT (ed.), vol. 2, pp. 144-147.

- ROBOREDO, Amaro de, 1619 – *Methodo grammatical para todas as linguas*. Em Lisboa per Pedro Craesbeeck. Fac simile editado por Marina A. KOSSARIK. Lisboa (Imprensa Nacional-Casa da Moeda), 2002.
- ROCHER, Rosane, 1975 – *India*. In: SEBEOK (ed), pp. 3-67.
- ROCHER, Rosane, 1992 – *Ancient India*. In: BRIGHT (ed.), vol. 2, pp. 141-144.
- ROCHER, Rosane, 1995 – *Discovery of Sanskrit by Europeans*. In: KOERNER / ASHER (eds.), pp. 188-191.
- ROUSSE, Jean e VERRAC, Monique, 1992 – *Grande-Bretagne*. In: AUROUX (dir.), pp. 339-358.
- ROWE, John Howland, 1974 – *Sixteenth and Seventeenth Century Grammars*. In: DELL HYMES (ed.), pp. 361-379.
- SANTOS, Isabel Almeida, 1999-2000 - *A(s) norma(s) e a escola: alguns aspectos em equação*. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXIII, pp. 347-380.
- SANTOS, Isabel Almeida, 2006 - *Usus / Consuetudo, Auctoritas, Ratio: A legitimação da actividade gramatical e os fundamentos da linguagem nos autores do século XVIII*. In: Werner Thielemann (ed.), *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a Região do Rio da Prata*. Frankfurt am Main (TFM), pp. 27-51.
- SANTOS, M. José de Moura, 1975 – *Nota sobre o movimento quinhentista de ‘Defesa e Ilustração’ das línguas vulgares*. *Sep. de Biblos*, vol. LI (Miscelânea em honra de Paulo Quintela), pp. 517-528.
- SARAIVA, José Hermano, 1980 – *História concisa de Portugal*. 6ª edição. Lisboa (Publicações Europa-América).
- SARMIENTO, Ramón, 1992 – *Espagne*. In: AUROUX (dir.), pp. 329-338.
- SAUSSURE, Ferdinand de, [1916] 1966 – *Cours de linguistique générale*. Édition critique par Rudolf Engler. Wiesbaden (Otto Harrassowitz).
- SAZBÓN, José, 1985 – *Saussure y los fundamentos de la lingüística*. Buenos Aires (Centro Editor de América Latina).
- SCAGLIONE, Aldo, 1984 – *Preface*. In: SCAGLIONE (ed.), pp. 7-8.
- SCAGLIONE, Aldo, 1984a – *The Rise of National Languages: East and West*. In: SCAGLIONE (ed.), pp. 9-49.
- SCAGLIONE, Aldo (ed.), 1984 – *The Emergence of National Languages*. Ravenna (Longo Editore).
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte, 1976 – *Les grammaires normatives des langues romanes: principes et fondements*. In: M. BOUDREAUULT e F. MÖHREN, (eds.), *Actes du XIII^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, vol. II. Québec (Presses de l'Université Laval), pp. 127-135.
- SEBEOK, Thomas A. (ed), 1969 – *Current Trends in Linguistics*, vol. 5: *Linguistics in South Asia*. The Hague / Paris (Mouton).

- SEBEOK, Thomas A. (ed), 1975 – *Current Trends in Linguistics*, vol. 13: *Historiography of Linguistics*. The Hague / Paris (Mouton).
- SERRÃO, Joel (dir.), s/d – *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols. Porto (Livraria Figueirinhas).
- SILVA, Innocencio Francisco da, 1858 – *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa (Imprensa Nacional).
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e, 1991 – *O português arcaico: fonologia*. S. Paulo (Editora Contexto).
- SMET, R. V. 1976 – *Vedas*. In: *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 18. Lisboa (Editorial Verbo), pp. 803.
- SMITH, John D., 1983 – *La norme chez les grammairiens de l'Inde ancienne*. In: BÉDARD / MAURIS (eds.), pp. 21-44.
- STAAL, J. F., 1974 – *The Origin and Development of Linguistics in India*. In: DELL HYMES (ed.), pp. 63-74.
- STAAL, J. F., 1994 – *Panini*. In: ASHER (ed.), pp. 2916-2918.
- STAMMERJOHANN, Harro (ed.), 1996 – *Lexicon grammaticorum. Who's Who in the History of World Linguistics*. Tübingen (Max Niemeyer Verlag).
- STANKIEWICZ, Edward, 1974 – *The Dithyramb to the Verb in the Eighteenth and Nineteenth Century Linguistics*. In: DELL HYMES (ed.), pp. 157-190.
- STEFANINI, Jean, 1976 – *Jules César Scaliger et son De causis linguae Latinae*. In: PARRET (ed.), pp. 317-330.
- STEIN, Dieter, 1997 – *Syntax and Varieties*. In: CHESHIRE / STEIN (eds.), pp. 35-50.
- STENGERS, Isabelle, 1979 – *A descrição da actividade científica por T. S. Kuhn*. In: Manuel M. CARRILHO (org.), *História e prática das ciências*. Lisboa (A regra do Jogo, Edições).pp. 77-116.
- STUURMAN, F., 1994 – *Grammar, Descriptive Versus Formal*. In: ASHER (ed.), vol. 3, pp. 1455-1460.
- SUBBIONDO, Joseph L., 1995 – *Universal Language Schemes and Seventeenth-Century Britain*. In: KOERNER / ASHER (eds.), pp. 174-178.
- SULEIMAN, Yasir, 1995 – *Arabic Linguistic Tradition*. In: KOERNER / ASHER (eds.), pp.28-38.
- SWIGGERS, Pierre, 1984 – *La construction d'une théorie de l'historiographie de la linguistique: quelques réflexions méthodologiques*. In: AUROUX et al. (eds.), pp. 15-21.
- SWIGGERS, Pierre, 1992 – *History of Linguistics. An Overview*. In: BRIGHT (ed.), vol. 2, pp. 140-141.
- TAYLOR, Daniel J., 1995 – *Classical Linguistics: an Overview*. In: KOERNER / ASHER (eds.), pp. 83-90.

- TAYLOR, Daniel J., 1995a – *Roman Language Science in the Early Empire*. In: ASHER (ed.), pp. 197-110.
- TAYLOR, Talbot J., 1990 – *Normativity and Linguistic Form*. In: DAVIS / TAYLOR (eds.), pp. 118-148.
- TEYSSIER, Paul, 1984 – *História da língua portuguesa*. 2ª edição (Tradução do original *Histoire de la langue portugaise*, 1980). Lisboa (Livraria Sá da Costa Editora).
- TEYSSIER, Paul, 1984a – *L'humanisme portugais et l'Europe*. In: *L'humanisme portugais et l'Europe*. Actes du XXI^e Colloque International d'Etudes Humanistes (Tours, 3-13 Juillet 1978). Paris (Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais), pp. 821-845.
- TEYSSIER, Paul, 1994 – *Portugiesisch: Externe Sprachgeschichte. Histoire externe de la langue*. In: HOLTUS et al. (eds.), pp. 461-472.
- THIELEMANN, Werner, 2001 – *Língua culta - Palavras antiquadas - Plebeísmos. A linguagem e a sociedade portuguesa na época do Marquês de Pombal*. In: THIELEMANN (ed.), pp. 51-97.
- THIELEMANN, Werner (ed.), 2001 – *Século XVIII: Século das Luzes. Século de Pombal*. Frankfurt am Main (TFM).
- TORRES, Amadeu, 1982 – *Gramaticalismo e especulação. A propósito da «Grammatica Philosophica» de Jerónimo Soares Barbosa*. Sep. da *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo XXXVIII-II. Actas do I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia (1982). Braga (Faculdade de Filosofia), pp. 519-542.
- TORRES, Amadeu, 1988-1989 – *Dos códices medievos à gramática de Fernão de Oliveira*. In: *Diacrítica*, 3-4, pp. 157-172.
- TORRES, Amadeu, 1990 – *Fernão de Oliveira, primeiro gramático e filólogo da lusofonia*. In: *Boletim da CNALP*.
- TORRES, Amadeu, 1998 – *Gramática e linguística: ensaios e outros estudos*. Braga (Universidade Católica Portuguesa).
- TORRES, Amadeu e ASSUNÇÃO, Carlos Costa, 2000 – *Introdução à edição crítica, semidiplomática e anastática da Gramática da linguagem portuguesa (1536) de Fernão de Oliveira*. Lisboa (Academia das Ciências).
- TRÁCIA, Dionísio de – *Technè de Denys le grammairien*. In: LALLOT, 1998, pp. 43-67.
- TRUDEAU, Danielle, 1992 – *Les inventeurs du bon usage*. Paris (Les Éditions de Minuit).
- TRUDGILL, Peter, 1975 – *Accent, Dialect and School*. London (Edward Arnold).
- VAN MARLE, Jaap, 1997 – *Dialect Versus Standard Language: Nature Versus Culture*. In: CHESHIRE / STEIN (eds.), pp. 13-34.

- VARRÃO, Marco, *De lingua latina*. Introducción, traducción y notas de Manuel-Antonio MARCOS CASQUERO. Barcelona (Anthropos) e Madrid (Ministerio de Educación y Ciencia), 1990.
- VASCONCELOS, José Leite de, [1901] 1987 – *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 3ª edição. Lisboa (INIC, CLUL).
- VASCONCELOS, José Leite de, 1929 – *A Filologia portuguesa (esbôço histórico)*. In: *Opúsculos*, vol. IV. Filologia (Parte II). Coimbra (Imprensa da Universidade), pp. 839-919.
- VERA, Álvaro Ferreira de, 1631 – *Breves louvores da lingua portuguesa, com notaveis exemplos da muita semelhança, que tem com a lingua Latina*. Em Lisboa. Per Mathias Rodriguez.
- VERA, Álvaro Ferreira de, 1631 – *Orthographia, ou modo para escrever certo na lingua Portuguesa. Com hum tratado de memoria artificial: outro da muita semelhança, que tem a lingua Portuguesa com a Latina*. Em Lisboa. Per Mathias Rodriguez.
- VERBURG, Pieter A., 1974 – *Vicissitudes of Paradigms*. In: DELL HYMES (ed.), pp. 191-230.
- VERDELHO, Telmo, 1995 – *As origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesas*. Aveiro (Instituto Nacional de Investigação Científica).
- VIEIRA, M. Leonor Soares Albergaria, 1999 – *Introdução a Discursos vários políticos*, de Manuel Severim de Faria. Lisboa (Imprensa Nacional-Casa da Moeda).
- VILELA, Mário, 1995 – *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra (Livraria Almedina).
- WEINREICH, Uriel, 1968 – *Languages in Contact. Findings and Problems*. 6ª edição. Mouton (The Hague / Paris).
- WHEELER, Garon, 1995 – *Port-Royal Tradition of General Grammar*. In: KOERNER / ASHER (eds.), pp. 169-174.
- WRIGHT, Roger, 1989 – *Latín tardío y romance temprano en España y la Francia carolingia*. (Tradução do original *Late Latin and Early Romance in Spain and Carolingian France*, 1982). Madrid (Editorial Gredos).
- ZAMORA, Juan C., 1995 – *Renaissance Linguistics in Spain*. In: KOERNER / ASHER (eds.), pp. 157-161.